UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO

SENTIR, ESCREVER E GOVERNAR
A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida,
2º marquês do Lavradio (1768-1779)

VERSÃO CORRIGIDA.

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SENTIR, ESCREVER E GOVERNAR
A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida,
2º marquês do Lavradio (1768-1779)

Adriana Angelita da Conceição

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Profa. Dra. Laura de Mello e Souza

VERSÃO CORRIGIDA.

São Paulo
2011

SENTIR, ESCREVER e GOVERNAR
A PRÁTICA EPISTOLAR E AS CARTAS DE D. LUÍS DE ALMEIDA,
2º MARQUÊS DO LAVRADIO (1768-1779)

Aos meus pais, Adriano e Angelita...

e

Em memória do Prof. Dr. István Jancsó...

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a importância do outro em nossa vida, pois sozinho as flores são somente plantas, a vida é apenas uma função biológica e uma tese é tão só um trabalho acadêmico. Depois de aproximadamente cinco anos no doutorado, chegar a esta etapa enche-me de contentamento, pois posso, ao fazer uma retrospectiva, sentir que percorri essa trajetória na companhia de amigos e familiares, mesmo que fisicamente alguns estivessem longe. Então, quero agradecer porque gosto da sensação que este sentimento me faz sentir.

Aos meus pais, Adriano e Angelita, por confiarem nos meus sonhos. À minha irmã Vanesa e à minha sobrinha Lívia por serem uma fortaleza e portadoras de radiantes sorrisos. Ao meu irmão Otávio pelo carinho. A Berna pela amizade e doces palavras. À Mariana e à Dayse por me acolherem quando passei a residir em São Paulo. À Roberta pelo fiel companheirismo. Ao Leonardo por partilhar o gosto pelas cartas de D. Luís de Almeida. À Cassiana pela amizade e passeios por Lisboa. À Érika pela generosidade. À família *Mística Andina* por ser um intenso sopro de inspiração. Ao Miguel pela presença viva. Às amigas do rugby em Floripa e ao Edu por serem sinônimos de alegria.

Agradeço, em memória, ao Prof. István Jancsó por ter me oferecido uma oportunidade. À Profa. Laura de Mello e Souza, com carinho, por acolher meu projeto, pela orientação, incentivo, correções, apoio às minhas intensões e por ser um belo exemplo de historiadora. À Profa. Ana Paula Torres Megiani pela amizade, indicações de leitura, oportunidades e por transparecer que ama o que faz – além das sugestões oferecidas na banca de qualificação, junto da Profa. Leila Mezan Algranti que também agradeço. Ao Prof. Tiago Miranda por me receber no *Centro de História de Além-Mar* (Universidade Nova de Lisboa) e pela supervisão durante minha importante estada de pesquisa em Lisboa. Ao Prof. Antonio Castillo Gómez por compartilhar seus estudos e por me acolher no *Seminário Interdisciplinar de Estudos sobre Cultura Escrita* (Universidad de Alcalá - Madri). Ao Prof. Pedro Cardim pelas indicações e agradáveis conversas.

À *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP) pelo apoio e financiamento que proporcionou ao projeto tomar rumos que sem recursos seriam impossíveis. Ao projeto temático *Dimensões do Império português*, também financiado pela FAPESP, pelas discussões e custeio de algumas digitalizações. Ao programa de *Mobilidade Internacional de Pós-Graduandos (Santander-Banespa)* pela bolsa de pesquisa que me permitiu investigar em Lisboa durante cinco meses. Às instituições de guarda das fontes e bibliografias, também registro minha gratidão. À Universidade de São Paulo, de modo geral, por viabilizar meu projeto.

Por fim, agradeço à cidade de São Paulo, “*que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi*”, mas eu segui, “*foste um difícil começo*”, especialmente, para “*quem vem de outro sonho feliz de cidade, Aprende depressa a chamar-te de realidade*”. Entre inquietações pessoais e acadêmicas, eu cresci, terminei a tese e aprendi a gostar da cidade de São Paulo mesmo sem entendê-la.

*V. Ex^a. com a sua Longa degração da Quinta [da Conceição]
pouco | lhe terá importado saber se na Corte há alguma coisa a
resp.^{to} de | mim; eu ainda que não descanso no modo de bem
satisfazer | as minhas obrigaçoénz, Sempre vivo asustado, e
cuidadozo, | **porq' o cazo não está em ser Gentil Homem, o
ponto está q' | a todos assim o pareçaõ.** |*

Carta do 2º marquês do Lavradio ao tio, Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1770, BR-AN_C_1095_f 266.

SUMÁRIO

RESUMO, p. 09

ABSTRACT, p. 10

INTRODUÇÃO, p. 11

CAPÍTULO 1 - A prática epistolar e suas sensações: sentir, escrever (falar) e ler (ouvir)

1.1 - Primeiras palavras: a exteriorização das sensibilidades, p. 25

1.2 - Cultura escrita: a prática epistolar, p. 32

1.3 - A carta e os sentidos: sensação de fala e sensação de escuta, p. 55

1.4 - A carta e sua circularidade, p. 70

1.5 - Saber escrever, os manuais portugueses de prática epistolar: algumas considerações, p. 78

1.6 - O compêndio de Francisco José Freire: *O secretario portuguez* (1745), p. 89

1.6.1 - A obra, p. 103

1.6.2 - Os tipos epistolares, p. 123

CAPÍTULO 2 - Marcas de historicidade... A correspondência do 2º marquês do Lavradio

2.1 - Considerações iniciais, p. 140

2.2 - Análise diplomática e tipologia documental, p. 146

2.3 - Formação do Banco de Dados: Correspondência do 2º marquês do Lavradio, p. 152

2.4 - Estudo do *corpus* (Códices, Fundo e Coleções), p. 155

2.5 - Breve História Custodial dos Códices, Fundo e Coleções, p. 192

CAPÍTULO 3 - D. Luís de Almeida, o 2º marquês do Lavradio, entre: sentir, escrever e governar

3.1 - D. Luís de Almeida, além de vice-rei: ensaio biográfico..., p. 204

3.2 - D. Luís de Almeida a sentir e a escrever cartas para governar, p. 236

3.3 - D. Luís de Almeida: ser vice-rei e a hesitação do exercício do poder, p. 266

3.4 - A invasão castelhana na ilha de Santa Catarina, em 1777, um problema para a imagem de D. Luís de Almeida, p. 292

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 323

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA - pessoal e familiar de D. Luís de Almeida, p. 330

APÊNDICE, p. 335

FONTES, p. 361

BIBLIOGRAFIA, p. 370

RESUMO

Esta tese versa sobre a prática de escrita de cartas na época moderna, sobretudo no século XVIII, incluindo-se a carta como objeto de estudo, ao se considerar seu sentido, produção, marca de sociabilidade, aspecto materiais, espaço de trocas de sensibilidades e dispositivo da prática de governar. Para isso, analisamos alguns manuais modernos de escrita de carta e de secretário, especialmente, o de Francisco José Freire, *O secretario portuguez* (1745). Ao se estudar a prática epistolar, criou-se o conceito de sensação de fala e sensação de escuta, para pensar a carta enquanto portadora da voz do remetente, despertando no destinatário a audição, ativada pela conexão entre os sentidos – questão que também considerou a circularidade da carta entre os espaços de sociabilidade e manifestação do sensível. Assim, depois de pensar a carta em categorias teóricas, estudamos a correspondência de D. Luís de Almeida, o 2º marquês do Lavradio. Cartas produzidas por este português no período no qual deixou Lisboa para servir ao rei como governador da Bahia e depois como vice-rei do Brasil, permanecendo na América de 1768 a 1779. As instituições que abrigam a correspondência que formou o principal *corpus* da tese são: em Portugal, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino e Academia de Ciência de Lisboa; no Brasil, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional. O *corpus* foi estudado pormenorizadamente reunindo informações quantitativas e qualitativas, considerando a materialidade da carta e sua trajetória de composição e preservação. Por fim, o terceiro momento do estudo analisou o conteúdo das cartas, para pensar o governo colonial regido através delas, refletindo sobre os diferentes papéis sociais ocupados por D. Luís de Almeida, a atuação do vice-rei e suas problemáticas de governo; e as estratégias utilizadas para impedir a má reputação social diante da perda do território. Contudo, esta tese une sentir, escrever e governar, para pensar a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida.

Palavras-chave: prática epistolar – cartas – manuais de escrita – governo colonial – 2º marquês do Lavradio – século XVIII.

ABSTRACT

This thesis studies the practice of writing letters in modern times, mainly in the 18th century, including letters as object of study, considering its sense, production, mark of sociability, material aspects, space of sensibility trades and practice of government's device. Thereunto, we analyze some modern manuals of letters and secretary writing, specially Francisco José Freire's, *O secretario portuguez* (1745). When studying the epistolary practice, the concept of the sensation of speech and the sensation of listening was created, to think letters as voice carrier of the sender, awaking in the addressee the audition, activated by the connection between the senses – issue that also considered the circulation of letter between the spaces of sociability and manifestation of the sensible. So, after thinking letter in theoretical categories, we studied D. Luís de Almeida's correspondence, the 2nd marquis of Lavradio. Letters produced by this portuguese in the period in which he left Lisboa to serve the king as governor of Bahia and later as viceroy of Brazil, staying in America from 1768 until 1779. The institutions that house the correspondence that formed the main *corpus* of this thesis are: in Portugal, Biblioteca Nacional (National Library), Arquivo Histórico Ultramarino (Overseas Historical Archive) and Academia de Ciência de Lisboa (Science Academy of Lisbon); in Brazil, Arquivo Nacional (National Archive) and Biblioteca Nacional (National Library). The *corpus* was studied particularly gathering quantitative and qualitative information, considering the materiality of letter and its trajectory of composition and preservation. Finally, the third moment of the study examined the letters' content, to think the colonial government ruled through them, reflecting about the different social roles occupied by D. Luís de Almeida, the performance of the viceroy and its government's problematics; and the strategies used to prevent the bad social reputation facing the loss of the territory. However, this thesis unites feeling, writing and government, to think the epistolary practice and the D. Luís de Almeida's letters.

Keywords: epistolary practice – letters – writing manual – colonial government – 2nd marquis of Lavradio – 18th century

INTRODUÇÃO

Sim Senhor Afonso o Marquez do Lavradio
hé sem | pre o mesmo em toda
a p.^e e em todo o tempo.¹

Muitas manifestações religiosas aconteceram no Brasil colonial setecentista, dentre elas, em julho de 1771 realizou-se uma festa em homenagem a Nossa Senhora do Monte de Carmo. A igreja fica localizada no que hoje se conhece como centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Entre os muitos participantes da festa, estava o vice-rei do Brasil, D. Luís de Almeida, o 2º marquês do Lavradio, que embora estivesse no festejo, sentia-se inquieto, pois aguardava a chegada de embarcação ao porto da capital vice-reinal. D. Luís de Almeida, antes de ir à festa, já tinha perguntado aos ajudantes de ordem se existia sinal de algo no horizonte e a resposta foi negativa. Mas, em torno das 15 horas, daquele dia agitado na capital, 16 de julho, recebeu a notícia de que se avistava uma nau – era a corveta Nossa Senhora da Guia e Santa Rita. Neste instante, D. Luís de Almeida, com toda a pressa que podia, mandou que o navio se aproximasse da barra e correu até um local chamado Nossa Senhora da Glória, o ponto mais próximo de onde as embarcações aportavam. E ali mesmo, D. Luís de Almeida sanou suas ansiedades – “ali | as abri e encontrando nellaz a estimavel noticia q desejava”.² Mas, o que tanto o vice-rei do Brasil aguardava? Ele esperava por cartas e notícias. Quais notícias? A boa saúde da filha e o nascimento do neto, filho de Francisca Teresa de Almeida com o conde de Vila Verde.³ Assim, escreveu,

¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Afonso Furtado de Mendonça (irmão de Antônio Carlos Furtado de Mendonça), Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1773, BR-AN_C_1096_f 70v.

² Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1771, BR-AN_C_1095_f 303. Destacamos que as abreviaturas utilizadas nesta tese serão as seguintes: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro (**BR-AN**), Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (**BR-BN**), Biblioteca Nacional de Portugal (**PT-BN**), Academia de Ciência de Lisboa (**PT-ACL**) e Arquivo Histórico Ultramarino (**AHU**).

³ José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz.

Eu estou taõ vaidoso deste parentesco /q hé mais huá demonstração | da m.^a proveta idade/ q já hoje em todas as m.^{as} comversoéns não falo | q do meu querido Neto, a q.^m lhe deito de todo o meu C.⁴ a m.^a benção e dez.^o | as mayores felid.^{es} |⁵

Com estas palavras, D. Luís de Almeida narrou ao genro a chegada da estimada notícia, e ao encerrar a carta, escrita em 29 de julho de 1771, expressou: “como esta Carta poderá chegar no mes de Novembro em q | VV. Costumaõ devertirse com as suas aSembleas não quero eu já q lhe | não presto p.^a couzas boas, darlhe ao menos o descomodo de hir interrom | per o seu divertim.^{to} com a m.^a impertinente escrita, e por esta rezaõ | me rezolvo acabala”.⁶ *Com esta carta apresentamos os dois principais focos deste trabalho: a prática epistolar setecentista e a correspondência de D. Luís de Almeida.*

Através da análise desta missiva podemos destacar algumas características da prática de escrita de cartas no século XVIII. Nela presenciamos: os anseios por notícias dos familiares, as angústias em torno da chegada de embarcações, a manifestação das sensibilidades no trato familiar e um dos sentidos da prática epistolar, ou seja, representar o remetente diante do destinatário, ao ponto de se considerar quando era ou não conveniente apresentar-se. Como demonstrou D. Luís de Almeida, que não gostaria de incomodar o genro, caso a carta chegasse em novembro, época na qual a família se reunia para divertimentos, como relatou. Assim, a carta pode ser considerada mais do que um simples papel abrigado por letras, sua materialidade estava envolvida por sentimentos e representações que a transformavam na presença do outro. Eis o que D. Luís de Almeida escreveu ao tio, “não me foy possi | vel escrever a VEx.^a pela grandissima Lida, e ocupaçaõ, | em q’ me achava ao tempo da Sua partida [embarcação destinada a Lisboa]; VEx.^a deve | aseitar esta minha desculpa, e acreditar a morteficaçaõ, | com que dechey de aparecer na Sua

⁴ C. = *coração*.

⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1771, BR-AN_C_1095_f 303.

⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1771, BR-AN_C_1095_f 303.

prezença”.⁷ Os afazeres impediram que o marquês do Lavradio escrevesse ao tio e pudesse estar diante dele.

Pedro José García Balboa, que escolheu chamar-se Frei Martín Sarmiento,⁸ depois de escrever, em 1732, *Demostración crítico-apologética del Teatro crítico universal*,⁹ que lhe rendeu muitas polêmicas, consideradas por ele estéreis, resolveu que não publicaria mais nenhum de seus escritos e, definitivamente, viveria confinado em sua cela em uma comunidade religiosa de Madri. Atitude que causou a indignação de alguns amigos. Por fim, para responder as contestações escreveu “El porque sí y porque no” a diferentes classes de amigos,¹⁰ com o objetivo de satisfazer a todos as perguntas que recebeu sobre assuntos variados. Mas, qual a relação de Sarmiento com a prática epistolar?

Sarmiento afirmou que gostaria de viver retirado e recluso entre as paredes de sua cela, assim, escreveu: “Las cartas las considero como *visitas* de gorra de entremetidos,¹¹ y á los mas de los quales, no abriria yo mi puerta si viniesen en persona á molestarme”.¹² Pois, as cartas “son muy semejantes á las visitas, pues son unas visitas por el correo. Por esta razon los que censuran mi

⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 23 de março de 1773, BR-AN_C_1096_f 23v.

⁸ Sarmiento nasceu em março de 1695 e morreu aos 77 anos, em dezembro de 1772, “quizás en su celda, rodeado de los 7500 volúmenes que había ido reuniendo a lo largo de su vida de lector y escritor incansable”. In: Sarmiento, Martín. *El porque sí y porque nó*. Edición crítica, introducción y notas de Michel Dubuis, Nicole Rochaix e Jöel Saugnieux, 1988. pp. 17.

⁹ “La única obra propia que publica Fr. Martín es su *Demostración crítico-apologética del Teatro crítico universal* (1732), cuyas cuatro ediciones en vida fueron su principal fuente de ingresos para la compra de su notable biblioteca personal”. In: Sarmiento, Martín. *El porque sí y porque nó*. Edición crítica, introducción y notas de Michel Dubuis, Nicole Rochaix e Jöel Saugnieux, 1988. pp. 10.

¹⁰ Eis as classes de amigos, de acordo com Sarmiento: “1ª Amigos verdaderos y doctos: pocos. 2ª Amigos ciegos y mal apasionados: algunos. 3ª Amigos solapados y chismosos: muchos. 4ª Emulos envidiosos por idiotas: muchísimos. 5ª Enemigos declarados de valde: no pocos. 6ª Indiferentes desconocidos: infinitos”. In: SARMIENTO, Martín. *El porque sí y porque nó*, del P. Martín Sarmiento [Texto impreso]: satisfacción crítico-apologética de su conducta. Madrid, 1758. pp. 1.

¹¹ Gorra de entremetidos, segundo o dicionário setecentista, significa: “irse introduzindo destramente na amizade de alguém”. BLUTEAU, *Raphael. Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, rchitectonico (...)*. Coimbra, 1712 – 1728. pp. 97. *Informações adicionais*: os 8 volumes que compõem o *dicionário* foram publicados ao longo de 9 anos, a saber: Volumes I e II, em 1712; III e IV, em 1713; volume V, em 1716, volumes VI e VII, em 1720 e o volume VIII, em 1721. Aos oito volumes juntaram-se outros dois de suplementos publicados entre 1727 e 1728, contendo mais de cinco mil vocábulos que não constavam nos volumes anteriores. Exemplar digitalizado e disponível nos endereços: www.ieb.usp.br e www.brasiliana.usp.br.

¹² SARMIENTO, M. *El porque sí y porque nó*, cit. pp. 132.

conducta en orden á las visitas, estiran tambien esa censura á las cartas”.¹³ Deste modo, Sarmiento esclarecia que não gostaria de receber visitas pessoais e epistolares, argumentando que já tinha perdido muito tempo respondendo cartas sem sentido, além de ter gastado muito dinheiro. Pois, ainda no século XVIII, o destinatário era o responsável pelo pagamento dos serviços postais. O que certamente não deve ter acontecido com os destinatários de D. Luís de Almeida, já que ele enviava suas cartas junto ao malote real. Assim, Sarmiento preferia ser visto como descortês e não responder às cartas que o atazanavam. Pois, argumentou,

¿Por qué he de responder por escrito, á quien no dexaria entrar en mi celda si no traia conocido para responder de palabra? ¿Y qué seria si fuese que uno de esos desconocidos, que no debía permitir entrase en mi celda, me hiciese pagar el porte de su indiscreta tentativa? ¿Si no estoy obligado á recibir visita personal y de valde de un ignoro, porque he de recibir su visita por el correo, pagando antes lo que el correo señaláre?¹⁴

Com estas palavras, percebemos as indignações de Sarmiento diante do recebimento de cartas, segundo ele, inoportunas. Porém, o que nos interessa nas argumentações enfurecidas de Sarmiento foi o paralelo que estabeleceu entre a carta e a visita.

A carta, como principal meio de comunicação entre os distantes no século XVIII, representava o remetente em *corpo* e *voz* diante do destinatário. Por isso, Sarmiento pretendia finalizar a chegada de visitas que o atormentavam, sobretudo, as vindas pelo correio. E, do mesmo modo, D. Luís de Almeida, quando escreveu ao genro, que não gostaria de proporcionar o “descomodo de hir interrom | per o seu divertim.^{to}”, pois sua carta iria representá-lo aos familiares. Portanto, a carta, entre as sociabilidades na idade moderna, foi uma ferramenta de grande relevância, especialmente, diante do aumento das mobilidades da sociedade ocidental com as navegações e interligações com o dito “novo mundo”. Assim, a carta uniu os distantes, viabilizou os governos ultramarinos e excedeu as necessidades de comunicação.

¹³ SARMIENTO, M. *El porque sí y porque nó*, cit. pp. 139.

¹⁴ SARMIENTO, M. *El porque sí y porque nó*, cit. pp. 180.

Entre os séculos XVII e XVIII surgiram os primeiros romances escritos em forma epistolar, compostos por uma ou mais cartas, com dois ou mais personagens. Segundo estudos de Maria Regina Bettiol, os primeiros romances foram: *Le roman des lettres* (Aubignac - 1667), *Les lettres de Babet de Boursualt* (1669) e as *Cartas portuguesas*¹⁵ (Guilleragues - 1669), sendo que o “sucesso desta última obra foi decisivo para o desenvolvimento do gênero – e a carta se torna instrumento de representação romanesca da intimidade e das possibilidades de troca”.¹⁶ Porém, foi no século XVIII que surgiram muitos romances epistolares, como: *Pamela ou la vertu récompensée* (Richardson - 1740), *A nova Heloísa* (Jean Jacques Rousseau - 1761), *Ligações perigosas* (Pierre-Ambroise Choderlos de Laclos - 1782), *Os sofrimentos do jovem Werther* (Wolfgang Von Goethe - 1774). Para Eugénia Leal, desde o século XVII, “a correspondência pessoal se tornou um acontecimento social e literário”.¹⁷ Assim, do social para o literário, ou do literário ao social, o século XVIII foi marcado por cartas, que no mundo ficcional ou real circularam em cavalos, sacolas pessoais ou embarcações para garantir que os distantes pudessem se sentir presentes. Deste modo, a carta também recebeu destaque nos inúmeros manuais de escrita que se dedicaram a tematizar a prática epistolar, tamanha sua necessidade e presença nas sociabilidades moderna.

Vida particular e modos de governar se articulavam junto à prática epistolar. Para o historiador John Elliot, os membros do governo colonial no novo mundo, “viram-se na prática acorrentados por cadeias de papel ao governo

¹⁵ Nas *Breves notas* de Nuno Figueiredo à edição que organizou das *Cartas Portuguesas*, o autor anunciou que elas eram um caso único na literatura universal, por apresentarem, na fala da freira, um tipo diferente de amor, um amor sem limites. Nas cartas “se pode ler a maneira portuguesa de amar, um dos traços característicos da maneira portuguesa de estar no mundo e de encarar a vida”. Além disso, vale lembrar que por muito tempo se discutiu a autoria das cartas, pois foram publicadas pela primeira vez em francês. Assim, conforme Figueiredo, através das pesquisas de Green, aos *registros de privilégios* reais, um rei francês, em 1668, concedeu privilégios a Guilleragues pela composição de algumas obras, incluindo “*Lettres Portugaises*”. Portanto, aparentemente, para alguns pesquisadores confirmou-se a autoria das cartas, mas, Figueiredo prefere acreditar que a jovem freira portuguesa e seu amor, um fidalgo francês, realmente existiram. ALCOFORADO, Soror Mariana. *Cartas Portuguesas*. Trad. Nuno Figueiredo. Europa-América, 1974. pp. 105.

¹⁶ BETTIOL, Maria Regina Barcelos. *A escritura do intervalo. A poética epistolar de Antônio Vieira*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2008. pp. 29.

¹⁷ LEAL, Eugénia. As cartas filosóficas de Voltaire ou uma nova forma de epistolografia no século XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ALMEIDA, Teresa Sousa de; ANASTÁCIO, Vanda. *Correspondências – Usos da carta no século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri e Fundação das casas de Fronteira e Alorna, 2005. pp. 217

central da Espanha. Pena, tinta e papel eram instrumentos com que a coroa espanhola respondia aos inéditos desafios da distância implícitos na posse de um império de amplitude mundial”.¹⁸ Esta situação também foi válida aos portugueses, que fizeram da pena, da tinta e do papel dispositivos da arte de governar a distância, pois para a efetivação do governo, antes de fortalezas, foi preciso que a escrita, especialmente a de cartas, se configurasse como uma prática imanente ao governo colonial. No século XVI um dos vice-reis da América espanhola relatou uma semana de trabalho e entre os apontamentos escreveu: “E todo o resto do tempo é consumido com a leitura de cartas de prelados, frades, *alcaldes mayores*, *corregidores*, (...). Isso é um trabalho imenso, e quando os navios chegam ou partem, o trabalho é triplicado”.¹⁹ Portanto, uma das funções principais dos administradores ultramarinos estava ligada à escrita de cartas.²⁰

Na América Portuguesa, em 1752, quando o conde de Bobadela, deixou o governo de Minas Gerais aos cuidados do irmão José Antônio de Andrade, lhe ofereceu algumas instruções. Ao instruí-lo de como deveria principiar o dia, disse que nas primeiras horas era necessário entregar-se aos exercícios católicos, pedindo a Deus proteção. Logo, fazer a alimentação e começar a responder as cartas, o que serviria como testemunha de sua capacidade, espírito e intenções, assim “escreve sempre com reflexão, e por termos breves, enquanto não tiverdes bastante conhecimento do caracter de quem vos fala e vos escreve (que é quem vos observa): ouvi muito, escrevei e fallai o que baste para não fazer insipida ou secca a conversação, ou embaraçar a expedição dos negocios”.²¹ Por conseguinte, se entre as tantas instruções que Bobadela destinou ao irmão, a

¹⁸ ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 287.

¹⁹ Elliot retirou esta citação da obra: *Los Virreyes Españoles en América durante el Gobierno de la Casa de Áustria*, ed. Lewis Hanke, Madrid, 1976, vol. I, p. 203, Biblioteca de Autores Españoles, CCLXXIII, p. 128-189. ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 291.

²⁰ Cabe considerar que até os dias atuais os governos se estabelecem em torno da escrita. Entretanto, no século XVIII, e precedentes, as dinâmicas de circulação da escrita eram outras, especialmente, diante da morosidade em vencer as distâncias.

²¹ GOMES, Freire de Andrade. Instrução e norma que deu Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Bobadella a seu irmão (...) José Antonio Freire de Andrade para o governo de Minas (...) 1752. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. IV, 1899. pp. 728.

prática epistolar mereceu ser tematizada com cautela, percebemos a importância da escrita entre as práticas do governo colonial. Não só porque era através dela que as comunicações se estabeleciam, mas porque a escrita representava o distante, instruía, proporcionava desafogos e permitiu o exercício da governança. Cabe salientar que o poder monárquico foi efetivado em um ambiente disperso e com fragilidades impostas, especialmente, pela distância. Assim, segundo John Elliot, os desentendimentos do sistema eram também a garantia do seu funcionamento, pois deste modo, os indivíduos controlavam-se entre si, e isso, permitiu um “adequado espaço de manobra nos interstícios do poder”,²² manobras, certamente, articuladas por palavras escritas.

Voltemos a D. Luís de Almeida... O 2º marquês do Lavradio chegou à América Portuguesa para ser governador da capitania da Bahia em 1768 e depois foi ordenado a passar ao Rio de Janeiro como vice-rei e capitão general de mar e terra do estado do Brasil, onde permaneceu de 1769 a 1779. Portanto, D. Luís de Almeida foi encarregado de ser um representante do rei em terras ultramarinas, munido de experiência militar, fidalguia, instruções reais e familiares. Desembarcou no Brasil com uma missão: conservar e preservar o que pertencia a Portugal, para isso, sentiu, escreveu e governou. Em junho de 1773, compartilhou com o tio Tomás de Almeida, um importante amigo, conselheiro e receptor das cartas enviadas da colônia, sua percepção do sentido de governar,

Eu vou com | tinuando este Governo Soportando naõ pequeno
trabalho, por me Ser | necesario caminhar continuadam.^{te}
Sobre os mais dolorozos e envenena | dos espinhos, uso do
remedio, que posso marchando com o vagar, e bran | dura, q
me he possivel, afim de melhor poder acertar nas minhas |
obrigaçõens, e utilidadez do Rey, e dos Povos procurando por
este mo || [f 45v] modo ver se posso Livrarme dos eminentes
percipicios, a borda | dos quaez me tenho visto por repitidas
vezes.²³

²² ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 288.

²³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1773, BR-AN_C_1096_f 45-45v.

Estas palavras foram um desabafo do vice-rei ao tio, manifestando suas preocupações a beira do precipício, ou seja, diante do exercício da governança na capitania do Rio de Janeiro. Contudo, o que apresentamos tem o objetivo de inserir as intenções analíticas desta tese: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida.

O objeto de estudo desta pesquisa é formado pela correspondência ativa do 2º marquês do Lavradio, escrita enquanto fez da América seu endereço de postagem – cartas passivas e de terceiros, e outros documentos coloniais também foram pesquisados. Para estudarmos as cartas de D. Luís de Almeida fizemos algumas investidas de análise. Assim, a carta enquanto objeto de estudo foi pensada no ambiente setecentista moderno e, especialmente, português. Mas, por que as cartas de D. Luís de Almeida? Sobretudo, pela riqueza quantitativa e qualitativa. A correspondência de Lavradio reúne um número bastante considerável de cartas, aproximadamente, mais de 1500 exemplares, entre as que esta pesquisa analisou, pois a quantidade real ultrapassa este dado.²⁴ Além disso, a existência atual de tais documentos foi, antes de tudo, uma intenção de guarda começada por D. Luís de Almeida, como veremos.

Ao estudarmos as cartas do 2º marquês do Lavradio, pensamos a prática epistolar em uma perspectiva maior, contemplando sua formação enquanto um objeto de trocas de sensibilidades, sociabilidades e representações do eu. Portanto, a carta foi atrelada aos debates da Cultura Escrita e foi pensada junto aos manuais de escrita e de prática epistolar, os quais buscavam ensinar o homem moderno a expressar o sentir em palavras escritas e materializadas no papel. Neste sentido, os conceitos de *sensação de fala* e *sensação de escuta* foram criados para contribuir com o pensar a escrita de cartas, além de sua função comunicativa, mas como um espaço de sensibilidades e de *entresentir*. Contudo, estes foram os temas do primeiro capítulo: *A prática epistolar e suas sensações*.

²⁴ Ressaltamos que os governadores ultramarinos produziram uma considerável massa documental. Sendo que alguns destes documentos foram preservados em diferentes arquivos no Brasil e em Portugal. Entretanto, no caso do 2º marquês do Lavradio, possuímos o privilégio dele ter se preocupado com sua correspondência e, assim, iniciou o processo de conservação através dos livros de copiadoreis.

Depois de pensarmos a carta como um objeto de estudo, independente do que nos contam suas linhas e entrelinhas, partimos para a análise da correspondência. Neste ponto, o conteúdo continuou sendo pouco considerado, pois o objetivo estava voltado para o estudo da materialidade do documento. Assim, nos questionamos: como as cartas foram preservadas? Como chegaram as instituições de guarda? Quem as preservou? A correspondência de Lavradio é composta por documentos avulsos ou códices? Quais os critérios dos códices? São cópias ou originais? Como as cartas de ofício e de amizade estão divididas? Tais critérios são contemporâneos ou foram estabelecidos por D. Luís? Portanto, tais questões estruturaram o segundo capítulo, ou seja, o estudo do *corpus* que originou a formação do banco de dados: Correspondência do 2º marquês do Lavradio. Assim, o segundo capítulo *Marcas de historicidade* estudou a correspondência de D. Luís de Almeida como um objeto que em si possui historicidade e trajetória.

Por fim, o terceiro capítulo buscou atrelar a discussão dos dois anteriores à escrita de D. Luís de Almeida e suas *sensações de fala* nos permitiram visualizar o 2º marquês do Lavradio que não foi apenas o vice-rei do Brasil. D. Luís ocupou diversos papéis sociais que foram representados em suas cartas, portanto, sem que o estudo fosse puramente biográfico, foi possível conhecer um pouco mais do português setecentista que muitas vezes foi visto apenas como um dos vice-reis do Brasil pela historiografia. Além disso, com a escrita de Lavradio estudamos o vice-rei que temeu sua posição diante das incertezas do poder, vivendo angustiado e temeroso quanto a sua reputação, especialmente, com o episódio da invasão castelhana na ilha de Santa Catarina, tema que deixou o coração do vice-rei desolado e despertou o grande jogador – o governador que jogou com palavras para se livrar da culpa pela perda do território – jogo do qual Lavradio fez parte durante toda sua estada na América.

O terceiro capítulo ainda tematizou o sentido de governar tendo como principais instrumentos a pena, o tinteiro e o papel. Pois, as ações empreendidas na colônia aguardavam o aval do rei, sobretudo, de seus secretários de governo. Em uma das tantas cartas enviadas ao tio, Lavradio lamentou-se por sempre aproveitar as saídas de embarcação para escrever aos familiares, embora

estivesse sem receber notícias de Lisboa. Observou que tinha completado um ano de serviço e que esperava muito que se cumprissem brevemente os três anos para retornar ao reino – acreditando que sua atuação como governador não ultrapassaria o tempo estipulado de três anos para os governos ultramarinos, mesmo que a decisão definitiva fosse rei. Além disso, participou ao confidente,

A falta de chegada de Navios tem²⁵ feito tambem | o tela eu experimentado de respostas de todas as minhas | contas, eu tenho ido Suspendendo o ardor com que prin | cipiei a trabalhar, principal.^{te} em tudo o que era inovar | os maus e antigos costumes, porque o receyo de poder ter | obrado com menos acerto, principal.^{te} não tendo tido | nenhuma resposta que possa abunar, e authorizar as | minhas rezolucoens *de sorte que me acho na rezolução | de me concervar em descanso athé que a corte me determi | ne se devo, ou não continuar.*²⁶

Neste sentido, o governo colonial foi também uma administração de intervalos, já que os governadores e também o vice-rei aguardavam que chegassem da corte as instruções e aprovações ou não, conforme o que tinham realizado. Assim, verificamos a dependência da colônia ao poder central, questão que deu ao governo colonial uma temporalidade própria e baseada no ritmo das cartas. Pois, como sublinhou Lavradio, embora tivesse iniciado o seu governo na Bahia com força total, teve que se entregar ao descanso, aguardando que a corte determinasse se deveria ou não continuar seus empreendimentos – perspectiva que também acompanhou D. Luís na administração do Rio de Janeiro como vice-rei.

A construção deste trabalho enfrentou como desafios, falar de um administrador colonial de destaque e inúmeras vezes analisado pela historiografia do Brasil colonial. Investimos em uma proposta que interligasse o estudo da correspondência como objeto de análise e portadora de informações referentes ao seu espaço-tempo, sem ser uma análise puramente biográfica ou apenas de sua administração, mas as duas ao mesmo tempo. Assim, incluíram-se na

²⁵ Escrito na entrelinha.

²⁶ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Bahia, 08 de abril de 1769, BR-AN_C_1095_f 67v.

discussão as sensibilidades do século XVIII, impregnadas nas cartas do 2º marquês do Lavradio, que embora não tenha falado abertamente de sua intimidade, fez das cartas de amizade, correspondências mistas, formadas por assuntos públicos e particulares, nas quais o vice-rei oferecia espaço a D. Luís de Almeida. Portanto, as cartas de amizade – uma importante particularidade de Lavradio, ao registrá-las em códices – nos permitem visualizar traços de como D. Luís sentia e se manifestava através de suas sensações de fala, considerando-se, por exemplo, os aspectos humanos e sensíveis de quem vivia a distância. Em março de 1771, escreveu a um parente, argumentando que a “mil tempos” não recebia notícias da família, “todos recebem Cartas dos Seuz, só eu | Sou o q parece q fui ingeitado, e deitado a margem neste Continente | não devendo memoria a pesoa alguma”.²⁷

Ainda vale lembrar, que o destino dos homens de governo era algo incerto, pois abandonar a administração da casa e partir rumo às possessões ultramarinas poderia representar a sua ruína. Na leitura das cartas de D. Luís percebemos que ser vice-rei, o que aparentemente implicaria em suntuosidades, na verdade poderia ser um período de grandes dificuldades – eis o que compartilhou com o tio “eu emq.^{to} Governo acho | me não devo facelitar com os meuz Suditos pedindo lhe me a | judem a viver, Se de Lá me não derem a providência venderei | athe a camisa”.²⁸ De acordo com Laura de Mello e Souza, “para dourar os brasões, muitas vezes arruinavam-se as casas, que as ausências prolongadas de seus chefes deixavam acéfalas, entregues a administradores inescrupulosos, a esposas tímidas, inexperientes, inseguras e filhos ainda bem jovens”.²⁹ Portanto, a entrega ao governo colonial era marcada por privações. D. Luís de Almeida deixou as finanças da casa aos cuidados dos procuradores Manuel Inácio Ferreira e José de Sousa e Abreu. Ao escolher tais representantes, Lavradio não pretendia sobrecarregar a marquesa do Lavradio e o tio com assuntos financeiros, já que

²⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de março de 1771, BR-AN_C_1095_f 288v.

²⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1771, BR-AN_C_1095_f 283.

²⁹ SOUZA, Laura de Mello. O público e o privado no Império português de meados do século XVIII: uma carta de D. João de Almeida, conde de Assumar, a D. Pedro de Almeida, marquês de Alorna e vice-rei da Índia, 1749. *Revista Tempo: Universidade Federal Fluminense* - Departamento de História. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002, vol. 7, número 13, julho. pp. 73.

cuidariam da educação e dos casamentos da prole. Já o irmão, Martinho Lourenço de Almeida, vivia longe de Lisboa e o filho primogênito ainda era muito jovem. Assim, quando foi acusado pelo tio de pedir o que a casa não tinha, já que vinha passando por dificuldades, acabou sendo ríspido. Mas, logo escreveu uma nova carta e manifestou, “e se em algúa das m.^{as} Cartas, ou por cauza do meu | ardór, ou da m.^a meLancoLia, VEx.^{as} nellas Lerem algúa palavra | menos agradável, VEx.^{as} me desculpem, como hum desafoço de | quem vive em tanta aflição”.³⁰ Aqui, cabe lembrar, que talvez a marquesa do Lavradio não tenha sido tão tímida, já que cuidou cautelosamente dos arranjos matrimoniais da casa, na ausência do marido, embora tenha contado com a ajuda do importante secretário de governo, marquês de Pombal. Os arranjos de casamento poderiam ser considerados uma das principais articulações da sociedade de corte moderna.

D. Luís de Almeida viveu a aflição de ver sua casa passando por dificuldades e, por outro lado, presenciou os problemas do governo colonial, diante da já latente escassez de recursos, até mesmo para a remuneração dos militares e do próprio vice-rei. Segundo o historiador Nuno Monteiro, muitas casas caíam em desgraça ao assumiram cargos de governo, pois, “sempre que os vice-reis regressavam da Índia ou do Brasil eram sujeitos a devassas (ficando enquanto estas decorriam sempre apartados da Corte), nas quais a principal suspeição era, na maior parte das vezes, a das práticas mercantis; e as quedas efetivas em desgraça tiveram sempre entre os motivos conhecidos, pelo que se sabe, o exercício da mercancia”.³¹ Entretanto, D. Luís de Almeida não fez parte das ditas práticas ilícitas, ou seja, envolvendo-se em tramas comerciais. Segundo o 6º marquês do Lavradio, ao escrever sobre o governo do parente longínquo, “Os 11 anos de Brasil arruinaram-lhe a saude, endividaram-lhe a sua grande

³⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1771, BR-AN_C_1095_f 311.

³¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 275.

casa, mas davam-lhe o direito de adoptar a divisa do grande Henrique: *Talent de bien faire*".³²

Enfim, apresentamos as propostas que conduziram a pesquisa e formaram esta tese. Esclarecemos que todas as citações presentes neste trabalho respeitaram a grafia e a gramática de onde foram retiradas. Não só pelos motivos teórico-metodológicos que serão esclarecidos no primeiro e segundo capítulos, mas também como um convite a ingressar no mundo da prática de escrita setecentista portuguesa. Portanto, um convite a viajar pelo século XVIII e suas representações, ao modo de sentir e escrever de D. Luís de Almeida.

"*Gosto de Dizer. Direi melhor: gosto de palavrar. As palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas*".³³ Assim, *palavrarei* entre as minhas palavras e as de D. Luís de Almeida e juntos compomos esta tese. Um trabalho em conjunto e com muitas mãos, especialmente, as minhas e as de D. Luís, que, muitas vezes, fez uso das mãos de seus secretários para *palavrear*. Contudo, como o desassossegado poeta Fernando Pessoa, eu também amo as palavras, sejam elas faladas ou escritas, deste modo, materializo em palavras minha pesquisa de doutoramento em formato de tese.

Como tudo começou? Durante o mestrado realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, com a orientação da Profa. Maria Bernardete Ramos Flores, em 2005 participei do XXIII Simpósio Nacional de História - *História: guerra e paz*, na cidade de Londrina, onde apresentei a comunicação intitulada "Lidas novamente: a escrita de cartas como prática do governo colonial (século XVIII)", no simpósio temático oferecido pelo Prof. István Jancsó. Depois deste

³² SÁ, José d'Almeida Correia de. *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal, 2º marquês do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1942. pp. 144.

³³ PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. Edição: Richard Zenith. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008. pp. 229.

evento, continuei mantendo contato com o Prof. István, que demonstrou interesse pela minha pesquisa. Portanto, ao defender a dissertação participei do processo seletivo de pós-graduação da Universidade de São Paulo, ingressando no doutoramento no segundo semestre de 2006, sob a orientação do Prof. István Jancsó. Embora esta tenha sido enriquecedora e fundamental quanto às discussões bibliográficas, concernentes à história colonial, a partir de outubro de 2007, mudei de orientação, pois meu projeto tomou rumos que ultrapassavam a história administrativa da atuação do 2º marquês do Lavradio, ao incorporar uma perspectiva que envolvesse sua correspondência às discussões da Cultura Escrita do século XVIII. Passei a fazer parte do projeto temático *Dimensões do Império Português*,³⁴ no qual meu projeto foi bem recebido sob a orientação da Profa. Laura de Mello e Souza e indiscutível apoio da Profa. Ana Paula Torres Megiani.

Ao Prof. István Jancsó sou profundamente grata por me apresentar a edição das cartas de amizade de D. Luís de Almeida, material que não incorporei no mestrado, mas que foi fundamental para pensar o projeto do doutorado. Embora minha ligação com Lavradio tivesse se iniciado ainda na iniciação científica, junto às problemáticas da invasão castelhana na ilha de Santa Catarina, nossa relação ainda era tímida e pouco me interessava a escrita de D. Luís em si. Porém, com a estruturação e efetivação do projeto de tese, nossa relação foi ganhando corpo e sentido – representada na emoção de ler uma carta original com letra e assinatura de D. Luís, um objeto no qual ele expressou seus sentimentos, governou, e que sobreviveu a uma viagem marítima e ao tempo. Contudo, mais de dois séculos depois, ainda manifesta o que D. Luís escreveu no longínquo século XVIII. Assim, se estabeleceu minha ligação com D. Luís de Almeida, especialmente, nestes quase cinco anos de doutoramento.

³⁴ O Projeto Temático “Dimensões do Império Português - séculos XV-XIX” foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

CAPÍTULO 1

A PRÁTICA EPISTOLAR E SUAS SENSACIONES: SENTIR, ESCREVER (FALAR) E LER (OUVIR)

1.1 - Primeiras palavras: a exteriorização das sensibilidades

Os historiadores que escolhem desenvolver seu ofício sob o olhar da História Cultural encontram diversos desafios, dentre eles, o de historicizar as subjetividades e os sentimentos, como uma forma de compreender as representações sensíveis daqueles que viveram em outra temporalidade. Objetivo nada fácil, porém intrigante, visto que a História consagra-se diante da eterna possibilidade de reconstrução do passado, o que a torna sempre temporária e momentânea – pois o pensar historiográfico se constitui no tempo e no espaço de convivência do historiador.

Os rastros do passado – as fontes – orientam o trabalho historiográfico, cabendo ao pesquisador a exploração, nunca concluída, das fontes nas suas diferentes dimensões e materialidades. Nunca terminada por ser a História um conhecimento em constante modificação, na medida em que se *resignifica* de acordo com as novas indagações. Portanto, o passado é um tempo vivo que o presente revitaliza de acordo com suas experiências culturais e sociais.

Em relação aos estudos do período colonial luso-brasileiro, dominam, sobretudo, as temáticas administrativas, políticas e econômicas. Na década de 90, do século XX, com a publicação da coleção História da Vida Privada no Brasil, especificamente o volume I *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, a problemática cultural e social teve destaque. Porém, os estudos coloniais na

historiografia nacional permaneceram pouco conectados aos debates da História Cultural.³⁵ Entretanto, um estudo não está além do outro e são complementares ao envolver o homem como um todo, pois junto às temáticas administrativas, políticas e econômicas existiram homens a chorar, a ganhar, a perder, ou seja, a sentir. Para o pesquisador Alain Corbin, que se dedicou ao estudo dos sentidos do homem no tempo, através de uma percepção de *paisagens sensíveis*, “A história social, respeitadora dos humildes, mas por demasiado tempo surda à expressão das afecções (...)”.³⁶ Portanto, ainda cabe a historiografia um aprofundamento mais substancial no mundo cultural e sensível do passado luso-brasileiro, já que a temática timidamente se configura entre os temas de estudo.

Na década de 50, do século passado, Lucien Febvre escreveu “La Sensibilité et l’Histoire: sujet neuf”.³⁷ O tempo avançou, mas podemos considerar que ainda existe um ar de novidade na história das sensibilidades – especialmente, nos estudos do período colonial luso-brasileiro. Neste sentido, admitimos o desafio das intenções desta pesquisa, ao propor uma discussão que articule o estudo da Cultura Escrita setecentista às sensibilidades suscitadas no exercício da escrita epistolar, considerando as problemáticas do governo colonial, através da correspondência de D. Luís de Almeida, o 2º marquês do Lavradio. Deste modo, compartilhamos de mais um questionamento de Alain Corbin,

O que define a história cultural? De certa forma, os indivíduos que vivem um mesmo período não são contemporâneos. A história cultural é feita de recobrimentos, de sedimentações, de inércias, isto é, não se sente as mesmas coisas, segundo uma série de critérios: o sexo, a idade, a categoria social, o local geográfico, a tradição, ou a cultura que se recebeu.³⁸

³⁵ NOVAIS, Fernando (coord. Coleção); SOUZA, Laura de Mello e (org. do vol.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁶ CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad.: Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 295.

³⁷ FEBVRE, Lucien. La sensibilité et l’histoire: comment reconstituer la vie affective d’autrefois? In: CHARTIER, Roger; DUBY, George; FEBVRE, Lucien; FRANCASTEL, Pierre; MANDROU, Robert. *La sensibilité dans l’histoire*. Paris: Gérard Monfort, 1987. pp. 95.

³⁸ VIDAL, Laurent. Alain Corbin: o prazer do historiador. [Entrevista] *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 25, n. 49, 2005, pp. 17.

Portanto, D. Luís de Almeida fez parte de sociabilidades e sensibilidades compartilhadas entre os setecentistas, mas isso não significa que todos sentiram como ele ou da mesma maneira. Assim, a escrita do 2º marquês do Lavradio pode não representar de modo mais geral a escrita setecentista, mas foi a prática de um homem daquele tempo e espaço sociocultural.

Entre os séculos XVI e XVIII, a sociabilidade era uma qualidade da existência da sociedade de corte, era a qualidade de ser sociável e equilibrado e não individualizado, já que se almejava controlar o lado impulsivo que regia e orientava as emoções. Estamos a falar da sociedade do *saber-viver*, marcada pela regularização e controle das sensibilidades, daquilo que é natural ao humano e aos vestígios da natureza. Era, então, necessário retirar, ou ao menos moderar, o lado sensível do social. Todas essas questões motivaram a organização de outra *geografia para as sensibilidades*, como destacou Jacques Lenhardt.³⁹ Com isso, os espaços para as expressões das sensibilidades passaram a ser delimitados e as práticas de cortesia buscaram determinar um lugar para manifestá-las, oferecendo uma autonomia que permitiu a construção de redes regularizadas para que o sensível fosse exteriorizado. O que caracterizou, segundo Lenhardt, o grande conflito do século XIX: individualidade *versus* sociabilidade.

Durante o século XVII o sentido da expressão sensibilidade relacionou-se à ordem moral, por isso, falava-se em sensibilidade do bem, do prazer, da verdade, conforme Lucien Febvre.⁴⁰ Já no século XVIII o sentido de sensibilidade estendeu-se aos sentimentos do homem, “le mot designe une certaine façon particulière d’avoir des sentiments humains – des sentiments de pitié, de tristesse, etc”.⁴¹ De acordo com tais considerações, Febvre propôs que o estudo das sensibilidades fizesse parte das preocupações historiográficas – “je demande l’ouverture d’une vaste enquête collective sur les sentiments fondamentaux des hommes et leurs modalités”.⁴² Mas, podemos nos questionar: qual seria o sentido

³⁹ LENHARDT, Jacques. Conferência de abertura do IV Simpósio Nacional de História Cultural. 13 a 17 de Outubro de 2008. Goiânia – Goiás.

⁴⁰ FEBVRE, Lucien. *La sensibilité...* cit., pp. 95.

⁴¹ FEBVRE, Lucien. *La sensibilité...* cit., pp. 96.

⁴² FEBVRE, Lucien. *La sensibilité...* cit., pp. 109. Embora em 2006 tenha sido publicada a obra *História e sensibilidade* (ERTZOGUE, M. e PARENTE, T.) e ainda devêssemos considerar os avanços

de se estudar os sentimentos e/ou as manifestações das sensibilidades no tempo? É preciso avaliar que a vida afetiva é o que temos de mais subjetivo e menos palpável. Portanto, como é o que teria a História com aquilo que é mais pessoal, individual e subjetivo na psicologia do homem? O que a História pode distinguir? Tais questionamentos foram apresentados por Lucien Febvre, que ressaltou a importância do estudo das emoções quando manifestadas, por ser este o momento em que deixam de ser individuais para serem compartilhadas, quando o individual pode afetar o coletivo. Eis as palavras de Febvre,

Ce qui est beaucoup plus important, c'est que les émotions, contrairement à ce qu'on pense quand on les confond avec de simples automatismes de réaction au monde extérieur – ont un caractère particulier dont l'homme qui s'occupe de la vie sociale de ses congénères ne peut plus, cette fois, faire abstraction. *Les émotions sont contagieuses.*⁴³

Portanto, as emoções individuais através das relações interindividuais, ou seja, coletivas, vão sendo compartilhadas e mescladas, formando um sentir também coletivo e partilhado.

Ao trazermos esta discussão para a tese, devemos considerar a existência de dois tipos de sensibilidades que se interligam: as coletivas do século XVIII e as individuais. Desse modo, iremos considerar a sensibilidade dos setecentistas ligada à de D. Luís de Almeida, estudando sua trajetória como vice-rei, como português no Brasil, como o primogênito da casa seguindo os passos do pai, como o amigo que sentiu saudades das conversas nas quintas de Lisboa, como o pai que se preocupou com a educação do filho e com o casamento das filhas, e todas estas questões serão pensadas através de sua prática de escrita de cartas.

Comumente, uma das principais frentes da dita nova história – História Social e Cultural – é anunciar a possibilidade de colocar em evidência os esquecidos, de tornar visíveis aqueles que até então não apareciam no cenário do passado. Perspectiva de análise pertinente e que oferece à historiografia uma visualização do todo e não somente dos personagens de destaque. Mas, muitas

analíticos produzidos pelo grupo de trabalho de História Cultural da ANPUH, os estudos nacionais continuam caminhando lentamente no que se refere à história das sensibilidades.

⁴³ Grifo no original. FEBVRE, Lucien. *La sensibilité...* cit., pp. 97-98.

vezes, esquecemos que estes ditos grandes homens da história também sentiram e manifestaram suas sensibilidades. Com isso, não queremos defender uma historiografia que apenas se renda aos ditos grandes, mas que também se conscientize que penetrar pela História Cultural e das Sensibilidades significa buscar ver o todo – os incluídos e excluídos da “velha” historiografia. Além disso, habitualmente, apenas dos grandes conseguimos rastros, como no caso de Lavradio, que permitiu, ao conservar sua escrita, a preservação de sua memória. Contudo, na maioria das vezes, estudar um personagem da elite não é uma escolha e sim a única opção.

Quando o historiador Alain Corbin foi questionado porque parte de seus estudos voltados à intimidade apenas tratavam da elite respondeu:

Das elites... certamente, porque não se pode estudar a intimidade, a vida privada, senão daqueles que deixaram alguma escrita de si (um diário íntimo, correspondência, uma autobiografia), ou daqueles que foram objeto de uma descrição muito precisa por parte de observadores. Podemos imaginar um grande homem que não deixou uma escrita de si, mas de quem se falou tanto, de quem se fizeram tantos retratos, que podemos penetrar sua intimidade.⁴⁴

Com isso, justificamos a escolha pela correspondência de D. Luís de Almeida, por ser um dos raros grupos documentais do Setecentos com um vasto número de cartas, denominadas por ele como cartas de ofício e cartas de amizade. Portanto, tais cartas nos permitem estudar as sensibilidades – individual e coletiva – da prática epistolar no século XVIII.

Nas considerações do historiador Fernando Novais reforçamos a opção pelo estudo das missivas de Lavradio, pois é importante unir a velha história à nova para que os fragmentos do sensível possam ser articulados aos estudos políticos, econômicos e administrativos,

Ora, precisamente neste passo, pareceria mais justo que os historiadores brasileiros ousássemos avançar, no sentido de procurar apreender aqueles nexos, recompor aquelas articulações que permitem uma reconstituição mais

⁴⁴ VIDAL, L. *Alain Corbin: o prazer...* cit., pp. 23.

compreensiva desses novos fragmentos da vida humana que vão entrando para o horizonte da historiografia.⁴⁵

Assim, uma possibilidade de análise não substitui a outra, mas ao se conectarem permitem que compreendamos o passado de modo mais integrado entre agir e sentir.

Na sociedade setecentista do *saber-viver* a manifestação das sensibilidades era algo, digamos, moderada e nas palavras de Marie-Claire Grassi “très respectueuse”.⁴⁶ Assim, a historiografia vem enfatizando o controle das emoções e, por isso, quase deixou de considerar a presença do sensível, ao realçar o quanto os setecentistas viviam de modo a controlar as sensibilidades e apenas exprimindo aquilo que se estabelecia como respeitoso e contido. Como se os sentimentos tivessem ficado condicionados às regras e às normas, o que nos impediria de identificá-los. Portanto, ao suprimirmos as emoções diante do controle, nas análises das sociabilidades do século XVIII, temos consideráveis dificuldades para definir o que pertencia ao espaço público ou ao espaço privado, especialmente, na escrita de cartas. Deste modo, quando se identifica alguma manifestação das sensibilidades na correspondência setecentista ela é pouco considerada, pois se enquadrava ao que todos podiam sentir. Mas, será que esta conclusão condiz com aquele sentir, que não é o nosso? E, como pensar essas questões na sociedade colonial? Especificamente, quando estamos a estudar a trajetória administrativa de um homem do governo ultramarino.

Como hipótese de estudo, através da escrita de Lavradio e de alguns manuais epistolares, argumentaremos que mesmo sendo controlados, os setecentistas não deixaram de sentir, ou melhor, de manifestar aquilo que sentiam de acordo com a sociabilidade que compartilhavam – talvez a nossa invisibilidade seja a dificuldade de perceber outras sensibilidades. Eis a questão de Febvre: “XVIII^e siècle, époque triomphale de la sensibilité reine? J’en suis certain”.⁴⁷ Portanto, não só a exceção à regra pode demonstrar-nos o que escapava, mas a própria regra nos permite perceber que o controle não estava

⁴⁵ NOVAIS, Fernando. Prefácio. In: NOVAIS, Fernando (coord. Coleção); SOUZA, Laura de Mello e (org. do vol.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 8.

⁴⁶ GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Armand Colin, 1998. pp. 50.

⁴⁷ FEBVRE, Lucien. *La sensibilité...* cit., pp. 108.

fora daquela condição humana, mas, fazia parte do que os indivíduos sentiam e viviam. Seguir o coletivo não invalida o indivíduo, já que o coletivo se forma por ações individuais mesmo que elas não sejam ativadas por cada um deles. Assim, através da escrita de cartas pretendemos pensar a manifestação das sensibilidades no exercício de governar, na expressão de um homem setecentista, ora como D. Luís de Almeida, ora como o vice-rei do Brasil.

Para se comunicar com os familiares, amigos e outros homens de governo, Lavradio, como não podia ser diferente, escreveu e ditou inúmeras cartas e, ao produzi-las, não estava apenas escrevendo. Eis o que consta na carta de outubro de 1773 dirigida ao amigo Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, “VEx.^a disculpe o extenço desta Carta; | porem devo confeçar a verd.^e q Sou taõ ambicioso da Comp.^a de | VEx.^a que quando imagino q estou fallando com VEx.^a me naõ | Lembra nunca separar deste gostoso exercício”.⁴⁸ E, em carta de março de 1775, compartilhou com o amigo e também governador militar de Santa Catarina,

Eu tambem estive algunz diaz | de Cama, porem como o vazo roim nunca quebra, Lo | go me puz em estado de continuar os meos passeyos | A VEx.^a escrevo de officio, e a preça | naõ me dá mais Lugar p.^a escrever a VEx.^a no meo parti | cular taõ Largamente como dezejava. Aseite VEx.^a | a minha fiel, e verdadeira amiz.^e e permitame muitas ocazioens, em q eu possa ter a honra de Servilo.⁴⁹

As cartas de Lavradio comunicaram, descreveram, governaram, falaram, manifestaram sentimentos, assim, sensibilidades que excedem ao ato de ler foram estimuladas e a audição foi despertada. Neste sentido, queremos evidenciar diferentes dispositivos do sentir humano que são partilhados na sociabilidade epistolar.

As estruturas de pensamento e a maneira dos indivíduos verem-se e sentirem-se no mundo mudam na medida em que novos recursos e tecnologias vão sendo inseridos e incorporados pela sociedade. Por conseguinte, devemos

⁴⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1773, BR-AN_1096_f 67v.

⁴⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 03 de março de 1775, BR-AN_1096_f 116v.

considerar que a linguagem era um processo exclusivamente oral e que com a invenção da escrita, e seu frequente aperfeiçoamento, conheceu novas utilidades seguidas pelos processos de comunicação a distância. Deste modo, por muitos séculos a única forma de se comunicar com os longínquos foi através da escrita de cartas que lentamente deixou de ser a supressão de uma necessidade, para logo ganhar formas e regras, acompanhando o aprimoramento da escrita e as mudanças socioculturais.

Para adentrarmos no campo das sensibilidades setecentistas precisamos afastar-nos da rapidez e da brevidade com que transmitimos e recebemos as mensagens no mundo contemporâneo. Pois trataremos de modos muito distintos de se comunicar e perceber a pressa e a agilidade. Ao distanciarmo-nos tentaremos sentir como os processos de comunicação e as relações estabelecidas pela fala e pela escrita articulavam-se e davam sentido aos homens do século XVIII. Pois não se trata de igualar a fala à escrita, já que são práticas diferentes, e sim de compreendê-las enquanto um procedimento imbricado durante a composição de uma missiva.

1.2 - Cultura escrita: a prática epistolar

O estudo da prática epistolar pode ser conduzido através de três frentes de análise: histórica, social e literária. Nesta pesquisa, o maior interesse concentra-se na perspectiva histórica e social, considerando a carta em sua produção, conservação e circulação. Entre as cartas ditas reais e ficcionais, estudaremos as reais, ou seja, aquelas que tiveram remetentes e destinatários concretos. A carta é um produto social e cultural e foi criada com a intenção de resolver umas das necessidades humanas, a comunicação, pois, com arte e sensibilidade a escrita de cartas permitiu durante séculos a comunicação entre os ausentes. Participar da prática epistolar é comunicar-se e esta abriga o conhecidíssimo sentido de *conversação entre ausentes*.

A escrita de uma carta pode recorrer às fórmulas que são utilizadas durante a fala e, do mesmo modo, serve-se de recursos pertencentes à composição textual. Mas, a carta não pode ser considerada *fala* ou *texto*, embora como eles, ela também transmita uma mensagem. O sentido da carta é algo flutuante e transitório, ao oscilar constantemente entre ser fala e/ou escrita. Então, discutiremos a necessidade de se compreender o universo epistolar em todas as suas dimensões. A carta ocupa diferentes espaços, aponta diversas perspectivas e atua com distintas funções e, além disso, vive permanentemente mudando e sendo resignificada a cada leitura.⁵⁰ Concordamos com a pesquisadora Brigitte Diaz quando ela apresenta a carta como um *objeto nômade*.⁵¹

A carta define-se como um objeto *plural*, conforme Brigitte Diaz, pois oscila entre a criação e a comunicação, e pode ser encarada como um documento, um texto, um discurso, uma prática, uma conversação ou ainda todas essas caracterizações.⁵² Segundo o historiador espanhol Antonio Castillo Gómez, especialista em Cultura Escrita, a carta, para a sociedade moderna, proporcionou união administrativa, ao ser um canal privilegiado de comunicação particular, além de despertar o gosto pela escrita surgido de uma necessidade comunicativa, passando, então, a ser um elemento crucial da sociabilidade cortesã, especialmente, pela característica de conversação. Deste modo, para o historiador Santiago Hernández, "Escribir era conversar, aunque no sólo, en el hermético reducto de privacidad que delimitaban los márgenes de un fragmento de papel prudentemente cerrado. (...) En este sentido, las cartas sostenían una

⁵⁰ Nesta sessão da tese estamos pensando a *carta* em uma perspectiva ampla e fundamental. Portanto, a carta enquanto um objeto de análise. Por outro lado, esclarecemos que a maior parte do *corpus* (tema do 2º capítulo) desta tese é formado por cartas de ofício do 2º marquês do Lavradio, compostas no exercício de seu governo, ou seja, cartas de serviço, produzidas em um contexto específico de obrigatoriedade e objetividade. Com esta ressalva, buscamos esclarecer que neste ponto da tese estamos pensando a carta enquanto um objeto de estudo e que adiante a carta e suas especificações serão analisadas pormenorizadamente, considerando-se os objetivos de composição e espaços de circularidade.

⁵¹ DIAZ, Brigitte. *L'epistolaire ou la pensée nomade*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

⁵² DIAZ, B. *L'epistolaire...* cit., pp. 49.

suerte de conversación amistosa que transcurría por unos cauces bien definidos y hacía posible ‘hablar’ a quien las escribía y escuchar a quien las leía”.⁵³

O pesquisador italiano Armando Petrucci ofereceu outra abrangente definição da carta missiva, descrevendo-a através de sua natureza informativa, ao não pressupor ou denegar direitos, geralmente seguindo costumes de formulários e circulando em âmbito restrito (remetente-destinatário) e acompanhada da noção de cadeia comunicativa contínua. Com isso, Petrucci abrange tanto as cartas contemporâneas quanto as cartas gregas e/ou latinas. “La carta misiva es, en conclusión, un producto de larga duración que pertenece al ámbito de la escritura usual, personal, espontánea de las personas alfabetizadas”,⁵⁴ não apenas, já que os não letrados também se sociabilizaram através da prática epistolar, ao ditarem ou ouvirem uma missiva. Ainda para Petrucci a carta é uma representação gráfica, ao se desenvolver sob uma relação equilibrada entre a *expressão* e a *expectativa gráfica* que permite a compreensão do remetente e do destinatário, por um código gráfico comum.⁵⁵ Por conseguinte, acrescentaremos à análise do código gráfico, que é compartilhado entre os escritores e os receptores de uma carta, uma *percepção de voz*, algo que existe entre a leitura e a audição.

Diante destas definições e indefinições da carta e de sua prática, nossa intenção é estudar sua composição intrinsecamente ligada à *presença da voz*. Como se a prática epistolar oferecesse ao remetente, durante o ato de escrita, uma consciência de fala, ao passar por um processo interior, ativando dispositivos cognitivos que oscilam entre a incerteza de se estar a escrever ou a falar.

Eis uma das provocações desta tese: apresentar um estudo da escrita de cartas que contemple a discussão da presença sonora que a carta possui, embora seja *emudecida aos ouvidos*. Tratamos esta problemática como um desafio diante de sua nova perspectiva, já que são poucos os trabalhos que tematizam esta

⁵³ HERNÁNDEZ, Santiago Martínez. Memória aristocrática y cultura letrada: usos de la escritura nobiliária en la Corte de los Austrias. In: BOUZA, Fernando. Org. do dossier: El escrito en la corte de los Austrias. *Cultura Escrita & Sociedad*. Nº. 03, 2006. Astúrias: Ediciones Trea, 2006. pp. 80.

⁵⁴ PETRUCCI, Armando. Cultura escrita e sociedade. In.: GÓMEZ, Antonio Castillo (dir.) *Cultura Escrita & Sociedad, revista semestral de Historia Social de la Cultura Escrita*. Madrid, nº 2, 2006. pp. 166.

⁵⁵ PETRUCCI, A. *Cultura escrita...* cit., pp.165.

questão, considerando profundamente o tema e não apenas repetindo a assertiva da carta como conversação entre ausentes. Com isso, não desfazemos as importantes e fundamentais pesquisas que abordam a prática epistolar, apenas argumentamos que esta problemática não fez parte das intensões analíticas dos principais trabalhos que abordam o tema.

Ao iniciarmos a discussão, propomos um estudo analítico e bibliográfico referente à temática da sonoridade da escrita. Aparentemente, este estudo possui um carácter descritivo, porém devemos considerar sua tentativa analítica ao ser articulado aos objetivos desta pesquisa. Portanto, dialogaremos com Walter Ong (*Oralidade e Cultura Escrita*⁵⁶), Eric A. Havelock (*A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*⁵⁷), Paul Zumthor (*A letra e a voz*⁵⁸) e Aurora Egido (*La voz de las letras en el "Siglo de Oro"*⁵⁹). Embora tais pesquisadores problematizem a questão da oralidade com a escrita, eles não trabalham com a prática epistolar, já que a unanimidade das pesquisas dentro do tema possui abordagens direcionadas à literatura e não à escrita de cartas. Além disso, escolhemos tais obras por possibilitarem uma discussão atrelada à História Cultural e por oferecerem novas abordagens diante do contexto da problemática da escrita na sua relação com a fala. Junto à análise bibliográfica estudaremos alguns manuais de escrita e de prática epistolar, produzidos entre o século XVI e XVIII, pois, oferecem valiosíssimas pistas de como os homens do passado relacionaram-se com a escrita e com a sua função comunicativa. De acordo com Marie-Claire Grassi, "aux XVII^e e XVIII^e siècles, on cherchera à développer de manière très détaillée, ce que les théoriciens italiens ont simplifié. Secrétaires et Manuels prescriront l'art de savoir écrire compte tenu de chaque type de lettre, de chaque situation épistolaire".⁶⁰

Para Walter Ong a linguagem é, antes de tudo, um fenômeno oral. Assim, quando as sociedades orais passaram a utilizar a escrita, aconteceu um lento processo de mudança nas estruturas cognitivas, porque as palavras pertenciam

⁵⁶ ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Trad. Campinas: Papirus, 1998.

⁵⁷ HAVELOCK, A. Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. Trad. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁵⁸ ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A leitura medieval*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵⁹ EGIDO, Aurora. *La voz de las letras en el "Siglo de Oro"*. Madrid: Abada Editores, 2003.

⁶⁰ GRASSI, M. *Lire l'épistolaire...* cit., pp. 93.

ao campo sonoro e transformaram-se em algo visível, como uma etiqueta, como algo que poderia ser visualizado e não apenas ouvido. Com isso, a forma de pensar também mudou, pois em uma cultura oral o pensamento está preso à comunicação, já que para expressá-lo é preciso falar. Para o autor “apenas muito gradativamente a escrita torna-se composição escrita, um tipo de discurso – poético ou não – que é construído sem uma sensação de que quem está escrevendo está realmente falando em voz alta (como os primeiros escritores podem bem ter feito ao compor)”.⁶¹ É preciso recordar que Ong está tratando de textos e não de escrita epistolar – nossa problemática de análise. Entretanto, será que no século XVIII quando se praticava a escrita epistolar, o desprendimento estava totalmente estabelecido? E hoje, será que ele está? Pois todo ato comunicativo sugere a presença de um *outro*, aquele a quem queremos transmitir a mensagem e isso origina o acionamento de estruturas recorrentes da fala, mesmo quando estamos a escrever, no caso da prática epistolar.

Para responder a questão proposta no parágrafo anterior precisamos considerar que a ação de se comunicar era estabelecida de uma forma contrária à vivida no século XXI. Hoje nos baseamos no imediatismo, em tempo real nos comunicamos com voz e imagem, já no XVIII e nos séculos anteriores, a escrita de uma carta ocupava outra concepção de tempo e espaço. Pois, para a concretização de uma ação comunicativa entre o Brasil colonial e Portugal, por exemplo, gastava-se em média 150 dias, tempo entre a escrita e o recebimento da resposta. No século XVIII, Joseph Anduaga y Garimberti escreveu o manual *Arte de escribir por reglas y sin muestras*, no qual tematizou a escrita e também a composição de uma carta. Segundo ele,

El estilo Epistolar es simple, ò humilde pues siendo todas las cartas una cõversacion entre ausentes, se ha de hablar con ellos, como si los tuvieramos delante; pero puede participar de los otros estilos quando la materia no es ordinaria, pues claro està, que no se debé usar las expresiones comunes en los grandes accidêtes que sobrevienen, y porque en los Auto [f 54] res Latinos, como Ciceron, Justolipsio, en su institucion Epistolica, Plinio, Erasmo, (...) y otros, se halla la perfecta norma de este estilo; y no ay por otra parte quien sea tan falto

⁶¹ ONG, Walter. *Oralidade...* cit., pp. 36.

de noticias, que ignore este methodo por su frequente exercicio (...).⁶²

Ainda no século XVIII a sensação de audição, durante a escrita, fazia parte das sociabilidades, especialmente, na escrita de cartas. Conforme Garimberti, o remetente deveria manter diante de si o destinatário, para que o processo de conversação fosse efetivado. Assim, enquanto os meios de comunicação a distância estavam baseados na escrita epistolar a sensação sonora da palavra manteve-se mais impregnada ao papel.

Para Walter Ong “a visão isola; o som incorpora. A visão situa o observador fora do que ele vê, a uma distância, ao passo que o som invade o ouvinte”.⁶³ Ong desenvolveu tal pensamento ao tratar a escrita como um processo de *individualização do homem* – ao direcionar sua consciência para o interior. Quando destacamos a presença sonora na escrita epistolar, defendemos a percepção de que a escrita interage entre o isolamento e a incorporação – isola através da distância e da leitura que fixa o destinatário ao papel e incorpora através da audição, já que ao ler uma carta o remetente ouve o destinatário. “Podemos mergulhar no ouvir, no som. Na visão, não há uma maneira análoga de mergulhar em si mesmo”.⁶⁴ Entretanto, a escrita epistolar compreende esses dois mecanismos cognitivos do sentir humano, *ver* e *ouvir*, adiante problematizaremos que quanto mais íntimo do destinatário, mais o remetente sente-se em conversação.

De acordo com Walter Ong, nas sociedades de cultura escrita, a palavra é formada por valores acústicos e unidades visuais, sendo que a visão coloca em movimento o processo acústico, pois “Todo texto envolve a visão e o som”.⁶⁵ Com isso, concluímos que a sensação sonora dificilmente abandonou em definitivo a escrita, sobretudo a manuscrita e a epistolar.

No manual de Joseph Anduaga y Garimberti, encontramos a seguinte consideração,

⁶² ANDUAGA Y GARIMBERTI, Joseph. *Arte de escribir por reglas y sin muestras*: establecido de órden superior en los Reales sitios de San Ildefonso y Valsain. Madrid, 1781. f 53v-54.

⁶³ ONG, W. *Oralidade...* cit., pp. 85.

⁶⁴ ONG, W. *Oralidade...* cit., pp. 86.

⁶⁵ ONG, W. *Oralidade...* cit., pp. 138-139.

Yà que de las letras, y palabras se forma un quadro de nuestros pensamientos, es la lengua pincel, y son colores las palabras; y assi como los Pintores no se valen de aquel, no de estos, solo despues que han hecho en bosquejo la imagen de lo quieren representar en la tela, se siguen tambien, que es preciso digerir antes de escribir en la idea lo que se quiere manifestar; pues mal pueden los que nos escuchan, comprehender lo que queremos dezir, si nosotros mismos no lo llegamos à alcançar. El discurso no es otro, como he dicho, que una copia del original que està en la mente, y nunca puede de un mal original salir una copia buena.⁶⁶

Neste trecho, Garimberti transita entre a fala e a escrita como semelhantes, sendo que a escrita e a sua presença sonora agiam em cumplicidade, sem se confundirem, ao manifestar o interior humano. Neste sentido, Garimberti insistiu na harmoniosa relação entre a fala e a escrita como processos intrínsecos. Para o autor,

Ciceron dize, que son fastidiosissimos los oídos, y siendo valanças del entendimiento, y regularmente lo que ofende à ellos, tambien à la imaginacion: se ha de poner gran cuydado en lo que se escribe, pues como todo lo que se expone à la potencia del oído ha [f 18v] de consistir en armonia; y ay una simpatia admirable, entre la voz de los que hablan, y los oídos de los que escuchan, de esto nace que han de estar bien templadas las voces, que hazen oficio de cuerdas, para que sea agradable su sonido.⁶⁷

Garimberti, através de Cícero, apresenta a audição como um sentido que se aborrece facilmente, portanto, “se ha de poner gran cuydado en lo que se escribe”, ou seja, antes que a visão possa manifestar qualquer descontentamento ao que estiver escrito, o ouvido pode expor sua contrariedade. Consequentemente, a escrita setecentista ainda estava imbricada aos processos sonoros da fala. Na continuação deste pensamento, Garimberti ainda escreveu pormenorizadamente a produção da voz.⁶⁸ Assim, o que angustiaría o ouvido

⁶⁶ ANDUAGA Y GARIMBERTI, J. *Arte de escribir...* cit. f 13-13v.

⁶⁷ ANDUAGA Y GARIMBERTI, J. *Arte de escribir...* cit. f 18-18v.

⁶⁸ “(...) Del ayre que sale de los Pulmones, se forma la voz, passando por el canal estrecho del Larinx, y de la Garganta à la boca, donde se modifica en diferentes maneras, segun las

seriam as palavras mal pronunciadas ou mal escolhidas para o contexto do que se pretendia expressar. Contudo, a produção escrita deveria considerar a sua extensão, que neste caso, seria a leitura, “la facilidad del que habla no puede dexar de ser gustosa al que le escucha”. Assim, a escrita/fala precisava articular-se harmonicamente com a leitura/audição.

Através destas discussões, devemos considerar a prática epistolar como um procedimento escrito e ao mesmo tempo sonoro, no sentido de conversação cortesã, que oscila entre o ato de se expressar e de saber *conter-se*, sendo a contenção um elemento antropológico e político. De acordo, com a socióloga Claudine Haroche, que dialogou com estudiosos como Kantorowicz,⁶⁹ o ato de *conter-se* é

uma capacidade, no sentido próprio da palavra: o corpo é um receptáculo fechado, ameaçado do interior e do exterior, pois o que coloca em risco a ‘contenção’ são os arroubos, os excessos, o que não é controlado, o que em si não é governado; mas também o ingovernável no outro; são ainda as trocas, percebidas como uma ameaça à integridade, à identidade, à virtude, enfim, de cada um.⁷⁰

Saber conter-se passava pelo bom governo das sensibilidades, sobretudo, quando elas precisavam ser manifestadas em público, seja por intermédio da fala ou da escrita. Pois, dominar-se e saber conter-se era primordial nas práticas sociais e no exercício do governo de si e dos outros.

A passagem de uma cultura oral à escrita implica em importantes mudanças nos meios de comunicação sociais, interpessoais e cognitivos do homem. Pois, existe uma *tensão dinâmica* entre a oralidade e a escrita e que quando estamos a tratar das práticas epistolares deveriam tornar-se

disposiciones con que le recibe, con el movimiento de la lengua que le impele en las partes de la boca. Y así las pala [f 19] bras que se pronuncian, con dificultad hieren los oídos de los que las escuchan, y no les puede agradar el discurso (aunque sea bueno) à los que le oyen, sino le es facil al que le pronuncia, quando por lo contrario la facilidad del que habla no puede dexar de ser gustosa al que le escucha; porque los oídos se aplican mas promptamente à los discursos, cuya dulzura desminuie el trabajo de la atencion”. ANDUAGA Y GARIMBERTI, J. *Arte de escribir...* cit. f 18v-19.

⁶⁹ KANTOROWICZ, Ernst. H. *Os dois corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷⁰ HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoia e Jacy Seixas. São Paulo: Papirus, 1998. pp. 44.

subentendidas. Sendo que esta tensão é gerada pela oscilação que acontece entre uma prática e outra, entre o campo da fala e o campo da escrita. Embora no século XVIII a escrita já existisse havia muito tempo, é preciso considerar o lento processo das mudanças socioculturais e cognitivas ocorridas com o uso da escrita. Neste sentido, segundo Eric Havelock “o ouvido foi continuamente aliciado para colaborar com o olho, durante o período clássico, resultando num tipo singular de composição criativa, que o puro domínio da escrita não poderia nunca reproduzir”.⁷¹ Consequentemente, embora a escrita oferecesse outra forma de relação, afora do contato, os sentidos humanos agiram em conjunto para que o processo da escrita fosse efetivado. Como disse Havelock, o ouvido (audição) foi cúmplice do olho (visão), proporcionando o desenvolvimento da criação da palavra escrita e não mais apenas falada. Deste modo, alguns questionamentos são necessários. Assim, qual o sentido da cooperação entre o ouvido e o olho na prática epistolar?

No século XVIII a relação do homem com a escrita já alcançava acepções diferentes das provocadas naqueles que viveram a criação da escrita. Porém, se considerarmos os estudos da alfabetização na época moderna, constatamos que grande parte da população estava ausente do mundo escrito e as práticas orais ainda prevaleciam sobre as escritas. Além disso, nossa preocupação consiste em um tipo específico de escrita, a de cartas – uma prática que permitiu que a oralidade, com objetivo de comunicação, fosse substituída pelos caracteres que materializavam as palavras faladas. Portanto, será que podemos excluir dos setecentistas, e precedentes, a presença da fiel cooperação do ouvido e do olho na percepção da sensibilidade epistolar? A leitura de centenas de cartas setecentistas e de algumas dezenas de manuais de escrita pertencentes aos séculos XVI, XVII e XVIII nos mostra que não. E, esta cumplicidade está relacionada à forma dos indivíduos relacionarem-se consigo e com os outros. Assim, a relação da audição com a visão na compreensão epistolar liga-se à maneira como o homem se relacionava com sua intimidade e com o que estava fora dela, ajudando-nos, portanto, a compreender as conexões entre o que era público e o que era privado. Desse modo, a complexidade em visualizarmos a

⁷¹ HAVELOCK, A. *A revolução da escrita...* cit., pp. 21.

ausência de intimidade nas cartas setecentistas, enquanto espaço do eu, tem ligação, também, com a forma como o homem vivia sua relação com a escrita. Ao desligar-se do aliciamento do ouvido para escrever, o homem teria interiorizado a escrita em sua plenitude. O que acreditamos ter sido uma das etapas mais longas na introdução da escrita na sociedade.

Ainda é necessário considerar que a escrita também ofereceu uma nova percepção do passado e do presente, como consequência, temos um novo sentido humano de estar no mundo e sentir-se parte dele. Sendo que essas questões fazem parte da vastíssima história da cultura humana e que a escrita ocupa pouco tempo. Com isso, não podemos distanciar a oralidade da cultura escrita, já que a nossa sociedade está a viver um período de oralidade secundária,⁷² em que a escrita, diante dos modernos meios de comunicação, está a imbricar-se com as descontinuidades da fala. Portanto, não podemos analisar a arte de escrever cartas sem considerar os processos mútuos da *visão* e da *audição*.

Basicamente, todos os manuais que tematizaram a escrita de cartas na idade moderna, fizeram considerações em torno da relação da escrita com a fala. No século XVII Gabriel Joseph de la Gasca y Espinosa na obra *Manual de avisos para el perfecto cortesano: reducido a un politico Secretario (...)*⁷³ ao propor o melhor estilo da composição de uma carta, escreveu,

El primor (à mi juizo consiste) en que el estilo sea corriente, y claro, los terminos puros, y con propiedad, de buena significacion. Las voces apacibles, y biẽ colocadas. Y siempre, y sin diferencia ha de ser el estilo en las cartas uno mismo, y muy famoso, aunque la correspondencia corra, ò la carta vaya de persona excelsa, ò eminente, al mas inferior, ò abatido, porque el credito, y honra del buẽ estilo, se queda en el que lo

⁷² Segundo Walter Ong, "designo como 'oralidade primária' a oralidade de uma cultura totalmente desprovida de qualquer conhecimento da escrita ou da impressão. É 'primária' por oposição à 'oralidade secundária' da atual cultura de alta tecnologia, na qual uma nova oralidade é alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão". ONG, W. *Oralidade...* cit., pp. 19.

⁷³ GASCA Y ESPINOSA, Gabriel Joseph de la. *Manual de avisos para el perfecto cortesano: reducido a un politico Secretario de principes, Embaxadores, ú de grandes Ministros, à cuyo cargo es el despacho de las cartas missivas, y dilatacion de sus Decretos; (...)*. Madrid, por Roque Rico de Miranda, 1681.

gasta, y el que lo observa goza solo del fruto de su reputación.⁷⁴

Assim, a escrita epistolar configurava-se como a substituta da voz ausente durante o processo comunicativo e a voz substituída retornava na leitura da missiva. A carta mantinha sua sensação sonora na produção, quando substituía a voz, e quando era lida, ao avivar a voz, na atuação conjunta da visão e da audição.

Ainda seguindo as proposições de Gabriel Joseph de la Gasca y Espinosa, o autor apontou que a carta deveria pertencer a três estilos “El estilo precisamente ha de ser, ò grossero, ò comun, ò elegante. Y cada parte destas, tiene mas, y menos; assi como en lo malo ay peor, y mejor en lo que es bueno”.⁷⁵ Deste modo, para Gasca y Espinosa, “El estilo grossero es abominable, ofende los oidos, y causa risa, y mofas”.⁷⁶ Portanto, para compreender e atuar em um ou outro estilo era necessário estar atento ao que o ouvido sentiria, pois o grosseiro “ofende los oidos”. A arte de escrever cartas movimentava os sentidos humanos, naquilo que se pretendia expressar, transportando as sensibilidades para o suporte da escrita epistolar.

Na primeira metade do século XVII Juan Pérez de Valenzuela y Castillejo, escreveu um manual de escrita epistolar propondo um novo estilo de escrever e responder cartas missivas. Este manual foi reimpresso mais de cinco vezes entre o século XVII e XVIII, além de possuir uma versão manuscrita setecentista. No prólogo ao leitor Valenzuela y Castillejo definiu,

Es la Carta Missiva un razonam.^{to} breve, y por escrito con personas ausentes, y de cosas q.^e pertenecen al Comercio humano, de modo, q.^e lo mismo q.^e decimos en voz, puesto por escrito, y embiado al q.^e lo lee, se llama Carta Missiva. Arte verdaderam.^{te} maravilloso, y lleno de milagros, de q.^e debemos el primordial origen al Rey Cadmo. (Thesaur: Arte de Cartas Missivas).⁷⁷

⁷⁴ GASCA Y ESPINOSA, Gabriel Joseph de la. *Manual de avisos...* cit., f 60.

⁷⁵ GASCA Y ESPINOSA, Gabriel Joseph de la. *Manual de avisos...* cit., f 59.

⁷⁶ GASCA Y ESPINOSA, Gabriel Joseph de la. *Manual de avisos...* cit., f 59.

⁷⁷ *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas misivas y responder a ellas [Manuscrito]: añadida la noticia para escribir desde Madrid a los lugares más señalados de comercio de España, por los días de la semana. 1747.* Este manual tem sua autoria atribuída a Juan Pérez de Valenzuela y Castillejo,

Para Valenzuela y Castillejo a carta seria a passagem da voz para o papel, através de um processo milagroso, no qual a voz se tornaria escrita e com a leitura seria ouvida. Ainda no prólogo, o seiscentista escreveu,

Por escrito, p.^a distinguir la Carta Missiva de la oracion verbal; de modo, q.^e las *Cartas son palabras mudas*, q.^e *hablan à los ojos, y no à los oidos*. Assi las Cartas de Cicerón, si el las huviesse discurrido en voz, huvieran sido oraciones verbales; y si las Oraciones de Cesar a sus Soldados se huviesssen embiado p.^r escrito, serian Cartas Missivas (...) Con persona ausente, este añade maravilla el Arte, que hace volar los pensamientos de una á otra parte del Mundo.⁷⁸

Valenzuela y Castillejo distinguiu a carta da “oracion verbal”, argumentando que o som produzido pela carta seria ouvido pelo olho, por ser a carta possuidora de uma voz muda. Assim, as sociabilidades compartilhadas na escrita voariam de uma parte a outra do mundo nas asas da carta. Portanto, se considerarmos as observações de Valenzuela y Castillejo podemos continuar afirmando a presença de uma sensação sonora que acompanhava a prática epistolar.

Durante a idade moderna europeia, o uso da escrita emergiu junto aos setores administrativos, sem alterar, consideravelmente o cotidiano dos comportamentos socioculturais. Segundo Paul Zumthor, “Até além do século XV, e em certos lugares além do século XVI, a palavra permanecerá, se não a fonte última, pelo menos a manifestação mais convincente da autoridade”.⁷⁹ Assim, a palavra na sua concepção sonora, apresentava uma ideia de poder real que ultrapassava o escrito, quando a escrita era um recurso pouco difundido. Então, para estudarmos a sociedade setecentista que possuía como único meio de comunicação a distância a escrita de cartas, não podemos desconsiderar a presença de uma sensibilidade sonora suscitada durante a escrita e leitura de uma missiva, pois a carta abrigou o sentido de fala e escuta. Especificamente, podemos atribuir esta percepção a D. Luís de Almeida que a distância governou

embora esta edição manuscrita não tenha indicado o nome do autor. Exemplar pesquisado na Biblioteca Nacional da Espanha. Grifo no original. f 2.

⁷⁸ Sem grifo no original. *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas...* cit., f 2v.

⁷⁹ ZUMTHOR, P. *A letra e a voz...* cit., pp. 86.

uma possessão real, contribuiu com a administração familiar e ainda sofreu enfermidades no corpo e na alma, *sentires* que compartilhou nas centenas de cartas que escreveu. Pois quando o objetivo era se comunicar – falar – com os distantes, Lavradio se representou por intermédio da escrita.

No século XVIII podemos considerar a confluência e a interação da fala, da imagem e da escrita nos processos comunicativos, embora a escrita já começasse a se diferenciar da imagem. Por exemplo, a prática de escrita de cartas, que como escrita concentra-se no sentido da visão, não deixou de penetrar no da audição, que, aparentemente, estaria ligado somente à fala. Inúmeros pesquisadores, como Roger Chartier, já demonstraram o quanto o aprendizado, na época moderna, da leitura e da escrita acontecia de modo separado. Para Paul Zumthor, durante séculos a leitura “envolia assim um movimento do aparelho fonador, no mínimo batimentos da glote, um cochicho, mas comumente a vocalização, geralmente em voz alta”.⁸⁰ O que ainda podemos observar em pessoas pouco alfabetizadas ou em processo de alfabetização. Contudo, afirmamos que a prática epistolar envolve dimensões biológicas e socioculturais. A voz possui uma existência fisiológica e é liberada por um corpo para ser captada por outro. Em uma carta, a voz – ou melhor, uma sensação de voz – sobrevive mediante a escrita, através de uma subjetivação que excede à materialidade da carta e é percebida entre aqueles que compartilham o ato de escrever e ler uma missiva. Ou seja, a prática epistolar vivida por inteiro – entre aqueles que só possuíam este meio de comunicação a distância – pertence integralmente ao mundo das sensibilidades, no qual estamos a considerar sentimentos, emoções e sensações que ultrapassam a razão.

No início do século XIX, Ronnaldo Paronce compôs o *Manual del Escribiente* que embora seja uma obra oitocentista, faz referências à manuais do século XVIII, como o do frei Luis Olod. Eis uma das observações de Paronce, “Algunos pueblos del Nuevo Mundo al principio creyeron que le papel escrito era un sér vivo, que hablaba al que lo leía. Y aunque bajo otro aspecto, tambien podemos creerlo y decirlo los del mundo antiguo”.⁸¹ Por conseguinte, Paronce ao

⁸⁰ ZUMTHOR, P. *A letra e a voz...* cit., pp. 105.

⁸¹ PARONCE, Ronnaldo. *Manual del Escribiente*. Barcelona: Imprenta de José Rubió, 1831. pp. 4-5.

exemplificar uma relação entre o novo e o velho mundo, atribuiu à carta um princípio comum, no qual a leitura de uma carta era também a audição de notícias e sensibilidades compartilhadas entre ambas as margens do Atlântico. Portanto, o aspecto vivo da carta estava estabelecido na possibilidade de se ouvir – através do olho – o remetente.

Devemos considerar que na idade moderna a prática de escrita era uma atividade ainda árdua e acompanhada por várias partes do corpo. Por isso, muitas personalidades do governo colonial, dentre outras, mais ditaram que escreveram seus anseios. Eis o que D. Luís de Almeida compartilhou com o genro, conde de Tarouca,

naõ me sendo nesta oCaziaõ po | sivel o escrever-lhe de maõ
propria, e naõ sofrendo o meu amor o | deixar de segurar a v.
a m.^a Saud.^e tomei a rezoluçaõ de me servir | de maõ alheya
achando melhor fazelo assim q.' deixar de escrever | lhe para
pedir-lhe me dé o grandissimo gosto de boas novas Suas.⁸²

Segundo Zumthor, "*Scribere* exige um esforço muscular considerável: dos dedos, do punho, da vista, das costas; o corpo inteiro participa, até a língua, pois tudo parece pronunciar-se".⁸³ Escrever movimentava diferentes partes do corpo, problemática discutida em muitos manuais de civilidade, os quais, tematizaram as posturas, os gestos, as respirações que deveriam ser observadas durante o ato da escrita. No manual do frei Luis de Olod, já citado e que será estudado a seguir, dentre os quarenta e cinco capítulos que o constituem, o trigésimo possui o seguinte assunto: "Como se ha de tomar la pluma para escribir bien, poner el cuerpo, brazo, y mano", assim, tratava-se de explicar aos discípulos as melhores posturas para a produção da escrita. Desse modo, podemos considerar que o exercício da escrita entre os setecentistas estava envolvido por uma corporalidade múltipla, já que diferentes partes do corpo atuavam.

Com tais argumentações, chegamos à conclusão que existe uma *zona de silêncio* na historiografia setecentista referente às problemáticas das sensibilidades, quanto à presença de uma sensação de voz que acompanha a

⁸² Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Tarouca, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1770, BR-AN_C_1095_f 215v.

⁸³ ZUMTHOR, P. *A letra e a voz...* cit., pp. 100.

carta. O fato de considerarmos a presença sonora na escrita de cartas pode contribuir para a compreensão das indefinições dos espaços privados e públicos, já que a escrita interioriza, ao mesmo tempo, que a fala aciona o exterior. Através das cartas do 2º marquês do Lavradio, temos acesso a uma pequena janela aberta para o século XVIII. Assim, para se estudar uma trajetória de vida e administrativa, como fizemos com a do 2º marquês do Lavradio, é preciso estar a considerar o mundo que o circunscrevia e as experiências sensíveis que aquela sociedade estava a compartilhar. Para tal intento, possuímos suas cartas, como a criação, os gestos, a sonoridade de um indivíduo do passado que se faz presente por meio de sua escrita.

A partir do século XVI ocorreu a difusão de manuais de escrita italianos e espanhóis e, segundo Aurora Egido, em geral abordavam “la conciencia de que la letra es mucho más que un conjunto de grafías artísticamente dispuestas, pues contiene el alma de la voz, a la que la escritura da cuerpo y permanencia”.⁸⁴ Em uma visão renascentista, a língua era tida como um dom divino de comunicação e as letras, desde sua criação, entre as diferentes manifestações culturais e em suas distintas formas, foi compreendida por um sentido mágico, fascinante e sedutor, ao permitir materializar a *alma da voz*, ou seja, tornar exterior e permanente aquilo que até então pertencia a presença física do homem – a exposição do som. A letra suscitava o sagrado e as práticas religiosas trabalharam com essa concepção por muito tempo, até mesmo na conformação de que Deus se fez verbo, fazendo-se palavra. Contudo, o domínio da escrita era capaz de diferenciar os seres humanos entre si.

Segundo o manual setecentista *Tratado del Origen y arte de escribir bien* do frei Luis Olod, a escrita seria um presente de Deus aos homens,

A vista, | pues, de lo hasta aqui referido, digo con | S. Basilio en una de sus epistolas: que son las letras uno de los grandes benefi | cios, que ha concedido Dios nuestro Se | ñor al genero humano. Por lo que no | hay que buscar en la tierra Inventor al | guno de esta nobilissima facultad; por | que es tan limitada la capacidad de los | hombres, y de tan alta esfera la no | ticia de

⁸⁴ EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 11.

escribir, que su institucion ex | cede en grande manera la
comprehen | sion mas ingeniosa.⁸⁵

Olod argumentou que a criatividade humana seria incapaz de contemplar a criação da escrita e que somente Deus com sua magnificência poderia oferecer tal benefício à humanidade. Assim, para a pesquisadora Aurora Egido,

ese milagro de las letras parlantes, que permiten con un simple
abecedario abarcar el mundo, subyugó a los escritores, que las
convirtieron en materia poética y literaria asimilando todos los
útiles y formas de la escritura y transformando los espacios del
texto, del libro, la biblioteca, las plumas y demás adminículos
en sustancia literaria.⁸⁶

O universo escrito surpreendia e era tematizado metaforicamente, mesmo séculos depois de sua criação. A constituição dos abecedários foi complexa, pois o que antes era dado somente aos ouvidos, agora se unia às necessidades dos olhos. Para a concretização do ensino da escrita e de seu enraizamento cultural, foi preciso mudanças no campo das sensibilidades, sucedidas por um processo demorado e diferente para cada tipo de cultura. As sociedades europeias ainda na idade moderna estavam a considerar o eterno fascínio da escrita, como vimos argumentado. Por isso, consideramos relevante a ideia de *alma da voz* que permanece na escritura, especialmente, nas práticas epistolares. A carta era a única materialidade de contato, somente por ela os ausentes comunicavam-se, sentiam-se e ouviam-se. Sociabilidade que muitas vezes nos escapa, pois estamos a falar de "una compleja concepción filosófica de la escritura y del universo",⁸⁷ profundamente em interação.

Os manuais do século XVI ao XVIII trataram a escrita com reverência. Eis as palavras de Olod,

⁸⁵ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen y arte de escribir bien: ilustrado con veinte y cinco láminas*. Gerona: en la imprenta de Narciso Oliva: a costa de Francisco Basóls y Bastóns, [ca1766]. Obra consultada: Frei Luis Olod, *Tratado del Origen y arte de escribir bien: ilustrado con veinte y cinco láminas*. 1766. Ed. facsimil de 1982. pp. 3.

⁸⁶ EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 11.

⁸⁷ EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 15.

No es inferior à las prerogativas | ya dichas de la escritura el que los es | critos unen, y comunican à los que es | tán lexos, y ausentes, con los presentes, | como sino fuesen distantes. (...) Por ellos se alcanzan, y saben las cien | cias de todos, haciendonos dueños de lo | que aprendieron, y supieron nuestros pa | sados; pues dexandolo, ò su pluma ò su | prensa caracterizado en el papel, se guar | da, y conserva por los que han de venir.⁸⁸

Mesmo que os homens de letra compartilhassem de escritos muito remotos, como os clássicos da antiguidade, qualquer manifestação escrita continuava conservando sua magnitude, por garantir a preservação de ideias, ciências e afetos, como no caso da carta, que unia os distantes. No século XVI na importante obra de Antonio de Torquemada,⁸⁹ *Manual de Escribientes* – dedicada ao ensino da escrita epistolar para os secretários – o autor não deixou de enfatizar os poderes que a escrita possuía, sobretudo, na sua função epistolar. Eis suas palavras para a definição da carta,

digo que carta es vna mansajera fiel de n[uest]ras yntençiones y yntérprete de los pensami[ent]os del ánimo, por la qual hazemos çiertos a los ausentes de aquellas cosas que conuiene que nosotros les escriuamos y que ellos entiendan y sepan como si estando presentes se las dixiésemos por palabras, y así para solo este efeto fueron ynventadas las cartas, y no fue poco la ynvención prouechosa, (...). Y así dize San Anbrosio escriuiendo a sabino que el vso de las cartas se ynventó para que los que estamos apartados con gran distancia de tierra, nos açerquemos con ellas, porque quando vemos la carta, en ella se no representa la ymagen y figura de el que la escriue como si le tuviésemos presente y hablásemos con él, y él con nosotros, declarándonos n[uest]ras yntençiones (...).⁹⁰

A carta teria o poder de unir os distantes, de torná-los próximos e a compartilhar sensibilidades. Ou seja, a idade da carta no século XVI já era bastante avançada,

⁸⁸ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 9.

⁸⁹ Antônio de Torquemada foi secretário do conde de Benavente, sendo este um dos objetivos pelos quais escreveu a obra, por já atuar nas funções de secretaria.

⁹⁰ Antonio de Torquemada. *Manual de Escribientes* [ca 1552](Edición de Maria Josefa C. de Zamora e A. Zamora Vicente). Anejos del Boletín de la Real Academia Española. Madrid: Aguirre, 1970. pp. 174-175.

mas sua prática e utilização entre os seiscentistas continuavam estimulando as percepções de respeito e engrandecimento da escrita.

O estudo de Aurora Egido contribui com esta pesquisa, notadamente, ao relacionar a escrita à voz. "Frente a la escritura que se recrea en sí misma, alimentándose de sus lazos y trazos, la voz se oye también en las letras, que no pierden la conciencia de servir a la palabra dicha y escuchada, creando además la ilusión de hacerla viva".⁹¹ A autora potencializou a inseparável relação da fala com a escrita, como se cada letra fosse vivificada pela voz. Pois as palavras antes de serem uma representação gráfica, eram exclusivas do mundo sonoro. Portanto, o que fazemos se não ouvimos quando lemos? A leitura, mesmo a silenciosa, aciona involuntariamente mecanismos auditivos. Com isso, vamos encontrando elementos para pensarmos a escrita epistolar envolvida por uma *sensação de escuta*, embora a maioria dos trabalhos que relacionem a letra à voz enfoque o mundo literário, nossa proposta é pensar essa relação na comunicação epistolar.

Juan Luis Vives, um dos autores estudados por Aurora Egido, escreveu diferentes manuais de educação tematizando o ensino da leitura e da escrita. Vives produziu suas obras no século XVI e também foi autor de muitas cartas, que desde a segunda metade do XVI, depois de sua morte, foram sendo editadas. Segundo Egido, a modernidade de Vives reside na preocupação com a utilidade da escrita para a produção do conhecimento. Para Vives a comunicação escrita era algo admirável e para que acontecesse o milagre de "los papeles parlantes",⁹² era preciso saber pegar na pena de modo correto, era necessário conhecer os tipos de papéis e inevitável escrever bem e com rapidez, embora de forma distante da escrita ornamentada do medievo. A carta estava envolvida por um tipo de encanto, como se as letras pudessem abarcar uma grande quantidade de vozes. Deste modo, as cartas passaram a ser mais envolventes, "donde 'ha parecido no aver cosa más admirable, que poder los hombres dar a entender

⁹¹ EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 12.

⁹² EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 20.

unos a otros lo que sienten, aviendo embiado una carta de tan lexas tierras. Porque preguntavam, si por ventura sabía hablar el papel".⁹³

Enquanto função comunicativa a voz e a letra distinguem-se pelos aspectos temporais, pois a voz caracteriza-se pela instantaneidade e a letra permanece no tempo. Para Egido, Juan Luis Vives apresentava a escrita como memória viva e a pena era o instrumento que permitia a sobrevivência das palavras.⁹⁴ Contudo, mesmo no século XVIII, os autores de manuais repetiam que a escrita perpetuava a voz. No já citado manual setecentista de Joseph Anduaga y Garimberti, encontramos a seguinte reflexão,

Si la voz muere luego en el labio, y lo escrito de un muerto vive, no se podrá poner en duda, que es màs importante que el hablar, el escribir bien, y reparò Tacito que ay la diferencia de lo uno a lo otro que aquello en todo caso se acaba con el sugeto, pero este es eterno.⁹⁵

Se a escrita garantiria a eternização de intenções e vozes, era preciso se dedicar com muito cuidado a maneira correta de sua materialidade, como no uso das pontuações. Junto a estas preocupações a organização dos sinais ortográficos também tinha o objetivo de oferecer as entonações, as pausas, as exclamações e as interrogações, para que a escrita pudesse manter o movimento característico da fala. Todavia, não devemos confundir as práticas orais, com isso que estamos apresentando. A escrita não é uma prática oral. Estamos a falar da capacidade sonora das letras, de despertar durante a leitura os sentidos da audição, de percepção de uma voz *silenciada*, que permite ao outro se expressar na ausência. Afinal de contas, a origem das palavras adveio da fala e muito posteriormente o recurso escrito foi criado.

As preocupações em torno da escrita se estenderam também às posturas do corpo. Portanto, a escrita no século XVIII se estabelecia por um aliciamento corporal, no qual diferentes partes atuavam em conjunto durante o exercício de

⁹³ Juan Luis Vives, La pedagogía, p. 73-4. A. S. OSLEY, *Scribes and Sources. Handbook of the Chancery Hand in the Sixteenth Century. Texts from Writing-Masters*, London-Boston, Faber and Faber, 1980, cap. I, habla por extenso de Erasmo y Vives. In. EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 19-20, nota 7.

⁹⁴ EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 21.

⁹⁵ ANDUAGA Y GARIMBERTI, J. *Arte de escribir...* cit., f 36v.

produção. Por isso, Olod preocupou-se em ensinar aos mestres como deveriam observar as posturas dos discípulos,

Mucho importa, que sepa el Maestro, como se ha de tomar la pluma; la postura que ha de formar el cuerpo, brazo, mano, y dedos para escribir con todo acerto, y enseñarlo con todo cuidado à los Discipulos, à fin de que aprendan estos à formar la letra con toda perfeccion; pues muchos dexam de ser Buenos Escribanos por no observar lo sobredicho.⁹⁶

Luis Olod detalhou como o corpo deveria comportar-se durante a escrita. Para isso, citou Juan Luis Vives, ou seja, o século XVIII continuava a partilhar das aceções do XVI. Eis as recomendações,

Por tanto digo, que lo mejor, y mas acertado es tomar la pluma con los tres dedos primeiros de la mano derecha. Asi lo escribe Luis Vives (...) El cuerpo (para escribir bien) ha de estar apartado de la mesa algunos quatro dedos, formando linea curva. La cabeza ha de estar derecha, y levantada del papel como cosa de algunos doce dedos (...). El brazo derecho no ha de estar del todo arrimado, sino algo desviado, ni ha de firmar en la mesa desde el codo; (...).⁹⁷

Neste sentido, no *Tratado del Origen y arte de escribir bien: ilustrado con veinte y cinco láminas* – um manual altamente diversificado – Olod enfocou o ensino da escrita, noções de gramática, descrição alfabética de letras gregas, hebreias, sírias, além de considerações sobre a escrita chinesa, egípcia e outras. Segundo o frei, a escrita ressuscitava o passado e podia projetar o futuro. E, de acordo com Aurora Egido, Olod percebia o processo de escrita como “una sinestesia milagrosa”, na qual “fija las palabras y las salva de la injuria del olvido”.⁹⁸

Em fins do século XVII e a partir do XVIII os manuais de escrita começaram a se tornar mais específicos. Assim, a arte de escrever cartas recebeu atenção exclusiva em alguns deles. O que indica uma diferente forma de perceber a escrita de missivas, a ponto de a especificar e considerá-la distinta. Segundo Aurora Egido, devemos considerar o peso da Ilustração nesta mudança

⁹⁶ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 103.

⁹⁷ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 103.

⁹⁸ EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 44.

conceitual. Portanto, na época moderna os manuais de secretário eram as principais fontes de ensino da arte epistolar e, nos manuais de escrita, como o de Olod, encontramos partes específicas destinadas à produção de cartas. Os manuais objetivavam uma regularização do ensino e aprendizado da escrita, comungando com os propósitos de uma civilidade controlada e contida.

No capítulo quinquagésimo do *Tratado del Origen y arte de escribir bien*, o tema de análise foi *De la Buena Crianza civil, y Christiana, que han de dar los Maestros à los Discipulos*. Este capítulo foi dividido em 10 partes, discutindo desde *De como han de andar los Discipulos* à *De algunas acciones pertenecientes à la conversacion de los Discipulos*. Curiosamente, no capítulo em que foi discutida a conversação, Olod ofereceu espaço à discussão *Del modo de escribir Cartas, que deben enseñar los Maestros à los Discipulos*. Assim, as considerações em torno da conversação estavam ligadas à escrita de cartas.

Para Olod “Es la conversacion el theatro de la civilidad, y cortesanía; es un comercio, en que cada uno ha de contribuir con su propio caudal”.⁹⁹ Assim, a boa conversação deveria observar as normas de sociabilidade de corte. Os discípulos foram instruídos a fazer

por manera, que su conversacion sea medida, y modesta, sin austeridad, ni lisonja: libre, y alegre, sin ligereza, ni disolucion; dulce, y graciosa, sin afectacion, ni estudio; abierta, y cordial, con prudencia, y discrecion; y por ultimo proporcionada, util, y agradable à aquellos con quienes conversaren”.¹⁰⁰

Neste trecho, o autor concentrou suas principais observações quanto a melhor maneira de conversar. Após discorrer em torno da conversação, Olod passou a tematizar as normas que os discípulos deveriam observar à mesa, ou seja, princípios atribuídos ao bem-viver cortesão. Na sequência, o tema foi a escrita de cartas e, da mesma maneira que a conversação, deveria ser alegre aos ouvidos do interlocutor, a carta “ha de ser alegre para leer, y discreta para notar”.¹⁰¹ Além disso, o estilo epistolar, para Luis Olod,

⁹⁹ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 40.

¹⁰⁰ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 41.

¹⁰¹ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 45.

no ha de ser florido, ni | remontado, sino liso, y natural; mas no | por eso debe faltarle el nervio, y la ele | gancia; porque la Carta no es otra cosa, | que un recado, ó un cumplimento, que | hacemos en escrito, à una Persona ausen | te; y asi debe ajustarse al modo, que lo | hicieramos à boca, ò personalmente.¹⁰²

Ao tratar a escrita de cartas de modo simples, Olod aproximou as normas da escrita às normas da conversação. Portanto, uma maneira diferente em relação às abordadas nos manuais de secretários, que tematizavam a composição epistolar de modo mais complexo e com diversidade de estilos.

Antes de encerrarmos a análise deste importante manual de escrita, retomaremos a percepção setecentista que ainda atribuía à carta um caráter de magnificência, pois, enquanto a escrita foi a única possibilidade de comunicação entre os distantes manteve, veementemente, características majestosas. Eis uma reflexão de Olod apresentada no primeiro capítulo,

Si consideramos mas profundamente las | excelencias de este nobilísimo Arte, | verémos relucir en él unos como visos de | milagroso, *pues mudando oficio los sen | tidos, habla la mano, y oyen los ojos; | habla el mudo, y oye el sordo: (...)* Pero la voz escrita, si | no es eterna, es perpetua. La voz articu | lada en el viento desaparece en el ayre: | la voz quando es escrita se perpetua en | lo estampado: la voz solo resuena una vez; | pero lo escrito habla sin lengua à quan | tos, y cada vez que se lee: *la memoria | se hace solamente eterna con el uso de | las letras; y las cosas dignas de memoria | se libran de la injuria del olvido: luego | goza no sé que propiedades de milagro | sa la escritura.*¹⁰³

Este trecho nos permite diferentes abordagens que vão ao encontro das principais problemáticas desta pesquisa. Para Olod a voz poderia ser perpetuada se fosse passada à escrita, desde que existisse a manutenção do suporte, sendo que a opção pela conservação ou não deste implica na escolha pela preservação ou não da voz registrada. Ao estendermos esta análise para a correspondência de

¹⁰² OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 45.

¹⁰³ Sem grifo no original. OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 10.

D. Luís de Almeida, verificamos que o vice-rei fez escolhas que implicaram na permanência de algumas vozes, enquanto outras foram silenciadas, ao serem excluídas, na destruição e/ou não conservação de determinadas escritas. Mesmo considerando que entre as cartas de Lavradio e hoje mais de duzentos anos se passaram, a escolha pela permanência de certas vozes em detrimento de outras, veio sendo uma escolha no tempo. Já que diferentes indivíduos e instituições abrigaram a correspondência de Lavradio e também fizeram escolhas e a isto acrescentamos as feitas pelo marquês.

No trecho “la memoria | se hace solamente eterna con el uso de | las letras; y las cosas dignas de memoria | se libran de la injuria del olvido”, Olod ressaltou um dos grandes atributos da escrita, lembrado por todos os que a tematizaram em manuais. Estamos a mencionar a memória, um dos mais importantes produtos oferecidos pela escrita. Se voltarmos a fazer uma relação com D. Luís de Almeida, registramos que o vice-rei, constantemente, manifestou preocupação com a sua memória refletida na corte, no afã de suas ações, e com a memória que permaneceria no tempo – a imagem que deixaria para a História.

Na conclusão desta sessão, portanto, concluímos que a prática de escrita de cartas era e/ou é uma atividade sociocultural que estabelece relações entre *remetente-destinatário*, *interior-exterior*, *particular-público*, bem sendo, relações mútuas e pertencentes ao âmbito das sensibilidades, além do caráter admirável da escrita que mesmo no século XVIII, séculos depois de sua invenção, não deixou de ser enfatizado. Entretanto, ainda existe a característica de conversação que foi atribuída à prática de escrita de cartas, o que possibilita abordar os modos dos indivíduos se relacionarem com o mundo interior e exterior – particular e público – no campo das sensibilidades.

1.3 - A carta e os sentidos: sensação de fala e sensação de escuta

O ensino da arte de escrever como apresentado nos manuais deve ser compreendido por duas vertentes: a capacidade física de expressar as letras e o domínio das possibilidades que perpassam o ato de escrever. A escrita requer o controle da ação física de quem pegava a pena e iniciava a linguagem escrita e a consciência da amplitude de relações que poderiam ser estabelecidas com o ato de escrever. Porém, o que gerencia estas ditas vertentes é a necessidade de comunicação, de troca, de contato com o outro. Portanto, a linguagem proporciona interação. O homem iniciou os processos de comunicação através de sinais e gestos, até que a fala foi desenvolvida e aprimorou a linguagem, tempos depois o que era apenas falado passou a ser registrado e, então, a escrita foi desenvolvida. Todas estas etapas de aperfeiçoamento da linguagem proporcionaram as manifestações das emoções e com elas o trabalho intelectual. Segundo Lucien Febvre "L'activité intellectuelle suppose la vie sociale".¹⁰⁴ Neste sentido, o aprimoramento da linguagem fez com que os homens também passassem a ter mais consciência de suas sensibilidades e de como estas seriam expressadas na vida social – chegando a necessidade de poli-las, como no caso da sociedade de corte.

De acordo com o pesquisador Georges Gusdorf, "a reflexão sobre a linguagem não deve instituir-se a partir de Deus, da razão ou da sociedade – mas a partir da realidade humana, que encontra na palavra um modo de afirmação de si e de fixação no mundo",¹⁰⁵ assim, reside na palavra, falada-escrita, a relação do *eu* com o *outro* e com o *mundo*. Ao estendermos esta reflexão, concluímos que as relações implicam em troca de sensibilidades, já que o homem manifesta os sentimentos através da exteriorização dos sentidos. Portanto, biologicamente o homem possui órgãos que o permitem ter sensações controladas pelo sistema nervoso. Deste modo, o interesse desta discussão é estudar os sentidos – as sensações – que sentiram os setecentistas ao praticar a escrita de cartas.

¹⁰⁴ FEBVRE, Lucien. *La sensibilité...* cit., pp. 99.

¹⁰⁵ GUSDORF, Georges. *A palavra: função, comunicação e expressão*. Lisboa: edições 70, 1995. pp. 34.

Devemos considerar que a escrita faz parte de um segundo momento no processo da linguagem, pois, antes dela a comunicação se dava inteiramente entre os sentidos humanos, nada intermediava a linguagem. Com a criação e utilização da escrita como um meio de comunicação, uma nova estrutura passou a contribuir com o processo de troca de emoções e intelectualidades. Antes o cambio de emoções acontecia no *tête-à-tête*, com a escrita, o papel, algo alheio ao corpo humano, passou a integrar as relações e os sentidos humanos foram agregando mais funções. Segundo as observações de Gusdorf, “Por essência, a linguagem não é pertença de um, mas de vários; ela está *entre*. Ela manifesta o ser relacional do homem. Os órgãos sensório-motores antecipam o esquema de um universo no qual se apoiará todo o comportamento, da mesma forma que a realidade psicobiológica significa antecipadamente um destino comunitário”.¹⁰⁶ Portanto, a linguagem escrita interferiu na realidade psicobiológica do homem, pois ofereceu um novo alcance às possibilidades de comunicação. Com a escrita e, posteriormente, com a troca de cartas, a comunicação humana propagou-se e com ela o passado pode dialogar com o presente.

Assim, enfatizaremos, sobretudo, que a fala permite a estruturação de pontos de encontro e, na contrapartida, a escrita possibilitou ao encontro sua dissolução de um local físico. Com a escrita a comunicação é estabelecida independente do espaço que os interlocutores ocupam, o eu que escreve está diretamente conectado ao outro, seja para respondê-lo ou para aguardar uma resposta, como definiu Marie-Claire Grassi, “La spécificité de la lettre est d’être un texte de l’entre deux: on écrit en réponse ou pour une réponse”.¹⁰⁷ Contudo, nossa intenção é enfatizar que a escrita alterou a percepção dos sentidos humanos e esta alteração se intensificou com a sociabilidade da troca de cartas, por ser ela o produto da escrita que proporciona a comunicação entre os distantes. Porém, o que pode ter significado a alteração dos sentidos? Acreditamos que ofereceu ao homem uma nova forma de estar no mundo e de se relacionar com o outro, especificamente, na relação público-particular. Além disso, lembramos que embora no século XVIII, temporalidade da correspondência

¹⁰⁶ GUSDORF, G. *A palavra...* cit., pp. 46.

¹⁰⁷ GRASSI, M. *Lire l’épistolaire*. cit., pp. 171.

de D. Luís de Almeida, já tivesse se passado muito tempo deste a invenção da escrita, enquanto a comunicação entre os distantes esteve estritamente ligada à escrita, as sensibilidades humanas para os alcances desta prática mantiveram-se em lentos processos de assimilação entre oral-escrito.

Repetiremos um trecho de uma citação de Valenzuela y Castillejo, autor de um manual do século XVII, "Por escrito, p.^a distinguir la Carta Missiva de la oracion verbal; de modo, q.^e las *Cartas son palabras mudas, q.^e hablan à los ojos, y no à los oidos*".¹⁰⁸ Com estas palavras, Castillejo deixou evidente a interligação dos sentidos humanos, pois a fala muda das palavras escritas além de se dirigir aos olhos também direcionava-se aos ouvidos. A mesma percepção de Castillejo encontramos nas palavras do setecentista Luis Olod, "pues mudando oficio los sen | tidos, habla la mano, y oyen los ojos; | habla el mudo, y oye el sordo: conver | sa el libro con quien lee".¹⁰⁹ Para Olod a escrita agregou e mesclou as funções dos sentidos, portanto, a mão passou a falar e os olhos a ouvir. De acordo com tais constatações, podemos dizer que a carta pode ser vista como um *recurso audiovisual*, pois conseguia estimular de modo simultâneo a visão e a audição.

Ao estudarmos a carta e os sentidos, nos interessa a análise da *sensação de fala* e da *sensação de escuta* despertadas no processo de escrita e leitura da carta. De modo a exemplificar, citaremos alguns trechos de cartas de D. Luís de Almeida. Ao amigo conde de Prado, registrou, "Eu quizera Ser mais extenço, porq | em quanto estou ditando esta carta, me estou enganando, pareçen | dome que *estamos nas nossas conversaçóens*, porem isto não faz | q augmentarme mais a minha saud.^e".¹¹⁰ Quatro anos depois, neste mesmo sentido de *sensação de fala*, D. Luís de Almeida, confessou ao tio,

Sim hé p.^a mim de grande consolação a de | escrever a VEx.^a porq de alguá forma *ingano a m.^a emaginação, consi | derando emq.^{to} estou ditando as Cartaz, q estou conversando com VEx.^{as} | porem isto tambem renova m.^{to} a minha Saudade, que só tem*

¹⁰⁸ Sem grifo no original. *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas...* cit., f 2v.

¹⁰⁹ OLOD, frei Luis. *Tratado del Origen...* cit., pp. 10.

¹¹⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Prado, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1768, BR-AN_C_1095_f 11.

algun | aLivio quando recebo as not.^{as} com q. VEx.^{as} me favorecem.¹¹¹

Portanto, a imaginação de Lavradio, o seu mundo sensível, o impulsionava a viver a sensação de fala, que lhe permitia sentir-se em conversação enquanto ditava as cartas. Ao secretário marquês de Pombal, depois de manifestar agradecimento pela proteção, Lavradio escreveu,

fazem agora o mayor motivo | de eu chegar por este modo a prez.^{ca} de V Ex.^{ca}, não só como | meo unico Patrono, mas p.^a mostrar a V Ex.^{ca} q.^{to} as m.^{as} | acçoéz dez.^o sempre dirigir p.^{lo} arbitrio, cons.^o e vont.^e de | V Ex.^{ca}, (...) Sendo pois estez os | meos sentimentos, devo merecer a V Ex.^{ca} o *querer ouvir* | me sobre a novid.^e q me avizaõ haver na m.^a Caza.¹¹²

Em outra carta a Pombal lemos “Eu não tenho já *expre* | *çoés nem vozes, com que repita a V.Ex.^a o meu agradecimento*”.¹¹³ Podemos perceber que D. Luís foi tomado por uma sensação de fala ao escrever aos amigos. Assim, sentiu-se em conversação, pediu que fosse ouvido e identificou sua escrita à voz.

A leitura de uma carta cria uma *sonância* que une reciprocamente os sentidos, gerando o *entreouvir* epistolar, no qual o som não estava perceptível externamente, porém existia na sensibilidade daqueles que se comunicavam através das cartas. Por conseguinte, os sentidos estão e são interligados aos processos *psicobiológicos* e esta interligação afeta e conduz o modo como nos relacionamos com o mundo interior e exterior, e o que estamos apresentando cabia àqueles que tinham a carta como único meio de comunicação a distância.

Se ligeiramente analisamos uma carta e nos concentramos no objetivo comunicativo da prática, pouco é pertinente se escrevemos ou falamos, ou se lemos ou ouvimos. Porém, se aprofundamos a análise e visualizamos as fases de composição epistolar separadamente a questão se torna pertinente, pois as sensibilidades partilhadas através da compreensão da mensagem podem ser

¹¹¹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1772, BR-AN_C_1096_f 2.

¹¹² Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 335v.

¹¹³ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 23.

diferentes. Assim, a sensação de fala e a sensação de escuta são importantes e fazem parte da prática epistolar, pois os sentidos eram ativados por aqueles que faziam parte desta, no *entre*, por não ser fala e nem audição. Devemos ampliar a significação do verbo ouvir, já que ouvir é também sentir o som, e sentir é *ter a sensação de*, portanto, a sensação de escuta nada mais é do que *ter a sensação de* ouvir e esta sensação ao ser ativada estimulava os ouvidos, mesmo que não existisse o som externo; dando a impressão de se estar a ouvir com os olhos. Deste modo, no processo epistolar se recorria mais do que aos sentidos, envolvia-se com o *entresentir*, ou seja, o sentir do processo representativo presente na comunicação epistolar moderna. No entanto, esta questão se relaciona com a percepção do íntimo durante a escrita e a compreensão do eu.

No dia 08 de janeiro de 1777 o 2º marquês do Lavradio compôs e assinou uma longa carta ao secretário Martinho de Melo e Castro, enviada com letra de punho alheio. Dentre os noventa e nove parágrafos que formam a missiva, eis o que consta no vigésimo segundo,

Pareceo-me justo hir vizitar os postos, que eu julga || julgava importantes: Quis Levar o Tenente General commigo, e | o mesmo Funcks, porem se me foi tempo diferindo por tal forma, | que eu não pude conseguir mais, que o ver a ruina em que estavaõ | todas as Fortalezas, e providenciar o dar principio a ellas serem repa | radas: *Com tudo sempre ouvi por escripto ao Marechal Funcks so | bre estas defezas; (...).*¹¹⁴

Claramente, D. Luís de Almeida expressou o que estamos analisando, através da escrita do marechal Funcks, Lavradio podia ouvi-lo.

No ato de recebimento e depois leitura de uma carta, o sentido da audição é ativado através da visão, deste modo, a visão conduz o leitor a alcançar a *sonância* (sensação de escuta) presente na carta, na qual não existe a presença de uma voz ou de um som externo, apenas existe um som *entre* os sentidos e que se desperta com as sensibilidades presentes na prática epistolar. Assim, no processo de percepção e contato com as sensibilidades os sentidos se

¹¹⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1777, AHU_ACL_CU_17, Cx. 101, D. 8698.

interligam: da visão, o ato de ler, da audição, o ato de ouvir. Portanto, quando estamos tratando das sociabilidades epistolares os olhos ativam os ouvidos.

Com esta discussão argumentamos que a prática epistolar envolve duas fases que interagem, embora não simultaneamente:

- 1º (remetente) escrita/fala → composição → envio
- 2º (destinatário) recebimento → leitura/escuta → compreensão

Na primeira fase quando a escrita começa a ser elaborada surge a *sensação de fala*, pois é neste momento que o outro é invocado e sentido. Já na segunda fase a *sensação de escuta* é o sentido que rege a prática. Ao ler, o destinatário permite que a sensação de audição comece a agir e o outro se personifica na materialidade do papel. Portanto, a ideia de sonância, que citamos no parágrafo anterior, só desperta com o ato da leitura. Assim, o som – a voz do remetente – fica aprisionado e se liberta com a leitura, libertando a sonância presente no papel, antes encarcerada na escrita.

A leitura da carta é capaz de gerar uma tensão sensitiva nos olhos que impulsiona a audição. Deste modo, a prática epistolar era tomada por uma sinestesia que interligava duas sensações. Para visualizarmos o que argumentamos, criou-se a seguinte representação:

Prática epistolar – *Sonância Epistolar*

A prática epistolar é sonante, sem que haja a existência da troca de sons ou da presença da voz.

O objetivo desta figura é tornar visível um dos argumentos desta tese, ou seja, a prática epistolar envolvida por um sentido de sonância.¹¹⁵

Conforme argumentado, a leitura proporciona a libertação da sonância. Porém, o que seria o tempo-espço entre o aprisionamento e a libertação da sonância? Quiçá algo acrônico, algo que sobrevive em um tempo e espaço inatingível e que só aparece definido com a realização de todas as etapas do processo epistolar, neste caso, a leitura da missiva. Pois, as cartas são escritas para serem lidas, e como já apontamos, de acordo com Marie-Claire Grassi, a carta nasce do anseio por uma resposta ou por já ser uma resposta.

O substantivo feminino *sonância*, genericamente, significa uma melodia sem a presença de vozes, deste modo, vemos na escrita epistolar uma

¹¹⁵ Portanto, a primeira fase da prática epistolar é marcada por uma *pré-ação*, algo que nasce no interior do remetente, ou seja, a *motivação* – o que gera a vontade de escrever/falar. Sendo a motivação gerenciada pela espontaneidade e/ou obrigatoriedade, definindo o que discutiremos no 2º capítulo e que é característico do *corpus* de análise desta tese, as cartas de ofício e as cartas de amizade de D. Luís de Almeida, correspondência que oscilou entre a espontaneidade e a obrigatoriedade. Assim, a motivação espontânea ou obrigatória não altera as sensações de fala e escuta, presentes na troca epistolar, mas, define como o remetente e o destinatário falavam e/ou ouviam. Agradeço à Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto por ter destacado, durante a banca de arguição da tese, a importância de se fazer uma nota de esclarecimento para este aspecto.

composição melódica sem voz. Os modernos ouviam seus correspondentes e viviam a sociabilidade da sensação de escuta. A carta era constituída por um arranjo de intenções e sentimentos que se envolviam, e não deixou de ser um objeto mudo e a *melodia* que a *sonância epistolar* produzia só existiu entre os que compartilhavam a sociabilidade de compô-la e depois lê-la.

A relevância de estudarmos a prática epistolar setecentista na sua relação com a sensação de fala e de escuta, no ato de escrita e leitura, pretende alcançar uma compreensão da prática de escrita de cartas, além de sua essencialidade e definições ontológicas. Aqui, nos interessam as questões históricas. Por isso, é relevante considerar a criação da escrita e as maneiras como as sociedades foram passando das relações orais às escritas. Nosso objeto de análise pertence ao século XVIII e a um homem de corte que foi criado para ser um servidor do rei em terras ultramarinas. Embora já tenhamos justificado a escolha pela correspondência de Lavradio, é importante lembrarmos que são poucas as cartas que do século XVIII chegaram ao XXI, e o cuidado que D. Luís de Almeida e/ou a casa Lavradio teve com esta correspondência já nos permite olhá-la com certa contemplação, já que existiu, desde o longínquo Setecentos, uma intenção de preservação.¹¹⁶

Ao enfatizarmos que nos interessam as questões históricas da relação dos indivíduos com a escrita de cartas, dizemos que as missivas nem sempre foram vistas da mesma forma, assim como a escrita. Por exemplo: Platão via na escrita um sentido de morte, já que quando a palavra era materializada no papel ausentava-se de vida. Para Platão a escrita não estava ligada à voz. No entanto, na idade moderna, como estamos enfatizando, existia uma importante relação da escrita com a presença da voz, significando esta relação uma forma de estar no mundo e expressar-se. No entanto, para Platão a escrita não teria relação com o real, por estar longe do diálogo e por transcrever algo e não inscrever a realidade, assim, seria metamorfose e ao lê-la não poderia conter a presença da voz. Eis um ponto de inflexão: se da criação da escrita a sua teorização por

¹¹⁶ Quando enfatizamos que foram *poucas as cartas que do século XVIII chegaram ao XXI* estamos considerando os fundos documentais que abrigam cartas públicas e particulares, como as *cartas de amizade* de D. Luís de Almeida. Já que as cartas de caráter público são abundantes nos acervos que abrigam a correspondência do império ultramarino português.

Platão a presença da voz na materialização da palavra foi ignorada, quando a sentido de voz retornou? Para o pesquisador espanhol Emilio Lledó,

la escritura, perdida en la débil matéria que la sustenta, condenada al silencio del monótono tempo em que se aloja, 'necesita siempre de la ayuda del padre' (275e). En este punto surge el principio de la hermeneutica, el riguroso compromiso de acompañar la muda soledad de la letra con un discurso que, paralelamente, vaya despertando el sentido oculto o, simplemente, vaya adquiriendo la responsabilidad de saber preguntar a la escritura y saber entender lo que quiere decir, en el largo horizonte del tiempo.¹¹⁷

Segundo a perspectiva de Platão, a escrita instituiria o silêncio do monólogo, já que sua característica itinerante a afastaria do seu criador e se criticada ou admirada seria incapaz de responder, tornando os pensamentos órfãos. Assim, teria sido na constatação desta orfandade que teria surgido o princípio da hermenêutica, sendo necessário devolver aos pensamentos vagueadores a paternidade.

Platão afirmava que a escrita deixava as manifestações das sensibilidades e do pensar livres de ajuda paterna, ou seja, ausentes do portador da voz. Neste sentido, segundo o historiador Marlon Salomon, o cristianismo teria sido o mentor da devolução de paternidade, já que os pensamentos escritos não poderiam estar livres sem que fossem tutelados.¹¹⁸ Além de atacar a escrita, Platão também reprovava as cartas, segundo Salomon, "na *Carta II* a Dionísio, é conhecida a condenação platônica das correspondências. À escrita, letra morta, Platão opõe a voz viva, como já havia feito na *Fedro*".¹¹⁹ Partindo desta constatação, Salomon expôs sua reflexão,

Uma primeira inversão dessa condenação talvez tenha sido operada pelo cristianismo. Contra o perigo da livre circulação da

¹¹⁷ LLEDÓ, Emilio. *El silencio de la escritura*. 2ª edição. Madrid: Espasa, 1998. pp. 29-30.

¹¹⁸ Agradeço as sugestões do Prof. Marlon Salomon feitas na defesa de minha dissertação e que foram cruciais para a elaboração do meu projeto de tese. Além disso, as discussões feitas no seu recente livro *Arquivologia das correspondências* contribuíram para os questionamentos que estou a elaborar na tese.

¹¹⁹ SALOMON, Marlon. *Arquivologia das correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 55.

palavra escrita, órfã de pai, ele criará a figura do *Paters*. Que toda a palavra escrita órfã seja acompanhada da uma voz, aquela de um padre que assegure a legitimidade de sua circulação, pronunciamento e repetição, é a garantia e a segurança de que as ovelhas não venham a se perder e a se desviar do rebanho. Não haverá *epistula* desacompanhada de uma voz. Os perigos de separação do rebanho pelas Escrituras seriam neutralizadas por essa voz que acompanharia suas palavras e garantiria a unidade de sua interpretação.¹²⁰

Portanto, a atribuição do sentido de voz, ou como estamos a defender, a presença de uma *sensação de voz*, instaura uma nova relação entre o homem e a escrita. Esta oferece uma percepção de reconhecimento, na qual o homem não se sentiria desvinculado de seus pensamentos se sua voz fosse capaz de se manter, mesmo que silenciosamente, no papel. Platão negava a vivacidade dos pensamentos se estivessem materializados no papel, porém, para os modernos, a sensação sonora da escrita epistolar trazia o homem para o contato e não desvinculava a voz da escrita que a materializou.

A historicidade de pensarmos a carta vinculada à voz de quem a escreveu, através da interligação da sensação de fala e de escuta, deve ser atrelada a consideração de que se existe voz, a carta representa alguém, a escrita não está solta no tempo e nem livre de uma paternidade. Pois a sonância epistolar representa o remetente no seu destino. Platão ainda comparou a escrita com a pintura para dizer que ambas não eram capazes de reproduzir a realidade. Mas, no século XVIII, o abade Diogo Barbosa Machado comparou a escrita à pintura por motivos diferentes, e ao comentar um manual de escrita epistolar, que será estudado a seguir, escreveu,

Naõ se podia excogitar mais nobre empreza, do que este methodo taõ necessario ao commercio humano, com o qual sem operaçaõ milagrosa, se fazem presentes os auzentes, e se reproduzem nas quatro partes do Mundo. Com mayor assombro forma a penna em o papel de huma Carta, a imagem de quem a escreve do que a representa em hum pano a valentia do pincel; pois nelle somente se dibuxa a symetria do corpo, quando naquella se exprime a excellencia do espirito.¹²¹

¹²⁰ SALOMON, M. *Arquivologia das correspondências...* cit., pp. 55.

¹²¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 9v.

Com tais expressões, o abade Barbosa Machado identificou a carta como uma prática necessária ao comércio humano, pois a escrita permitia que os ausentes pudessem se fazer presentes em distintos lugares. A grande contribuição das observações de Machado se concentra na relação que este estabeleceu entre a pena e o pincel, pois o pincel somente poderia oferecer a simetria, ou seja, a forma, enquanto a pena, através da escrita, poderia oferecer a *excellencia do espirito* – o expressar da alma e dos sentidos. Entretanto, esta diferenciação que atribuiu ao pincel um tipo de manifestação e a pena outro, não foi a mesma em todo o curso da idade moderna. Machado elevou a escrita ao *status* de ser capaz de representar a alma, ao conduzir a *excellencia do espirito* através da voz.

Segundo o historiador Fernando Bouza, entre os séculos XVI e XVII o ouvir, o ver e o escrever/ler eram três instrumentos pertinentes às representações sem classificação entre eles, assim,

o que determinava o recurso às vozes, às imagens e aos textos, quando tal era possível, eram as necessidades distintas que era preciso satisfazer, as características comunicativas que eram peculiares, ou as capacidades de preservação que se atribuía a cada uma delas. Essa trindade expressiva e rememorativa posta em prática permite, além do mais, compreender melhor as relações entre a cultura letrada e a cultura não-letrada (...).¹²²

De acordo com Bouza, entre os séculos XVI e XVII existia uma compreensão entrelaçada entre escrever/ler, ouvir e ver. Tais exteriorizações dos sentidos estavam integradas na compreensão e na comunicação com o mundo exterior. Porém, no século XVIII, segundo nos sugeriu o abade Machado, a integração entre a escrita e a pintura começou a desligar-se, para ocuparem um posicionamento diferente na forma do homem expressar-se. Para Machado cabia à pintura uma função e a escrita outra. Segundo outro setecentista, Joseph Anduaga y Garimberti, a pena seria como um pincel,

¹²² BOUZA, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura* (14). Lisboa: CHAM/Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 2002. pp. 119.

pues son tã uniformes el pincel, y la pluma, que llamamos à la oracion, pintura viva, porque dando color, y cuerpo à los pensamientos, nos representa lo passado, presente, y futuro, como si lo tuvieramos delante, pues pas [f 14v] sando las palabras por los oidos, como las pinturas por los ojos, estampan en la mente la imagen viva de las cosas.¹²³

Assim, Anduaga y Garimberti não separa a pena do pincel, pois ambos seriam capazes de representar a realidade, sendo a escrita algo vivo, assim como a pintura. Embora, entre escrita/pintura, Machado diferencie e Anduaga y Garimberti iguale, ambas as interpretações não retiram das práticas suas vivacidades e capacidades de representar o outro, ou seja, a sensação de estar presente e sentir a presença.

Após esta discussão que introduziu o conceito de sonância e de sensação de fala e de escuta, é preciso tematizarmos ainda duas questões que fazem parte da prática epistolar, uma faz referência ao silêncio, e a outra, última etapa desta análise, o sentido de público e privado ao olhar da sonância. Para Georges Gusdorf, "A fala escrita oferece-nos, privada da sua orquestração viva, simultaneamente a fala e o silêncio".¹²⁴ Analisando esta afirmação racionalmente, podemos perguntar: como algo pode proporcionar silêncio e fala, se ambos ocupam campos opostos da compreensão? Neste sentido, reforçamos o quanto pesquisar o campo das sensibilidade é adentrar no mundo das subjetividades, onde não existe espaço para conclusões racionais.

Muitos missivistas, entre o século XVIII e ainda com exemplos no XIX, ao anunciarem a falta de respostas dos seus destinatários, utilizaram a palavra *silêncio* para manifestar a ausência de cartas. Diante disto, procuramos compreender as significações e usos da palavra silêncio no contexto epistolar. Ao consultarmos um dicionário contemporâneo encontramos o seguinte significado para o substantivo silêncio,

estado de quem se cala ou se abstém de falar; privação, voluntária ou não, de falar, de publicar, de escrever, de pronunciar qualquer palavra ou som, de manifestar os próprios

¹²³ Anduaga y Garimberti, Joseph. *Arte de escribir por reglas y sin muestras*: establecido de órden superior en los Reales sitios de San Ildefonso y Valsain. Madrid, 1781. f 14 e 14v.

¹²⁴ GUSDORF, G. *A palavra...* cit., pp. 99.

pensamentos etc. *Derivação por extensão de sentido*: interrupção de correspondência. *Etimologia*: derivação do verbo *silare* 'calar-se, não dizer palavra'.¹²⁵

A primeira acepção da palavra silêncio estabelece relação com as sonoridades, já que seu significado inicial consagra-se pela inexistência de sons. Mas, logo o sentido amplia-se e aproxima-se da noção epistolar – interrupção de correspondência. No dicionário setecentista de Raphael Bluteau, encontramos as seguintes explicações,

Termo relativo, opposto à falla, ou qualquer ruido. Nas Religiões se observa silencio por obediencia, nas Igrejas por devoção, nas penas, & nos trabalhos por paciencia, & conformidade com a vontade Divina. O não responder a quem nos escreveo, he silencio descortez, o callar na defesa da razão, & da justiça, he silencio indiscreto, & criminoso.¹²⁶

Com tais significações, uma do século XXI e outra do XVIII, apreendemos que o sentido da palavra *silêncio* se estende entre fala e escrita. Portanto, o sentido do silêncio existe na ausência de som (que podem ser vozes) e ausência de palavras escritas, especificamente, em uma carta. Assim, registramos mais um indício sonoro no domínio epistolar, ou seja, mais um vestígio de uma sensibilidade manifestada na sensação de escuta.

A significação das palavras não se estabelece de modo dado ou imposto, mas através dos usos e necessidades das sociabilidades partilhadas. Se o silêncio que representa a ausência de som, daquilo que é perceptível ao sentido auditivo, pode ser relacionado com a representação da descontinuidade da troca de cartas, devemos considerar que a prática de escrita de missivas se conecta àquilo que emite som e/ou que permite senti-lo. Portanto, a prática epistolar incorpora os sentidos da visão e da audição, sem que os sentidos ocupem posições hierarquizadas, pois agem em sintonia.

Silêncio... A definição deste substantivo masculino refere-se à ausência de sons e/ou de palavras faladas ou escritas, algo que aparentemente nos remete à

¹²⁵ *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Houaiss. Editora Objetiva Ltda. Novembro de 2009.

¹²⁶ BLUTEAU, *Raphael. Vocabulario...* cit.

ausência de som, pode também nos significar a ausência de palavras materializadas pela prática da escrita. No entanto, o silêncio é a ausência de som e de escrita, de algo invisível e visível: som e escrita. Do mesmo modo, o substantivo silêncio é utilizado para designar a interrupção de correspondência, com isso, a carta setecentista estava acompanhada de uma *sonância silenciosa*, pois a voz do remetente se mantém em silêncio até que as palavras sejam lidas pelo destinatário e libertas do cárcere escrito. Por conseguinte, quando a troca epistolar é interrompida, por qualquer que seja o motivo, o silêncio também designa esta ação. O silêncio é pois inseparável da prática epistolar: presente na sonância silenciosa – sensação de escuta – e na ausência de respostas.

De modo a clarificar, citaremos Eni Puccinelli Orlandi, autora do livro *As formas do silêncio*. Para Orlandi “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas”,¹²⁷ assim acrescentamos: e por que não das escritas? Se observarmos o silêncio em sua concepção constitutiva, como propôs Orlandi, não o veremos naquilo que ele não é, mas sim, na significação do que ele é. Ou seja, o silêncio “não fala, ele significa”.¹²⁸ Portanto, o silêncio que permeia as escolhas do que vai ser dito/escrito ou não na composição de uma carta, também é o silêncio que acompanha a sonância epistolar (sensação de escuta). Queremos reforçar que toda carta, naturalmente silenciosa, é acompanhada de uma sonância, *sensação sonora*. De algo que soa nas sensibilidades dos que compartilhavam esta prática, especialmente, entre aqueles que a tinham como único modo de comunicação com os ausentes. Mas, porque especialmente entre estes? O que pretendemos dizer é que as sensibilidades, o mundo dos afetos, daqueles que viviam ausentes dos modernos meios de comunicação a distância não pode ser equiparada as nossas. Já que as sensibilidades dos *carteadores* por necessidade, quando tratamos de comunicação, são imperceptíveis às gerações do telégrafo em diante. Imperceptíveis já que as sensibilidades estão conectadas aos contextos sociais e culturais.

¹²⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. pp. 32.

¹²⁸ ORLANDI, E. *As formas do silêncio...* cit., pp. 42.

Diante do argumentado, ao indicarmos a prática epistolar envolvida pelas sensações de fala e de escuta, não desqualificamos a escrita em detrimento da fala, e nem ao contrário, pois o que verificamos é a presença imbricada de ambas. Além disso, a ocorrência do uso do verbo *falar* e *dizer* na escrita nos indica esta circularidade de sentidos, pois o objetivo da escrita é atender uma necessidade de comunicação. Dificilmente, encontramos nas cartas a expressão “estou a escrever”, quando localizamos inúmeras vezes os verbos supracitados. Sendo que a frequência deste uso não era ocasional e sim pertencente aos sentidos que a carta possuía entre as sociabilidades que faziam dela um meio comunicativo, ao permitir as vicissitudes da ausência e da presença.

Para compreendermos a hipótese que sustentamos é preciso considerar que as manifestações dos sentimentos eram vividas de outra maneira, totalmente diferente do que compartilhamos no século XXI. Nada extraordinário, pois pertencemos a outra sociabilidade. Certamente, a chegada de uma carta despertava mecanismos interiores que nos são incompreensíveis. Mesmo que não ignoremos a conotação emocional da carta, sobrevivente em alguns poucos românticos ou impossibilitados de utilizar as atuais tecnologias de comunicação. No entanto, a cumplicidade da voz com a escrita epistolar é resultado de outra capacidade de sentir, de se emocionar e de viver as afetividades.

Fernando Bouza, que desenvolveu inúmeros estudos voltados à Cultura Escrita, ao estudar as relações da cultura oral com a cultura visual, teceu importantes apontamentos ao enfatizar a oralidade da carta. Especialmente, por discutir a questão no mundo cortesão. Para Bouza, se

en todos los epistolarios es posible encontrar restos de oralidad, en los de los cortesanos dicha pretensión de recrear el aliento y la respiración se hace aún más evidente. De un lado, la particular sociabilidad nobiliaria vino a adoptar los modos de la *amictia* ciceroniana que gustaba de recrear la atmósfera del diálogo entre iguales por escrito; y, de otro, la condición de avisos y rumores para estar bien informados que define buena parte de sus contenidos ayuda a llenar de inmediatez verbal a sus cartas que podríamos calificar de *decidoras*. Pero, además de en las cartas y en las antologías de *dicta*, la oralidad

cortesana parece haber sido registrada en algunos libros y librillos de memoria.¹²⁹

A constatação de Bouza é pertinente às hipóteses desta tese, ao considerar a presença de um estilo de conversação cortesã mantido durante a escrita de uma carta, pois estudamos a correspondência de um homem de corte, que para servir ao rei deixou Lisboa e passou a viver na América. Portanto, a distância, as diferenças, os sentimentos, o governo, as decepções e os acertos foram os motivos das conversações de Lavradio nas cartas destinadas aos amigos e aos familiares. Ademais, devemos considerar que as cartas governativas eram marcadas por *sensações de fala* hierarquizadas e, constantemente, preocupadas com aspectos públicos e particulares.

1.4 - A carta e sua circularidade

No que diz respeito ao estudo da prática de escrita de cartas, a sensação de fala e a sensação de escuta somente se fazem pertinentes se também consideramos a circulação da missiva, pois a circularidade da escrita marca a sua constituição. O remetente setecentista considerava os meios pelos quais a sua carta poderia circular, pois o ato de escritura partia desta contextualização da carta no espaço, considerando o espaço público e o privado de circulação de sua escrita, sobretudo, se era um homem público – um representante do rei em terras além-mar – como no caso de D. Luís de Almeida. Neste sentido, agora nos dedicaremos a estudar a antiga, porém sempre discutível, temática dos espaços públicos e da presença de privacidade no século XVIII e no mundo colonial.

Podemos considerar como uma das marcantes características da época moderna a intensa imbricação entre os espaços públicos e privados, conseqüentemente, esta marca também fez parte das relações estabelecidas entre Portugal e Brasil, nas vivências coloniais. Quando ressaltamos a imbricação

¹²⁹ BOUZA, Fernando. *Palabra e imagen en la corte: cultura oral y visual de la nobleza en el siglo de oro*. Madrid: Abada editores, 2003. pp. 49.

como marcante tendência, queremos indicar um emaranhado, uma interligação e sobreposição entre as relações socioculturais que nos impede de localizar as fronteiras que demarcariam um espaço e não o outro. Porém, indicar a imbricação não é o mesmo que anular a existência da esfera pública e privada, mas sim considerar certo tipo de ambiguidade nas relações. Segundo o historiador Fernando Novais,

Entre a indistinação feudal da Primeira Idade Média e a separação formal que se instaura como as revoluções liberais, abre-se, portanto, um período em que as esferas do público e do privado já não estão indistintas, mas ainda não estão separadas – estão imbricadas. Reconstituir as manifestações da intimidade nesse período trata-se de uma tarefa difícil: há que apanhar tais práticas *in fieri*, isto é, no próprio processo paralelo a constituição do Estado moderno que delimita o território do público.¹³⁰

De acordo com a historiadora Leila Mezan Algranti “a distinção clássica entre público e privado não se aplica à vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX e, ainda assim, só de forma muito tênue, pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual”.¹³¹ Devemos considerar as próprias diferenciações conceituais, pois a significação do espaço privado no século XVIII era muito distinta do que podemos compreender para o nosso século. Entretanto, é preciso ressaltar que a imbricação entre os espaços não era uma particularidade da sociedade colonial, já que “mesmo na Europa, as agendas ou jornais íntimos só se constituem numa prática no final do século XVIII e início do XIX, quando a intimidade das famílias e a vida privada ganham significado maior para os indivíduos”.¹³² Assim, até o século XVIII existia uma imbricação entre os espaços e, a partir do XIX, temos a presença da intimidade figurando nas práticas socioculturais. Através da afirmação de Marie-Claire Grassi

¹³⁰ NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na colônia. In. NOVAIS, Fernando (coord. Coleção); SOUZA, Laura de Mello e (org. do vol.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 16.

¹³¹ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In. NOVAIS, Fernando (coord. Coleção); SOUZA, Laura de Mello e (org. do vol.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 89.

¹³² ALGRANTI, L. *Famílias e vida...* cit., pp. 133.

damos continuidade a esta pertinente discussão: “Intime n’est pas synonyme de privée”.¹³³

Em outubro de 1769, D. Luís de Almeida escreveu uma longa carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário dos negócios ultramarinos e irmão do importante secretário marquês de Pombal. Eis o primeiro parágrafo da carta,

Meu Am.^o e meu S.^r do meu mayor resp.^{to} ainda | VEx.^a receba por estes Navios as minhas impertinentes | cartas de Offício Como Gov.^{or} da B.^a porem vista a demora | que eu aqui tenho tido eu me não pude despençar de || [f 129v] Escrever a VEx.^a sobre os pontos que VEx.^a verá nos meus | Offícios; e p.^a eu continuar a mereser o favor, e proteção de | VEx.^a hé necessario que eu não descanse na m.^a obriga | ção athe o ultimo instante em q me achar nos empregos | que me Emcarregaraõ, e pella mesma rezaõ de querer Con | tinuar a mostrar a VEx.^a o meu agradeçim.^{to}, *naõ Satisfeiz | to daquellas Cartas a que sou Obrigd.^o Como Gov.^{or}, dou | a VEx.^a o descomodo de Ler mais esta a q ainda sou m.^{to} | mais obrigd.^o Como Marques do Lavradio* p.^a pedir a VEx.^a | me permita a fortuna de muito boas novas suas, e | tam boas como eu lhe dezejo, e necesito.¹³⁴

No início da carta, D. Luís de Almeida fez duas importantes diferenciações que são cruciais para a análise que estamos desenvolvendo. Primeiramente, D. Luís de Almeida identificou dois tipos de escrita e dois remetentes, ou seja, as cartas de ofício cabiam ao governador e a *outra* ao marquês do Lavradio. A que *outra* fez referência? D. Luís de Almeida estava mencionando a escrita de amizade em oposição às cartas de ofício, além de tomar dois posicionamentos, já que somente ao governador cabia escrever as cartas de ofício e ao marquês as cartas de amizade. Então, nos perguntamos: as cartas de amizade eram cartas públicas ou privadas?

Com base no *corpus* desta pesquisa, a correspondência de D. Luís de Almeida é formada por 574 cartas de amizade¹³⁵ endereçadas a diferentes

¹³³ GRASSI, M. *Lire l'épistolaire*. cit., pp. 44.

¹³⁴ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bahia, 31 de outubro de 1769, BR-AN_C_1095_f 129-129v.

¹³⁵ Tais cartas fazem parte dos códices: BR-AN_C_1095, BR-AN_C_1096, PT-BN_C_10624 e PT-BN_C_PSS_cx_3. Conferir o 2º capítulo.

destinatários, desde familiares, amigos e homens de governo. Antes de defini-las entre um espaço ou outro é necessário lembrar a afirmação de Marie-Claire Grassi: o privado não pode ser considerado como sinônimo de íntimo. Portanto, consideramos as cartas de amizade do 2º marquês do Lavradio como cartas privadas, porém não íntimas. A denominação de amizade aparece nos cabeçalhos das cartas registradas nos códices e algumas apresentam as duas classificações – amizade e ofício. E, através da carta endereçada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que acabamos de citar, constatamos que Lavradio de modo consciente se situava entre as duas escritas, ao saber quando tinha que ser o governador a escrever ou o marquês. Cabe lembrar que em alguns momentos, D. Luís de Almeida solicitou aos seus destinatários certo posicionamento, como quando escreveu a Pombal e pediu-lhe que lesse a carta como amigo e não como secretário. Eis as palavras de D. Luís,

Perdoe VE.^a, se neste Off.^o me explico com mais | algum ardor, e sem o respeitozo comedimento, com que de | vera falar na prez.^{ca} de VE.^a *Eu quando com VE.^a | fallo, sempre me figuro, não falar só ao Pr.^o M.^o de | Est.^o, Lembro-me que falo tambem com o meu Am.^o, com | o meu Protector*, e que VE.^a debaixo destez dous titulos, Lerá | o que for de mais Liberd.^e, e me corregerá com aquelas sabias | advertencias, com q VE.^a me tem feito acertar nas m.^{as} o | brigaçoens, suprimdo as Sabias intruçoenz de VE.^a a falta | total dos meus talentoz.¹³⁶

Porque as cartas de amizade não podem ser consideradas uma escrita íntima, já que são privadas? Para Grassi, “dans la sphère du privé, et avec une infinité de nuances, une lettre pourra donc être conventionnelle ou intime”.¹³⁷ A escrita de amizade de Lavradio se encaixa em uma classificação de escrita privada sem adentrar nos meandros da escrita íntima, que só despontou a partir do século XIX – estamos a falar de uma característica da idade moderna e não apenas de Lavradio. Entretanto, a escrita de amizade do marquês era oscilante e em alguns poucos trechos podemos identificar deslizes íntimos, pequenas e breves entradas em espaços privados que excediam a contenção do sentir

¹³⁶ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1776, PT-BN_C_10624_f 180.

¹³⁷ GRASSI, M. *Lire l'épistolaire*. cit., pp. 45.

cortesão, embora grande parte das cartas de amizade tenha sido mais ao modo convencional. Por conseguinte, não queremos afirmar que na idade moderna não existisse sensibilidades manifestadas além do cerimonial cortesão, porém, o sentir setecentista não era o sentir do XIX. Assim, foram as cartas privadas, como as de amizade de Lavradio, que deram origem, tempos depois, às cartas íntimas do XIX. Mas, o que teria marcado a diferenciação das sensibilidades na escrita epistolar?

As manifestações das sensibilidades são antes de tudo práticas de sociabilidades e a relação com o outro é o grande gerenciador das emoções. Assim, na época moderna o modelo cortesão enfatizava o crucial controle das emoções, o bom cortesão seria o homem contido e capaz de saber reagir aos afetos da alma e do corpo com moderação. No terceiro capítulo estudaremos como a escrita de Lavradio lidou com o modo contido de viver e governar através da escrita de cartas. Mas, aqui nos cabe enfatizar o sentido da manifestação das emoções para o XVIII, pois ao indicarmos a ausência de intimidade, não significa que não existia, mas sim que deveria ser cautelosamente expressada. Para a pesquisadora Claudine Haroche, o modelo de contenção das sensibilidades era essencialmente psicológico, “implica a consciência, o reconhecimento do próximo e o respeito por ele, ao mesmo tempo que constitui uma delimitação de si; as disposições psicológicas tais como a reserva, a moderação, a retenção, o controle e a prudência vêm-se literalmente requisitadas pela contenção”.¹³⁸ Portanto, a relação com o contenção das sensibilidades nos permite compreender sua ausência na prática epistolar setecentista. Embora muitas cartas da época moderna, como as famosas cartas da *Madame de Sévigné*¹³⁹ a sua filha expressem o cotidiano e anseios de uma mulher seiscentista, a manifestação dos seus sentimentos não significou expressão de intimidade. Além disso, devemos lembrar que estamos a estudar a escrita de cartas, um tipo de expressão sociocultural, com o qual buscamos visualizar, na medida do possível, o século XVIII e, com isso, apenas temos uma parte dele e não o todo. Não temos o que

¹³⁸ HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto...* cit., pp. 44.

¹³⁹ A correspondência da *Madame de Sévigné* é tema de muitas pesquisas que abordam a prática epistolar na época moderna. Como exemplo, pode-se conferir: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

seria a imagem real do Setecentos, mas apenas sua representação materializada através da pena de Lavradio e de seus secretários.

A época moderna expressou os sentimentos de maneira respeitosa e rígida, marcando e diferenciando os indivíduos. Na carta se expressava o respeito, e, incansavelmente os manuais epistolares modernos enfatizaram a importância de salientar as distinções entre superior e inferior. Na obra de Antonio de Torquemada, *Manual de Escribientes*, destacou-se a importância do secretário saber com clareza para *quem* a carta estava sendo enviada,

El que començare a escurir vna carta, ponga primeiro en su entendimiento y tenga delante se sus ojos, como espejo en que se mire, estas seis cosas: Quién, A quién, Porqué, Qué, Quándo, De qué manera, porque sin ellas yrá como el çiego que ni sabe el camino no tiene quien se lo enseñe, y avnque vaya atendendo, por fuerça vna vez o otra ha de dar consigo en algún despeñadero, y el que ynconsideradamente escriuiere, avrá de despeñarse en algunos yerros muy profundos, y de donde tenga muy gran dificultad en salir, (...).¹⁴⁰

O modo respeitoso de se expressar as emoções na idade moderna, identificado ao jeito cortesão de ser, suprimia a exageração de sentimentos; pois era preciso contê-los.

Em fevereiro de 1770, o marquês do Lavradio escreveu a Tomás de Almeida, o familiar que mais recebeu cartas de amizade. Eis as palavras de D. Luís dirigidas ao tio,

Meu Tio, e S.^r do meu Coração, e do meu mayor respeito, |
Depois de quaze sete mezes de naõ receber novas de VEx.^a ||
[f 171] chegaõ seis Navios a este porto, e nelles tenho o imcom
| paravel gosto de VEx.^a me favorecer com repetidas Cartas |
Suas, (...). Estimo que vm.^{ce} continue a paçar taõ bem como |
eu lhe dezejo, e que a inconstancia das istançoêns que ouve | o
anno pasado em Europa em nada prejudicaçe a boa | saude e
despozição de VEx.^a |¹⁴¹

¹⁴⁰ Antonio de Torquemada. *Manual de Escribientes* [ca 1552](Edición de Maria Josefa C. de Zamora e A. Zamora Vicente). Anejos del Boletín de la Real Academia Española. Madrid: Aguirre, 1970. pp. 176.

¹⁴¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_f 170v-171.

Neste exemplo, temos uma carta privada, pois foi dirigida sem as pretensões públicas das cartas de ofício, e nela Lavradio registrou os anseios por notícia da família e preocupações quanto à saúde do remetente, porém, a linguagem aparentemente afetiva se mescla ao distanciamento respeitoso, no qual Lavradio oscilou do tratamento próximo – vossa mercê – para o reverente – Vossa Excelência.

Uma carta íntima é marcada pela simplicidade, pela liberdade de cerimonial e uso frequente do pronome *tu*, para que a linguagem afetiva possa ser manifestada livremente. Tais características não são encontradas diretamente na correspondência de D. Luís de Almeida, embora em alguns momentos Lavradio se aproximasse do destinatário de modo menos contido e mais livre, logo retornava à fórmula respeitosa. A presença da variação pronominal nas cartas de Lavradio é verificada nas denominadas de amizade, as quais buscava afastar-se das “impertinentes | cartas de Offício”, porém, em grande parte das cartas de amizade o assunto principal foram questões administrativas que dividiam espaços com notícias pessoais, como em relação à saúde.¹⁴² Nessas oscilações podemos indicar momentos de maior ligação aos sentimentos e desligamento com as normas cortesãs. Pois, Lavradio não podia ignorar que sua escrita seria sua representante na corte e sua voz diante dos amigos e familiares. Portanto, consideramos as cartas de amizade de D. Luís de Almeida como cartas privadas convencionais e não íntimas, mesmo sendo difícil classificá-las em um único estilo, já que por trás das classificações existe a intenção do autor da missiva. Acreditamos que Lavradio tinha domínio desta percepção, sabendo onde sua voz poderia deslizar, mesmo que suavemente, de modo afetuoso, e onde era necessário manter o cerimonial.

Devemos atrelar a discussão dos espaços de circularidade das missivas com o que os manuais de escrita de cartas da época moderna nos sugerem a esse respeito. Em nenhum dos manuais espanhóis ou portugueses estudados a questão da intimidade foi um tema de análise ou de exemplo epistolar.

¹⁴² Para o estudo das oscilações pronominais nas cartas de D. Luís de Almeida, consultar o importante estudo de Leonardo Marcotulio em: *Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial*. Conferir: MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

Justamente, porque a intimidade tal qual a compreendemos a partir do século XIX, como a manifestação das sensibilidades sem contenção, não fazia parte daquelas sociabilidades. Portanto, os assuntos e temas das cartas nos manuais estavam mais relacionados às problemáticas públicas, como: agradecimento e pedido de mercês, avisos, queixas e recomendações, dentre outras. E o que podemos identificar como temáticas da vida privada seriam as cartas comunicando falecimentos, arranjos de casamento, avisos de nascimento ou morte, consolação ou louvor. A intimidade que seria constituída pelas sensibilidades individuais da alma não era tema nos manuais modernos.

No começo deste capítulo indicamos que individualidade *versus* sociabilidade foi um dos grandes conflitos que marcou a passagem no século XVIII para o XIX. Na época moderna as práticas de sociabilidade indicavam o controle das emoções e dos gestos no ambiente coletivo, as emoções eram controladas e, mais do que ser, era necessário demonstrar a contenção, pois o individual não era o grande tema, mas o conjunto da corte. No século XIX com a busca pela individualidade e pela diferenciação coletiva, o indivíduo passou a ser mais importante que o coletivo, portanto, as intimidades pessoais, os anseios únicos de uma alma passaram a se manifestar. Porém, como podemos compreender esta problemática na prática epistolar?

No contexto do século XVIII a prática de escrita de cartas representava a voz do remetente, com isso, a sensação de fala e a sensação de escuta se davam de modo exterior, pois a fala e a audição acontecem através de trocas com o mundo externo – o remetente setecentista se representava através de sua *voz escrita*, ou seja, a manifestação das sensibilidades, passando pelas normas de contenção, acontecia em um movimento de dentro para fora, na expressão da voz, por isso, os temas privados convencionais sobressaíam-se às intimidades. Neste sentido, o questionamento do historiador Marlon Salomon é de extrema importância: “Para que haja escrita íntima de cartas não seria preciso primeiro que ela rompesse com esse gênero específico que lhe definia no século XVIII, para que a própria intimidade se tornasse um tema digno de figuração nas correspondências?”.¹⁴³ Este capítulo objetiva mostrar que sim – o rompimento com o sentido de

¹⁴³ SALOMON, M. *Arquivologia das correspondências...* cit., pp. 56.

sonância epistolar, marca a ruptura com o externo, portanto, os temas de configuração íntima, na valorização do indivíduo, passam a ser mais importantes que a sociabilidade. A escrita epistolar no século XIX representa o eu do remetente e não somente a voz como no XVIII. Além disso, no século XIX o aumento da alfabetização se tornou mais expressivo e, com isso, o domínio da escrita extrapolou o meio cortesão, permitindo as variações temáticas e a escrita de cartas enquanto suporte de voz e gênero superior, se desmistificou e a voz silenciou para dar lugar a outros sentires, a outras formas de compartilhar as sensibilidades, onde não somente a voz se anuncia no escrito, mas o *eu íntimo* por inteiro.

1.5 - Saber escrever, os manuais portugueses de prática epistolar: algumas considerações

Antes de começarmos a estudar aquele que será o principal manual de escrita de cartas analisado nesta tese, faremos algumas considerações em torno de duas obras publicadas no século XVII no contexto luso e que abordaram a temática da escrita de cartas. Deste modo, teceremos algumas considerações entorno da obra *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, produzida por Francisco Rodrigues Lobo e editada em 1619 em português e traduzido para o castelhano em 1623. A obra é formada por 16 diálogos, com base na conversação de cinco personagens principais que mantém o diálogo e outros que aparecem esporadicamente, de acordo com a noite, são eles: o dono da casa (Leonardo), um letrado (Lívio), um fidalgo (D. Júlio), um estudante (Píndaro) e um velho (Solino).

Figura 1: Imagem fac-símile da primeira edição, 1619.

Neste estudo utilizaremos uma edição de 1992, preparada e comentada por José Adriano de Carvalho.¹⁴⁴ No estudo introdutório, Carvalho nos diz que, "*Il Cortegiano* e *Il Galateo* são, até certo ponto, o desenvolvimento de um ideal formulado pelo Humanismo de exigir, como complemento importante de educação liberal, a arte de saber viver em sociedade",¹⁴⁵ e neste contexto, a obra de Francisco Lobo pode ser analisada, sendo o tema central dos diálogos os modos e limites da conversação entre amigos, dentro de um ambiente cortesão, onde certos preceitos deveriam ser atendidos e seguidos. Assim, para Ana Paula Megiani a comparação da *Corte na Aldeia* com "o célebre *Livro do Cortesão* de Baltazar Castiglione aproxima-a do mesmo ambiente cultural de elite cortesã que ultrapassaria as fronteiras de Portugal e da própria Península Ibérica".¹⁴⁶ Ainda segundo Megiani, recorrentemente, a obra de Lobo tem sido considerada como

¹⁴⁴ LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*. Introdução, Notas e Fixação de texto de José Adriano de Carvalho. Lisboa: Presença, 1992.

¹⁴⁵ José Adriano de Carvalho, Introdução. In. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 09.

¹⁴⁶ MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004. pp. 72

uma contestação ao domínio castelhano, sobretudo, ao fato de Lisboa, neste período de monarquia dual, permanecer sem corte e sem rei. Porém, ela argumenta, “parece-nos mais coerente observar um traço mais nítido de conservadorismo dos costumes do que códigos relativos à cortesia em uma monarquia, que, se não existiam na capital representados pela figura de um príncipe ou de um vice-rei, estivessem presentes então nas aldeias, onde viviam os fidalgos em suas quintas”.¹⁴⁷

Devemos considerar a importância de o livro ser formado por diálogos, uma característica de muitas das obras da idade moderna, além dos romances epistolares, ou seja, a escrita literária, na amplitude do termo literário, estava atrelada a relação do eu com o outro, uma espécie de conversação se manifesta nestas obras, estabelecida entre o autor e seus personagens, assim como do autor com o leitor. Desse modo, “e porque a palavra, escrita ou falada – o diálogo –, é o meio de relação com esse mundo, a arte retórica, resolvida que foi a questão da *imitatio* com que abre a obra, ganha uma larga importância na Corte na Aldeia”.¹⁴⁸ A relevância do diálogo, juntamente, com a retórica, deve ser relacionada com a cortesia e com o bom ensino. Sendo que, em *Corte na Aldeia* não se pode confundir o bom ensino com etiqueta. E o próprio Francisco Lobo definiu o diálogo como um gênero literário cortesão. “Além disso, eu tenho para mim que aquela [o diálogo] é melhor escritura que, com mais perfeição e viveza, imita a prática e conversação dos homens”,¹⁴⁹ e o tema central dos diálogos foi a conversação e a leitura.

Entre os 16 diálogos nos interessa considerar os três primeiros por tratarem da relação entre a fala e a escrita e os preceitos da escrita de cartas. Carvalho diz que a obra gira constantemente em cima do questionamento do que seria mais nobre: a prática (fala) ou a escrita, sendo que isso abrigava uma questão maior, bem sendo, a relação da escrita com a oralidade, considerando um dos princípios do Humanismo, a importância da fala, o que distinguia *feritas* do *humanitas*. Desse modo, os personagens da conversação entram em uma profunda discussão do que seria mais nobre: a fala ou a escrita. Na opinião do

¹⁴⁷ MEGIANI, A. *O rei...* cit., pp. 67.

¹⁴⁸ José Adriano de Carvalho, Introdução. In. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 29.

¹⁴⁹ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 65.

doutor, o letrado Lívio, a fala seria mais que a escrita, ou seja, nunca a prática se igualaria a escrita, por ser esta *escrava* das palavras. Apresenta a escrita como um mero instrumento, com o qual “por meio da arte e das mãos, o que com a voz não se pode exprimir e alcançar com ou ouvidos”.¹⁵⁰ Na contrapartida, o fidalgo, D. Júlio, defende que a escrita é mais nobre, já que esta provém da arte, enquanto a fala se estabelece no uso. A escritura substitui a voz “por tão excelente maneira que lhe tem muita vantagem, pois o que a voz não pode exprimir juntamente em diferentes lugares e a diversas pessoas em um mesmo tempo, o faz a escritura com grande perfeição, podendo muitas pessoas, em diferentes lugares, ler em um mesmo tempo a própria cousa”.¹⁵¹

Já a opinião de Leonardo, quem estava conduzindo a conversação, iguala em importância ambas as ações, pela utilidade que possuem para a vida do homem, e argumentou estar na escrita a preservação da memória, que antes dela, estava restrita e poderia sucumbir-se com mais facilidade. Esta discussão entre fala e escrita desencadeia uma defesa em prol da língua portuguesa, na qual Leonardo defende a língua lusa por sua facilidade de pronúncia, “escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala”.¹⁵² Para muitos pesquisadores a exaltação da língua portuguesa nas páginas de *Corte na Aldeia* pode ser compreendida de acordo com duas questões, uma valorização da língua e, para Megiani, uma crítica “ao empobrecimento da eloquência e da retórica em razão da ausência da corte”¹⁵³ que não estava sendo praticada pelos fidalgos, em virtude da ausência do rei. Por conseguinte, se concentra na discussão em torno da língua uma intensificação de argumentos que identificam os maus tratos com a língua portuguesa ao se identificar muitos erros na prática epistolar, “criticam o uso de floreios e os longos trechos sem significado algum, hábito por eles considerado equivocado, de homens despreparados e mal-instruídos”.¹⁵⁴

No diálogo II, segundo dia de conversação, as conversas começaram com base em um questionamento: o que há de ter uma carta para ser cortesã e bem escrita? No segundo e terceiro diálogo a prática de escrita de cartas foi o tema

¹⁵⁰ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 67.

¹⁵¹ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 67.

¹⁵² LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 69.

¹⁵³ MEGIANI, A. *O rei...* cit., pp. 71.

¹⁵⁴ MEGIANI, A. *O rei...* cit., pp. 71.

central, o que estudaremos atrelado aos objetivos desta pesquisa. Carvalho, entre as notas explicativas, exprimiu que o diálogo II e III: “no seu conjunto, constituem um dos raros tratados portugueses sobre a epistolografia nos séculos XVI e XVII, época em que predomina, largamente, a preceptística italiana”.¹⁵⁵ Vale lembrar que a obra setecentista de Francisco José Freire foi composta com base na leitura do italiano Isidoro Nardi, tema da próxima sessão.

Durante a conversação conduzida por Leonardo identificamos que o objetivo não era a formação de um manual epistolar para o uso de secretários. Mas, a finalidade era oferecer orientações aos cortesãos que escrevendo ou ditando compunham suas próprias cartas. Assim, dando prosseguimento às instruções, Leonardo definiu que a *cortesia* em uma carta seria identificada, primeiramente, naquilo que ela traria em sua materialidade: no sobrescrito, no papel, no sinal do nome, no sinete e outros aspectos externos. Segundo Leonardo, o sobrescrito possuía muitas partes de cortesia, embora isso pudesse parecer algo limitado,¹⁵⁶ e o uso de títulos deveria ser observado e utilizado com moderação. Na sequência do sobrescrito, Leonardo apresentou cuidados para com o papel, tanto de aspectos físicos como de posicionamento da escrita. O terceiro ponto considerado foi o lugar da assinatura do remetente e o sinal, que deveriam constar mais para a direita e um pouco abaixo das linhas escritas, e não concentrado em um pequeno canto da folha. Sendo o quarto ponto a apresentação dos escudos de arma e sinetes de acordo com a família. Das apresentações de Leonardo, o que precisamos considerar é que a explicação em torno da prática epistolar começou através da materialidade da escrita, ou seja, o exterior aos sentidos, o que se consagra como muito pertinente em uma sociedade de corte, ligada às aparências e aquilo que seria exteriorizado. Segundo a pesquisadora Claudine Haroche “os signos exteriores que visam impressionar ou seduzir, chamar à obediência ou suscitar o amor, fazem das cerimônias e dos rituais instrumentos do político”,¹⁵⁷ portanto a preocupação com a aparência era característica fundamental dos rituais e cerimoniais de corte no antigo regime.

¹⁵⁵ José Adriano de Carvalho. In. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 73, nota 1.

¹⁵⁶ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 78.

¹⁵⁷ HAROCHE, C. *Da palavra...*cit., pp. 99.

Depois de esmiuçar os aspectos materiais da carta o diálogo II foi encerrado com a seguinte assertiva de Solino: “Vejo (...) que temos a carta cerrada, selada e com o sobrescrito, sem ainda sabermos nada do principal dela”.¹⁵⁸ Mas, Leonardo logo lhe tranquilizou, pois na noite que seguiria àquela, o que se consagraria como o terceiro diálogo, o tema epistolar seria retomado, para que os aspectos não mais materiais, e sim, de significação fossem colocados em conversação. Nas considerações de Andrée Rocha, no diálogo II, Leonardo “alonga-se tão prolixamente sobre os aspectos exteriores das missivas”¹⁵⁹ que recebeu a indignação de Solino. Entretanto, consideramos que as intenções de Francisco Lobo ao se estender sobre os aspectos da materialidade epistolar, não era ser loquaz, mas isso nos indica a importância da aparência no contexto da sociedade de corte, mesmo entre aqueles que estavam a reclamar da ausência dela, como no caso dos lusos com a monarquia dual. Pois, tematizar minuciosamente os aspectos externos da carta não era algo redundante e sim muito considerável.

Segundo Andrée Rocha, Francisco Rodrigues Lobo “se fez o primeiro teorizador da arte de escrever cartas”¹⁶⁰ em Portugal, na idade moderna, embora ele tivesse declarado, através de seus personagens, que seus escritos não tinham a intenção de ser um manual, mas o único gênero escrito visado na obra foi as cartas, pois “a Corte na Aldeia é uma obra em que se conversa sobre, antes de mais, a arte de conversar”.¹⁶¹ Deste modo, a preocupação de Lobo se baseia na relação do cortesão com o outro através de conversações e também da escrita de cartas – um outro tipo de conversação. É preciso enfatizar que o objetivo dos apontamentos em relação a esta obra não se retrata como um estudo detalhado de *Corte na Aldeia* e de Francisco Lobo, mas a intenção é situá-la naquela sociedade e retirar da obra trechos que indicam a relação do homem com a escrita, e neste caso, com a específica escrita de cartas. Para isso, entender que Lobo já se interessava pelo tema epistolar nos permite compreender de modo mais claro a sua ênfase nas cartas. Já que a *Corte na Aldeia* e suas intenções em

¹⁵⁸ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 87.

¹⁵⁹ ROCHA, Andrée Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.

¹⁶⁰ ROCHA, A. *A epistolografia...* cit, pp. 32.

¹⁶¹ José Adriano de Carvalho, Introdução. In. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 11.

torno da prática de escrita de cartas, certamente, foram recorrentes de um “seguimento doutrinário a uma obra antológica a que metera ombros em 1612, as *Cartas dos Grandes do Mundo*, coligidas por ele, e traduzidas de diferentes línguas, sobretudo do latim, pois reproduz nada mais que 29 das *Epistolae* de Catado Siculo”,¹⁶² nos lembra Rocha. Ou seja, Francisco Lobo era um cortesão que já tinha demonstrado seu interesse e conhecimento em torno da prática epistolar, ao primeiro selecionar um grupo de cartas, consideradas por ele como dos grandes do mundo e, em um segundo momento ele dedicou-se a tematizar e estrutura e composição das missivas.

No importante estudo de Andrée Rocha, escrito na década de sessenta do século passado e que marcou o estudo da epistolografia no mundo luso, a autora considera a obra de Lobo como o único tratado epistolar do XVII português e que somente no XVIII, com Francisco Freire, Portugal teria uma obra semelhante. Porém, no estudo *Los manuales epistolares en la España Moderna (siglos XVI-XVII)*,¹⁶³ Carmen Serrano Sánchez indica que antes de Lobo, um outro português tematizou a escrita de cartas. “Menos preocupado por ceremonias y demostraciones de afecto hacia el instrumento escriptorio, el portugués Juan Fernandes de Abarca componía hacia 1618 su *Discurso de las partes y calidades con que se forma un buen secretario*”,¹⁶⁴ en el que trataba de la doctrina epistolar de manera más extensa y con una vocación pedagógica que le impulsaba a aunar en su obra teoría y práctica”.¹⁶⁵ Tal manual não consta na Biblioteca Nacional de Portugal, mas existem exemplares em bibliotecas espanholas.¹⁶⁶ Ou seja, a obra de Juan Abarca, publicada em Lisboa, mas em castelhano e por um português não foi tratada como sendo lusa pela historiografia de Portugal. Portanto,

¹⁶² ROCHA, A. *A epistolografia...* cit., pp. 33.

¹⁶³ Destaco o meu agradecimento à Carmen Sánchez por me ceder os primeiros apontamentos de sua pesquisa, um trabalho em curso e de imensa importância para os estudiosos da escrita epistolar. SÁNCHEZ, Carmen Serrano. *Los manuales epistolares en la España Moderna (siglos XVI-XVII)*. Trabajo de Suficiencia Investigadora leído por Carmen Serrano Sánchez el 10 de diciembre de 2008 en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Alcalá, obteniendo la calificación de Sobresaliente. Director: Antonio Castillo Gómez.

¹⁶⁴ ABARCA, Juan Fernandes. *Discurso de las partes y calidades con que se forma un buen secretario, con una recopilación del número que hay de cartas misivas para su ejercicio*, Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1618.

¹⁶⁵ SÁNCHEZ, C. *Los manuales...* cit., pp. 67.

¹⁶⁶ Consta nos seguintes locais: Biblioteca Nacional da Espanha, Biblioteca General de Navarra, Real Academia Española, Palacio Real, Biblioteca General da Universidad de Barcelona, Biblioteca Central da Universidad de Granada.

devemos considerar que foi impressa um ano antes da obra de Francisco Lobo e na mesma oficina de impressão, Pedro Craesbeeck. Outra questão une as obras: foram publicadas no início do século e quando Portugal e Espanha compartilhavam a mesma monarquia, o domínio de Felipe III. Tais publicações merecem duas considerações: no ano de 1619 Felipe III¹⁶⁷ se preparou para visitar Lisboa, e diferente de seu pai, Felipe II, não se esforçou para aprender a língua portuguesa.¹⁶⁸ Por conseguinte, entre 1618 e 1619 temos a publicação de duas obras em Portugal que partilham algumas características: tematizam a escrita de cartas, mas, uma foi publicada em Espanhol e foi de grande referência entre os tratadistas castelhanos,¹⁶⁹ a outra foi publicada em português, embora não tenha anunciado a forma de tratado epistolar, tematizou essa questão e defendeu a língua portuguesa. Ou seja, para os estudiosos do período da monarquia dual, essa questão pode nos indicar uma defesa do português em comparação ao avanço do espanhol, dentre outras possibilidades de análise. Porém, essa não é a questão central deste trabalho, assim seguiremos com o terceiro diálogo.

Leonardo, sendo a voz de Francisco Lobo, em *Corte na Aldeia*, começou a conversação daquela terceira noite com uma defesa da carta missiva e mandadeira como sinônimos, e anunciou a definição de Marco Túlio para o sentido da carta, como “ũa mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo aos ausentes”.¹⁷⁰ Leonardo seguiu explorando o assunto da prática epistolar com as considerações de Marco Túlio, ao dizer que existem três gêneros de missivas: (a) as cartas de negócio, (b) as compartilhadas entre amigos e (c) as de governo, que seriam as com matéria de peso e envolvendo o rei e seu governo. E dentro desta divisão, ele enumerou as subdivisões: (a) domésticas, civis e mercantil; (b) novas, recomendação, agradecimento, queixumes, desculpa e graça; e (c)

¹⁶⁷ Precisamos lembrar que durante a monarquia dual, 1580-1640, Felipe II (Felipe I de Portugal) reinou de 1580 a 1598 e esteve em Portugal de dezembro de 1580 a março de 1583. Já Felipe III (Felipe II de Portugal), o que visitou Lisboa no ano da publicação de *Corte na Aldeia*, reinou de 1598 a 1621 e permaneceu na capital de Portugal de abril a setembro de 1619.

¹⁶⁸ “É oportuno observar que, diferentemente do pai, Filipe III não aprendera o português para a visita de 1619, mostrando pouco interesse pelo chamado dos portugueses, recusando-se a visitar cidades que lhe prepararam festas e recepções”. In: MEGIANI, A. *O rei...* cit., pp. 67.

¹⁶⁹ Juan Páez de Valenzuela copiou várias das propostas de Abarca na sua obra *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas misivas* (1630) que se tornou um dos manuais mais populares com reedições no século XVIII.

¹⁷⁰ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 89.

“contém cartas reais em matérias de Estado, cartas *públicas*, *invectivas*, *consolatórias*, *laudativas*, *persuasivas* e outras”.¹⁷¹ Assim, após a divisão esquemática, Leonardo argumentou que como a conversação, os diferentes tipos de carta deveriam possuir “brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios e propriedade sem metáforas nem translações”¹⁷² e a brevidade deveria ser extremamente observada, para que a carta pudesse dizer mais do que as palavras contidas na escrita. Devemos lembrar, como Carvalho ressaltou em nota,¹⁷³ que é preciso considerar que os objetivos de Lobo estavam ligados à formação do cortesão, que deveria conter a afetação, e não a formação de um secretário, e isso nos sugerem algumas diferenças, já que não era a constituição de um profissional, mas a articulação de um homem de corte adequado aos modelos de contenção na convivialidade com o outro.

Após tais explicações, Leonardo foi questionado por Solino em relação aos enfeites ou afetações da carta, e respondeu: “é o cuidado sobejo de enfeitar as palavras por elegância, ou por via de epítetos, ou de escolha de lugar para as sílabas fazerem melhor som aos ouvidos”.¹⁷⁴ Assim, Leonardo apresentava-se contra os preceitos da *ars dictaminis* – retórica medieval – que dividia a carta estruturalmente nas seguintes partes: saudação, exórdio, narração e conclusão. Pois o que ele propunha era uma *retórica cortesã*, como explicou Carvalho.¹⁷⁵ Leonardo fundamentou uma base ciceroniana, na qual a carta deveria se manifestar cortesã, oferecendo orientações e não preceitos. “De todos os modos, Leonardo, mesmo que, tudo ponderado, acabe também por elaborar um ‘formulário’, ficará sempre longe da rigidez de que se revestiam (...)”.¹⁷⁶ Mas, embora Leonardo estivesse criticando os excessos de enfeites, muito praticados na retórica, ele nos proporciona outro questionamento, a relação da voz com a escrita, quando disse que as palavras precisavam ser escolhidas de acordo com o ouvido, ou seja, aquelas que soariam melhor a audição. Com isso, voltamos a

¹⁷¹ Grifo do original. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 90.

¹⁷² LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 90.

¹⁷³ José Adriano de Carvalho. In. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 91, nota 2.

¹⁷⁴ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 91.

¹⁷⁵ José Adriano de Carvalho. In. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 92, nota 4.

¹⁷⁶ José Adriano de Carvalho. In. LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 95, nota 7.

argumentar a presença da sonoridade silenciosa e permanente que acompanha a carta e que defendemos neste capítulo.

Segundo Francisco Lobo, era importante ter uma compreensão apurada dos significados das palavras, para que se pudesse evitar as confusões e exageros. Desse modo, “a clareza é parte da brevidade, a clareza é das razões e a brevidade das palavras”.¹⁷⁷ Pois existiam cartas em poucas linhas, mas confusas, concluiu Leonardo, e mais uma vez, a importância de se compreender a língua portuguesa, defendida na obra, foi indicada. Na sequência de tal discussão, Leonardo enfatizou que as cartas eram uma escrita de ocasião, e por isso, seguir exemplos prontos, especialmente os fornecidos pelos tratadistas, era algo que poderia descaracterizar a escrita cortesã. Embora Leonardo oferecesse exemplos o seu objetivo era indicar a não atribuição de modelos a serem seguidos.

Por fim, próximo de terminar aquela longa terceira noite de conversação, Leonardo disse como deveriam ser as cartas do terceiro gênero, as de governo,

polas matérias importantes e diferença das pessoas, são mais graves e levantadas, não deixam de seguir a regra e preceitos das humildes, posto que se inclinem algũas delas à oratória, aproveitando-se da elegância e razões para persuadir, consolar, dar louvores ou reprender.¹⁷⁸

Sendo que esse tipo de carta apresentaria um carácter mais sério e após a explicação recitou alguns exemplos.

Ao despedirem-se e encerrarem o diálogo, o estudante Feliciano, amigo de Píndaro, aproximou-se do amigo e disse: “me espanta ter tanta corte em ãa aldeia”.¹⁷⁹ Francisco Lobo buscou enfatizar a presença cortês na ausência da corte, deslocada para Madrid. Já que era preciso manter acesa a chama cortesã e, segundo Ana Paula Megiani, “o seu esquecimento poderia resultar num caos social, pois cada elemento já não saberia qual lugar ocupar”.¹⁸⁰

¹⁷⁷ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 92.

¹⁷⁸ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 102.

¹⁷⁹ LOBO, F. *Corte...* cit., pp. 104.

¹⁸⁰ MEGIANI, A. *O rei...* cit., pp. 70.

Mediante a discussão que apresentamos, terminamos essa rápida passagem pela obra de Juan Fernandes de Abarca e de Francisco Rodrigues Lobo, aqueles que no século XVII tematizaram a prática de escrita de cartas, não apenas nos seus aspectos materiais e de composição, mas também nos aspectos da sociabilidade epistolar do Seiscentos, século peculiar para a história portuguesa, em virtude da união das coroas. Porém, não apenas os manuais de Abarca e Lobo fizeram-se presentes em Portugal no século XVII, pois os manuais estrangeiros também circularam entre os lusos, no que concernia à prática epistolar. Para encerrar, apresento a análise realizada pela historiadora Ana Cristina Araújo, no que tange os manuais epistolares no século XVII em Portugal. Segundo a autora,

a *Arte de cartas missivas*, de Manuel Tesauro, impressa em Valência, em 1696; e *Il Segretario principiante ed instruido*, de Isidoro Nardi. A par destes dois títulos era igualmente conhecidos e consultados: *Le Secrétaire de la Cour* (1631), de Jean Puget de La Serre e, entre outros, *Le Secrétaire à la Mode ou Methode facile d'écrire selon le temps diverses Lettres de Compliment, Amoureuses ou Morales* (1651), do mesmo autor. O sucesso do género é atestado pelas sucessivas recopilações das obras de Puget de La Serre e pelo aparecimento de novos títulos como *Le Secrétaire du cabinet* (1653) e *Le Nouveau secrétaire de la cour* (1714).¹⁸¹

Escolhemos mencionar o manual de Lobo pela importante repercussão no século XVII e também na historiografia do tema, além de mencionar o manual de Abarca que raramente é citado. Por outro lado, percebemos que os manuais estrangeiros que circularam, segundo Araújo, estavam ligados à tradição francesa e italiana, enquanto a Espanha, no mesmo período, possuía uma forte tradição de manuais de escrita de cartas. Contudo, eis o que argumentou Andréa Rocha "será preciso esperar quase um século para, de novo, encontrarmos um teorizador da epístola. Ao publicar, em 1745, o seu *Secretário Português Compendiosamente*

¹⁸¹ ARAÚJO, Ana Cristina. A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita. In: NETO, Margarida Sobral (coord.). *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. pp. 128.

Intruido no Modo de Escrever Cartas, Cândido Lusitano (...).¹⁸² Desse modo, chegamos à obra que analisaremos detalhadamente, já que pertenceu ao contexto das cartas de D. Luís de Almeida, além de outros laços que a ligam a sua vida.

1.6 - O compêndio de Francisco José Freire: O secretario portuguez (1745)

O compêndio de Francisco José Freire foi a mais importante obra portuguesa na idade moderna que tematizou a prática de escrita de cartas e incentivou a formação dos jovens secretários. Na imagem que segue temos a capa da segunda edição, datada de 1746.¹⁸³

¹⁸² Ressaltamos, mais uma vez, que Andrée Rocha não considerou a obra de Juan Fernandes de Abarca. ROCHA, A. *A epistolografia...* cit., pp. 34.

¹⁸³ Exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Pública de Évora, em Portugal.

Os manuais destinados ao ensino da escrita de cartas na idade moderna eram portadores de modelos, normas, diretrizes e tinham como objetivo oferecer aos secretários ou aos que dominavam a escrita maneiras adequadas do *bem escrever epistolar*, indicações que estavam atreladas às sociabilidades daquele período. A produção de manuais não foi uma característica peculiar dos modernos, desde a antiguidade, quando o homem começou a escrever cartas, esta prática vem sendo tema de muitos tratados e manuais. Segundo o historiador Antonio Castillo Gómez,

la escritura epistolar ha sido siempre una de las prácticas más normalizadas tanto en su continente como en su contenido. Amén de haber mantenido una estructura uniforme desde los primeros testimonios clásicos hasta los más recientes, su lenguaje se ha visto muchas veces enmarcado por las normas dictadas al efecto, por los protocolos de uso establecidos en los diferentes manuales.¹⁸⁴

Consideramos que a necessidade de comunicação fez da carta uma prática de profunda relevância no contexto social, sendo reconhecida por alguns autores como uma das primordiais formas da sociabilidade cortesã. Desse modo, existiu uma pretensão de normalizar a prática epistolar no tempo, e a idade moderna consagrou-se diante da intensa produção de tratados e manuais, pois os modernos fizeram de sua temporalidade um espaço para se conter e dissimular as sensibilidades. “Es como si aquellas gentes, cerradas sobre sí mismas, no siempre llegaron a verbalizar con toda fluidez los distintos recovecos de su mundo interior”.¹⁸⁵

O principal alvo dos manuais modernos de escrita de cartas foram as do tipo públicas, embora não desconsiderassem sugestões às particulares e familiares. A carta pública simbolizou o governo do despacho, uma governação vasta, que se propagou por diversos pontos no mundo, no caso das possessões ibéricas, e com a sedentarização das cortes, uma importante mudança no contexto dos governos monárquicos, o ofício de secretário recebeu destaque. Os

¹⁸⁴ GÓMEZ, Antonio Castillo. Escribir las emociones. Calas en las cartas privadas de la emigración a Indias (siglos XVI-XVII). *Páginas de Guarda*. Revista de lenguaje, edición y cultura escrita, n.º 8, primavera de 2009. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. pp. 146.

¹⁸⁵ GÓMEZ, A. *Escribir las emociones...* cit., pp. 146.

secretários tornaram-se os representantes dessa nova mentalidade burocrática, sedentarizada, ligada ao papel e dispersa por vários territórios. Portanto, com a intensa produção de cartas, que não cessaram de atravessar os oceanos, seria impensável a manutenção dos governos coloniais – “En la gobernación del reino las cartas se mostraban, pues, como piezas fundamentales de la maquinaria burocrática”.¹⁸⁶

De acordo com o minucioso estudo de Norbert Elias,¹⁸⁷ no decorrer do século XVII, a sociedade de corte intensificou a monitorização sobre as manifestações das sensibilidades e, para Tiago do Reis Miranda, “no seu interior, todos os elementos deveriam contribuir para recordar os lugares ocupados pelos indivíduos, tanto junto a seus pares, como em relação ao monarca. Manter o nível social – ou conseguir um outro, superior – exigia conhecer as mais pequenas normas do *representar*”.¹⁸⁸ Assim, as melhores normas de se representar e se conter diante do outro foram temas de inúmeros manuais de civilidade, e dentro destes estavam abrigados os manuais epistolares, inclusive os destinados aos secretários.

A proliferação dos manuais de civilidade que se estendeu até mesmo aos príncipes foi se tornando mais especializada, de manuais de escrita passamos aos manuais destinados aos secretários – os que mais exerciam a arte epistolar. Segundo Elena del Rio Parra, no correr dos séculos XVI e XVII foi se configurando uma didática para a formação dos secretários, proliferando, assim, manuais que orientavam a educação dos secretários e as práticas de como as cartas deveriam ser compostas.¹⁸⁹

¹⁸⁶ GÓMEZ, Antonio Castillo. “Hablen cartas y callen barbas”. *Escritura y sociedad en el siglo de oro. Historiar: Revista Cuadristral de Historia*. Alcalá de Henares, n. 4, 2000. pp. 121.

¹⁸⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução: Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁸⁸ Grifo no original. MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas*. São Paulo: Companhia das letras, 2000. pp. 454.

¹⁸⁹ O estudo de Elena del Rio Parra foi baseado nas obras do dramaturgo Lope de Vega, que durante sua vida desempenhou diferentes atividades de secretário, atuando em distintas casas: marquês de Navas, marquês de Sarria, Duque de Alba e de Sessa. Por isso, a atividade foi tematizada por muitos de seus personagens teatrais. In: PARRA, Elena del Rio (Brown University). *La figura del secretario en la obra dramática de Lope de Vega*. www.ucm.es/info/espetaculo/numero13/secretos.html. Acesso em março de 2008.

O secretário, ao possuir o domínio do discurso escrito e dos segredos, geralmente, era considerado um dos principais serventes de um senhor, como apontou Parra,

De todo ello resulta un tipo de relación de poder a través de la palabra. En consecuencia, ese rol no lo podía haber desempeñado un simple criado, porque el secretario tiene el poder del discurso, y por tanto de modificar las acciones y actitudes (...) Además, su posición presupone un mayor grado de confianza con la persona a quien sirve que otros criados de la casa, al guardar sus secretos.¹⁹⁰

A importância do secretário se estabelecia em virtude do seu poder ligado ao discurso. Pois, estava em sua pena as *sensações de fala* do senhor. Dentre as atribuições de um secretário, estudadas por Salvatore Nigro, o secretário era um filósofo (destinado as letras), um conselheiro (veraz e secreto), tinha o ensino relacionado ao poder (heróico), podia atuar como um formador do príncipe, “y del poder político era parte angélica”.¹⁹¹ Os secretários seriam um tipo de “inteligencia asistente” ao príncipe ou ao senhor, proporcionando um serviço de colaboração, conforme os anjos com Deus, seria o secretário com seu senhor.

Próximo a 1745, José Rabello Leite Braz “em applauso do Senhor Francisco Joseph Freire”¹⁹² compôs um hendecassílabo que expressava:

Naõ se lastime alguém de pouca sorte,
Sem ter em que occupe como honrado,
Secretario será lendo este livro,
Porque haja hum livro já, que lucre um cargo. (...)
Para empregos de Corte vos distinga,
A que haveis perspicaz condecorado,
Que hum Secretario feito he grande archivo;
Naõ ha em muitos seculos achallo. (...)

¹⁹⁰ PARRA, E. *La figura del secretario...*cit.

¹⁹¹ NIGRO, Salvatore S. El hombre Barroco. In: Villari, Rosario. *El secretario*. Madrid: Alianza Editorial, 1993. pp. 120.

¹⁹² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 21v.

Mas, porque Leite Braz aplaudiu Francisco José Freire? O poeta estava cumprimentando-o pela escrita da obra *O Secretario Portuguez Compendiosamente Instruido no modo de Escrever Cartas*.

Francisco José Freire nasceu em Lisboa no ano de 1719 e faleceu em 1773. Coursou estudos de humanidades no colégio de Santo Antão, pertencente à Companhia de Jesus e ficou conhecido por sua erudição, persistência e oferecimentos de serviços à pátria através das letras, e quando Portugal inseriu-se nos propósitos Iluministas, proporcionou à mocidade portuguesa boas reflexões. Freire realizou seus estudos de humanidades entre o Colégio Santo Antão, da Companhia de Jesus, e a Casa de São Caetano, dos clérigos *Theatinos*. Depois passou alguns anos como “familiar, ou gentil-homem em casa do cardeal patriarca de Lisboa, D. Thomás d’Almeida”.¹⁹³ Teve mais de três dezenas de obras impressas, além dos manuscritos. Entretanto, algumas obras já não existem e somente são conhecidas pelo registro em antigos catálogos. Presentemente, a biblioteca de Évora reúne o maior acervo de suas obras.

Entre os tantos escritos de Freire, enquanto obra, nos interessa uma: *O Secretario Portuguez Compendiosamente Instruido no modo de Escrever Cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso*. Quando foi publicada, motivou grande repercussão e foi reeditada muitas vezes ao longo do século XVIII e também no XIX. Para alguns autores, Freire inspirou-se nos pensamentos do padre oratoriano Luís Antônio Verney. Por conseguinte, essa possível simpatia de Freire às ideias de Verney ainda causa contradições entre a historiografia portuguesa, pois muitos apontam as inúmeras intrigas entre eles. Segundo Andréa Rocha, “a obra, logo reeditada no ano seguinte, parece ter tido sucesso, pese embora a Verney, que não morria de amores por Francisco José Freire”.¹⁹⁴

Ainda dentro desta questão, Tiago Miranda escreveu: “apesar do sucesso que a obra de Cândido Lusitano experimentou (com numerosas reedições), houve

¹⁹³ Conferir: *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Estudo de Innocência Francisco da Silva. Aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo 2º. Lisboa, imprensa Nacional, 1849; e SILVA, Ana Rosa Clodet da. *A formação do homem-público no Portugal setecentista (1750-1777)*. Revista Intellectus. Ano 02 Vol. II – 2003.

¹⁹⁴ ROCHA, A. *A epistolografia...* cit., pp. 34.

quem severamente a criticasse. Foi esse o partido de Luís António Verney. Em sua correspondência, existe mais de uma passagem desfavorável ao oratoriano Francisco Freire”.¹⁹⁵ A implicância de Verney com Freire pode ter sido fruto de muitas questões, porém, uma, certamente, se pode identificar: Verney publicou em 1746 o *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*.¹⁹⁶ O estudo foi editado primeiramente em Nápoles, depois em Valença e a terceira edição em Lisboa, todas no mesmo ano.¹⁹⁷ A intenção ao mencionar a obra de Verney, concentra-se em verificar as críticas que fez ao compêndio de Francisco José Freire. O português António Alberto Andrade, pesquisador da obra de Verney, publicou uma missiva, escrita por Verney e denominada como a décima sétima do Verdadeiro Método, enviada de Roma a Lisboa. Nesta missiva, Antônio Verney acusou o compêndio de Freire de ser uma recopilação de obras estrangeiras e cópia de várias cartas italianas.¹⁹⁸ Embora tenha sido muito criticado, como verificamos nas denúncias de Verney, o compêndio de Freire não deixou de repercutir e receber várias reedições.

Quando Francisco José Freire lançou a obra procurou oferecer aos portugueses algumas discussões em torno da prática epistolar, que estavam sendo desenvolvidas em outras partes da Europa, bem como foi acusado: “*traduzidas das mais ridículas Italianas*”. Freire, na abertura do compêndio, anunciou que compôs seu escrito através da leitura do italiano Isidoro Nardi. Assim, os modelos de cartas propostos foram baseados na tradição das línguas latinas, de acordo com José da Silva Simões.¹⁹⁹

¹⁹⁵ MIRANDA, T. *A arte de escrever...* cit., pp. 51.

¹⁹⁶ A edição pesquisada foi organizada e comentada por António Salgado Júnior. VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*, 1946. Conferir Bibliografia.

¹⁹⁷ O *Verdadeiro Método de Estudar* foi composto por dezesseis cartas, uma especificidade, segundo Andréa Rocha, quando tratou das diversas atribuições do modelo epistolar, além da comunicação, “o artifício que consiste em ‘fingir’ a forma epistolar é de todos os tempos, (...)”. Sem ele, contudo, não teríamos hoje o Verdadeiro Método de Estudar (...). In: ROCHA, A. *A epistolografia...* cit., pp. 26-27.

¹⁹⁸ Carta de Luís António Verney a Joaquim de Foyos. Roma, 08 de fevereiro de 1786. In: ANDRADE, Antonio Alberto de. *Verney e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1965. pp. 577.

¹⁹⁹ SIMÕES, José da Silva. *Sintatização, Discursivização e Semantização das orações de gerúndio no português brasileiro*. São Paulo, 2007. Tese de Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo. FFLCH, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

As citações e traduções diretas que Francisco Freire fez da obra de Isidoro Nardi, serão analisadas a frente, mas essa questão não será tomada como uma crítica. Pois, nos concentraremos na intenção de Freire em oferecer aos secretários portugueses um importante compêndio – o que ainda não tinha sido feito em Portugal durante o século XVIII – e não na tentativa de superar o que foi apresentado por Isidoro Nardi. Para o historiador José Luiz Gonzalo Sánchez-Molero, o domínio da escrita, entre os séculos XV e XVII, passou a simbolizar a oportunidade de um importante papel social, por isso a relevância da função de secretário.²⁰⁰ Para Santiago Martinez Hernández, “numerosas familias de letrados se perpetuaram en los más altos oficios de la administración real hasta el punto de erigirse en auténticas dinastías de secretarios, contadores y oficiales que, con el tiempo, acabaron siendo ennoblecidos por la Corona”.²⁰¹ O ofício de secretário oferecia possibilidade de crescimento, dentro da sociedade de corte, com isso, cuidar destas formações era uma função importante e que Freire intuiu colaborar.

O pesquisador Tiago Miranda argumentou que para Freire era necessário à produção de obras que atendessem à juventude portuguesa, “dando a conhecer os bons trabalhos dos autores nacionais e preenchendo algumas das falhas da literatura portuguesa, em relação ao que havia no exterior”.²⁰² Portanto, Freire evidenciava a defasagem portuguesa em relação à publicação de obras oferecidas à formação de jovens – devemos considerar que neste período o ensino em Portugal foi reformulado com a expulsão dos jesuítas.

A publicação do compêndio permitiu que os portugueses também discutissem a prática epistolar – o que acontecia em outras partes da Europa e de modo pertinente na Espanha. Para a historiadora Ana Cristina Araújo, “os manuais de civilidade estão para os comportamentos sociais como as gramáticas estão para os falantes da língua. Salvaguardam a norma e apontam para um modelo ideal, nem sempre seguido e respeitado, mas que funciona como orientação e como meta para aqueles que querem agir correctamente e singrar

²⁰⁰ SÁNCHEZ-MOLERO, José Luis Gonzalo. La evolución del aprendizaje de la escritura en la corte de Felipe II. In.: BOUZA, Fernando. Org. do dossier: El escrito en la corte de los Austrias. *Cultura Escrita & Sociedad*. Nº. 03, 2006. Astúrias: Ediciones Trea, 2006. pp. 47.

²⁰¹ HERNÁNDEZ, Santiago Martinez. Memória aristocrática y cultura letrada: usos de la escritura nobiliária en la Corte de los Austrias. In.: BOUZA, Fernando. Org. do dossier: El escrito en la corte de los Austrias. *Cultura Escrita & Sociedad*. Nº. 03, 2006. Astúrias: Ediciones Trea, 2006. pp. 71.

²⁰² MIRANDA, T. *A arte de escrever...* cit., pp. 49.

na sociedade”.²⁰³ Tais manuais estavam inseridos na perspectiva de controlar os sentidos daqueles que se aventuram no exercício da escrita de cartas, tanto que muitas das advertências concentraram-se em criticar o excesso de afetação. No entanto, “nas pequenas dissertações que introduziam os modelos propostos para cada tipo de carta” o que Freire pretendia era “esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. Esses textos põem a descoberto uma sensibilidade ainda francamente barroca, que se movia, elegante, por entre jogos de ‘louvores’, ‘engrandecimentos’ e ‘dissimulações’”.²⁰⁴ Pode-se afirmar que o compêndio de Freire fazia parte das propostas modernas para a prática de escrita de cartas.

Francisco José Freire passou alguns anos trabalhando para o influente cardeal patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, designado patriarca em 1716, sendo também prior, desembargador e do conselho de estado do rei D. João V. Mas, qual a relação entre D. Tomás e o compêndio? A primeira edição da obra, de 1745, foi oferecida ao patriarca. Assim, diante da importância de D. Tomás de Almeida na sociedade portuguesa do século XVIII, compreendemos a intenção de Freire ao dedicá-la a tão ilustre personalidade.

Logo no início da dedicatória, Freire registrou “He, Eminentissimo Senhor, tributo, e não offerta, obrigação, e não obsequio, offerer a V. Eminencia com profundissimo rendimento este Livro”.²⁰⁵ Ou seja, um certo tipo de mecenato,²⁰⁶ e D. Tomás de Almeida, provavelmente, financiou a publicação do manual. Freire, em troca do grande gesto, a ofereceu, não por obséquio, mas por tributo e obrigação. Continuou Freire, “porque dedico a V. Eminencia o pouco que a minha capacidade pode alcançar estudando na Secretaria de V. Eminencia. Esta he a obrigação dos rios; restituirem ao mar as agoas, que delle receberão”.²⁰⁷ Desse modo, Freire registrou o tempo que trabalhou com D. Tomás de Almeida em sua secretaria e, certamente, verificou que em Portugal não existiam manuais e/ou tratados para esta temática no século XVIII.

²⁰³ ARAÚJO, A. *A correspondência: regras...* cit., pp.125.

²⁰⁴ MIRANDA, T. *A arte de escrever...* cit., pp. 50.

²⁰⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f 2v.

²⁰⁶ O que Freire irá confirmar ao encerrar a dedicatória.

²⁰⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f 2v.

Ao continuar seu relato, escreveu “sempre em mim era acto necessario consagrar a V. Eminencia este Livro”,²⁰⁸ assim, Freire ressaltou que não duvidava ser D. Tomás o merecedor de tal obra, “que sombra poderia eu buscar mais benigna, e igualmente poderosa, que a do alto patrocínio de V. Eminencia, a quem na Monarchia Ecclesiastica só Deos fez inferior aos Santissimos Principes do Vaticano?”.²⁰⁹ Freire continuou reiterando os atributos do patriarca, ressaltando a importância nobiliárquica, “como na Real Casa Portugueza reina o heroico sangue de Almeida”,²¹⁰ gloriando a família Almeida. Na sequência, declarou o que talvez tenha sido a maior glória de um Almeida,

colocado na altissima Dignidade Cardinalicia; e sagradamente coróado primeiro Principe da Mitra Patriarcal de Lisboa. Para a dignamente se fallar no throno de taõ alto Character, era necessario discorrer na sua baze: para se tratar destas elevadissimas Dignidades, era preciso trazer á memoria as raras virtudes, os distinctos lugares, e consummadas letras.²¹¹

Freire apresentou a importância de D. Tomás ao se tornar o primeiro patriarca de Lisboa, escrevendo que quando fossem narrar sua história seriam inúmeros os motivos para enaltecê-lo.

Na continuidade da dedicatória, Freire declarou-se privilegiado, “felicissimo eu, que tenho a incomparavel honra, de que se lea neste meu livro o Veneravel Nome de hum tal Mecenas”,²¹² sentindo-se distinto pela oportunidade de dedicar sua escrita a uma pessoa tão importante. Além disso, ao escolher um mecenas de profunda relevância naquele contexto social, Freire sabia que sua obra estaria mais protegida e, provavelmente, teria um reconhecimento diferenciado. Ao encerrar, escreveu: “acceitarà esta obra, e a premiarà distinctamente, mandando que se colloque na sua copiosa, e selecta Livraria”,²¹³ e com palavras bajuladoras, terminou a dedicatória de sua mais importante obra.

²⁰⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f 2v.

²⁰⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f 2v.

²¹⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f 3.

²¹¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f 3.

²¹² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f 3v.

²¹³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1759] f. 4.

As repercussões do compêndio de Freire não foram poucas, de 1745 até o final do século XVIII e, ainda devemos considerar o início do XIX, a obra recebeu distintas reedições que foram se configurando: ora com reduções, ora com acréscimos. Desse modo, ao analisarmos a historiografia que estudou o compêndio de Freire, encontramos muitas referências em relação às edições posteriores, entretanto, sem a definição de um número exato. Assim, através de um estudo no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal fizemos um levantamento das edições.

Na segunda metade do século XIX, Inocêncio da Silva na obra o *Diccionario Bibliographico Portuguez*,²¹⁴ identificou três edições para o compêndio de Freire: 1759, 1786 e 1801, sem detalhar as oficinas de impressão. Já no século XX, a pesquisadora Andrée Rocha apenas fez referência à primeira edição e a segunda, respectivamente, 1745 e 1746.²¹⁵ Tempos depois, no ano 2000, o próximo pesquisador que estudamos e que mencionou o compêndio de Freire foi Tiago dos Reis Miranda, citando as edições indicadas por Inocêncio da Silva.²¹⁶ Na sequência, veio o texto de Ana Cristina Araújo, publicado em 2005, nele a pesquisadora indicou as edições aludidas por Inocêncio da Silva e as seguintes: 1746, 1759, 1777, 1787, 1797.²¹⁷ Com tais informações, realizamos um pequeno inventário das edições presentes no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e conseguimos levantar quatro outras edições.²¹⁸ Assim, a indicação das oficinas de impressão passou a ser uma informação indispensável, pois tivemos reimpressões no mesmo ano, mas em oficinas diferentes. Para exibir os manuais que pesquisamos foi elaborada uma tabela que pode ser conferida no apêndice 01, tabela 01.

A partir de tais informações, constatou-se que foram 12 reimpressões entre o século XVIII e o início do XIX que mencionaram a autoria de Freire, portanto, até a edição de 1823, impressa na oficina de João Nunes Esteves, a

²¹⁴ *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Estudo de Inocêncio Francisco da Silva. Aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo 2º. Lisboa, imprensa Nacional, 1849.

²¹⁵ ROCHA, A. *A epistolografia...* cit.

²¹⁶ MIRANDA, T. *A arte de escrever...* cit.

²¹⁷ Não citamos o estudo de José Simões porque o autor apenas comentou que foram feitas reedições sem detalhá-las.

²¹⁸ Agradeço ao amigo e pesquisador Leonardo Lennertz Marcotulio por me ajudar a localizar as edições no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal.

menção a Francisco José Freire foi mantida.²¹⁹ Mas, no decorrer do século XIX, a obra continuou sendo reimpressa com novas roupagens e não mais fazendo referência ao primeiro autor, Francisco José Freire. Contudo, percebemos que *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas* foi sendo reimpresso e reconfigurado no decorrer de suas edições. A obra foi mudando de face e outras mãos, não somente as de Freire, interferiram no texto com acréscimos e simplificações, até o ponto de não ser mais a mesma, embora mantendo um único objetivo, contribuir com aqueles que se dedicavam, por obrigação ou gosto, a arte de escrever cartas.

No ano de 1746, como podemos analisar na tabela, foram impressas três edições da obra: uma na oficina de Manuel Rodrigues e duas na oficina de Domingos Gonçalves. Entretanto, as edições de Domingos Gonçalves são diferentes entre si, uma foi oferecida ao Cardeal Patriarca e a outra foi impressa sem dedicatória. De acordo com tais dados, é interessante percebermos que a edição de 1746, impressa na oficina de Manuel Rodrigues, foi dedicada a D. Luís de Almeida, na época, recentemente, feito conde de Avintes. Mas, quem era D. Luís de Almeida? Futuramente, o 2º marquês do Lavradio e vice-rei da América portuguesa, personagem central desta tese.

Na capa da edição, onde consta o nome da oficina de Manuel Rodrigues, lemos a seguinte informação: “Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca”, ou seja, daquele que recebeu a dedicatória da primeira edição e tio-avô de D. Luís de Almeida. Mas, a primeira edição foi publicada pela Oficina de Isidoro da Fonseca. Tal observação pode nos indicar o quanto D. Luís de Almeida vinha sendo preparado para ser um bom representante da casa Lavradio. Pois sua imagem estava sendo construída diante do que era importante para a sociedade setecentista lusa, ao ser lembrado não somente entre as armas, mas também entre as letras. Por conseguinte, ainda verificamos as estreitas relações de Freire com os *Almeidas*, e podemos considerar o interesse do patriarca em exaltar os membros de sua família.²²⁰ Segundo o historiador Nuno Monteiro, o

²¹⁹ No total a obra de Freire veio à luz 13 vezes, conforme o levantamento realizado por esta pesquisa. A primeira edição em 1745 e 12 reimpressões de 1746 a 1823. O que pode ser conferido na tabela 01 do apêndice 01.

²²⁰ Conferir cronologia biográfica.

Patriarca possibilitou a ascensão dos *Almeidas*, futuros Lavradio. Assim, a carreira do 2º marquês do Lavradio já estava sendo planeada, ao receber a dedicação de uma importante obra.

Francisco José Freire, com as seguintes palavras, iniciou a dedicatória a D. Luís de Almeida, que em 1746 tinha 17 anos, "SAHE segunda vez á luz publica o Secretario Portuguez, e receoso de que novamente o accommetaõ os seus émulos, vay buscar como escudo o patrocínio de V. Excelencia".²²¹ Assim, Freire anunciou a segunda edição e, na continuidade, ressaltou que das veias de D. Luís corriam um sangue antigo e ilustre, assim como escreveu a D. Tomás de Almeida. "Eu tenho a nobre vaidade de não saber exprimir a V. Excelencia a honra, que resulta de ser talvez o primeiro, que consagro obra á distincta grandeza da sua pessoa".²²² Como argumentamos acima, o ano de 1746 foi distinto para o jovem D. Luís que passou a conde de Avintes, obteve patentes militares e ainda uma obra dedicada ao seu nome. Francisco Freire ressaltou o nome do pai de D. Luís, na época conde do Lavradio, e também falou do tio-avô, "não me atreveria a fallar no Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca meu Senhor, porque os meus olhos sem o perigo de cegarem, não podem olhar para o Sol".²²³ Freire foi relacionando o nome de D. Luís aos familiares importantes naquele período e encerrou tais citações invocando outro Almeida, "Lembrarmehia porém do Excellentissimo Senhor Principal de Almeida, Fidalgo taõ raramente benigno, que chegou a conseguir por esta virtude os melhores applausos, que são os do povo. Eu como obrigado, e não menos como agradecido, sou da sua benignidade, se não a mayor, tal vez a melhor testemunha".²²⁴ O Principal Almeida, homônimo do Patriarca de Lisboa, foi um dos principais correspondentes de D. Luís de Almeida, durante sua estada no Brasil.²²⁵

Depois de relacionar D. Luís de Almeida às virtudes familiares, escreveu,

²²¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 1 e 1v.

²²² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 1v.

²²³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 2.

²²⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 2.

²²⁵ Conferir cronologia biográfica.

Assim a providencia do Ceo no lo vay continuando a mostrar na pessoa de V. Excelencia; porque he generoso, modesto, pio, e sobretudo benigno: tem juizo agudo, tem indole suave, e tem génio dócil. Como V. Excelencia está nos *seus annos florentes*, não tem occasião de practicar virtudes, sem as quaes também não poderia propriamente ser Almeida. Hoje practica humas em *utilidade do particular*, á manhã praticará outras em *gloria commum*. Hoje he V. Excelencia ídolo, á manhã será oraculo. Hoje os fructos são flores, á manhã as flores seraõ fructos.²²⁶

Percebe-se o sentido de construção da imagem do futuro 2º marquês do Lavradio. Embora, pela *florente idade* ele estivesse a agir pela *utilidade particular*, em breve, ele estaria servindo a *glória comum*, ou seja, estaria a serviço da monarquia portuguesa nos postos ultramarinos, o que aconteceu aproximadamente vinte anos mais tarde, quando D. Luís de Almeida foi nomeado governador da Bahia. Eis o que previa Freire, "Sim Senhor, authorizará V. Excelencia as Embaixadas, e os Tribunaes, illustrará os gabinetes, e as campanhas; que para estes fins he que nasceo, quando nasceo *Almeida*".²²⁷ Com isso, reforçamos o que acima foi indicado, a nítida construção da imagem de D. Luís de Almeida como um futuro homem público a servir o rei português.

Ao encerrar a dedicatória, tão bajuladora quando a produzida a D. Tomás de Almeida, escreveu "chego eu agora aos pés de V. Excelencia, respeitoso, olhando para a sua grande pessoa; admirado, attendendo para as suas virtudes". Até 1746 o único feito registrado pela biografia de D. Luís foi ter assentado praça no regimento de infantaria de Elvas, onde o pai era coronel. Assim, pouco tinha feito, mas já era visto como "grande pessoa". Nas últimas linhas Freire desejou que D. Luís de Almeida seguisse como o exemplo dos grandes da família Almeida e Mascarenhas, "assim o desejo e vaticinaõ todos os zelosos, e mui particularmente eu, como Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor. De V. Excelencia".²²⁸ Concluimos que a dedicatória registra as intenções de construção da imagem do primogênito da família Almeida.

D. Luís de Almeida talvez tenha lido a obra de Freire, algo que não podemos afirmar, mas supomos pelos seguintes motivos: primeiramente, por ter

²²⁶ Sem grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 2v.

²²⁷ Sem grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 2v e 3.

²²⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 3.

recebido a dedicatória, em segundo lugar, porque estava se preparando para os cargos de presteza ao rei, assim deveria conhecer a arte epistolar, apesar de saber que poderia vir a contar com secretários. E, em último lugar, o domínio da escrita fazia parte da formação dos homens de corte. Freire, quiçá, não previa que D. Luís seria um intenso escritor de cartas, fossem elas de governo ou particulares e, muito menos, que séculos depois ele seria alvo de estudos voltados aos aspectos teóricos e metodológicos da arte de escrever cartas.

A edição de 1746 registra na capa: "Segunda Edição: Novamente acrescentada com varias cartas Discursivas sobre as obrigaçoens, virtudes, e vicios do novo Secretario",²²⁹ sendo a presença das ditas cartas discursivas o que diferenciou a primeira da segunda edição. Tais cartas tratam de problemáticas em torno dos comportamentos que deveriam ser evitados ou seguidos pelos secretários, e serão estudadas quando estivermos a analisar pormenorizadamente o conteúdo do compêndio.

A historiadora Ana Cristina Araújo localizou outra diferença entre as primeiras edições, especificamente, na publicada em 1777. Cabe lembrar que foi um acréscimo feito após a morte de Freire, que faleceu em 1773. Na edição de 1777, impressa na oficina Rolandiana, consta "três suplementos relativos à teoria e prática do comércio e um tratado de câmbios, que continuarão a se reimpressos até, pelo menos, finais da centuria de Setecentos".²³⁰ Portanto, em seu manual, Freire ignorou qualquer menção às cartas de comércio, um tipo muito utilizado diante das intensas relações mercantis empreendidas por Portugal. Mas, como argumentou Araújo, após a edição de 1777, o tema das cartas de comércio passou a ser vinculado ao compêndio de Freire. Tal constatação reforça a ideia das várias faces que *O secretario portuguez* recebeu de 1745 a 1823.

²²⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746].

²³⁰ ARAÚJO, A. *A correspondência: regras...* cit., pp. 131

1.6.1 - A obra

O Secretario Portuguez Compendiosamente Instruido no modo de Escrever Cartas,²³¹ primeiramente, foi composto pelas seguintes partes: Folha de rosto, Dedicatória, [a D. Tomás de Almeida (1745) e a D. Luís de Almeida (1746)], Carta ao leitor "Satisfação necessaria", Licenças e seus respectivos textos, "Instrucción Preliminar", Capítulos (I "Predicados e perfeçoens" – II "Os vícios, e imperfeçoens, de que deve fugir" – III "Regras que O Secretario deve practicar nas cartas de negocios"), Índice (Parte I e Parte II), Parte I, Parte II, "Formulario de Tratamentos muy necessario ao Secretario portuguez" e "Formulario de Sobrescritos". Sendo importante salientar que nas reedições algumas partes foram suprimidas, como por exemplo: as dedicatórias e os formulários de tratamento e sobrescrito.²³² Depois desta apresentação dos aspectos eminentemente materiais da obra analisaremos os seus pormenores.

Ao iniciar a carta de abertura, na qual justificou o motivo de composição da obra, Freire se desqualificou para engrandecer sua atitude de oferecer uma produção que contribuísse com os portugueses, uma prática que ele sugerirá muitas vezes aos secretários, ou seja, diminuir-se diante do destinatário,

He preciso, Leitor, que saibas (se acaso es benigno) o motivo, que tive para intentar esta obra, que confesso pedia huma penna, não menos elegante, erudita, que practica, e authorisada. O motivo, foy o zelo, e amor da Patria, virtude engrandecida por muitos e praticada por poucos.²³³

Com estas palavras, Freire colocou à frente de suas intenções algo maior, o zelo e o amor à pátria.²³⁴ Aquilo que deveria sempre tomar a dianteira de um homem de corte, mesmo considerando-se que entre o dever e a prática existem lacunas consideráveis.

²³¹ As citações do compêndio, ao longo deste trabalho, pertencem a diferentes edições. O que em nota será destacado.

²³² Em apêndice consta a reprodução das folhas de rosto da edição de 1745 e 1746. Conferir apêndice 02: figura 01 e 02.

²³³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 4.

²³⁴ O sentido de amor à pátria para o século XVIII será tematizado no 3º capítulo.

Na sequência, Freire criticou a mocidade portuguesa pela falta de interesse nos estudos, muitas vezes, apenas dedicados aos ensinamentos da espada,

Esta negligencia da mocidade Portugueza claramente se dá a conhecer na falta de muitos estudos; sendo huma das mais notaveis não saber organizar com sufficiencia qualquer especie de cartas; e muito mais sendo em annos, em que ou cultivão as Universidades, ou põem espada á cinta. He notavel em qualquer sujeito este defeito.²³⁵

Ao desmerecer a relação da juventude portuguesa à prática epistolar, Freire também evidenciou a ausência de publicação de manuais desse tipo em Portugal. Situação bastante peculiar em relação às outras nações europeias daquele contexto, como no caso da Espanha e que o estudo de Carmen Serrano Sánchez ilustra, diante da grande quantidade de manuais publicados na idade de ouro castelhana.²³⁶

Freire deixou evidente que sua intenção era dirigir-se aos principiantes, “assim, Leitor, se es, ou queres ser principiante neste estudo, que te offereço, lê, não as cartas, porque são minhas, (...) mas as instrucçoens, e advertencias, porque as descobrio o meu trabalho entre Authores, que em diversas linguas escreveraõ deste assumpto”.²³⁷ Freire explicou que seu trabalho estava baseado em estudos de outros manuais, o que poderia ter sido uma pesquisa bastante vasta, diante da quantidade de manuais que foram produzidos e reeditados do século XVI ao XVIII na Europa. Freire citou apenas um autor italiano, entretanto, isso não indica que apenas tenha lido um manual. Além disso, a intenção era que o principiante fosse lendo e se familiarizando com a prática, até que sua criatividade pudesse conduzi-lo.

Francisco José Freire indicou as limitações de sua obra, o que talvez estivesse fazendo para simular a dita modéstia cortesã. Assim, escreveu: “Grandes instrucçoens te esperaõ: porque sahiraõ felicissimos partos de pennas eruditas versadas neste estudo, e depois entrarás em applicação mais profunda,

²³⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 4.

²³⁶ SÁNCHEZ, C. *Los manuales...* cit.

²³⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 4v.

estudando por outros livros de Autores de primeira classe”,²³⁸ indicando que com o tempo sua obra seria dispensada. Em seguimento a estas observações, Freire apontou a presença de importantes cartas portuguesas e que almejava que fossem um dia publicadas, já que se mantinham ocultas pela “prejudicial modestia de seus Autores” ou pela “ambiciosa conservação de seus parentes”.²³⁹ Mas, o que Freire pretendia defender era a habilidade portuguesa diante dos estrangeiros, pois, se os portugueses tornassem suas cartas públicas seus principiantes seriam instruídos sem as missivas estrangeiras. Deste modo, Freire citou vários autores portugueses de cartas valorosas, chamando-os de *Sêneas* de Portugal. Entre os portugueses citados, relatou: “sahirão as dos grande Conde de Tarouca, e as do Sabio Marquez de Abrantes. Oraculos infalliveis da Politica no Gabinete das virtudes”.²⁴⁰ Freire não estava a falar de cartas literárias, mas das que pertenciam ao cotidiano público e privado dos portugueses. Portanto, concluiu, “unicamente continuarei a dizer, que desejara que este meu livro visse o fogo, quando taõ distinctas obras vissem a luz”.²⁴¹ Percebemos que a prática epistolar não se restringia apenas ao seu aspecto de único meio de comunicação, ao se consagrar como um espaço de trocas sociais e de sensibilidades, além de um lugar de memória. E se Freire tinha conhecimento de tais epístolas portuguesas como peças propulsivas no ensino da prática de escrita de cartas, certamente, se deve ao fato destas circularem entre os letrados. Talvez, os setecentistas já tivessem uma relação com a carta que passava pela possibilidade de publicação, já que estamos a falar de um século que abrigou a expansão dos romances epistolares.

Ao se aproximar do final da carta ao leitor, Freire compartilhou seus projetos “estou de animo de sahir com segundo volume, no qual, como já tenho com este instruido nos primeiros rudimentos da Secretaria, he que darey liberdade á penna, para se estender mais neste assumpto, com exemplos de Autores Classicos, e outras muitas observaçoens, de que já tenho hum justo volume, que necessita de darlhe forma”.²⁴² Justificando a ausência de autores

²³⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 4v.

²³⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 4v.

²⁴⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 5.

²⁴¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 5.

²⁴² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 5v.

clássicos nos exemplos, já que seu objetivo era atender os principiantes e não mostrar erudição. E com o privilégio que o nosso lugar no tempo nos proporciona, sabemos que Freire não publicou um segundo volume como anunciou, porém, na segunda edição acrescentou exemplos de cartas discursivas. Além disso, desculpou-se diante dos curtos exemplos epistolares que apresentaria,

entendo, que não me censuras em ser breve nas cartas, que te dou a ler; porque muy pouca lição has de ter de Cicero, Plinio, Seneca, e outros, que são os exemplares, que se devem seguir. Só cartas de negocio, e de Gênero Misto devem ser dilatadas, porque assi o pede, ou o negocio, ou os diverssos assumptos: todas as de mais devem ser breves; e muito mais as minhas, que não são escritas a assumptos determinados, que só esses dão materia para se escrever com extençaõ.²⁴³

Constata-se o quanto as intenções de Freire, dispostas no manual, estavam atreladas à antiguidade clássica, sendo essa sua base, se é que assim podemos designar, teórica. Por fim, Freire encerrou a “Satisfação necessaria” dedicada aos leitores com um pedido: “não entres a criticarme, se es Leitor Douto”.²⁴⁴

Somente nas primeiras edições do compêndio podemos conferir literalmente as licenças e suas respectivas autorizações de impressão, já que nas sequentes edições apenas registrou-se que a obra tinha permissão para impressão, sem os pormenores das concessões. As autorizações eram constituídas de pequenos textos provenientes do Santo Ofício, Desembargo do Paço e Ordinário e tinham o propósito de garantir que as obras publicadas não estivessem contra os preceitos da igreja e da monarquia.

Em 09 de outubro de 1744, o padre D. Caetano de Gouvêa,²⁴⁵ da casa da Divina Providência de Clérigos Regulares de Lisboa, responsável pela licença do Santo Ofício, escreveu o seu parecer após a leitura do compêndio. Para ele o ato de saber escrever estava atrelado diretamente ao saber escrever cartas, “todos os que sabem escrever, escrevem Cartas”.²⁴⁶ Entretanto,

²⁴³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 5v.

²⁴⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 6.

²⁴⁵ Padre D. Caetano de Gouvêa C. R.

²⁴⁶ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 7.

muitos ignoram totalmente o estylo com que as devem escrever; e até muitos dos que sabem as regras deste estylo, não as podem pôr em pratica; porque os pensamentos não de ter a nobreza que permite a matéria, que se trata, a linguagem há de ser pura, a locução corrente, e elegante, e no mesmo tempo familiar, o que poucas vezes se acha junto.²⁴⁷

O padre Gouvêa expôs como pensava a escrita de cartas: algo *natural* aos que escreviam, sendo necessário reunir ao saber escrever, estilo, linguagem pura e familiar, além de elegância. E isso, se adquiria com estudo, portanto, a leitura do compêndio proporcionaria este aprendizado.

Após a censura do Santo Ofício, seguiu a censura do Ordinário, assinada pelo “Reverendo Padre Mestre e Doutor D. João Evangelista, Jubilado na sagrada theologia, e Vigario da Parrochial Igreja de Nossa Senhora do Socorro”.²⁴⁸ Em 20 de outubro de 1744, D. João Evangelista começou seu parecer elogiando o autor e suas produções em prosa e metro, “neste daõ claramente a ver a sua agudeza os cem Epigrammas varios, que publicou, e offereceu ao Excellentissimo, e Reverendissimo D. Thomás Principal de Almeida,²⁴⁹ obra digna de se consagrar a tal Mecenas”.²⁵⁰ Com tal declaração, constatamos que as dedicatórias de Francisco Freire à família Almeida excederam a publicação do compêndio epistolar. O padre D. João Evangelista fez de seu parecer um espaço para exaltar as publicações de Freire e suas dedicatórias, feitas aos grandes de Portugal. Após tais relatos, escreveu: “digo sómente, que he este livro igualmente digno da luz publica, que da licença de V. Ex. para o poder conseguir (...) Este he o meu parecer”.²⁵¹

A censura do desembargo do Paço ficou aos cuidados do abade Diogo Barbosa Machado, membro da Academia Real da História Portuguesa. Para Machado, embora Francisco Freire fosse jovem, ele já possuía *escritos* de grande valor, elogiando suas obras e, em especial, a que ele censurava, “como parto

²⁴⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 7.

²⁴⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 8.

²⁴⁹ D. Tomás de Almeida era tio de D. Luís de Almeida e homônimo do Patriarca de Lisboa. Era conhecido como Principal Almeida.

²⁵⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 8v.

²⁵¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 9.

mais maduro do seu fecundo entendimento, instrue com a presente obra aos Secretarios, para que formem perfeitamente as cartas, como principal objecto dos seus officios”.²⁵² Ao encerrar seu conceito, em 26 de outubro de 1744, o padre Machado escreveu, “este he o juizo, que formo desta obra, digna certamente da attençaõ de V. Magestade, que mandará o que for servido”.²⁵³ As três censuras defenderam e elogiaram a proposta de Freire, além de contribuírem com observações em relação à prática epistolar no Setecentos.

As instruções oferecidas ao secretário principiante foram iniciadas com uma básica assertiva, da relação do homem com a escrita, “não há cousa mais commua, que o escrever cartas; e com tudo não he cousa commua o sabellas compor”, assim, Freire marcou a primeira relevância de sua obra: escrever cartas era comum, mas, compô-las com saber era diferente. Na sequência, Freire expôs: “a necessidade da vida, faz com que cada hum entre a fazellas: porque tanto aos ignorantes, como aos sabios frequentemente he preciso o communicaremse por meyo de cartas com os ausentes”.²⁵⁴ Deste modo, Freire aplicou à prática epistolar um uso comum na sociabilidade moderna, em virtude das navegações, pois a intensa produção epistolar garantiu a manutenção dos governos e das trocas de sensibilidades, e as habilidades dos secretários foram solicitadas com veemência. Portanto, o objetivo de Freire era “facilitar o caminho aos que se applicarem a taõ nobre, como preciso emprego. Porém mui pouco confio nas minhas instrucçoens, se o novo Secretario não for dotado de hum vivo engenho”.²⁵⁵ Sendo que esta constatação foi frequentemente repetida durante o compêndio. Para Francisco Freire o secretário deveria ter “inteiro conhecimento das línguas Latina, e materna, e huma larga liçaõ dos melhores Authores, que escreveraõ cartas, e trataraõ do modo como se devem formar. (...) Hum dos melhores Authores, e dos mais modernos he o Academico Arcade Isidoro Nardi, a quem sigo nesta Instrucçaõ Preliminar”.²⁵⁶ Freire invocou a importância de se conhecer a epistolografia clássica e anunciou que sua obra seguiria os preceitos

²⁵² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 9v.

²⁵³ Parte das argumentações do padre Diogo Barbosa Machado feitas à obra de Freire já foram analisadas na sessão anterior. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 9v.

²⁵⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 10.

²⁵⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 10.

²⁵⁶ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 10.

do italiano Isidoro Nardi – autor referido em muitos momentos, mas citado, diretamente, apenas neste trecho.

Segundo o historiador Antonio Castillo Gómez, entre os séculos XVI e XVII a carta foi se estabelecendo como um instrumento cotidiano das relações de comunicação escrita, com isso, “os autores dos tratados compreenderam que a melhor maneira de atender essa crescente demanda era proporcionar um mostruário, o mais variado possível”.²⁵⁷ Podemos afirmar que diante da demanda da prática epistolar os manuais de escrita tornaram-se mais presentes nas sociabilidades modernas, desde o século XVI, possuindo um público específico, “os membros de uma comunidade mais restrita composta fundamentalmente por secretários, burocratas, profissionais da escritura e, em geral, os representantes da sociedade de corte, onde mais efetiva podia ser sua funcionalidade retórica e social”.²⁵⁸ Portanto, o florescimento da publicação de muitos manuais epistolares na Europa moderna, entre o século XVI e XVIII, se relaciona a uma nova contextualização dos homens no mundo – sedentarização das cortes e, especialmente, governabilidades distantes.

As observações de Carmen Sánchez também contribuem para analisarmos a relação da produção dos manuais,

La preceptiva epistolar renacentista se caracterizará entonces por la convivencia de dos orientaciones distintas: los manuales latinos, que encuentran su culminación en ele tratado de Erasmo, *De conscribendis epistolis* (1522); y junto a ellos se desarrollará en toda Europa desde mediados de siglo una didáctica epistolar en lengua vernacula, plasmada en un variado número de *artes, estilos de escribir, formularios y manuales de escribientes*.²⁵⁹

Diante do inventário da produção de manuais de escrita de cartas, elaborado pela autora, para a Espanha moderna, verificamos uma intensa produção de manuais e, especialmente, de reedições que atravessaram séculos, como foi o caso da

²⁵⁷ GÓMEZ, Antonio Castillo. “Como o polvo e o camaleão se transformam” Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In.: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002. pp. 32.

²⁵⁸ GÓMEZ, A. “Como o polvo...” cit., pp. 33.

²⁵⁹ Grifo do original. SÁNCHEZ, C. *Los manuales...* cit., pp. 50.

obra de Freire. Entretanto, a autora levanta alguns questionamentos diante da popularidade dos manuais, e ao inventariar bibliotecas privadas e livrarias, constatou que a quantidade de manuais presentes, não condizia com as veementes edições e reedições. Então, pode-se considerar que o uso de manuais, talvez tenha sido excessivo entre profissionais da escritura e homens relacionados aos governos ultramarinos e não uma produção que atendeu um vasto consumo social.

Poderíamos presumir que Freire se basearia em um manual castelhano, diante da forte produção na Espanha, mas, escolheu um manual italiano para ser a base de sua produção, expondo aos lusos algumas ideias discutidas em outras partes da Europa. Tanto que as instruções e diretrizes seguidas em sua escrita, estavam baseadas, de acordo com José da Silva Simões, na tradição das línguas latinas, “o que já aí prova que a constituição desse gênero era um conhecimento compartilhado pelos autores das línguas românticas e que seguia o canal da tradição epistolar desde os primeiros teóricos do gênero ainda no Latim”,²⁶⁰ o que não era diferente dos manuais castelhanos. Portanto, se constatou que durante a idade moderna os manuais foram releituras uns dos outros, com poucas alterações. Ainda segundo Simões, “na introdução de seu epistolário, Freire simplesmente traduz e adapta as instruções constantes do *Segretario* de Isidoro Nardi, que por sua vez também copiou e adaptou ao italiano aquilo que já fazia parte do *Secrétaire de Puget*”,²⁶¹ bem sendo, o que Juan Páez de Valenzuela fez com a obra de Juan Fernandes de Abarca. A obra *Le Secrétaire à la Mode*, de Jean Puget de La Serra, publicada no início do século XVII, recebeu mais de dez reimpressões entre fins do XVII e início do XVIII, alcançando mais edições no XIX. Ou seja, a publicação dos manuais de escrita de cartas na idade moderna se consagrou através de uma longa trama de impressões e reimpressões, com algumas diferenças, mas marcados pelos mesmos pressupostos.

Na continuidade da introdução, Freire dissertou em torno das dificuldades dos secretários, “Como sey, que huma das mayores dificultades, que encontra hum novo Secretario, he o poder descobrir a introducção, ou exordio para as

²⁶⁰ SIMÕES, J. *Sintatização, Discursivização...* cit., pp. 173.

²⁶¹ SIMÕES, J. *Sintatização, Discursivização...* cit., pp. 174.

cartas, darey hum breve, e facilissimo methodo para o poder achar: ao mesmo tempo, para organizar a perfeição, não só a cabeça, mas o corpo de qualquer carta".²⁶² Freire comparou a carta ao corpo humano, sendo que na cabeça poderia estar a maior dificuldade de um secretário, já que para começar bem uma missiva era preciso muita atenção. Além disso, "todas as cartas (reservando as de narração, e discripção) se dividem em quatro periodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se offerece o prestimo; e no quarto se desejaõ felicidades".²⁶³ Assim, o corpo da carta, com suas distintas partes formaria o todo epistolar. Na sequência, Freire ofereceu o que seria o bálsamo para a dificuldade de se iniciar uma correspondência, "para haver abundancia de termos, e proposiçoens, quando se quizer principiari huma carta, bastará, que os principiantes observem attentamente quatro cousas; isto he, o principio *à quo*, o termo *ad quem*, a *instrumental*, e *causal*".²⁶⁴ O *à quo* seria a qualidade da pessoa, isto é, o secretário deveria saber quem era o destinatário, para deste modo escolher os melhores termos. Por conseguinte, marcando as particularidades de cada remetente, ofereceu alguns exemplos de frases para se iniciar uma missiva: *O respeito devido à pessoa de V. Excellencia, A obrigação, que por muitos titulos tenho*, mas, caso o secretário optasse por mais elegância e ornato retórico, deveria começar diferente, eis dois exemplos: *A humildade do respeito, que professo a V. Excellencia, O fervor da servidão, que tenho*.²⁶⁵

Para o *ad quem* Freire também fez algumas sugestões, cito duas: *Com as mais reverentes expreçoens, que são devidas ao merecimento de V. Excellencia* e *Com o mais fiel obsequio, que se deve ao alto character de V. Excelencia*.²⁶⁶ Porém, se o secretário quisesse começar a carta pela causal, que "he a quarta formula para principiari huma Carta, usaremos de todos aqueles verbos, que promiscuamente se podem adaptar ao principio *a quo*, e ao termo *ad quem*",²⁶⁷

²⁶² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 10v.

²⁶³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 10v.

²⁶⁴ Grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 10v.

²⁶⁵ Grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 10v.

²⁶⁶ Grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 11.

²⁶⁷ Grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 11.

seguem exemplos: *Para satisfazer a obrigação, que tenho, Para não faltar à estimação, que faço*. Após tais argumentações, escreveu:

Aqui se abre hum largo theatro ao engenho do Secretario principiante, para mostrar as suas ideias; porque depois de estar prático nos quatro modos sobreditos, poderá desta *Causal* extrahir com facilidade muitos, e novos principios para a sua carta, formando hum periodo mais unido (...).²⁶⁸

Freire expressou uma das principais características de seu compêndio: manifestar a importância da criatividade do secretário – *Aqui se abre hum largo theatro ao engenho do Secretario principiante*. Depois das argumentações, ofereceu muitos exemplos para que o secretário soubesse escolher expressões de início e sequência da carta, de acordo com a circunstância necessária. Sendo que Freire propôs, constantemente, a relação de quem e para quem se escreve, para que o diálogo epistolar fluísse entre os dois interlocutores: quem escreve ora pergunta, ora fala de si, ora manifesta sentimentos, ora se coloca humildemente. E ao encerrar a missiva, dever-se-ia considerar:

Se a pessoa, a quem escrevemos, nos for inferior, ou amiga de confiança, daremos fim á carta, dizendo: *Deos guarde a V. M. por muitos annos; O Ceo guarde a V. M. pelos annos, que desejo*. Escrevendo a estas taes pessoas, poderemos também dar fim á carta, unindo laconicamente com hum relativo este quarto período com o terceiro: por exemplo: *Fico para servir a V. M. a quem Deos guarde & c; Offereço todo o meu prestimo a V. M. a quem Deos guarde muitos annos*.²⁶⁹

As instruções foram didáticas e elucidativas, oferecendo ao secretário o passo a passo da escrita epistolar. Cabe lembrar que a maioria das cartas de amizade de D. Luís de Almeida foi encerrada com a saudação: *Deos guarde a V. M. por muitos anos*, variando apenas o pronome de tratamento.

Segundo o historiador Tiago dos Reis Miranda, o italiano Isidoro Nardi sugeria que as cartas fossem compostas por quatro parágrafos: “um sobre o

²⁶⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 12.

²⁶⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 14.

tema, outro para o agradecimento, o terceiro para o favor e o último, de despedida. No primeiro período, convinha respeitar a qualidade da pessoa que escrevia (*a quo*) a de quem se procurava (*ad quem*), por intermédio das fórmulas que melhor revestissem esses princípios (*instrumentale* ou *causale*).²⁷⁰ Embora Freire não tenha sugerido a divisão em quatro parágrafos, utilizou-se da relação entre *a quo* e *ad quem* que Nardi apresentou em seu manual.

Ao terminar as instruções, Freire invocou o deus romano *Janus*,²⁷¹ o que é representado com duas caras, já que o secretário deveria ser como ele, possuir duas faces, “com huma deve olhar para seu Amo, e com outra para o sujeito, a quem escreve por mandado do mesmo. E por quanto do commercio epistolar são a materia os segredos, que nelle se communicão, e encerraõ, por isso todas as regras se comprehendem nestes tres pontos: *Ou a respeito ao amo, a quem se serve, Ou a respeito das pessoas, a quem se escreve, Ou á cerca das materias, de que se escreve*”.²⁷² Desse modo, concluiu as instruções indicando um pertinente preceito para o ofício de um secretário: saber que estava a representar o seu senhor. Os três pontos anunciados acima se desdobraram em dez regras que o secretário observaria – regras que se dividiram em perfeições e vícios.

Nesta sequência, Freire começou o primeiro capítulo do compêndio, formado pela apresentação das *Perfeiçoens do secretario*, sendo: segredo, erudição, generalidade, reflexão e eloquência.

O segredo foi reconhecido nos compêndios da idade moderna, como a principal virtude de um secretário. Segundo o pesquisador Salvatore Nigro, “el oficio se basaba en el secreto y la reserva. Afecto a las misivas y a los códigos cifrados de las cancellerías, el secretario tenía la consigna del silencio. E necesitaba granjearse la confianza de su señor, en el trabajo y con la práctica de la escritura”.²⁷³ Desse modo, o ofício de secretário se constituía na relação comunicação/silêncio, na qual cabia ao secretário comunicar e calar os

²⁷⁰ MIRANDA, T. *A arte de escrever...* cit., pp. 45.

²⁷¹ A exemplificação com o deus Janus foi utilizada por Isidoro Nardi.

²⁷² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 14v e 15.

²⁷³ NIGRO, S. *El hombre Barroco...* cit., pp. 121.

pensamentos do senhor com sabedoria. Assim, “la ‘explicación en cartas’, o bien el ‘explicar conceptos en forma de carta’ era el ‘alma’ de la profesión”.²⁷⁴

Francisco Freire analisou o *segredo* da seguinte maneira: “que a observancia do segredo he o maior elogio, com que póde deixar recommendada a sua memoria. Recebe os segredos da boca de seu Amo, para os comunicar, e não para os divulgar”.²⁷⁵ Bem sendo, cabia ao secretário o domínio do falar e do calar e, com tal observância, garantiria uma exemplar memória. A próxima perfeição a ser seguida foi a *erudição*, na qual Freire observou a seguinte questão: “houve hum subtil engenho, que disse, que a Arte de escrever ensina hum maravilhoso segredo; o qual he, de pintar a palavra, fallar aos olhos, e dar côr, e alma aos pensamentos. Se isto convém a qualquer escrito, quanto melhor convirá ás cartas, por meyo das quaes se explicaõ, e manifestaõ os conceitos aos ausentes?”.²⁷⁶ Assim, a escrita utilizada no processo epistolar, por oferecer o encontro entre ausentes, estaria impregnada por algo que a diferenciava: a possibilidade de estar presente na distância, *sensação de fala* e *sensação de escuta*, pois a escrita oferecia cor e alma aos pensamentos que se soltavam de um *eu* para ser compartilhado com outro. Portanto, “de muita erudição necessita o Secretario, sendo tantos, e tão diversos os pensamentos do seus Amos, principalmente se são pessoas constituídas em algum alto emprego”.²⁷⁷

O secretário deveria observar generalidade nos seguintes aspectos: (a) invenção, na qual precisava cuidar dos ornatos; (b) nos estilos, já que eram variados, (c) no conhecimento das frases “o fallar natural louva-se, e agrada; o que he occultamente artificio”; (d) no saber as notícias para que pudesse utilizar diferentes assuntos, quando fosse escrever; e por último, (e) “he-lhe precisa huma grande sinceridade, desengano, e desembaraço com as pessoas, com quem trata: e em ultimo lugar deve saber todos os negócios, e interesses do seu Amo”.²⁷⁸

A prática da reflexão foi abordada como “Hum dos principaes predicados, que deve ter hum bom Secretario, he a reflexão porque deve muito reflectir

²⁷⁴ NIGRO, S. *El hombre Barroco...* cit., pp. 121.

²⁷⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 15.

²⁷⁶ Sem grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 15v.

²⁷⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 15v.

²⁷⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 16v.

sobre as materias, e sujeitos com quem trata; e tambem sobre a qualidade da pessoa, a quem serve”.²⁷⁹ Cabia ao secretário conhecer seu senhor, já que o expressava através da escrita. Assim, ao tratar com amigos, com pessoa inferior ou com doutores, o secretário deveria saber a posição de seu senhor e assim colocá-lo adequadamente diante do outro, “deve tambem reflectir muito nos estylos, nos tratamentos, nos termos, e nas consequencias, que podem ter as Cartas, para que não vão a offender, nem dellas nasçaõ algumas differenças”.²⁸⁰

De acordo com a virtude da perfeição, uma carta com pensamentos nus seria uma comunicação desprovida de sabor, sendo “precizo adornar huma, e outra com as flores da eloquencia. Para se usar dos preceitos della he necessaria a discreta reflexaõ (...)”.²⁸¹ Freire marcou a diferença entre a eloquência da escrita e a da fala, “deve o Secretario lembrarse, que a eloquencia das cartas não he a mesma, de que usão os Oradores, e Academicos nos seus discursos. Por quanto, seja qualquer a pessoa, ou a matéria, de que se escreve, sempre a carta deve ter hum não sey que de familiar, e particular”.²⁸² Diante de tais reflexões, cabia ao secretário ser claro, afetuoso, breve e “usar de sentenças, de semelhanças, e formulas, de periodos, e de outras eloquentes figuras da Rhetorica, não passando esta permissaõ a liberdade poetica”²⁸³ – a criação se manteria na realidade do senhor e não na das criações poéticas. Com isso, Freire apresentou as cinco primeiras regras que fariam o secretário agir com perfeição diante do seu senhor, e para completar o estudo delas percorreu em torno dos cinco vícios: demora, prolixidade, aspereza, ignorância e escuridade.

A grande imperfeição da demora podia ser encontrada no secretário ou na carta. No secretário implicaria em atraso no serviço do senhor e na carta procedia “de engenho obtuso, o qual faz difficil a prompta composiçaõ de huma Carta, e lhe impete o ser perfeita, despindoa daquella graça, que naturalmente lhe convêm”.²⁸⁴ A demora poderia ser um vício nascido com o secretário e seria praticamente impossível retirá-lo, segundo a percepção de Freire. Da demora,

²⁷⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 17.

²⁸⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 17v.

²⁸¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 17v.

²⁸² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 17v.

²⁸³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 17v.

²⁸⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 18.

dissertou em torno da prolixidade, chamando-a “a huma certa vastidão, e grandeza de Cartas, que dizendo pouco em muitas palavras, causa fastio a quem lê”.²⁸⁵ Desse modo, repetiu que cabia ao secretário ser breve, sem ser nu nos pensamentos e nas sensibilidades, “com tanto, que não tire a energia ao conceito, de que usa na sua Carta”.²⁸⁶ Em relação ao tamanho da carta, o 2º marquês do Lavradio alimentou uma assídua preocupação, desculpando-se, frequentemente, quando achava que estava por enviar uma longa carta. Na contrapartida, se percebia que sua missiva estava curta, também pedia desculpas, como manifestou em carta ao marquês de Angeja, “A grande | Lida, em q preztem.^{te} me acho p.^a expedir esta nau, não per | mite q eu possa Ser mais extenço”.²⁸⁷

“O juízo prudencial está em temperar o doce com o amargoso; à maneira da Abelha, que com o seu ferraõ tanto fere, como suaviza, lançando a doçura do seu mel”,²⁸⁸ desse modo, Freire alertou que cabia ao secretário ser delicado e utilizar expressões suaves e não ásperas, conservando com respeito o carácter de seu amo. Na continuidade tratou da ignorância em compensação a erudição, apresentando dois tipos de ignorância: “a privativa he aquella, que se conhece em huma Carta, quando está despida de todo aquelle erudito composto, que devia ter. A positiva, da qual unicamente fallamos neste lugar, he a que se acha em huma Carta, quando nella se encontraõ erros”.²⁸⁹ Portanto, a ignorância se manifestava na carta quando o secretário não usava a forma de tratamento correta, quando desconhecia a matéria e os estilos superiores e inferiores de acordo com os destinatários, e, por fim, através de erros ao narrar histórias, ao citar cronologia e geografias.

Por fim, a tematização dos vícios foi concluída com a escuridade, pois “saõ as vozes finaes dos pensamentos, e substituindo as Cartas o lugar delles, evidentemente se vé que a escuridade no dizer de hum notavel defeito, e huma

²⁸⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 18.

²⁸⁶ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 18.

²⁸⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Angeja, Rio de Janeiro, 26 de março de 1773, BR-AN_C_1096_f 30.

²⁸⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 18v.

²⁸⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 18v.

consideravel imperfeição”,²⁹⁰ bastava ao secretário ser claro ao manifestar os pensamentos do senhor, “pois as Cartas, como expressoens de hum coração a outro, nunca se podem saciar de clareza”²⁹¹, ou seja, para compartilhar sensibilidades era necessário afastar-se das complexidades. No entanto, “he preciso usar dos temperos segundo os manjares, e estes á proporção dos estomagos”.²⁹²

Segundo Miranda, as dez regras explicadas por Francisco Freire foram baseadas em Isidoro Nardi, pois o mesmo dividiu os dez princípios primordiais em cinco virtudes e cinco defeitos: *Segretezza, Erudizione, Generalità, Riflessione, Eloquenza, Tardità, Ampliezza, Rigidezza, Ignoranza e Oscurità*.²⁹³ Portanto, também no segundo capítulo Freire baseou-se literalmente nas argumentações oferecidas por Nardi, embora não o tenha citado. Mesmo que Freire tenha feito uma versão portuguesa do *Il Segretario principiante ed istruito*, não nos cabe julgar ou ofuscar a obra de Freire em relação a esse aspecto, pois se tratava de uma prática recorrente na idade moderna. Por conseguinte, queremos nos concentrar na maneira como *O secretario portuguez* foi apresentado em Portugal e as relevâncias de suas reedições, diante da constante prática de escrita de cartas.

A próxima discussão foi em torno das *Regras que O Secretario deve practicar nas cartas de negocios*, justificando-as através da importância que tinham na sociedade. Nelas a criatividade do secretário deveria ser bem conduzida, pois “falasse com seriedade, e gravidade, porque se trata de interesses em que póde perigar o bem commum, ou ao menos o particular”.²⁹⁴ Já que nas cartas de variados assuntos, um erro da pena, poderia ser remediado sem, talvez, causar grandes estragos, o que já não poderia ser observado em uma carta de comércio.

Nas cartas de comércio o secretário manteria inviolável segredo, especialmente, se o negócio fosse público. Os assuntos no corpo da carta deveriam estar ordenados, ao ponto, do negócio em trato ser almejado com

²⁹⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 19.

²⁹¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 19.

²⁹² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 19.

²⁹³ MIRANDA, T. *A arte de escrever cartas...* cit., pp. 46.

²⁹⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 19v.

brevidade. Mas, para que um negócio fosse bem tratado “requeira huma sólida erudição, fundada na perfeita intelligencia das Historias, e das negociações politicas, que outros fizeraõ, ou para não cahir no mesmo precipício, ou para buscar o mesmo caminho”.²⁹⁵ O próximo passo era definir o negócio em público ou particular,²⁹⁶ para que as consequências dos ajustes fossem consideradas. Assim, a erudição do secretário acompanharia a reflexão, que por sua vez estaria acompanhada da generalidade.

Francisco Freire enfatizou o quanto ao secretário convinha agir com inteligência, escrevendo sem embaraços e dissimulação, para nunca complicar o senhor, “principalmente, se os negocios respeitaõ ao publico: porque muitas vezes pela imprudencia de huma carta perde a fortuna, quem negocea, ou para o Principe, ou para o commum”.²⁹⁷ Ao tratarmos da correspondência do 2º marquês do Lavradio, percebe-se o quanto alguns temas foram inúmeras vezes circunstanciados nas cartas, para que não se confundissem as ordens e obrigações, pois os administradores coloniais sabiam que estava em jogo o governo do rei e suas imagens diante da corte. Segundo Freire, cabia ao secretário fugir da prolixidade, evitando-se os excessos, mas, ao mesmo tempo, os temas deveriam ser bem explorados. “Muitas vezes succede em huma só carta tratar de muitos negocios, e quanto estas se derem, he necessario distinguillos em §§ para não confundir hum com outro; porém sempre o primeiro será o mais importante, ou o mais extenso”.²⁹⁸ Na troca epistolar entre Lavradio, o marquês de Pombal e Martinho de Melo e Castro, a presença da marcação em parágrafos nas cartas longas era constante e estes foram utilizados como referência quando os remetentes precisavam citar determinados trechos de uma carta em outra.

A ignorância e a escuridade eram prejudiciais às cartas de comércio, por dificultarem as negociações. Deste modo, “para tornarmos outra vez a dizer em poucas palavras o como se deve haver o Secretario em semelhantes cartas, bastará que saiba, que com seu Amo ha de ser zeloso, com o correspondente

²⁹⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 19v e 20.

²⁹⁶ Notar que Francisco José Freire, assim como nas cartas do 2º marquês do Lavradio, não utiliza a expressão privado e sim *particular*, para tratar do que estaria fora do âmbito público.

²⁹⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 20.

²⁹⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 20.

sincero, e consigo callado”.²⁹⁹ Freire sugeriu que o secretário se comportasse adequadamente com o fato de ser o destinatário maior ou menor que o seu senhor e de acordo com o andamento do negócio. Se estiver bem encaminhado deve oferecer boas esperanças, porém sem confirmar. Mas, “se se trata com pessoa, que *aliás* está pouco disposta para o fazer; usará de hum tal artificio de palavras, que venha a dispor”,³⁰⁰ ou seja, muitas vezes, estava na escolha ideal das palavras o resultado de uma boa negociação, o que cabia ao secretário saber articulá-las de maneira mais apropriada e favorável ao seu senhor. No terceiro capítulo, ao analisarmos a correspondência de D. Luís de Almeida, veremos que o vice-rei preocupou-se com os jogos e guerras que as palavras produziam.

Para as cartas de negócio particular, Freire ofereceu sugestões mais detalhadas,

Em quanto a negocios particulares, he preciso, que attenda, e faça reflexão se a pessoa, a quem escreve, he mayor, igual, ou inferior; se o negocio he de graça, ou de justiça; se de favor; ou de obrigação; e se de contrato gratuito, ou oneroso. Usar sempre de rogos com os mayores, se delles depende o negocio; e com todos os termos cortezes, e affaveis. Ser claro, desembaraçado, prompto, e observar segredo, e cautella.³⁰¹

Para os assuntos que estivessem além do âmbito público, o secretário poderia se aproximar mais do destinatário, ao ser cortês e afável. Com estas argumentações, Freire terminou o terceiro capítulo, defendendo que embora tivesse apresentado muitas regras elas não seriam suficientes para a formação de um bom secretário, “porem suppra o seu natural engenho, e bom gosto; que se o não tiver, mui poucos progressos lhe asseguro”.³⁰² Assim, o secretário necessitava acrescentar o que Freire apresentou a sua capacidade e criatividade.

Por fim, os exemplos de cartas foram a próxima etapa do compêndio. “O methodo, com que se fórma cada especie de cartas, ponho no principio de cada huma com clareza (ao que me parece) em outras tantas advertencias, nas quaes

²⁹⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 20v.

³⁰⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 20v.

³⁰¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 21.

³⁰² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 21.

certamente sigo os melhores Authores, que deste assumpto escreveraõ”.³⁰³ Freire assegurou-se em dizer que suas advertências estavam de acordo com os melhores autores de cartas, embora não os tenha citado diretamente. Porém, antes de expô-las, justificou-se “se eu, ou nas regras, que dou, ou nas cartas, que escrevo, não desempenho (como creyo) a grande difficuldade da empreza, com tudo sempre hey de merecer algum louvor no prudente juizo daqueles, que sabem, que *In magnis voluisse sat est*”.³⁰⁴

Na Parte I e II do compêndio, Freire apresentou a divisão das cartas e suas respectivas subdivisões. Por conseguinte, antes de oferecer os exemplos de cada tipo epistolar, desenvolveu o que chamou de *Livros de Advertencia*: pequenos textos que explicam as funções dos tipos de cartas, com sugestões das melhores maneiras de compô-las e fugir dos vícios. Apresentando também a divisão das cartas em três gêneros: Demonstrativo, Judicial e Deliberativo. Certamente, tal divisão não foi criada por Francisco Freire, pois pertenceu à tradição retórica e segundo a estruturação de uma *nova epistolografia* que começou a diferenciar-se dos modelos provenientes da idade média, no século XVI. Essa mudança foi disseminada através de Erasmo de Rotterdam. O pesquisador Alcir Pécora, ao mencionar Erasmo, escreveu, “ainda de acordo com a epistolografia ‘neoclássica’, considera que a divisão em cinco partes fixas nem sempre é apropriada, sendo imprescindível apenas labor, método e disciplina; de resto, admite três espécies de cartas, tomadas da retórica, a saber: *demonstrativa, deliberativa e judicial*”.³⁰⁵ Portanto, na obra de Erasmo, *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar*, de 1520, editada por Emerson Tim, na parte *Da divisão em gêneros*, Erasmo escreveu:

Visto que, portanto, três sejam os gêneros de causas (demonstrativo, deliberativo, judicial) dos quais o orador se utiliza, como Cícero e Quintiliano escreveram, a esses três todas as espécies de cartas podem ser reduzidas. Facilmente isso entende quem algum dia das cartas dos antigos tentou extrair a arte latente, e quem, com desdém ali do gênero de

³⁰³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 21.

³⁰⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* [1746] f 21. Tradução do trecho em latim: Nas coisas grandes é suficiente ter apenas o desejo.

³⁰⁵ Grifo do original. PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da USP, 2001. pp. 25.

escrever ou de falar trivial, preferiu seguir leis e regras precisas, do que cada passo e sem discernimento confundir aquilo que mais tarde será explicado.³⁰⁶

Portanto, no compêndio de Freire identificamos uma tradição da prática de escrita de cartas, ainda do século XVI, que vinha repetindo-se em muitos manuais epistolares, ao dividir as cartas, nos três gêneros ainda enraizados na divisão retórica.

Para a historiadora Carmen Sánchez a introdução dos clássicos, na prática epistolar do início da idade moderna, produziu algumas mudanças no âmbito da retórica,

que recuperó la integridad perdida como disciplina durante la época precedente, desplazando nuevamente su centro de atención, pero esta vez en un movimiento de retorno, desde el texto escrito al discurso hablado (oratio). No obstante, a pesar de este cambio sustancial, la teoría epistolar no sólo mantuvo buena parte de la importancia adquirida en la Edad Media, sino que reclamó su propia identidad, logrando individualizarse como género en el siglo XVI, cuando desaparece ya la tradicional confluencia entre retórica y epistolografía. La consideración de la carta como un género singular, independiente del discurso, significó la superación de las herencias medievales y la ruptura definitiva con el *ars dictaminis*.³⁰⁷

O sentido de *ars dictaminis* está relacionado à adaptação dos preceitos do discurso falado à escrita, uma percepção que nasceu na idade média. Em fins do século XI esteve concentrada no mosteiro beneditino de Montecassino e, do século XII ao XIV, Bolonha foi o centro da *ars dictaminis*.³⁰⁸ Assim, quando Sánchez aponta uma “ruptura definitiva con el *ars dictaminis*”, não consideramos que esse corte tenha se dado de modo tão definitivo. Apesar de concordarmos com a individualização da carta enquanto um gênero específico, a partir do século XVI, os manuais que foram produzidos e reeditados durante a idade moderna, ainda estavam atrelados a alguns princípios da retórica e a escrita de cartas

³⁰⁶ TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. pp. 120.

³⁰⁷ SÁNCHEZ, C. *Los manuales...* cit., pp. 50.

³⁰⁸ TIN, Emerson. *A arte de escrever...* cit., pp. 33.

continuou sendo diálogo e conversação, embora fosse um texto. Acreditamos que a *ars dictaminis* sobreviveu pela idade moderna, assim como os princípios retóricos. Segundo a pesquisadora francesa Marie-Claire Grassi, quando no século XVII o gênero demonstrativo passa a ser observado e apresentado nos manuais de escrita de cartas isto reforça o aspecto de sociabilidade e civilidade, pois mesmo a distância a carta mantinha o aspecto de conversação com o outro, assim, “le glissement axiologique de la rhétorique prend ainsi tout son sens: les règles de l’écriture d’une lettre sont celles du comportement d’une élite à un moment de son histoire”.³⁰⁹ Portanto, as regras e normas que gerenciaram a escrita de cartas entre os modernos reuniu retórica e práticas de civilidade cortesã. “L’écriture d’une lettre réelle obéit non seulement aux règles de la rhétorique mais à celles du cérémonial”,³¹⁰ pois os cerimoniais praticados em cada sociedade são conduzidos pelas etiquetas de cada grupo social.

Em carta de setembro de 1772, de D. Luís de Almeida ao amigo governador de Angola, Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, o remetente saudou a boa saúde do destinatário com grande alegria e na sequência escreveu,

Creya VEx.^a q estaz m.^{as} expreçoénz, não são effeitosz daq.^{les} aparen | tez obsequioz, q o costume tem estabelecido por pratica nas conrespon | denciaz, são sertam.^e os efeitos da amiz.^e mais pura, e verdadr.^a com q | a VEx.^a tanto respeito, e athe nacidoz de hum zello patrio, com que | Sempre desejo a vida mais constante e perduravel aos meos compatri | otas.³¹¹

Ao cortejar o amigo com palavras de felicidade D. Luís teve receio de ser um repetidor de formas epistolares. Assim, podemos considerar que certamente os homens de governo estavam inseridos nas discussões das melhores maneiras de se representar através das cartas. Pois, sabiam que era por elas que seus governos e amizades seriam mantidos. E se temeu as fórmulas, que talvez causassem uma impressão de pouca criatividade e amizade, isso nos indica que D. Luís as conhecia e contava que seu destinatário também as conhecesse.

³⁰⁹ GRASSI, M. *Lire l'épistolaire*. cit., pp. 36.

³¹⁰ GRASSI, M. *Lire l'épistolaire*. cit., pp. 43.

³¹¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1772, BR-AN_C_1096_ f 5.

1.6.2 – Os tipos epistolares

Freire dividiu a apresentação das cartas em Parte I e II sem indicar relação com os gêneros. No apêndice 01, tabelas 02, 03 e 04 consta as classificações das cartas conforme o compêndio, descrevendo não só o tipo, mas, as divisões de cada grupo com a quantidade de exemplos.

Para Francisco Freire fazia parte da natureza humana se compadecer dos amigos em situação de sofrimento, eis a necessidade de cartas de pêsames, sendo que o momento da morte de algum ente querido de um amigo era uma oportunidade para manifestar compaixão. Desse modo, a carta de pêsames deveria ser formada diante das seguintes instruções: demonstrar profundo pesar pela morte, depois evidenciar o porquê se sentia pesar pela morte da pessoa e marcar enaltecimento de algumas qualidades de quem tinha morrido. E por último, a carta seria encerrada com algum forte consolo. Tudo isso deveria ser identificado em uma carta que fosse breve para não aumentar o sofrimento alheio. “Estes são os preceitos, em que muitas vezes o engenho, e eloquencia do Secretario poderá dispensar, para fazer mais expressiva, e vehemente a sua Carta”.³¹² Neste tipo de carta as sensibilidades deveriam apresentar-se de modo mais livre e desapegadas dos preceitos e eloquências. Após o livro de Advertência Freire ofereceu exemplos de cartas de pêsames divididas de acordo com o destinatário: cardeais, cavaleiros beneméritos nas armas e mais virtudes, senhoras ilustres e outras pessoas, somando 31 sugestões de missivas. No modelo de cartas de pêsames para “outras pessoas” temos a seguinte carta:

Meu amigo. Eu não pertendo impedir as primeiras lagrimas, que v.m derrama pela sensível morte do Senhor seu Pay, porque não pertendo fazer huma injuria à natureza; mas só quizerá, que v.m. depois de chorar como filho amante, se consolasse como filho Cristão, considerando piamente, que as virtudes, com que o Senhor N.... tanto se distinguia nesta vida, o

³¹² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 1. Cabe lembrar que quando começou a Parte I da obra, as folhas passaram a receber paginação numérica. Sendo que nas primeiras etapas da obra as folhas não receberam nenhum tipo de identificação. Além disso, quando começou a Parte II os números das páginas começaram novamente do 01.

elevaraõ deste desterro à Patria verdadeira. Só esta consolação he o poderoso balsamo, com que se curaõ semelhantes feridas. Deos guarde a v.m. por muitos annos.³¹³

Em setembro de 1775, D. Luís de Almeida escreveu uma carta de pêsames ao chefe do exército do sul. Basicamente, seguindo os preceitos sugeridos por Francisco Freire,

Nesta occasiaõ tenho a honra de escre | ver a V.Ex.^a de Officio: e por não querer fazer huma escripta mais difuza | separei para esta Carta o responder à alguns pontos das ultimas que | recebi de V.Ex.^a Porem em primeiro Lugar devo segurar a V.Ex.^a o pezar | que tenho, de não poder continuar a dar a V.Ex.^a as noticias que com tanto gosto repetia a V.Ex.^a da melhoria, e conservaçaõ da minha Generala: | Deoz foi servido, que ella passasse desta vida para a eterna: (...) Deo-se o Corpo de S. Ex.^a | a sepultura no dia 24 do mes passado. O mais que a este respeito se pra | ticou, o repetiraõ a V.Ex.^a as outras pessoas, que eu confeço a V.Ex.^a que | esta materia me hê ainda hoje taõ sensivel que nao posso sem grande | violencia discorrer mais sobre ella. |³¹⁴

Percebe-se que Lavradio demonstrou pesar diante da morte e buscou ser atencioso a dor do outro, escolhendo comunicar tão triste notícia por via de amizade e não através das cartas de ofício.

O próximo tipo de carta apresentado foi a de Recomendação, pertencente aos gêneros Demonstrativo e Deliberativo, pela necessidade do uso da persuasão e do louvor. Nas instruções para a composição, Freire escreveu: “No principio da Carta mostraremos as razoes, que temos para recõmendar a tal pessoa, ou pela muita obrigaçaõ, ou por piedade das suas afflicções, &”.³¹⁵ Freire nas advertências seguiu uma ordem de apresentar o sentido daquela carta e depois como o secretário podia compô-la, usando suas capacidades, “humas vezes dizendo, que os merecimentos do recommendado eraõ empenho bastante para a nossa protecçaõ; outras a honra, que nos fazem em se valerem do nosso patrocínio, e outras finalmente dizendo, que a tal recommendaçãõ he hum effeito

³¹³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 7.

³¹⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a João Henrique Böhm, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1775, BR-BN_C_13, 4, 2_f 112.

³¹⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 12.

de benignidade, e hum instrumento para nos desempenhar das muitas obrigaçoens, que devemos à pessoa, que recomenda”.³¹⁶ Entre exemplos e respostas Freire escreveu 36 cartas.

Francisco Freire escreveu, nas explicações advertidas para as cartas de Parabéns, que do mesmo modo que era necessário acolher os amigos em situações de pesar, também era nas de merecimento, manifestando alegria em função da amizade, mas sem parecer lisonjeiro. Apresentou como deveriam ser estruturadas, invocando o que Cícero escreveu para esses tipos de cartas, nas quais era necessário observar três termos “Primeiramente alegrar-se porque ao amigo se desse tal Dignidade, ou Officio; ao depois lhe dezeja, que felicemente o goze; e no fim o exhorta a que exercite o tal emprego com reputação”.³¹⁷ Freire ofereceu 85 exemplos de cartas de cumprimento, incluindo respostas, considerando diferentes tipos de destinatários e ocasiões, desde promoções a cargos eclesiásticos e administrativos, nascimentos e casamentos.

Eis um exemplo de missiva para cumprimentar o nascimento de um filho de fidalgo:

Sejaõ dados a V. Senhoria mil parabens pelo bem succedido parto da Senhora D. N.... de que eu concebo hũa extraordinaria alegria, e igualmente huma esperança certa, de que esta nova planta ha de florecer, para coroar com os seus merecimentos a illustre memoria de seus Avós. Assim o disponha Deos, para elle ser duas vezes filho de V. Senhoria, a quem o mesmo Senhor guarde por muitos annos.³¹⁸

Em março de 1775, D. Luís de Almeida compartilhou o recebimento da notícia do casamento de uma de suas filhas, Ana de Almeida com Francisco de Menezes, escrevendo ao marquês de Pombal. Nesta missiva, Lavradio reclamou dos poucos cumprimentos recebidos pelo pai do noivo, “Eu respondo a D. Jozê, de baixo dos mesmos ter || [f 47v] termos com que elle me escreve. Eu lhe quizera fazer mais cumprimentos porem a Sua Carta he tão seca que eu me | não atrevo a mudar

³¹⁶ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 13.

³¹⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 26.

³¹⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 47.

da frase de que elle se serve”.³¹⁹ D. Luís de Almeida indicou que poderia ter manifestado mais merecimentos diante da boa notícia, entretanto, em função da secura de José de Meneses, optou por manter o mesmo tom quando lhe respondeu.

Nas cartas de Boas Festas, também do gênero Demonstrativo, argumentou que era muito louvável e antigo o uso de cartas para cumprimentar pelo Nascimento e Ressurreição de Cristo. Segundo Freire, para as pessoas superiores era necessário manter a reverência, indicando a vontade em compartilhar tal carta da obrigação e do agradecimento que se tinha por tal pessoa. Já para os iguais e amigos o melhor seria oferecer expressões nascidas da amizade. Assim, “ao Secretario, como pessoa que deve ser instruida na Arte Rethorica, não lhe faltaraõ modos por onde principie, discorra nestas Cartas (...)”.³²⁰ Percebemos o quanto a arte epistolar defendida por Freire estava fortemente enraizada nos preceitos dos clássicos, já que são inúmeras as citações em que faz menção a eles e à Retórica. Para contemplar as cartas de Boas Festas, ofereceu 43 sugestões.

Entre as respostas para uma carta de Boas Festas, Freire indicou o seguinte exemplo,

Da grande bondade de V. Senhoria he que nasce o sincero desejo, com que me annuncia festas felicissimas nestes santos dias Natalicios; de que fico taõ particularmente obrigado a V. Senhoria, que sobre lhe desejar com vivo affecto as mesmas prosperidades, sacrafico às disposiçoens de V. Senhoria toda a minha vontade, se ella poder ter algum prestimo no seu serviço. Deos guarde a V. Senhoria por muitos annos.³²¹

Podemos observar que as propostas de cartas apresentadas por Freire são na maioria curtas e enxutas, contemplando apenas o tema principal que a motivou. O que nos permite pensar que apenas estava exemplificando, já que as cartas de Lavradio, o objeto desta pesquisa, são muitas vezes longas e envolvidas por diversos assuntos e, raramente, indicam uma temática única. Além disso,

³¹⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 01 de março de 1775, PT-BN_C_10624_f 47-47v.

³²⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 56.

³²¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 69.

precisamos lembrar o que Freire escreveu nas instruções ao leitor, isto é, que se tratava apenas de indicações e que o engenho do secretário deveria se manifestar na escrita de cada carta. Por conseguinte, a carta era um objeto das relações de cortesia e que, muitas vezes, quando curtas e observando uma temática específica foram produzidas para atender aos meandros das relações cortesãs. E como apontou Gracián, “A cortesia sempre há de ser mais que menos, (...). A galanteria e a honra têm a vantagem de permanecerem: aquela em quem a usa, esta em quem a faz”,³²² – mesmo na brevidade era necessário ser cortês.

Ao propor as cartas de Oferecimento, Freire declarou que o gesto de oferecer estava ligado ao sentimento de amor, como Platão tinha descrito no livro de Retórica e, mais uma vez, Freire remontou à antiguidade clássica para afirmar suas ponderações. O gesto de oferecer não estava apenas ligado ao oferecimento material, mas também se poderia oferecer amizade e ajuda, especialmente, àqueles que por modéstia e respeito não conseguiam pedir um favor. Uma carta de oferecimento seria dividida em três partes: na primeira louvar-se-ia as virtudes do destinatário, na segunda, se provocaria o ânimo daquele que se estaria a oferecer algo e, por último, rogar-se-ia que a pessoa aceitasse o que estava sendo oferecido como testemunho de amor e gratidão. Na sequência das explicações, escreveu:

Devem-se estas cartas organizar com expressões vivas, e sinceras, para que não pareçam nascidas meramente da politica; mas sempre olharemos muito para o Character da pessoa, que escreve, e daquellas quem escreve; esta he huma das cousas, a quem mais deve attender o Secretario, como huma das mayores difficuldades do seu Officio.³²³

Ao encerrar as advertências, Freire ressaltou a importância de o secretário estar atento a quem era o destinatário da carta, para que sua escrita não compromettesse a relação entre o senhor e o destinatário. Sendo este um dos principais desafios de um bom secretário, ser cauteloso ao seu lugar de escrita. E

³²² GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência* (1647). São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 83.

³²³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 72.

para este tipo de carta, Freire descreveu 48 exemplos que concluem a primeira parte do livro.

A segunda parte do compêndio começou com o livro de advertências das cartas de Agradecimento. Segundo Freire, de acordo com Hesíodo, o homem deveria ser sempre grato, mostrando gratidão de ânimo e obrigação de servir a quem estava sendo grato. Por conseguinte, uma carta de agradecimento seria composta com reconhecimento e oferecimento, exteriorizando profunda gratidão, podendo-se até exagerar nas palavras, mas cuidando para não cair na lisonja. Sendo estas as que mereceram o segundo maior número de exemplos, 74, ficando atrás das cartas de parabéns. Como exemplo, apresentamos a carta 28,

Meu amigo. O vivo affecto, com que V. m. me ama, não podia deixar de me particularizar com hum taõ estimavel mimo, e a fiel amizade, que V. m. me professa, não podia dictar outra Carta, senão esta, que cheya de taõ finas expressões me escreve. De huma, e outra cousa beijo muitas vezes agradecido as mãos de V. m. a quem certifico, que em mim ha huma igual correspondencia, senão nas dadivas, certamente na amisade, e effecto, que suspiraõ pelas occasioens de poder dar gosto a V. m. a quem Deos guarde por muitos annos.³²⁴

D. Luís de Almeida em grande parte de suas cartas de amizade ao marquês de Pombal, fez do primeiro parágrafo um espaço para agradecimentos. Em dezembro de 1774, escreveu,

Naõ creya VEx.^a , que eu me sirvo destas frases para Lizongeiramente ornar este descurso. Naõ Senhor: Eu repito á | VEx.^a que meditta o meu Coração agradecido; e me suporia indi | gno athe do nascimento que tenho, se eu umetise algumas destaz | expreçoés do meu agradecimento, e espero, que a modestia de VEx.^a | queira não scandalizar-se de ouvir na sua prezença estaz | minhas puras, verdadeiras, e sinceras configoés; devendo de no | vo portestar a VEx.^a o quanto procurarey toda a minha vi | da, fazer-me digno de merecer a continuacão do favor, e am | paro de VEx.^a.³²⁵

³²⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 13 da segunda parte.

³²⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 19.

D. Luís de Almeida manifestou intensa gratidão a Pombal, com palavras vigorosas e que justificou serem verdadeiras e não lisonjeiras. Cabe lembrar que a intenção em citar as missivas de D. Luís de Almeida é relacioná-las ao pensamento setecentista da escrita epistolar e não verificar se seguiam ou não os preceitos oferecidos por Freire.

Ao iniciar as advertências das cartas de Desculpa e Justificação, indicou que qualquer homem estava sujeito aos defeitos e, por isso, deveria procurar desculpar-se quando fosse culpado e, também, quando fosse acusado injustamente. Se o erro fosse grave e difícil de apresentar satisfação, recorreria às rogativas, “pedindo perdão à pessoa offendida, e artificiosamente louvaremos a sua bondade, e clemencia, que pódem, e sabem perdoar coisas mais graves”.³²⁶ E quando a pessoa não fosse culpada tentar-se-ia diminuir o erro e contar com a amizade do destinatário para que a situação ficasse resolvida. Assim, Freire buscou instruir os secretários portugueses a se desculparem pelas faltas de seus senhores.

Ao iniciar as advertências das cartas de Queixa, invocou sensibilidades, pois receber ou enviar uma carta em momento de dor significaria prova de profunda amizade compartilhada. Os sentimentos suscitados em uma carta manifestando dor tornavam a definição de regras algo delicado, “Porèm não ha Author, que neste genero de Cartas, assinasse algum preceito; talvez porque a dor não necessita de arte, e naturalmente se faz expressivo quem està sentido”.³²⁷ Com isso, Freire apontou uma maneira livre para se lidar com os sentimentos, “Verà o Secretario se com os seus estudos, e experiencia póde descobrir outras regras, para estas Carta, que pertencem ao genero Judicial”.³²⁸ Neste trecho, Freire repetiu um dos objetivos anunciados no início do compêndio: oferecer sugestões aos primeiros passos do secretário, para que depois ele pudesse usar dos seus talentos individuais.

O último exemplo de resposta a uma carta de Queixa foi o seguinte:

³²⁶ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 32 da segunda Parte.

³²⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 50 da segunda Parte.

³²⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 50 da segunda Parte.

Meu Amigo. Não pôde V.m. considerar o grande sentimento, em que me deixa a noticia da sua discordia com seus parentes; porque a estes, e a V.m. estimo muito, pelo particular favor, com que me trataõ. (...) Por este motivo não me farey parcial; e so cuidarey em desempenhar o bom conceito, em que V.m. està, de que só eu lhe sou verdadeiro amigo; no que não perderey tempo, nem occasiaõ, assim para satisfazer às antigas finezas, que a V.m. devo, como para agradecer esta, em que V.m. antepoz o vinculo da amizade ao estreito do parentesco. Deos guarde a V.m. por muitos annos.³²⁹

Ao responder uma queixa, a proposta de Freire foi oferecer um consolo, algo que pudesse abrandar o coração do queixoso. E no fim desta, Freire observou: *"Outras respostas para cartas de queixas ou se acharaõ nas que escrevemos de desculpa, ou com facilidade os poderá dellas formar o engenho do Secretario"*.³³⁰ E, mais uma vez, ele recorreu ao engenho do secretário, reafirmando o seu objetivo principal, para não correr o risco de ser acusado de *formulaico*.

Freire indicou, de modo mais direto, na advertência das cartas de Consolação, do gênero Deliberativo, que consolar era algo importante e prova de amizade, já que todos estavam sujeitos aos desfavorecimentos da vida. Saber consolar era praticar a misericórdia cristã, fazendo bem ao desconsolado e a si mesmo, pois era uma obrigação compor esse tipo de carta e se sensibilizar diante do outro. Consolar-se-ia alguém prudente, sem excesso de lástima. Mas, caso o desconsolado fosse alguém forte, que não aceitasse consolo, "usaremos de hum tal artificio, que sem o animo o sentir, se introduza o alivio, e a conforção, dizendo, V.g. que não escrevemos para o consolar; porque sabemos com quanto valor sabe soffrer as adversidades".³³¹ Desse modo, se poderia, aos poucos, oferecer esperanças de que "a fortuna mudará de rosto"³³² e ao encerrar a missiva era considerável exortar e se colocar a disposição do amigo desolado.

Dando sequência ao compêndio, Freire abordou as cartas de Aviso, comunicando que foram essas as utilizadas pelos primeiros escritores, pois a invenção da carta trouxe em sua origem o objetivo de avisar alguém de alguma coisa. "Por tanto, devendo ser a Carta hum Mensageiro, que exponha a outrem o

³²⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 66 da segunda Parte.

³³⁰ Grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 66 da segunda Parte.

³³¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 66 da segunda Parte.

³³² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 66 da segunda Parte.

nosso pensamento, e negocio, devemos logo no principio captar a benevolencia do amigo, (...)"'.³³³ Nesse tipo de carta, se deveria, após as saudações iniciais, partir para a narração, "a qual deve ter estas seis qualidades; *brevidade, clareza, probabilidade, elegancia, desembaraço, e propriedade*",³³⁴ observando que era indicado primeiro discorrer em torno das coisas do destinatário para depois narrar em prol da vida própria. Freire argumentou que: "a esta especie de Cartas pertencem, e servem de assumpto assim as coisas publicas, como as particulares",³³⁵ ou seja, avisar no sentido de interagir os aspectos da vida pública e privada. Por fim, apresentou 51 exemplos, entre avisos para mercês, avisos a cavaleiros, avisos às pessoas particulares, por circunstância de nascimentos e mortes, dentro outros. Eis um exemplo de resposta de aviso,

Meu amigo. Não sabe V.m. perder occasiaõ de inquirir modo para haver de me honrar, como vejo claramente nesta em que V.m. com a noticia, que me dá do nascimento de hum seu filho, me convida para, como Padrinho, ter parte no Bautismo delle. Dou em primeiro lugar a V.m. os parabens por esta felicidade, que Deos foy servido dar à sua Casa; e em segundo beijo a V.m. as mãos, pela honra da escolha, e por ella no suave exercicio dos seus estimaveis preceitos me reconhecerey sempre muy distinctamente obrigado a V.m. a quem Deos guarde por muitos annos.³³⁶

No terceiro capítulo, veremos como D. Luís de Almeida respondeu aos avisos de nascimento dos netos, momento no qual manifestou grande felicidade.

As cartas de Louvor foram expostas em 29 modelos e definidas como "muy vulgares", como todo tipo de carta laudatória, segundo suas observações. Ao se enviar uma carta de Louvor era preciso, primeiramente, pedir desculpas pelo atrevimento, colocando-se em uma posição humilde e explicando que essa humildade era incapaz de perceber tão elevado assunto, na intenção de ser agradecido e satisfazer uma obrigação com o outro e não "á propriedade da rethorica".³³⁷ Pois, era preciso simular um louvor sincero e não atrelado aos

³³³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 79 da segunda Parte.

³³⁴ Grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 79 da segunda Parte.

³³⁵ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 79 da segunda Parte.

³³⁶ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 100 da segunda Parte.

³³⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 103 da segunda Parte.

meandros retóricos. A segunda parte da carta deveria objetivar louvar as virtudes mais ilustres dos destinatários. “Costumaõ-se louvar os homens pela prudencia, pela justiça, pela temperança, pela literatura, pelas acçoens guerreiras, pela piedade, pela Religiaõ, pela liberalidade, &c. e cada huma destas virtudes elogiaremos, dizendo, que ainda em seu louvor escrevemos pouco (...)”.³³⁸ E se o louvor fosse destinado em função de alguma composição literária discorrer-se-ia em torno na obra, “mostrando que he natural, bella, e erudita; (...)”³³⁹ e com valor, dizendo ser útil e instrutiva. Depois de tais considerações, Francisco Freire enfatizou a importância do louvar “como huma das primeiras circunstancias a pureza da lingua a elegancia, a clareza, os nobres conceitos, as bellas figuras, e o proprio estylo, &c”.³⁴⁰ Sendo o bem louvar uma atitude nobre e cortesã, por reconhecer qualidades de elegância e clareza no outro.

Para as cartas de Exortação e de Conselho, Freire esclareceu que ao exortar o remetente também estava a persuadir, por serem similares. Sendo que a persuasão usava de provas, enquanto a exortação servia para estimular os sentimentos. Tais sentimentos seriam extraídos de dez fontes: “*Do louvor, da esperança, do temor, do odio, do amor, da misericordia, da emulação, da expectação, dos exemplos, e dos rogos*”.³⁴¹ Ao observar estes princípios o remetente colocaria o destinatário em contato com os sentimentos, e Freire foi indicando os efeitos de se instigar cada um deles. No caso da misericórdia escreveu: “Igualmente pela misericórdia, augmentando com artificio a necessidade dos amigos, os males, que padecem, as offensas, que soffrem, &c”.³⁴²

Freire também fez referência às práticas de exortação na antiguidade, “advertimos em ultimo lugar, que toda a exhortação se deve adoçar, como quasi sempre faz Cicero, para que não haja pique; e assim diremos, lhe propomos a tal cousa para augmento da sua fama, o que como amigo desejamos, e não porque se entenda, que he tal, que necessita de exhortaçoes, e de conselhos”.³⁴³ Freire

³³⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 103 da segunda Parte.

³³⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 103 da segunda Parte.

³⁴⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 104 da segunda Parte.

³⁴¹ Grifo no original. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 120 da segunda Parte.

³⁴² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 121 da segunda Parte.

³⁴³ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 122 da segunda Parte.

pretendia manter no futuro secretário uma atitude de moderação, de cuidado com os louvores e elegâncias, para que as sociabilidades cortesãs fossem preservadas durante a escrita epistolar E, se lembrarmos das afirmações de Francisco Rodrigues Lobo, a carta, se não fosse a mais notável, certamente, estava entre as principais sociabilidades cortesãs. Pois para compor uma missiva dentro da *retórica cortesã*, como disse Lobo, era preciso bem conversar e escrever, duas atitudes fundamentais no ambiente de corte.

Muitas cartas de exortação e conselho foram escritas com a temática das dúvidas em torno dos empreendimentos ultramarinos e as angústias por servir ao rei em terras distantes. De modo muito cortês, Freire estimulou a realização destas viagens, considerando-se os antepassados e as glórias de tal empreitada. Certamente, D. Luís de Almeida também pediu conselhos, pois de acordo com o histórico dos seus familiares, ele deveria seguir os passos dos outros homens da casa Lavradio, como disse Freire na dedicatória da edição feita a D. Luís. Pois, em muitas missivas, D. Luís de Almeida manifestou temores diante do serviço ultramarino e pediu conselhos, como fez ao conde da Cunha, "Pareceme q por agora poderá bastar de matraqui | ar a VEx.^a porem como eu tive a fortuna de vir p.^a hum Go | verno em q VEx.^a taõ destintam.^{te} servio a S. Mag.^e não poso | despençarme de hir repetindo a VEx.^a alguma destes imper | tinentes aConteçim.^{tos} p.^a aver de merecer a VEx.^a me queira favo || [f 185] reçer com o seu Cons.^o (...).³⁴⁴ Contudo, podemos considerar os pedidos de conselhos e direcionamentos em função da arte de governar no ultramar, uma prática recorrente entre os governadores.

Francisco José Freire, depois de advertir e dar exemplos dos 12 tipos de cartas, distribuídos entre os três gêneros epistolares – Deliberativo, Judicial e Demonstrativo –, ofereceu exemplos de três tipos de cartas que não se enquadravam nos gêneros sugeridos, sendo: Gênero Misto (30), Cartas Discursivas (10) e Cartas Satíricas e de Desprezo (03), somando mais 43 exemplos de cartas. No total, Freire compôs 544 modelos, entre primeira via e resposta.

³⁴⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde da Cunha, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_ f 184v.

Na advertência às cartas de Gênero Misto, Freire declarou que muitas vezes uma carta abrigava vários assuntos, pois poderia ser ocasião de pedir, de agradecer, de recomendar, dentre outros temas. Deste modo, o gênero misto praticamente formava um quarto gênero. Os secretários, ao identificar os assuntos que comporiam a carta mista, deveriam recorrer aos preceitos divulgados para cada tipo determinado.³⁴⁵ Porém, “unicamente em quanto á ordem devemos advertir, que os negocios publicos se não devem misturar com os particulares, nem as cousas passadas confundir com as futuras; antes se devem escrever separadamẽte, para mayor clareza, e intelligencia de quem ler; porém com hum tal artificio, que huma cousa se vâ encadeando com outra”.³⁴⁶ Estes preceitos D. Luís de Almeida praticou em suas cartas, pois, muitas vezes, o homem privado – D. Luís de Almeida – estava emaranhado no homem público – o vice-rei. As cartas de amizade de D. Luís foram, em sua maioria, cartas mistas, nas quais, primeiramente, Lavradio discorria em torno de sua saúde e logo os temas da vida pública que afetavam a vida particular dominavam a correspondência.

Para as cartas Discursivas, Freire argumentou que muitos eruditos escreviam cartas com assuntos graves e/ou curiosos pedindo a opinião de outros, porém, para esse tipo de carta poucos artifícios poderiam ser lembrados ao secretário, “porque os escritores de taes assumptos buscaõ nos Dialecticos, e em parte nos Rethoricos as fôrmas de arguir, e os modos de confutar as razoens alheyas, e confirmar as proprias”.³⁴⁷ Freire só aludiu alguns termos que deveriam ser observados, como: desculpar-se no início da carta, pois o motivo da escrita seria mais para evidenciar a opinião do remetente do que contradizer o destinatário. Deste modo, se o secretário entrasse em algum tipo de disputa, deveria modestamente mostrar seus argumentos, em tom de dúvida e não de afirmação. E, ao encerrar, reiteraria que a escrita era mais uma ocasião de aprender com o destinatário, do que evidenciar uma opinião própria. Com tais

³⁴⁵ Freire ainda explicou que as observações para cada tipo epistolar não eram premissas intangíveis, portanto, “saiba finalmente o Secretario, que todos os preceitos (...) não são inviolaveis, que privemos seu judicioso engenho de poder acrescentar, e diminuir alguma cousa, segũdo a occasiã, e o bom gosto o pedir; porque não ignoramos, que tudo se pôde melhorar, atê chegar á sua ultima perfeição”. FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 133 da segunda Parte.

³⁴⁶ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 133 da segunda Parte.

³⁴⁷ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 151 da segunda Parte.

palavras, Freire finalizou a advertência, antes de sugerir os 10 modelos, “dellas offerecemos aqui alguns exemplos, discorrendo sobre as obrigaçoens, e virtudes de hum Secretario, tanto no estylo das cartas, como no mais, que pertence ao seu officio”.³⁴⁸

Os exemplos de cartas discursivas propuseram como tema o secretário e a escrita de missivas, e escolhemos um para ser analisado. No início o remetente disse que estranhava receber uma carta em que lhe perguntavam sobre as frases e palavras que deveriam formar uma carta. Porém, iria compartilhar com o amigo tais questionamentos. “Assim como no corpo humano ha fôrma essencial, que he a alma, e fôrma accidental, que he a formosura do composto material; assim igualmente nas cartas a materia he o corpo dellas, e a fôrma accidental saõ as frases, e as palavras”.³⁴⁹ Por conseguinte, era necessário equilibrar propriedade e pureza de linguagem, com elegância e formosura natural, e tal aprendizado, segundo a carta de Freire, viria com o estudo, já que ele não confiava muito no ouvir para aprender. Então, a melhor lição seria imitar os grandes mestres “e só deste modo he que se alcança a abundancia de frases, e de palavras, tudo proporcionado ao assumpto”.³⁵⁰ Mas quem deveria ser imitado? “O melhor, e o unico exemplar para a imitação adulta he Cicero”,³⁵¹ explicitando que muitos copiaram a Cicero, mas de modo pueril, portanto, o melhor tinha sido Tulio, nele “acharemos a pureza, e propriedade das palavras, e a elegancia, e formosura das frases, das quaes se deve ornar o estylo epistolar (...) e aquellas frases proporcionadas à conversação, e naõ ao Senado: a amigo, que escreve, e naõ a Orador, que declama”.³⁵² Com tal conclusão, o remetente disse que não estava a compor um tratado, mas compartilhando com o amigo suas impressões, e encerrou a carta, enfatizando que aguardava os preceitos do amigo. Nesta carta, Freire nos permite compreender sua percepção diante da prática epistolar e sua base na epistolografia clássica, especialmente, em Cícero.

Finalmente, chegamos ao último tipo de carta, as Satíricas e de Desprezo, sendo o único que não foi acompanhado de texto de advertência. Desse modo,

³⁴⁸ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 152 da segunda Parte.

³⁴⁹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 165 da segunda Parte.

³⁵⁰ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 165 da segunda Parte.

³⁵¹ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 165 da segunda Parte.

³⁵² FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 166 da segunda Parte.

Freire passou logo a exposição de três exemplos e concluiu a segunda parte do compêndio.

Francisco Freire encerrou sua obra com a apresentação de um *Formulario de Tratamentos muy necessario ao Secretario portuguez*, no qual o secretário se basearia para saber o devido tratamento que cabia a cada membro da hierarquia *Ecclesiastica* e *Secular*.³⁵³ Pois, um superior não aceitaria um tratamento diminuto e um tratamento superior indevido seria uma ofensa. Portanto,

Escrevendo-se a Duques, Marquezes, e Condes, se lhes deve dar, como Grandes do Reyno o tratamento de Excellencia. No alto da Carta se porá Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor. No corpo della: V. Excellencia: e depois do fim ao lado esquerdo: Illustrissimo, e Excentissimo Senhor. E esta mesma formalidade se deve praticar com os Secretarios de Estado.³⁵⁴

O que também se observaria com os vice-reis. Freire almejou uma totalidade, envolvendo toda a estrutura de composição da carta, assim, junto à formulação de tratamentos o autor apresentou um *Formulario de Sobrescritos*, dizendo “fechará o Secretario a Carta em meya folha de papel da mesma qualidade. Por lhe há Sineta, que será pequena, se a pessoa for superior, mayor alguma coisa, se for igual, e grande, se for inferior”.

O estudo do manual de Francisco José Freire, *O Secretario Portuguez*, teve o objetivo de apresentar as problemáticas da escrita de cartas no século XVIII, para que desta forma pudéssemos articular a escrita individual de D. Luís de Almeida ao sentido da prática epistolar em Portugal. Com isso, nos cabe um questionamento: como D. Luís se relacionou com seus secretários?

Diante das inúmeras cartas que o marquês do Lavradio produziu, sabemos que ele contou com ajudantes para lidar com a grande movimentação escrita que viveu na América. Assim, quando não pode escrever de próprio punho comunicou aos correspondentes que estava fazendo uso de mão alheia, ou seja, das mãos de secretários. Como vice-rei, D. Luís de Almeida contou com

³⁵³ Leonardo Marcotulio editou o Formulário de Tratamento e Sobrescritos. Conferir: MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Itaca, 2010.

³⁵⁴ FREIRE, F. *O Secretario Portuguez...* cit., pp. 432 da segunda Parte

secretários de governo, mas, também sabemos que teve particulares. Em carta a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, D. Luís de Almeida comentou a diferença de trato entre os oficiais de secretaria e o que seria o secretário particular,

Como a VEx.^a não escrevem os Officios | da Secretr.^a e eu assino, e escreve o meu Secretr.^o o q lhe digo bem sa | be VEx.^a o pouco tempo, q eu tenho p.^a cartas muito exten | sas; e este será o motivo porq' a VEx.^a falte em alguma vez | as minhas cartas, e os com quem a gente tem mais confiança, | tão bem com elles toma mais Liberdade.³⁵⁵

Neste trecho, o marquês do Lavradio esclareceu que certos assuntos apenas eram tratados diante dos secretários particulares e não junto aos do estado. Especialmente, nas cartas de amizade, nas quais Lavradio se expressou com mais liberdade.

Em setembro de 1775, o rei D. José I decretou que Tomás Pinto da Silva, secretário de governo na capitania de São Paulo, “com o mesmo Zelo, e honra” receberia a “Mercê do Lugar de Secretario do Estado do Rio de Janeiro; para o Servir por | tempo de trez anos”.³⁵⁶ Entretanto, quando D. Luís de Almeida recebeu esta notícia não demonstrou contentamento.

Em 21 de junho de 1776, Tomás Pinto da Silva chegou ao Rio de Janeiro para ocupar o novo cargo, conforme D. Luís descreveu ao marquês de Pombal. Porém, Lavradio tinha restrições ao novo secretário, “Devo porem pôr na prezença de V.Ex.^a | que este homem alem de ter a idade de 72 annos não tem nem ins | trução, nem aquella inteligencia precisa para hum emprego tão | importante”.³⁵⁷ D. Luís confirmou a relevância dos ofícios de secretaria, mas como não se agradou do novo secretário, comunicou “O Official Mayor da Secretaria que serve este | emprego a quatorze annos hê de quem continuo a Servirme pello | grande conhecimento que tem dos negocioz desta Capitania

³⁵⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1773, BR-AN_C_1096_f 55v.

³⁵⁶ Decreto de D. José I, Lisboa, 25 de setembro de 1775. AHU_ACL_CU_017, Cx. 98, D. 8472.

³⁵⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1776, AHU_ACL_CU_017, Cx. 100, D. 8579.

rella | honra de interece e Limpeza de máoz”.³⁵⁸ Além disso, D. Luís precisava de um secretário “que tenha algum conhecimento | das Linguas Estrangeiras”,³⁵⁹ já que quando as embarcações não portuguesas aportavam no Rio de Janeiro, Lavradio precisava negociar com os capitães das mesmas, tendo que algumas vezes, chamar “pessoas de fora para virem ser interpretes nos Exames par | ticulares que se fazem áquelles Navios”, o que comprometia o segredo das negociações, pois até mesmo o oficial maior da secretaria não possuía esta aptidão. Com este exemplo, verificamos a importância dos secretários e como Lavradio enfatizou a necessidade de contar com homens de honra, segredo e limpeza de mãos, para o trato da escrita epistolar. Por outro lado, em algumas cartas de amizade, como a que citamos acima, a Furtado de Mendonça, D. Luís de Almeida registrou que certos temas de governo eram copiados apenas pelo seu secretário particular, não os confiando aos da secretaria.

Na relação de D. Luís com seus secretários podemos afirmar que soube reconhecer a importante contribuição deste ofício para a prática do seu governo. Próximo a deixar o Rio de Janeiro, e entregar o vice-reinado a Luís de Vasconcelos e Sousa, o marquês do Lavradio escreveu um atestado³⁶⁰ em prol dos seus companheiros de escrita, comunicando à rainha que para desenvolver sua função de vice-rei foi “preci | zo para trabalhar na minha Secretaria Particular, escolher pesso | as da mais qualificada honra, segredo, e dezinterece”,³⁶¹ notemos que os valores ressaltados por Lavradio, são os mesmos que Francisco Freire destacou para o bom secretário. Com isso, mandou vir da capitania da Bahia Bernardino da Cunha Pereira e o tenente Manoel Gomes Viana.

³⁵⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1776, AHU_ACL_CU_017, Cx. 100, D. 8579.

³⁵⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1776, AHU_ACL_CU_017, Cx. 100, D. 8579.

³⁶⁰ “Atestado: documento diplomático testemunhal de assentamento, notarial ou não. Declaração, por autoridade governamental, civil, militar, eclesiástica ou notarial, a partir de uma realidade ou de um fato constado. É, em geral, a favor de uma pessoa e confeccionado a seu pedido”. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 48.

³⁶¹ Atestado do 2º marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, [] abril de 1779. AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9095.

Tais secretários serviram ao marquês de 1773 até 1779, “sendo ellez os unicos | por quem expedi todas as ordens, e os que empreguei na correspon | dencia”.³⁶²

Segundo D. Luís de Almeida, Pereira e Viana desenvolveram suas trabalhosas funções com exaço e acerto, “até com risco da Sua vida; por | que sendo o trabalho da escripta muito grande, lhe subreveyo | a ambos huã grave molestia de Peito, deitando por differentes | vezes sangue pela boca”,³⁶³ embora os secretários omitissem os problemas que padeciam, por saber que ele se sentia muito satisfeito com o trabalho que desenvolviam. Além disso, D. Luís registrou que eles nunca tinham recebido soldo ou qualquer remuneração para desenvolver sua atividade. Portanto, para Lavradio eram dignos da atenção da rainha que podia, então,

honralos, e favorecelos: principalm.^{te} | ficando elles depois daquelle grande serviço, não só com a saude | muito arruinada mas até reduzidos à mayor indigencia, e não ca | bendo na minha jurisdição remunerar-lhe aquelle serviço de | outro modo, lhe mandei passar a presente Attestação, por mim | assignada, e sellada com o Sinette de Minhas Armas.³⁶⁴

D. Luís registrou publicamente o merecimento dos secretários, e, com tal atestado, poderiam “requerer aos Pez do Real Trono, a | justa recompensa que merecem”.³⁶⁵ Desta forma, Lavradio manifestou o seu agradecimento a Pereira e a Viana que tanto foram fundamentais na materialização de suas *sensações de fala*.

Contudo, o atestado de D. Luís de Almeida registra o quanto o exercício da escrita era árduo e, ao mesmo tempo, necessário à prática de governar, pois ao assumir o cargo, necessitou escolher seus secretários e formar sua equipe de trabalho. Certamente, devemos aos oficiais de secretaria os livros copiadores que registram a correspondência de Lavradio e que fazem parte do *corpus* desta tese. Enfim, agora nos cabe estudar a correspondência de D. Luís de Almeida.

³⁶² Atestado do 2º marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, [] abril de 1779. AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9095.

³⁶³ Atestado do 2º marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, [] abril de 1779. AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9095.

³⁶⁴ Atestado do 2º marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, [] abril de 1779. AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9095.

³⁶⁵ Atestado do 2º marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, [] abril de 1779. AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9095.

CAPÍTULO 2

MARCAS DE HISTORICIDADE...

A CORRESPONDÊNCIA DO 2º MARQUÊS DO LAVRADIO

2.1 - Considerações iniciais

Na cidade do Rio de Janeiro, sede do vice-reinado português na América, em 17 de janeiro de 1771, o 2º marquês do Lavradio compôs - escreveu e/ou ditou - algumas cartas que foram enviadas a Lisboa através da charrua São Francisco Xavier, capitaneada por Félix de Oliveira. Tais cartas, depois de compostas, foram registradas em um *livro de copiador* no qual Lavradio e seus secretários organizaram a escrita de amizade. Uma das cartas foi endereçada ao tio Tomás de Almeida, Principal Almeida, um correspondente assíduo de Lavradio,

Meu Tio, e meu S.^r do meu C.³⁶⁶ Em 24 do mes passado | tive a honra de escrever a V.Ex.^a por huá Curveta q sahio deste | porto, (...) e agora repito | gostozam.^e a mesma deligencia por esta Charrua, q mando Carre | gada de madr.^{as} para o Arcenal

³⁶⁶ C. = *coração*.

desa Corte; o quanto me hé esti | mavel este exercício, pode
V.Ex.^a Supor do meu amor, e da m.^a obriga | çaõ. |³⁶⁷

Lavradio manifestou no primeiro parágrafo o quanto escrever ao tio era uma prática constante. Nesta carta, o vice-rei anunciou o dia 24 de dezembro como a data da correspondência anterior, porém no livro de copiador ela consta do dia 23 – neste sentido, identificamos um dos desencontros que as cópias podem apresentar.

Próximo ao encerramento da carta, depois de muitas lamúrias, eis o que escreveu:

O primio³⁶⁸ q espero de todo este Serviço, hé | de conservar
alguma memoria, destes trabalhos, p.^a qd.^o me reco | lher a
poder empregar em beneficio da pobre caza q posuo.³⁶⁹

Lavradio almejou um sentido de memória, ao esperar que seu governo fosse bem visto na corte, pois ao regressar tal dedicação se converteria em mercês e honras recebidas do rei. Ao pretender a construção de uma boa imagem de suas investidas administrativas, ele sabia que a preservação da memória se compunha não somente de ações, mas, especialmente, por meio dos registros escritos que produzia e conservava, já que suas atuações governativas chegavam à corte através de suas cartas.

Entre janeiro de 1771, data da carta que citamos, e hoje, passaram-se 240 anos. Portanto, será que Lavradio alcançou o intuito de preservar seu nome na história portuguesa? Podemos afirmar que sim, pois seus registros escritos ultrapassaram o tempo e podemos lê-los nos dias atuais e, assim, o 2º marquês do Lavradio está presente nos estudos do Brasil colonial. Contudo, o que nos parece apropriado questionar é que, comumente, nós historiadores, ocupamos as mesas de arquivos e bibliotecas para pesquisar documentos de outrora e, muitas vezes, não nos interrogamos como aquele documento, aquela carta, aquele alvará se preservou até a nossa leitura. Não nos questionamos quanto aos

³⁶⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1771, BR-AN_C_1095_f 275.

³⁶⁸ Primio = Prêmio.

³⁶⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1771, BR-AN_C_1095_f 275v.

processos de produção, difusão, recepção e conservação dos documentos. Agimos como se os mesmos tivessem permanecido *naturalmente* em *algum lugar* à espera da leitura de um historiador ou historiadora. Com tais indagações, nossa proposta é inquirir a respeito dos processos de produção, conservação e difusão da correspondência do 2º marquês do Lavradio, escritas durante sua permanência no continente americano. Com isso, apresentaremos uma análise que dialogue com os atuais debates da História Social da Cultura Escrita, considerando as indefinições do conceito, diante da amplitude de sua expressão, já que produzir uma análise envolvida pelas perspectivas da Cultura Escrita não é somente descrevê-la ou interpretá-la, mas, sobretudo, contextualizá-la, ou seja, articular a escrita ao seu espaço.³⁷⁰ Além de considerarmos alguns aspectos da arquivística, pois esta também se preocupa com o contexto de produção do documento.

O objetivo do segundo capítulo consiste na apresentação da correspondência de D. Luís de Almeida – *principal corpus da tese*³⁷¹ – através de uma exposição descritiva e analítica das materialidades que abrigam a correspondência. Além disso, exporemos um histórico da trajetória – o que a arquivística chama de *História Custodial* – dos Códices, Fundo e Coleções que compõe o *corpus*, pesquisados em instituições brasileiras e portuguesas, um exercício desafiador diante da escassez de informações.

Com a sedentarização das cortes e com as navegações, o mundo ibérico se expandiu e o uso da prática epistolar se tornou inevitável, pois a escrita de cartas era a responsável pela governação a distância e por permitir que os ausentes pudessem se aproximar dos parentes e amigos que permaneciam na península ou que se aventuravam pelo ultramar. Neste contexto, ocorreu uma burocratização do exercício de governar, originando uma vasta produção documental. A idade moderna se viu diante de uma babilônia de papel, registros que iam, chegavam e voltavam, em movimentos constantes e, para que o caos pudesse ser

³⁷⁰ As considerações relacionadas aos estudos da História Social da Cultura Escrita foram feitas através da leitura dos seguintes pesquisadores: Roger Chartier, Antonio Castillo Gómez e Fernando Bouza. Conferir bibliografia.

³⁷¹ Embora o *corpus* da tese esteja identificado à correspondência de D. Luís de Almeida, outros documentos setecentistas e os manuais de escrita de cartas, analisados no 1º capítulo, também fazem parte das fontes estudadas nesta pesquisa.

organizado, pouco a pouco, a sociedade do papel passou a preocupar-se com o gerenciamento destes registros. Para o historiador Santiago Martínez Hernández “la escritura, su práctica y su conservación, adquirieron en los siglos áureos hispanos una significación hasta entonces desconocida para la nobleza, preocupada en extremo ahora por la preservación y continuidad de unos derechos y privilegios que descansaban sobre papeles y escrituras”.³⁷² O que ocorreu de modo semelhante para o caso português. Sabemos que a estruturação dos arquivos e os processos de arquivamento é um assunto bastante vasto e importante, porém não iremos nos aprofundar em demasiado, apenas pretendemos mostrar o surgimento dessa preocupação por organizar, pois foi a partir desta percepção que muitos dos documentos da idade moderna se conservaram até hoje.

Segundo o historiador Diego Navarro Bonilla “en 1588 se concluían las ‘Instrucciones para el archivo de Simancas’, conocidas como el primer y más conseguido texto de organización archivística del occidente europeo debido al celo burocrático y documental sobradamente conocido de Felipe II”.³⁷³ Os arquivos passaram a ser pensados como um instrumento de poder, assim, necessitavam de organização cuidadosa, que facilitasse a preservação e a localização do documento. Portanto, a dita burocratização dos governos, impulsionada pelas navegações, foi a propulsora da organização documental e da preocupação com a formação dos secretários. Ainda segundo Bonilla, “el archivo, como instrumento y recurso ya imprescindible en toda la gestión del imperio por medio de la escritura fue globalmente percibido a través de pocas pero firmes ideas asentadas en el colectivo social”.³⁷⁴ O arquivo tornou-se uma instituição muito relevante entre os modernos, com isso, não queremos dizer que na idade média, ou épocas precedentes, não havia uma preocupação com a conservação documental, já que existem inúmeros exemplares de outras épocas. Mas, a

³⁷² HERNÁNDEZ, Santiago Martínez. Memória aristocrática y cultura letrada: usos de la escritura nobiliária en la Corte de los Austrias. In: BOUZA, Fernando. Org. do dossier: El escrito en la corte de los Austrias. *Cultura Escrita & Sociedad*. Nº. 03, 2006. Astúrias: Ediciones Trea, 2006. pp. 68.

³⁷³ BONILLA, Diego Navarro. Del manejo del Imperio a la gestión doméstica: archivos y depósitos documentales em Madrid en torno a 1600. In: BOUZA, Fernando. Org. do dossier: El escrito en la corte de los Austrias. *Cultura Escrita & Sociedad*. Nº. 03, 2006. Astúrias: Ediciones Trea, 2006. pp. 133.

³⁷⁴ BONILLA, Diego Navarro. *Del manejo del Imperio...* cit., pp. 147.

diferença concentra-se na percepção do arquivo como uma instituição governativa e portadora de poder, por abrigar os registros documentais.

Notemos que em 1588, ano da conclusão das *Instrucciones para el archivo de Simancas*, Portugal e Espanha compartilhavam o mesmo rei – monarquia dual. Assim, as preocupações de Felipe II,³⁷⁵ conhecido como o *rei papelero*, também se estenderam a Portugal. De acordo com Cândida Ribeiro, “Cristóvão Benavente, escrivão do Arquivo da Torre do Tombo, redigiu em 1583 um relatório³⁷⁶ sobre o mesmo arquivo por ordem de Felipe I, no qual refere: ‘E ja en tempo delrrei dom Dinis auia Torre do Tombo’”.³⁷⁷ Este relatório foi de extrema importância, “o ‘memorial’ de Cristóvão Benavente constitui a base essencial do que veio a ser determinado pela *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas*³⁷⁸, promulgada em 1588”.³⁷⁹ Com tais informações, constatamos que a constituição arquivística empreendida na Espanha, e tão comentada pela historiografia, teve seus pressupostos também em Portugal, aproveitando os modelos funcionais estabelecidos na Torre do Tombo. Ou seja, a preocupação com o papel e sua conservação estabeleceu-se em conjunto, entre os ibéricos, no período dos *Felipes*.

Percebe-se que o cuidado com os registros escritos estendeu-se também ao ambiente privado e os nobres começaram a objetivar um tipo de organização para a documentação particular. A própria relevância dos secretários, neste contexto social, atrelou-se a este ideário. Para Hernández, “la correspondencia fue, pues, un elemento esencial de la sociabilidad cortesana hasta el punto de que cualquier caballero que se preciara de avisado debía procurarse la recepción puntual de la información que precisara para satisfacer sus intereses”.³⁸⁰ Assim, a preocupação em conservar a papelada proveniente das redes epistolares estabeleceu-se nos gabinetes dos reis e nas casas particulares.

³⁷⁵ Felipe II na Espanha e Felipe I em Portugal.

³⁷⁶ Este relatório consta no acervo da Biblioteca Nacional da Espanha.

³⁷⁷ RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. *O acesso à informação nos arquivos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Dissertação de doutoramento em arquivística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 75.

³⁷⁸ A maneira como Cândida Ribeiro apresenta o título da dita instrução é diferente da apontada por Diego Navarro Bonilla.

³⁷⁹ RIBEIRO, C. *O acesso à informação...* cit., pp. 110.

³⁸⁰ HERNÁNDEZ, S. *Memória aristocrática...* cit., pp. 81.

A historiadora e arquivista Heloísa Liberalli Bellotto que estudou por muitos anos a correspondência de D. Luís António de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, vindo à América para ser governador da capitania de São Paulo, no século XVIII, teve o privilégio de trabalhar com sua documentação pública e particular. Papéis que certamente existem em função dos cuidados de conservação empreendidos pelo morgado de Mateus desde o longínquo século XVIII. Segundo Bellotto,

o cuidado e interesse de D. Luís por todo o seu 'cartório' é enorme e quase obsessivo. Foi ele o responsável pela organização de todo o arquivo da Casa até à sua época (que já não era pequeno) e, mesmo de longe, nunca deixou de recomendar com veemência e insistência que não desorganizassem nem fizessem desorganizar os seus papéis.³⁸¹

Porém, D. Luís de Almeida não foi tão obsessivo quanto o morgado de Mateus, mas, atualmente temos acesso a muitas das cartas graças aos cuidados que o marquês lhes destinou. Pois até as primeiras décadas do século XX parte da documentação presente em arquivos nacionais e portugueses ainda pertencia à família Lavradio.

Iniciamos este texto expondo a preocupação do marquês em relação a sua memória e sabemos que ele cuidou dela delicadamente, pois sua correspondência está preservada em diferentes instituições de guarda. Mas, o que ficou preservado merece ser questionado, pois, D. Luís de Almeida, ou outros membros da família, empreenderam algumas seleções, e a correspondência trocada com a mulher e filhos, até o momento, nunca foi localizada, por exemplo. Porém, muitas cartas de governo e de amizade se conservaram em livros de copiador, originais e cópias avulsas, nos permitindo uma aproximação com o tempo e as sociabilidades de D. Luís de Almeida.

Mas, porque estas questões são importantes para o historiador? Mesmo que os objetivos de pesquisa estejam voltados para o conteúdo informativo, se interrogar em relação à produção, à difusão, à recepção e à conservação do documento é algo relevante. Muitas vezes, os processos de edição, os diferentes

³⁸¹ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 16.

tipos de cópias e os remanejamentos organizacionais dentro dos arquivos provocam mudanças estruturais e a compreensão e a contextualização vai se alterando ao longo do tempo, o que pode atribuir ou inibir sentidos ao documento. Por isso, acreditamos que quanto mais próximo de sua realidade de composição estiver o documento, mas podemos aproximá-lo do seu sentido original.

2.2 - Análise diplomática e tipologia documental

Ao iniciarmos a pesquisa com a correspondência do marquês do Lavradio, identificamos uma vasta tipologia documental, mesmo porque, como ocupante de cargo público, ele despachou, escreveu e assinou muitos papéis. À medida que pesquisávamos, localizamos algumas discrepâncias entre a forma como Lavradio denominava certo tipo de escrita e a maneira como esta passou a ser designada posteriormente. No entanto, ressaltamos que o *corpus* da tese é formado pela produção de D. Luís com princípio comunicativo – cartas e ofícios.³⁸²

Através do estudo da historiadora e arquivista Heloísa Liberalli Bellotto, *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*,³⁸³ faremos breves considerações entre História e Arquivística no que concerne às análises diplomáticas³⁸⁴ e de tipologia documental.³⁸⁵ Assim, a diplomática e as tipologias agem de modo imbricado, pois a diplomática se preocupa com o verídico e a tipologia “gira em torno da relação dos documentos com as atividades institucionais/pessoais”.³⁸⁶ E, para compreender o *corpus* da tese enfatizaremos a tradição documental que “é a parte da diplomática que se ocupa

³⁸² Embora, eventualmente, tenham sido utilizados outros tipos documentais.

³⁸³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³⁸⁴ Para Bellotto, “a diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (...), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito”. BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 13.

³⁸⁵ A tipologia documental, de acordo com Bellotto, “é a aplicação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”. BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 19.

³⁸⁶ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 21.

dos vários modos de transmissão do documento no decorrer do tempo. Ela estabelece a *ingenuidade documental*, isto é, o grau de relação entre o documento e sua matriz”,³⁸⁷ marcada por três momentos “o anterior ao original, o original e o posterior ao original”.³⁸⁸ Portanto, ao conhecermos os critérios dos arquivistas, entendemos as classificações que abrigam os *corpora*, tornando mais eficientes as denominações dentro da pesquisa, já que não estamos a classificar os documentos, mas sim, lidando com classificações anteriormente feitas e que podem ignorar a historicidade material do documento.³⁸⁹

Para o *corpus* da tese, nos interessam os três momentos da tradição documental: pré-original, original e pós-original. O documento *pré-original* se divide em rascunho (texto sujeito a correções e rasureas) e minutas (forma diminuta ou “o original, portanto, o rascunho já passado a limpo, porém, sem os sinais de validação”).³⁹⁰ Já o *original* é o documento primeiro, o que conserva as características internas e externas de sua emissão, sendo a assinatura e/ou marcas de carimbos e selos o que o diferencia da minuta e da cópia comum. Segundo Bellotto,

um original é autógrafo quando contém a subscrição do(s) próprio(s) eminente(s). Procede materialmente dele(s). Um original é heterógrafo quando procede intelectualmente do autor, mas não materialmente; em outras palavras, não contém a assinatura.³⁹¹

Pode-se afirmar que a maior parte da correspondência de Lavradio, atualmente presente em arquivos e bibliotecas, está classificada entre originais autógrafos e múltiplos, os enviados por vias diferentes ao mesmo destinatário – prática comum no período colonial, diante da perigosa travessia pelo Atlântico –, além das cópias.

Terminaremos o estudo da tradição documental com o *pós-original*, ou seja, as conhecidas cópias. Para Bellotto, “as chamadas *cópias autógrafas* são

³⁸⁷ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 105.

³⁸⁸ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 105.

³⁸⁹ Muitas vezes, entre os arquivistas e os historiadores existem desencontros de objetivos e maneiras diferentes de abordar o documento, o que pode dificultar a compreensão do mesmo.

³⁹⁰ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 105.

³⁹¹ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 106.

feitas pelo mesmo autor do original e as *heterógrafas* por outra autoridade que a valida”³⁹² e estão divididas em quatro tipos: simples ou livres, autorizadas, imitativas e códices.³⁹³

Os códices, como uma das categorias das cópias, são livros de assentamento e dividem-se em registros e cartulários. Os registros

são livros copiadores, originariamente em branco, e que recebem a cópia de documentos expedidos por uma autoridade ou entidade. Os documentos podem ser copiados na íntegra ou abreviados. Estão corretamente organizados em ordem cronológica sequencial.³⁹⁴

E os cartulários são os que registram correspondência recebida, por isso, não obedecem a uma ordem cronológica. Portanto, parte do *corpus* é formada por registros que abrigam cartas públicas e privadas. Sendo que no *corpus* não consta exemplos de cartulários.

As considerações de Heloísa Bellotto são vantajosas, especialmente, porque a autora além de arquivista é historiadora e pesquisou documentos do período colonial luso-brasileiro, considerando as particularidades do antigo regime. Portanto, o próximo passo foi entender como os arquivos distinguem carta de ofício. Segundo a lista de espécies documentais apresentadas por Bellotto, a *carta* é um “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso”.³⁹⁵ Já o *ofício* é um “documento não-diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial”.³⁹⁶ Entretanto, para a administração colonial Bellotto esclarece que a carta é

uma correspondência enviada por autoridade
subalterna/delegada ou súdito ao Rei, diferindo do

³⁹² Grifo no original. BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 107.

³⁹³ Conferir a tabela 05 que consta no apêndice 01.

³⁹⁴ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 108.

³⁹⁵ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 51.

³⁹⁶ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 51.

requerimento ou *petição* pela natureza do teor documental, já que estes últimos destinam-se a solicitar mercês, privilégios ou direitos de existência consolidada, desde que preenchidos os requisitos necessários.³⁹⁷

A carta tratava de assuntos particulares ou oficiais apresentados ao rei. Bellotto afirma que a carta tem sido confundida com os *ofícios*, já que este seria a “correspondência entre as autoridades do reino (que não o Rei) e as subalternas/delegadas em serviço no Ultramar ou entre elas”.³⁹⁸ Assim, muitos instrumentos de pesquisa portugueses e brasileiros identificam as cartas e os *ofícios* de maneira oposta à empregada no espaço burocrático do antigo regime e definida pelos estudos da diplomática referentes à tipologia documental. Isso acontece, de acordo com Bellotto, porque na concepção moderna, carta é particular e *ofício* é oficial.³⁹⁹

As classificações documentais no tempo se compõem de uma trama que precisa ser cuidadosamente considerada e, na medida do possível, desfeita, não para oferecer novas designações, mas para compreendermos estas mudanças no tempo e suas pertinências. Como destacou Bellotto, a classificação moderna entre carta para privado e *ofício* para público, interfere na denominação arquivística e historiográfica de documentos que foram produzidos fora do nosso tempo-espaço. Além disso, as reorganizações que os documentos passam nas instituições de abrigo, muitas vezes, os afastam de documentos que originalmente foram conservados unidos, e as entradas quando não partilham informações podem afastar um documento do outro. Em um dos muitos catálogos de documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino, encontramos a seguinte informação:

no tempo em que o AHU se denominava Arquivo Histórico Colonial, entre 1931 e 1950, os documentos avulsos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar foram misturados e classificados segundo um critério meramente geográfico, dando origem às séries actualmente existentes. (...) Os [documentos] restantes do século XVIII e

³⁹⁷ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 52.

³⁹⁸ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 52.

³⁹⁹ BELLOTTO, H. *Como fazer análise...* cit., pp. 52.

XIX, ficaram apenas com o respectivo topónimo e número de maço, sendo que estes já continham e mantiveram o número de maço antigo. Mais tarde, no início da década de 70, foi atribuído outro número, o vermelho, que inventariava todas as unidades de instalação do AHU.⁴⁰⁰

E o Arquivo Histórico Ultramarino ainda recebeu outras classificações quando se empreendeu o Projeto Resgate – Barão do Rio Branco. Apenas exemplificamos que a maneira como lidamos com os documentos no tempo são primordiais para entendermos sua preservação e organização. Pois antes de uma caixa de arquivo chegar as nossas mesas, com documentos de outrora, é dotada de um histórico que a permitiu ser o que é hoje e não necessariamente, o que era há anos. Com tais considerações, possuímos as classificações da diplomática para considerarmos o *corpus* em análise. Entretanto: como D. Luís de Almeida denominou sua correspondência?

Constatamos que o 2º marquês do Lavradio e seus secretários designavam todo documento com intenção comunicativa como *carta*. Não obstante, tal designação vinha acompanhada de uma sequencial classificação: *cartas de ofício* e *cartas de amizade*. Portanto, Lavradio nomeava como carta o instrumento – papel – que permitia o processo de comunicação e a segunda classificação, definia o espaço de circulação e o tipo da missiva – as de ofício para os assuntos públicos e as de amizade para os assuntos particulares, mas, muitas vezes, também para compartilhar com quem tinha mais familiaridade os problemas da vida pública.

Através destas considerações que percorreram uma rápida trajetória do sentido de formação dos arquivos na idade moderna e os assuntos concernentes aos temas de análise diplomática e tipológica, além de considerar a própria definição de Lavradio para a sua correspondência, optamos por uma classificação. Manteremos na tese as denominações feitas por D. Luís de Almeida, entre *cartas*

⁴⁰⁰ *Catálogo dos códices do fundo do conselho ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Projeto Resgate – Barão do Rio Branco. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Arquivo Histórico Ultramarino, 2000. pp. 11.

de ofício e cartas de amizade.⁴⁰¹ Justificamos que esta foi a solução mais próxima das intenções desta pesquisa, ao valorizar as atribuições setecentistas, além de considerar a relevância da materialidade do documento no seu primeiro espaço de formação e conservação. Portanto, valorizaremos o documento no seu suporte de origem, mantendo a ortografia e a gramática da correspondência (pré-original, original e pós-original), além de não utilizarmos as edições que precisam ser tratadas com certo cuidado.⁴⁰² Neste sentido, concordamos com a observação de Roger Chartier,

Corolariamente, a constatação segundo a qual as formas afetam o sentido deve levar a considerar normal e necessária a consulta dos textos em sua materialidade original. Contra a tendência que almejava substituir a comunicação dos documentos originais por aquela dos substitutos fotográficos e digitais, é preciso lembrar que dar a ler um texto em uma forma que não é a sua forma primeira é mutilar gravemente a compreensão que o leitor pode dele ter.⁴⁰³

O *corpus* será estudado em seu contexto de produção, difusão e conservação.

Do processo de produção à conservação, temos várias etapas. Primeiramente, as empreendidas pelo próprio marquês do Lavradio, já que muitas das cartas que hoje lemos se preservaram através do cuidado que ele as ofereceu, pois muitos documentos avulsos e códices pertenceram até o século XX à família Lavradio. O segundo momento, se caracteriza pela preservação da documentação que pertencia à administração pública pelas instituições de guarda. Sendo o terceiro e último momento as trajetórias da documentação ao deixar de pertencer à família. Reconhecemos que estudar estas etapas têm sido um desafio, em função das raras informações que encontramos, mas, diante daquilo que conseguimos pesquisar, buscamos reconstruir, talvez não todo o percurso, mas trechos que nos permitem algumas conclusões. Porém, primeiro apresentaremos o estudo quantitativo e qualitativo do *corpus*.

⁴⁰¹ Recordamos que para D. Luís de Almeida as *cartas de ofício* foram as que circularam em meio público e com temáticas de governo e as de *amizade* foram as de circulação particular, mesclando assuntos pessoais com públicos.

⁴⁰² Apenas utilizaremos edições nos casos em que o documento primeiro não foi localizado.

⁴⁰³ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. pp. 248.

2.3 - Formação do Banco de Dados: Correspondência do 2º marquês do Lavradio

O *corpus* da tese é formado pela correspondência ativa e passiva de D. Luís de Almeida⁴⁰⁴ escrita entre 1768 e 1779. O estudo do *corpus*, por meio de organizações e sistematizações, gerou a formação do Banco de Dados denominado: *Correspondência do 2º marquês do Lavradio*.⁴⁰⁵ Portanto, através da seguinte representação gráfica apresentaremos detalhadamente o *corpus*.⁴⁰⁶

C O R P U S			
	Referência ⁴⁰⁷	Instituição de Guarda	Datação
CÓDICES <i>registro</i>	1095 BR-AN_C_1095	Arquivo Nacional – Rio de Janeiro BR-AN	05/1768 a 07/1772
	1096 BR-AN_C_1096	Arquivo Nacional – Rio de Janeiro BR-AN	07/1772 a 05/1776
	PSS_cx_3 PT-BN_C_ PSS_cx_3	Biblioteca Nacional - Portugal PT-BN	05/1768 a 06/1774
	10624 PT-BN_C_10624	Biblioteca Nacional - Portugal PT-BN	07/1774 a 03/1777
	10631 PT-BN_C_10631	Biblioteca Nacional - Portugal PT-BN	10/1776 a 02/1779
CÓDICE <i>compilação documental</i>	630 PT-ACL_C_630	Academia de Ciência de Lisboa PT-ACL	02/1775 a 08/1777
FUNDO COLEÇÕES	Fundo Marquês do Lavradio BR-AN_FML	Arquivo Nacional – Rio de Janeiro BR-AN	10/1767 a 04/1778
	Coleção Brasil caixa 1 e 2 Col_Brasil	Biblioteca Nacional - Portugal PT-BN	08/1768 a 04/1779
	Projeto Resgate ⁴⁰⁸	Arquivo Histórico Ultramarino - Portugal PT-AHU	10/1765 a 06/1779

⁴⁰⁴ Incluindo correspondência de terceiros.

⁴⁰⁵ Agradeço ao Prof. Tiago Reis Miranda por me sugerir a formação do Banco de Dados. Embora no início eu tenha resistido foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

⁴⁰⁶ O que denominamos de *corpus* da tese não reduz a pesquisa a estes grupos documentais, pois outros grupos e códices foram analisados e contribuíram para a escrita da tese – e constam na relação das Fontes. Porém, como não são exclusivamente grupos que abrigam a correspondência de D. Luís de Almeida, não receberam um estudo pormenorizado que questionasse a formação e preservação. Pois, apenas os códices e coleções que majoritariamente abrigam cartas de D. Luís formam o *corpus* principal da tese.

⁴⁰⁷ A referência que aparece na parte superior está como consta nas instituições de custódia e estão completas na lista de Fontes. A referência secundária representa como o código está identificado na tese.

⁴⁰⁸ Esclarecemos que nesta parte apenas estamos identificando os documentos do AHU como Projeto Resgate para facilitar a visualização da representação gráfica do *corpus* da tese. Porém, quando as cartas forem citadas elas apresentarão a referência completa de como estão classificadas no AHU.

O Banco de Dados *Correspondência do 2º marquês do Lavradio* foi formado no programa *Microsoft Office – Excel*, agrupando *informações individualizadas* – por fundo e código – e *informações coletivas*.⁴⁰⁹ As individualizadas reúnem os seguintes campos:⁴¹⁰

- **Correspondente.** A classificação da correspondência é sempre em relação ao personagem principal de análise: 2º marquês do Lavradio. Com isso, temos a seguinte classificação: *Correspondência Ativa* (A), remetida. *Correspondência Passiva* (P): recebida. *Correspondência de Terceiros* (T): trocada entre terceiros envolvendo D. Luís de Almeida.
- **Data.**
- **Observação** (informações relevantes + trechos transcritos).
- **Referência** (identificação quanto ao fundo e/ou código).

Já as informações coletivas reúnem todo o *corpus* em *índice onomástico* e *índice cronológico*.⁴¹¹ O objetivo do banco de dados é organizar a correspondência e facilitar a consulta, além de permitir uma visão geral do *corpus*.⁴¹²

O *corpus* deste estudo é formado por cinco *códices registro* autênticos, isto é, por cinco livros originariamente em branco que foram preenchidos pelos secretários de D. Luís de Almeida à medida que as cartas foram escritas.⁴¹³

⁴⁰⁹ Agradeço ao Daniel Godtsfriedt por me ajudar a organizar o banco de dados, no que se refere sua estruturação no programa *Excel*.

⁴¹⁰ O campo *Local* de escrita da correspondência não foi relevante, já que a correspondência ativa de D. Luís de Almeida foi escrita na Bahia ou no Rio de Janeiro. Entretanto, na correspondência passiva e de terceiros o local de escrita das cartas foi anotado no campo: *Observações*.

⁴¹¹ O índice onomástico consta no apêndice 05, como: "Lista de Correspondentes – Banco de Dados: *Correspondência do 2º marquês do Lavradio*".

⁴¹² Esclarecemos que as citações de correspondência, de documentos e de impressos, que fazem parte da tese, serão sempre baseadas nas transcrições realizadas durante a pesquisa. Portanto, não faremos uso de edições, com exceção das fontes primárias as quais não localizamos as versões originais.

⁴¹³ Após a defesa da tese, ocorrida em 29 de agosto de 2011, ao se realizar uma pesquisa junto ao acervo de manuscritos da biblioteca Guita e José Mindlin, futura *Biblioteca Brasileira – Guita e José Mindlin*, localizamos um código autêntico inédito. O livro possui a seguinte referência: "B 18b – Cartas do 2º marquês do Lavradio". É formado por 204 cartas ativas, com datação entre setembro de 1774 e outubro de 1776. Sendo, então, o código 10631, custodiado pela Biblioteca Nacional de Portugal, a sequência do código presente na biblioteca Guita e José Mindlin. Consideramos este código inédito por não ter sido citado na bibliografia que aborda o tema e pelo principal estudioso da correspondência de D. Luís de Almeida, o pesquisador Dauril Alden. Ressaltamos que o conteúdo de algumas cartas não é inédito porque possui a versão original no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, entretanto, o código e sua materialidade reunindo a cópia de 204 missivas para governadores e comandantes que atuavam no Brasil é totalmente inédito. Assim, o estudo deste código será incorporado na continuação desta pesquisa.

Nestes códices os fólhos foram utilizados na frente e no verso e em quase todos verificamos a presença de reclames.⁴¹⁴

O sexto códice analisado não pode ser denominado como registro, por ser formado pela compilação de diferentes cópias de correspondência passiva e ativa de D. Luís de Almeida. Certamente, a compilação do códice PT-ACL_630 foi posterior à produção das cópias. Além disso, faz parte do *corpus* secundário códices formados por cópias, com o objetivo de reunir documentos com características comuns, como no caso de alguns pesquisados na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Por exemplo, o códice “Colesão | Das Ordens mais necessarias, | e curiozas, que se achavaõ dispersas e em con | fuzaõ na Secretaria do Governo do Rio de | Janeiro reduzidas a sua ordem natural | Vol VI | Que comesa no anno de | 1769 | e acaba no de | 1774”⁴¹⁵ produzido em 04 de Julho de 1789, por José Pereira Leão, oficial maior da Secretário do Rio de Janeiro.

O *corpus* também incorpora fundo e coleções. Os fundos são conjuntos de documentos de uma mesma proveniência e compõe o *corpus* o Fundo Marquês do Lavradio. Já as coleções são “conjuntos de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental, ou coleccionador. Nesta acepção opõe-se a Fundo ou Núcleo”,⁴¹⁶ assim, as coleções analisadas são: Coleção Brasil caixa 1 e 2 e Projeto Resgate capitania de Santa Catarina e Rio de Janeiro, e Diversos. Portanto, quais foram os critérios para a formação do *corpus*? No primeiro momento procuramos reunir toda a correspondência de Lavradio presente em instituições brasileiras e portuguesas, tentativa que não pode ser alcançada diante da vasta quantidade de documentos, portanto, nosso critério foi baseado na relevância material e de conteúdo da correspondência, além do caráter inédito de algumas – oferecendo uma atenção

⁴¹⁴ O *reclame* é a palavra, completa ou não, que no final do fólho aparece duplicada no início do fólho seguinte. In: COSTA, Renata Ferreira. *Edição semidiplomática de memória Histórica da Capitania de São Paulo, códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

⁴¹⁵ Grifo no original. BR-BN_C_3, 4, 6.

⁴¹⁶ *Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*. Introdução e Organização: Lúcia de Azevedo Martins [et al]. Lisboa: Instituto da BN e do Livro, 1994. pp. 313.

especial aos registros, por terem sido formados pelas intenções e seleções realizadas por D. Luís e seus secretários.

Assim, o Banco de Dados *Correspondência do 2º marquês do Lavradio*, atualmente, é formado por mais de 1.500 cartas, entre correspondência ativa e passiva. A primeira carta é datada de 28 de abril de 1768, correspondência ativa ao rei D. José I,⁴¹⁷ e a última, também ativa, ao secretário da Marinha e dos Negócios Ultramarino, Martinho de Melo e Castro, datada de 08 de março de 1779.⁴¹⁸ Após esta apresentação geral do *corpus* estudaremos detalhadamente os grupos documentais.

2.4 - Estudo do corpus (Códices, Fundo e Coleções)

O estudo dos códices, fundo e coleções será realizado através da subsequente ordem:

- BR-AN_C_1095
- BR-AN_C_1096
- PT-BN_C_PSS_cx_3
- PT-BN_C_10624
- PT-BN_C_10631
- PT-ACL_C_630
- Fundo Marquês do Lavradio (BR-AN_FML)
- Coleção Brasil caixa 1 e 2 (PT-BN_Col_Brasil)
- Projeto Resgate - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

A opção organizacional está baseada em critérios cronológicos e de relação entre os grupos de correspondência, considerando o que D. Luís de Almeida priorizou

⁴¹⁷ BR-AN_FML_Microf_024-97_RD1.56.

⁴¹⁸ AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9092.

no momento de formação dos livros de copiador. Portanto, empreenderemos discussões quantitativas e qualitativas do *corpus*.

- BR-AN_C_1095 e BR-AN_C_1096

No ano de 1965, através de compra,⁴¹⁹ os códices 1095 e 1096 foram incorporados ao acervo do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.⁴²⁰ Os livros ficaram conhecidos pela historiografia brasileira como: *Cartas da Bahia* e *Cartas do Rio de Janeiro*, através das edições realizadas nos anos de 1972, 1975 e 1978.⁴²¹ A maioria das referências historiográficas atribuídas a esta correspondência, fazem alusão às edições e não aos códices. Deste modo, a apresentação das cartas proposta pelas edições nos leva a acreditar que existiu um livro de copiador para as cartas da Bahia e outro para as do Rio de Janeiro, no entanto, a divisão geográfica não existe nos livros.⁴²² O códice 1095 reúne cartas escritas na Bahia e também no Rio de Janeiro, pois D. Luís de Almeida, quando deixou Salvador, depois de ser governador da capitania da Bahia, levou o códice para a capital do vice-reinado e continuou utilizando-o até que as folhas fossem completadas; e o códice 1096 registra somente cartas escritas no Rio de Janeiro.

Os códices 1095 e 1096 reúnem o maior número de cartas particulares, escritas por D. Luís de Almeida, registradas em livro de copiador, e consta no

⁴¹⁹ O tema da mobilidade da correspondência de D. Luís de Almeida entre a custódia da família, de terceiros e de instituições será abordado na próxima sessão deste capítulo.

⁴²⁰ A encadernação dos livros é de época, feita com capa de couro, medindo 33,5cm de altura e 21,5cm de largura. Em relação ao estado de conservação dos códices, podemos afirmar que os primeiros fólios estão em bom estado o que não condiz com os fólios do meio e do final, que já se encontram em maior deterioração. Entretanto, o códice 1096 está em melhor estado de conservação. A marcação numérica dos fólios é contemporânea e foi feita a lápis pelo AN, ou seja, durante o registro das cartas os livros não possuíam identificação numérica nos fólios. Além disso, o códice 1095 apresenta, segundo a numeração do AN, dois fólios indicados como 266, deste modo, indicamos os fólios conforme o registro, evitando-se assim possíveis desencontros de localização.

⁴²¹ As referências das edições constam na lista de Fontes impressas.

⁴²² Cabe lembrar que não estamos a criticar os trabalhos de edição, já que muitas vezes temos acesso a difíceis documentos através deles e quando nos interessa as informações relatadas, são excelentes opções. Entretanto, quando as perguntas já não podem ser oferecidas pelo relato em si, é necessário estabelecer novas relações entre o documento e o historiador.

cabeçalho de cada cópia a denominação de cartas de amizade. O que se pode verificar na imagem abaixo:

Cabeçalho – fólio 8v. BR-AN_C_1096.

Os temas das cartas de amizade são variados e oscilam entre assuntos pessoais e questões de governo, materializando o sentir, o escrever e o governar de D. Luís de Almeida.

O livro 1095 foi classificado pelo Arquivo Nacional⁴²³ como *Registro da Correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772* e é formado por 350 fólhos.⁴²⁴ Do fólio 001 ao 143 temos registradas as cartas escritas na Bahia e do fólio 143v em diante as no Rio de Janeiro.⁴²⁵

Quantitativamente o códice 1095 possui 139 cartas escritas da Bahia e 240 do Rio de Janeiro, somando 379 cópias. A correspondência escrita da Bahia foi enviada a 53 destinatários, sendo o conde de Povolide⁴²⁶ o que recebeu o maior número de cartas. Já as enviadas do Rio de Janeiro, códice 1095 e 1096, somam 418 cartas enviadas a 105 destinatários. Sendo o 5º conde de Vila Verde⁴²⁷ e Tomás de Almeida⁴²⁸ os maiores recebedores de missivas.⁴²⁹

⁴²³ Futuramente AN.

⁴²⁴ O último fólio foi deixado em branco.

⁴²⁵ Na margem esquerda do fólio 144 verifica-se a seguinte inscrição "Esta carta foi escri | ta estando já go | vernando o R.º de | Janr.º |". Sendo esta a única referência no códice que divide as cartas entre escritas na Bahia e no Rio de Janeiro.

⁴²⁶ José da Cunha Grã Ataíde e Melo.

⁴²⁷ José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz.

⁴²⁸ Principal Almeida.

O livro 1096 está identificado como *Registro da Correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes em Portugal, Brasil, etc. 1772-1776* e é formado por 150 fólios⁴³⁰ que guardam 178 cartas.⁴³¹ Com isso, para se esclarecer o que descrevemos dos códices organizamos a seguinte representação:

	BR-AN_C_1095 e BR-AN_C_1096	
	1095	1096
Datação	05/1768 a 07/1772	07/1772 a 05/1776
Fólios	350	150
Quantidade de cartas	379	178
Cartas escritas na Bahia	139	000
Cartas escritas no Rio de Janeiro	240	178
TOTAL	139 (BA) + 418 (RJ) = 557 cartas	

Dentre os 53 destinatários das cartas escritas na Bahia os que receberam mais de cinco, entre as 139 que estão presentes no livro 1095, foram: Antônio Rolim de Moura, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, João Gomes de Araújo, José da Cunha Grã Ataíde e Melo, Lourenço José de Brotas de Lancastre e Noronha, Manuel Carlos da Cunha e Távora, Manuel Teles da Silva, Martinho Lourenço de Almeida, Paulo de Carvalho e Mendonça, Sebastião José de Carvalho e Melo e Tomás de Almeida.⁴³² Assim, os destinatários da maioria das cartas compostas na Bahia foram amigos que também ocupavam cargos administrativos e familiares – como o irmão (Martinho Lourenço de Almeida)⁴³³ e o tio (Tomás de Almeida).

Das 418 cartas escritas no Rio de Janeiro, distribuídas entre 105 destinatários, os que receberam mais de cinco cartas foram, por exemplo: Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Antônio de Noronha, José da Cunha Grã Ataíde e Melo, José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, José Xavier de

⁴²⁹ A quantificação das cartas, do códice 1095, de acordo com os anos pode ser conferida na tabela 06.

⁴³⁰ Os fólios 149v, 150 e 150v estão em branco.

⁴³¹ A quantificação das cartas, do códice 1096, de acordo com os anos pode ser conferida na tabela 07.

⁴³² A lista completa dos destinatários das missivas compostas na cidade de Salvador e do Rio de Janeiro, com a quantidade de carta enviada, pode ser conferida na tabela 08.

⁴³³ O nome do irmão do 2º marquês do Lavradio aparece de duas formas nos livros 1095 e 1096: Martinho Lourenço de Almeida e Martinho de Melo Almeida.

Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz,⁴³⁴ Lourenço José de Brotas de Lancastre e Noronha, Manuel Carlos da Cunha e Távora, Manuel da Cunha de Meneses, Rosa Leonor de Ataíde e Tomás de Almeida.⁴³⁵ Portanto, assim como as cartas enviadas da Bahia, as do Rio de Janeiro também se distribuíram entre amigos com cargo de governo e familiares – especialmente o tio, genros, cunhado e a sogra. Sendo o tio o destinatário com o maior número de cartas presentes em ambos os códices, exatamente 42.

D. Luís de Almeida, durante os primeiros oito anos – 1768 a 1776 datação limite dos códices – não apenas foi um voraz escritor de missivas de amizade, 557,⁴³⁶ mas, foi também um importante recebedor de cartas, já que muitas delas pertenciam às redes epistolares do marquês e eram respostas às cartas recebidas. O 2º marquês do Lavradio se consagrou como um ardiloso usuário de “los papeles parlantes”.⁴³⁷ Além disso, não só as escreveu como também as organizou e preservou através dos livros de copiador.

Para exemplificarmos as redes epistolares citaremos o parágrafo inicial da primeira carta que D. Luís de Almeida escreveu ao tio no Rio de Janeiro e que consta no códice 1095,

Meu Tio, e S.^r do meu Coração, e do meu mayor respeito, |
Depois de quaze sete mezes de naõ receber novas de VEx.^a ||
[f 171] chegaõ seis Navios a este porto, e nelles tenho o imcom
| paravel gosto de VEx.^a me favorecer com repetidas Cartas |
Suas, Eu as agradeço infinitam.^{te} a VEx.^a e o grandissimo |
gosto com que recebi todas he huá evidente prova do | m.^{to}
que me saõ estimavel, e o quanto eu mereço a VEx.^a | a
continuaçaõ deste favor em q tanto me intereço.⁴³⁸

Lavradio manifestou o estimável gosto em receber cartas do tio, já que na troca epistolar as sensibilidades vividas nas duas margens do Atlântico eram

⁴³⁴ Filho de Pedro José de Noronha, marquês de Angeja (3º).

⁴³⁵ Além de: Antônio de Alencastre, Caetano José de Sousa, Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, Miguel Serrão Diniz e Rodrigo Coelho Machado Torres.

⁴³⁶ Estamos fazendo referência apenas às cartas de amizade que fazem parte dos códices 1095 e 1096, ou seja, neste trecho ainda não estamos considerando as cartas de amizade presentes em outros códices.

⁴³⁷ EGIDO, A. *La voz...* cit., pp. 20.

⁴³⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_f 170 e 170v.

compartilhadas entre sobrinho e tio. Além disso, nos códices em análise o ano de 1770 foi o que mais produziu cartas, 127 das 557, aproximadamente, 23% das cartas escritas nos oito anos que os dois registros cobrem.⁴³⁹ Mas, porque tantas cartas?

O volumoso número de missivas no ano de 1770, certamente, se justifica pela consolidação de D. Luís de Almeida a vice-rei, cargo assumido em novembro de 1769. Para o tio, D. Luís escreveu seis cartas neste ano, o que representa uma quantia significativa quando se trata de uma temporalidade que precisava no mínimo de quatro a cinco meses para que uma carta chegasse a Lisboa e retornasse ao Rio de Janeiro. Nas seis cartas, entre temas de saúde, saudades de Lisboa e o não recebimento de cartas da família, as primeiras ações de governo foram um tema de destaque. D. Luís ansiava por notícias que o revelassem como as suas empreitadas como vice-rei eram recebidas pela corte. Eis o que consta na terceira carta de 1770,

agora queira V.Ex.^a dar me nova da Corte | com miudeza, e se por La se dão bem algumas minhas porq. Ao | Longe hé q soaõ mais os desasertos, e a asim Logo q os conheça de | zejo Logo deles emendar-me, o q poso a V.Ex.^a segurar, hé q Eu | não me poupo hum so instante, e q trabalho m.^{to} mais do q poso, | e como desconfio de todos sem lho querer mostrar he me necessario | não só determinar o q se a de fazer, mas hir ver se se executa como | eu tenho determinado, confeço a V.Ex.^a q o unico aLivio q tenho | hé quando me vejo no fim de Cada hum dia, e Lembrarme q a || [f 212v] quelle está já passado, e q já se me vai deminuindo do tempo | do meu Governo, em q já conto oito meses menos quatro dias, | Espero q V.Ex.^a não sesem nas rogativas para o meu regreço p.^a | eu poder hir descansar como necessito. |⁴⁴⁰

D. Luís de Almeida ao registrar sua correspondência ativa de amizade em códices nos permite visualizar as dinâmicas da prática epistolar, além de nos revelar os sentimentos de um vice-rei cheio de dúvidas, repleto de anseios pelo regresso e ansioso por saber o que pensava a corte de suas ações.

⁴³⁹ Conferir no apêndice 01 a tabela 09, na qual consta a relação de cartas/ano escritas no Rio de Janeiro.

⁴⁴⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1770, BR-AN_C_1095_f 212 e 212v.

As cartas copiadas nos códices 1095 e 1096 podem ser consideradas materialidades raras do Brasil colônia, já que entre as mais conhecidas correspondências dos homens de governo não sabemos da existência de cartas particulares agrupadas em livros de copiador. Nestas cópias, determinadas por D. Luís de Almeida como de amizade, o primogênito da família Almeida, compartilhou sua vida particular com os amigos e familiares na colônia, na corte e em outras partes dos domínios portugueses. Dentre os temas focados, os assuntos de governo, muitas vezes, sobressaíram-se em relação aos relatos da vida participar, porém, nas 557 missivas registradas podemos recolher traços do homem D. Luís de Almeida, quando pretendia diferenciar-se do homem de governo. Além disso, podemos considerar que Lavradio questionava-se, cada vez que sentia e escrevia uma carta, se a missiva comporia ou não o copiador. Pois, sabemos que as tantas cartas enviadas à esposa e aos filhos, por exemplo, não foram registradas nestes códices, embora as importantes cartas escritas ao tio tenham sido copiadas. Quais teriam sido as intenções de Lavradio com esta seleção? Talvez, nunca saberemos a resposta, porém podemos perscrutar que Lavradio monitorava o que comporia o livro de copiador.

- PT-BN_C_PSS_cx_3⁴⁴¹

De acordo com o *Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo* da Biblioteca Nacional de Portugal o códice PSS_cx_3 foi comprado pela biblioteca e ingressou ao acervo junto da Coleção Brasil caixa 1 e 2, sendo o códice a caixa 3.⁴⁴² Por motivos não justificados no guia as caixas foram separadas e receberam referências diferentes, porém, provavelmente, o motivo da separação foi a materialidade documental, avulsos e códice. O livro PSS_cx_3 foi incluído na

⁴⁴¹ Os códices PSS_cx_3 e 10631 (será analisado adiante) foram digitalizados através da parceria dos projetos temáticos *Dimensões do Império Português, séculos XV-XIX*, financiado pela FAPESP, que junto aos projetos *Para a História do Português Brasileiro – PHPB-RJ* e *Laboratório de História do Português Brasileiro*, financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, custearam a digitalização. Portanto, ambos os códices estão digitalizados, o que facilitou imensamente as transcrições.

⁴⁴² A antiga cota do códice e da coleção era *Estante 109*.

divisão de Arquivos Privados (famílias e pessoais) sem que as cartas contidas nele sejam predominantemente particulares, pois são cartas de ofício enviadas por D. Luís de Almeida aos secretários do reino com algumas cartas de amizade.⁴⁴³

O código PSS_cx_3 é formado por 234 cópias, sendo oito denominadas como *Carta de Amizade* e cinco como *Carta de Ofício e Amizade*, e o restante *Carta de Ofício*.⁴⁴⁴ As cópias foram iniciadas por um cabeçalho que oferece informações referentes ao destinatário, ao navio, ao capitão responsável pelo transporte e datação, como podemos conferir na imagem abaixo – semelhante ao cabeçalho dos códigos 1095 e 1096.⁴⁴⁵

Cabeçalho – fólio 272v. PT-BN_C_PSS_cx_3.

A datação do código PSS_cx_3 é de 05/1768 a 06/1774, ou seja, envolve seis anos da estada de D. Luís de Almeida no Brasil, passando pela administração da capitania da Bahia e a ocupação do cargo de vice-rei.⁴⁴⁶ Portanto, assim como

⁴⁴³ O código PSS_cx_3 é formado por 350 fólios, que do primeiro ao 124 não apresentam marcação numérica e as duas primeiras folhas estão em branco. A partir da folha 124, as subseqüentes receberam uma numeração, do número 001 ao 135 e depois seguem sem numeração até a última folha. Entretanto, a Biblioteca Nacional de Portugal inscreveu a lápis uma marcação numérica em cada fólio. Cabe lembrar que a partir do fólio 124 estão registradas as cartas escritas do Rio de Janeiro.

⁴⁴⁴ Conferir a tabela 10 no apêndice 01, onde consta a lista das cartas de amizade presentes no código PSS_cx_3.

⁴⁴⁵ É importante observar que nem todos os cabeçalhos apresentam as informações que ressaltamos.

⁴⁴⁶ Conferir a tabela 11, onde consta a relação de cartas/ano.

o código 1095, o PSS_cx_3 começou a ser preenchido na Bahia e foi concluído no Rio de Janeiro.

As 234 cartas copiadas que formam o código possuem dez destinatários, sendo Martinho de Melo e Castro o destinatário de 43,5% das missivas, 102. O segundo destinatário foi Sebastião José de Carvalho e Melo (77), seguido de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (45) e José Seabra e Silva (04)⁴⁴⁷ e, dos outros destinatários consta apenas uma carta, as quais se configuram como cópias que acompanharam as cartas principais.⁴⁴⁸

No código PSS_cx_3 também constam importantes dados quantitativos referentes ao governo da Bahia e do Rio de Janeiro quanto ao pagamento de dízimo, receita da fazenda, soldo de militares, dentro outros. Ainda faz parte do código algumas cartas em francês trocadas entre Lavradio e comandantes franceses que aportavam no Rio de Janeiro e que seguiam em anexo às cartas enviadas aos secretários.

Como apresentado, os principais correspondentes do código PSS_cx_3 foram os importantes membros da administração ultramarina portuguesa no Setecentos. D. Luís de Almeida organizou um livro de copiador exclusivo para as cartas enviadas aos secretários, no qual incorporou missivas de ofício e amizade, e preparou outro copiador para as cartas de amizade enviadas aos amigos e parentes. Portanto, podemos afirmar que o 2º marquês do Lavradio e seus secretários cuidavam zelosamente da formação dos códigos, selecionando quais missivas deveriam ser copiadas e como os destinatários seriam agrupados.

Ao analisarmos o código PSS_cx_3 verificamos o seu ineditismo, por se tratar de um código ainda não pesquisado pela historiografia luso-brasileira no que diz respeito à correspondência de D. Luís de Almeida, embora o conteúdo de algumas cartas seja conhecido, pois no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) localizamos algumas versões originais das cópias presentes neste código. O exercício de estudar a correspondência em versões originais e cópias, especificamente entre o código PSS_cx_3 e acervo do AHU, nos permite identificar discontinuidades entre elas. Por exemplo, em algumas das cartas

⁴⁴⁷ Conferir a tabela 12.

⁴⁴⁸ Eis os destinatários: Abade do Mosteiro de São Bento, D. José I, Francisco José da Rocha, João Henrique Böhm, José dos Anjos Passos e Luis Antônio de Souza.

presentes no códice e que localizamos no AHU verificamos que as datas, muitas vezes, estão alteradas, além de trechos que foram subtraídos, modificados, acrescentados ou ainda cartas que foram compostas na mesma época e que não constam no copiadore. Portanto, analisar os códices com a possibilidade de compará-lo às versões originais nos permite propor alguns questionamentos que podem estar envolvidos nas intenções de memória estabelecidas por D. Luís de Almeida. Para isso, realizaremos um exercício de análise entre uma carta com versão original e cópia.⁴⁴⁹

No livro PSS_cx_3 no f6lio 152v localizamos o seguinte cabeçalho “Carta de Offiço e Amizade Escrita | ao Conde de Oeyras pelo Navio | S^{ta} Rosa em 23 de Junho | de 1770”⁴⁵⁰ e no AHU encontramos uma carta original autógrafa, letra e assinatura de D. Luís ao conde de Oeyras datada de 26 de Junho de 1770.⁴⁵¹ Ao analisar ambas identificamos algumas semelhanças e diferenças que nos permitem questionar se são ou não a mesma missiva. A parte inicial do primeiro parágrafo é igual,⁴⁵² entretanto, o parágrafo termina de forma diferente, como podemos observar nos trechos em itálico:

PSS_cx_3: Pella Galera por invocação N S.^a de Oliveira | escrevi a V Ex.^a Só de Offiço, querendo deixar Com | valecer a V Ex.^a por mais tempo das minhas Compri | das e impertinentes cartas particulares, porem a | gora me não pode despensar por mais tempo a m.^a | obirgação o continuar em por na prezença de V Ex.^a os | meus repetidos agradecimentos portestando a V Ex.^a q | a minha imcomparavel obrigação, eo quanto procu | rarei Sempre não desmerecer a V Ex.^a o Seu favor, e | porteção; de me V Ex.^a o gosto de boas novas Suas | e de toda a Sua Ex.^{ma} caza, a quem rogo a V Ex.^a | queira aSegurar o meu profundo respeito. |

AHU: Pela Galera por emVocação N.^o S da Oliveira, escrevi a V.Ex.^a de Ofiço | querendo deichar comvalecer a V.Ex.^a por mais tempo das minhas Compridas e em | pertinentes Cartas particulares, porem agora me não pede por mais tempo disper |

⁴⁴⁹ Além disso, ressaltamos que o códice PSS_cx_3 foi transcrito na íntegra, conforme as normas de transcrição estabelecidas nesta tese. Tais normas foram adaptadas às “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, descritas no apêndice 03.

⁴⁵⁰ PT-BN_C_PSS_cx_3_PT-BN_f_152v.

⁴⁵¹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 90, D. 7891.

⁴⁵² Lembramos que não estamos considerando as diferenças ortográficas e gramaticais entre as versões.

ças a m.^{as} obrigação o continuar em por na prezenza de V.Ex.^a
os meos repetidos | agradeçim.^{tos} portestando a V.Ex.^a o meu
reconheçim.^{to} e o quanto procurarei Sempre | não des
mereSerlhe o Seu favor e portegaõ em q tanto Comfio. |

Já o segundo parágrafo é completamente igual. Na sequência, o terceiro começa da mesma forma e após algumas linhas torna-se diferente.

PSS_cx_3: A V Ex.^a dei já conta da minha chegada | a este
Governo, na qual ocazião pouco mais podia dizer | a V Ex.^a
agora participarei a V Ex.^a as forsas em que acho este Estado;
São tam crescidas as despesas | deste Governo (...).

AHU: a V.Ex.^a dei ja Conta da m.^a chegada a este Governo e
naquela | oCaziaõ poco Mais podia deSer a V.Ex.^a, agora
participarei a V.Ex.^a o que acho neste Es | tado que me dá
maior cuidado p.^a V.Ex.^a me dar as Sabias providençias que
neçecito, (...).

A carta apresenta-se escrita de forma diferente deste ponto em diante, embora mantendo o foco em assuntos semelhantes. Na versão do códice o nome dos militares que são mencionados aparece completo, já na versão do AHU os militares são citados através das funções, sem a indicação dos nomes próprios. Além disso, a versão do códice é mais breve e, na do AHU, D. Luís de Almeida marcou o sentido das ditas cartas de amizade, "VEx.^a deve perdoarme a Singeleza Com que lhe escrevo, porem Eu não fa | ço ao Menistro do Estado Eu desafoço o Meu Coraçãõ com o meu Am.^o e o meu Portetor".⁴⁵³ Ao escrever de amizade, apesar do assunto continuar sendo de governo, Lavradio buscava interagir com Oeiras e não com o secretário de estado. Assim, diante destes apontamentos podemos levantar muitas hipóteses para as diferenças e cortes entre a versão autógrafa e a cópia. A primeira conclusão seria desconsiderar a hipótese de se tratar da mesma carta, porém devemos inserir outra versão, o *rascunho*. Neste sentido, acreditamos que a carta primeiramente foi um rascunho e que este foi copiado para o livro, porém, quando Lavradio "passou a limpo" foi

⁴⁵³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 90, D. 7891. A classificação de amizade apenas consta no códice e não na indicação do catálogo do AHU. Portanto, a quantidade de cartas de amizade escritas por Lavradio é maior do que as indicadas nos códices que estamos analisando.

inserindo novas palavras e apontamentos. Um indicativo desta hipótese consta no seguinte trecho, igual nas duas versões:

Goardei p.^a esta Carta o Comonicar a V.Ex.^a alguns particulares per | tençentes a esta Capitania que julguei não devia fiar de Maõ alheia nem Serem | escritos na formalid.^e de Ofiçio, p.^a Sendo V.Ex.^a delles ciente me ordenar o que | Sobre estas Materias devo praticar (...).⁴⁵⁴

Portanto, D. Luís de Almeida afirmou que a carta seria enviada de próprio punho, o que manifestava profunda consideração ao destinatário, e nos permite acreditar que ao escrever a versão que seria enviada, foi alterando o que lhe parecia necessário, na medida em que surgiam novas considerações. Logo, os registros, talvez, não nos indiquem fielmente as cartas lidas pelos destinatários. Por conseguinte, com este breve exercício, que poderia ser mais explorado, percebemos a importância de analisar os documentos em suas materialidades primeira, especialmente, quando o documento em seu contexto de produção apresentava mais de uma versão.

Também devemos considerar as relações estabelecidas entre o código PSS_cx_3 e o livro 1095. A datação inicial de ambos os códigos é 05/05/1768, assim, podemos afirmar que Lavradio manteve paralelamente os livros. No início do registro 1095 identificamos quatro cartas de amizade destinadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado⁴⁵⁵ e cinco ao marquês de Pombal. Por outro lado, nas mesmas datas da escrita de amizade, localizamos cartas de ofício registradas no código PSS_cx_3. Entretanto, após agosto de 1769 não encontramos no código 1095 e no seu sequente, 1096, nenhuma carta aos secretários de estado. Ou seja, após esta data Lavradio e/ou seus secretários definiram que a correspondência aos membros do governo na corte, permaneceria em um livro separado, fosse ela de ofício ou de amizade. Por conseguinte, quando estudamos os códigos e suas formações vamos entrelaçando dados, sendo possível, então, seguir as trajetórias de elaboração dos mesmos e as intenções de Lavradio com tais seleções.

⁴⁵⁴ AHU_ACL_CU_017, Cx. 90, D. 7891.

⁴⁵⁵ Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi secretário de Estado da Marinha e Ultramar e após sua morte foi substituído por Martinho de Melo e Castro, em janeiro de 1770.

A análise da relação existente entre os livros 1095 e PSS_cx_3 não nos indica apenas que em determinado momento D. Luís de Almeida definiu que a escrita de amizade aos membros da administração portuguesa na corte não se misturaria com a enviada aos parentes e familiares. Tal análise nos mostra que o 2º marquês do Lavradio almejava chegar aos distantes, por vias de amizade (particular) e de ofício (pública).⁴⁵⁶ Por exemplo, no dia 29 de julho de 1769, escreveu cinco cartas de ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que constam no códice PSS_cx_3 e ainda escreveu uma de amizade, que faz parte do códice 1095 – seis cartas endereçadas ao mesmo destinatário com propósitos e vias diferentes. Lavradio sentia necessidade de chegar aos secretários através das cartas de ofício e amizade, embora, predominantemente, os temas não se desvinculassem dos assuntos públicos. Mas, o que tal constatação nos sugere da prática de escrita de cartas no Setecentos, no ambiente do governo colonial?

D. Luís de Almeida buscava através das cartas de amizade aperfeiçoar seus vínculos com os secretários, portanto, não deixou de utilizar esta forma mais particular. Lavradio, ao iniciar a carta de amizade de julho de 1769, expressou-se da seguinte forma,

Meu am.^o, e meu S.^r do meu mayor respeito por es | ta Nau me favorece VEx.^a com huá carta sua, e p.^{la} mes | ma Nau me espede VEx.^a as ordens de S Mag.^e em que | evidente mente se conhece que a imconparavel obrigação q | a VEx.^a devo, e a toda sua Ex.^{ma} Caza foraõ o mais efficas ins | trumentos para que a grandeza de S Mag.^e tanto procure | distinguir-me a m.^a inutilid.^{es} que felis meu Ex.^{mo} seria | eu se podem as m.^{as} experçoens, o meu Serviço, os meus | Talentos comresponder as m.^{as} obrigaçoens, eu teria a ma | ior satisfação do meu Destino (...).⁴⁵⁷

E no mesmo dia, manifestou-se de ofício,

Devo agradecer a V Ex.^a a premocão q | S Mag.^e foi Servido Confirmar dos Off.^z | que truge para o Ensino das Tropas desta Cap.,^{nia} | porem ao mesmo tempo que vejo tam generosa | mente premiado o Seu Trabalho me acho | no des Sabor de eu

⁴⁵⁶ Conferir a tabela 13.

⁴⁵⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bahia, 29 de julho de 1769, BR-AN_C_ 1095_f 117v.

os não poder Levar Com | migo para o novo Emprego p.^a que S
Mag.^{de} | me detreminou (...).⁴⁵⁸

Através destes trechos percebemos as diferentes maneiras de D. Luís chegar à corte, diante do mesmo correspondente. Na primeira citação, D. Luís de Almeida posicionou-se frente ao amigo e, no segundo exemplo, o vice-rei estava perante o secretário, cabendo ser direto e pontual em suas intenções.

Os assuntos principais da correspondência do código PSS_cx_3 giram em torno da administração de Lavradio como vice-rei, ainda que constem algumas cartas escritas na Bahia, sobressaindo-se os temas ligados às ações militares de conservação do território. Além disso, o maior número de missivas se concentra no ano de 1770 (21,3%), bem sendo, o primeiro ano de D. Luís como vice-rei.

- PT-BN_C_10624

O registro 10624 está integrado ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e é formado por 221 fólios que reúnem 164 cartas destinadas aos secretários Martinho de Melo e Castro (86) e Sebastião José de Carvalho e Melo (83).⁴⁵⁹ Entretanto, dentre as 164 cartas, cinco foram enviadas a Pombal e a Martinho,⁴⁶⁰ com o mesmo conteúdo, constando no cabeçalho a informação: “ambas do teor seguinte”, conforme a imagem,

⁴⁵⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bahia, 29 de julho de 1769, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 100v.

⁴⁵⁹ A identificação na Biblioteca Nacional de Portugal é a seguinte: Cartas do Vice-Rei do Brasil, Marquês de Lavradio, dirigidas ao Marquês de Pombal e a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado acerca de assuntos de Governo e marinha do Brasil.

⁴⁶⁰ Desse modo, o total de cartas do livro não será igual à soma das cartas para os destinatários. Pois, somamos a quantidade de missivas do seguinte modo: Martinho de Melo e Castro: 81 cartas + 5 = 86 e marquês de Pombal: 78 cartas + 5 = 83.

Cabeçalho – fólio 159v. PT-BN_C_10624.

O código 10624 abriga cartas escritas de julho de 1774 a março de 1777, sendo a primeira datada de 20 de julho de 1774. Neste sentido, podemos afirmar que este registro é a continuação do código PSS_cx_3, já que a última carta copiada neste é de 22 de junho de 1774. Portanto, através das entradas diferenciadas dos catálogos da PT-BN os códigos não são relacionados, especialmente, em função da documentação do código PSS_cx_3 ter sido identificada aos fundos de correspondência privada.

Em relação à distribuição cronológica das missivas o ano de 1775 abrigou o maior número de cartas, 67.⁴⁶¹ Além disso, constatou-se que a última carta, enviada ao secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, está incompleta, porém localizamos no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino a versão integral.

Além das cartas de ofício, o código 10624 contém quatro de amizade, enviadas em 20/07/1774, 13/12/1774,⁴⁶² 01/03/1775 e 20/01/1776⁴⁶³ ao marquês de Pombal. Desse modo, mesmo diante das inúmeras cartas de ofício escritas ao marquês de Pombal, Lavradio sentia necessidade de chegar ao secretário por via mais particular, reforçando os laços de amizade e de proteção que sempre buscou refinar. O *corpus* da tese, para o ano 1774 identificou aproximadamente 20 missivas a Pombal, e mesmo assim, D. Luís de Almeida não

⁴⁶¹ A distribuição cronológica completa dos anos pode ser conferida na tabela 14.

⁴⁶² No cabeçalho da carta de 13/12/1774 não consta a indicação de carta de amizade, porém iremos considerá-la por ter sido escrita com forma semelhante às cartas de amizade.

⁴⁶³ Neste mesmo dia consta uma carta escrita à marquesa de Pombal em BR-BN_C_1096.

deixou de escrever ao secretário por via particular, como ele denominava as cartas de amizade. Eis o primeiro parágrafo da carta de amizade escrita em 13 de dezembro de 1774,

Meu Compadre, meu Protector, e S.^{or} do meu | mayor respeito. *Já de Officio tenho tido a honra nesta ocaziaõ de escrever | a V Ex.^a muito Largamente*, e ainda, que eu veja a muito tempo que a VEx.^a | tomaraõ as minhas defuzas respostas; e que devo não roubar a VEx.^a o tp.^o | inutilmente: as minhas novas obrigaçoés, á generosa piedade, com q | VEx.^a me favorece, e ampara, não permitem, que eu deixe de aparecer na prezença de VEx.^a no meu particular como Marquez do La | vradio, a quem VEx.^a tanto honra e favorece. |⁴⁶⁴

Contudo, não apenas o vice-rei almejava estar diante da presença de Pombal, mas também o marquês do Lavradio, através da sociabilidade epistolar.

Ao se analisar o códice 10624, foi possível traçar relações com documentos de outros grupos. Aproximadamente, 27% das cópias constam no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, além de algumas possuírem relação com a Coleção Brasil. Portanto, para este grupo de missivas, podemos visualizar três momentos da escrita de D. Luís de Almeida: minutas (Coleção Brasil), cópias (C_10624) e original (AHU) – diferentes versões da escrita no seu contexto de produção. Com isso, percebemos as mudanças ou permanências da escrita primeira até o seu envio à corte. Muitas cartas produzidas durante a datação que compreende o códice 10624 não foram registradas no livro e constam no acervo do AHU, assim, os códices não devem ser tratados como representantes fiéis da produção epistolar de D. Luís de Almeida, pois muitas cartas não foram integradas ao livro de copiador.

Para exemplificarmos as etapas de uma carta, faremos um exercício de análise semelhante ao praticado no estudo do códice PSS_cx_3. A carta de amizade enviada ao marquês de Pombal em dezembro de 1774 está registrada no códice 10624 como cópia e na Coleção Brasil como minuta, e ambas possuem o mesmo conteúdo. Entretanto, na versão da Coleção Brasil identificamos a

⁴⁶⁴ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 19.

formação da escrita final, já que contém palavras rasuradas que foram substituídas, as quais foram preenchidas nas entrelinhas. Assim, citaremos o seguinte trecho da Coleção Brasil,

me acho em hum Lugar taõ | destinto; e neste encarregado dos negocios da mayor importan | ~~tes~~ cia e athe agora sem servirem de mayor prejuizo os meos desa | certos: e facil [palavras rasuradas] e deste modo facil será q todos venhaõ no conhecimento, de q | tudo devo à sabia, e generosa maõ de VEx.^a Ella me subio | à este lugar: e p^a favorecerme suprimindo a m.^a inabelid.^e ella conduz os meos passos; e ella escreve os | Sabios dictames de q hé eu sou inseparavel a m^a obediencia; finalm.^{te} ella fas q | hum tronco insautifeo⁴⁶⁵ inutil, se mostre aos olhos de todos | em fegura menos desagradavel. |⁴⁶⁶

O que está em destaque foi escrito nas entrelinhas da minuta. Portanto, palavras foram rasuradas e substituídas e quando a carta foi copiada no registro 10624 constou a substituição,

me acho em hum Lugar taõ destinto; e neste encarre | gado dos negocios da mayor importancia, e athe agora sem ser || [f 19v] Servirme de mayor prejuizo os meus desacertos: E deste modo | facil serâ, que todos venhaõ no conhecimento, de que tudo devo | á sabia, e generosa maõ de VEx.^a Ella me subio á este Lugar, e p.^a | favorecerme suprimindo a minha inabelidade. Ella condus os | meus passos; e ella escreve os Sabios dictames de que hé insepá | ravel a minha obediencia; ella finalmente faz, que hum tronco | inutil, se mostre aos Olhos de todos em fegura menos desagrada | vel. |⁴⁶⁷

Consideramos que as palavras acrescentadas à minuta tiveram o objetivo de enaltecer Pombal e tornar a escrita mais veemente em seus objetivos. Além disso, revelam as etapas da escrita, pois quando D. Luís, certamente, ditou a primeira vez, não utilizou tais palavras, porém, no segundo momento, ao ler a

⁴⁶⁵ Esta palavra foi suprimida no copiadador.

⁴⁶⁶ Grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1774, PT-BN_Col_Brasil_nº 15. (As referências à Coleção Brasil estão de acordo com o catálogo que ainda não foi publicado e que está em preparação na Biblioteca Nacional, em Lisboa, sob a orientação do Prof. Tiago dos Reis Miranda).

⁴⁶⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 19.

missiva, achou pertinente que outras palavras dessem mais ênfase as suas intenções.

Ainda entre o códice 10624 e a Coleção Brasil existe outra trama. Em uma das minutas que formam a Coleção Brasil, consta a seguinte informação, “A pr^a V^a na Santigua. | A seg^{da} no Correyo do mar | Mart^o de Mello | Reg^{da} a p 39f”. Estes dados indicam as formas de envio das vias, sendo a primeira enviada através da embarcação *Santigua*, e a segunda através do *Correio*, encaminhado ao secretário Martinho de Melo e Castro. O registro “p 39f” faz referência ao local onde a minuta foi copiada. Portanto, identificamos que o fólio 39, indicado na minuta, pertence ao livro 10624, ou seja, assinala a folha do livro de copiador na qual a minuta foi registrada. Cabe lembrar que algumas minutas da coleção oferecem essa informação, com isso, verificamos a organização do secretário e os processos de guarda e envio da documentação em suas diferentes versões.

O livro 10624, de modo semelhante ao códice PSS_cx_3, abriga cartas que relatam os pormenores da administração empreendida por D. Luís de Almeida, retratando o vai e vai de cartas entre as margens do Atlântico para que o governo português se fizesse presente no Brasil e fosse efetivado o controle da colônia, através da preservação do território e do domínio dos recursos extraídos e produzidos. Os problemas, os erros, as dúvidas, as dificuldades da administração, tudo isso, ficou retratado nas palavras materializadas na correspondência de D. Luís. Portanto, tratava-se de um governo de cartas. Eis o que consta na missiva de 23 de fevereiro de 1775, enviada ao secretário Martinho de Melo e Castro,

V.Ex.^a desculpe o extenço desta Carta, e o tratar | nele materias muito differrentes das que me estão emcombidas; | porem o zelo e amor que me deve a Patria, em que tive a incom | paravel honra de nascer e a que me deve o serviço do nosso Agus | tissimo Amo me poêm na precisa obrigação de pôr na Sua | Real prezença tudo o que me parece poderâ rezultar mayorez | ventagens á todo este Estado. |⁴⁶⁸

⁴⁶⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1775, PT-BN_C_10624_f 45.

Através da prática epistolar, Lavradio não representava somente aquilo que era obrigado. Ele enaltecia a honra de nascer português, sentimento que o impulsionava a amar e zelar pela pátria, manifestando suas sensibilidades escrevendo e governando em nome do rei.

Doravante, analisaremos o último códice-registro do *corpus*.

- PT-BN_C_10631

O códice 10631⁴⁶⁹ pertence ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal⁴⁷⁰ e é formado por 167 cópias, além de dois atos de nomeação e quatro cartas circulares.⁴⁷¹ A primeira carta foi escrita em 23 de outubro de 1776 e destinada ao governador da capitania da Bahia, Manoel da Cunha e Menezes; a antepenúltima a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, governador de Santa Catarina, em fevereiro de 1779, e a última a Miguel de Azevedo, em abril de 1778. Portanto, a última carta não seguiu a ordem cronológica mantida no livro e está relacionada à nomeação de Vicente José de Vellasco Molina, já que Lavradio solicitou que Miguel de Azevedo oferecesse a assistência necessária ao serviço de demarcação que Molina iria desenvolver. Portanto, os limites cronológicos do livro vão de 23 de outubro de 1776 a 19 de fevereiro de 1779, e

⁴⁶⁹ O livro 10631 é formado por 250 fólios, entretanto, não foi preenchido na íntegra, do fólio 229v ao 250v as folhas estão em branco. A paginação numérica dos fólios é contemporânea, realizada pela PT-BN.

⁴⁷⁰ Consta no acervo com a seguinte referência: *Cartas do Marquês de Lavradio, 11º Vice-Rei do Brasil dirigidas aos Governadores de várias capitanias do Brasil sobre assuntos respeitantes ao Governo e defesa das mesmas*.

⁴⁷¹ Nos atos consta a nomeação de Vicente José de Vellasco Molina, como comissário para se deslocar a Buenos Aires e cuidar das questões de demarcação das fronteiras, e de Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, para receber a ilha de Santa Catarina da ocupação espanhola. PT-BN_C_10631_f 183-183v. As nomeações possuem a mesma datação: 25/04/1778. Já as cartas circulares foram enviadas aos governadores da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e aos juízes ordinários e mais oficiais da câmara da vila de Laguna e da vila do Rio São Francisco. Eis a descrição das cartas circulares: [f 36] 10/12/1776: Governadores da Bahia, Pernambuco, São Paulo (Manuel da Cunha e Menezes, José César de Menezes e Martim Lopes Lobo de Saldanha). [f 140] 11/08/1777: Governadores da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Manuel da Cunha e Menezes, José Cesar de Menezes, Martim Lopes Lobo de Saldanha, Antônio de Noronha, Goiás? e Mato Grosso?). [f 163v] 15/02/1778: Governadores da Bahia e de Pernambuco. [177v] 23/04/1778: Juízes ordinários e mais oficiais da câmara da vila de Laguna e da vila do Rio São Francisco.

o ano de 1777 se consagrou com o maior número de cartas: 41,5%.⁴⁷² Certamente, o ano de 1777 foi muito simbólico para a administração de D. Luís de Almeida, diante dos conflitos na América meridional com os castelhanos, resultando na perda da ilha de Santa Catarina.

As missivas registradas no códice foram enviadas a 44 destinatários, distribuídos entre governadores e militares responsáveis pela conservação e preservação do Brasil, além de militares espanhóis, ligados aos conflitos meridionais. Os principais destinatários foram: Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, João Henrique Böhm, Roberto MacDouall,⁴⁷³ Manuel da Cunha e Menezes, Martim Lopes Lobo de Saldanha e Pedro de Cevallos. Sendo Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo, o que recebeu o maior número de cartas, 21.⁴⁷⁴

As cartas que pertencem ao códice 10631 nos permitem analisar como D. Luís de Almeida se relacionou com os outros governadores do Brasil, que aparentemente deveriam ser subalternos do vice-rei da colônia – questão bastante problemática na administração de Lavradio e que será tratada no terceiro capítulo. Também nos permitem traçar relações entre a escrita de ofício e de amizade, pois para alguns dos destinatários, como Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Antônio de Noronha, Manuel da Cunha e Menezes e Martim Lopes Lobo de Saldanha, possuímos as cartas de amizade dos códices 1095 e 1096. Uma das missivas escritas ao militar Antônio Carlos Furtado de Mendonça,⁴⁷⁵ em 08 de março de 1777, apresenta uma singularidade, no encerramento podemos ler: “*esta carta não chegou a ser entregue*”.⁴⁷⁶ A carta anterior a esta foi composta em 04 de fevereiro de 1777 e consta no primeiro parágrafo,

III.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or} A preça com q estou naõ | premite q eu possa escrever a V.E.^a com maiz extençaõ | Serve esta só de avizar a

⁴⁷² A distribuição cronológica completa dos anos pode ser conferida na tabela 15.

⁴⁷³ A grafia do nome do comandante da esquadra portuguesa aparece de diversas maneiras nos documentos e bibliografia do tema: MakDouall, MakDowall, Mac Douall, MacDouall, etc. Com isso, optaremos pela grafia utilizada na obra de Daril Alden, ou seja, *MacDouall*. Porém, nas citações a grafia será mantida conforme os documentos e/ou bibliografia.

⁴⁷⁴ Conferir a tabela 16 com a lista completa dos destinatários do códice 10631.

⁴⁷⁵ Neste período, Antônio Carlos Furtado de Mendonça ocupava o posto de militar responsável pela defesa da ilha de Santa Catarina – general comandante.

⁴⁷⁶ PT-BN_C_10631_f 71.

V.E.^a, que todas as novas publi | cas daõ por certa a Sahida da
Esquadra de Cadiz | no dia 12 ou 13 de Novembro, e q deitara
a Sua Proá | p.^a America.⁴⁷⁷

Lavradio confirmou que a esquadra castelhana que se preparava rumo à América já tinha partido. Porém, em 04 de fevereiro a esquadra já estava muito próxima à ilha de Santa Catarina, invadindo-a no final de fevereiro. Eis o parágrafo inicial da carta *não entregue*,

Ill.^{mo} e E.^{mo} S.^{or} No dia 6 do Corr.^e | recebi a Carta de V.E.^a de
20 do mes passado, e no dia | de hoje receby a q. V.E.^a me
escreveo no dia 22. | As not.^{as} q.^e V.E.^a me participa em huá, e
outra Car | ta, me deixaõ naq.^{le} cuidado e consternação q. V.E.^a
| pode supor.⁴⁷⁸

Ou seja, a ilha tinha sido invadida e entregue aos castelhanos. Na continuação da missiva, D. Luís escreveu,

Ao Gen.^{al} de S. Paulo expedi | ja Ordenz, p.^a Socorrer a V.E.^a
na certeza, q eu | hei de fazer os mayores exforçoz q me forem
pos | siveis, p.^a q V.E.^a consiga p.^a S^y; p.^a o Est.^o, | e p.^a a
Nasção, a gloria em q eu tenho o mayor | interece.⁴⁷⁹

Mas, a missiva não foi entregue e Furtado de Mendonça não ficou sabendo que D. Luís tinha interesse em “fazer os mayores exforçoz”. Esta carta foi a última inserida no códice endereçada ao militar, mesmo porque depois do ocorrido em fevereiro, Furtado de Mendonça chegou ao Rio de Janeiro em abril de 1777 na condição de prisioneiro, ao ser um dos acusados pela perda da ilha aos castelhanos – assunto que será abordado no próximo capítulo. Assim, mesmo que a cópia registre que o original não foi entregue, a missiva nos permite perscrutar as sinuosidades da prática epistolar.

⁴⁷⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1777, PT-BN_C_10631_f 58.

⁴⁷⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 08 de março de 1777, PT-BN_C_10631_f 70v.

⁴⁷⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 08 de março de 1777, PT-BN_C_10631_f 70v.

Os cabeçalhos das cartas registradas no códice 10631 são mais simples do que os presentes nos livros que analisamos anteriormente. Nestes consta apenas o destinatário da missiva, sem informações referentes ao modo como foi enviada e sem datação,⁴⁸⁰ como vemos na imagem abaixo.

Cabeçalho – fólio 07. PT-BN_C_10631.

Outra observação que fazemos em relação às cópias deste códice é a presença continua de *post-scriptum* que nos possibilita analisar a movimentação administrativa do vice-reino através da produção epistolar. Pois os *post-scripta*, geralmente, eram compostos em função da chegada de embarcações que traziam novas missivas, assim, outras considerações necessitavam ser registradas na correspondência já escrita. No exemplo que segue, a missiva possui dois *post-scripta*, o primeiro desdobrou algumas ideias presentes na carta, e o segundo informou,

P.S.// Depoiz | desta Carta feichada me chegaraõ de S.^{ta} Cathar.^a | as not.^{az} q.^e V.E.^a verá das Copias q. remetto. R.^o de Ja- | neiro a 5 de Agosto de 1777_ |⁴⁸¹

Esta carta começou a ser escrita no dia 03 e terminou no dia 05 de agosto. No próximo exemplo, a distância cronológica foi maior, a primeira data registrada foi 25 de junho,

⁴⁸⁰ A datação das missivas do códice 10631 consta no encerramento das mesmas.

⁴⁸¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1777, PT-BN_C_10631_f 138.

P.S:// Esta Carta esta feita desde o tp.º da Sua data | porem alguns embarassoiz tem havido p.ª a Sua re- | messa. R.º de Janr.º a 21 de Julho de 1777_ |⁴⁸²

Portanto, esta missiva ficou em aberto por quase um mês, em virtude do movimento das embarcações.

Com a análise do códice 10631 terminamos o estudo do grupo de códices-registros que compõem o *corpus*. Enfatizamos que a disposição de análise buscou integrar os códices entre si, através de características cronológicas, onomásticas e de tipologia epistolar – cartas de ofício e cartas de amizade.⁴⁸³

⁴⁸² Carta do 2º marquês do Lavradio a Manuel da Costa da Silveira, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1777, PT-BN_C_10631_f 124.

⁴⁸³ Além dos documentos descritos no *corpus* que pertencem à custódia da Biblioteca Nacional de Portugal, outros foram estudados em perspectiva secundária – códices 10614 e PBA 638. O códice 10614 classificado como *Cartas do expediente* é formado por breves missivas de expediente que circularam dentro da capitania do Rio de Janeiro. Os correspondentes foram mestres de campo, desembargadores, abades, juizes ordinários e ouvidores. Por se tratar de despachos ordinários são cartas interessantes por revelarem os pormenores da administração, mas que excedem aos objetivos desta pesquisa. O códice PBA 638 pertence à coleção Pombalina e é formado por documentos originais e cópias, portanto, não se trata de um códice registro, característica comum nos códices da coleção Pombalina. O livro PBA 638 é formado por *auto de exames*, documentos que relatavam os pedidos de permissão de embarcações inglesas para atracarem no porto do Rio de Janeiro, deste modo, muitas das cartas estão em inglês. Alguns autos apontam as estratégias obscuras dos ingleses para obter a licença – alegavam a presença de tripulantes doentes ou a falta de água potável. Embora os assuntos tematizados sejam relevantes, não estudaremos minuciosamente este códice por se tratar de um aspecto muito específico, a relação de Lavradio com os navios ingleses, enquanto objetivamos estudar o governo de D. Luís de Almeida na sua relação com a escrita de cartas, no Setecentos colonial. Conferir na lista de Fontes a referência completa dos códices.

- PT-ACL_C_630

O código 630 pertence ao acervo de manuscritos da Academia de Ciência de Lisboa,⁴⁸⁴ identificado como *Colecção das ordens e instruções dadas a Roberto MacDonall, encarregado da defesa do porto de Santa Catarina*,⁴⁸⁵ porém, o código oferece mais do que o título anuncia. O livro 630 é diferente dos cinco códigos que acabamos de analisar, pois não se trata de um registro, mas de um código formado através da reunião de documentos, ou seja, os documentos foram encadernados posteriormente, portanto, trata-se, segundo a arquivística, de um código inautêntico.

A estrutura da compilação segue a descrição do que podemos chamar de *carta de abertura* – missiva de D. Luís de Almeida ao desembargador Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, escrita em 11 de abril de 1778. Nesta longa e descritiva correspondência, D. Luís anunciou que o desembargador seria o responsável pela devassa do que tinha acontecido na ilha de Santa Catarina, quando foi invadida pelos castelhanos, especialmente, seria o responsável pela averiguação das ações praticadas pelo comandante da esquadra portuguesa, Roberto MacDouall.

Em carta de 18 de maio de 1778, pertencente ao acervo do AHU, D. Luís de Almeida escreveu ao secretário Martinho de Melo e Castro dizendo, nomeei o “Dez.^{or} Nicolaô Joaq.^m, para formalizar | o Corpo de Delicto na conformidade que de Ordem da Raynha M.^a | Senr.^a V.E.^a me detremina”⁴⁸⁶ – a escrita da carta de abertura, do código 630, foi o cumprimento de uma ordem recebida da corte. Diante disto, Lavradio explicou ao desembargador o sentido dos documentos (cartas, ordens e instruções) reunidos para a formação do corpo delito, que foi a base da devassa que o desembargador empreenderia. Assim, D. Luís de Almeida,

⁴⁸⁴ Doravante: ACL.

⁴⁸⁵ A referência do código 630 no catálogo *Série Azul* da Academia de Ciências de Lisboa é a seguinte: 630 - *Colecção das ordens e instruções dadas a Roberto MacDonall, encarregado da defesa do porto de Santa Catarina*. que à R. Presença da Raynha fes subir o Marquez de Lavradio Vice-Rey no Rio de Janeiro, por Ordem da mesma Senhora / [por] Roberto Mak Donall- Rio de Janeiro, 1775-1777 - 282 fls. de texto nums. a lápis + 2 fls. em branco inums.; *in fol.* [347 x 221 mm].

⁴⁸⁶ Carta do 2º marquês do Lavrado a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

além de reunir os documentos – especialmente, a correspondência trocada entre ele e o comandante – foi manifestando sua opinião no decorrer da carta de abertura, não sendo imparcial na formação do dossiê, o que veremos no próximo capítulo.

D. Luís de Almeida, ao enviar a ordem de formação da devassa ao desembargador, expediu os documentos que foram referenciados na missiva, isto é, os anexos, denominados por ele como apensos. Estes documentos encaminhados pelo vice-rei, posteriormente, foram compilados e encadernados em livro, sendo a carta enviada ao desembargador o primeiro documento, e na sequência copiou-se as cópias anunciadas na carta.⁴⁸⁷ Por exemplo, no códice encontramos a cópia do documento que Lavradio denominou como número 23, conforme a imagem:

Documento 23 - fólio 120. PT-ACL_C_630.

E na sequência ao documento 23, constam os apensos. Entretanto, ressaltamos que a carta de abertura elucidou 47 documentos e inúmeros anexos, mas nem todos foram agregados ao códice. O que não significa que não tenham sido enviados ao desembargador, já que a ordenação do dossiê em códice é posterior. Porém, o que nos permite afirmar que a formação do códice é posterior? Especialmente, os aspectos materiais de encadernação e a presença da folha de rosto, nomeando o dossiê de *Colecção das ordens e instruções dadas a Roberto MacDonall (...)*.⁴⁸⁸

⁴⁸⁷ A ACL desconhece a origem do códice e a forma como passou a pertencer ao acervo da instituição.

⁴⁸⁸ Além disso, podemos considerar outra questão, os últimos documentos do códice são minutas de relações e termos produzidos para a averiguação do rateio de embarcações estrangeiras, apreendidas por portuguesas nas proximidades da ilha de Santa Catarina. O que não foi

A missiva de Lavradio enviada ao desembargador – *carta de abertura* – está incompleta. Entretanto, localizamos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, uma versão escrita com letra de secretário e assinatura de Lavradio, mas também incompleta. Por conseguinte, unimos as partes e obtivemos o texto na íntegra. Na versão do AN falta o início da carta, já no livro 630 o final. As versões, basicamente, apresentam o mesmo texto, contudo, na versão do AN foi suprimido o seguinte trecho, que consta apenas no códice 630: “To | do o mais contexto da carta não serve q de huá prova evidente do | quanto a culpa, q o Chefe conhece em si, o está confundindo”.⁴⁸⁹ Portanto, podemos supor que existiu uma minuta que deu origem as versões do códice e do AN. Assim, a supressão pode ter sido um erro do secretário-copista ou um corte proposital, o que não podemos afirmar.

O códice 630 pode ser considerado um documento inédito para os estudos do tormentoso ano de 1777 na administração de Lavradio. Na carta de abertura e nos apensos, constatamos as estratégias do vice-rei para encontrar um culpado pela perda do território, com a entrega da ilha de Santa Catarina aos castelhanos.⁴⁹⁰ Além disso, os documentos cobrem um período de dois anos de troca epistolar entre o vice-rei e o comandante da esquadra – maio de 1775 a agosto de 1777. Ainda ressaltamos que algumas das cartas presentes no livro 630 possuem versões no acervo do AHU. Contudo, devemos considerar que a escrita de Lavradio sobreviveu através de diferentes versões – D. Luís de Almeida na intenção de comunicar materializou palavras, primeiramente como minuta, depois como versões originais que se desdobraram em cópias, e hoje em transcrições diplomáticas ou não, distintas faces da escrita que nos indicam processos de reprodução e guarda.⁴⁹¹

mencionado na *carta de abertura*, porém foi um tema presente no processo de acusação do comandante por parte do 2º marquês do Lavradio.

⁴⁸⁹ Microfilme 024-97_RD 9.

⁴⁹⁰ Questão que analisaremos no terceiro capítulo.

⁴⁹¹ Para Leonardo Marcotulio, que também estuda a correspondência de D. Luís de Almeida, “Dentre os tipos de edição existentes, Spina (1977) (*apud* Bassetto, 2001:60) define a edição diplomática como uma “reprodução tipográfica do original manuscrito como se fosse completa e perfeita cópia do mesmo na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas”. Este tipo de edição pode ser justificado pela necessidade de tornar o documento acessível a um maior número de interessados e evitar maiores danos à fonte, além de tornar o texto de fácil leitura. Recomenda-se que a edição diplomática seja acompanhada do *fac-símile* do original para que se possa comparar a reprodução tipográfica com os

Além do códice 630, o acervo da Academia de Ciência de Lisboa custodia outro de caráter inédito para os estudos do governo do 2º marquês do Lavradio e suas relações com os conflitos territoriais.⁴⁹² Trata-se do códice 563, denominado “Proceso verbal de que hê | Rêo o | Roberto Mac douall |”,⁴⁹³ reunindo o processo de julgamento do comandante da esquadra portuguesa, Roberto MacDouall, diante da acusação pela invasão na ilha de Santa Catarina. Portanto, o códice 563 abriga o processo que tratou das acusações e investigações em relação à culpabilidade ou não do comandante. O inquérito de acusação começou em novembro de 1778, no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa, e foi concluído em maio de 1779, sendo Guilherme Baptista Garra, auditor geral da marinha, nomeado pela rainha D. Maria I, para o Conselho de Guerra que cuidou do processo.

A importância do estudo deste códice é relacioná-lo ao 630. Pois, basicamente, as perguntas que compuseram o processo contra MacDouall – os 31 interrogatórios que foram inquiridos no Conselho de Guerra – seguem a ordem dos apontamentos de D. Luís de Almeida na *carta de abertura* do códice 630, ou seja, da carta enviada ao desembargador Nicolau Joaquim de Miranda e Silva.

O códice 563 está sendo considerado inédito porque a historiografia que analisou o ocorrido em 1777 não utilizou este documento.⁴⁹⁴ Na importante pesquisa de Dauril Alden, publicada em 1968,⁴⁹⁵ o autor citou a sentença final atribuída ao comandante, depois de julgado em Lisboa, documento guardado no

aspectos paleográficos do manuscrito”. In: MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Itaca, 2010. pp. 108.

⁴⁹² Cabe destacar que consideramos os códices pesquisados na Academia de Ciência de Lisboa como inéditos por não terem sido citados por renomados estudos do tema, como o desenvolvido pelo pesquisador Dauril Alden. Além disso, grande parte da compilação denominada *Série Azul* da ACL é formada por inéditos.

⁴⁹³ O códice 563 é formado por 130 fólios e consta no catálogo *Série Azul* de manuscritos da ACL com a seguinte referência: 563 - Processo Verbal de que é reu Roberto Macdonall. Proceso verbal de que hê Rêo Roberto Macdonall / [S.a.]. - Lisboa, 1778. - 1 fl. em branco inum. + 130 fls. de texto nums. a lápis + 1 fl. em branco inum.; 4º [215 x 169 mm]. O livro foi digitalizado com financiamento da Reserva Técnica da Bolsa de Doutorado concedida pela FAPESP e transcrito na íntegra.

⁴⁹⁴ Ressaltamos que o códice 563 não foi inserido na lista do *corpus* principal da tese por se tratar de um códice que abriga um único documento e não um grupo de cartas. Embora seja um documento de incomparável relevância para as intenções desta pesquisa.

⁴⁹⁵ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: U. California Press, 1968.

acervo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.⁴⁹⁶ Por conseguinte, no códice 563 está incluído o processo completo e não apenas a sentença final.⁴⁹⁷

Por fim, encerramos a análise dos códices do *corpus* principal, considerando, a materialidade, a formação, a guarda e o conteúdo de cada um deles. Agora passaremos a estudar as coleções.

- Fundo Marquês do Lavradio – BR-AN

O volumoso Fundo marquês do Lavradio, hoje guardado no Arquivo Nacional, é formado por uma quantidade expressiva de diferentes documentos: minutas, originais e cópias – entre correspondência avulsa, códices, além de mapas e relações.⁴⁹⁸ Em 1995 o fundo foi doado ao AN pela Academia Brasileira de Letras, que o adquiriu do espólio do pesquisador Marcos Carneiro de Mendonça.⁴⁹⁹ Portanto, o Fundo marquês do Lavradio pertencia ao Arquivo do Cosme Velho,⁵⁰⁰ propriedade de Mendonça e de sua esposa, Anna Amélia.

Os limites cronológicos do fundo vão de 1758 a 1791, abrangendo documentos que antecedem a chegada de D. Luís de Almeida à América, 1768, e outros que são posteriores a sua partida, 1779. Ao ingressar no AN, o fundo foi organizado e recebeu seriações por assunto e espécie documental, embora ainda

⁴⁹⁶ O documento faz parte da seguinte referência: I-31, 26, 1. Conferir a lista das Fontes.

⁴⁹⁷ Assim, as versões da sentença final, acervo da ACL e da BR-BN, foram comparadas e oferecem o mesmo conteúdo, porém, no acervo da BR-BN encontramos a lista dos militares que compuseram o Conselho de Guerra e que assinaram a sentença final e no 563 consta apenas a indicação de Guilherme Baptista Garra, o auditor.

⁴⁹⁸ O estado de conservação do fundo é relativamente bom, embora alguns documentos apresentem migração da tinta ferrogálica, o que dificulta de modo expressivo a leitura.

⁴⁹⁹ Marcos Cláudio Carneiro de Mendonça nasceu em 1894, em Cataguazes (MG) e faleceu em 1988, no Rio de Janeiro. Foi atleta, engenheiro, industrial, historiador e conferencista. Sua formação em história foi autodidata. Durante sua vida, comprou diversos documentos do século XVIII, entre eles os relacionados ao marquês de Pombal e ao marquês do Lavradio, com isso, constituiu o acervo do Arquivo do Cosme Velho.

⁵⁰⁰ Segundo as considerações de Francisco Ruas Santos, “em síntese: o Arquivo do Cosme Velho é uma prova impressionante do que é possível conseguir através da pesquisa histórica bem exercida, e melhor exercida, sobre fontes primárias”, já que Mendonça comprou e copiou muitos documentos referentes ao período colonial brasileiro. In: SANTOS, Francisco Ruas. Arquivo do Cosme Velho – texto introdutório. In: POMBAL, Sebastião José de Carvalho e Mello, marquês de. *Aula do Commercio*. Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do Arquivo Cosme Velho, anotado e comentado por Marcos Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982. s/p.

mantenha registrada a identificação do Arquivo do Cosme Velho.⁵⁰¹ Conforme o inventário publicado pelo AN, em 1999, o fundo está organizado da seguinte maneira: Correspondência ativa, Correspondência passiva, Correspondência de terceiros, Contabilidade, Desenvolvimento agromanufatureiro, Demarcação e defesa de fronteiras, Legislação, Recenseamento e Fiscalização de navegação.⁵⁰² Para esta pesquisa, nos interessou os grupos de correspondência, assim, selecionamos 37 cartas que foram analisadas e transcritas, e entre os principais correspondentes estão: Sebastião José de Carvalho e Melo, Martinho de Melo e Castro, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Antônio de Noronha, José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches (conde de Valadares) e Roberto MacDouall.⁵⁰³

O estudo do fundo marquês do Lavradio nos indica algumas considerações em relação à produção epistolar de D. Luís de Almeida. Verificamos no fundo algumas missivas compostas da mesma forma que as cartas de amizade registradas nos códices 1095 e 1096, sem terem a indicação de amizade. Assim, não podemos reduzir a escrita de amizade de D. Luís ao indicado nos códices. Em dois grupos de correspondência do fundo, formados por cartas enviadas aos governadores de capitanias próximas ao Rio de Janeiro, D. Luís iniciou algumas cartas na forma de ofício e outras em forma de amizade. Por exemplo, podemos analisar a carta escrita ao conde de Valadares,

Carta ao Snr. General de Minas |
Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Meo Primo, e Snr. do Coração. | No dia de
hoje [entre linhas] dezertaraõ trez Soldados desta Praça, sem
se saber para donde (...) Dezejarei ter muitaz occasioéz de
servir | *a V Ex.^a, para mostrar a grande vontade que tenho de*
dar gosto a V Ex.^a | Deos guarde a V Ex.^a R.^o de Janeiro a 9 de
Janeiro de 1772 | Marquez do Lavradio // Snr' Conde de
Valadarez. |⁵⁰⁴

⁵⁰¹ Em alguns documentos constam anotações de Marcos Carneiro de Mendonça, o que não compromete a validação documental ou a leitura.

⁵⁰² *Fundo marquês do Lavradio: Inventário*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

⁵⁰³ No acervo do Arquivo Nacional, além dos códices 1095, 1096 e Fundo Marquês do Lavradio, existem outros fundos e códices que possuem documentos referentes ao 2º marquês do Lavradio e que também foram consultados. Conferir a lista de Fontes.

⁵⁰⁴ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Valadares, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1772, BR-AN_FML_RD_2.93.

Na cópia desta carta não consta nenhuma indicação de ter sido uma carta de amizade. Por outro lado, no mesmo ano de 1772 localizamos duas cartas de amizade que fazem parte do códice 1095 e uma do 1096, enviadas ao conde de Valadares. No exemplo da missiva copiado no códice 1096, basicamente, a carta começou e terminou com as mesmas formas utilizadas na carta presente no fundo, como podemos observar,

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or} |
Meo Primo, meo Amigo, e meo S.^r. No dia de hontem recebi as
Car | tas de VEx.^a pertencentes ao prezo de Diamantez (...) Esta
naõ | Se dirige mais que a pedir a VEx.^a novaz suaz, e a
segurar-lhe o quanto | estaz me saõ estimaveiz; e a
grandissima vontade com que sem | pre me tem prompto para
em tudo lhe dar Gosto. Deos guarde a | VEx.^a R.^o de Janr.^o |
Marquez do Lavradio | Snr Conde de Valladarez |⁵⁰⁵

A semelhança entre as formas excede o início e o fim da carta, já que os assuntos das missivas se interpenetram entre temas particulares e questões de governo. Podemos afirmar que D. Luís de Almeida e seus secretários escolheram algumas cartas para serem copiadas em um códice exclusivo de missivas de amizade e outras foram registradas entre a documentação de governo. Desse modo, constatamos que as diferenças entre um grupo e outro são trechos, muitas vezes pequenos, nos quais Lavradio expunha um pouco mais de sua vida particular, comentando em relação a sua saúde ou notícias familiares vindas de Lisboa, por exemplo. Mas, são traços muito tênues e que se mesclam entre assuntos de ordens militares e de defesa territorial. Tais questões nos levam a considerar que D. Luís de Almeida através de sua escrita de ofício e de amizade, sentiu e governou, compartilhou seus anseios como vice-rei e como Lavradio, e assim, nos permite visualizar a sociabilidade setecentista em torno da prática epistolar. Então, estudar a escrita de D. Luís de Almeida em diferentes materialidades nos mostra que relacionar códices entre si e entre avulsos amplia a perspectiva que podemos ter da produção epistolar do vice-rei, além de constatar que a tipologia documental, carta de amizade – carta de ofício, não

⁵⁰⁵ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Valadares, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1772, BR-AN_C_1096_f 19.

encerra o sentido da escrita, diante da frágil barreira que dividia a vida pública da particular.

Com tais reflexões objetivamos mostrar que estudar a materialidade da correspondência de D. Luís de Almeida e o meio como chegou a nossa leitura, são fatores importantes para a compreensão das sociabilidades e da prática epistolar setecentistas.

- Coleção Brasil caixa 1 e 2 – PT-BN

A Coleção Brasil está identificada na Biblioteca Nacional de Portugal como *Cartas de ofício, ordens, mapas, etc. relativos ao Brasil (...)*, sendo a maior parte da documentação referente a D. Luís de Almeida.⁵⁰⁶ Há pouco tempo, foi organizada e as duas caixas, que abrigam a coleção, foram divididas em 109 pastas, nas quais os documentos foram dispostos em ordem cronológica e de correspondente – o catálogo ainda não foi publicado.⁵⁰⁷

A Coleção Brasil é formada por um número considerável de documentos avulsos, entre: minutas, originais e cópias, os quais estão datados principalmente no século XVIII.⁵⁰⁸ A maior particularidade da coleção concentra-se na expressiva quantidade de minutas que apresentam trechos rasurados e escritos nas entrelinhas, com isso, podemos acompanhar, em alguns exemplos, a composição da carta, através dos cortes e substituições realizadas pelo marquês do Lavradio e/ou por seus secretários. Além do exemplo que já descrevemos durante a análise do livro 10624, poderíamos citar outros, como a carta de amizade

⁵⁰⁶ Cartas de ofício, ordens, mapas, etc. relativos ao Brasil. Grande parte desta documentação é relativa ao 2º Marquês do Lavradio, (...) D. Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas, foi 11º vice-rei do Brasil, de 1769 a 1779; existe também um copiadore cartas de ofício compreendidas entre 1768-1774. In: *Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*. Introdução e Organização: Lígia de Azevedo Martins [et al]. Lisboa: Instituto da BN e do Livro, 1994. pp. 313. Conferir a análise do PSS_cx_3.

⁵⁰⁷ Em 2008, no primeiro contato com a Coleção Brasil, a documentação ainda não estava organizada. Porém, quando pesquisamos em 2010 as caixas já possuíam a organização em pastas. Agradeço com imensa consideração ao Prof. Tiago Reis Miranda por ter indicado a Coleção Brasil e, posteriormente, junto da pesquisadora Érika Simone de Almeida Carlos Dias, ter disponibilizado o catálogo, ainda em construção.

⁵⁰⁸ Faz parte da Coleção um documento com datação do século XVII e outro do XIX.

enviada ao marquês de Pombal, datada de 01 de março de 1775, no livro 10624, e na minuta da Coleção Brasil, consta como 08 de março, embora o conteúdo de ambas seja igual. Neste sentido, até mesmo a datação exata da correspondência pode ser algo relativo quando possuímos diferentes fases da mesma intenção de comunicar.

Cabe lembrar que os papéis da Coleção Brasil são inéditos aos estudos da correspondência de D. Luís de Almeida, embora algumas das minutas tenham seu conteúdo conhecido, através das versões originais presentes no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino.⁵⁰⁹ Outra particularidade é a presença de algumas cartas passivas, que nos permitem percorrer a trajetória da troca epistolar entre Lavradio e seus correspondentes, como as missivas de José de Almeida de Vasconcelos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e Pedro José de Noronha (marquês de Angeja).⁵¹⁰

Fazem parte da Coleção Brasil seis cartas de Angeja a Lavradio – três foram respostas às cartas enviadas por D. Luís e que constam registradas no copiador 1096. As missivas de Angeja são originais, escritas com letra de secretário, porém com assinatura e consideração feitas de próprio punho – uma marca expressiva das sociabilidades cortesãs, indicando distinção do remetente ao destinatário.⁵¹¹

Entre Angeja e Lavradio, os laços de amizade tornaram-se mais estreitos após o casamento de uma das filhas de Lavradio com o filho de Angeja.⁵¹² Assim, as notícias do cotidiano familiar, como o nascimento dos netos, foi um assunto bastante presente nas cartas. Porém, outro tema também foi constante. Em 26 de março de 1773, Lavradio escreveu,

⁵⁰⁹ A Coleção Brasil caixa 1 e 2 é formada por aproximadamente 207 missivas, além de outros papéis.

⁵¹⁰ No contexto de escrita das cartas, os correspondentes ocupavam, respectivamente, os seguintes cargos: governador e capitão-general de Goiás, secretário de Estado da Marinha e Ultramar e governador e capitão-general de Angola. Já Pedro Noronha foi ministro assistente ao Despacho e, após a morte de D. José I, presidente do Erário Régio

⁵¹¹ O historiador Fernando Bouza abordou estas questões na importante obra *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*. Conferir bibliografia.

⁵¹² José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, conde de Vila Verde (5º), marquês de Angeja (4º), filho de Pedro José de Noronha, marquês de Angeja (3º).

Meo Primo, meo Am.^o, e meo Senhor, a certeza, q | tenho tido Sempre pelo Conde de V.^a Verde da boa Sa | ude de VEx.^a me dá aquelle completo gosto, q VEx.^a po | de Supor da m.^a respeitosa amizd.^e, (...). |

Nesta oCaziaõ remeto ao Conde de V.^a Verde huá | pequena, mas corioza colleçaõ de alguans couzas pertencentes | a Coriozid.^e de V Ex.^a p.^a q eles tenha o gosto de as oferecer a V Ex.^a | Desejarey q V Ex.^a me diga Se assim esta, como as que ja | tenho mandado, chegaõ bem acondicionadas, e se saõ da Satisfaçaõ da Sua coriozid.^e O bocado de Seda amarela | q vay na caychota mais pequena he de huá qualid.^e de Ara | nhas, que aqui há, e eu remetterey a V Ex.^a, como tambem | mais alguma Seda das mesmas Aranhas (...).⁵¹³

D. Luís ainda noticiou que enviaria algumas peles e uns peixes. Passados mais de três meses, em 09 de julho, Angeja respondeu ao amigo,

Meu Primo, meu Am.^o, e meu | Snr com a chegada da Náo dos Quintos tive o gosto de receber huá | carta de V.Ex.^a. q' estimey sumam.^{te} pois nella encontro p.^a mim a fellis no | ticia de q VEx.^a. passa bem sem alteraçã, na preciozissima Saude q' sempre | lhe dez^o; tambem estimo poder dar a VEx.^a. as mesmas boas novas da sua Illus | tre familia e dos nossos Nettos, os quais á porporsaõ da idade, crescem | na galantaria (...). | Vai V.Ex.^a de modo en | riquecendo o meu Gabinête de Historia natura q' não tenho expressoés com q possa mostrar a V.Ex.^a a obrigaçaõ em q' lhe estou, mas do modo q' posso, | o faço (...). | A sêda das arânhas | q' V.Ex.^a me remetêo he certam.^{te} Couza admiravel, e digna de todo o exâme | e ponderaçã, pello q' espero com m.^{to} alvorôço, como V.Ex.^a me promete, de | mayor quantid.^e (...) |⁵¹⁴

Depois da notícia de contentamento em relação ao bom crescimento dos netos, no primeiro parágrafo, o tema que predominou foram as manifestações de admiração diante do recebimento das encomendas enviadas por D. Luís, o que enriquecia a coletânea de História Natural de Angeja. Assunto tratado também nas outras missivas permutadas entre ambos. É preciso ressaltar que junto às missivas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estes foram os únicos vaivéns

⁵¹³ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Angeja, Rio de Janeiro, 26 de março de 1773, BR-AN_C_1096_f 29v e 30.

⁵¹⁴ Carta do marquês de Angeja ao 2º marquês do Lavradio, Lumiar, 09 de julho de 1773, PT-BN_Col_Brasil_nº 49.

epistolares mapeados no *corpus*, em relação à correspondência de amizade, o que atribui a estas cartas um valor especial. Pois, através delas acompanhamos a reciprocidade da prática de escrita de cartas entre Lavradio e Angeja, configurando semelhanças na estrutura, nas formas de tratamento e no interesse dos assuntos trocados.

Dentre a vasta documentação pertencente à Coleção Brasil foi selecionado 65 cartas, transcritas na íntegra e em partes, com temas e formas ligadas às preocupações da tese, entre correspondência ativa, passiva e de terceiros. Os correspondentes principais da seleção foram: Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Sebastião José de Carvalho e Melo, Martinho de Melo e Castro, Roberto MacDouall, José Marcelino de Figueiredo, além dos acima mencionados.

Por fim, a última observação que faremos à Coleção Brasil está relacionada aos procedimentos de envio da correspondência. Algumas minutas informam que, na próxima etapa do documento, os originais foram múltiplos – uma característica marcante do período colonial por motivos de segurança. Por exemplo, a minuta da carta de 11 de agosto de 1777, destinada ao secretário Martinho de Melo e Castro, notifica detalhadamente o envio dos originais múltiplos, conhecidos como *vias*,

1ª Vª P.ª Curveta N Snr.ª do Rosario, S.º Ant.º Cap.º | José de Faria q sahio a 12 de Agt.º de 1777 || [Verso do fólio] 2ª Vª P.ª Curveta S.ª Feliciano e S. | José Cap.º Fran.º Cardia da Fon.ª, q sahio | deste porto no dia 16 de Agt.º de 1777 |⁵¹⁵

Lavradio e seus secretários buscaram garantir que a correspondência chegaria ao seu destino, já que a travessia pelo Atlântico era perigosa, uma vez que as embarcações poderiam enfrentar fortes tormentas e/ou naus estrangeiras. Deste exemplo, podemos afirmar que no mínimo a primeira via chegou a Lisboa, pois o original pertence ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino.

⁵¹⁵ PT-BN_Col_Brasil_nº 37.

- Projeto Resgate - Arquivo Histórico Ultramarino

O acervo do Arquivo Histórico Ultramarino guarda maioritariamente a correspondência trocada entre a corte e as possessões ultramarinas, além de diversos papéis de governo, pois teve sua origem vinculada aos órgãos públicos da corte portuguesa.⁵¹⁶ Neste sentido, o nosso interesse no acervo do AHU concentrou-se na documentação mapeada pelo projeto resgate Barão do Rio Branco.

O Projeto Resgate Barão do Rio Branco⁵¹⁷ foi uma iniciativa do governo brasileiro e conta com o apoio de instituições portuguesas, com o objetivo de “resgatar o património histórico-documental”,⁵¹⁸ ou seja, toda a documentação relativa ao Brasil existente em diferentes acervos, especialmente, documentos relacionados ao período colonial brasileiro que pertencem ao AHU, o maior acervo “documental relativo ao Brasil colónia, existente em Portugal e fora do território brasileiro”.⁵¹⁹ O Resgate pretendia, acima de tudo, catalogar os documentos administrativos trocados entre Brasil e Portugal, durante os séculos da colonização.⁵²⁰ Parte da correspondência do 2º marquês do Lavradio produzida durante o governo da capitania da Bahia e do Rio de Janeiro está guardada no

⁵¹⁶ Institucionalmente, o AHU foi criado em 1931, porém antes era conhecido como Arquivo Histórico Colonial. O AHU incorporou no seu acervo os papéis mais antigos “que constituíam a Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional e os fundos documentais do Ministério das Colónias, depois do Ultramar”. Todos os documentos do acervo estão organizados em três fundos principais: “o Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833), a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1834 a 1910), e o Ministério do Ultramar (1911 a 1975)”. Esta organização está baseada na gestão das instituições que geriam “o antigo império colonial português, a que correspondem três períodos históricos: o Antigo Regime, a Monarquia Constitucional e a República”. In: *Catálogo dos códices do fundo do conselho ultramarino* (...). cit. pp. 07.

⁵¹⁷ Segundo um dos catálogos do AHU, o Projeto Resgate “Barão do Rio Branco é coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil, através da sua Assessoria Especial, e visa resgatar as fontes histórico-documentais existentes nos arquivos e bibliotecas brasileiras e nos países que, de algum modo, partilharam uma história comum. Esses países são essencialmente Espanha, França, Holanda, Itália, Grã-Bretanha e, muito particularmente, Portugal”. In: *Catálogo dos códices do fundo do conselho ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Projeto Resgate – Barão do Rio Branco. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Arquivo Histórico Ultramarino, 2000. pp. 05.

⁵¹⁸ *Catálogo dos códices do fundo do conselho ultramarino* (...). cit. pp. 05.

⁵¹⁹ *Catálogo dos códices do fundo do conselho ultramarino* (...). cit. pp. 05.

⁵²⁰ Assim, segundo o catálogo acima citado, “no Arquivo Histórico Ultramarino a tarefa é imensa. Trata-se de organizar, catalogar e microfilmear toda a documentação avulsa, códices, e as colecções de cartografia e iconografia sobre o Brasil colónia”. In: *Catálogo dos códices do fundo do conselho ultramarino* (...). cit. pp. 05.

AHU, especialmente, as cartas de ofício – as que noticiaram a administração de D. Luís de Almeida em Lisboa.

Atualmente, o Projeto Resgate está organizado segundo ordens geográficas, portanto, a documentação está dividida por capitanias. Cabe lembrar que o arranjo organizacional por capitanias – que segundo uma das consultoras do Projeto Resgate, é uma opção pouco arquivística – já estava estabelecida antes do projeto ser iniciado, decorrente das reformas do antigo Arquivo Histórico Colonial. Deste modo, nos interessou a correspondência de D. Luís de Almeida vinculada à capitania do Rio de Janeiro e Santa Catarina, além de outras pastas, nas quais analisamos dados relacionados à administração.⁵²¹ As pastas das capitanias são coleções documentais que abrigam as diferentes etapas da tradição documental: minutas, rascunhos e as várias classificações de cópias e originais.

No conjunto de documentos da capitania de Santa Catarina analisamos a subsequente correspondência: duas cartas ativas para Martinho de Melo e Castro; uma carta passiva de Martinho de Melo e Castro; uma carta de terceiros de Tomás Xavier de Lima, visconde de Vila Nova da Cerveira, a Martinho de Melo e Castro; e uma minuta sem identificação de remetente ou destinatário, que trata da restituição da ilha aos portugueses, sem datação definida.⁵²² A análise destes documentos foi de considerável importância ao estudo da invasão castelhana na ilha de Santa Catarina.

Dentre os documentos custidianos pelo AHU os de maior relevância, para esta pesquisa, são os incluídos na coleção da capitania do Rio de Janeiro.⁵²³ Trata-se de centenas de documentos avulsos, dos quais selecionamos

⁵²¹ Cabe lembrar que também pesquisamos a capitania da Bahia, porém a correspondência localizada não foi relevante para as problemáticas da tese. Por outro lado, as pastas pesquisadas, além das capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, foram: Brasil Geral, Brasil Limites, Buenos Aires, Códice 1787, Reino e Sacramento. Nestas pastas, selecionamos 19 missivas, datadas entre outubro de 1771 e setembro de 1778, tendo entre os principais correspondentes Martinho de Melo e Castro e Sebastião José de Carvalho.

⁵²² SERPA, Élio; FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à capitania de Santa Catarina – 1717-1827*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

⁵²³ Em relação à pesquisa junto ao acervo do AHU agradeço imensamente a pesquisadora Érika Simone de Almeida Carlos Dias por me ajudar a compreender a organização dos catálogos e da documentação.

aproximadamente 150 cartas (ativa, passiva e terceiros) originais e cópias.⁵²⁴ Cronologicamente, a seleção vai de 30/10/1765 a 04/06/1779 e tem como principais correspondentes de D. Luís de Almeida: Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Bernardo de Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Martinho de Melo e Castro, Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Roberto MacDouall e Sebastião José de Carvalho e Melo.

É preciso lembrar que ao longo da análise do *corpus* o acervo do AHU por diversas vezes foi citado, ao ser relacionado com os códices e coleções pesquisadas. Pois, no AHU encontramos, principalmente, as vias que chegaram a Lisboa, emitidas por D. Luís de Almeida e registras em suas minutas e livros de copiadador.

Cabe lembrar que no estudo das quatro sessões deste capítulo o objetivo foi descrever o *corpus* para analisá-lo, considerando as materialidades da correspondência e o seu conteúdo. Portanto, (a) investigar a formação dos códices, fundo e coleções, (b) comparar as minutas às copias e aos originais, (c) relacionar as versões presentes nos códices com as avulsas, (d) e tematizar as opções de registro, permitem investigar o governo e as intenções de memória de D. Luís de Almeida na sua relação com a prática de escrita de cartas. Sendo o momento da escrita, um instante de decisões... Quais palavras utilizar ou ignorar?

⁵²⁴ No ano de 1962, em comemoração ao bicentenário de transferência da capital do estado do Brasil da cidade de Salvador a do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) editou e publicou um grupo de correspondência (ativa, passiva e de terceiros) de D. Luís de Almeida, especialmente relacionadas à invasão espanhola na ilha de Santa Catarina, em 1777, com algumas cartas anteriores ao contexto da invasão. Esta edição foi de grande importância, pois muitos historiadores brasileiros tiveram acesso a uma documentação que não fazia parte dos acervos nacionais. A datação da edição vai de 09/01/1770 a 09/12/1778, somando 77 documentos entre correspondência, autos e termos. A edição do IHGB não fez referência ao local onde a documentação tinha sido pesquisada, apenas uma rápida alusão ao AHU. Com isso, realizamos uma minuciosa pesquisa na documentação do Projeto Resgate (capitania do Rio de Janeiro) e identificamos todas as cartas editadas. Cabe lembrar que em 1962, ano da edição do IHGB, o AHU não possuía a catalogação que hoje conhecemos como Projeto Resgate. Neste sentido, vamos percebendo o *movimento* dos documentos nos arquivos e que essas constantes alterações, agregam e desagregam grupos documentais, o que pode comprometer a compreensão que deles podemos ter. Portanto, queremos evidenciar o quanto as edições, muitas vezes, são exaustivamente utilizadas, ao ponto de ignorarmos qualquer informação referente aos originais. O que pode modificar nossa relação com o tempo e espaço da documentação. Conferir na lista de Fontes a referência completa da edição do IHGB.

Quais formas de tratamento usar? Quais cartas passariam aos códices? Quais minutas seriam preservadas? A resposta objetiva para cada uma destas questões pode ser desconhecida, pois do momento de produção da escrita ao nosso cotidiano, muitos processos de seleção foram empreendidos além dos escolhidos por D. Luís de Almeida. Desse modo, é preciso lembrar que cada carta, na sua materialidade, representa particularidades de Lavradio e de todos aqueles que fizeram escolhas diante de sua correspondência, assim, cada carta contém notícias que excedem o que *ouvimos* das linhas escritas.

2.5 - Breve História Custodial dos Códices, Fundo e Coleções

Percorrer o trajeto da correspondência de D. Luís de Almeida de suas mãos à formação do Banco de Dados, criado por esta pesquisa, foi uma trajetória tortuosa, na qual alguns pontos do percurso permaneceram desconhecidos nestes mais de dois séculos de existência. Seguramente, muitas cartas ficaram pelo caminho e não foram preservadas por diferentes motivos, desde descaso a sigilo de informação. Porém, se algumas missivas, as que não fazem parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino,⁵²⁵ chegaram ao século XXI, foi porque o 2º marquês do Lavradio teve a intenção primeira de guardar os papéis que produziu durante sua passagem pelo Brasil, levando-os consigo quando deixou a responsabilidade de ser vice-rei⁵²⁶ e atravessou o oceano Atlântico, para então alcançar algum descanso – o que tanto pretendia e em carta compartilhou com a sogra, condessa de São Vicente,⁵²⁷

⁵²⁵ Neste trabalho, a correspondência de D. Luís de Almeida presente na instituição que hoje chamamos de Arquivo Histórico Ultramarino foi desvinculada das preocupações de Lavradio com a preservação de suas cartas, por ser o arquivo um órgão público, que deste os primórdios de sua criação tinha como função, a responsabilidade da guarda dos documentos. Portanto, o AHU abriga, especialmente, as cartas originais que D. Luís enviou aos secretários Martinho de Melo e Castro e Sebastião José de Carvalho e Melo, além das inúmeras cópias, relações, mapas que fizeram parte dos envios de D. Luís à corte. Consultar as primeiras notas de rodapé da sessão: Projeto Resgate - Arquivo Histórico Ultramarino.

⁵²⁶ Segundo Daril Alden, era comum os governadores e vice-reis levarem consigo os documentos produzidos durante seus governos. In: ALDEN, Dauril. *Royal Government...* cit. pp. 516.

⁵²⁷ Rosa Leonor de Ataíde, condessa de São Vicente.

D.^s permita q. | acabado o prazo deste meu destino eu mereça
a pied.^e de | S. Mag.^e o deixar-me hir descansar o resto dos
meus dias no | Canto da minha Choupana. |⁵²⁸

A correspondência ativa de D. Luís de Almeida preservada consta em livros de copiador, produzidos por seus secretários. Já as cartas passivas, papéis avulsos, foram preservadas porque o marquês as guardou. Cabe lembrar que o número de cartas passivas é consideravelmente menor, em relação às ativas e que o estudo da trajetória da correspondência do marquês é referente ao *corpus* da tese.

Ao seguir o percurso de *los papeles parlantes* de D. Luís de Almeida, se constatou que estão custodiados por instituições brasileiras e portuguesas e ingressaram nestes locais por compra ou doação, depois de pertencerem a particulares – além do recolhimento natural dos arquivos públicos, como no caso da documentação do AHU. Também se verificou que de 1875 a 1932 foram publicados catálogos e relações que descreveram documentos em relação ao 2º marquês do Lavradio para serem vendidos. Porém, a quem estes documentos pertenciam?

Ao se investigar os códices e coleções arquivadas na Biblioteca Nacional de Portugal, a única notícia localizada indicou que o códice PSS_cx_3 e a Coleção Brasil foram adquiridos por compra e, em relação aos outros documentos que compõe o *corpus* deste trabalho, nenhum apontamento foi encontrado.⁵²⁹ Segundo os funcionários responsáveis por esse tipo de informação, a Biblioteca desconhece os detalhes das aquisições, resposta oferecida pessoalmente e depois por correspondência eletrônica, em agosto de 2010.⁵³⁰ O mesmo aconteceu

⁵²⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio à condessa de São Vicente, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_f 174v.

⁵²⁹ Devemos considerar que parte da documentação existente no AHU fez parte da *Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional*, portanto, alguns documentos relacionados ao 2º marquês do Lavradio não foram levados para o AHU, assim, continuaram fazendo parte do acervo da Biblioteca Nacional de Portugal.

⁵³⁰ Após solicitação, recebemos em 27 de agosto de 2010 a seguinte correspondência eletrônica, que citamos na íntegra: “Ex.^{ma} Senhora Dr.^a Adriana da Conceição: Relativamente ao pedido que nos enviou solicitando informação sobre proveniência do fundo 2.º Marquês do Lavradio e Colecção Brasil (Cxs. 1 e 2), temos a informar que infelizmente não temos mais nenhuma informação referente à proveniência dos referidos fundos, para além dos dados informativos que constam no *Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*. Não sabemos assim qual o ano da compra nem a quem foram adquiridos. Contudo, se entretanto conseguirmos apurar qualquer informação relacionada com este assunto, de imediato a faremos chegar ao seu conhecimento. Atenciosamente, Teresa Duarte Ferreira. Divisão de Reservados - Área de Manuscritos”.

quando se investigou na Academia de Ciências de Lisboa, já que não constam vestígios que esclareçam a forma de aquisição dos códices 630 e 563. Entretanto, para os códices e fundo guardados no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, foi possível mapear com mais detalhes a origem e forma de obtenção dos documentos. Assim, descreveremos a seguir, em ordem cronológica, o surgimento de catálogos e textos que divulgaram a comercialização de documentos referentes a D. Luís de Almeida e sua correspondência, sendo do século XIX a primeira notícia.

Em 1875 veio à luz, na cidade de Lisboa, o *Catalogue des livres manuscrits et estampes composant la biblotheque de feu Monsieur le comte de Lavradio*,⁵³¹ anunciando o leilão de uma vasta quantidade de documentos e livros, impressos e manuscritos, para o mês de maio de 1875. Nas notas introdutórias do *Catalogue* consta uma breve descrição da coleção e dos principais temas, divididos em história de países, história geral, jesuítas, mapas, jurisprudência, estampas, artes, manuscritos, dentre outros, além de enfatizar os raros documentos do século XVI. Para a sessão dos manuscritos constou a seguinte descrição,

Les manuscrits, au nombre de 52 où l'on trouve beaucoup d'autographes et de renseignements curieux. La précieuse collection des Cortés, est une recopilation des actes des Cortés faite par la propre main du docte Jean Pinto Ribeiro, et préparée pour être publiée; les Cortés de Lisbonne de 1539, imprimées en velin, assez rare, aussi bien que celles de 1641; eles sont reliées avec les copies mss, et augmentent encore l'importance de cette unique collection.⁵³²

Entre os destaques na coleção, não estava incluído nenhuma correspondência. Porém, ao analisarmos o catálogo, especialmente, a sessão de manuscritos,

⁵³¹ *Catalogue des livres manuscrits et estampes composant la biblotheque de feu Monsieur le comte de Lavradio*. President de là Cambre de Paris, C ns. d'État Honor, G. C. des ordres du Christ et de la Tour et Epêe, Command des Ordres de la Conception, de Leopold de la Belgique, des Guelpes du Hanovre, etc. Envoyé extraors. Et Ministre Plenipot, de S. M. très F. en Diverses cours, et dernièrement Embassadeur á Rome ou il est mort. Dont la vente se fera á Lisbonne le 19 mai prochain et jours suivants. Pour le gompote de la Banque du Portugal, par ordonnance de la première jurisdiction civile. Lisboa: Imp. J.G. de Sousa Neves, 1875. Referência na Biblioteca Nacional de Portugal: B. 8788 V. Disponível na Biblioteca Digital da BN de Portugal: <http://purl.pt/14823>

⁵³² *Catalogue des livres manuscrits...* cit. sem paginação.

encontramos a seguinte descrição: "CORRESPONDENCIA diplomatica do Marquez de Lavradio, vice-rei no Brazil (1768-1778). (*Copies*) Mss. en 9 vol. In-fol. Rel. en v.". ⁵³³ Cabe lembrar que o catálogo só foi relacionado a esta pesquisa, em função do proprietário da coleção, o conde do Lavradio.

O conde do Lavradio, D. Francisco de Almeida Portugal, foi um dos netos do 2º marquês do Lavradio, portanto, filho do 3º marquês. ⁵³⁴ O 2º conde do Lavradio foi um homem bastante atuante no cenário português durante o século XIX, tendo iniciado sua carreira diplomática em 1818 e teve suas memórias publicadas na década de 30 do século XX, por D. José Maria do Espírito Santo de Almeida Correia de Sá, o 6º marquês do Lavradio. D. Francisco de Almeida Portugal nasceu em 1796 e morreu em 1870. Consequentemente, o catálogo foi publicado cinco anos depois de sua morte.

Pode-se afirmar, através destas informações, que parte da correspondência de D. Luís de Almeida até 1875, no mínimo, manteve-se sob a guarda da casa Lavradio. Ainda que os dados disponibilizados pelo catálogo não sejam muito claros, supomos que se trata de nove livros e, no *corpus* da tese, analisamos alguns códices, mas não podemos afirmar se são os ofertados no leilão. Por outro lado, não se sabe se a correspondência foi vendida. Temos como hipótese que os códices não foram comercializados, ou apenas parte deles e, assim, a coleção foi mantida entre os Lavradio. Sobretudo, passando tempo depois a guarda de Correia de Sá, quem futuramente publicou as memórias do conde e depois um livro relatando a administração do 2º marquês do Lavradio.

Dando continuação à investigação, a segunda notícia referente à correspondência foi de 1925 no relatório do secretário perpétuo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), então Sr. Max Fleiuss. ⁵³⁵ No relatório, após expor a movimentação entre as sessões de outubro de 1924 a setembro 1925, noticiou o oferecimento ao Instituto do "archivo do marquez de Lavradio" – notemos que a documentação já não foi identificada como correspondência, mas

⁵³³ *Catalogue des livres manuscrits...* cit. pp. 146.

⁵³⁴ D. Francisco de Almeida Portugal não foi marquês porque não nasceu primogênito, portanto, foi elevado a 2º conde. O 1º conde de Lavradio foi D. Antônio de Almeida Soares Portugal, pai do 2º marquês do Lavradio, feito 1º conde em 17 de junho de 1725.

⁵³⁵ Relatório do primeiro secretário perpétuo, Sr. Max Fleiuss, lido na sessão magna, comemorativa do 87º Aniversário, em 21 de Outubro de 1925. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 151, tomo 97, 1925, 462-505.

como arquivo, o que amplia o sentido do acervo. Porém, Fleiuss relatou a falta de recursos da instituição para manter seus pesquisadores no exterior e para adquirir documentos. Eis o que relatou,

No mesmo sentido recebeu o Instituto a oferta, para compra, de todo o archivo do marquez de Lavradio, cuja catalogo accusa documentos da maior relevancia e que devem vir para o Brasil por indispensaveis e essenciaes ao esclarecimento de muitos pontos da nossa Historia Colonial. Julgamos curioso publicar esse catalogo como annexo ao nosso Relatorio.⁵³⁶

Consta no relatório a descrição dos documentos que foram oferecidos ao IHGB, sendo eles correspondência ativa e passiva pertencente ao 2º marquês do Lavradio e documentos referentes aos anos de 1808 a 1821, fato que seguirá acontecendo nas próximas notícias alusivas aos acervos de Lavradio.

Passados alguns anos, depois do relatório de Fleiuss, em 1932, publicou-se em Lisboa uma relação para a preparação de um catálogo, sem identificação de autoria.⁵³⁷ Portanto, a documentação continuava sendo oferecida à venda. A relação anunciou a organização de 40.000 manuscritos,

em grande parte referentes á administração do Brazil durante o vice-reinado do 2º Marquez do Lavradio D. Luiz d'Almeida Portugal e outra parte relativa á administração do Reino Unido de Portugal e do Brazil durante a permanencia no Rio de Janeiro de S. M. El-Rei o Senhor D. João VI.⁵³⁸

⁵³⁶ *Relatório do primeiro secretário perpétuo...* cit. pp. 479.

⁵³⁷ Embora não conste nenhuma autoria na relação, localizou-se em um livro de Marcos Carneiro de Mendonça, publicado pela Xerox do Brasil, a seguinte observação: "Como esta documentação foi no passado analisada e organizada por funcionários da Embaixada do Brasil em Lisboa, que prepararam uma *Relação Abreviada* do acervo, começamos por conferir os documentos". Ou seja, talvez a *Relação Abreviada* foi a base da *Relação Preparatória*, especialmente, porque, em 1952, Mendonça anunciou que a documentação referente ao 2º marquês do Lavradio e a D. João VI, teria ficado a disposição do Itamarati, o que trataremos a frente. In: Grifo no original. Apresentação. MENDONÇA, Marcos Carneiro. *D. João VI e o Império no Brasil: a independência e a missão Rio Maior*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984. pp. IX.

⁵³⁸ Relação preparatória de um minucioso catálogo de preciosos manuscritos (cerca de 40.000) em grande parte referentes á administração do Brazil durante o vice-reinado do 2º Marquez do Lavradio D. Luiz d'Almeida Portugal e outra parte relativa á administração do Reino Unido de Portugal e do Brazil durante a permanencia no Rio de Janeiro de S. M. El-Rei o Senhor D. João VI. Lisboa: Tipographia Ingleza, 1932.

Pode-se dizer que os documentos descritos são semelhantes, para não dizer os mesmos, aos oferecidos ao IHGB. Aproximadamente 60 anos já tinham se passado, desde o catálogo do conde do Lavradio, e a documentação do 2º marquês continuava em processo de venda. No entanto, temos duas hipóteses: ou o valor cobrado era muito elevado ou existia certa desconsideração pela mesma.

Outra informação relevante foi a publicação da obra *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal, 2º marquês do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*,⁵³⁹ escrita por D. José Maria do Espírito Santo de Almeida Correia de Sá, o 6º marquês do Lavradio, em 1942. Correia de Sá citou inúmeras cartas, passivas e ativas, de D. Luís de Almeida, além de transcrever muitas delas. Ao citá-las, fez referência de pertencerem ao *Arquivo Lavradio*, provavelmente, o arquivo da família. Cabe informar que algumas cartas citadas por D. José Maria são iguais as presentes no códice PSS_cx_3.⁵⁴⁰

No prefácio da obra, Pedro Calmon escreveu,

Sem recorrer aos textos, naturalmente lacunosos e confusos, abriu simplesmente os seus cofres repletos de documentos de família; e, com a probidade paciente dos verdadeiros investigadores, nos extraiu deles um relato singelo, minucioso e autêntico. É a crônica do 3º vice-rei segundo os seus guardados. Quasi uma autobiografia; ou o livro de memórias que escreveria, se lhe sobrassem lazêres e preocupações de celebridade, o sóbrio 2º marquês de Lavradio.⁵⁴¹

Portanto, segundo Calmon a documentação utilizada por Correia de Sá era posse da família Lavradio. Neste sentido, fica um questionamento: por que os documentos de D. Luís de Almeida passaram a ser oferecidos junto aos de D. João VI?

A convergência entre a documentação do 2º marquês do Lavradio e D. João VI se deu através do 2º conde do Lavradio – o que teve sua coleção de documentos leiloada após sua morte e que estudamos acima. A relação entre o

⁵³⁹ SÁ, José d'Almeida Correia de. *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal, 2º marquês do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*. São Paulo: editora Nacional, 1942.

⁵⁴⁰ Conferir a discussão do códice PSS_cx_3 na sessão que descreveu o *corpus* da tese.

⁵⁴¹ SÁ, J. *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida...* cit. pp. IX.

conde e o 2º marquês do Lavradio é mais evidente, por ser o conde neto de D. Luís de Almeida, por isso, deve ter ficado com a guarda da documentação. Mas, o que fazia o 2º conde do Lavradio com valiosos documentos referentes ao rei D. João VI? Esta resposta foi esclarecida, através do historiador Ângelo Pereira que entre suas várias publicações, escreveu o livro *D. João VI – Príncipe e Rei*.⁵⁴² Nas *Explicações Necessárias* oferecidas aos leitores, Pereira escreveu que as fontes de sua pesquisa pertenceram ao Real Gabinete de D. João VI, porém “essa vasta e rica documentação inédita foi, ulteriormente, incorporada no precioso Arquivo do 6º marquês do Lavradio, (...), gentilíssimo fidalgo com quem mantivemos as melhores relações de amizade e colaboração”.⁵⁴³ Portanto, os documentos do 2º marquês do Lavradio e de D. João VI estavam com o 6º marquês porque ele os herdou do 2º conde do Lavradio.⁵⁴⁴ Mas, ainda resta uma questão: por que o 2º conde do Lavradio possuía documentos do Real Gabinete de D. João VI? Esta resposta, o 6º marquês do Lavradio, ofereceu a Pereira, que assim a relatou: o 2º conde

foi estadista eminente e notável diplomata. Este fidalgo, naturalmente inclinado para os estudos históricos, pensou em publicar um trabalho sobre a época do *Rei Clemente* e, para isso, solicitou da Senhora Infanta D. Isabel Maria, de quem foi primeiro-ministro, durante a sua regência, o empréstimo dos papeis que lhe pudessem servir de fontes para o estudo que se propunha elaborar. Tudo leva a creer que a Senhora Infanta acabou por lhos oferecer, pois que o Conde do Lavradio os catalogou como se fossem propriedade sua.⁵⁴⁵

Com estas esclarecedoras informações conseguiu-se rastrear a ligação entre os grupos documentais. Porém, resta continuar a trajetória das cartas de D. Luís de Almeida. Assim, encontramos uma nova informação em outra revista do IHGB.

⁵⁴² PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei* (A independência do Brasil - 3º v). Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.

⁵⁴³ PEREIRA, Ângelo. *D. João VI...* op. pp. IX.

⁵⁴⁴ O 6º marquês do Lavradio nasceu em 1874, depois da morte do 2º conde do Lavradio e um ano antes da publicação do leilão. Portanto, embora tenhamos enfatizado que o 6º marquês herdou os documentos, queremos evidenciar que a família Lavradio continuou com a guarda dos documentos não vendidos no leilão. Já que segundo Ângelo Pereira, o 6º marquês disse ter encontrado os documentos de D. João VI no espólio do 2º conde do Lavradio.

⁵⁴⁵ PEREIRA, Ângelo. *D. João VI...* op. pp. IX-X.

Walter de Azevedo, em 1946, ao publicar um estudo referente *A missão secreta do marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1809)*,⁵⁴⁶ descreveu em nota,

Quanto às comunicações de Curado ficaram, juntamente com as Notas da 'Junta' de Buenos Aires, e muitos outros papeis historicos, no arquivo 'Marquez de Lavradio', cuja compra foi offerecida pelos herdeiros do mesmo titular em Portugal ao Instituto Historico Brasileiro, como se depreende do catalogo publicado com favoravel 'parecer' do illustre secretario-perpétuo dessa respeitavel instituição (...) aquisição essa porém, que por motivos varios infelizmente não se realizou, estando hoje em dia disperso aquelle preciosissimo acervo de documentos que tanto interessam à historia da nossa patria.⁵⁴⁷

As palavras de Walter de Azevedo esclarecem que a documentação anunciada nos catálogos que citamos já estava dispersa e o Brasil ainda não a tinha adquirido. Porém, na década de 40 do século XX, parte da documentação teria um destino: atravessaria o oceano e novamente voltaria ao Rio de Janeiro.

Em 1952, o pesquisador Marcos Carneiro de Mendonça⁵⁴⁸ anunciou em uma revista do IHGB que, recentemente, tinha adquirido um vasto acervo. Mendonça publicou a relação dos *Documentos do Arquivo do 2º marquês do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*,⁵⁴⁹ além de uma extensa relação de documentos que pertenceram ao *Reinado de D. João VI*. Ao terminar a descrição escreveu que os documentos pertenciam à coleção *Lavradio-Rio Maior*,⁵⁵⁰ propriedade de Correia de Sá, o 6º marquês do Lavradio. Eis as palavras de Mendonça,

⁵⁴⁶ AZEVEDO, Walter Alexander de. A missão secreta do marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1809). *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 192, julho-setembro 1946, p. 173-206. 1948 (ano da impressão).

⁵⁴⁷ AZEVEDO, W. *A missão secreta do marechal...* cit., pp. 198 (nota 36).

⁵⁴⁸ Conferir sessão referente ao Fundo Marquê do Lavradio – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁵⁴⁹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Documentos do Arquivo do 2º M. do Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil*. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 215, abril-junho, 1952, pp. 80-102.

⁵⁵⁰ A formação da coleção Lavradio-Rio Maior se esclarece através do casamento do 6º marquês com D. Maria da Piedade de Saldanha Oliveira e Sousa, pertencente à casa Rio-Maior, "em 1921, minha mulher tinha herdado de sua Tia a Senhora Marquesa de Rio Maior as propriedades de Subserra, ao pé de Alhandra, onde tinha lavoura montada. Resolvi ir viver, com a minha família, para a quinta e dedicar-me à agricultura". Com este trecho, podemos estabelecer as relações entre os Lavradio e os Rio-Maior, além da provável ligação entre as coleções documentais. In: *Memórias do sexto Marquês de Lavradio*. Coordenadas por D. José Luiz de Almeida (Lavradio). Lisboa: Edições Ática, MCMXLVII. pp. 260-261.

hoje, por um feliz acaso, não só os documentos já publicados, como todos os demais que possuía do nosso ilustre 3º vice-rei, com alguns do arquivo Rio-Maior, estão em meu poder. São milhares de cópias autênticas de documentos que interessam à nossa história (...). Todo êsse conjunto de documentos esteve, desde 1947, oferecido ao nosso Itamarati. Por uma circunstância tôda casual, pude resolver em quatro dias, o que não foi feito antes em quatro anos.⁵⁵¹

Contudo, desde 1925 essa documentação foi oferecida ao Brasil e, como argumentou Mendonça, desde 1947 esteve à disposição do Itamarati. Mas, somente depois de 1952, com a compra de Mendonça, os avulsos e códices referentes ao 2º marquês do Lavradio e a D. João VI passaram ao Brasil.⁵⁵²

Ainda cabe lembrar, na trajetória das cartas de D. Luís de Almeida, o que escreveu Dauril Alden, autor da relevante obra *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*.⁵⁵³ Segundo Alden, na década de 40 do século XX, diante de dificuldades financeiras, a família Lavradio entregou em penhor o acervo de manuscritos que possuía. Com isso, quando o credor solicitou o pagamento da dívida e a família não pode quitá-la, ofereceu a documentação ao Itamarati, que embora tenha visto os documentos e os organizado, não os comprou.⁵⁵⁴ Com isso, compreende-se o que Mendonça escreveu ao dizer que o acervo Lavradio esteve à disposição do Itamarati, mas nada foi resolvido, enquanto ele o comprou em quatro dias. Entretanto, Alden ainda escreveu que a família Lavradio conseguiu reaver parte dos manuscritos entregues em penhor, os quais foram comprados mais tarde, por Angelo Pereira.

Para encerrarmos os desdobramentos do acervo pertencente ao 6º marquês do Lavradio, obteve-se a seguinte informação. Em 1961, o Archivo

⁵⁵¹ MENDONÇA, M. *Documentos do arquivo do 2º marquês...* cit. pp. 102.

⁵⁵² Pesquisamos alguns fundos da casa Rio-Maior pertencentes à Biblioteca Nacional de Portugal e à Torre do Tombo, na tentativa de se localizar alguma correspondência do 2º marquês do Lavradio, especialmente, as que foram escritas aos filhos e esposa, que apesar de serem mencionadas em cartas remetidas aos genros e tio, são desconhecidas, ou provavelmente, não foram preservadas. Porém, nada foi localizado.

⁵⁵³ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: U. California Press, 1968.

⁵⁵⁴ Alden argumentou que obteve estas informações através de uma conversa com o pesquisador Marcos Carneiro de Mendonça em 1957, enquanto pesquisava o acervo Lavradio que na época ainda fazia parte do arquivo Cosme Velho.

General de la Nacion, em Buenos Aires, publicou a edição de uma vasta documentação inédita que tinha sido adquirida pelo arquivo em 1927.⁵⁵⁵ Esta documentação é alusiva à situação política e diplomática do rio da Prata, entre os anos de 1808 e 1820, ou seja, envolve o reinado de D. João VI. Portanto, documentos que já tinham sido oferecidos ao Brasil, em 1925,⁵⁵⁶ e que também foram ofertados ao Archivo General de la Nacion. Assim, o arquivo argentino adquiriu os que mais se relacionavam aos interesses de sua historiografia. Neste sentido, identificou-se mais um desmembramento dos documentos oferecidos em leilão em 1875.

Diante destas trajetórias, conseguiu-se rastrear os documentos de D. Luís de Almeida de modo geral, sem muitas especificações diretas com o *corpus* desta pesquisa, sobretudo, porque as atuais instituições de guarda atribuíram novas denominações que diferem das encontradas nos avisos de venda. Porém, acreditamos, no mínimo em partes, se tratar dos mesmos documentos.

Ao investigarmos no Arquivo Nacional brasileiro a procedência dos códices 1095 e 1096 – os que abrigam as cartas de amizade – deslindamos que ingressaram ao acervo por compra no ano de 1965. Assim, os detalhes do processo de compra foram investigados no livro de *Protocolo de Entrada de Documentos*, onde se verificou a data de compra dos códices, 12 de setembro de 1965, e o valor 400.000 cruzeiros.⁵⁵⁷ Porém, infelizmente, não existem dados que esclareçam quem foi o vendedor.

Além dos códices 1095 e 1096, o Arquivo Nacional possui em seu acervo o valioso e substancial *Fundo marquês do Lavradio*, integrado em 1995, conforme explicamos acima. Assim, o hoje conhecido *Fundo marquês do Lavradio* foi a compra realizada por Marcos Carneiro de Mendonça em 1952, oferecida desde 1925 ao Brasil. No entanto, os códices 1095 e 1096 ingressaram no Arquivo Nacional por compra e os documentos que compõe o *Fundo* por doação.

⁵⁵⁵ *Política Lusitana en el río de La Plata*. Colección Lavradio – volume 1 (1808-1809). Archivo General de la Nacion. Buenos Aires, 1961.

⁵⁵⁶ Relatório do primeiro secretário perpétuo, Sr. Max Fleiuss, lido na sessão magna, comemorativa do 87º Aniversário, em 21 de Outubro de 1925. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 151, tomo 97, 1925, pp. 462-505.

⁵⁵⁷ AN_340. Seção Histórica. Protocolo.

Com estas informações conseguimos visualizar parte do vai e vem percorrido pela correspondência de D. Luís de Almeida, entre guardas familiares, particulares e públicas. Podemos concluir que embora o 2º marquês do Lavradio não seja lembrado por guardar sua correspondência – como acontece, por exemplo, com o morgado de Mateus⁵⁵⁸ – devemos considerar que a preservação dos códices e avulsos que estamos pesquisando, foram antes de tudo, uma intenção de D. Luís de Almeida, que os levou na bagagem em 12 de junho de 1779 quando deixou o Brasil. Na sequência, D. Luís de Almeida pôde contar com o cuidado da casa que preservou tais documentos, mesmo que os tenha organizado para serem vendidos. Depois de comercializadas e dispersas, as cartas de D. Luís continuaram sendo preservadas e hoje constam em instituições brasileiras e portuguesas. Portanto, além da prática de escrita epistolar do 2º marquês do Lavradio nos contar muitas histórias, sua materialidade também possui história, diante de sua trajetória e interesse de preservação.

O intento deste capítulo foi apresentar, de modo analítico e quantitativo, o *corpus* reunido durante a pesquisa e que nos permitiu estudar o governo e a vida de D. Luís de Almeida, através de sua escrita e intenção de memória. Além de historicizarmos a distribuição do *corpus* nas instituições de guarda, por meio das trajetórias que percorreram até chegar ao descanso das caixas e estantes das instituições que hoje os preservam.

Enfim, ao encerrar a discussão do *corpus*, retomamos as palavras, citadas no início do capítulo, de D. Luís de Almeida escritas ao tio, “O primio q espero de todo este Serviço, hé | de conservar alguma memoria, destes trabalhos, p.^a qd.^o me reco | lher a poder empregar em beneficio da pobre caza q posuo”.⁵⁵⁹ Certamente, se lemos tais palavras, pode-se afirmar que Lavradio conservou uma memória, só não se sabe se foi a que ele realmente pretendia. Assim, sua escrita lhe representou por cerca de dez anos diante do rei e hoje continua a representá-lo. Palavras materializadas no papel que lhe deram voz na corte e também nos dias atuais, e continuarão a manter as intenções de Lavradio enquanto existir as

⁵⁵⁸ Conferir: *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)* e *Nem o tempo, nem a distância: correspondência entre o Margado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)* de Heloísa Liberalli Bellotto.

⁵⁵⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1771, BR-AN_C_1095_f 275v.

marcas de historicidade de sua vida, seja em suporte papel, digital ou nos que ainda virão. Além disso, sua memória – as cartas – pôde ser empregada em benefício da casa, de diferentes maneiras, até mesmo, quase dois séculos depois, como garantia diante de dificuldades financeiras da família. Então, quiçá, D. Luís de Almeida recebeu o prêmio que almejava...

CAPÍTULO 3

D. LUÍS DE ALMEIDA, O 2º MARQUÊS DO LAVRADIO, ENTRE: SENTIR, ESCREVER E GOVERNAR

3.1 - D. LUÍS DE ALMEIDA, ALÉM DE VICE-REI: ENSAIO BIOGRÁFICO...

(...) represento um dos ramos dos Almeidas
'por quem sempre o Tejo chora' (...).⁵⁶⁰
6º marquês do Lavradio

Em junho de 1729, no longínquo século XVIII, nasceu um primogênito português, entre tantos que talvez nasceram naquele mês. Poderia ter sido mais um luso que cresceria e viveria em Portugal no Setecentos, um século de importantes acontecimentos históricos, no que se refere às relações de Portugal e seus domínios ultramarinos. Mas, este *miúdo*, como dizem os portugueses, ao nascer *Almeida*, nasceu no berço de uma família nobre e em ascensão. Assim, como era de costume, recebeu um extenso nome: *Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre*. O pequeno Luís, filho de D. Antônio de Almeida e de D. Francisca das Chagas Mascarenhas, foi batizado pelos avôs paternos,⁵⁶¹ com um mês de vida,

⁵⁶⁰ *Memórias do sexto Marquês de Lavradio*. Coordenadas por D. José Luiz de Almeida (Lavradio). Lisboa: Edições Ática, MCMXLVII. p. 11.

⁵⁶¹ Avôs paternos: D. Luís de Almeida (3º conde de Avintes) e Joana Antônia de Lima.

na ermida de Nossa Senhora da Conceição, edificada pela família Almeida, na quinta da Conceição, local onde veio ao mundo e cresceu.⁵⁶²

Ao nascer primogênito, o miúdo Luís de Almeida tinha uma importante incumbência: receber o marquesado e ser o próximo representante dos Almeida como Lavradio. Ainda muito jovem, recebeu de Francisco José Freire, o seguinte pressentimento: “autorizará V. Excelencia as Embaixadas, e os Tribunaes, illustrará os gabinetes, e as campanhas; que para estes fins he que nasceo, quando nasceo *Almeida*, e lhe corre nas veas o mais puro sangue de Portugal, França, e Hespanha, que todo junto, (e ainda casa hum per si) fórma hum Oceano de fidalguia”.⁵⁶³ Portanto, nas estruturas sociais das casas nobiliárquicas portuguesas do século XVIII, o nascimento era uma condição de ser e estar na sociedade. Ademais, Luís de Almeida teria como meta seguir os passos dos antepassados, especialmente do avô e do pai, conforme Freire ainda escreveu,

Mui pouco tempo há, que tenho a felicidade, ou a honra de tratar a V. Excelencia, mas neste pouco estou devendo muito á sua innata bondade. Não me admiro de que esta bem rara virtude faça brilhar tanto o animo de V. Excelencia, porque me lembro do Senhor Conde seu [f 2] pay, a quem a benignidade distingue tanto, como confessaõ todos aquelles, a quem não affeta a ingratitude, e eu não sey que as aguias costumem

⁵⁶² Todos os dados da biografia de D. Luís de Almeida, referentes às datas, aos familiares e às patentes militares, foram pesquisados na seguinte bibliografia: *ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. (1960/1980). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Representações Zairol. pp. 677-682.*BELO, Conde de Campo. (D. Henrique). *Governadores gerais e vice-reis do Brasil*. Divisão de Publicações e Biblioteca – Agência Geral das Colônias, 1935. pp. 139-140 e 143-145.*SOUZA, António Caetano de. *Memórias Históricas e Genealogias dos grandes de Portugal*. 4º ed. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933. pp. 213-225.*GAIO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941. (Disponível: <http://purl.pt/12151>). pp. 76-81.*SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. vol. III e VI. Porto: Livraria Figueirinhas. pp. 441-442.*VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. pp. 379-380.*SILVA, Maria Beatriz Nissa da (coord.). *Dicionário da História da Colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Ed. Verbo, 1994. pp. 473-475.**Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Volume XIV. Lisboa/Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia Ltda. pp. 761-764.*SÁ, José d'Almeida Correia de. *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal, 2º marquês do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*. São Paulo: editora Nacional, 1942.*MARCELINO, Maria da Graça dos Santos. *O esclarecido vice-reinado de D. Luís de Almeida Portugal 2º marquês do Lavradio – Rio de Janeiro 1769-1779*. Dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009.

⁵⁶³ FREIRE, F. O Secretario Portuguez... [1746]. f 3. Parte deste trecho já foi citado no capítulo anterior.

degenerar, principalmente aquellas, que são o timbre das armas do grande appellido de V. Excelencia.⁵⁶⁴

Ao nascer no berço dos Almeida, Luís tinha um destino a ser traçado, o entregar sua vida em nome do sucesso e crescimento da casa Lavradio, consequentemente, para isso, serviria à coroa. Mas, qual era a formação da casa Lavradio dentro da estrutura nobiliárquica portuguesa? Segundo o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, a casa Lavradio uniu-se aos Avintes e era casa dos grandes de Portugal.⁵⁶⁵ O título de Lavradio foi criado por D. Pedro II, por carta de 16 de março de 1670 e existiu em duas famílias, primeiro na dos Furtado (XVII) e depois na Almeida (XVIII). Porém, no século XVII, a família Furtado não deixou geração, passando o título aos cuidados da coroa. Assim, em 17 de junho de 1725, D. Antônio de Almeida recebeu o título de 1º conde do Lavradio, por carta de D. João V. Na época, D. Antônio de Almeida era senhor da vila do Lavradio, além de ter sucedido ao pai na casa de Avintes, com o senhorio daquela vila. Desse modo, em 18 de outubro de 1753, por carta de D. José I, foi elevado a marquês, sendo, então, o 1º marquês do Lavradio, que de condes receberam o marquesado.

Com apenas três anos e alguns meses, o pequeno Luís de Almeida ficou órfão de mãe, crescendo aos cuidados do pai e dos criados da casa. Eis como as gazetas de Lisboa anunciaram a morte da senhora D. Francisca,

Quando se entendia que a Sñra. Condessa do Lavradio estava livre de perigo e o medico Lemos tinha vindo para Lisboa depois de a fazer lançar outra molla, e se restetuhir de um accidente, lhe /fl. 187/ sobreveyo otro que a matou de 27 annos havendo 7 que hera casada morrendolhe duas filhas e ficandolhe outras duas sendo uma a que nasceo agora e dous filhos de que o mais velho não chega a sinco annos; os poucos que esta senhora tinha, a sua fermosura, e boa condição, fazem sensivel a sua falta, (...).⁵⁶⁶

⁵⁶⁴ FREIRE, F. O Secretario Portuguez... [1746]. f 1v e 2.

⁵⁶⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

⁵⁶⁶ Notícias Ultramarinas. Vol. 2 – 24 de março de 1733.

Portanto, sua mãe não chegou a viver o crescimento dos filhos e a ascensão da casa ao marquesado, que se estabeleceu aproximadamente 20 anos após sua morte, quando o seu marido, D. Antônio de Almeida, foi elevado a 1º marquês do Lavradio. Se D. Antônio de Almeida casou-se novamente a biografia dos Lavradio nada registrou em relação a este assunto. Além disso, acreditamos que mais uma filha tenha morrido criança, já que em idade adulta apenas se relacionaram com Luís de Almeida, um irmão e uma irmã.

Como nasceu primogênito, Luís de Almeida foi inserido, com apenas dez anos, na vida militar. Para que desde muito cedo trilhasse os caminhos que o pai vinha percorrendo e que ele precisava seguir, portanto, assentou praça no regimento de infantaria de Elvas, onde o pai era coronel. Passados dois anos, assentou praça em outro regimento e a carreira militar passou a ser o caminho de Luís de Almeida. Com 17 anos recebeu sua primeira patente, ao se tornar capitão em novembro de 1746.

O ano de 1746 foi abundante em acontecimentos que marcariam a vida do jovem Luís de Almeida. Além de se tornar capitão, foi elevado a 4º conde de Avintes,⁵⁶⁷ e pode acrescentar ao seu nome o *Dom* ao receber o condado, o que o acompanharia até sua morte. Em seguida, foi armado cavaleiro. Portanto, um ano de intensas nomeações e direcionamentos para a vida do primogênito de Antônio e Francisca. Se não bastassem os destaques no mundo militar, Luís de Almeida também recebeu a dedicatória da segunda edição da obra *O Secretario Portuguez Compendiosamente Instruido no modo de Escrever Cartas*,⁵⁶⁸ escrita por Francisco José Freire – primeiramente dedicada ao patriarca de Lisboa, Tomás de Almeida, tio-avô de Luís.⁵⁶⁹ Deste modo, o ano de 1746 foi de abertura e Luís de Almeida passaria a ser conhecido nas esferas militares e também letradas, ao receber a dedicação da mais importante obra de Francisco Freire.

Após o notável ano de 1746, Luís de Almeida sabia que seu destino começava a ser traçado rumo à vida militar em defesa da coroa lusa – em

⁵⁶⁷ Seguindo o avô paterno o 3º conde de Avintes, D. Luís de Almeida, que nasceu em 1669 e morreu em 1730.

⁵⁶⁸ Obra estudada pormenorizadamente no segundo capítulo.

⁵⁶⁹ D. Tomás de Almeida era tio-avô do 2º marquês do Lavradio, portanto, irmão do pai de D. Luís de Almeida. Nasceu em 1670 e morreu em 1754. Foi designado Patriarca de Lisboa em 1716. Não devemos confundir-lo com o principal Almeida, homônimo com D. Tomás de Almeida. Conferir Cronologia Biográfica.

Portugal ou em longínquas terras ultramarinas. Os textos biográficos registram com poucos detalhes duas viagens realizadas em 1749 com destino à França e à Espanha, com o objetivo de estudar mais detalhadamente a arte militar. Assim, o regresso e as ações empreendidas nestes deslocamentos são pouco conhecidos, apenas se sabe que durante sua estada na França conseguiu realizar importantes contatos com militares franceses que depois se deslocaram para contribuir com as forças militares de Portugal e possessões ultramarinas.

O ano de 1752 também foi de suma importância, o primogênito dos Almeida casou-se com D. Mariana Teresa Rita de Távora. Passados quatro anos nasceu o primeiro filho do casal e para o feliz sucesso da família, veio ao mundo, em outubro de 1756, um primogênito que recebeu o nome de Antônio Máximo de Almeida Portugal Soares Alarcão Melo Ataíde Eça Mascarenhas Silva e Lencastre. Para a sociedade setecentista lusa, era importante o nascimento de um filho homem, para que o nome da família fosse mantido. Neste sentido, cabe lembrar que investigar a família de D. Luís de Almeida não é tarefa fácil, pois as informações são contraditórias e raras entre livros nobiliárquicos, enciclopédias e historiografia. Dentre as obras que pesquisamos, localizamos que além do filho, o casal teve quatro meninas: Maria Rosa de Almeida, Joana de Almeida, Ana Maria de Almeida e Francisca Teresa de Almeida. Entretanto, nas cartas escritas do Brasil, D. Luís preocupou-se com a educação de mais dois filhos homens, o que seria o segundo varão Miguel e Tomás – filhos que não foram mencionados em nenhuma das obras pesquisadas.

Em 1760 D. Luís de Almeida perdeu o pai, que morreu na capitania da Bahia, ao se deslocar à América para ser vice-rei do Brasil – um período de tristeza para a casa Lavradio e que anos mais tarde D. Luís de Almeida relatou quando chegou ao Brasil. No ano seguinte, foi promovido a capitão e tornou-se o 2º marquês do Lavradio, através de carta régia assinada por D. José I em julho de 1761. Após dois anos como marquês, foi promovido a brigadeiro, em outubro de 1763. Portanto, o 2º marquês estabelecia sua vida militar e estava pronto para representar o rei e ser enviado a alguma possessão no ultramar. O que aconteceu em 1767, quando nomeado governador da capitania da Bahia. Com isso, fica evidente que D. Luís seguiu os passos traçados por seu progenitor, o

que era característico das sociabilidades portuguesas no século XVIII, embora tais caminhos não trouxessem boas lembranças. Porém, deixou o porto de Lisboa em fevereiro de 1768 e pisou pela primeira vez na Bahia em 18 de abril daquele ano.

A chegada à Bahia não foi um momento acalentador ao coração de D. Luís, embora tenha celebrado o sucesso da travessia do Atlântico. O que perturbou D. Luís de Almeida ao desembarcar em terras brasileiras foram as lembranças do pai que partiu de Lisboa e nunca retornou. Desse modo, D. Luís relatou ao tio, Tomás de Almeida, suas impressões na primeira carta que escreveu do Brasil, em maio de 1768,

cheyo de bastante mortificação aSesti | a todas as formalid.^{es}
do Costume, Sendome necessario | toda a reflexão p.^a vencer a
meu animo, e não Sei Se isto basta | porque a memoria que
esta terra, e todas estas funcôenz | q me fasem, todas Sam p.^a
mim tristez, e de huma grande Sau | dade, (...).⁵⁷⁰

Com estas expressões sabemos que D. Luís cumpriu suas primeiras obrigações na Bahia, embora o coração estivesse inquieto diante das lembranças. E continuou,

finalm.^{te} recolhime a caza com o mesmo Triunfo, e | depois fui
a caza do Perlado, e de llá fui a S.^o Fran.^{co} os Pa | dres que me
Esperavaõ me comdoziraõ ao Carneiro em q | Se acha
Sepultado o meu Pay e S.^r donde está huma Cape | lla, e alli
lhe fez toda a comonid.^e hum Sofragio a que la | aSesti, o
Conde de Valadarez e todos os mais q me acompa | nharaõ, e
ali confeço a VEx.^a a verd.^e *naõ tive forças, naõ | poderaõ os
meus olhos mais tempo ocultar o que Sentia | o meu Coração,
por natureza, e obrigação.*⁵⁷¹

D. Luís de Almeida compartilhou com o tio suas homenagens ao pai e sua angústia como filho. Assim, o serviço na Bahia iria sempre lembrá-lo desta

⁵⁷⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Bahia, 05 de maio de 1768, BR-AN_C_1095_f 2v.

⁵⁷¹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Bahia, 05 de maio de 1768, BR-AN_C_1095_f 2v.

tristeza – “he Serto q q.^{do} | Este Governo, não tivegem p.^a mim cousas que morti | ficaõ, bastaria esta rezaõ p.^a nunca aqui viver Com | tente”.⁵⁷²

Enquanto os detalhes da vida do 2º marquês são escassos e pontuais até o ano de 1768, os anos seguintes de vida são repletos de informações e acompanhados de uma vasta correspondência que nos permite conhecer um pouco mais de D. Luís de Almeida e quais foram suas atividades. Neste sentido, após 1779, quando ele voltou à península Ibérica as particularidades da vida deste português também ficaram obscuras, com pequenas evidências do que realizou ao retornar à corte. No entanto, embora os últimos anos da década de sessenta e a década de setenta, do século XVIII, sejam ricos em correspondência, a vida particular de D. Luís só pode ser visitada através das cartas de amizade e nas entrelinhas de algumas delas. Talvez não se possa acessar profundamente a intimidade de D. Luís, mas na sequência buscar-se-á oferecer alguns detalhes daquele que não foi somente governador e um dos mais importantes vice-reis do Brasil, diante dos inúmeros acontecimentos de sua administração. O 2º marquês do Lavradio foi também marido, pai, avô, irmão, sogro, sobrinho e amigo, funções que alimentou a distância e que foram representadas nas cartas por ele denominadas de amizade, diante daqueles com quem manteve laços de sentimentos – laços que a distância pode ter muitas vezes afrouxado, mas não rompido. Além disso, o próprio Lavradio buscava em suas cartas ser visto como D. Luís e não apenas como aquele que era o vice-rei do Brasil. Sentimento que compartilhou, por exemplo, com o conde de São Paio,⁵⁷³

e por mais que os diffentes acon | ticimentos, tenhaõ procurado separarnos, nunca o meo Coraçãõ, | a m.^a fidelid.^e, e o meu Sangue o consentem, Sim meo Sam Payo, | eu Sou o mesmo Primo Luis; esquecim.^{to} de amizd.^e, Separaçaõ | do trato, as extraordinarias distancias, e trabalhos, a que me tem | conduzido o destino, couza nenhúa destas me fará nunca mu | dar daquelle carater, q’ tu Sempre me conheseste.⁵⁷⁴

⁵⁷² Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Bahia, 05 de maio de 1768, BR-AN_C_1095_f 2v.

⁵⁷³ Antônio José de São Paio Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignano, conde de São Paio.

⁵⁷⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de São Paio, Rio de Janeiro, 26 de março de 1773, BR-AN_C_1096_f 31.

Lavradio esperava que o recebessem, através de suas cartas, como o primo, como o amigo, como aquele do convívio anterior ao ultramar.

Almeja-se dar a conhecer um D. Luís de Almeida que diante das dificuldades da distância, dos problemas de governo, das tribulações da vida colonial, conservou seus vínculos de amizade, manifestou suas inquietações, reclamou a desatenção daqueles que não respondiam suas cartas, cuidou dos filhos em idade de casamento, preocupou-se com a gestação das filhas, sentiu saudades das conversas com os amigos mais próximos e, acima de tudo, buscou fazer-se presente na vida daqueles que amava. Para isso, escreveu muitas e muitas cartas. Somente entre 1768 e 1776, datação dos livros de copiador das cartas de amizade, D. Luís registrou 557 missivas.⁵⁷⁵ Porém, sabemos que as cartas excederam consideravelmente este número, já que as enviadas aos filhos, às filhas, à esposa e outros, não foram preservadas e/ou registradas, dúvida que não podemos responder. Portanto, temos como hipótese que D. Luís deve ter escrito mais de 1000 cartas de amizade que atravessaram o Atlântico e acalentaram ou atormentaram os entes queridos. Assim, podemos afirmar que D. Luís foi obcecado com a prática epistolar, pois além da escrita de amizade, precisou manter as de ofício, produzindo também infinitas cartas: somente de 1768 a 1774, entre as registradas em copiador, enviou 234 cartas a dois secretários da corte portuguesa.⁵⁷⁶ Portanto, o 2º marquês de Lavradio, antes de tudo, foi um homem de escrita epistolar, já que governou e sentiu através dela – por ironia ou não do destino, a única obra que lhe foi dedicada tratava do ensino da arte de escrever cartas aos secretários, homens que tanto contribuíram com ele, como vimos no capítulo anterior.⁵⁷⁷

Por certo, D. Luís de Almeida não daria conta de tantas cartas se não tivesse ao seu lado uma boa equipe de homens de escrita. O que reconheceu ao encerrar seu cargo de vice-rei, pedindo à rainha que oferecesse mercês aos secretários que tanto lhe tinham ajudado.⁵⁷⁸ Portanto, a escrita de Lavradio não

⁵⁷⁵ Trata-se dos códices 1095 e 1096, acervo do BR-AN.

⁵⁷⁶ Trata-se do códice PSS_cx_3, acervo na PT-BN.

⁵⁷⁷ Durante esta investigação não localizamos nenhuma outra homenagem, portanto indicamos como única a dedicação do compêndio de Francisco José Freire.

⁵⁷⁸ Esta questão foi tratada no final do segundo capítulo.

admite apenas duas mãos, mas várias. Em muitas cartas aos amigos e familiares se desculpou por não escrever de próprio punho, confessando que ditava suas cartas, já que o serviço era intenso com as cartas de ofício, que ele não tinha tempo para tantas escritas. Eis o que compartilhou com o amigo conde de Prado,⁵⁷⁹

Meu Primo, e Snr de todo o meu Coração quanto tu || [f 49v]
te enganas commigo, entendeste que eu não daria as tuas |
cartas, toda aquella veneração e respeito que devo, e por esa |
rezaõ me escrevestes em figura reLiquia pella pique | neza
dellas, pois não Senr. pode v. escrevelas Compridas | e quanto
mayores forem, mais indolenças traraõ | reguleçe v. pello
tamanho das minhas cartas que tem | recebido, exceto esta e
Satisfaçome, que Sejaõ como | metade das minhas, e *Se a v
lhe custa tanto escrever | de maõ propria como a mim, o noso
am.º Gouvea a q.ºm | muito me recomendo poderá continuar o
Seu an | tigo e Sempre memoravel exercicio (...).*⁵⁸⁰

De próprio punho ou de punho alheio, para D. Luís o que contava era manter o sensível vínculo da troca epistolar, questão que manifestou não apenas ao conde de Prado, mas a outros correspondentes. Durante o estudo do *corpus* localizamos pouquíssimas cartas escritas pelo punho de Lavradio, apenas alguns exemplares. Através da letra miúda de D. Luís podemos dizer que suas habilidades com a pena eram menos eficientes, por isso, usava tanto as mãos dos secretários para materializar suas cartas. Eis o trecho de uma carta com a letra de D. Luís de Almeida:

⁵⁷⁹ Lourenço José de Brotas de Lancastre e Noronha, conde de Prado (8º) [5º marquês das Minas].

⁵⁸⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Prado, Bahia, 01 de fevereiro de 1769, BR-AN_C_1095_f 49 e 49v.

A M^{ma} Com^{ma} p^{ra} de V^{ex}. g^{ra} D^{na} Ant^{na}
 Com^{ma} de V^{ex}. Rio de Jan^{ro} 12 de Fev^{ro} de 1770
 M^{mo} L^{mo} de Oeiras
 De V^{ex}.
 Comp^{te} Major d^{na} m^{ma} S^{ra} de f^{ra}
 Cap^{to}
 M^{mo} L^{mo} de Almeida

Carta original com letra e assinatura de D. Luís de Almeida enviada ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1770. AHU_ACL_CU_017, Cx. 89, D.7794.

O que sabemos das sociabilidades e sensibilidades do homem Luís de Almeida, através da correspondência de amizade? O primogênito de D. Antônio e D. Francisca antes de deixar Lisboa, em 1768, assistiu aulas de Retórica, o que, certamente, foi importante para alguém que escreveu tantas cartas. Gostava de ir à ópera, local onde se encontrava com uma mulher da qual temos pouquíssimas informações. Deleitava-se com as conversas na quinta da Conceição,⁵⁸¹ da qual sentia profundamente falta, além disso, gostava também de estar em Cascais e na casa de campo em Santa Clara. Como atividade fora da vida militar, apreciava o cultivo de uvas, tema tratado em muitas das cartas trocadas com o tio, Tomás de Almeida. Já como religioso, demonstrou-se um fiel

⁵⁸¹ A Quinta da Conceição era um lugar muito estimado por D. Luís. Assim, quando o tio, Tomás de Almeida, organizou a venda de um bem da família, logo Lavradio solicitou que o dinheiro fosse investido na quinta, como vemos no seguinte trecho: "(...) e ainda q eu rezervava o | fazer esta deLigencia, qd.^o me recolhece, p.^a empregar o dr.^o daq.^{la} | venda em dar principio a huá Caza mais deSente na Quinta | da Conceição, parecendome q Sendo aLi a Cabeça do Morgado | [f 318] mais principal da Caza, acerscendo a isto o ter eu Nascido na | quella Quinta, e o meu filho primogenito, Sendo vergonha | o termos aLi huá taõ má indesente acomodação, com tudo eu | me Louvo gostozisimam.^e no q' VEx.^a a este respeito detremi | nar, dando a VEx.^a todos os poderes, para que VEx.^a de ordem | Sua mande fazer asim a este respeito como a todos os mais | que o dizem a m.^a Caza, o que lhe parecer mais aSertado, e o q' | for maiz da sua Satisfação". Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1771, BR-AN_C_1095_f 317v e 318.

devoto da Virgem da Conceição. Fato que registrou, especialmente, no feliz nascimento dos netos, como podemos ler na carta enviada ao tio,

Chegou finalm.^e a not.^a da embarcação ser de Lx.^a e que | a m.^a filha tinha tido feliz suceso, deixo à consideração | de VEx.^a q.^L Seria o meu prazer, q não pude demorar | hum instante q a m.^a Protetora e finalm.^e a q.^m em tudo | ampara a nosa Caza a Santissima Virgem da Conceição, (...).⁵⁸²

Em relação à natureza da América, D. Luís manifestou-se como um curioso diante da fauna e da flora, trocando informações e enviando exemplares de espécies a Lisboa. Assim, além de passar parte do seu tempo no gabinete a compor e a responder cartas, D. Luís passeava pelo Rio de Janeiro, admirando animais e vegetais que via pela primeira vez, e quando podia compartilhava com os que estavam na península seus achados. Eis o que enviou ao amigo marquês de Angeja,⁵⁸³

remeto tambem da m.^a parte hum | pexe, chamado pexe boy, e huá arvore marinha, que tambem a | qui pude alcançar, vai mais hum insettozinho, que me parece estra | vagante, e huá pedra que eu mesmo â achei na praya, tudo o que | continuar a hir aparecendo deste genero hirâ hindo a fim de poder | satisfazer a curiosidade de VEx.^a |.⁵⁸⁴

O envio de alguns animais e plantas foi tema corrente na correspondência trocada com Angeja, pois Lavradio buscou contribuir com o acervo de História Natural do amigo. Porém, não só a Angeja enviou as curiosidades, em carta de abril de 1774, ao secretário Martinho de Melo e Castro, registrou

Douz Off.^{os} tenho recebido de V Ex.^{ca} afim de haver de re | metter p.^a as Quintas d'EL REY Meo S.^{or} todas as qualid.^{es} | de Pasaroz, que aqui se podesem descobrir, em cuja deLigencia fico, (...) porem devo dizer a que esta remeça poderá ter | alguma demora, porque como a mayor p.^e destez Pasaros, saõ

⁵⁸² Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1772, BR-AN_C_1095_f 343v.

⁵⁸³ Pedro José de Noronha, marquês de Angeja.

⁵⁸⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Angeja, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1773, BR-AN_C_1096_f 17.

costu | mados a comer bananaz, e outraz Frutaz, as quaez se
não podem con | servir no tempo da dilatada viagem, q
costumaõ ter os Navioz | qd.^o vaõ p.^a Europa, que se fas
precizo ver se os posso primeiro | costumar a outra casta de
sustento, afim q posão chegar vivoz. |⁵⁸⁵

Lavradio durante seu governo passou momentos a observar os animais e seus costumes, para então, poder enviá-los a Lisboa, desenvolvendo até mesmo técnicas para que lá chegassem vivos, como no caso de substituir a alimentação dos que apenas comiam bananas.⁵⁸⁶ Com isso, estar entre as descobertas da flora e da fauna, não só o distraia, mas também lhe permitia continuar a servir ao rei, já que Lavradio também tratou de sementes e seus diferentes tipos de cultivos, como o do arroz, além da criação de alguns bichos para a produção de fios. No entanto, Lavradio dedicou-se a investigar, não só por curiosidade, mas buscando benefícios para o reino.⁵⁸⁷ Como partilhou na interessante carta a Martinho de Melo e Castro em maio de 1774,

Tambem descobri agora, huns novoz bixos | do Matto, que
produzem a seda, de que há grd.^e quantid.^e, e de que |

⁵⁸⁵ Continuação da carta: “Devo tambem dizer a V Ex.^{ca} que pode | rá contrabuir p.^a a demora, o não haver estez Pasaroz || [f 333v] em todo o tempo, porq só o em q a Laranja está madu | ra, hé o em q costumaõ aparecer algunz, que tem mais | alguma rarid.^e; os à que chamaõ Picaflorez, saõ taõ suma | mente delicadoz, que receyo não posão chegar; porem | as deligenciaz far-se-haõ todas como V Ex.^{ca} recomenda; | e do mesmo modo a praticarei a resp.^{to} das Antaz, Tamandu | az, e dos maiz Animaez, q se poderem descobrir”. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 333 e 333v.

⁵⁸⁶ No mesmo códice, em maio de 1774, um mês após a carta que citamos, Lavradio noticiou novamente a Martinho de Melo e Castro, novidades em relação aos pássaros. “Depois de ter escripto a V Ex.^{ca} a respeito de não ter ain | da Passaros desta Cap.^{nia} para remetter segd.^o o Avizo de V Ex.^{ca} | me apparecão os que vem de Angola, que os remetto em douz | viveiroz, que a V Ex.^{ca} seraõ entreguez, os quaez mando aonde | cionados o melhor que me hé possivel. Hé o q se me | offerece dizer a V Ex.^a sobre esta materia D.^s G.^{de} a V Ex.^a R.^o de Janr.^o”. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 341.

⁵⁸⁷ As investigações de Lavradio junto à flora e à fauna brasileira não eram apenas para sanar curiosidades e faziam parte de um objetivo específico. Consolidado com a criação da Academia Científica do Rio de Janeiro – criada em fevereiro de 1772 (antes da Academia de Ciência de Lisboa - janeiro de 1780) e ligada à Academia Real das Ciências da Suécia, terra do importante naturalista Carlos Lineu. O objetivo da academia era incentivar os estudos e as práticas voltadas à botânica, pois Lavradio buscou demonstrar que as riquezas da América estavam muito além do ouro e dos diamantes. Devemos considerar que o objetivo de Lavradio com a academia estava inserido em um amplo projeto e, de acordo com Vera Marques, “cabia nos objetivos de Pombal em incentivar os estudos de história natural. Logo a criação da Academia Científica foi fruto desse espírito científico empreendedor de vários homens sintonizados com os princípios do movimento das Luzes”. MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 25, p. 39-57, 2005. pp. 43.

ninguem athe gora tem feito cazo: os Cazullos são m.^{to} |
maiores do que os nossos: os bixoz os fabricaõ differentem.^{te}, |
porque sempre lhe deixaõ huã parte aberta, por donde | a
borbuleta passa sahir: as borboletaz são de huã ex |
traordinaria grandeza: eu fico com grd.^e cuid.^o, e miude | za
examinando esta produçaõ, que parece maravi | lhosa, para
melhor poder informar a V Ex.^{ca} |
Agora remetto a V Ex.^{ca} a Seda que | fiz tirar de alguns
Cazulos, p.^a V Ex.^{ca} ver a qualid.^e della. |⁵⁸⁸

Ao se ocupar destes aspectos naturais, Lavradio conseguia que sua estada na América fosse menos entediante. Além de fazer do seu governo não apenas uma preocupação militar com a conservação do território, como escreveu, “eu fico com o mayor ardor promovendo este negocio, | que concidero de grandissima utilid.^e para o Estado. |”.⁵⁸⁹

Em relação aos seus costumes alimentares pouco ficou registrado. Entretanto, sabemos que apreciava doces, sentindo-se muito agradecido aos que recebia de Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo,

P.S. A admiravel marmelada, | e pessegada, todos os dias aó
jantar, e a Seya me instaõ para que | repita a V.Ex.^a o meu
agradecimento; eu não poso rezestir a estas | doces instancias,
principalmente quando me são taõ lizon | geiras, as ócazioens
de repartir o agradecimento da sua memoria.⁵⁹⁰

Lavradio manifestou esta gratidão à marmelada e à pessegada em novembro de 1775 e até 1777 temos registros de agradecimentos ao amigo governador de São Paulo pelos doces que recebia. D. Luís de Almeida em uma longa carta de ofício destinada a Saldanha, composta em 25 de abril de 1777, manifestou suas perturbações em relação à perda da ilha de Santa Catarina e o que deveria ser feito para restituí-la, assim, mesmo em tal situação, não deixou de agradecer,

⁵⁸⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 07 de maio de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 341v.

⁵⁸⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 07 de maio de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 341v.

⁵⁹⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1775, BR-AN_C_1096_f 135v. Além deste trecho, em outra carta a Saldanha, Lavradio também fez referência aos doces que recebia, “O doce que eu agradeço infeitamente hé excelente, | e melhor do que elle hé só a grande vontade com que Sempre me | tem prompto p.^a em tudo lhe dar Gosto”. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1776, BR-AN_C_1096_f 147.

Agradesso a V.E.^a o excellente dosse⁵⁹¹ com q | agora me regalla, q foi entregue p.^{lo} Mestre Ant.^o | Ferr.^a q ja chegou de volta do porto de Santos //. ⁵⁹²

Além dos doces, sabemos que apreciava biscoitos. No trecho que segue, dividido com o amigo Antônio dos Santos Barbosa, vigário da vara da vila de Cascais, identifica-se momentos que eram agradáveis a D. Luís, entre parreiras e biscoitos,

Pareceme que basta de converçaõ | da B.^a, agora quero que vm.^{ce} me dé novas | da nossa parreira; dos biscoitos da Sr^a D. | Maria Barboza, a quem vm.^{ce} dará hum | grandissimo recado meu, e não posso segurar | a vm.^{ce} o quanto todos os dias no meu passeio | me Lembra a Sua Comp.^a, e a Sua baranda; | porem Se D.^s for Servido que me recolha | com vida e Saude no fim do meu Governo | eu irei recuperar o tempo que tenho perdi | do, e entãõ conheceraõ todos que he a | minha amiz.^e a que me Leva a Casca | es; não a obrigaçaõ dos meus Lugares: | Pelo Cap.^m André Ferreira receberá vm.^{ce} | hum prez.^e para a nossa parreira, trate | me bem dela; e não deixe ninguem ga | var a formuzura dos Cachos, porque bem | Sabe o grande pirigo que isso tem. | ⁵⁹³

E a aparência física de D. Luís de Almeida? Muito pouco se sabe. Consta no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, na obra *Retratos de Homens Illustres*⁵⁹⁴ a única imagem que se conhece – uma gravura em litografia, datada de 1843, sem indicação de onde a imagem teria sido baseada. Nesta gravura, presente na capa deste trabalho, D. Luís aparece como um homem vigoroso e com uma peruca branca, acessório comum entre os homens das sociedades de corte.⁵⁹⁵ Porém, nas cartas enviadas desde o Brasil, Lavradio não se representava robusto, como escreveu em junho de 1770,

⁵⁹¹ Doce.

⁵⁹² Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1777, PT-BN_C_10631_f 104.

⁵⁹³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio dos Santos Barbosa, Bahia, 29 de maio de 1769, BR-AN_C_1095_f 103.

⁵⁹⁴ Imagem disponível em <http://purl.pt/13192>. Acesso em março de 2008.

⁵⁹⁵ A imagem que ilustra a página 03 foi um trabalho da amiga e designer, Carolina Maria Coelho, que ao receber as imagens que encaminhei e as minhas intenções, conseguiu representar aquilo que eu pretendia, envolvendo D. Luís de Almeida em sua escrita epistolar e livros de copiador.

Eu aqui vou pasando soando cosando me e athe gemendo |
muito mais q' o Conde de Aveiras confeço te q' me vou
redozindo | a mais galante figura q' Será necesario q quando
voltar p.^a Europa | Levar Sertidaõ de q' eu sou o mesmo
Marques do Lavradio com | q' VV. tinhaõ tanta amizade. |⁵⁹⁶

Na América, D. Luís emagreceu, assunto que comentou com outros parentes e amigos. Além disso, na mesma carta, Lavradio falou de seus cabelos, portanto, a peruca da gravura, além de ser um acessório comum na época, certamente, tinha a intenção de esconder a calvície de D. Luís,

Logo que aqui cheguei esperamceime m.^{to} de q' me | tornaria a
fazer moso vendo o Ten.^e Gen.^{al} apresentar⁵⁹⁷ se me com os |
Seus belos Cabelos, porem a m.^a mofina Calva, não se em |
envergonhou com aquelle quinaõ antes cada vez vai em mais ||
[f 218] aumento, de forma q' brevem.^{te} me verei sem hum só
Cabelo, e reduzem çe todas as novid.^{es} do Pais as m.^{as} velhiçes.
|⁵⁹⁸

Uma das pertinentes reclamações do 2º marquês do Lavradio em suas cartas foram as doenças que o atacaram na colônia, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro. Lavradio se queixava do clima, dos insetos, dos modos de viver, argumentando que tais aspectos o adoeciam. Em algumas cartas, os achaques foram relatados com mais detalhes como na que escreveu ao genro, conde de Vila Verde,⁵⁹⁹

Eu logo no terceiro dia da minha chegada fui ata | cado de huá
das molestias da Terra que me cauzou bast.^e | cuidado, porem
com a continuação de banhos e de varias | outras
impertinências tenho conseguido alguma me | lhoria, achome já
coberto desde o pescoço athe a sentu | ra de huá especia de
[ilegível]rtceja⁶⁰⁰ que me não, deixa Suce || [177v] gar nem de

⁵⁹⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Prado, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1770, BR-AN_C_1095_f 217v.

⁵⁹⁷ Na edição ao invés de *presentar*, no sentido de *apresentar*, foi transcrito *presentear*.

⁵⁹⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Prado, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1770, BR-AN_C_1095_f 217v e 218.

⁵⁹⁹ José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, conde de Vila Verde (5º), marquês de Angeja (4º), filho de Pedro José de Noronha, marquês de Angeja (3º).

⁶⁰⁰ Brotoeja.

dia, nem de noites, fazendome parecer que | estou todo cheyo de pontas agudas de alfinetes q continuam.^{te} | me estão penetrando; finalm.^{te} depois q cheguei ainda não | passou hum só dia em q podeçe dizer que me achava bom, | e o pior hé ter que paçar por este tormento tres annos q ´ receyo | me faldem as forças para rezistir.⁶⁰¹

Em relação ao bem-estar de D. Luís o que parece mais interessante são as ligações que ele estabeleceu entre sua saúde e o seu retorno a Lisboa, retornança que lhe livraria das preocupações e cansaços da prática de governar. Neste sentido, D. Luís atribuía muitas de suas moléstias às inquietações do exercício administrativo, como se verifica no trecho enviado ao marquês de Penalva,

EU meu Ex.^{mo} continuo sempre com as m.^{as} | mazelas, e tenho asentado q só me poderá curar dellas, | o Sol da Quinta da Conceição, e o paceyo das Lapas porque | emqt.^o eu me vir rodiado do grande trabalho, e *Cuid.^o q tras | comsigo este emprego em q me acho, Será imposivel, ter | nunca Saude nem descanso.* |⁶⁰²

E também dividido com conde de Vila Verde,

Da m.^a Saude pouco poso dizer a V. mais q o ase | verar-lhe q *emq.^{to} me não vir descansado destes trabalhoso, e aris | cada emprego em q me acho;* eu não poderei deixar de pasar | Sempre aflito e cheyo de mil mazelas. |⁶⁰³

Neste sentido, a pior mazela e/ou aflição de D. Luís era sua estada no Brasil e à frente do vice-reino.

Com os trechos que acima citamos, conhecemos um pouco mais de D. Luís nas suas relações consigo. Mas, como era Lavradio como marido? Sabemos que D. Luís e D. Mariana Teresa trocaram muitas cartas, mas, infelizmente, são desconhecidas, já que acreditamos não terem sido preservadas. Porém, no *corpus* da tese o nome da marquesa, como Lavradio se referia a D. Mariana

⁶⁰¹ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_1095_f 177 e 177v.

⁶⁰² Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Penalva, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1771, BR-AN_C_1095_f 279v.

⁶⁰³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1770, BR-AN_C_1095_f 230.

Teresa, foi mencionado em aproximadamente 35 cartas, especialmente, nas trocadas com o tio Tomás de Almeida. Fato que comprova que a correspondência entre o marquês e a marquesa foi assídua, pois quando não recebia cartas da esposa logo relatava ao tio os desgostos que sentia, como na carta de fevereiro de 1771,

Eu não tive o | gosto de receber agora, p.^{La} Curveta q aqui chegou a quatro | dias naq.^L só recebi huá Carta da Marqueza do Lavradio q | não pasava de 10 regras; hé serto q estas comrespondencias | tanto a miudo, são infadonhas p.^a q.^m tem negocios mais | importantes q o de saber da m.^a Saude |⁶⁰⁴

Quando as cartas recebidas eram pequenas ou ínfimas em conteúdo, D. Luís manifestava certa irritação, especialmente, quando os “negocios mais | importantes” eram os casamentos das filhas. Porém, nem tudo na troca epistolar do casal foi intriga, já que de Portugal a marquesa também remetia presentes ao marido, “A Marqueza, me remetteo huá excelente e linda bangala, | e por me deixar em duvida, a q.^m eu devia agradecer, esta generosa | Lembransa”.⁶⁰⁵ Assim, D. Luís de Almeida agradeceu ao tio por ter recomendado à marquesa o envio da bengala. Além disso, compartilhou com ele, um pedido que fez a D. Mariana Teresa,

A Marqueza do Lavra | dio digo, q me esteja preparado o meu quarto na Quin || [f 70] na Quinta da Conceição, bem reparado do Frio, porq. Se eu | tiver a fortuna de q El REY meu S.^r me premita a hon | ra de aos Seus pêz | he beijar a maõ, mostrando não se dar | por descontente do piqueno serviço q. lhe tenho feito, detre | mino pedir Logo Licença, p.^a hir descansar por algum tempo | naq.^{Le} Sitio, na comp.^a dos meus f.^{os}, e nettoz, e de VEx.^{cas} | pois bem necessita o meu animo deste desafogo p.^a comvalecer. |⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1771, BR-AN_C_1095_f 283v.

⁶⁰⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1772, BR-AN_C_1096_f 2v.

⁶⁰⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1773, BR-AN_C_1096_f 69v e 70.

Entretanto, o quarto arrumado pela marquesa ainda esperaria mais de cinco anos para ser usado por D. Luís. O papel da marquesa à frente da casa Lavradio foi de suma relevância, embora ela tenha contato com a ajuda de Tomás de Almeida. Importância significativa nos arranjos do casamento das filhas, assunto que a marquesa cuidou junto do tio e do marquês de Pombal, a quem Lavradio sempre pedia proteção e opinião em relação a este tema. O *corpus* da tese não nos permite mais informações em relação ao matrimônio de D. Luís. Porém, outra mulher dividiu espaço com D. Mariana na vida de D. Luís de Almeida.

Entre as primeiras cartas enviadas da Bahia, consta uma expressiva e longa missiva ao conde de Prado. Nesta correspondência, Lavradio relatou, pormenorizadamente, as intempéries da viagem e suas primeiras impressões do Brasil, em tom bastante amigável e tranquilo, o que arriscamos dizer, quiçá, *íntimo*. No seguinte trecho, Lavradio descreveu suas impressões das mulheres na colônia,

Este Pays é ardentissimo, as mulheres | tem infinitas Liberd.^e,
todas saem á noite Sós andaõ quase nuas a | pouco mais de
meya cintura p.^a Sima, e porque as camizas são fei | tas em tal
desgarre, que hum ombro, e peito daquella parte hé neces |
sario que ainda aparecendo todo, Saem em chinéllas, e de todo
este modés | to preparo podes tu tirar a concluzaõ que se
Seguirá, tu neste Pays | não te bastariaõ nem os meus
Concelhos, nem o meu modesto ex | emplo, nem finalm.^{te} as
tuas experiencias, para te não aruina | res em breve tempo, Só
se foses Governador, porq esses ainda q queiraõ | ser maus,
não tem hum instante que possa ser seu: |⁶⁰⁷

D. Luís de Almeida expressou a visão de um português presenciando sociabilidades diferentes das quais estava acostumado. Assim, podemos acreditar que quando viam mulheres em tais condições ardiam em desejo, sendo que o conde de Prado talvez não conseguisse se controlar, na percepção de D. Luís. Na sequência da carta, eis o comentário de Lavradio,

⁶⁰⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Prado, Bahia, 21 de julho de 1768, BR-AN_C_1095_f 11.

Torno a recomendarme com a mayor Saud.^e ao nosso Melo, |
estimo que *Sestine se concerve ainda tam bonita, e com propo*
| *zito, eu entendi que com a minha vinda fizese algum*
despropo | *zito*, porem como eu tinha deixado de fazer cazo
della, e lhe tinha | dado bons dezenganos m.^{to} antes da m.^a
partida, tendo deixado de | aparecer na Opera havia m.^{to} perto
de dous mezes, Creyo que tudo is | to lhe fes aplacar mais o
seu ardor; |⁶⁰⁸

D. Luís de Almeida fez referência a uma mulher que encontrava quando frequentava a ópera e que temia sua reação quando teve que deixar Lisboa para governar a capitania da Bahia.

Na segunda carta, escrita ao mesmo Prado, exatamente, cinco meses após a primeira, Lavradio voltou a falar da tal mulher,

Dos Governadorez não dou noti | çia, porque como elles vão
elles as daraõ mais frescas | de Si, e com esta breve cresença
de vm.^{ce} a m.^a carta | por acabada, e *regalaze com a vista da*
*S.^{ra} Sestine*⁶⁰⁹ | *que eu aqui estou como hum monge na Sua Te*
| *baida*, aDeos meu Prado Deos the G.^e | m.^s an.^s |⁶¹⁰

Das oito cartas que D. Luís de Almeida escreveu da Bahia ao conde de Prado, registradas em copiador, apenas nas duas primeiras Lavradio mencionou a tal *Sestine*. Nas próximas cartas, Lavradio passou a ser mais direto, reclamando da falta de correspondência de Prado, que não o escrevia. Diante da sociabilidade não compartilhada, D. Luís foi deixando de ser tão acercado ao amigo Prado. E, a tal *Sestine*, não foi mais mencionada. Porém, quem foi tal mulher, que poderia provocar disparates diante de sua ausência? Talvez uma *concubina*, ao linguajar da época, já que D. Luís fez referência a ela com certa intimidade. Além disso, sabemos que no século XVIII existiam em torno de três cantoras⁶¹¹ de ópera – local onde Lavradio afirmou encontrá-la – que atuavam em Lisboa com este

⁶⁰⁸ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Prado, Bahia, 21 de julho de 1768, BR-AN_C_1095_f 12.

⁶⁰⁹ Na edição [(1978) Conferir Fontes impressas] consta: Sustine.

⁶¹⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Prado, Bahia, 15 de dezembro de 1768, BR-AN_C_1095_f 35v.

⁶¹¹ Provavelmente italianas.

nome, especificamente, Sestini.⁶¹² Entretanto, não nos cabe julgar os comportamentos extraconjugais do 2º marquês do Lavradio que escaparam entre os desabafos de suas *sensações de fala* ao amigo Prado.

D. Luís de Almeida como pai, mostrou-se um homem atento e preocupado, sobretudo, por estarem os filhos em idade de estudo e as filhas em idade de se casarem. O primeiro filho mencionado nas cartas foi o primogênito. Assim, no longo, mas importante, parágrafo que citaremos, podemos perceber as constantes preocupações de D. Luís com o sucessor da casa, eis o trecho escrito em fevereiro de 1770,

Tornando a falar de Antonio devo dizer a VEx.^a | que não há hora do dia, nem da noite *q elle me não esteja | Lembrando, hé hum f.º q espero em Deos seja servido perme | tir que elle Seja Sucessor da m.ª Caza* p.^a quem eu tanto a de | zejo, não só pella providência o ter feito nascer primr.º mas | porque lhe conheço hum genio, e hum Coração, q sempre me faz | avivar a eterna Saudade de meu Pay, e Seu Avou, Se ao | rapas o tratarem com brandura procurando convencelo pella re || [f 173] *zaõ Lembrandolhe vivamente, mas com modo, as obriga | çoêns dos homens do seu Nascimento*, estou bem Serto q | tudo se vira a vencer delle, porem em o deixarem Solto, | ó Sem o desesperarem com desabrimentos, virei a ter a | magoa, de que em Lugar de elle vir a fazer hum dia | a m.ª Concolação, me aja de vir a ser o mais cruel ins | trumento, que me faça cheyo de desgosto acabar a minha | Consolada vida |.⁶¹³

Nesta missiva, escrita ao tio, D. Luís temia a educação do primogênito, portanto, pedia-lhe que insistisse em convencê-lo das “obriga | çoêns dos homens do seu Nascimento”. Notemos que Lavradio estava no Rio de Janeiro havia pouco tempo, quando escreveu esta carta, assim, não sabia quando deixaria o cargo de vice-rei para então cuidar da educação dos filhos. Além da educação, outro aspecto consumia D. Luís, os arranjos do casamento da prole que, desde a colônia, Lavradio os articulou com as principais casas nobiliárquicas portuguesas.

⁶¹² Agradeço a sugestão da Profa. Laura de Mello e Souza que me impulsionou a pesquisar a possibilidade de “tal mulher” ser uma cantora de ópera. Com isso, no livro *Opera in Portugal in the Eighteenth Century* localizamos três Sestini que atuaram como cantoras nesta época. BRITO, Manuel Carlos de. *Opera in Portugal in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

⁶¹³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_f 172v e 173.

Em relação às disposições para o casamento de Antônio, D. Luís pediu ao tio que nada “sobre esta matr.^a” fosse ajustado “Sem o parecer | e aprovação do Conde de oeyras, a elle temos sido sempre | m.^{to} obrigados”, pois se tratava do “negócio mais impor | tante da nosa Caza”.⁶¹⁴ Cabe lembrar que esta carta foi escrita em 1770. Passados quatro anos, D. Luís, em carta de amizade a Sebastião de Carvalho e Melo, que de conde de Oeiras já era marquês de Pombal, escreveu,

A || [f 336] A Marqueza do Lavradio me aviza nas ultimaz | Cartaz, q.^e recebi suas, q tinha consertado a Cazar meo Filho Pri | mogenito Ant.^o de Almd.^a, *huã filha dos Marquezez de | Penalva*, e ainda que a mim se me dis ter V Ex.^{ca} aprovado ezte | negocio, eu naõ dez.^o o voto de V Ex.^{ca}, nem a sua aprovação | neste Cazo, só politicam.^{te} como de hum M.^e de Est.^o, eu respeito | profundam.^{te}, a grandeza, e autorid.^e do grande Lugar, que V Ex.^{ca} | tão dignamente occupa; *porem agora eu quero o parecer de | V Ex.^{ca}, como de hum meo fiel Am.^o, de hum Patrono*, e de huã | pessoa, a quem eu nomeo particular, tenho devido as mayorez | demostrançoéz de amizade, e beneficios taez, que sempre será pouco | todo o meo agradecim.^{to},⁶¹⁵

No decorrer da carta, Lavradio ainda compartilhou com Pombal o que a marquesa e a sogra achavam de tal união, Penalva-Lavradio. Neste momento, Antônio tinha apenas 18 anos, ao olhar de D. Luís “Ant.^o estava ainda | com m.^{tos} poucos annoz”.⁶¹⁶ Contudo, embora desde 1770 o casamento do primogênito fosse um dos temas da correspondência de Lavradio, ele só casou depois do retorno do pai, em 1783, com D. Ana Tales da Silva, filha do 2º marquês de Penalva, irmã de um dos seus cunhados e a mencionada na carta a Pombal. Ou seja, o casamento ficou sendo arranjado por mais de 13 anos.

Os outros dois filhos homens mencionados nas cartas de D. Luís são Miguel e Tomás. Filhos que também receberam a preocupação do pai com a

⁶¹⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1770, BR-AN_C_1095_f 247v.

⁶¹⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 335v e 336. Conferir o apêndice 04, no qual consta uma carta de amizade de D. Luís de Almeida ao marquês de Pombal, transcrita na íntegra.

⁶¹⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 336.

educação e rumo que seguiram na vida. Em carta de novembro de 1772, ao tio, Lavradio compartilhou sua alegria em saber que Tomás já deixava de ser tão preguiçoso e que Miguel já poderia, em breve, estar mais dedicado aos estudos. Além de manifestar sua intenção em ter Antônio junto dele na América, porém era um tema que argumentava se cansar de *falar* e ninguém concordar com ele. Por conseguinte, quatro meses depois, Lavradio tornou a escrever ao tio, declarando o destino de Miguel, “Eu bem conheço que | a vida Eclesiastica hê a em que tem mais meyo hé | filho segundo p.^a viver com abundancia, e desencia”. Porém, recomendou ao tio que não obrigasse Miguel a nada, que ele escolhesse o que tivesse mais gosto e inclinação, e “Eu estimo q elle agora será applicando com mais cuid;^o | e a carta, q eu agora nestez Navios receby d’elle, já a vejo com | mais acerto, ainda que com muito ma Letra. |”.⁶¹⁷ Assim, Lavradio, através da prática epistolar, teve instantes de aproximação com os filhos.

Passados alguns meses, julho de 1773, as notícias da família inquietaram D. Luís. Ao ler a primeira carta do tio, das duas que chegaram no mesmo dia, ficou feliz em saber dos adiantamentos de Miguel e que Antônio era reconhecido por suas qualidades. Contudo, a alegria desfez-se ao a abrir a segunda carta, e ler que o filho Miguel vinha comportando-se de modo ingrato diante do tio.⁶¹⁸ Assunto que deixou D. Luís de Almeida desconsertado,

Eu fico taõ cheyo de pezar: tem me feito esta | noticia tal pertubacaõ, q confeito a VEx.^a que me estala *o coração que não sey nem o que digo, nem o q escrevo*. (...) Estimo q Sua Mai⁶¹⁹ o levasse aos pez de VEx.^a e | tao bem estimo q ella o deichase ficar em Caza, e so sinto eu | *Lâ não estar p.^a lhe arrancar as orelhas, como elle merece* | VEx.^a perdoê este meu desafogo; porem o coração de hum | Pais, que ama tanto aos seus filhos,

⁶¹⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 26 de março de 1773, BR-AN_C_1096_f 25v e 26.

⁶¹⁸ Eis o trecho da missiva: “em que me re | presenta o desprezito do Miguel, que ainda q nelle senaõ descubrise | nenhuma acaõ por donde se posta imaginar ser aquelle desparate nascido | de algum pençamento viciozo, com tudo confeito a VEx.^a que me deicha | em huma morteficaçaõ q’ eu a não posso explicar, e sinto q’ elle dese a | VEx.^a hum taõ maû agradecimento ao beneficio, que lhe tem feito de o recolher em sua Caza”. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1773, BR-AN_C_1096_f 57.

⁶¹⁹ Mãe.

saõ as chagas mais dolorozas os dezacertos, q. elles
commettem.⁶²⁰

D. Luís, mesmo diante dos problemas de governo, não deixava de manifestar seu lado paterno, preocupando-se e consternando-se diante dos comportamentos rebeldes dos filhos.

Em relação a Miguel e a Tomás não encontramos informações que detalhassem suas vidas. Porém, do primogênito Antônio, sabemos que foi mordomo-mor do rei D. João VI, foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, foi deputado da junta dos três estados e também tenente-coronel no comando do regimento de infantaria de Lippe, antes de Portugal ser invadido pelos franceses. Além disso, foi veador e estribeiro-mor da princesa do Brasil, D. Maria Benedita, a quem acompanhou ao Brasil quando a família real deslocou-se de Lisboa ao Rio de Janeiro, portanto, foi mais um dos Lavradio que desembarcou na América. Porém, regressou ao reino e ao ver D. Miguel, em 1828, proclamar-se rei absoluto, deixou Portugal, já que tinha jurado a Carta Constitucional, morrendo em Paris em 1833.

Retornemos a D. Luís de Almeida, que no tratamento com as filhas também manifestou constantes preocupações. Especialmente, nos acertos de casamento, que lamentando, presenciou a distância. O casamento de Francisca Teresa de Almeida foi com José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, conde de Vila Verde. Cabe lembrar que os maridos das filhas receberam o carinhoso tratamento de filho, nas inúmeras cartas que D. Luís os enviou. Eis como escreveu em março de 1769 ao conde de Vila Verde,

Meu querido filho e S.r do meu C. a verdadeira || [f 60]
amizade q V.Ex.^a a tanto tempo me devia, deve fazer a V. | Ex.^a
mais hum argumento do Lugar que terá na minha | istimação
esta nova aLiança, (...) | finalm.^{te} meu f.^o eu estou cheyo da
mayor conçoção, e mayor | gosto com elle lhe dou a V. e os
recebo tambem m.^{tos} e m.^{tos} para | bens, estão sofrendo ha o
meu contentam.^{to} que eu deixe de tra | tar a V com aquelle
carinhozo tratam.^{to} do nosso novo pa | rentesco, (...). *Athe gora
tem sido carta de primeiros Com | primentos de Sogro; agora*

⁶²⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1773, BR-AN_C_1096_f 57v.

continuaala hei de am.^o verda | deiro; A V. lhe coube a sorte de
ser Fran.^{ca} a que foy p.^a | a Sua Companhia, (...).⁶²¹

Com palavras carinhosas, em uma carta cheia de sentimento, Lavradio recebia o novo parente, o genro. Na mesma carta, disse que também escreveria à filha,

A sua molher escrevo e pesso me ponha che | yo do mayor
respeito aos pés da Marqueza m.a S^{ra} de | Angeja, a quem
pesso a V. tambem queira segurar, | o meu profundo respeito.
|⁶²²

Com isso, comprovamos a escrita de D. Luís às filhas, embora tais cartas não tenham sido preservadas, o mesmo que aconteceu com as cartas dirigidas à marquesa do Lavradio. E, a distância, Lavradio foi encaminhando seus herdeiros e recebendo os novos parentes.

O próximo casamento concretizado foi da filha Maria Rosa de Almeida com Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, conde de Tarouca. Deste modo, o mesmo tratamento que o conde de Vila Verde recebeu, Lavradio estendeu a Tarouca, chamando-o de filho. Portanto, Lavradio com os casamentos passou a receber mais uma função dentro da família, a de avô. Eis o que escreveu ao conde de Tarouca,

Meo querido Filho, e S.^r do meo C. Depoiz de ter escrito as ulti |
ma vez a V. hé q recebi Carta Sua e de Maria com a not.^a do
felis nasci | m.^{to} do meo netto, e ainda q estas me chegaraõ
tam tarde, sempre a todo | o tempo, me servem de grande
consolaçaõ, e tem a virtude de me fazerem | esquecer de todo
os enfados, e converteremse estez nas mais carinhosas ex |
preçoénz de agradecimento:⁶²³

Através da troca epistolar, Lavradio buscava participar ao máximo dos novos acontecimentos da família, por isso, se entristecia tanto com a ausência de respostas às cartas enviadas a Lisboa. Assim, o nascimento dos netos e

⁶²¹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Bahia, 08 de março de 1769, BR-AN_C_1095_f 59v e 60.

⁶²² Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Bahia, 08 de março de 1769, BR-AN_C_1095_f 60v.

⁶²³ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Tarouca, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1772, BR-AN_C_1096_f 3.

consequente sucesso dos partos, enchia D. Luís de pura satisfação, como podemos conferir na missiva dividida com o tio,

A toda esta terra | tenho devido m.^{to} obsequio nesta oCaziaõ, e fes me tal impreçaõ | este gosto, q achandome já Avóu de 2 ou 3 Nettoz me sinto | tam moso e restetuido, como se tornase a ter a Idade de | 25 annos, o ponto está q agora eu brevem.^e posa hir ver e aper | tar ternam.^e nos meuz braçoz estes novos e queridos parentes, | porq. Só asim terei huá Suave comvalecença dos amargosos | trabalhos e cuid.^{os} de que a 4 p.^a 5 annos vivo sercado. |⁶²⁴

D. Luís com o nascimento dos “novos e queridos parentes” se animava e por alguns instantes se esquecia dos sofrimentos vividos na América. A filha Maria Rosa de Almeida faleceu em data que não conseguimos precisar, só sabemos que foi depois de 1776, ano limite das cartas de amizade do códice 1096, já que nada foi registrado nestas missivas. Assim, seu marido, Fernando Teles da Silva, casou-se com a cunhada Joana de Almeida.

O último casamento registrado entre as cartas de amizade foi o de Ana Maria de Almeida com Francisco de Meneses. Em março de 1775, D. Luís de Almeida compartilhou com o marquês de Pombal a alegria do arranjo,

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or} A Marqueza do Lavradio me aviza em Carta de 23 de Dezembro do anno passa | do achar-se ajustada a Cazar m.^a filha D. Anna de Al | meida com D. Francisco de Menezes, f.^o de D. Jozé de Me | nezez. Dis-me a Marqueza, não ter dado neste negocio hum | só passo, sem o cons.^o e aprovação de V.E.^a por esta rezaõ se | multiplicaõ os motivos do grande contentamento com que recebo | esta noticia:⁶²⁵

D. Luís como pai atencioso, mas também como homem de corte, fazia dos casamentos um momento de acertos, reafirmando a necessidade de proteção vinda da importante figura do marquês de Pombal. Por conseguinte, na carta ao

⁶²⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1772, BR-AN_C_1095_f 344.

⁶²⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 01 de março de 1775, PT-BN_C_10624_f 47.

genro, Lavradio saudou o novo parente, demonstrando satisfação com o acontecido,

Meu Sobrinho⁶²⁶ e Senhor da minha veneração. A de | mora que houve em eu receber a carta de V.S.^a pela ocasião do | ajuste do seu Cazamento Selebrado /com muita satisfação/ | minha entre o Senhor D. Jozé de Menezes seu Pay, e a Mar | queza do Lavradio, com minha filha Anna de Almeida,⁶²⁷ te | sido o motivo, de eu não ter o mais tempo segurado a V.S.^a o meu | grandissimo gosto, e conçolação: Agora que V.S.^a por Carta Sua | me participa esta noticia, devo segurar-lhe, que para mim | hé ella huá das mais estimaveis, e de mayor interece, (...).⁶²⁸

Porém, compôs uma carta breve e com menos intimidade, diferente das que costuma enviar a Tarouca e Vila Verde, justificando-se,

As minhas muitas oCupaçoénz, e o não querer prin | cipiar a mostrar a V.S.^a a impertinência de hum Sogro com Car | tas compridas, e enfadonhas, dá o motivo de eu nesta ocazi | ão não Ser mais extenço, o que fica reservado para quando | estiverem passados os nossos primeiros Conprimentoz. |⁶²⁹

Com esta carta D. Luís demonstrou que não gostaria de ser um sogro impertinente.

As mulheres que receberam cartas de D. Luís de Almeida, segundo a investigação no *corpus*, foram sua sogra, uma freira, as filhas, a esposa, a irmã e Maria Madalena.⁶³⁰ Uma quantidade quase que insignificante diante dos

⁶²⁶ Notemos que o genro Francisco de Menezes recebeu o tratamento de *sobrinho* e não de *filho* como os anteriores, conde de Vila Verde e conde de Tarouca.

⁶²⁷ A edição [(1978) Conferir Fontes impressas] acrescentou o nome Maria, sem fazer nenhuma referência do acréscimo.

⁶²⁸ Continuação: "e que | este o tenho eu já o mais excecivo, em dezejar a V.S.^a, e a todo | a sua Ex.^{mas}. Caza as mayores felicidadez. |. Cabe lembrar que na edição a forma de tratamento Ilustríssima foi excluída sem explicações. Carta do 2º marquês do Lavradio a D. Francisco de Meneses, Rio de Janeiro, 09 de março de 1776, BR_AN_C1096_f 143v.

⁶²⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a D. Francisco de Meneses, Rio de Janeiro, 09 de março de 1776, BR_AN_C1096_f 143v.

⁶³⁰ Não localizamos informações precisas sobre quem seria a Maria Madalena que consta no códice 1095. Porém, tudo indica ter sido uma amiga ou, quiçá, mais uma concubina. Eis um trecho da interessante carta: [f 89] (...) VEx.^a me deve fazer a just.^a de crer que ninguém | a respita mais profundam.^{te} e comêça com as mayo | res expreçoens a sua obrigação que este triste Gover |

correspondentes masculinos, o que não deixa de ser algo característico das sociabilidades vividas por D. Luís. Entre as mais de mil cartas investigadas, temos apenas um registro de carta à irmã Joana, escrita da Bahia. Nesta carta, desculpou-se pela demora em oferecer notícias,

Minha Irman e m.^o m.^a Snr.^a de todo o meu C. | não se enfade VEx.^a de receber tam tarde carta m.^a, q eu es | tou em hum Governo de m.^o trabalho, e Sempre que ha o | caziaõ de partida de Nao.^s he tanta a escrita que Sou, || [f 61] obrigado a fazer para o Ministerio q me não restaõ ins | tantes que eu possa separar p.^a as m.^{as} obrigações parti | culares, desculpeme VEx.^a e Compadeçasse e creya q o meu | amor e o meu respeito não está nas cartas está no meu Cora | ção com o qual dez.^o Sempre dar gosto e Servir a VEx.^a como | a experiencia lhe tem mostrado. |⁶³¹

Lavradio colocou-se diante de Joana, como um irmão dedicado, enfatizando que seu respeito estava no coração, mas que os serviços ao rei o tomavam todo o tempo, quase não restando espaço para as cartas particulares – de amizade. Porém, trava-se de prioridades, pois na altura em que escreveu à irmã, outros correspondentes já tinham merecido mais de uma carta.

Diferente da irmã, o irmão Martinho de Almeida⁶³² recebeu dez cartas, oito enviadas da Bahia e duas do Rio de Janeiro. Portanto, a frequência com que se correspondeu com o irmão foi diminuindo com o passar do tempo, o que aconteceu com alguns amigos, como o conde de Prado – ou as cartas não foram registradas no copiador. Na primeira carta enviada ao irmão, da Bahia, Lavradio enfatizou o já inquietante desejo de retornar ao reino. Para isso fez uso de palavras sensíveis e ansiosas,

nador, que sempre, e em toda a p.^{te} foy, e Será o mesmo, | e asás castigado estou na m.^a omissaõ; vedome en | tregue a negros, macacos, e mais sevandejarias, q | são as com q' continham.^{te} tenho que lidar neste no | vo mundo, para onde a provid.^a me destinou, que estou | bem certo que Se VEx.^a soubesse a vida que eu aqui | passo, eu lhe a via merecer m.^{tas} vezes a Sua compaixão, | finalm.^{te} estou velho, estou cheyo de chagas, e ja es | te *naõ hé aquelle Marquês do Lavradio a q.^m V Ex.^a || [f 89v] tantas vezes chamava doudo; D.^s queira que isto | naõ pase de tres annos, porque esta esperança he o q | me concerva ainda com algum vigor". Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Maria Madalena, Bahia, 01 de maio de 1769. BR-AN_C_1095_f 89 e 89v.*

⁶³¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Joana, Bahia, 08 de março de 1769, BR-AN_C_1095_f 60v e 61.

⁶³² Martinho [de Melo] Lourenço de Almeida.

Digame Se já Se fala em sucessor p.^a mim, porq' | eu desde que cheguei *fiquei Logo Com os olhos lon | gos p.^a a Barra desejando que os meus olhos encontra | cem nella o meu amavel Sucessor* que me venha | remir desta trabalhoza Galé em que me acho, Eu | não há dia nenhum em que não Conte muitas ve | zes os dias, os mesez, as hora, e os instantes, em que | sahi da minha casa.⁶³³

Talvez, Lavradio tenha se correspondido mais com o irmão em função dele viver próximo à corte e, assim, podia informá-lo das impressões que o seu governo causava, como verificamos no seguinte trecho,

V. se estiver em Lisboa digame o que por Lá ouve a resp.^{to} | dos meus desacertos, porque os estranhos Sempre olhaõ pra | as couzas com menos prevençaõ, do que os outros q.^m m.^{tas} vezes | o amor proprio lhes fecha os olhos para conhecerem a rezaõ |.⁶³⁴

D. Luís contava com os olhos familiares do irmão para saber como estava sua reputação como governador da Bahia, observação que pediu insistentemente ao tio.

D. Luís de Almeida, em sua escrita de amizade nos permite visualizar o Lavradio que não foi apenas o vice-rei, mas o pai, o marido, o avô, o amigo, dentre os tantos posicionamentos sociais que fizeram parte de sua vida. Além disso, D. Luís também foi um sobrinho insistente, que projetava no tio tudo aquilo que a distância não lhe possibilitava fazer por sua casa e filhos. Cabe lembrar que a relação de Lavradio com o tio estava marcada por fortes laços de sensibilidade, pois foi o tio um dos educadores do marquês. Neste sentido, entre 1768 e 1776, anos dos copiadore de amizade, Tomás de Almeida foi o destinatário que mais recebeu cartas, dez enviadas da Bahia e 33 do vice-reinado – uma média de 5,25 cartas por ano e/ou uma a cada 65 dias, porcentagem bastante significativa para o período e de destaque entre os destinatários de D. Luís.

⁶³³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho Lourenço de Almeida, Bahia, 15 de dezembro de 1768, BR-AN_C_1095_f 33v.

⁶³⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho Lourenço de Almeida, Bahia, 01 de fevereiro de 1769, BR-AN_C_1095_f 53.

Muitos das cartas já citadas foram trechos das longas missivas destinadas ao tio. Nelas Lavradio expôs suas emoções, inquietações, medos e alegrias em relação à vida particular e também pública, relatando com detalhes suas ações de governo e suas tentativas de organizar a Bahia e depois o Rio de Janeiro. Nestas representações, a oscilação entre D. Luís e o homem de governo foram permanentes, e em instantes os assuntos de governo tornavam-se anseios íntimos,

Eu ainda não retirey as Tropas, nem || [f 84v] nem determino fazelo, enquanto eles não retirarem as | suas: estas resumidas são todas as novid.^{es} q a mim me per | tencem, o detalhe della hé bastantem.^{te} extenço, q reservo | p.^a o repetir nas noitez de inverno, quando tiver o gosto de estar | com V.Ex.^a a m.^a Ximinê |.⁶³⁵

Lavradio buscava os conselhos, as opiniões e acalentos do tio, diante das dificuldades familiares e problemas da vida pública.

A chegada de embarcações ao porto do Rio de Janeiro era uma ocasião de tensões, pois Lavradio esperava que cada nau que atracasse na capital lhe enchesse de novas da família e dos amigos. Mas, isso nem sempre acontecia, provocando no marquês sentimentos de desolação. Em maio de 1770, enviou pela galera Nossa Senhora de Oliveira mais uma carta ao tio, nela escreveram o sobrinho consternado e o vice-rei apreensivo. Nas primeiras palavras quem mais apareceu foi o sobrinho, aquele que, constantemente, reclamou da ausência de respostas,

Meu Tio e Snr. Do meu C. e do meu mayor respeito deixe | VEx.^a que que o argua da falta de Compaxão com que me trata dei | xando vir hum Navio que Saio deste porto p.^a o da India | com escala por esta Cap.^{tal} e não me permitir nelle nem o me | nos duas palavras em q me de o grandissimo gosto da Ser | teza da Sua boa Saude, (...) chegou finalm.^{te} este Navio, e vin | do m.^{tas} Cartas p.^a esta Cidade So eu não tive quem se lembra | çe que eu aqui me achava, emagine VEx.^a a sensaboria em q' |

⁶³⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1774, BR-AN_C_1096_f 84 e 84v.

eu ficaria depois de aver tantos mezes q' estou sem nenhumaz
| noticias dos meuz (...).⁶³⁶

Os assuntos sequentes nesta missiva centraram-se nos temas de governo, e o sobrinho queixoso deu lugar ao vice-rei. Assim, D. Luís relatou as decisões em torno da eleição do governador interino da capitania de Goiás, deliberação que o deixou duvidoso,

porem meu Snr. confeço a VEx.^a que a insert | eza de Se
aprovarem ó não estas resoluçoens que muitas | vezes não são
necesarias tomalas nos tem, principalm.^{te} | a mim em huma tal
inquietação athe chegarem repostas q' | perturbam o meu
socego, e cada vez mais me desejar o ver | me livre deste
emprego Deos permita que isto me suse | da o mais breve que
me for posivel (...) porque tres annos da america com o tra |
balho que eu tenho tido deixa estragada e aruinada a Saude, ||
[f 206v] e o Espirito mais Constante |⁶³⁷

Portanto, quando D. Luís buscava o tio para compartilhar suas experiências à frente do vice-reinado, tanto o sobrinho quanto o vice-rei dividiam a mesma carta, e ambos, aguardavam os consolos do tio.

O 2º marquês do Lavradio como amigo buscou estar presente na vida daqueles que guardava no coração, almejando amenizar, de certa forma, a distância que o separava. Entre as cartas de amizade registradas no *corpus*, um amigo se destacou, D. Antônio de Noronha que chegou ao Rio de Janeiro para ser governador da capitania de Minas Gerais. Com ele Lavradio trocou inúmeras missivas. De junho de 1775 a maio de 1776, aproximadamente, um ano, D. Luís enviou 18 cartas de amizade, além das de ofício. Portanto, indicando o intenso interesse de D. Luís na amizade de Noronha. A linguagem de Lavradio com o amigo foi marcada por palavras amigáveis e sensíveis, e os assuntos percorriam a vida particular e as turbulências da administração colonial. Eis como D. Luís iniciou a última carta de amizade presente no códice 1096,

⁶³⁶ Estes fólhos do códice estão bastante deteriorados. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1770, BR-AN_C_1095_f 205.

⁶³⁷ Estes fólhos do códice estão bastante deteriorados. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1770, BR-AN_C_1095_f 206 e 206v.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Meu Antonio, meu Amigo, e S.^r de todo | o meu Coração: Muitos tempos há que não recebeis huá | Carta minha; isto hé daquelas, que são só minhas, e não | das que me obrigaõ os impertinentes empenhos, com que todos | os dias te estou preceguindo, e flagelando; poreu meu Am.^o | do Coração esta minha Cabeça anda taõ Cheya de embarassos, | e o meu Coração taõ rodiado de cuidados, que eu não tenho po | dido ter o desafogo de te escrever em toda aquella Liberdade | com que continuamente desejo falar contigo. (...).⁶³⁸

Neste sentido, a prática epistolar permitiu a D. Luís sentir-se em conversação com os amigos. As cartas de amizade, por vezes, liberaram D. Luís das amarras da escrita pública, concedendo-lhe “toda aquella Liberdade | com que continuamente” desejava “falar”. Ao encerrar a carta a Noronha, escreveu,

Agora parece-me, que basta Snr. Antonio, e se você | quer mais conversa, ou venha para Cá, ou espere, que eu possa | estar na sua Companhia.⁶³⁹

O sentido de fala, presente na troca de cartas, fazia parte do cotidiano de D. Luís e a sociabilidade epistolar vivida de modo assíduo lhe garantiu o contato com os distantes e o fez presente em diferentes pontos do Brasil, Portugal e África. Por fim, diante da persistência das cartas, mesmo com aqueles que não lhe respondiam, podemos perceber em D. Luís um amigo atencioso ou melancólico, que procurou fazer de suas missivas um espaço de convivência, o qual a distância o impedia de viver. Neste sentido, através da organização em livros de copiador das cartas de amizade, uma singularidade entre a documentação colonial, conseguimos acessar o cotidiano de um setecentista, oferecendo a D. Luís destaque no mundo das cartas, por ter sido um obsessivo escritor e também ditador de missivas – dando certamente muito trabalho aos seus secretários.

Ao iniciarmos este estudo biográfico além da vida administrativa de D. Luís de Almeida, argumentamos em relação às escassas informações referentes aos anos que extrapolam os vividos no Brasil. Porém, uma certeza se tem,

⁶³⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antonio de Noronha, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1776, BR-AN_C_1096_f 147.

⁶³⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antonio de Noronha, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1776, BR-AN_C_1096_f 148v.

Lavradio não permitiu que o longo período passado em terras americanas o distanciasse da vida de Lisboa, indicando ser um homem de amizades e preocupado com suas relações sociais. Por isso, foi tão insistente com suas missivas. Em carta à sogra, condessa de São Vicente,⁶⁴⁰ escreveu,

agradeço a | VEx.^a as boas novas, q' VEx.^a me dá das Suas Filhas, e dos Seus | netos, e as q VEx.^a me dá nesta oCaziaõ destez fidalgos, saõ as | unicas q recebo por este Navio, e ainda q isto seja já a terceira | vez q me sucede, Sempre me apanha de novo hum Sem.^e acon | tecim.^{to},⁶⁴¹

Para D. Luís o não recebimento de cartas era algo inadmissível, especialmente, se fosse algo corriqueiro com as familiares. Eis o que ainda compartilhou,

parecendome q ó como Pay, ó como Marido, devo me | recer mais cuid.^o, a m.^a mulher, e aos meus Filhos, e a insenifi | cante desculpa de se acharem distantez de Lx.^a sinco Legoas, não seria atendivel, nem ainda dada p.^{lo} feitor da Quinta; | eu concidero já estez Senhores todos infadados de m.^a com | respondença, eu lhe agradeço esta politica declaração, e a | proveitandome dela, já desde agora a nenhum mais escre | vo;.⁶⁴²

Embora não tenha deixado de escrever, Lavradio manifestou sua irritabilidade diante do descaso dos filhos e da marquesa do Lavradio. Podemos concluir que D. Luís de Almeida passou grande parte de sua estada no Brasil, trancado em seu gabinete escrevendo minutas, ditando cartas, assinando outras, despachando, ordenando, selecionando missivas para os copiadoreis, repartindo com os seus secretários todas as sociabilidades atreladas à prática de escrita de cartas. Contudo, além dos obrigatórios despachos e cartas oficiais enviadas pelo governador/vice-rei, o pai, o amigo, o genro, o avô, o irmão e o sobrinho D. Luís de Almeida fizeram da escrita de cartas um sentido de governar e viver a distância.

⁶⁴⁰ Rosa Leonor de Ataíde, condessa de São Vicente.

⁶⁴¹ Carta do 2º marquês do Lavradio à condessa de São Vicente, Rio de Janeiro 23 de dezembro de 1770, BR-AN_C_1095_f 266v.

⁶⁴² Carta do 2º marquês do Lavradio à condessa de São Vicente, Rio de Janeiro 23 de dezembro de 1770, BR-AN_C_1095_f 266v.

3.2 – D. Luís de Almeida a sentir e a escrever cartas para governar

Ao se conhecer um pouco da biografia de D. Luís de Almeida percebe-se que durante sua estada na América, a carta foi um intenso dispositivo de sensibilidades e da arte de governar. Através delas, D. Luís manteve-se presente diante dos familiares e amigos, e governou. Tanto os anseios particulares quanto os meandros da arte de governar, foram impulsos para que D. Luís permanecesse em seu gabinete, posicionado a ditar cartas ou, algumas vezes, a escrevê-las. Deste modo, a sensação de fala, materializada no papel, permitiu que D. Luís se mantivesse vivo e presente, como governador, amigo, pai, dentre tantos papéis sociais que assumiu.

A prática epistolar e sua consequente movimentação, entre os diferentes pontos do Brasil e de Portugal, era para D. Luís um compromisso de amigo e de governador, separar-se da escrita de cartas afligia o coração deste português que tanto se preocupou com os distantes e consigo. Neste sentido, o largo tempo dedicado à escrita de ofício e de amizade foi algo que D. Luís de Almeida buscou equilibrar. Em abril de 1776, D. Luís escreveu a Martim Lopes Lobo de Saldanha, uma extensa carta de amizade,

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor. Meu Tenente. Meu Amigo e Senhor | do meu Coração. Julga V.Ex.^a, que fazendo-me a boca doce, e mui | to doce doce⁶⁴³, tudo isso será necessario para eu despertar da omissão q | tenho tido, de não buscar a VEx.^a quantas vezes eu devia; hé ver | dade, que estas, e muitas outras dosuras não Seraõ ainda bas | tantes, para me tirar o amargo com que fico quando não tenho | tempo de escrever a V.Ex.^a as vezes que dezejo. |⁶⁴⁴

De acordo com a sessão anterior, sabemos que Saldanha foi o amigo que enviou muitas pessegadas e marmeladas a D. Luís. Mas, o vice-rei estava sentindo-se em débito com o amigo por não lhe escrever como a amizade compartilhada entre ambos pedia. Justificou-se dizendo que os doces não omitiam o *amargo* da

⁶⁴³ Repete no original.

⁶⁴⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1776, BR-AN_1096_f 144.

ausência de cartas. Na sequência, D. Luís registrou: "Eu meu estimavel Colega, não tenho hum instan | te, que possa contar meu", o vice-rei consumia o tempo do amigo D. Luís, roubando-lhe os momentos de estada com os amigos. Mas, ao encerrar a missiva Lavradio manifestou, "Agora meu Amigo do Coração, não terá V.Ex.^a motivo | de queixar-se; Leva huá Carta bem comprida, que Deos Sabe | se eu tinha tempo para a fazer taõ extença".⁶⁴⁵ Mesmo com o tempo curto, diante dos afazeres de governador, Lavradio permitiu-se este momento de desafogo com o amigo. Por conseguinte, o objetivo desta sessão será estudar o sentido de governar para D. Luís, através de sua escrita de ofício e de amizade, para, então, se discutir o governar por meio das cartas, considerando desde a materialidade, as diferentes vias, os modos de envio e os anseios diante das respostas não recebidas.

O pesquisador Michel Senellart, na sua obra *As artes de governar*, ofereceu uma discussão em torno do conceito de governar que excedeu as análises que se preocupavam exclusivamente com as tendências platônicas e aristotélicas, da arte de governar. Para Senellart, "o discurso da arte de governar substitui a lógica dos conceitos por um agenciamento de regras, de imagens, de exemplos, de temas de exercício que obedece a uma tríplice exigência de persuasão, de incitação e de arrebatamento. Seu estudo requer portanto outras ferramentas que não aquelas que se aplicam geralmente na análise do pensamento filosófico".⁶⁴⁶ Neste sentido, com uma pretensão mais comedida, faremos uma análise da arte de governar para D. Luís de Almeida por meio de sua escrita. Pois, através do sentido de governar expressado por D. Luís de Almeida pode-se pensar o governo vice-reinal na colônia além das discussões conceituais, que embora sejam fundamentais, por vezes, afastam-se do cotidiano da prática de governar.

Na França, na primeira metade do século XVII, foi impresso um importante tratado militar, com autorização real e dedicado ao cardeal duque de

⁶⁴⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1776, BR-AN_1096_f 147.

⁶⁴⁶ SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006. pp. 15.

Richelieu, escrito por Antônio de Ville Tolozano.⁶⁴⁷ Passado quase um século, em 1708, por ordem do rei português D. João V, a obra francesa foi traduzida para a língua portuguesa.⁶⁴⁸ Assim, *O governador de praças* passou a circular em Portugal com o objetivo de instruir os militares.⁶⁴⁹ Neste tratado, basicamente voltado às estratégias de defesa militar, encontram-se informações referentes aos sentidos da arte de governar na época moderna. Cabe lembrar que o objetivo em estudar a obra de Tolozano não é localizar suas instruções na prática de D. Luís de Almeida, mas analisarmos, através de alguns paralelos, as investidas de D. Luís ligadas à arte de governar de sua época.⁶⁵⁰

O governador de praças é formado por aproximadamente 50 capítulos. No primeiro Tolozano tematizou *Da eleyção de hum Governador, & dos requisitos que deve ter*, assim, para o engenheiro militar francês um governador deveria sentir-se representante do rei, já que de seu valor, vigilância e fidelidade dependeria a conservação do território e das pessoas.⁶⁵¹ Por isso, o rei deveria escolher com cuidado aquele que o representaria à frente de uma praça. O governador deveria ser um homem de honrados procedimentos e de fiel vassalagem, possuindo valores “naturais”, como acentuou Tolozano, a um fiel súdito, com conhecimentos adquiridos através de estudos e de experiências militares.

⁶⁴⁷ Antonio de Ville. *De la charge des gouverneurs des places, où sont contenus tous les ordres qu'on doit tenir pour préparer les choses necessaires dans une place, tant pour la conserver, comme pour la deffendre, & pour s'empescher de toute sorte de surprises (...)*. A Paris, Chez Matthieu Guillemot, ruë Saint Jacques, au coin de la ruë de la Parcheminerie. MDCXXXIX. Avec Privilege du Roy.

⁶⁴⁸ TOLOZANO, Antonio de Ville. *O governador de praças, obra muyto util, & necessaria não só para os Governadores das Praças; mas tambem para todos os Officiaes de Guerra, que quizerem aprender a doutrina Militar, & as suas obrigações principalmente nos Presidios*. Lisboa, 1708. Traduzido na lingua Portuguesa por Ordem de Sua Magestade – Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram. Com todas as licenças necessarias MDCCVIII.

⁶⁴⁹ Segundo o historiador Marlon Salomon, a quem agradeço a indicação da obra, “*O governador de praças*, que juntamente com os livros compilados sobre o método de fortificação de Vauban, era a principal referência a este respeito no século XVII, obra esta que imediatamente passará a ser o principal manual dos governadores de praças portuguesas”. In. SALOMON, Marlon. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. pp. 23.

⁶⁵⁰ Nos acervos de bibliotecas brasileiras, apenas na Biblioteca Riograndense, na cidade do Rio Grande no Rio Grande do Sul, consta a obra de Tolozano. Porém, nesta tese estudamos o exemplar desta biblioteca e o da Biblioteca Nacional de Portugal. Além disso, a obra em francês pode ser consultada através da Internet, no site *Google Books*.

⁶⁵¹ O sentido de praça está atrelado a território fortificado, ou seja, área de cuidado militar.

Para Tolozano aqueles que almejavam o posto de governador deveriam ser valorosos, pois o valor estaria para o governador, como a espada para o soldado. Assim, valoroso era sinônimo de governador, “e por consequencia izento dos dous vicios, que são os extremos desta virtude, a saber a temeridade, & a covardia”.⁶⁵² Além do valor, não cabia ao governador alguns vícios, como: a impiedade (acreditando em Deus), a avareza, a gula, e do vinho, já que um homem ébrio perde a razão.⁶⁵³ Portanto, um bom governador seria observado por seus comportamentos pessoais, para então poder agir em nome do rei e da defesa da praça.

No segundo capítulo dedicado a abordar *Do cargo de Governador, e do que em geral deve saber*, Tolozano afirmou que existem dois tipos de governador “a saber, os de Provincias, & os de Praças: os Governadores de Provincias são como Vice-Reys, & o seu poder he grande, pois se estende não sómente sobre todas as Praças do seu governo, ou Provincia, mas tambem sobre todo o país: os Governadores de Praças são de duas sortes (...)”,⁶⁵⁴ dividindo-os entre os que governam praças, vilas e cidades, e ainda os que governam castelos. Ao continuar as explicações, declarou que o objetivo de sua análise se concentraria nos governadores de praças e não nos de província. Assim,

A obrigação de Governador de húa Praça propriamente consiste no cuidado de a conservar, & defender, & a estes dous pontos se reduz tudo o que devem saber: destes pontos nascem outros muitos, a saber, o que toca ao governo civil, que consiste em dar boa ordem entre moradores, & no governo militar que consiste na boa disposição, & ordem com que devem viver, e tratar-se os soldados para os seus Cabos, huns com os outros, & para com os paisanos (...).⁶⁵⁵

Dentro da classificação oferecida por Tolozano, como podemos definir D. Luís de Almeida? Em um primeiro momento, somos levados a afirmar que D. Luís era um governador de província, especialmente, ocupando o cargo de vice-rei, embora sem os plenos poderes ressaltados por Tolozano, como veremos na próxima

⁶⁵² TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 7.

⁶⁵³ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 8-9.

⁶⁵⁴ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 12-13.

⁶⁵⁵ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 13.

sessão. Entretanto, D. Luís de Almeida também se enquadra na definição de governador de praça, ao governar o Rio de Janeiro e as capitanias subalternas ao vice-rei, nos seus aspectos militares e civis. Contudo, o 2º marquês do Lavradio foi uma mescla, um governador militar, mas também um governador de província.

Ao se analisar a correspondência de D. Luís e os seus procedimentos de governo, percebe-se que as características de um governador militar faziam parte de suas práticas, assim, quando suas intenções extrapolavam os assuntos puramente de defesa e conservação do território D. Luís pedia desculpas aos secretários do reino, argumentando que seus objetivos eram apenas oferecer as melhores condições à colônia e ao rei. Neste sentido, afirmamos que D. Luís de Almeida foi um governador militar, mas que ampliou suas práticas de governo a outros setores, notadamente, no comércio e na agricultura, embora a característica militar dos governadores nomeados para o Brasil, no século XVIII, ainda foi um aspecto bastante marcante na vida administrativa colonial.

Em setembro de 1776, D. Luís de Almeida escreveu ao secretário Martinho de Melo e Castro, comentando sua percepção para a escolha do novo governador da capitania do Espírito Santo,

julgo eu que será facil o conhecer | se, que ali [Espírito Santo] se *necessita de hum Governador*, e que este deve | ser para este principio, hum homem que ja tenha conheci | mentos de como se governaõ estes povos; e de quaez saõ os Seos | interezes que deve ter *p.^{Lo} menos a graduação de Cor.^{el}*, e que | deve ficar sujeito ao Gov.^{or} ou Vice Rey desta Cap.^{al}. Deste | modo se poderá fazer hum grandissimo adiantamento naq.^{La} | parte deste Est.^o pelo que pertence ao Comercio; e ao mes | mo tempo se *poderá conservar aq.^{Le} porto taõ importante | em melhor estado de ser defendido.*⁶⁵⁶

O desenvolvimento econômico da capitania estava atrelado a sua defesa, portanto, o governador deveria ser antes de tudo um militar, pois o principal foco de um governador ultramarino ainda estava concentrado na defesa do território. Em carta de novembro de 1778, ao coronel Vicente José Molina, um dos

⁶⁵⁶ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1776, PT-BN_C_10624_f 175v.

responsáveis pelas demarcações das fronteiras na parte meridional, Lavradio ofereceu instruções e comentou a nomeação do novo vice-rei do Brasil,

Foraõ nomeados p.^a este Lugar de V. Rey | meuz parentes os mais chegados, porem attendendo a Ra- | ynha Minha Senhora aos justos motivos que ti- | nhaõ p.^a se escuzarem, foi ultimamente Servida de- | nomear meu Primo Luiz de Vasconcellos, filho do Mar- | quez de Castello melhor Irmão do Conde da Calheta, | *hum Fidalgo, q. ainda q. não tem seguido a vida Militar*, | tem m.^{toz} talentos e Instrução, q. experancea fará hum Go- | verno sumam.^{te} acertado.⁶⁵⁷

O fato do novo vice-rei não ser um homem de experiências militares foi motivo de ênfase na correspondência de D. Luís. Pois Luís de Vasconcelos e Souza foi o primeiro vice-rei do Brasil sem carreira militar. Este aspecto marca as mudanças do sentido de governar no fim do século XVIII, transpondo os aspectos puramente de defesa do território para o enfoque no governo dos povos; característica que também fez parte do governo de D. Luís de Almeida e lhe ofereceu destaque como administrador, pois Lavradio governou como militar, sem deixar de se preocupar com outros aspectos.

Antônio de Ville Tolozano ainda enfatizou que um governador deveria ser “prudente, seguro, que se não⁶⁵⁸ perturbe de cousa alguma, e dè animo aos demais; que aonde for necessario mostre ousadia, e que saiba porèm conservar a sua pessoa, como a Praça”.⁶⁵⁹ Para D. Luís de Almeida a virtude da precaução foi tematizada em muitas cartas, como uma das mais imprescindíveis aos militares e homens de comando. Ao comentar a nomeação de um militar para participar de uma comissão enviada ao sul do Brasil, Lavradio escreveu a Martinho de Melo e Castro, dizendo “me rezolvi a nomear | o Ten.^e Cor.^{el} Sebaziaõ X.^{er} da Veiga Cabral, Off.^{al} | de m.^{to} desembaraço, m.^{ta} honra, bastante prudencia, e com | grande zello do Serviço, tanto que achandose a 11 annos | em Ten.^e Cor.^{el}, e

⁶⁵⁷ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Vicente José de Vellasco Molina (comissário e tenente coronel inspetor dos terços auxiliares), Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1778, PT-BN_C_10631_f 207v.

⁶⁵⁸ Na impressão da obra de Tolozano existe a variação da localização do til, sinal diacrítico (~), sendo algumas vezes colocado sobre a letra (a) e outras sobre a letra (o).

⁶⁵⁹ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 7.

tendo já este posto qd.^o ainda era Sold.^o |".⁶⁶⁰ Assim, as qualidades de um bom governador militar estavam ligadas ao exercício da prudência, o que o marquês do Lavradio evidenciou ao nomear Pedro Antônio da Gama e Freitas ao governo interino de Minas Gerais, justificando-se com Melo e Castro, "Nomehey para esta Comissão aquelle Official, | pela experiencia, *que tenho da sua prudencia, e actividade*; e | pela pratica que elle tem tido a sette annos de me ver Governar | as duas Capitancias, de que El REY Meu Senhor tem si | do servido encarregar-me. |".⁶⁶¹ A prudência foi uma qualidade fortemente ressaltada na prática de governar do 2º marquês do Lavradio.

No início de sua administração, como vice-rei, D. Luís de Almeida enfrentou alguns problemas com o governador interino do Rio Grande de São Pedro, José Marcelino de Figueiredo.⁶⁶² Em carta a Martinho de Melo e Castro, Lavradio manifestou que o oficial Figueiredo tinha bastante conhecimento da arte militar, porém,

tem hum genio taõ inquie | to, ardente e vaidoso, q não se sugeita a ninguem, todolz lhe fogem || [f 239v] da Aula, e são continuas as dizputaz e faltaz de resp.^{to} q está pratican | do com os seus Comm.^{es}, e por esta razão não tem sido de nenhuã utilid.^e | àq.^{le} Corpo (...).⁶⁶³

Ser ardente de gênio e vaidoso não condizia com as práticas de um bom governador. Ainda em relação a Figueiredo Lavradio escreveu a Francisco José da Rocha, governador da praça da Colônia do Sacramento,

A desconsolação em q vive ese povo p.^{lo} maõ Methodo do Coronel | José Marcelino, ficará acabada com a chegada do novo Gov.^{or}, este homem | Como sempre foi maó Subito, era imposivel q fose nunca bom Superior, | ainda q elle pellas Suas violencias confianças e absurdos tem bastantem.^e | merecido

⁶⁶⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1773, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 306v.

⁶⁶¹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 23v.

⁶⁶² Na próxima sessão também será abordada a relação conflituosa, e depois resolvida, entre Lavradio e José Marcelino de Figueiredo.

⁶⁶³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 28 de março de 1772, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 239-239v.

de mim o maiz rigorozo Castigo, Sempre talvez ache em mim |
maiz pied.^e do q aq.^{La} q elle merece e espera. |⁶⁶⁴

D. Luís de Almeida fez uma importante observação, um bom governador seria consequentemente um bom súdito, o que Figueiredo não apresentava ser ao olhar de Lavradio. Eis o que apontou Tolozano, “por tanto se não deve fiar a guarda de huã Praça de hú homem, que se não sabe conservar a si mesmo, e deixa muytas vezes perder a melhor prenda que tem, o entendimento, & razaõ”.⁶⁶⁵ Portanto, um bom súdito que soubesse governar a si mesmo, seria um bom governador.

Tolozano afirmou que o cuidado de si seria uma das garantias a defesa da honra da pátria e individual. Portanto,

Convem que hum Governador ame a sua Praça mais que qualquer outra cousa do mûdo, suppondo que della depende a sua honra, & a sua vida, pois perdida ella não deve viver mais; & assim deve ter tanto cuydado da sua conservaçaõ, como de si mesmo, considerando sempre o como poderá melhorar, melhor guardar, & mais bem municionar (...).⁶⁶⁶

Em carta a Martinho de Melo e Castro, tematizando as problemáticas para a defesa do Brasil meridional diante da ameaça castelhana, Lavradio escreveu,

As nossa Tropas vaõ com *tanto ardor, e dez.^o | de se destenguiem*, que custa m.^{to} aos Off.^{es} conteloz: esteja V Ex.^{ca} | certo, e assim o poder segurar a EL REY Meo S.^r, que se tiver | mos alguã occaziaõ havemos *dever renascer no Coraçã das Tro | pas, que eu escolhi, e mandei, aq.^{Les} inimitavel valor*, com que | os Portuguezes em todos os Seculoz sempre se destenguirãõ. |⁶⁶⁷

Acima do valor pessoal, estava o amor à pátria, sentimento que D. Luís de Almeida relatou à corte como sentido por todos os soldados que estavam a

⁶⁶⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco José da Rocha, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1771, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 219.

⁶⁶⁵ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 9.

⁶⁶⁶ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 9.

⁶⁶⁷ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 330.

defender o território português. Entretanto, Lavradio sabia dos inúmeros problemas que as tropas na região meridional estavam passando, mas optou por ressaltar que o ardor e o desejo seriam maiores que os obstáculos, assim, cumpriu sua obrigação de parecer um bom governador, mesmo sabendo que na realidade os confrontos, provavelmente, se dariam de outra forma. Vale enfatizar o que escreveu Senellart, “Por causa dessa relação transitiva entre o governo de si, de sua casa e do reino, a ação pública é reduzida, na maioria das vezes, às regras éticas do comportamento privado”,⁶⁶⁸ ou seja, o governo do outro, passava, principalmente, pelo governo de si e de como o eu era exposto ao outro. Questão que Lavradio sempre se preocupou.

O amor à pátria que D. Luís de Almeida invocou fazia parte de uma das sensibilidades do antigo regime, um sentimento de reverência ao poder monárquico, ao rei e ao território e que atuava como um dos dispositivos da arte de governar. Cabia ao rei assegurar que os súditos fossem obedientes e capazes de amar a pátria mais do que a si mesmo. Neste sentido, o amor do monarca pelos súditos era a medida para as valorosas ações que estes empreenderiam em nome do território e do rei. Pois, segundo Antônio de Freitas Africano, que escreveu no século XVII a obra *Primores políticos e regalias do nosso rei*, dedicada à educação de príncipes, a maior grandeza de uma monarquia era o amor que os súditos tinham pelo rei e este pelos seus súditos.⁶⁶⁹ Para Claudine Haroche, “O rei deve saber se fazer amado, mas também respeitado e obedecido. A arte de governar repousa tanto sobre a habilidade quanto sobre a força do monarca”.⁶⁷⁰ As sociabilidades políticas do antigo regime estavam repletas de rituais que despertavam sentimentos de veneração, de respeito, de temor, mas, também, de amor, constituindo o que Haroche chamou de uma “sensibilidade monárquica”⁶⁷¹ que fazia dos súditos portadores de um sentimento de amor pela pátria. Assim, punindo e premiando o rei garantia o amor e a obediência dos seus

⁶⁶⁸ SENELLART, M. *As artes de governar...* cit., pp. 31.

⁶⁶⁹ AFRICANO, Antônio de Freitas, *Primores políticos e regalias do nosso rei* (1641). Estudo introdutório de José Adelmo Maltez. Lisboa: Instituto de História do Direito e do Pensamento Político/Principia, 2005.

⁶⁷⁰ HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto...* cit., pp. 40.

⁶⁷¹ HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto...* cit., pp. 53.

súditos,⁶⁷² por isso, D. Luís de Almeida e o manual de Antônio de Ville Tolozano enfatizaram tanto o amor ao território, pois em nome deste sentimento residia o prêmio ou o castigo.

O bom governador, ao cuidar de sua honra, para honrar a pátria, deveria cuidar dos soldados e oficiais, agindo com cautela, já que suas ações dependiam do bom comportamento dos subalternos. Segundo Tolozano, cabia ao governador ser um tipo de *espião* e pedir a ajuda de algumas pessoas para cuidar das práticas do militares. Desse modo, o governador podia “abrir, & ler as cartas, que lhe escreverem, & também as que elles escreverem a outros, e tornallas a fechar sutilmente, & tudo de modo que elles não cheguem a suspeitar que os examinaõ”.⁶⁷³ Neste sentido, o governador poderia intervir na vida particular dos subalternos, em nome da pátria. Pois,

Temos visto perder muitas Praças por falta de Santa prevenção, & algũs Governadores ficaraõ para sempre desacreditados, outras pagáraõ este descuido com a vida, ou com huma perpetua prisaõ: assim devem neste particular os Governadores empregar toda a sua habilidade, & sutileza de engenho (...).⁶⁷⁴

Para Tolozano o pior inimigo poderia estar dentro da praça e não fora dela, por isso, o governador deveria ser sutil e engenhoso para vigiar e monitorar seus subalternos, tudo em nome da pátria.

D. Luís de Almeida procurou ser um governar ardiloso e sempre colocou a honra da nação portuguesa e, especialmente, a de sua casa, acima de suas atitudes. Portanto, como o seu governo foi marcado pela prática de escrita de cartas, intervir na correspondência alheia fez parte das ações de D. Luís. Em carta de agosto de 1776, Lavradio informou a Martinho de Melo e Castro que o chefe da esquadra portuguesa, Roberto MacDouall, escreveu a corte, fazendo

⁶⁷² A historiadora Fernanda Olival ao abordar o castigo e o prêmio, como papéis do rei, utilizou um dos sermões do padre Vieira, de 1646, e concluiu: “Premiar e punir eram dois atributos essenciais do domínio, da capacidade para governar súbditos, ao lado do poder para ordenar, proibir, autorizar e decidir. A justiça distributiva era, deste modo, um dos alicerces fundamentais da ordem estabelecida. Através dela garantiam-se os privilégios, que definiam os diferentes corpos do Reino, ao mesmo tempo que o Príncipe assegurava a obediência e o amor dos seus vassalos, indispensáveis no serviço”. OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. pp. 20.

⁶⁷³ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 27.

⁶⁷⁴ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 28.

comentários em relação ao vice-rei – carta que Lavradio abriu e estava enviando ao secretário. Eis o que escreveu,

A mim me não admira o atrevimento com q.^e | aq.^{Le} Off.^{al} fala naq.^{La} Carta. A sua linguagem ordinaria | diante de toda a Sua Esquadra, herá que S. Mag.^e de | via mandar tirar a cabeça a todos os Gen.^{es} que tinhaõ a | honra de servilo; que todos heraõ hunz ignorantez, e huns | traidores, e outras propozioenz desta natureza. Julgue | VE.^a qual terá sido a constancia do meu sofrimento, e q.^L | a de todos os Off.^{es}, que tem a honra de servirem a El | REY Meu S.^{or}, e tem tido a desgraça de concorrerem || [f 168] concorrerem com este home; porem tenho tido o gosto de ver, q. | desde mim, o Gen.^{al} do Sul, o de S.^{ta} Cathr.^a, athe o ultimo | Marinheiro, por obediencia, resp.^{to}, e sacraficio às Reaez or | dens d'El REY Meu S.^{or} o temos sofrido, dando-lhe | bem poucas demonstraçoenz de quaes saõ os nossos sentimentoz.⁶⁷⁵

Pode-se afirmar que D. Luís leu a carta que MacDouall enviou à corte portuguesa e, com isso, preparou sua defesa às acusações, enfatizando o quanto o militar era atrevido e maltratava seus subordinados, que em nome do rei português aturavam suas maldades.⁶⁷⁶ O marquês do Lavradio se afirmava como atencioso e cauteloso governador, para não sofrer com o descredito de sua casa, caso sua administração não fosse boa.

Para Tolozano o governador deveria conhecer pormenorizadamente sua praça, caminhando por ela, conversando com os moradores, tratando-os com brandura e enfatizando que estava ali para defendê-la e guardá-la dos inimigos, já que agia em nome do rei.⁶⁷⁷ D. Luís de Almeida solicitou, muitas vezes, ao reino que pudesse se deslocar para o extremo sul, onde os conflitos com os castelhanos eram diretos. Argumentava que a distância pouco podia fazer, embora ordenasse com honra e valor os soldados e comandantes responsáveis pela defesa. Em carta de janeiro de 1774, constata-se um dos pedidos de Lavradio,

⁶⁷⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1776, PT-BN_C_10624_f 167v-168.

⁶⁷⁶ Na última sessão deste capítulo analisaremos com mais detalhes as relações entre o vice-rei e o chefe da esquadra.

⁶⁷⁷ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 196.

O Senti | mento q tenho, e o não posso desfargar, hé que EL REY Meo | Senr. *me não premita, que eu possa passar aq.^{Le} Cont.^e*; e posso se | gurar a V Ex.^{ca}, q não só isto na presente occasiaõ animaria m.^{to} | mais todas as Tropas, e aq.^{Les} povos, *mas que ainda as grandes su | tilid.^{es}, q se podem tirar daq.^{Le} admiravel Pais, se não poderaõ | nunca conseguir, sem q alý passe por algum tempo o Vice Rey: | eu estou prompto a fazello a m.^a custa, porq tudo q.^{to} tenho, | e posso ter empregarei sempre com m.^{to} gosto no Serviço de nosso | augustissimo Amo.⁶⁷⁸*

Lavradio argumentava que não conhecia em detalhes o território que deveria ser conservado, cabendo-lhe governar a distância, contando com a honra dos subalternos. Além disso, Lavradio gostava de enfatizar esta questão porque se o território do sul fosse perdido para os castelhanos, teria argumentos para livrar sua imagem do acontecido, já que pedia para se deslocar.

Outra considerável relação que se pode fazer entre a obra de Tolozano e as ações de Lavradio, diz respeito ao capítulo quarenta e cinco, onde o militar francês abordou os pedidos de socorros para a manutenção da praça. Para Tolozano cabia ao governador avisar ao rei do estado da praça e do que ela precisava para se manter militarmente defensável, “pedindo queira dar providencia prompta ás cousas que lhe faltarem de que dará hũa relação, ou por escrito, ou de palavra ao que for fazer esta deligencia, no que deve ter grande cautela, & descripção para não dar a saber ao inimigo os seus defeitos inconsideradamente”.⁶⁷⁹ D. Luís de Almeida, desde 1769, quando assumiu o cargo de vice-rei escreveu inúmeras cartas à corte solicitando materiais bélicos, pessoal e instruções para agir no Brasil meridional, cumprindo sua obrigação de governador. Mas, D. Luís de Almeida passou muito tempo sem receber nada do que pedia, temendo a sorte da nação e a honra de sua casa. Depois de muitas cartas suplicando ajuda sem receber, desabafou,

Estaz saõ as providenciaz q eu posso | dar, porem confeço a V Ex.^{ca} *que a Situação em que me acho | hé a maiz aflita e trizte que pode ter hum homem da m.^a hon | ra, e daz m.^{as}*

⁶⁷⁸ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 315.

⁶⁷⁹ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 381.

obrigaçóenz. Eu encarregado da defeza dezte | Estado, falto daquellaz forçaz, e meynos, que são precizos p.^a | o defender. Eu a quatro annos a fazer repetidaz supplicas | sobre ezta materia, e athe o presente vivendo Sempre em | ezperanças de ser diferido, Eu sem forçaz de terra por falta | de gente, sem as poder ter por mar, que tanto aqui se | necessita por falta de embarcaçãoz; finalmente sem | municiónz, e com pouco dinhr.^o parece S.^r impossivel | q caiba na possebilid.^e humana, sahir deste trizte aperto.⁶⁸⁰

Em tom lamurioso, Lavradio compartilhou com a corte que sem as ajudas necessárias não poderia defender o território, temendo que seu nome ficasse manchado, se o território não fosse defendido como devia. Esta carta não foi a única, pode-se considerar que D. Luís de Almeida passou todo o seu governo solicitando ajuda, pedindo materiais, buscando ser instruído, fazendo uso da prática epistolar para registrar seus anseios de bom governador. De tanto pedir, chegou a ser repreendido por Martinho de Melo e Castro, sendo questionado por tantos pedidos e por algumas ordens que não estavam sendo seguidas conforme a corte ordenava. Ao receber esta carta de Melo e Castro, Lavradio escreveu a Pombal dizendo, “Eu meu Ex.^{mo} continuo a viver cheyo de afliçoéz | reciando sempre os meus desacertoz: Agora pelo ultimo Na | vio que entrou neste porto recebi hum Off.^o do S.^r Mart.^o | de Mello, que me tem morteficado infinitamente”.⁶⁸¹ Lavradio sentiu-se ofendido já que ao não ser autorizado para passar ao Rio Grande não poderia responder pelas ordens que enviava e não eram obedecidas, além da falta de materiais para uma exemplar defesa – tema que permaneceu por toda a administração de D. Luís: pedidos não atendidos e o receio com a sua reputação.⁶⁸²

⁶⁸⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1773, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 310v.

⁶⁸¹ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1776, PT-BN_C_10624_f 114.

⁶⁸² Em abril de 1774, temos o registro da primeira carta, na qual Lavradio agradeceu o recebimento de materiais bélicos, ou seja, quase cinco anos depois de assumir o posto de vice-rei. “Pella Fragata de guerra N. S. da Graça, de q hera Com | m.^e Antonio Jenuario do Valle recebi as 12 Pessaz de | Artelharia de Campanha, e 40 obuzez, de q.^e fazem menção | os Off.^{os} de V Ex.^{ca} de 10 de Novembro, e igualmen.^{te} os 300 | Barriz de Polvora, com 600 arrobas, e o Pano, e maiz | generoz, q por emprezimento mandei p.^a as Comp.^{as} da | GUarnição de S.^{tos}: tudo chegou bem acondicionado, e | fica na possível arrecadação. Os reparoz p.^a as Pessoz, q.^e || [f 333] que não vinhaõ montadaz, se achão já todos feytoz, e asentadaz | as ferragens, q V Ex.^{ca} me remetteo p.^a ellez. Hé o que se me offe | rece dizer a V Ex.^{ca} sobre esta materia.”. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 332v-333.

Os inúmeros pedidos sem respostas foram tão aflitivos que quando D. Luís recebeu da corte, pela primeira vez, o que tanto pedia agradeceu, escrevendo a Martinho de Melo e Castro,

Em o dia quatro do Corrente, entrou | neste porto a Nau N. Snr.^a do Monte do Carmo, Com | mandada p.^{Lo} Capp.^{am} Ten.^e Hermogenio de Souza Campello, | o q.^L Logo desembarcou, e me veyo fazer entrega da Carta de | V Ex.^{ca}, e do Caixote, *em que vinha o Off.^o de V Ex.^{ca}, e as Re | Ilaçoéz da gente, e munioéz, com que EL REY Meo S.^{or} | hé servido p.^{La} grandeza do Seo Coração socorrer esta Capitania.*⁶⁸³

Lavradio pediu que o secretário agradecesse ao rei o envio, já que depois de tantos anos, o vice-rei viu aportar no Rio de Janeiro o que necessitava para defender a colônia e acalmar a “maiz doLoroza consternação” que vivia.

No estudo das relações existentes entre a obra de Tolozano e o governo de D. Luís de Almeida, conclui-se que Lavradio buscou estar à altura do que seria um bom governador no século XVIII ou ao menos representou em suas cartas anseios e valores para tal. D. Luís de Almeida enfatizou a prudência, o valor, o amor à pátria, a honra, como os sentimentos que conduziam sua administração e sua conduta como um governador militar. Em carta de amizade ao amigo Pedro Antônio da Gama e Freitas, que tinha assumido o governo interino de Minas Gerais, Lavradio lhe instruiu, não só como vice-rei, mas como amigo,

Prudencia, Prudencia, agoa fria, acomselhar com o travesei | ro; bom modo, humanid.^e estimar a todos, não fiar de nenhum | fazer respeitar a memoria dos q. substituímos, darmos lhe o exem | plo como respeito que lhe protestamos: Estas são as bazes mais | Solidas, com q vm.^{ce} poderá conseguir a mayor felicidade na | Sua Comisaõ. |⁶⁸⁴

Em tais palavras acompanha-se o sentido de governar para D. Luís de Almeida: ações cautelosas, práticas de estimar a todos, lembrando-se de ser um exemplo.

⁶⁸³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 14 de junho de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 342v.

⁶⁸⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Pedro Antônio da Gama e Freitas, Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1775, BR-AN_C_1096_f 109.

O 2º marquês do Lavradio teve como um dos grandes diferenciais do seu governo a presença de preocupações que excederam os aspectos militares, características que o colocaram à frente de um governador de praça. D. Luís de Almeida, além das medidas estruturais empreendidas na cidade do Rio de Janeiro, dedicou-se aos diferentes cultivos que poderiam ser implantados no Rio de Janeiro e nas capitanias subalternas, especialmente da ilha de Santa Catarina, com o objetivo de enriquecer o comércio colonial e prover o reino e a colônia de alguns bens comprados de estrangeiros e que se cultivados seriam produzidos no Brasil. D. Luís de Almeida realizou esta tarefa arrojada junto de suas obrigações como governador militar e responsável pela defesa do território. Por conseguinte, Lavradio enfatizou que a preocupação que alimentava em relação aos cultivos se estendia além de sua jurisdição e tempo de serviço, “Se eu olhase só para o tempo do | meo Governo, não representaria a V Ex.^{ca} nada sobre || [f 326v] sobre esta matr.^a, eu faria brilhar só o meo tempo, e pou | co me emportaria a duração p.^a o futuro desta utilid.^e, | porem como eu Senhor, ~~como~~⁶⁸⁵ não devo nunca esquecerme | das obrigaçoéz da minha honra”.⁶⁸⁶

Ao cuidar dos cultivos e incentivá-los Lavradio comunicou à corte suas práticas, admitindo sendo atividades fora da sua obrigação, o que reforça a ideia de governo militar. Em fevereiro de 1775, escreveu uma longa carta a Melo e Castro detalhando diferentes práticas agrícolas e os benefícios que a corte poderia retirar destas atividades. Ao encerrar a missiva, escreveu, “V.Ex.^a desculpe o extenço desta Carta, e o tratar | nele materias muito differentes das que me estão emcombidas; | porem o zelo e amor que me deve a Patria, (...) me poêm na precisa obrigação de pôr na Sua | Real presença tudo o que me parece poderâ rezultar mayorez | ventagens á todo este Estado”.⁶⁸⁷ Pois, o foco das vantagens seriam o crescimento de Portugal. Para isso, D. Luís também cuidou de suas descobertas impedindo que os estrangeiros, especialmente os ingleses, tivessem contato com elas. Em carta ao marquês de Pombal, relatou “Fes grande

⁶⁸⁵ Palavra rasurada no original.

⁶⁸⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 326-326v.

⁶⁸⁷ Este trecho já foi citado no segundo capítulo. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1775, PT-BN_C_10624_f 45.

instanciaz o tal Com.^{e688} para Levar da | qui hum Arbusto com o Incecto da Coxonilha, que eu lhe | embarassei”.⁶⁸⁹

Um exemplo bastante pertinente em relação aos significativos estímulos de D. Luís à agricultura foram os conselhos que o vice-rei ofereceu a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, militar que assumiu o governo da ilha de Santa Catarina, quando foi devolvida aos portugueses depois da invasão castelhana. Para D. Luís de Almeida a restituição da ilha ofereceria aos portugueses uma nova conquista, se o governador que a recebesse agisse com prudência e solidez, oferecendo felicidade à pátria e aos que ali viviam. Descreveu que Cabral da Câmara encontraria na ilha riquezas para o crescimento da capitania e sustento da população, “Madeira, Gomas, Balsamoz, | Olios, Tintas, Pesca, e ultimam.^{te} aq.^{La} produção da | terra q.^e todos conhesem, de Trigo, milho, e maiz | graõs, q.^e Servem p.^a o diario aLimento das gentez”.⁶⁹⁰ Porém, Cabral da Câmara ao incentivar a agricultura, enfrentaria algumas dificuldades, já que a população estava habituada a outras práticas de governo. Segundo D. Luís de Almeida, Cabral da Câmara deveria adotar algumas premissas: seguir com constância suas resoluções; mostrar caridade e humanidade aos pobres; prudência para ser um exemplo; verificar com constância se estavam obedecendo suas ordens; vigiar a atitude dos mais poderosos em relação aos mais pobres; beneficiar com muita atenção aos pobres, para que reconhecessem nele um protetor, assim, com caridade e providência os tiraria da indigência. Por último, “terá V.S.^a o mayor cuid.^o no modo de | castigar os culpados mostrando V.S.^a qd.^o foi precizado o fa- | zer algum castigo, a mortificação e violencia com q. o faz, | mas q.^e hé indispensavel o praticalo, aSim p.^{Lo} Sagrado | resp.^{to} q. todos devemos as Leys do Soberano, como p.^a q. | o resto dos povos vivaõ em susego”.⁶⁹¹

⁶⁸⁸ Comandante inglês.

⁶⁸⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1777, PT-BN_C_10624_f 202v.

⁶⁹⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 180v.

⁶⁹¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 180v.

Ao encerrar a carta a Cabral da Câmara, Lavradio reforçou que o governador deveria agir em prol da coroa portuguesa, incentivando o crescimento agrícola da ilha, garantindo seu sustento e oferecendo bens ao rei, e escreveu,

A todas estas minhas Lembranças e refLe | xõez estou bem
persuadido, q.^e V.S.^a emrequeserá | com m.^{taz} outras todas a
mais proprias p.^a V.S.^a | fazer conhecer oz Seus talentos e
merecim.^{to}, e q. a mim | me rezulte a grandissima satisfação de
ver p.^{La} Ray | nha M.^a Snr.^a remunerado o destinto Serviço q. |
V.S.^a fizer ao Est.^o.⁶⁹²

Portanto, se Cabral da Câmara garantisse o crescimento para o reino, consequentemente, a rainha iria saber reconhecê-lo, já que a honra do estado estava atrelada à honra de quem o governava. Além do mais, nas instruções oferecidas ao governador de Santa Catarina, Lavradio apresentou sua forma de governar, o que buscou praticar no Rio de Janeiro sem muito sucesso. Lavradio governou sem deixar de ser militar, porém, quando pôde, foi um incentivador de novas práticas, articulando interesses do reino aos pessoais.

O governo de D. Luís de Almeida foi caracterizado por muitos cuidados militares, especialmente, pelos conturbados conflitos na América meridional, porém, também foi um governo de escrita. Já que muitas cartas circularam por diferentes lugares para que as ordens e instruções fossem seguidas ou ignoradas. Entretanto, só restava às cartas esta função, pois os contatos a distância só se efetivavam através delas. Mas, ao se considerar um governo epistolar é preciso ponderar aspectos além do desempenho comunicativo, pois o governo através da escrita de cartas estava envolvido pelas singularidades desta prática – questões que trataremos a seguir.

No estudo do segundo capítulo desta tese vimos as cartas de ofício e de amizade que fizeram parte das sociabilidades de D. Luís de Almeida. Sendo que o espaço da escrita de amizade também foi utilizado pelo vice-rei, que de modo mais particular buscou apresentar-se aos secretários do reino, versando sobre assuntos de interesses administrativos em ambiente amigável. Embora as cartas

⁶⁹² Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 182.

de amizade oferecessem espaço aos diferentes personagens da vida particular assumidos por D. Luís, o governador quase sempre esteve presente, interrogando sobre seu retorno ao reino, como suas práticas estavam sendo recebidas na corte e o que os amigos opinavam. Tais preocupações administrativas dividiram espaço com comentários em relação aos netos, agradecimentos de presentes e manifestações de saudades. D. Luís de Almeida permitiu que o governador se configurasse, muitas vezes, na escrita de amizade, já que tais cartas não foram sinônimo de escrita íntima, e sim da imbricação de interesses do reino, da casa e do eu – todos gerenciados pelo 2º marquês do Lavradio.

Em carta de amizade ao marquês de Pombal, D. Luís de Almeida escreveu,

Meu Compadre, meu Protector, e S.^{or} do meu | mayor respeito. Já de Officio tenho tido a honra nesta ocaziaõ de escrever | a V Ex.^a muito Largamente, e ainda, que eu veja a muito tempo que a VEx.^a | tomaraõ as minhas defuzas respostas; e que devo não roubar a VEx.^a o tp.^o | inutilmente: as minhas novas obrigaçoés, á generosa piedade, com q | VEx.^a me favorece, e ampara, não permitem, *que eu deixe de aparecer na prezença de VEx.^a no meu particular como Marquez do La | vradio, a quem VEx.^a tanto honra e favorece.* |⁶⁹³

Ao secretário, o vice-rei devia satisfações, por isso, envio-lhe tantas missivas. Porém, além das inúmeras cartas de ofício, D. Luís procurou a presença de Pombal, também por meio das cartas amizade, objetivando “aparecer na prezença de VEx.^a no meu particular como Marquez do La | vradio, a quem VEx.^a tanto honra e favorece”. Os assuntos das cartas particulares variaram entre assuntos da casa Lavradio e breves considerações em relação à saúde dos correspondentes, predominando os assuntos de governo. Nas cartas de amizade a Pombal e a alguns membros do governo colonial, D. Luís de Almeida não deixou de ser o governador e tratar assuntos de interesse público.

⁶⁹³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 19.

Em março de 1770, o marquês do Lavradio escreveu ao conde de Valadares, na época, governador de Minas Gerais. No início da carta, desculpou-se pela demora em responder, justificando-se diante do pouco tempo livre. Na continuidade escreveu,

VEx.^a receberá com está húa m.^a de offiço em reposta | de outra de VEx.^a, e ainda q a mim me parecia desnecesaria | aq.^{la} formalidad.^e antes determos pellas nossas Cartas particula | res, examinado bem aq.^{le} negocio, e depois de ajustado entre | nos resolveriamos se para maior utilidade do serviço era | necesario hum Off.^o formal como vi haõ praticar VEx.^a este me | thodo naõ pude deixar de responder na conformid.^e q VEx.^a me es | creveo.⁶⁹⁴

Lavradio estranhou que um assunto tratado e resolvido nas cartas particulares, merecesse de Valadares uma carta de ofício. Assim, declarou, “meu Ex.^{mo} VEx.^a tem neste Governo hum Parente, e hum | Amigo, e o estima infinitam.^{te}, tem hum vassalo de nosso au | gustissimo amo q dezeja concorrer Sempre com o maior Zelo | para tudo q for de utilidade do serviço do mesmo S.^{rr}”.⁶⁹⁵ D. Luís afirmou a Valadares que em nenhum momento precisavam tratar de assuntos de jurisdições pois ambos representavam o mesmo soberano, portanto, “VEx.^a | ma achará prontissimo sem etiqueta, nem ponto nenhum de | capricho particular; VEx.^a no seu off.^o falame tam formal”,⁶⁹⁶ ou seja, Lavradio não compreendia as formalidades da escrita de Valadares, diante do assunto já resolvido e, concluiu, “espero q nos tratemos de baixo de outro | tom q asim pede a nossa Amiz.^e, as nosas repetidas alianças, e | mais q tudo o serviço de noso Amo q tanto poderá padecer | com a falta da nosa boa harmonia”.⁶⁹⁷ Com este exemplo, constatamos que Lavradio, estrategicamente, buscou nas cartas de amizade resolver assuntos de governo de modo menos burocrático e em tom de camaradagem,

⁶⁹⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Valadares, Rio de Janeiro, 06 de março de 1770, BR-AN_C_1095_f 189v.

⁶⁹⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Valadares, Rio de Janeiro, 06 de março de 1770, BR-AN_C_1095_f 189v.

⁶⁹⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Valadares, Rio de Janeiro, 06 de março de 1770, BR-AN_C_1095_f 189v.

⁶⁹⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Valadares, Rio de Janeiro, 06 de março de 1770, BR-AN_C_1095_f 189v.

diferenciando as relações de governador e vice-rei, sobretudo, com as capitanias não subalternas.

Em dezembro de 1775, Lavradio escreveu de ofício a Antônio de Noronha, o novo governador de Minas Gerais, e iniciou a carta com as seguintes palavras, “Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor. Na mesma o | caziaõ em que recebi a Carta de V Ex.^a de onze | do corrente mez, me apresentou o Cabo da Esqua | dra Francisco Lopes”.⁶⁹⁸ Uma carta que começou com as formalidades de tratamento da prática epistolar, mas, quando o mesmo destinatário recebia uma carta por via de amizade, era tratado como amigo, senhor do meu coração, meu Antônio. Com isso, queremos enfatizar que D. Luís de Almeida, governou através das cartas de ofício e de amizade, porém, recorria às diferentes esferas de acordo com os laços de amizade que possuía com seus companheiros de governo e conforme os interesses abrigados na carta – pois, os problemáticos assuntos administrativos faziam parte das sensibilidades de D. Luís de Almeida, já que a honra pessoal e de família estava vinculada aos resultados de sua prática de governo.

Dentre as qualidades requeridas ao bom governador setecentista, o 2º marquês do Lavradio buscou destacar sua determinação diante do perigo ou do sofrimento, manifestando valor e ânimo diante dos subordinados, mesmo que no seu íntimo os sentimentos fossem contrários. Antônio de Ville Tolozano, ao detalhar a atitude de um governador diante do inimigo, escreveu “o Governador entretanto deve dar animo aos da Praça, persuadindo-os a sustentala com firmeza”,⁶⁹⁹ eis uma das constantes tentativas do vice-rei. D. Luís de Almeida quando tratou dos preparativos bélicos para a defesa do Rio Grande do Sul, em 1775, escreveu ao marquês de Pombal declarando que ofereceria sua glória, sua pessoa e reputação em nome de Portugal, para conservar o território, “porem padecendo commigo o Estado, | confesso a V.E.^a que para hisso, não tenho forças, não tenho sofri | mentos”.⁷⁰⁰ O vice-rei expressou sua tensão diante da possibilidade da derrota lusa, e continuo,

⁶⁹⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1775. BR-AN_FML_RD. 3.78.

⁶⁹⁹ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 414.

⁷⁰⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1775, PT-BN_C_10624_f 86.

Este desafoço, com que tenho a liberdade de fallar || [f 86v]
fallar a V.E.^a, de que a V.E.^a pesso mil perdoens, eu o não faço
peten | te a mais ninguem, e muito menos àquelle Gen.^{al}, e ao
Chefe por | que como hé precizo, que eu me sirva delles, e *que*
eu não desani | me aos que estão debaixo das Suas Ordenz, eu
rezervo no meo | peito toda esta desconsolação, ainda apezar
de sentir estalar-me | o Coração. |⁷⁰¹

Cabia ao governador animar seus súditos e nunca demonstrar desconsolação diante deles, o que Lavradio buscou representar em suas cartas. Muitas vezes, mesmo sabendo das más condições de defesa do território fez uso de palavras valorosas para animar os que o defenderiam. D. Luís de Almeida, além de buscar animar diante das dificuldades, incentivou seus amigos governadores a animar seus subordinados. Como consta em carta enviada a Antônio de Noronha, quando solicitou que a capitania de Minas Gerais enviasse soldados para ajudar na defesa do sul, “V. E.^a animará q.^{to} lhe for possível aq.^{lez} po | vos, e lhe segurarà, q elles faraò imortaez os Seuz nomez | q com aq.^{lez} q se destenguiem EL REY Meu S.^{or} fa | rá as mayores demonstraçoéz do Seu reconhecim.^{to}”.⁷⁰² A prática de animar os subalternos deveria constar entre os afazeres cotidianos de um governador, mesmo que seu coração estivesse angustiado, pois cabia ao governador, de acordo com o que estamos analisando, *parecer*, mesmo não podendo *ser*.⁷⁰³

Escrever, ditar, copiar, enviar e receber cartas foram ações cotidianas do passado, já que estava na carta a possibilidade de comunicação a distância, o que não é novidade para as relações coloniais entre Brasil e Portugal. Mas, cabe lembrar que a prática de escrita de cartas estava envolvida por circunstâncias que excediam a escrita e a leitura. Com isso, analisar-se-á algumas situações da carta na arte de governar empreendida por D. Luís de Almeida, tais como: a feitura de cópias, o envio da mesma carta por vias diferentes, as intempéries, os medos em torno da apreensão das cartas por inimigos, dentre outros aspectos.

⁷⁰¹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1775, PT-BN_C_10624_f 86 e 86v.

⁷⁰² Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 13 de março de 1777, PT-BN_C_10631_f 74v.

⁷⁰³ Segundo a pesquisadora Claudine Haroche, “O trabalho sobre as aparências é condição para o governo dos corpos, para o governo das almas. A apresentação de si que se acompanha de rituais específicos aparece, então, como um componente inerente à comunicação política”. HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto...* cit., pp. 109. Conferir também a epígrafe desta tese – trecho de uma carta de D. Luís de Almeida ao tio, Tomás de Almeida.

O envio de uma carta merecia atenção e cuidados, pois a *sensação de fala*, materializada no papel, representava o remetente e abrigava segredos, anseios, sensibilidades, planos e ações de governo. O militar francês, Antônio de Ville Tolozano, ao instruir o governador de praça a sempre solicitar ao rei o que fosse necessário à preservação do território, especialmente, em situação de possível invasão, mencionou os cuidados em torno da prática de escrita de cartas e informou que o governador deveria confiar a carta a portador fidedigno, ou

que as cartas sejam bem fechadas, ou escritas de tal modo que senão possa descobrir a cifra, ou que os caminhos por onde a manda sejam muy seguros, o que porém terá suas duvidas quando a praça se acha sitiada: ou antes o mandàra dizer de boca do que por escrito, porque deste modo se poderia descobrir, e não do outro sendo fiel quem leva o recado.⁷⁰⁴

Dizer de boca, e não de pena, foi um recurso que Lavradio não pode utilizar, portanto, todos os segredos e informações sigilosas que enviou, foram por carta, sendo que procurou empreender os devidos cuidados em torno delas.

Na correspondência do 2º marquês do Lavradio encontramos exemplos de instruções para o envio das cartas, como o alerta aos comandantes das embarcações em função da possibilidade de serem atacadas por naus inimigas. A primeira providência seria deitar as cartas ao mar, deste modo, a fala de Lavradio aos seus destinatários passaria ao eterno silêncio e não seria ouvida por inimigos. Para elucidarmos esta questão, abordaremos um interessante episódio em torno de cuidados com as cartas.

A segunda metade do ano 1776 foi um período agitado para D. Luís de Almeida, pois a corte confirmou que os espanhóis preparavam uma forte armada rumo ao Brasil. Embora a notícia já fosse esperada, o vice-rei ficou consternado, pois não se sabia se o objetivo era atacar a Bahia, o Rio de Janeiro ou a ilha de Santa Catarina. Para piorar as aflições de D. Luís, em 10 de novembro de 1776, atracou no porto do Rio de Janeiro a corveta Santa Ana e São José, sendo que o comandante informou-lhe que não trazia as cartas enviadas do reino, pois a embarcação tinha sido apreendida pelos espanhóis, na altura das ilhas Canárias,

⁷⁰⁴ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 381-382.

sendo revistada e mantida parada por cinco dias. Com isso, o comandante, antes que os espanhóis passassem a bordo da corveta, jogou no mar todas as cartas que transportava para a capital do vice-reino. Diante da notícia, a primeira atitude do marquês do Lavradio foi comunicar à corte o que tinha acontecido, para isso, serviu-se “de huá Embarcação mais Ligeira, e que me dizem | ser excelente de Vella, que expeço com a mayor recommendação p.^a | que haja de fazer as mayores diligencias, p.^a chegar com brevid.^e | nesse porto de Lx.^{aa}”.⁷⁰⁵ Portanto, de acordo com o sentido de rapidez compreendido por D. Luís, a embarcação ligeira levaria em média 40 ou 60 dias para avistar o Tejo, e o embarço de D. Luís com as cartas que ficaram no Atlântico e não chegaram ao Rio, justificava-se pelo não recebimento de novas em relação às investidas bélicas dos espanhóis rumo ao Brasil.

Antes de enviar a embarcação ligeira com o aviso do não recebimento das últimas cartas enviadas pela corte, D. Luís de Almeida tomou algumas precauções, temendo que novamente as embarcações portuguesas fossem revistadas por espanhóis. O aviso enviado a Pombal partiu aos cuidados do tenente de mar João Favilla Bitencourt e do segundo piloto da nau de guerra Prazeres, por serem “m.^{to} activo, e desemparasado”. Além disso, Lavradio despachou a embarcação por modo particular e não oficial, e relatou ao marquês de Pombal os procedimentos que determinou,

q o Off.^{al} da Marinha que | vay encarregado das V.^{as}, vá como em figura de hum | Pasageiro, e por hisso fis fazer a Carta, que Leva o Pilloto | e M.^e da Embarcação, para q. no cazo de ser apriendida | se não venha no conhecim.^{to} da delig.^{ca} á que se dirige a mes | ma Embarcação |
A Carta será entregue a V.E.^a que hé assi | gnada p.^{Lo} Meu Cyrurgiaõ Mor, dirigida ao pr.^o homem | de Negocio dessa Corte que aqui Lembrou. |⁷⁰⁶

Lavradio valeu-se de alguns artifícios para que a carta enviada ao secretário do reino pudesse chegar ao seu destino sem riscos. A comunicação enviada a

⁷⁰⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1776, PT-BN_C_10624_f 188.

⁷⁰⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1776, PT-BN_C_10624_f 188.

Pombal consta no código 10624, mas, em outro livro, no 10631, localizamos a carta de Lavradio ao tenente João Favilla Bitencourt.

Na missiva a Bitencourt, Lavradio instruiu o tenente a como proceder diante da missão que tinha sido designado, ordenando-lhe que a bordo do bergantim Leão Dourado, fizesse toda a força de vela em direção a Lisboa, onde entregaria, em mãos, a Pombal as vias encaminhadas. Porém,

Se na viagem encontrar alguma Embar- | cação Castelhana q.
se lhe faça suspeitoza, não se lhe- | podendo VM.^{ce} escapar, a
cautellará VM.^{ce} as Viaz que | lhe entreguei na melhor forma q.
lhe for possível, de sor- | te q. ellez se não possam fazer
Senhores dellas, athe | ao ponto, de não havendo outro
remedio p.^a as Salvar | das mãos doz sobreditos Castelhanos,
as Lançará Vm.^{ce} | ao Mar, attadaz em huá Balla de mayor
Calibre.⁷⁰⁷

Bitencourt não deveria declarar que seguia a Lisboa em serviço – “dirá que vay | como passageiro”⁷⁰⁸ – dizendo que a embarcação foi enviada por um negociante, com aviso aos seus correspondentes sobre assuntos de comércio. Já o bergantim seguiria para Lisboa sem a bandeira portuguesa e deveria chegar ao Tejo de modo imperceptível.

Com este exemplo, enfatiza-se que governar através de cartas, não é apenas afirmar que elas eram as portadoras das notícias e das ordens. É necessário considerar as estratégias, os procedimentos, os imprevistos que configuravam o envio e o recebimento das mesmas. Pois estes meandros intervinham nos procedimentos de governo. O governo epistolar, praticado por D. Luís de Almeida, era um governo de intervalos, se as cartas não apareciam, as ações, muitas vezes, se paralizavam e nada avançava ou recuava.⁷⁰⁹ Em carta de março de 1772, Lavradio declarou a Martinho de Melo e Castro,

⁷⁰⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio a João Favilla Bitencourt, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1776, PT-BN_C_10631_f 23.

⁷⁰⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a João Favilla Bitencourt, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1776, PT-BN_C_10631_f 23v.

⁷⁰⁹ Vale lembrar que as queixas pela falta de respostas da corte eram comuns entre os governadores ultramarinos, que permaneciam entre a dúvida de se arriscar em uma ação ou a inação, para esperar as respostas da corte.

A pouco tempo de chegar a este Governo, fis prez.^e a EL REY | meu S.^{or} pella Secretr.^a de V Ex.^a, do Est.^o em q se achavaõ as Tropas | deste Cont.^e, pedindo se me dece a este respeito as providenzas q Saõ | necesariaz, e como sobre este ponto ainda Se me não tem respondido, e | cada vez vai crescendo maiz aprecizaõ de providencia (...).⁷¹⁰

Sem o recebimento do que solicitava e sem que chegassem cartas com as respostas, Lavradio permanecia sem ação, temendo que suas atitudes não estivessem ao agrado da corte. Contudo, Lavradio não avançava, em nome do rei, para não continuar errando, e em nome de sua reputação, para não manchá-la. Neste sentido, a administração de Lavradio corria ao ritmo das marés, dos ventos e da tecnologia dos equipamentos e transportes marítimos.

Muitas missivas foram portadoras de *post-scriptum*, sendo alguns deles motivados pela chegada de embarcações com novidades, obrigando D. Luís de Almeida a fazer acréscimos ao já relatado, sendo que alguns *post-scripta* foram mais extensos que a própria carta. A chegada de embarcações era revestida de ansiedades, pois os papéis poderiam trazer boas ou más notícias. Na carta de 25 de dezembro de 1774 a Melo e Castro, Lavradio escreveu,

A tempo deste Navio se estar fazendo a Vella, | Levando os Officios, que tenho a honra dirigir a V.Ex.^a, o mandei tor | nar a dar fundo, por se me dar parte vinha entrando a Nau de Guer | ra Santo Antonio, (...) Entrou finalmente a dita nau no dia de | hontem que se contaraõ 24 do Corrente, a qual tras de viagem 63 | dias, desde a sahida da Ilha da Madeira, athé a sua entrada nes | te porto.⁷¹¹

Com a arribada na nau Santo Antônio, Lavradio solicitou que a embarcação que se destinava à corte, aguardasse a leitura dos papéis trazidos, pois novos métodos, possivelmente, seriam necessários. Portanto, a circularidade completa de uma missiva, entre envio e recebimento de resposta, podia levar em média quatro meses. Porém, Lavradio escreveu de modo constante mesmo que as respostas não viessem, chegando a escrever, de acordo com os livros de

⁷¹⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 28 de março de 1772, PT-BN_C_Pss_cx_3_f 238.

⁷¹¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 22v.

copiador, mais de treze cartas no mesmo dia, entre missivas de amizade e ofício. Cabe lembrar que Lavradio ditou a maioria das cartas que enviou e que muitas receberam a mesma datação em função do dia do envio.

Outra sociabilidade pertinente do governo epistolar, foi o envio de duas ou mais vias da mesma carta, por meio diferente. Em dezembro de 1774, D. Luís de Almeida escreveu a Martinho de Melo e Castro comunicando o recebimento de duas cartas de ofício compostas em 11 de outubro, respondendo o segundo ofício da seguinte maneira, “me Ordena V.Ex.^a eu escreva | por primeira, e Segunda via; Eu o praticarei Logo na conformi | dade que V.Ex.^a me determina”.⁷¹² Quicá até o fim de 1774, Lavradio não enviava assiduamente suas missivas por duas vias, cabendo ao secretário ordenar que as cartas tivessem primeira e segunda via – procedimento importante diante dos problemas com intempéries e arribadas estrangeiras, gerando a produção de originais múltiplos.

Na colônia o envio de mais de uma versão da mesma carta também foi uma prática de Lavradio e seus correspondentes, em agosto de 1777, o vice-rei escreveu a João Henrique Böhm, dizendo,

No dia de horem q. | se contou o pr.^o do Corr.^e entrou no porto desta Cap.^{al} huma Su- | maca vinda do porto do R.^o Grd.^e com Off.^{oz} q. V.E.^a mediri- | gio, datados o pr.^o de 22 de Junho, com hua P.S. com data | de 2 de Julho, e o Segd.^o datado de 8 do mesmo mez de Julho.

A pr.^a, ou a Segd.^a V.^a destez Off.^{oz}, q. agora | recebo, q.^e V.E.^a mediz tellos expedido p.^{La} Via da terra, athe | o presente ainda não chegaraõ, sendo nactural a demora q. | sempre costuma háver por aq.^{La} parte. |⁷¹³

No território do Brasil os envios se dividiram por terra e por mar. Portanto, da mesma maneira que por mar as cartas, através das embarcações, precisaram vencer os ventos fortes e as tempestades, por terra os desafios também fizeram parte da troca epistolar. Em carta ao conde de Valadares, Lavradio indicou,

⁷¹² Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f 20v.

⁷¹³ Carta do 2º marquês do Lavradio a João Henrique Böhm, Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1777, PT-BN_C_10631_f 130.

V.Ex.^a nesta oCaziaõ receberá outra Carta m.^a escrita | de mais tempo, porq.^e a fis Logo q.^e p.^{La} m.^a p.^e procurei executar as | ordens de VEx.^a, asim expedindolhe promptam.^e (...) porem como os Cavalos tinhaõ chegado bastantem.^e moLestados | p.^a com aq.^{La} brevid.^e poderem partir tem sido persizo ao Off.^{al} de | morarse maiz alguns dias, p.^a eles melhor se poderem refazer.⁷¹⁴

Com estes exemplos, percebemos que o funcionamento do governo colonial, especificamente administrado por D. Luís de Almeida, não dependeu apenas do cumprimento de ordens, mas, também, do descanso dos cavalos e das calmarias marítimas, para que as *sensações de fala* fossem ouvidas nos diferentes pontos do Brasil e do reino. Contudo, o cuidado com o que seria escrito, caminhou ao lado das preocupações com as cópias, envios e conservações das palavras materializadas na carta.

D. Luís de Almeida governou como militar, investindo em estratégias de defesa do território, na construção de fortalezas, na formação das tropas, no armazenamento de materiais bélicos. Além disso, como um curioso pela flora brasileira, incentivou o cultivo de alimentos para a movimentação do comércio colonial. D. Luís de Almeida foi um governador que cuidou da conservação territorial do Brasil e também do seu comércio, preocupando-se algumas vezes com a população ociosa, a qual poderia ser de grande serventia à coroa se estivesse empregada na agricultura. Sendo que D. Luís de Almeida realizou todas estas investidas através da prática de escrita de cartas. Portanto, demonstrou-se um ardiloso compositor de missivas, sabendo representar-se de acordo com o papel social que assumia e conforme o destinatário. Embora contasse com uma equipe de secretários, D. Luís estava à frente da composição epistolar, lidando cuidadosamente com as palavras e seus arranjos. Em abril de 1778, escreveu ao chefe do exército do sul, João Henrique Böhm, comentando o recebimento de uma carta do general espanhol Pedro de Cevallos, acusando-o de ser capcioso e de pouca fé na sua escrita. Vale lembrar que Lavradio estava tratando da devolução da ilha de Santa Catarina. Eis as considerações de Lavradio a Böhm,

⁷¹⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Valadares, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1772, BR-AN_C_1095_f 325.

Elle [Pedro de Cevallos] me dava Campo bast.^e, p.^a eu me po- |
 der explicar nos termos arrogantes q.^e pedia a Sua respos- | ta,
 e talvez q.^e ella foçe feita debaixo destas vistas; *porem* | *como*
acho q. a Guerra de palavras não servem mais, q.^e p.^a | *eLudir,*
e embarassar a execução das Ordens doz Superiores, | eu faço
 não percebellas, e lhe respondo agora cathgorica- | mente,
 pondo da m.^a p.^e todos os meynos, p.^a q.^e Sem perda | de hum
 instante p.^{lo} q. me pertence, se possaõ executar as- || [f 170] |
 as Instrçoéz, e Ordens q. as Cartas nos dirigem.⁷¹⁵

Pode-se afirmar o quanto D. Luís conhecia as implicações da escrita, argumentando que ignoraria as arrogâncias de Cevallos, minando a *Guerra de palavras* em nome das ordens reais. Portanto, muitas vezes, as guerras e problemas existiram no mundo das palavras e não no mundo real.

Outro exemplo das estratégias de Lavradio com as palavras, consta na carta enviada a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, na qual comunicou sua nomeação a governador da ilha de Santa Catarina, recebendo-a dos castelhanos, assim, deveria abandonar o comando do primeiro regimento da Bahia. Nesta carta, D. Luís de Almeida instruiu o novo governador, dizendo que deveria chegar à *terra firme* da ilha e comunicar ao comandante castelhano o objetivo de sua estada ali, ou seja, receber a possessão tomada por eles. Sugeriu que as conferências entre Cabral da Câmara e o castelhano ocorressem “de viva vós, evitan- | dosse [palavra rasurada] a Correspondencia por escripto”,⁷¹⁶ pois a escrita poderia estender as negociações, e

a mayor | p.^e do tp.^o Laboraõ *estas Correspondencias sobre*
jogos | *de palavras, tudo motivos p.^a mayor demora, sendo*
m.^{taz} | *vezes estaz cauza de desagradaveiz consequencias,* o
 que | suposto podera V.S.^a ajustar com o Comm.^e hum | Lugar
 q.^e Seja maiz proprio p.^a estas conferenciaz, | devendo
 recomendar m.^{to} a V.S.^a, se evitem todos aq.^{lez} | discursos, ou
 questoéz q. possaõ por Longar esta de- | Ligencia, q.^e Suas
 Mag.^{ez} recomendaõ Seja con- | cluida com a mayor brevid.^e
 (...).⁷¹⁷

⁷¹⁵ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a João Henrique Böhm, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 169v-170.

⁷¹⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 179v.

⁷¹⁷ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 179v.

O ajustado entre ambos deveria “passar a hum termo por escripto” para que os outros militares pudessem tomar conhecimento. Lavradio assumiu que as palavras usadas em jogo, poderiam atrasar as negociações e interferir nas instruções vindas da Europa – estratégia que, talvez, D. Luís de Almeida tenha utilizado quando a ilha foi invadida e ele precisava comunicar à corte o que tinha ocorrido, questão que veremos na última sessão deste capítulo.

Diante do que apresentamos, podemos considerar que o papel era um fiel receptor de dores, mágoas, sentimentos de carinho, angústias, insatisfações, ordens e instruções. Porém, também foi um espaço de disputas pessoais por méritos, nas quais os verdadeiros objetivos da escrita ficariam em segundo plano. Além disso, podia também ser sensivelmente violado e ficar a mercê de quem não deveria escutar as sensações de fala ali materializadas. Por isso, o receio com a possibilidade das embarcações portuguesas, portadoras de cartas, serem apreendidas pelas inimigas, como no caso que apresentamos acima.

D. Luís de Almeida, em carta a Martim Lopes Lobo de Saldanha, expressou “Eu tenho dado alguás mais providen | cias a resp.^{to} da destruição dos nossos Inimigos, porem | no risco de poder ter algum descaminho este Off.^o, me | pairesseu por hora, não ser conveniente o fialas de | hum Papel”.⁷¹⁸ O mesmo papel tantas vezes portador de todos os anseios poderia ser um risco aos planos de governo. Em carta ao cunhado, conde de São Vicente, D. Luís também manifestou certa desconfiança, “Se eu nesta ocaziaõ estivesse no R.^o de Janeiro | como particular poderia ser muito extenço nesta m.^a | carta, porq’ ocorrem algumaz circunstancias, q’ estimaria | muito repitirtaz, porem guardo-me p.^a o fazer, quando tu | de La me contares as novidades, que daqui ouvires (...)”.⁷¹⁹ Notemos que os receios de Lavradio surgem de duas situações: como vice-rei, certamente, suas cartas tinham mais visibilidade, por isso, tanta cautela; por outro lado, a materialização dos pensamentos se transformava em provas e

⁷¹⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 09 de abril de 1777, PT-BN_C_10631_f 99v.

⁷¹⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de São Vicente, Rio de Janeiro, 04 de março de 1774, BR-AN_C_1096_f 81v.

exposições, que se ficassem apenas na efemeridade da conversa não causaria problemas.

Em fins de 1775, D. Luís de Almeida enviou uma longa missiva ao amigo e governador de Minas Gerais, Antônio de Noronha. Entre assuntos particulares e procedimentos de governo, Lavradio representou-se diante de Noronha e ao encerrar a carta escreveu “estas são as noticias todas; as publicas podes dalas, e | pelo que toca as particulares, *naõ só as conservaras em ty, mas athé | para mayor cautela queimaras esta Carta*.”⁷²⁰ Talvez, Noronha tenha aceitado a sugestão do amigo, porém, o livro de copiador nos permite ter acesso à correspondência que deveria ter sido destruída, já que D. Luís de Almeida detalhou os problemas de defesa do sul do Brasil, julgando que as forças lusas não teriam condições de enfrentar os castelhanos, o que deixava o vice-rei aflito e tormentoso. Por fim, entre guerras e jogos de palavras D. Luís de Almeida escreveu de amizade e de ofício e se fez governador em cada escrita.

Lavradio fez de suas cartas um espaço para a representação do bom governador, daquele que serviu ao monarca com honra e prudência e que diante das dificuldades, incluindo as pertinentes à prática epistolar, não desistiu, mas se manteve forte em nome do rei e de sua casa. Contudo, no mundo das palavras, D. Luís de Almeida foi como sugeriu Tolozano, “Convem que hum Governador ame a sua Praça mais que qualquer outra cousa do mûdo, suppondo que della depende a sua honra, & a sua vida”.⁷²¹ Pois, as palavras de Lavradio enfatizaram constantemente o amor a Portugal. Em carta de janeiro de 1777, D. Luís compartilhou com Tomás Xavier de Lima, amigo que ocupou o lugar do marquês de Pombal,

Eu espero da tua amiz.^e te naõ esque || [f 1v] esqueras q vou completando dez annos de Brazil, | todos elles os mais trabalhos q teve Governador nenhum, | o Lugar m.^{to} grd.^e, necessita de q.^m tenha huns talentos | proporsionados a fazer a felici.^e destes povos e do Est.^o, a | experiencia tem mostrado q eu naõ sou capaz *asim* p.^a | hum no como p.^a outros, trata de

⁷²⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1775, BR-AN_C_1096_f 134v.

⁷²¹ Este trecho já foi citado no início da sessão. TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 9.

te não esquecerte de mim | na certeza q teve *te merece* a m.^a
fiel, e sincera amizade. |⁷²²

Embora governando, segundo ele, por amor à pátria, desejava o retorno, representando-se como o governador que mais tinha trabalhado, sem que tivesse talentos para tal. Assim, escolhendo palavras que enfatizassem seus poucos atributos, mas que ressaltassem suas boas intenções, D. Luís de Almeida sentiu, escreveu e governou.

3.3 – D. Luís de Almeida: ser vice-rei e a hesitação do exercício do poder

D. Luís de Almeida em fins de dezembro de 1768 já vencia, aproximadamente, oito meses na capitania da Bahia como governador, quando escreveu uma carta de amizade ao cunhado, conde de São Vicente. Entre saudações aos familiares e relatos de sua condição física, escreveu:

Deos queira que Se lembrem | de *no fim dos tres annos me deixarem recolher a m.^a Casa*, porq | verd.^e verd.^e he muito tempo para forcejar em um Em | prego tam contra o meu genio, outra m.^a tal, ó qual | aplicação, e o que mais hé em hum clima mui contra | rio para as molestias que padeço, ainda que tenho m.^{to} | que agradecer de ter sido o meu destino para este Governo | *porque se tiveçe sido para o Rio de Janeiro, ahu de todo não poderia ter rezestido.*⁷²³

D. Luís ao reclamar do que passava no governo da Bahia, lembrou que se estivesse no Rio de Janeiro suas condições poderiam ser piores. Pois, na sequência deste comentário, mencionou que o marquês de Azambuja, então vice-rei do Brasil, se encontrava mal de saúde e clamava ao rei um sucessor. Porém, D. Luís de Almeida não sabia o que estava por vir.

⁷²² O que consta em itálico foi escrito nas entrelinhas, cabe lembrar que a Coleção Brasil é formada, basicamente, por minutas. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás Xavier de Lima, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1777, PT-BN_Col_Brasil_nº 39.

⁷²³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Manuel Carlos da Cunha e Távora, conde de São Vicente, Bahia, 25 de dezembro de 1768, BR-AN_C_1095_f 39.

Enquanto isso, quatro meses depois das observações de Lavradio ao cunhado, em Salvaterra de Magos, exatamente em oito de abril de 1769, surgia uma Ordem Régia, a qual algum dos oficiais de secretaria escrevia, como se pode supor, e o rei D. José I assinava. E o que esta ordem determinava? Estamos a falar da disposição que nomeou mais um dos vice-reis do Brasil e que começou com as seguintes palavras:

Honrado Marquês do Lavradio, Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia; Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquele que prezo. Fui servido nomear-vos Vice-rei, e Capitão-General de Mar, e Terra do Estado do Brasil (...) vade exercitar o sobredito *emprego* de Vice-Rei (...).⁷²⁴

Passado algum tempo, o documento já circulava pelo Brasil e a notícia já tinha chegado ao seu principal interessado, D. Luís de Almeida. Portanto, sete meses após a ordem régia, o 2º marquês do Lavradio deixou a Bahia e seguiu para o Rio de Janeiro, obedecendo ao rei.

Na cerimônia de posse, cinco dias depois de pisar pela primeira vez na capital do vice-reinado, foram proferidas tais palavras,

Aos quatro dias do mês de novembro do dito ano [1769] na Catedral desta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo presente o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Luís de Almeida Portugal (...) para efeitos de tomar posse do *Cargo* de Vice-Rei. (...) Sua Majestade lhe faz Mercê do dito *Cargo*; E por esta forma tomou posse o dito Ilustríssimo (...).⁷²⁵

E no dia 25 de novembro os oficiais da câmara do Rio de Janeiro escreveram duas cartas ao rei D. José I. Em uma comunicaram a efetivação da posse do novo vice-rei,⁷²⁶ na outra, tematizaram o cerimonial, já que “fes este Senado hum Palio de | grandeza correspondente a Sublimi | dade do *titulo*”.⁷²⁷ Porém, a

⁷²⁴ Sem grifo no original. Como não localizamos o original, utilizamos uma edição. Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. Rio de Janeiro: Secretaria de estado de Educação e Cultura; Instituto estadual do Livro, 1978. pp. 3.

⁷²⁵ Sem grifo no original. Como não localizamos o original, utilizamos uma edição. Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro...* cit., pp. 3.

⁷²⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 88, D. 7749.

⁷²⁷ Sem grifo no original. AHU_ACL_CU_017, Cx. 88, D. 7748.

câmara vinha enfrentando problemas com o pálio, já que o secretário do governo do Rio de Janeiro tinha o costume de se apossar do objeto, o que encarecia a cerimônia para a câmara, além de não ser a prática da ex-capital vice-reinal, a Bahia. Por fim, os oficiais solicitaram ao rei:

Pomos na | Real presença de Vossa magestade o | refferido p.^a
Se servir de nos mandar de | clarar, o que deve para o futuro,
pra || cticar este Senado, Sobre o deixarem | avocar aSi, os
Secretarios, o Palio desti | nado para as posses dos Generaes, e
vice | Reys. |⁷²⁸

O pálio que garantiu certa ostentação à posse de D. Luís, foi disputado entre a câmara e o secretário. Porém, será que o objeto de grandeza sublime, conforme os oficiais descreveram, refletia o sentido de ser vice-rei do Brasil, no século XVIII?

Entre o receio de D. Luís de que fosse nomeado para o governo do Rio de Janeiro e a posse que provocou a disputa do pálio, verifica-se contradições. Somos levados a acreditar que D. Luís de Almeida teria recebido a ordem com imensa felicidade, pois o rei estava lhe fazendo uma mercê, como relatado no auto de posse. Afinal de contas, Lavradio seria o representante máximo do rei D. José I na possessão americana. Entretanto, o que Lavradio “não poderia ter rezestido”? Eis, o objetivo desta sessão do terceiro capítulo, tematizar o que representava para D. Luís de Almeida ser vice-rei da América portuguesa.

“Vice.Rey, ou Visorey. O Governador de hum Reyno, que manda com suprema autoridade, em nome, & em lugar do Rey”: assim se definiu vice-rei no conhecido dicionário setecentista de Rafael Bluteau.⁷²⁹ Se nos concentrássemos nesta significação, continuar-se-ia a presumir que Lavradio teria recebido com grande honra a ordem de ter sido nomeado vice-rei do Brasil, depois de assumir o governo da capitania da Bahia. Porém, alguns registros na correspondência de D. Luís nos indicam que ser vice-rei no Brasil implicava em uma série de hesitações, já identificadas na própria variedade de conceitos que acompanharam a nomeação: emprego, cargo e título. O que significava, então, ser vice-rei?

⁷²⁸ AHU_ACL_CU_017, Cx. 88, D. 7748.

⁷²⁹ BLUTEAU, *Raphael. Vocabulario...* cit.

Para responder os questionamentos sugeridos é necessário considerar que na América portuguesa a nomeação de um vice-rei não significou a presença de cortes junto aos governadores-gerais, diferente do que acontecia nas possessões espanholas da América, que foram instituídas como vice-reinos e se organizaram com base em estruturas de corte. Até hoje não se localizou um documento régio que tenha elevado a América portuguesa a condição de vice-reino.⁷³⁰ Entretanto, a atribuição do título de vice-rei aos governadores-gerais do Brasil confirmou o aumento da importância deste território no cenário setecentista luso.

O primeiro governador-geral do Brasil que recebeu o título de vice-rei foi o marquês de Montalvão, em 1640, quando ainda estava em vigência a monarquia dual. O consentimento do título de vice-rei aos governadores-gerais foi uma prática esporádica, e somente a partir de 1720, quando se supõe que o Brasil foi percebido, diante de sua relevância socioeconômica no cenário ultramarino luso, como vice-reino, a atribuição do título passou a ser contínua, com a nomeação de Vasco Fernandes César de Meneses, conde de Sabugosa.⁷³¹

A permanente instituição do título de vice-rei fez parte das novas diretrizes portuguesas para a administração colonial, que assim buscava ampliar a centralização, comprometida com a tentativa de eliminar o caráter privado que ainda persistia em algumas partes da colônia, o que, décadas depois (1763), reforçou a necessidade de transferência da capital da Bahia ao Rio de Janeiro. A atribuição do título de vice-rei ampliou as responsabilidades de cada governador, mesmo que isso não tenha significado um maior poder de governo, já que as capitanias comunicavam-se diretamente com as secretarias que geriam os

⁷³⁰ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 303.

⁷³¹ Tais informações foram pesquisadas e confrontadas na seguinte bibliografia: *SILVA, Maria Beatriz Nissa da (coord.). *Dicionário da História da Colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Ed. Verbo, 1994. *SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. vol. VI. Porto: Livraria Figueirinhas. *GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. (Coleção Documentos Brasileiros). *HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *A época colonial. Administração, Economia, Sociedade* (Tomo I, volume II). São Paulo: Difusão européia do Livro, 1973. (3ª edição). *BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (2ª edição).

assuntos ultramarinos, cabendo aos governadores decidir se queriam ou não consultar o vice-rei. Por conseguinte, uma vez investidos do título de vice-rei, os governadores assumiam mais decididamente os atributos de representantes máximos do rei nas conquistas da América, e tal sentimento interferiu tanto nas decisões quanto nas incertezas diante dos empreendimentos administrativos.

É preciso considerar que a própria historiografia apresenta algumas variações quanto à questão dos vice-reis do Brasil. Certos pesquisadores consideram como vice-reis apenas aqueles que governaram quando o Rio de Janeiro passou a ser a capital da colônia, para outros, desde Montalvão, todos os governadores-gerais receberam o título de vice-rei. Neste sentido, se justifica a confusão presente na historiografia, ao considerar o 2º marquês do Lavradio ora como o 11º e ora como 3º vice-rei do Brasil. Portanto, consideramos o que foi apresentado no parágrafo subsequente, que após Montalvão, apenas depois de 1720, passaram todos os governadores a receber o título de vice-rei – então, D. Luís de Almeida foi o 11º vice-rei do Brasil. Ainda é indispensável lembrar que as capitanias de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento estavam subordinadas ao Rio de Janeiro, e o governador-geral do Rio, após 1763, que passou a ser o vice-rei da colônia, possuía poderes de jurisdição nestas capitanias.⁷³²

Nesta sessão, por meio da correspondência de D. Luís de Almeida, serão destacadas as inquietações, limitações e reclamações de um vice-rei português que, muitas vezes, não sabia qual procedimento tomar e até onde podia interferir nas outras capitanias do Brasil. Sabemos que as aflições de Lavradio não foram singulares e que outros vice-reis também passaram por tais problemas. Entretanto, a intenção da discussão é identificar essa indeterminação de poder nas palavras de Lavradio. A historiadora Laura de Mello e Souza, em seu renomado estudo *O sol e a sombra*, referente ao período colonial setecentista, nos diz: “Procurro ainda ilustrar empiricamente esses aspectos mais abstratos, rastreando as trajetórias que deram carne e ossatura ao que, sem as personagens – fossem elas administradores reconhecidos ou servidores obscuros

⁷³² ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, vicereoy, 1769-1779*. Califórnia: University of California Press, 1968.

–, seria apenas elucubração”.⁷³³ Com isso, entendemos que embora a indeterminação do poder dos vice-reis seja algo de consenso na historiografia, é preciso reconhecê-la no rastreamento das trajetórias individuais, pois sem elas os estudos historiográficos perderiam em particularidade, pois a história se constitui através do percurso de indivíduos em sociabilidades distintas das nossas e que buscamos compreender.

Antes de analisarmos a escrita de Lavradio, será feita uma breve incursão nas palavras dos vice-reis que antecederam D. Luís no Rio de Janeiro – conde da Cunha⁷³⁴ e conde de Azambuja.⁷³⁵ Em outubro de 1765, o conde da Cunha escreveu ao secretário ultramarino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado,⁷³⁶

Por carta de V.E de quatro de Fevereiro deste presente anno, me man | da S. Mag.^{de} declarar, *que os Vice reys do Brezil, posto que | tenhaõ esta dominação, não governavaõ nas outras Capitanias*, que | tem Governadores immediatos á Sua Real Pessoa; e que esta era | a pratica, que sempre houve: o que tudo fico entendendo para as | sim o observar; porem como a Provisão, que na prezente Frota | recebo do Concelho Ultramarino, de que remeto Copia, me en | carrega o dar providencia ao desamparo em que se achava, a Capita | nia de Espirito Santo (...).⁷³⁷

O conde da Cunha ao receber uma carta e depois uma provisão questionou-se diante do seu poder sobre a capitania do Espírito Santo, sem saber quem deveria ajudá-la, a capitania da Bahia ou a do Rio de Janeiro.⁷³⁸ Na dúvida, resolveu “cumpro com a minha obrigação, prestando-lhe eu todos os que me | couberem no possivel”⁷³⁹ e, com isso, aguardaria manifestação da corte em relação a sua atitude.

⁷³³ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 77.

⁷³⁴ D. Antônio Álvares da Cunha, conde da cunha e 9º vice-rei do Brasil de 1763 a 1767.

⁷³⁵ D. Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja e 10º vice-rei do Brasil de 1767 a 1769.

⁷³⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi secretário de Estado da Marinha e Ultramar e após sua morte foi substituído por Martinho de Melo e Castro, em janeiro de 1770.

⁷³⁷ Sem grifo no original. Carta do conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1765, AHU_ACL_CU_017, Cx. 76, D. 6870.

⁷³⁸ O sentido de *Provisão* compreende todas as ordens do rei, podendo ser as emitidas pelas secretarias, ministérios e conselhos em nome dele.

⁷³⁹ Carta do conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1765, AHU_ACL_CU_017, Cx. 76, D. 6870.

Tais questionamentos não foram diferentes para o vice-rei que o sucedeu. Em maio de 1768, o conde de Azambuja, em carta ao mesmo destinatário, escreveu:

No Rio Grande de S. Pedro se achão varios Postos vagos, e da mesma sorte podem va | gar em outras partes, e eu não sei *athe onde se estende nesta materia a minha jurisdicção*. | Ouço, que os Vice-Reys da Bahia costumavaõ nomear athê Tenente Coronel (...) O que V.Ex.^a porâ na Presença de S. Mag.^e | para me determinar o que hei de observar nesta materia.⁷⁴⁰

O conde de Azambuja não sabia como reagir diante das capitanias que eram diretamente subalternas ao Rio de Janeiro, como no caso do Rio Grande de São Pedro. Supomos que suas dúvidas em relação às que não eram subordinadas deveriam ser maiores. Ainda cabe lembrar que Azambuja falou em vice-reis da Bahia e não do Brasil, o que nos permite identificar a grande indeterminação que circundava o sentido de ser vice-rei na América portuguesa.

A apresentação destes trechos nos serve para enfatizarmos que em uma sequência de vice-reis – conde da Cunha, conde de Azambuja e marquês do Lavradio – a dimensão do poder vice-reinal não era algo evidente, em mais de uma década de administração. Com isso, justificamos o quanto o cargo/emprego de vice-rei se consagrava como um *título* e não na atribuição de plenos poderes em nome do rei. O historiador Nuno Monteiro enfatizou que, no Brasil, os governadores-gerais passaram a ser designados como vice-reis, sendo que essa mudança não alterou as atribuições de poder.⁷⁴¹ Entretanto, identificamos algumas mudanças nos cerimoniais de posse, o que contribui para considerarmos a questão do posto de vice-rei como a atribuição de um título, voltado para as representações do poder – ponto considerável para as sociedades de corte. Embora o título de vice-rei representasse poder, os governadores, de certo modo,

⁷⁴⁰ Sem grifo no original. Carta do conde de Azambuja a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1768, AHU_ACL_CU_017, Cx. 85, D. 7511.

⁷⁴¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 258.

temiam este título, pois outra pertinente questão poderia ser comprometida – a honra de seus nomes, caso a administração fosse marcada por insucessos.

A escolha de um vice-rei no contexto ultramarino luso, não era uma escolha insignificante e atendia a certos requisitos. Segundo Monteiro,

eram diversos, no plano da qualidade de nascimento e das qualificações e experiências requeridas, os círculos onde se recrutavam os administradores das conquistas, em cujo topo se encontravam os governadores gerais e vice-reis, quase sempre militares com qualificada nobreza e fidalguia, e objeto de uma escolha próxima e cautelosamente ponderada pelos monarcas.⁷⁴²

D. Luís de Almeida atendia a esses preceitos, especialmente, por ser militar de carreira e nobre da família Almeida.⁷⁴³ Antes de completar 20 anos iniciou sua carreira militar e passou a acumular patentes: capitão, coronel e brigadeiro. Participou das campanhas da sucessão da Espanha, e em julho de 1761 foi designado 2º marquês do Lavradio, herdando do pai, D. Antônio de Almeida Soares Portugal, como primogênito varão, o marquesado. Como coronel foi reconhecido por sua disciplina. Assim, em 1767, foi nomeado governador da capitania da Bahia, cargo que antecedeu sua nomeação a vice-rei. Porém, desde que chegou à Bahia, Lavradio representou-se inquieto com a administração ultramarina.

D. Luís da Almeida, em uma das primeiras cartas de amizade compostas na Bahia, enfatizou a data que almejava retornar à corte. Eis como se manifestou ao secretário de estado da marinha e ultramar,

Estando p.^a fechar esta Carta me dizem que no porto | da Bahia tenho Navio que p.^{te} com – mais brevid.^e p. Sua Corte | e por este motivo venho acabar a carta a este Governo aonde chegey | no dia dezoito do mez paçado, desembarquei no dia dezanove, que | em – *outro tal dia de anno de 71 fazem trez annos deste Emprego.* |⁷⁴⁴

⁷⁴² MONTEIRO, N. *Trajetórias sociais* cit., pp. 257.

⁷⁴³ Conferir: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia pm Portugal (1750-1832)*. Lisboa: INCM, 1998.

⁷⁴⁴ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bahia, 05 de maio de 1768, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 3v.

Lavradio assumiu o cargo e indicou que tinha a intenção de permanecer no Brasil durante apenas três anos. Entretanto, D. Luís de Almeida não contava com mais tempo de América, muitos menos, que assumiria o cargo de vice-rei.

À frente do governo da Bahia Lavradio empreendeu mudanças que garantiram uma maior organização aos setores administrativos e de arrecadação da fazenda, fato que noticiou à corte com admiração, pois não compreendia a confusão da capitania e o modo como os governadores lidavam uns com os outros. Como governador buscou reconhecer a autoridade do cargo de vice-rei do Brasil, na sua época o conde de Azambuja. Em uma das cartas de amizade trocadas entre eles, escreveu,

O Soldado que VEx.^a me diz obtivera Licen | ça Sua, p.^a vir servir nesta Cap.^{nia} athe o tempo de eu | escrever esta carta se me não tem presentado, Logo que a | parecer entrará nestas Tropas como VEx.^a me determina, | ficando VEx.^a na Serteza que procuro sempre afastarme | de Caprixos, sem fundam.^{to}; *eu conheço q VEx.^a hé V. | R. do Brazil, e nunca terei a indescrizaõ, de deixar de | conhecer que os mais Governos da Merica saõ sobalter | nos do em que VEx.^a nos Prezide, e m.^{to} mais em quanto | eu tiver a fortuna de ser VEx.^a quem me Commande | em que eu tenho a mayor honra e felid.^e |*⁷⁴⁵

Lavradio colocou-se como subalterno ao vice-rei do Brasil, posição que admitiu ser a mais correta e que tanto contestou quando passou a ser vice-rei.

D. Luís de Almeida, antes de receber oficialmente a ordem régia que o nomeou vice-rei, recebeu notícias da corte, através de parentes, que cogitavam tal possibilidade. E apenas tais rumores já o deixaram preocupado e contrariado, como percebemos na carta que escreveu ao tio, Tomás de Almeida, em maio de 1769,

Se eu imaginara que me não podia reco | lher para minha caza Sem passar pello discomodo in | suportavel de ir buscar a graduação de Vice REY ao Rio | de Janr.^o custando me este honorifico imprego mais || [f 72v] tres, ou quatro annos de

⁷⁴⁵ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Azambuja, Bahia, 07 de junho de 1769, BR-AN_C_1095_f 105v.

degredo na America, eu não | sei se teria aceitado este
emprego em que me acho, em húa | palavra quando falo sobre
esta materia eu me inflamo | em forma que me não conheço, e
por esta rezaõ passarei a | falar Sobre outra. |⁷⁴⁶

Com tais expressões, Lavradio manifestou inquietude diante da circunstância de ser vice-rei do Brasil e o que parecia ser uma gloriosa notícia manifestou-se através de receios. Cabe lembrar que no mesmo dia que escreveu ao tio, também escreveu ao amigo e secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sem manifestar sua contrariedade aos rumores da possível nomeação. Mas, quais os motivos da contrariedade do nobre D. Luís de Almeida?

Em 17 de junho de 1769, a nau de guerra Nossa Senhora dos Prazeres, comandada pelo capitão Manoel de Mendonça, aportou na Bahia e pôs fim às especulações. Entre os objetos trazidos a bordo, vieram muitos papéis – cartas e a ordem régia. Neste dia, D. Luís de Almeida teve certeza que o seu objetivo de regressar a Lisboa em três anos corria riscos. Entre as cartas trazidas, Lavradio recebeu uma de amizade, enviada pelo secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nesta o governo de Lavradio na Bahia foi elogiado, “por isso vou sigurar a VEx.^a em | primr.^o Lugar o q.^{to} me tenho alegrado vendo q^{to} [ilegível] os | passos q VEx.^a tem dado nesse governo, tem mere | cido húa inteyra aprovaçãõ de nosso Augustim.^o Amo, e | assim o certefiquei com g.^{de} gosto a seu Tio”.⁷⁴⁷ Ao continuar seu relato, Furtado apresentou Lavradio como um privilegiado, já que “A prova mais constante deste facto he o q VEx.^a agora | ve de S. Mag.^e lhe confiar o mais importante gover | no dos Seus Dominios”.⁷⁴⁸

D. Luís de Almeida respondeu ao secretário com cartas de amizade e de ofício, escritas em 29 de julho de 1769 – dia em que compôs muitas cartas a diferentes destinatários, e em cada uma delas manifestou sentimentos distintos diante do recebimento da ordem real. Na carta de ofício, disse a Francisco Xavier de Mendonça Furtado,

⁷⁴⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Bahia, 01 de maio de 1769, BR-AN_C_1095_f 72.

⁷⁴⁷ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa (Nossa Senhora da Ajuda), 24 de abril de 1769, PT-BN_Col_Brasil_nº 3.

⁷⁴⁸ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa (Nossa Senhora da Ajuda), 24 de abril de 1769, PT-BN_Col_Brasil_nº 3.

hé S. | Mag.^e Servido que eu paçe ao Rio de Janr.^o fa |
zendome a Distinta honra de me nomear || [f 94] V. R. e Cap^m
Gen.^{al} do Estado do Brazil com a | Rezidencia naquella Cap^{nia}
[espaço] Devo rogar | a V Ex.^a queira da m.^a parte aos Reais
pes de | S Mag.^e protestar *a m.^a obediencia, a minha fi |*
delidade, e a comfuzam em que me poe as des | tintas honras
com que a grandeza do mesmo S.^r | tanto me tem
*destinguido.*⁷⁴⁹

Em correspondência de amizade, Lavradio manifestou-se do seguinte modo,

naõ me dezampa | re VEx.^a, Socorrime VEx.^a com o seu
Con.^{co750} reparta V | Ex.^a commigo as suas Luzes, os seus
Conhecim.^{tos}, e encineme | com as suas Expriencias, porque
sem estes Secorros p.^a | mim tam respeitaveis e necessarios
será impossível que | eu possa dar conta do grande e
importantissimo emprego | que a Real maõ de S. Mag.^e me
encarrega, (...).⁷⁵¹

Em carta de ofício Lavradio enfatizou que faria tudo em nome do rei, já na carta de amizade, o foco foi pedir ajuda ao amigo, contanto com sua proteção para poder realizar um bom governo, diante do importante emprego que tinha pela frente. Em nenhum ponto de ambas as cartas, D. Luís manifestou contrariedade ao cargo, o que repetiu nas cartas ao secretário conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal.

Em missiva de amizade enviada a Oeiras, também no dia 29 de julho, Lavradio expressou que somente com a proteção deste, poderia realizar um bom governo, já que se sentia sem conhecimentos e talentos. Portanto, questionou-se “Que será da m.^a honra e da m.^a reputa | ção? Como desempenharei a Nova obrigação em q. | VEx.^a me constitue, se as clarissimas Luzes de VEx.^a | me naõ Secorrerem?”.⁷⁵² Lavradio reforçou o pedido de proteção também feito ao secretário Furtado. Já em carta de ofício a Oeiras, Lavradio evidenciou suas incapacidades “cada vez portesto mais que | estes Empregos São muito Supriores

⁷⁴⁹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bahia, 29 de julho de 1769, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 93v e 94.

⁷⁵⁰ Conselho.

⁷⁵¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bahia, 29 de julho de 1769, BR-AN_C_1095_f 117v e 118.

⁷⁵² Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Oeiras, Bahia, 29 de julho de 1769, BR-AN_C_1095_f 126.

as | minhas forſas, e que Sempre eſtão em gran | diſſimo riſco, enquanto eu Sem Talentos, nem | eſpreençias Sou quem me acho emcarregado | delles |”.⁷⁵³ Por conſequite, ſem diſtinguir-ſe muito entre uma miſſiva e outra, entre as eſferas públicas e particulares, D. Luís buscou o auxílio dos ſeus protetores, para realizar um bom governo e não colocar ſua honra em riſco, como reſsaltou a Oeiras. Porém, cabe lembrar que embora Lavradio tenha recorrido à eſfera particular, ele não deixou de ſe comunicar com dois importantes homens da corte portuguesa.

Em 29 de julho, além das cartas aos ſecretários, D. Luís de Almeida compartilhou ſeus ſentimentos com os familiares e manifestou inquietudes pessoais, pois com os responsáveis administrativos pelo governo ultramarino, expreſſou-ſe mais fortemente como figura pública. Por uma via, ou pela outra, não deixou de enfatizar o quanto o título de vice-rei podia ſer melindroſo. Ao eſcrever ao irmão, Martinho Lourenço de Almeida, expreſſou deſgoſto,

Chegou com effeito eſta Nau de Guerra, e com | ella recebo ordem de paçar ao rio de Janr.^o (...) e Lá vaõ 15 mezes, ó 16 perdidoz que não hé | taõ pouco p.^a quem na Merica não deſejar eſtar nem 15 Mi | nutoz; todos as minhas Ideyas e projetos ſobre eſte Govern | no ficaõ perdidas, e baldadas ſem eu ter podido tirar fruto | de nenhum dos meus projetos por eſtarem tanto no principio | da ſua Excecução.⁷⁵⁴

Deſſe modo, ao ſeguir para o Rio de Janeiro, Lavradio ſabia que teria que permanecer mais de três anos longe de Lisboa e enfatizou que as ações deliberadas e em andamento na Bahia ſeriam interrompidas, eſpecialmente, os empreendimentos de organização da fazenda. Na continuidade da carta, expreſſou uma importante queſtão,

dizem-me q | Levo o titulo de VR. porem q de pouco ſervirá eſte qd.^o | as regalias, autorid.^e, e athé a utilid.^e deſte grande Em || [f 113v] emprego todas tem ficado na B;^a porem com todas eſtas | couzas foraõ ſempre as que menos me

⁷⁵³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Oeiras, Bahia, 29 de julho de 1769, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 108v.

⁷⁵⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho Lourenço de Almeida, Bahia, 29 de julho de 1769, BR-AN_C_1095_f 113.

embaraçaraõ; m.^{to} | satisfeito ficarei se eu poder ter a felici^e.
de que o meu Ser | vico seja util a Patria, agradavel ao Rey, e
dá Pro | vacaõ do nosso Menisterio a quem tambem sou
obrigd.^o (...).⁷⁵⁵

Lavradio confirmou o que discutimos no início desta sessão, o quanto ser vice-rei passava pela atribuição de um título, questão que foi repetida em uma longa sequência de cartas enviadas aos amigos e familiares. Embora, tenha enfatizado que o seu real objetivo era servir ao rei.

Ainda no dia 29 de julho, Lavradio escreveu um interessantíssimo relato ao tio, Tomás de Almeida. Depois de compartilhar que seria o vice-rei, escreveu, “a quem não está no Brazil poderá fazer | esta mudança hum especia m.^{to} gostosa, porem a quem es | tava neste Lugar em q eu me achava não pode deixar de | lhe fazer bastante violencia, e descomodo”.⁷⁵⁶ Porém, seguiria seu destino, por ser um sacrifício em nome do rei e da pátria. Assim, escreveu,

Paço a hum Governo que a sua grandeza a tem só no nôme, deixo este donde fica realm.^{te} | toda a graduacão e autorid.^e, Largo os interesses de 18 p.^a 19 | mil cruzado cada Anno, p.^a hir viver não tendo mais q | doze, perco o Governar gentez bastantem.^{te} humildes, | e obedientes, (...) p.^a hir para | hum Habitado p.^{las} piores gentes da merica, (...) mas o mais hé o risco, e o prigo a que vou espor a m.^a | honra, e reputação, (...) finalmente neste Emprego irei ver a m.^a re | putacão a m.^a Caza o meu Sucego, e a m.^a vida naquela | mais prigoza situação a q ele poderia nunca chegar; |.⁷⁵⁷

Nesta sequência de cartas do dia 29 de julho, buscamos demonstrar as negações de Lavradio ao ser nomeado vice-rei, justificadas de diferentes maneiras, desde falta de talentos ao soldo reduzido. Sendo a grande preocupação de D. Luís a honra e a reputação de sua Casa – notemos que os filhos estavam em idade de casamento, momento de precisos acordos, por isso, sua casa não poderia ter o nome manchado. Podemos afirmar que conforme o remetente, as sensibilidades

⁷⁵⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho Lourenço de Almeida, Bahia, 29 de julho de 1769, BR-AN_C_1095_f 113 e 113v.

⁷⁵⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Bahia, 29 de julho de 1769, BR-AN_C_1095_f 123.

⁷⁵⁷ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Bahia, 29 de julho de 1769, BR-AN_C_1095_f 123.

variaram, portanto, a cada carta, D. Luís de Almeida chegou a Lisboa com diferentes semblantes: agradecido, revoltado, insatisfeito, inquieto, súdito feliz, temeroso, dentre outras.

Em carta ao amigo, Manuel Francisco Machado, Lavradio relatou o que significava ser vice-rei no Brasil,

Da minha mudança p.^a o R.^o de Janr.^o já | tu não duvida; com bastante receyo vou p.^a este novo desti | no, (...) a grandissima independencia | com que o Snr. Conde da Cunha creou aquelle Emprego⁷⁵⁸, | fés que athe os ordenados, e regalias de V. R. *ficasem | na B.^a e só o Titulo paçase p.^a o R.^o de Janeiro*, este | Governo paça de ter mais seis mil cruzados de Soldos que | junta a ser a Terra mais barata que o R.^o⁷⁵⁹ não deixa de | fazer hum objecto bastantem.^{te} consideravel, porem isto | emporta pouco porque o pagará a m.^a Caza, que já bem | costumada está a esta qualidade de despezas, (...).⁷⁶⁰

Assim, em carta ao tio e ao amigo, Lavradio observou que o governador-geral da capitania da Bahia recebia um soldo superior ao do vice-rei, o que já nos indica as debilidades que envolviam tal função. D. Luís de Almeida anunciou que contaria com recursos pessoais para suprir suas despesas no Rio de Janeiro, fato destacado em várias cartas, pois Lavradio preocupou-se com o resultado que tal desembolso acarretaria a sua família.

Já no Rio de Janeiro, três meses após tomar posse do governo, Lavradio confessou ironicamente a Tomás de Almeida,

Tinhame esqueçido *contar a VEx.^a da belessima | conveniencia q farei neste Governo*, e o quanto melhorei | de tudo a respeito da B.^a, tem este Governo para sima de sinco | mil cruzados menos de rendim.^{tos} q o q eu deixei, custão os ge | neros justam.^{te} dobrado do que na B.^a, saõ as oCazioêns de | Despezas m.^{to} mais repetidas porque aqui hé a pasage geral | de todos os Governadores e M.^{os} que vem a Merica (...) ora Colija VEx.^a agora daqui em q | Estado ficarei eu se S.Mag.^e não ter providencia o que | os V.R. tenhaõ o soldo competente

⁷⁵⁸ Esta argumentação de Lavradio deve fazer referência ao fato do conde da Cunha ter sido o primeiro vice-rei com a capital sediada no Rio de Janeiro.

⁷⁵⁹ Uma das abreviaturas para "Rio de Janeiro".

⁷⁶⁰ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Manuel Francisco Machado, Bahia, 09 de setembro de 1769, BR-AN_C_1095_f 135v.

pois para o servirmos | com independência o não podemos
fazer Sem totalm.^{te} a | ruinarmos as nosas Cazas, e quem tem
já a Sua bast.^e | mente molestada desta queixa o q pode
esperar hé ficar | toda a sua vida morrendo de fome, e seus
mizeraveis f.^{os} | (...).⁷⁶¹

O então sucessor do conde de Azambuja lamentou seus dispêndios, em função da diminuição do soldo e do que isso significaria a sua casa. Entre o temor da consequência de seus atos administrativos, caso o seu governo não fosse prestigiado, existia o receio com a ruína financeira da casa, que já passava por algumas dificuldades.

Diante do apresentado e através das considerações defendidas por especialistas, como Dauril Alden⁷⁶² e Nuno Monteiro,⁷⁶³ podemos afirmar que a estrutura base da administração luso colonial estava voltada para as capitanias gerais, que eram os principais focos administrativos presentes na América colonial, sem que a administração ficasse voltada unicamente para a sede do vice-reino e muito menos dependesse das decisões e ordens do vice-rei. As constantes reclamações de Lavradio, e de outros vice-reis, presentes em suas correspondências, certificam que o funcionamento do governo colonial era conexo ao reino e que o título de vice-rei não garantia aumento de poder, soldos avultados e/ou grandes privilégios.

A correspondência de amizade de D. Luís de Almeida, presente no *corpus* desta tese, nos indica as imbricações dos conflitos particulares junto aos públicos. Em carta ao genro, conde de Vila Verde, na qual a preocupação principal parecia ser o nascimento dos netos, o avô vice-rei, não deixou de expressar suas contrariedades por ocupar tal cargo,

como em 18 de Abril | completo os trez annos de Governar na
Merica, e tenho grd.^e | confiança na pied.^e de S. Mag.^e, e no
favor q devo ao Marq. | do Pombal, espero não tardará m.^{to}, a

⁷⁶¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_f 173 e 173v.

⁷⁶² ALDEN, D. *Royal Government in Colonial Brazil...* cit.

⁷⁶³ Conferir Bibliografia.

nomeação do meu sucessor, | e q eu então posa hir
proveitarme, da amavel Comp.^a dos meus | queridos f.^{os} ⁷⁶⁴

Sabe-se que Lavradio ainda permaneceu na América por mais oito anos, consagrando-se um dos vice-reis que mais tempo permaneceu no posto, além de ser reconhecido pela importante administração que exerceu: ao incentivar diferentes tipos de cultura agrícola, ao promover consideráveis melhoras na cidade do Rio de Janeiro, por sistematizar as transações comerciais, por ter organizado as contas da fazenda e ainda ter sido o vice-rei no momento dos delicados conflitos da América meridional. D. Luís de Almeida com muita frequência registrou em suas missivas o quanto contava os anos e dias no Rio de Janeiro, sonhando com o seu retorno.

Em fevereiro de 1770, escreveu ao conde de Oeiras e relatou a problemática que envolvia a desordenada entrada de embarcações que aportavam no Rio de Janeiro,

Estes Comm.^{es} Logo que Saem de Lisboa enten | dem, que
emquanto não tornão a entrar naquele porto, | *não devem
prestar mais Soberdinação a ninguém; che | gão a este porto
onde está o Vice Rey, e Cap.^m Gen.^{al} do Mar | e Terra do
Estado*, não lhe daõ parte de couza alguma, | não mandaõ
Offiçal para receber as ordênz, e athe q.^{do} | algum por
obsequio manda buscar o Santo, hé pello | Offiçal que entre
elles reputaõ por menos Graduado | como hé hum Capitam de
Infantaria (...).⁷⁶⁵

Lavradio de modo irritado, por não compreender a falta de subordinação, expressou ao conde de Oeiras o quanto tais atitudes impediam o bom funcionamento de sua administração. Já que para Lavradio a falta de disciplina estava além de não respeitarem o vice-rei, pois não o acatavam nem como capitão-general, assim escreveu,

⁷⁶⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio ao conde de Vila Verde, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1771, BR-AN_C_1095_f 272v.

⁷⁶⁵ Sem grifo no original. Carta do 2º do Lavradio ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 138v.

que não há mayor rezão para que | elles não ajão de praticar o mesmo com os VR Do Est;^o que | em quanto lhe dura este emprego, tambem São Cap.^{ez} | Generáez do mar; alguns Comm.^{ez} que Sabem a Sua | Obrigação não entrão em duvida em aSim o praticar, | porem a mim me succedeo o Contrario presentemente | Com este que aqui me Comduzio, Sem embargo | de ter Sido já asperissimam.^{te} repreendido pelo Conde | da Cunha quando Governou o Est.^o |⁷⁶⁶

Antes de ser vice-rei era capitão de mar e isso já lhe conferiria o direito de ser obedecido pelos comandantes das embarcações, o que não acontecia. Pois Lavradio enfrentou problemas com vários deles, até que conseguisse organizar a entrada dos navios no porto da capital da América portuguesa. Assim, ao citar o conde da Cunha, podemos concluir que a insubordinação dos comandantes ingleses era uma prática costumeira.

A carta que relatou o atrevimento dos ingleses foi escrita em 1770, porém, sete anos depois, em 1777, as dúvidas e indignações permaneciam. Em carta a Martinho de Melo e Castro,⁷⁶⁷ em janeiro de 1777, escreveu,

Ao mesmo tempo correo huã noticia avulsa de ter arribado à | Capitania do Espirito Santo outra Embarcação das deste transpor | te, da qual tomando Conta o Ouvidor daquella Capitania, *achou | me não devia dar Conta daquelle importantissimo sucesso, do mesmo | modo que não he possivel reconhecer-me em couza nenhuma, como Vice- | Rey do Estado. O Capitaõ Mor levado talvez pela Cabeça da | quelle Ministro tambem me não avizou daquelle sucesso, se não de | pois da Tropa estar outra vez embarcada, para partir, isto median | do taõ pouca distancia daqui àquelle porto, que por mar se vem | muitas vezes em tres dias, e por terra vindo com diligencia em seis | dias chegaõ aqui todas as noticias.* |⁷⁶⁸

Constatamos o quanto Lavradio se sentia desafiado por não ser obedecido ou reconhecido como vice-rei. D. Luís de Almeida passou por vários problemas com o ouvidor da comarca do Espírito Santo, Anastácio Joaquim Mouta Furtado.

⁷⁶⁶ Carta do 2º do Lavradio ao conde de Oeiras, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 138v.

⁷⁶⁷ Martinho de Melo e Castro assumiu o cargo de Secretário de Estado da Marinha e Ultramar em 04 de janeiro de 1770.

⁷⁶⁸ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8701.

Em muitas cartas enviadas a Sebastião José de Carvalho e Melo e a Martinho de Melo e Castro, D. Luís de Almeida relatava seus procedimentos no Rio de Janeiro e aguardava da corte a aprovação ou não de suas decisões. Entretanto, segundo Lavradio a corte demorava a responder, com isso, o vice-rei passou parte do tempo de sua administração aguardando cartas de Lisboa. Eis o que compartilhou na desesperadora carta de amizade, escrita ao marquês de Pombal⁷⁶⁹ em maio de 1771,

creyo me faço já infado | nho em repetir a V Ex.^a a necesid.^e
que tenho do seu Concelho | e do seu amparo, não Ser porq
motivos à *mais de hum anno* | me tem V Ex.^a desamparado,
deixandome V Ex.^a na inserteza | Se os meus trabalhos, e
rezoluçoéns, merecem ~~aproporção~~⁷⁷⁰ apro | vação de V Ex.^a.⁷⁷¹

D. Luís de Almeida governou com os ouvidos em Lisboa, aguardando sempre ouvir o que na corte se comentava de suas ações, assim, em muitas missivas a reclamação diante da ausência de notícias foi frequente.

Na prática de governar o Rio de Janeiro como vice-rei, D. Luís viveu a total indeterminação do poder. Entretanto, em algumas situações soube se colocar como vice-rei e exigiu respeito à altura do seu título – situações que nos permitem afirmar o quanto Lavradio vivia duvidoso, mas ao mesmo tempo, a preocupação com a honra, o deixava melindroso e exagerado na prática epistolar. Em novembro de 1771, compartilhou com Melo e Castro um peculiar episódio passado na capitania do Rio Grande, no qual mais uma vez o pálio ficou em discussão. José Marcelino de Figueiredo governava interinamente o Rio Grande, por ordem do conde de Azambuja. Assim, ao começar a relatar a Melo e Castro as ações de Figueiredo, eis o que representou,

porem | Logo q o d.^o Off.^{al} chegou ao Governo q lhe era
destinado, principiou | a dar ao mesmo Conde provas, de não
Ser de hum carater proprio p.^a | Sem.^e emprego, poiz se
encheo de huá tal vaidade, com aq.^{La} nomeação | q lhe *pareceu*

⁷⁶⁹ Sebastião José de Carvalho e Melo foi conde de Oeiras e, em 1770, foi designado marquês de Pombal.

⁷⁷⁰ Rasurado no código.

⁷⁷¹ Carta do 2º do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1771, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 213v.

*ficar Superior athe ao mesmo V Rey; a Sua vaid.^e a | prova bem o pr.^o Cazo q lhe succedeu Logo q chegou aq.^{La} Provincia, | onde pertendendo tomar a pose do Governo com a mesma Forma | Lid.^e com q praticão os V Reys de Est.^o, ou os Cap.^{es} Gen.^{aes} das Cap.^{as} | da Merica, não Se achado p.^a hiço prevenida a Camara daq.^{Le} | Continente, faltandolhe o *Palio* para receber o Gov.^{or}, elle orde | nou q de hum Cobertôr de Serafina, fizesem hum, e não que | rendo sem este magnifico aparato dar a sua entrada, o a asim || [f 220] Se praticou, ficando elle cheyo de mayor satisfação (...).⁷⁷²*

D. Luís deixou evidente que alguns privilégios, como a honrada posse com o pália, era exclusivo dos vice-reis, não cabendo aos governadores, especialmente, os de capitania subalterna, exigirem tal formalidade. Na continuidade do relato, Lavradio escreveu que Figueiredo gostava de viver em extravagâncias e em um governo “sem sugeição alguá ao V | Rey do Est.^o, aquém só devia dar Conta das rezoluçoénz que tiveçe | tomado sobre o seu Governo”.⁷⁷³ Portanto, Lavradio exigia subordinação ao seu cargo, acreditando que os erros de Figueiredo eram “nascidos | de húa vaidade de Fidalguia e de Ciencia q lhe parece estar | Superior a todos”.⁷⁷⁴

As intrigas entre D. Luís e Figueiredo ainda renderam mais uma carta a Martinho de Melo e Castro. Assim, quando o governador chegou ao Rio de Janeiro, Lavradio o manteve preso, em uma das fortalezas, para que o militar aprendesse que deveria respeitar as ordens proferidas pelo vice-rei do Brasil. Porém, na terceira carta, falando de Figueiredo, Lavradio enfatizou que o militar tinha servido no Rio Grande com limpeza de mãos, sendo o seu único problema a desobediência às ordens do vice-rei, problema nascido da “grd.^e vaid.^e | de q tinha posuido de Ser Governador, parecendolhe q elle o era | *como os das maiz Capitaniaz*, e q Só era responsavel do q fazia a EL | REY meu S.^{or}”.⁷⁷⁵ Na desavença entre D. Luís e José Marcelino de Figueiredo – logo resolvida e perdoada, já que Lavradio o enviou novamente ao sul como governador efetivo

⁷⁷² Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, em 04 de novembro de 1771, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 219v-220.

⁷⁷³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, em 04 de novembro de 1771, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 220.

⁷⁷⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, em 04 de novembro de 1771, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 220v.

⁷⁷⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, em 28 de março de 1772, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 243.

do Rio Grande – podemos concluir o quanto o vice-rei do Brasil em algumas situações só exerceu jurisdição sobre as capitanias subalternas e que nelas, em alguns momentos, exerceu poder, enquanto em outros pontos, manteve-se duvidoso. É preciso lembrar que a forma como Lavradio tratou Figueiredo, punindo e depois perdoadando, lhe rendeu elogios por parte de outros governadores, já que o marquês do Lavradio soube punir para corrigir, demonstrando-se um governador piedoso. Eis o que escreveu o governador de Goiás em relação ao caso de Figueiredo,

Consume V Ex.^a o mesmo Sacrificio que tem feito pello Rey e pella Patria, para recolherse | em triunfo a sua respeitavel Caza, deixando grava | da nos Corações de todos, a memoria do mais feliz | governo, porque V Ex.^a rendendo justiça ao merecim.^{to} | sabe punir com tanta suavidade, como pode tes | temunhar Joze Marcellino, cujo exemplo novam.^{te} | me comprova, de que o carater de V Ex.^a corresponde | bem a grandeza do Seu nascimento, e ás virtudes | de que he ornado.⁷⁷⁶

Durante o seu governo D. Luís de Almeida hesitou quanto à forma de exercer o poder, mas sempre justificou suas ações em nome do rei. Entretanto, mesmo onde sabia que não era de sua alçada, buscou interferir, porém justificando aos secretários suas atitudes. Em outubro de 1772, escreveu uma longa missiva a Martinho de Melo e Castro, iniciada da seguinte maneira,

Como o Titulo com q EL REY meo S.^r, foi servido mandar-me | Governar esta Capitania, *foi o de V. Rey e Cap.^m Gen.^{al} della*, ainda | q não Se estende a m.^a jurisdição, e Inspeção a nenhuã das outraz | Cap.^{nias}, porq estas só *São Sugeitas aos Seos particularez Cap.^{es} Genera* | ez com tudo parece-me q sempre sou obrigado, a fazer a EL REY | meo Snr, prez.^e do q a mim me consta das Sobred.^{as} Capitanias q || [f 256v] q necesita de providencia, e q da falta della, poderaõ rezultar pregui | zos aos reaez intereez do mesmo S.^{or}, o q me poem na obrigação de pôr | na presença de V Ex.^a o Seg.^{te} |⁷⁷⁷

⁷⁷⁶ Carta de José de Almeida de Vasconcelos ao 2º marquês do Lavradio, Goiás, 28 de julho de 1773, PT-BN_Col_Brasil_nº 54.

⁷⁷⁷ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1772, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 256 e 256v.

Este trecho oferece interessantes considerações. Primeiramente, D. Luís de Almeida se denominou vice-rei da capitania do Rio de Janeiro e não do Brasil. Depois, afirmou que o governo das outras capitanias não pertencia a sua jurisdição, porém, em nome do rei, ele iria oferecer algumas informações referentes ao Brasil. Por conseguinte, a inspeção de Lavradio foi sugerir diferentes tipos de cultivo, para que o Brasil pudesse oferecer mais bens a Portugal, além dos que já produzia, o que elevaria o crescimento econômico da colônia e, conseqüentemente, do reino. Porém, Lavradio afirmou que não podia incentivar os outros locais, por ser “obrigado a responder por esta Cap.^{nia}, que | Governo”.⁷⁷⁸ Mesmo respondendo apenas pelo Rio de Janeiro, aguardava as determinações do rei para o que vinha desenvolvendo. Com base nestas ponderações, será que ser vice-rei do Brasil não se tratava apenas de título?

A partir de 1773 os temas militares passaram a dominar na correspondência de D. Luís com a corte, em função dos conflitos com os castelhanos na parte meridional. Como D. Luís de Almeida sentia-se apenas governador do Rio de Janeiro, com o título de vice-rei, e responsável pelos territórios subalternos – Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento – por diversas vezes, solicitou à corte autorização para se deslocar ao extremo sul. Pedido que a corte não se cansou de negar. No *corpus* da tese, um dos primeiros pedidos de Lavradio foi localizado em janeiro de 1773, em carta a Martinho de Melo e Castro,

O Continente do R.^o Grd.^e, e ainda a Ilha de | S. Catharina necessitava infenitamente *de q o V.Rey do | Estado aLy fosse para dar algumas das muitaz providenciaz | q aLy se necessita, e sem que o V Rey aly haja de estar algúnz | mezes, pode V Ex.^a estar certo, q nunca daquelle Continente | se poderaõ tirar as infenitaz utilidadez que elle pode dar ao Esta | do. Eu estou prompto naõ só para hir ao R.^o grande mas a || [f 264] a toda a parte em que EL Rey meo S.^r intender pode ser de alguma | utilidade o meo Serviço.*⁷⁷⁹

⁷⁷⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1772, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 260.

⁷⁷⁹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1773, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 263v-264.

Lavradio colocou-se à disposição do rei e da defesa do seu território. Porém, em carta de ofício de setembro de 1774, Martinho deixou evidente que a ordem do rei era que D. Luís não deixasse o Rio de Janeiro.⁷⁸⁰ Entretanto, Lavradio ainda permaneceu inquirindo a corte em relação ao seu anseio de resolver o problema das fronteiras, não através de ordens escritas, mas agindo diretamente.

D. Luís de Almeida continuou insistindo com Melo e Castro, para que fosse autorizado a governar desde o extremo sul, porém, apresentando novos argumentos. Em carta de 1774, escreveu,

porem meu Ex.^{mo} assente V Ex.^{ca}, que sem q o V Rey do | Estado, passe àq.^{le} Cont.^e para fazer executar as Suas or | dénz, e dar principio aos m.^{tos} estabelecimentos, q aLô po | dem ser de grandissima utilid.^e, que pouco, ou nada se a de | conseguir: a experiencia quase de sinco annoz, que te | nho deste governo, em q a mayor p.^e das ordenz q tenho | mandado sobre tudo o que pertence as utilidadez daq.^{la} | Capitania, q athé gora pouco, ou nada se tem executa | do.⁷⁸¹

Muitas vezes, em função da falta de materiais e pessoal, as ordens e instruções de Lavradio não eram executadas. D. Luís temia a invasão do sul e que sua honra ficasse manchada, algo que tanto o apreendia à frente do Rio de Janeiro e o motivava a insistir que a melhor opção seria o deslocamento. Além disso, quando as cartas vindas da corte, comentavam o lento andamento dos procedimentos no sul, Lavradio buscava justificar-se através de sua ausência naquela região, como escreveu ao marquês de Pombal, em agosto de 1775, "Não há dia em que eu não sinta o me não | ter sido permittido passar aquelle Continente, talvez que se | eu

⁷⁸⁰ Eis o trecho da carta em que Melo e Castro afirmou que Lavradio não deveria abandonar a capital. "As dilicadas circunstancias porem | em que se achão esses Dominios da Coroa | de Portugal; a incessante vigilancia | com que V.Ex.^a deve promover a ordem, | a Disciplina, e a regularidade nas Forsas | de Mar e Terra, que El Rey Nosso Senhor | tem mandado passar ao Rio de Janeiro; | e os socorros, e providencias, com que V.Ex.^a deve assistir aos governos, e Des | trictos, que lhe são subordinados; | e muito *muito* particularmente á Ilha de | Santa Catherina, e ao mesmo Rio Grande | de São Pedro: Todos estes importantissimos | objectos, entende sua Magestade, que || fazem tão indispensavelmente necessaria | a presença de V.Ex.^a nessa capital; | como seria prejudicial ao Seu Real | Serviço, se della se apartasse V.Ex.^a | por hum só momento. AHU_Cod_87_f 255 e 255v.

⁷⁸¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1774, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 345v.

tivera hido, os nossos passos se achariaõ mais adientadoz”.⁷⁸² Porém, mesmo diante da notícia que a Espanha preparava uma forte armada para atacar o território meridional português, os secretários não autorizaram a passagem do vice-rei ao local de confronto.

Junto aos assuntos militares, Lavradio também enviou algumas cartas à corte, discutindo aspectos como a caça de baleias e o valioso óleo que era extraído. Questão que foi sempre conflituosa diante dos navios estrangeiros, especialmente os ingleses que realizavam a caça em mares brasileiros. Assim, diante dos procedimentos que achou mais pertinente, escreveu, “Varias são as rezoenz que me obrigaraõ a proce | der nestez termos; pello q.^e toca a reter a embarcaçaõ hé pello | justo motivo della ter vindo axaminar a nossa Costa, e fazer | nos nossos marez a pesca de huns peixeiz q pertencem a hum | Contracto taõ util d’EL REY Meo S.^{or}”.⁷⁸³ Portanto, para privar os ingleses de caçarem na costa brasileira, prendeu embarcações que se aproximaram do porto do Rio de Janeiro. Mas, ao tomar uma decisão tão delicada, compartilhou, ao final da carta,

Eu vou demorando estaz gentez, e a | concluzão deste negocio athê ter resposta de V Ex.^{ca} Esti | marei q estez meoz procedimentoz mereçaõ a R.^L aprovaçaõ | d’EL REY meo S.^{or}, e qd.^o eu tenha desacertado V Ex.^{ca} | se persuadirâ, q nasce da falta dos meus talentoz, pois os meuz | dez.^{os} são sempre os maiz ardentez de naõ me afastar hum só || [f 305v] só instante de tudo o q possa ser do agrado d’EL Rey | Meu Senhor, e do ser Real Serviço.⁷⁸⁴

Constata-se que o vice-rei 2º marquês do Lavradio sentia-se dependente de modo direto da corte. Portanto, o governo colonial foi subordinado de Lisboa, pois a autonomia do vice-rei foi sempre diminuta. Já que passou todo o seu governo a escrever, incansavelmente, buscando justificar suas ações. Além disso, aguardava as aceitações, para então dar continuidade às ordens deliberadas. Neste sentido, o governo colonial, foi um governo de cartas, de decisões que

⁷⁸² Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1775, PT-BN_C_10624_f 86v.

⁷⁸³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1773, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 305.

⁷⁸⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1773, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 305 e 305v.

ficaram suspensas até que as cartas atravessassem o Atlântico. Contudo, além do governo representado nas missivas existiu um *governo de intervalo*, baseado em decisões, acertos, contrariedades, que se estabeleciam enquanto as cartas eram aguardadas, o que muitas vezes oferecia às intenções primeiras outras configurações – a isso, mesclavam-se as dúvidas de Lavradio diante do seu poder. Cabe lembrar que muitas vezes o *governo de intervalo* foi fruto dos receios de D. Luís de Almeida em manchar seu nome e, com isso, comprometer todos os Almeidas.

D. Luís de Almeida fez de suas cartas aos secretários de governo, instantes de sensibilidades, de um governador, com o título de vice-rei, que se sentia tratado de modo rebaixado. Ao enviar cópias de cartas recebidas dos responsáveis militares pelo Rio Grande, comentou, “Pella sobre dita Carta verá VE.^a, o modo com que | sou informado por aquelles Governadorez, e o q.^{to} me fica sendo | deficultozo tomar rezoluçoés acertadas sobre as Suas informa | çõens. |”.⁷⁸⁵ Tais lamentos também se estendiam aos companheiros de governo no Brasil, como o compartilhado com Antônio Carlos Furtado de Mendonça, “Eu vou me conservando sem novid.^e, e o q mais me aflije | hé não a ter ainda de Sucessor p.^a este Governo de q já pa | rece ser tempo, de eu dever hir descansar”,⁷⁸⁶ diante de palavras lamuriasas Lavradio sublinhou o constante anseio por regressar ao reino.

Nos primeiros anos de América, as veementes reclamações diante das indeterminações do poder concebido ao vice-rei ficaram, basicamente, restritas aos familiares e aos amigos. Em carta de 1770, a Tomás de Almeida, já citada, na qual Lavradio registrou suas inquietações por estar no Rio de Janeiro, escreveu: “Eu sobre esta materia não falo huá só palavra | ao Menisterio”.⁷⁸⁷ Entretanto, passados dez anos de América, D. Luís de Almeida já não se controlou tanto. Em janeiro de 1778, manifestou a Martinho de Melo e Castro o

⁷⁸⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 28 de março de 1775, PT-BN_C_10624_f 51v.

⁷⁸⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, [?] de setembro de 1773, PT-BN_Col_Brasil_nº 8.

⁷⁸⁷ Carta do marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_f 173v.

quanto era complicado governar sem conhecer o seu verdadeiro poder como representante do rei,

Na Bahia, ouço, que ja se executou, e que isto sempre | ali se praticou, sem esperarem ordem; e como quaze todas *estas Ca* | *pitancias, tem ordens diferentes, | e cada huã se governa,* segundo as Or | dens, e costumes que tem, e assim me não pertence o julgar dos moti | vos, porque a huã Capitania, vem as Ordens diferentes das Outras, | e *devo observar aquellas, que estão estabelecidas da que Governo;* sen | do aqui estilo, o que a V.E.^a fasso presente, V.E.^a me detreminará | o que eu devo fazer, e o que daqui por diente, se deve fazer nesta | Capitania. |⁷⁸⁸

O vice-rei deixou visível o quanto cada capitania recebia ordens individuais da corte e que isso gerava problemas entre os administradores. Nesse trecho, fica evidente como Lavradio se sentia, isto é, que cabia ao vice-rei cuidar da capitania do Rio de Janeiro e, eventualmente, de acordo com certos assuntos, das subordinadas e que ser representante máximo do rei em terras ultramarinas, fazia parte das representações implicadas no título de vice-rei e não no cotidiano administrativo.

D. Luís de Almeida passou sua estada na América, como vice-rei, sofrendo as hesitações do poder, em virtude do controle da corte, que em nenhum momento deixou de ser centralizadora do poder. De desgostos governativos a desprazeres pessoais, Lavradio fez do tio Tomás de Almeida, um dos seus principais confidentes, com o objetivo de amenizar seus sofrimentos. Em setembro de 1770, desabafou ao argumentar o reduzido soldo recebido por um vice-rei “Sou obrigado a sustentar desentamente o grandisimo || [f 229v] carater de V Rey de todo este Estado; finalmente nem o Sol | do da minha Patente recebo”,⁷⁸⁹ ou seja, mesmo com a baixa remuneração e soldos em falta, precisava ostentar o título de vice-rei. Aproximadamente, um ano depois, exprimiu-se abertamente,

⁷⁸⁸ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 105, D. 8870.

⁷⁸⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1770, BR-AN_C_1095_ f 229 e 229v.

Se a Marqueza⁷⁹⁰ Se não | tiveçe compadecido de mim
mandandome algunz provim.^{tos} | dos aLim.^{tos} q ficaraõ p.^a ella, e
p.^a Seuz f.^{os} ter me hia eu visto | ainda em mayor
Consternação, finalm.^e *pareçe couza | vergonhoza q hum VRey
do Brazil viva em tanta mize | ria* Como os trez ultimos q tem
havido, tem Sucedido, e a mim | maiz q a todos ellez.⁷⁹¹

Portanto, o título de vice-rei não oferecia nenhum tipo de sumptuosidade, diferente do que se poderia imaginar para um vice-rei na definição do dicionário setecentista. Ao escrever à marquesa do Pombal, em 1776, Lavradio definiu “No pouco que pode hum Vice Rey do Brazil, lhe | fis conhecer a elle o quanto me Lembrava o ser proctegido pelos | meus Am.^{os}, e proctetores”,⁷⁹² ao afirmar que estava a proteger um capitão que chegou ao Rio de Janeiro com recomendações da marquesa. Assim, chegamos ao ponto de partida desta sessão, ou seja, o pouquíssimo poder atribuído aos vice-reis.

Através das vozes do 2º marquês do Lavradio, discutiu-se as representações e sentidos do governo dos vice-reis do Brasil, desprovidos de cortes, carentes de poder, necessitados de soldo, indecisos diante de suas atitudes e, por vezes, agentes de um frágil poder exercido sobre os subordinados ao Rio de Janeiro – ações que fizeram de D. Luís um autêntico lamurioso. Por conseguinte, se representou, por meio dos sentimentos materializados em suas cartas, como um homem valente e disposto a tudo em nome do rei, se o remetente fosse um secretário, mas também um homem astucioso e reclamador quando o remetente era um familiar – faces de uma mesma trajetória. Enfim, eis como D. Luís de sentia,

*Eu me acho feito sino: estou cá do meu Lugar | chamando a
todos, grito, persuado, do-lhe as providencias | possiveiz como
as minhas vozes saõ de Longe huás vezes, ou se | não houvem,
e a mayor parte dellas pouca, ou nenhuá impre | çaõ fazem.*⁷⁹³

⁷⁹⁰ Lavradio estava fazendo referência a sua esposa, a marquesa do Lavradio.

⁷⁹¹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1771, BR-AN_C_1095_f 295. Destacamos que no código 1095 (BR-AN) constam dois fólhos numerados como 295 e nenhum fólho está identificado como 296. Certamente, trata-se de um equívoco de quem, contemporaneamente, numerou as folhas do livro.

⁷⁹² Carta do 2º marquês do Lavradio à marquesa do Pombal, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1776, BR-AN_C_1096_f 140v.

⁷⁹³ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês do Pombal, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1775, PT-BN_C_10624_f 110v.

Ao lermos a correspondência de D. Luís, podemos dizer que o *sino Lavradio*, ainda continua emitindo sons através do tempo. Certamente, o que o fazia tocar era o amor à pátria, tantas vezes evidenciado, e o amor às sociabilidades de corte, ao cuidar do nome de sua casa. Sendo as cartas, o eco que nos permite identificar como D. Luís de Almeida, sentiu, escreveu e, por fim, representou seu governo.

3.4 - A invasão castelhana na ilha de Santa Catarina, em 1777, um problema para a imagem de D. Luís de Almeida

Na primeira metade do século XVIII a ilha de Santa Catarina, hoje vinculada à cidade de Florianópolis, passou a receber cuidados da coroa portuguesa, especialmente, em função do porto, elogiado por muitos navegantes que partiam em direção ao extremo meridional da América. O porto, localizado entre a capitania do Rio de Janeiro e o rio da Prata, consagrou-se como um importante ponto de paragem para abastecimento de víveres e água, além de utilizado para reparos fortuitos das embarcações que se aventuraram na travessia do Atlântico. Além disso, a ilha servia como ponto de apoio às possessões portuguesas mais ao sul da América, e assim, para garantir a segurança e domínio do território, o rei, D. João V, ordenou que a mesma fosse fortificada, encaminhando o brigadeiro José da Silva Paes a cumprir tal missão.

José da Silva Paes, como engenheiro militar, já realizava serviços ao rei no sul do Brasil, portanto, fez de sua principal sede a ilha de Santa Catarina, sendo o primeiro governador da capitania, governando-a de 1739 a 1749.⁷⁹⁴ Portanto, na década de 40 do século XVIII, Silva Paes iniciou o processo de fortificação da ilha, cuidando de aspectos políticos e técnicos. Durante seu

⁷⁹⁴ Entre os livros que fizeram parte da biblioteca pessoal de José da Silva Paes consta a obra de Francisco José Freire (*O secretario portuguez...*) e o estudo de Antônio de Ville Tolozano (*O Governador de Praças*). Conferir: ARAUJO, Ana Cristina. *Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII*. In: *Revista de História das Ideias – O livro e a leitura*. Vol. 20. Coimbra, 1999.

governo, solicitou ao rei ajuda para o povoamento, já que não bastariam apenas fortes e fortalezas para garantir o território. O pedido de Paes foi atendido, e em agosto de 1746, foi publicado na ilha dos Açores uma provisão régia convidando a população a se deslocar para outra ilha portuguesa, a de Santa Catarina. Quem aceitasse o convite, teria o transporte custeado pela real fazenda, além de terras, sementes e ferramentas para o estabelecimento na nova moradia. Como o objetivo do rei era a ocupação territorial, o incentivo destinou-se, especialmente, aos casais jovens – mulheres até 30 anos e homens com não mais de 40. Aos homens cabia ser experiente na lida com a terra e na criação de animais, e as mulheres deveriam lidar com os trabalhos domésticos.⁷⁹⁵ Portanto, muitos casais açorianos deixaram suas casas e se arriscaram rumo ao Brasil, neste sentido, começava a povoação da ilha de Santa Catarina, interligada à estruturação do seu sistema defensivo.

Na década de 70, setecentista, a ilha mereceu novamente a atenção do governo português, diante dos latentes conflitos fronteiriços entre Portugal e Espanha às margens do rio da Prata. Deste modo, a história da ilha se uniu à de D. Luís de Almeida. Sobretudo, porque a capitania de Santa Catarina era subordinada à do Rio de Janeiro. Assim, começou a circular rumores de que a Espanha preparava uma esquadra para atacar o sul do Brasil, enchendo o vice-rei de preocupações. Com isso, através de ordens recebidas pelas secretarias ultramarinas, D. Luís de Almeida encaminhou à ilha o brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça para dar continuidade aos trabalhos de José da Silva Paes, portanto, reforçar os sistemas defensivos da ilha.

Junto de Furtado de Mendonça, D. Luís de Almeida enviou Pedro Antônio da Gama e Freitas, como governador da capitania, restando a Mendonça o governo militar. Este momento foi bastante peculiar para capitania de Santa Catarina, em função da divisão administrativa. Assim, a partir de 1775 a ilha passou a receber, novamente, incentivos de constituição militar. Passados mais de um ano, D. Luís de Almeida recebeu uma assustadora confirmação: em novembro de 1776 partira do porto de Cádiz uma potente esquadra castelhana

⁷⁹⁵ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

em direção ao Brasil. Diante da notícia, Lavradio despachou muitas cartas avisando aos governadores do sul que o inimigo se aproximava e que era preciso manter latente o sangue português, para defender o território. Por conseguinte, depois de 30 anos de preparação a ilha seria palco do primeiro conflito bélico. Porém, nada aconteceu e até hoje as fortalezas que ainda existem na ilha nunca foram utilizadas em combate. Mas, o que aconteceu?

Em fevereiro de 1777 as embarcações inimigas se aproximaram da ilha e sem que nenhum procedimento defensivo fosse praticado, os espanhóis desceram em uma praia ao norte e em pouco tempo alcançaram a capital da capitania, tomando-a em nome do rei da Espanha, Carlos III. Assim, a desgraça se estabeleceu no governo de D. Luís de Almeida, pois um território tinha sido perdido sem ser defendido, por opção daqueles que a guardavam.⁷⁹⁶

Segundo o historiador Augusto da Silva, a tomada da ilha, em sentido político, “deve ser inscrita no conjunto de fatos que sacudiram o império luso-brasileiro nesse momento: a morte do rei D. José I (24.02.1777) e a queda do Marquês de Pombal, a celebração do Tratado de Santo Ildefonso e a própria substituição do Marquês do Lavradio dois anos depois”.⁷⁹⁷ Deste modo, a perda da ilha de Santa Catarina merece destaque entre os importantes acontecimentos da segunda metade do século XVIII. A historiografia catarinense, especialmente do início do século XX, tratou o tema com ressentimentos, sobretudo, quando abordado por pesquisadores militares. Em 1944 o general Vieira Rosa escreveu um artigo intitulado *A vergonha de 1777*, argumentando, “A fatalidade persegue sempre Santa Catarina, talvez pelo seu nome de mulher mártir, no meio de suas

⁷⁹⁶ Em relação aos pormenores da invasão castelhanas da ilha de Santa Catarina, consultar: *PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina*. Brasília, 1978. Dissertação de mestrado em História na área de Política Externa. Universidade de Brasília. * FLORES, Maria Bernardete Ramos; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Os espanhóis conquistam a ilha de Santa Catarina – 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

⁷⁹⁷ SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo, 2008. Tese de doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. pp. 132.

circunscrições masculinas”.⁷⁹⁸ Já o pesquisador Marcos Carneiro Mendonça, tratou o tema abordando o *mistério da entrega*.⁷⁹⁹

O domínio castelhano não durou muito tempo, em outubro de 1777 a rainha de Portugal assinou o tratado de Santo Ildefonso com o rei espanhol, e dentre os acordos, constava a restituição da ilha aos portugueses. Mas, a ilha só foi devolvida na metade de 1778, já que os militares espanhóis dificultaram o processo. Talvez, os castelhanos estivessem nutrindo alguns ressentimentos, pois atravessaram o oceano e conseguiram o grande feito de tomar a ilha, embora sem resistência. Porém, na península, os monarcas, confortavelmente, em seus gabinetes assinaram um papel e tudo tomou outro rumo. Todavia, cabia aos súditos obedecer ao rei.

A intenção em trazer a discussão da tomada da ilha de Santa Catarina para este estudo é relacionar o acontecimento à prática epistolar de D. Luís de Almeida. Portanto, não discutiremos os pormenores do episódio e nem nos questionaremos quanto aos culpados, já que esta intrigante pergunta ainda perdura nos estudos que tematizam a invasão. Acreditamos que os culpados pelo enfadonho acontecimento, não existem. Já que tudo dependeu de um grupo de ações e procedimentos mal resolvidos, estritamente ligados à forma de governar do período colonial setecentista, vinculado à prática de escrita de cartas – informações desencontradas, ordens não cumpridas, distâncias que dificultavam a vigília da obediência das instruções, precariedade dos recursos do vice-rei e o apontamento da ruína de um sistema que já não se garantia pelo monopólio das decisões vindas de Lisboa. Diante dos inúmeros questionamentos que podem ser feitos em relação à invasão castelhana, nos ateremos a problematizar as reações de D. Luís de Almeida com o acontecimento. Como se manifestou? E, como procurou desvincular-se, ou melhor, como tentou desprender sua imagem da perda do território?

Quando D. Luís de Almeida foi escolhido para ser vice-rei do Brasil, entre suas principais missões estava a preservação e a conservação do território. Afinal

⁷⁹⁸ ROSA, Vieira. A vergonha de 1777. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, vol. XIII, 2º sem., 1944. pp. 26.

⁷⁹⁹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A rendição da Ilha de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 321, out.-dez., 1978.

de contas, os homens que governariam o Brasil deveriam apresentar requisitos como a experiência militar, questão que discutimos nas sessões anteriores. Assim, além de controlar a fazenda, enviar embarcações com os quintos e manter a capitania do Rio de Janeiro em ordem, cabia a D. Luís cuidar do território do rei. Se fizermos um balanço do principal assunto tratado na correspondência do *corpus* desta tese, sobressaem-se as questões de defesa do Brasil. Porém, as fronteiras meridionais da América foram, constantemente, no período colonial, e além, um espaço de conflito entre os ibéricos. Quando D. Luís de Almeida assumiu o vice-reinado e manifestou intensa preocupação diante do importantíssimo cargo, estava considerando os receios dos conflitos de fronteira. Cabe considerar, neste sentido, que o manual *O Governador de Praças* foi estruturado com base na defesa do território e não em formas de atacar. Para Tolozano o que mais um governador deveria conhecer era como conservar e defender sua praça, “A conservação consiste na ordem, & boa disposição com que se evitão as soppresas, que são de muitas sortes, como diremos depois: & a defesa consiste em saber tudo o que se deve obrar, para se oppor à força do inimigo, que lhe quer fazer violencia: de cada húa destas cousas falaremos em particular”.⁸⁰⁰

No século XVIII, conservar o território era também conservar a própria imagem e reputação. Quando os conflitos no Rio Grande do Sul começaram a despontar como um problema eminente, D. Luís de Almeida escreveu ao marquês de Pombal, manifestando,

Dos off.^{os} q nesta oC. receberâ | o S.^r Martinho de Mello, verâ V Ex.^{ca} a justa aflição em que | me acho, e o perigo em q está a m.^a honra, e a m.^a reputação; e final | m.^{te} esta hé huá das occasioénz mais principaez, em q só me pode | valer o amparo de V Ex.^{ca} Eu meo respeitavel Protector, te | nho feito e vou fazendo, o q posso, porem sem forças e alentos, | ficarei hum escalete inutil, o coração sempre hé o mezmo, a conz | tancia não falta, a m.^a vida esta sempre prompta, p.^a com ella | deramar athe a ultima gota de sangue, p.^{La} Gloria de nosso Au | gustissimo Amo, pella Patria, e p.^{Lo} Est.^o.⁸⁰¹

⁸⁰⁰ TOLOZANO, A. *O governador de praças...* cit., pp. 15.

⁸⁰¹ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1773, PT-BN_C_PSS_cx_3_f 313.

Portanto, ao manifestar que o território corria o risco de ser tomado pelos castelhanos diante dos problemas defensivos do sul, Lavradio enfatizou que sua honra e reputação também estavam em perigo, pois preservar o que era do rei era sinônimo de preservação da boa imagem. Contudo, consiste neste aspecto o que se discutirá nesta sessão, as estratégias de D. Luís de Almeida para livrar sua imagem da perda da ilha – estratégias emaranhadas em jogos de palavras e sensibilidades expressadas nas cartas de amizade e de ofício escritas e/ou ditadas por Lavradio.

Na madrugada do dia 25 de fevereiro de 1777, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, o militar responsável pela ilha de Santa Catarina, após uma reunião com os homens que compunham a força de defesa da ilha, escreveu desoladamente ao vice-rei, “con | fesso a V.Ex.^a que não tenho Cabeça, para nada, e muito menos | animo, para dar a V.Ex.^a estas tristes noticias”⁸⁰² – Furtado de Mendonça estava comunicando ao marquês do Lavradio a rendição do território. Como se pode supor, D. Luís, após ouvir tais palavras, ficou arrasado, e março de 1777 foi um mês fastidioso no seu governo. O vice-rei viu no acontecimento da ilha a ruína de sua casa, o fim de sua boa reputação e a desonra dos Almeida, não apenas a perda de um território português. No entanto, era preciso agir, D. Luís reuniu seus secretários, sentou-se em seu gabinete e começou a produzir cartas, transmitindo seus sentimentos diante do que estava acontecendo e pedindo ajuda. Eis como noticiou a invasão ao governador de São Paulo,

agora me chegaõ as not.^{as} as maiz funestaz, e do | Lorozas, a resp.^{to} da defeza daq.^{La} Ilha. (...) ellas me parecem taõ extraordinarias, q se me faz de | ficultoza o acreditalas; porem aSim mesmo me tem tres | passado o Coração, q parece impossivel q eu possa re | zestir com semelhante pezar.⁸⁰³

⁸⁰² Carta de Antônio Carlos Furtado de Mendonça ao 2º marquês do Lavradio, ilha de Santa Catarina, 25 de fevereiro de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8726.

⁸⁰³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha, Rio de Janeiro, 12 de março de 1777, PT-BN_C_10631_f 74.

Ao governador de Minas Gerais escreveu: a “grandissima cons | ternação em q tenho estado com as ultimaz not.^{as} q me tem | chegado da Ilha de S.^{ta} Cathar.^a, embaracarão q eu fi | zesse a V. E.^a mais sedo a participacão daq.^{Las} not.^{as}, q | Logo devia ter comonicado”.⁸⁰⁴ Ao compartilhar o acontecimento com o chefe do exército do Sul, João Henrique Böhm, relatou que recebeu uma notícia extraordinária que jamais esperava receber,

Eu fico Louco, parecendo-me incrível, | q sem se atirar hum tiro, sem se examinar a fundo a for | ça dos Cast.^{os}, uncam.^{te} só p.^{Los} seus ralhos, e barbatadaz, | se largasse, hum porto taõ fortificado, e fizessem retirar | huá tropa, q estava taõ disposta a defender-se com | o mayor vaLor. | Esta acção hé a mais desgraçada, e injurio | za q se podia cometter, sem a justificar este Gen.^{al}, q | com imencid.^e de Conselhos de Guerra, q não servem | q para maiz os Condenar.⁸⁰⁵

Quando escreveu ao governador da Bahia, D. Luís de Almeida foi mais extenso, por escrever próximo do final de março e possuindo mais detalhes do ocorrido. Compartilhou com Menezes que no dia 21 de março, avistou na barra do Rio de Janeiro, três embarcações castelhanas com bandeira branca, as quais traziam Furtado de Mendonça e os outros oficiais da ilha. Quando os militares desembarcaram no Rio, Lavradio optou por não falar com eles, mandando-os recolher como presos nas diferentes fortalezas da cidade. E manifestou,

Veja V. E.^a qual terá sido a minha dor, | e a m.^a Consternação. Eu não sei o como me não tem | estalado o Coração por toda a parte. Esta dor hé da | quellaz, q q.^{to} mais Se lhe procura o remedio, menoz | aLivio se encontra. | Eu confesso q hé necessario revesti-me de toda | a constancia e desafogo, p.^a poder obrar o q devo, p.^a restau | rar a honra e gloria da Nasção, porem Se Deoz | me não der forças, eu não poderei rezestir. |⁸⁰⁶

⁸⁰⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 13 de março de 1777, PT-BN_C_10631_f 74v.

⁸⁰⁵ Sem grifo no original. Carta do 2º marquês do Lavradio a João Henrique Böhm, Rio de Janeiro, 13 de março de 1777, PT-BN_C_10631_f 78v-79.

⁸⁰⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Manuel da Cunha e Menezes, Rio de Janeiro, 24 de março de 1777, PT-BN_C_10631_f 86-86v.

Assim, Lavradio possuía duas missões: restaurar a honra portuguesa e a de seu nome.

Mas, certamente, a carta mais difícil de escrever foi a destinada ao marquês de Pombal, já que Lavradio comunicaria ao rei um insucesso do seu governo. Afirmou a Pombal que mesmo que a tropa estivesse com forças diminutas, acreditava “que ainda no caso de se retirarem, o fizessem depois de humo | vigorosa, e exemplar resistencia”,⁸⁰⁷ o que não tinha acontecido. E desabafou “Eu confio a VE que quando as Ly, cuidei que o cora | ção me arrebatava, e não sei como tenho forças para poder fazer | a VE humo semelhante participação”.⁸⁰⁸ Com tais palavras, D. Luís de Almeida representou as dores físicas de algo que acontecia fora do seu corpo, o território entregue sem resistência ao rei espanhol.

Supomos que depois de quase oito anos no Brasil, convivendo com a constante vontade de regressar ao reino – “se na B.^a eu contava os dias por anno, | no R.^o conto, e contarei as horas por seculoz”⁸⁰⁹ – lidar com o episódio da invasão foi algo que requereu muito de D. Luís de Almeida. Porém, assim como o cotidiano da colônia estava efervescente em fevereiro e março de 1777, no reino a situação não era diferente. Escreveu Martinho de Melo e Castro a Lavradio, “Em a noite de vinte e quatro depois da meia | noite faleceu Sua Magestade (...) O Augusto cadaver do Snõr Rey D. Jose I foi a | enterrar no dia 26 a São Vicente de Fora”.⁸¹⁰ Em outra carta do mesmo dia, 28 de março, Melo e Castro disse a Lavradio, “Como ao tempo em que esta Carta chegar as Maõs | de V.Ex.^a, já a dita Expedição terá dado sinal de si”,⁸¹¹ o secretário estava mencionando a esquadra espanhola. Mas, considerando as temporalidades setecentistas, Lavradio só ficou sabendo da morte do rei em torno de 50 dias depois, assim como a corte, tomou conhecimento da invasão muito além de março. Outra observação que podemos enfatizar deste governo de intervalos são as ordens

⁸⁰⁷ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 19 de março de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8731.

⁸⁰⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 19 de março de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8731.

⁸⁰⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1770, BR-AN_C_1095_f 171v.

⁸¹⁰ Carta de Martinho de Melo e Castro ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa, 28 de março de 1777, AHU_CU_Reino, Cx. 28, Pasta 16.

⁸¹¹ Carta de Martinho de Melo e Castro ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa, 28 de março de 1777, BR-AN_FML_ RD21.30.

oferecidas por Martinho em março de 1777, para complementar as já enviadas, sendo que a essa altura a ilha já era possessão de Carlos III.

A estratégia do vice-rei para livrar sua imagem da derrota foi encontrar um culpado para a perda da ilha. Através das sensações de fala de D. Luís de Almeida, constatamos que ele investiu em duas frentes para afastar sua imagem do acontecido, focando suas atitudes em acusações voltadas ao chefe da esquadra, Roberto MacDouall, e ao governador militar da ilha, Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Cabe lembrar que o mais interessante na estratégia de D. Luís de Almeida reside em como por meio de jogos de palavras ele articulou *sorrteiramente* sua defesa, acusando para se defender. Começaremos analisando as táticas de D. Luís de Almeida contra o chefe da esquadra.

No *corpus* a primeira referência de Lavradio ao britânico MacDouall consta em uma carta ao marquês de Pombal, na qual opinou “não tem mostrado hum Cara | ter de se fazer m.^{tos} Amigos; assim em terra, como no Mar; porem a res | peito de mim, elle athe agora tem obedecido com bastante promptidaõ”.⁸¹² Portanto, desde que MacDouall assumiu o comando da esquadra portuguesa, Lavradio manifestou certo receio em relação ao comandante, justificando o perigo de ter estrangeiros nos comandos militares da colônia.⁸¹³ Em menos de um ano, Lavradio escreveu nova missiva a Pombal, manifestando descontentamento com as atitudes de MacDouall,

O Chefe da Esquadra, hé o homem dispotico, e abso | luto que eu tenho conhecido. Elle tem disgostado a mayor | parte dos Off.^{es} da mesma Esquadra; elle de si para si, | não conhece sugeiçaõ a ninguem. Tem maltratado infini | tam.^{te} toda a Nasçaõ, tratando-os por ignorantez, e até por | fracos, e dizendo publicamente, que quaze todos os Off.^{es} de | Patente feitos pella Corte, que nenhum presta para nada, | e que toda a

⁸¹² Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1774, PT-BN_C_10624_f_11v.

⁸¹³ Segundo André Mansuy-Diniz, “no entanto, do reinado de D. José I ao de D. João VI, Portugal nunca teve um número suficiente de pessoal treinado, como se pode perceber pela presença permanente de oficiais estrangeiros – alemães, ingleses, franceses e outros – nos regimentos e esquadras portuguesas, tanto na metrópole quanto nas colônias”. SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 493.

esperança da Marinha consiste, em alguns | daquelles que elle tem criado.⁸¹⁴

Com estes dois exemplos de observações de Lavradio sobre o comandante, podemos ter certeza que a relação entre eles não era amistosa e D. Luís de Almeida enfatizava esta questão nas cartas enviadas à corte. Entretanto, no acirrado conflito às margens do Prata, entre Portugal e Espanha, as ações de MacDouall e João Henrique Böhm em fevereiro de 1776, favoreceram consideravelmente a imagem dos dois militares estrangeiros no reino, ao manterem para Portugal a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro.

Com o sucesso de fevereiro de 1776, Lavradio ficou, de certo modo, atado em relação as suas críticas a MacDouall. No entanto, em 05 de maio de 1776, o comandante da esquadra escreveu ao secretário Martinho de Melo e Castro, compartilhando seu descontentamento com a forma como era tratado pelos militares da marinha e pelo vice-rei; e pediu ao monarca a sua demissão. Logo que recebeu a carta, Melo e Castro escreveu a D. Luís de Almeida, dizendo que o rei negava o pedido e que para ele, MacDouall era “o mais digno de continuar no Com | mandamento da Esquadra de que he Chefe, | muito particularmente nas Crizes em q vão | entrar essas Colonias”.⁸¹⁵ Esta resposta de Melo e Castro foi acompanhada de mais de uma carta, na qual o secretário confirmava definitivamente que os espanhóis sairiam do porto de Cádiz com o objetivo de tomar de Portugal parte da América meridional. Além disso, o secretário acrescentou que o rei contava com a consumada prudência do vice-rei e que com cuidado e vigilância ele soubesse articular o comando do chefe da esquadra, para que “na Tropa, como na Esquadra destinadas | á Defença da mesma Ilha, não haja mais | que hum só espirito, dirigido ao unico fim | da gloria das Armas Portuguezas, seja qual | for o Instrumento della”.⁸¹⁶ Portanto, o principal objetivo não deveria ser ignorado, ou seja, a preservação do território, independente de quem o efetivasse ou do meio utilizado. Pois, para a corte

⁸¹⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1775, PT-BN_ C_10624_f 71v.

⁸¹⁵ Carta de Martinho de Melo e Castro ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa, 29 de setembro de 1776, AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8698.

⁸¹⁶ Carta de Martinho de Melo e Castro ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa, 29 de setembro de 1776, AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8698.

“Roberto Mac Douall, he o | Official mais habil, para dirigir este Tra | balho, pela grande experiencia que tem del | le, adquerida com a pratica de toda a ulti | ma Guerra”.⁸¹⁷

Em janeiro de 1777, Lavradio recebeu as cartas de setembro de Martinho de Melo e Castro, assim, cabia ao vice-rei obedecer às ordens vindas de Lisboa. Ao responder ao secretário, Lavradio utilizou palavras menos ofensivas ao chefe, já que para a corte ele era merecedor do cargo que ocupava – “Como aquelle Official hé de tanto credito (...)”.⁸¹⁸ No entanto, a animosidade de Lavradio em relação a MacDouall permanecia, já que as intrigas estavam latentes, sendo uma delas, o posicionamento da esquadra para a defesa da ilha de Santa Catarina, ora a esquadra deveria estar fora da barra, ora deveria tomar outra posição, e até a proximidade dos inimigos esta questão não tinha ficado definida entre o vice-rei e o comandante. Nisso, a pequena e frágil esquadra portuguesa ao avistar as dezenas de embarcações castelhanas se aproximando da ilha, saiu em retirada, com o objetivo de preservar as poucas embarcações que formavam a força marítima portuguesa na colônia. O que MacDouall argumentou ser a ordem recebida. Mas, Lavradio disse que sua ordem não tinha sido essa. Assim, estava estabelecida a confusão e as trocas de acusações.

Logo que a ilha foi entregue, os oficiais responsáveis por ela foram levados por embarcações castelhanas para o Rio de Janeiro e foram mantidos presos. Porém, o chefe da esquadra continuou no comando das embarcações e ainda empreendeu algumas ações indicadas por Lavradio. Até que, alegremente, o vice-rei recebeu a carta de Martinho de Melo e Castro, escrita em dezembro de 1777, a qual ordenava que MacDouall fosse destituído do posto de chefe da esquadra e encaminhado ao reino, junto de todos os documentos e inquéritos que contribuíssem com o julgamento.⁸¹⁹

⁸¹⁷ Carta de Martinho de Melo e Castro ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa, 29 de setembro de 1776, AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8698.

⁸¹⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8698.

⁸¹⁹ “Sua Magestade he servida, que | mandando V. Ex.^a vir á sua Prezença o Coro | nel de Mar, Roberto Mac Dovall, lhe intime, q | a mesma Senhora o há por escuzo do Comanda | mento da Esquadra de que era Chefe; e que como | simples Particular, e sem comandamento algum, | se possa embarcar no Porto dessa Cidade, em qual | quer Embarcação de Guerra, ou Mercante, que | bem lhe parecer, para ser transportado nela. |”. Carta de Martinho de Melo e Castro ao marquês do Lavradio, 22 de dezembro de 1777, Rio de Janeiro, AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 269.

D. Luís de Almeida respondeu a carta de Martinho de Melo e Castro em maio de 1778, comunicando que já tinha passado as ordens a MacDouall e que nomeou o “Dez.^{or} Nicolaô Joaq.^m, para formalizar | o Corpo de Delicto na conformidade que de Ordem da Raynha M.^a | Senr.^a V.E.^a me detremina”.⁸²⁰ Além disso, registrou,

Para se formar o sobredito Corpo de Delicto, juntei todas | as Ordens, e Instruções, assim da Corte como minhas, que foraõ diri | gidas ao Sobredito Cor.^{el}, e toda a outra correspondencia, que com | elle tive, as remetterei a V.E.^a, no cazo de V.E.^a achar ser preciso passar | a R.^l Prezença da Raynha Minha Senhora. |.⁸²¹

Portanto, o vice-rei obedeceu satisfatoriamente à rainha, destituindo MacDouall e iniciando a organização acusativa contra ele pela perda da ilha. Em pesquisa realizada na Academia de Ciência de Lisboa localizamos o inédito *Corpo de Delicto* organizado por D. Luís de Almeida e entregue ao desembargador Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, o nomeado para efetivar a devassa contra o comandante.

O *Corpo de Delicto* presente no acervo da Academia de Ciência de Lisboa é formado pela carta de D. Luís de Almeida instruindo Miranda e Silva a formar a acusação e devassa de MacDouall, além de várias cópias das cartas de ofício citadas na instrução. Neste sentido, iremos analisar a carta de D. Luís a Miranda e Silva, considerando as estratégias do vice-rei para acusar o comandante e, consequentemente, livrar-se da terrível desonra da perda do território.

D. Luís de Almeida assim que recebeu a ordem de Martinho de Melo e Castro escreveu ao desembargador Miranda e Silva em 11 de abril explicando o trabalho que este desenvolveria. Logo no início da carta Lavradio esclareceu que seriam reunidas as ordens e instruções enviadas ao chefe da esquadra, especialmente, quanto à defesa do porto da ilha de Santa Catarina. O objetivo da reunião dos documentos consistia, segundo o vice-rei, em mostrar “a execuçaõ q

⁸²⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

⁸²¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

elle deo as sobreditas Ordens, e Instrucçoens, ou a arrogancia, e desobediencia, com q as illudio, e q de todos estes Documentos | se forma hum corpo de delicto”.⁸²² Portanto, no primeiro parágrafo da instrução já identificamos que Lavradio não seria imparcial, em função do tom acusativo.

Lavradio enfatizou a Miranda e Silva que o objetivo da rainha era formar um grupo documental que pudesse ser utilizado durante o processo contra MacDouall. Neste sentido, obedecendo à rainha, escreveu,

remeto a V.m.^{ce} os papeis e Documentos incluzos; sobre os quaes para mayor cla | reza deste negocio, faso a V.m.^{ce} os apontamentos, q me parecem mais precizos, | asim, q V.m.^{ce} melhor posa dirigir as Perguntas, q fizer ás testemunhas a | respeito de toda a Conducta, q teve aquelle Official, durante o tempo em q | comandou á Esquadra. |⁸²³

Ao escrever, “faso a V.m.^{ce} os apontamentos, q me parecem mais precizos”, D. Luís de Almeida já foi além do que era sua função, isto é, apenas reunir e enviar a Miranda e Silva as ordens e instruções encaminhadas a MacDouall e as respostas que ele tinha oferecido. No entanto, na reunião dos documentos D. Luís de Almeida encontrou a oportunidade que queria para acusar MacDouall e enfatizar que ele não defendeu a ilha, sobretudo, porque o sangue que corria em suas veias não era luso, um dos principais argumentos usados pelo vice-rei. Cabe lembrar a importância desta escrita de Lavradio a Miranda e Silva, pois, o ordenamento dado pelo vice-rei e os questionamentos levantados, deram origem às 31 perguntas que formaram o processo de acusação a MacDouall no conselho de guerra realizado em Lisboa, que analisaremos à frente.

Na instrução a Miranda e Silva, depois de dois parágrafos introdutórios, nos quais Lavradio explicou o trabalho que o desembargador desenvolveria, D. Luís de Almeida passou a citar cartas de ofício formando um histórico da nomeação de MacDouall e as primeiras ordens recebidas. Com isso, percebe-se a destacável relação de Lavradio, e seus secretários, com os documentos, pois D.

⁸²² Carta do 2º marquês do Lavradio a Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1778, PT-ACL_C_630_f 2.

⁸²³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1778, PT-ACL_C_630_f 2.

Luís de Almeida seguiu cronologicamente a correspondência com MacDouall e foi citando as cartas trocadas entre ambos. Sendo que os documentos mencionados acompanharam, em cópia, a carta enviada a Miranda e Silva. Logo no início das observações, D. Luís de Almeida julgou o comandante, “O Documento N.º 4.⁸²⁴ hé huã Carta do Chefe, em q me dá | conta da participaçaõ, q lhe fes o General da Ilha de S. Catharina, segun | do as q teme o General do Rio Grande, e aonde já principia a falar no | tón altivo, q sempre teve”.⁸²⁵ Portanto, entre as observações quanto aos procedimentos militares, Lavradio manifestou comentários relativos à personalidade do comandante. Eis um exemplo: “O Documentos N.º 21⁸²⁶ hê huá carta descomedida, | e petulante do Chefe, em q se fas não entender as minhas Ordens, | e se explicar nos termos arrogantes q se ve da mesma Carta. |”. Na sequência, outra imparcialidade, “O Documento N. 26⁸²⁷ hé huá carta sumamente descomedida, | e falta de respeito com q o Chefe me responde a Documento antecedente”.⁸²⁸ Assim, ao analisarmos as considerações de Lavradio a MacDouall, especialmente, voltadas à personalidade do comandante, percebe-se a questão do bom governo de si, já que um homem petulante, descomedido, desrespeitoso, altivo, sem o bom governo de suas sensibilidades, não poderia ser um bom governador à frente de uma esquadra, o que acreditamos ser a intenção de D. Luís ao ressaltar estas características.

A partir do documento 38, uma carta do chefe ao vice-rei de 04 de março de 1777, na qual se relatou os procedimentos da esquadra depois de ter sido retirada da ilha, D. Luís de Almeida passou a relacionar de modo veemente a perda da ilha ao procedimento decidido por MacDouall. Eis o que o vice-rei escreveu para o documento 39,

⁸²⁴ O documento número quatro é uma carta de Roberto MacDouall ao 2º marquês do Lavradio, escrita em 16 de fevereiro de 1775.

⁸²⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1778, PT-ACL_C_630_f 2v.

⁸²⁶ O documento 21 foi uma carta de Roberto MacDouall ao 2º marquês de Lavradio, com data de 04 de janeiro de 1776.

⁸²⁷ O documento 26 foi uma carta de Roberto MacDouall ao 2º marquês de Lavradio, com data de 05 de maio de 1776.

⁸²⁸ Carta do 2º marquês do Lavradio a Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1778, PT-ACL_C_630_f 7.

hé huá Carta minha escripta ao | Chefe chegando a este Porto depois da infelis retirada e desamparo, | em q deichou o Porto da Ilha de S. Catharina, em q lhe certefico o dolo | rozo desprazer de se ter retirado a Esquadra daquella Ilha, para cuja | defeza era destinada a mesma Esquadra afim de embarçar nos ter | mos posiveis, q a Esquadra Castelhana se amparase daquelle impor | tantissimo porto, admirando-me q antes de ter havido alguá acção, | em q principiase a experimentar a fortuna, e a provar o valor dos hon | rados Vasalos d'EL Rey Meo Senhor, *elle abandonose aquella Ilha*, sen | do o objecto principal, a q destinava a Esquadra.⁸²⁹

Ao registrar que MacDoaull tinha abandonado a ilha, deixando-a aberta ao inimigo, Lavradio destacou sua opinião, a de que o chefe era o culpado. Na sequência, no documento 40, consta, "O Apenço marcado com as letras LL hê a arrogante e des | comedida reposta do Chefe, | em q quer negar tudo talvés por conhecer a | gravidade do delicto, q cometeo".⁸³⁰ Contudo, nos 47 documentos citados, além dos apensos, D. Luís de Almeida manifestou declaradamente sua opinião.

Na construção narrativa de D. Luís de Almeida ao desembargador Miranda e Silva constata-se como o vice-rei fez uso de juízos e acusações direcionados ao comandante, ignorando, totalmente, os problemas da esquadra: diminuta em quantidade, fraca em peças de guerra, repleta de estragos e com embarcações velhas ou não preparadas para o combate. Todas estas questões foram sutilmente ignoradas para dar lugar à delação do vice-rei. Além disso, quando D. Luís de Almeida enviou as últimas instruções que a corte destinou aos procedimentos de defesa da ilha a MacDouall, ele as respondeu de modo claro e direto, dizendo que as instruções representavam o pouco conhecimento que a corte tinha da ilha. Em relação às fortalezas registrou, "não valem nada emquanto não | houver Tropa em terra, para defenderem o desembarque, o que hê impossí | vel, porque tanto da Ilha, como da terra firme, não há meya legoa sem | boas prayas, para desembarque",⁸³¹ o que realmente aconteceu, já que os

⁸²⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1778, PT-ACL_C_630_f 11.

⁸³⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1778, PT-ACL_C_630_f 13.

⁸³¹ Carta de Roberto MacDouall ao 2º marquês do Lavradio, 21 de novembro de 1776. Documento 29, Apenso BB, PT-ACL_C_630_f 185.

espanhóis desembarcaram na praia de Canasvieiras e por terra tomaram o centro da ilha. Sendo o mais importante, o que o chefe disse da esquadra,

a nossa Corte está | enganada, em consequencia nenhuma das propostas são praticaveis: Eu | acho a mayor imprudencia o pôr a nossa inconcideravel pequena Esquadra | no Saco de huma bahia, para ficar até o inimigo entrar á sua vontade | com superior força, que infallivelmente ha de destruir tudo, nem posso eu | responder por semelhantes medidas;⁸³²

Na opinião de MacDouall a esquadra deveria ficar solta, para se utilizar de alguma vantagem de vento e manobra para atrapalhar o inimigo, “ou para se retirar em cazo, que não | achem semelhante occasião, e não perdermos estas, que temos quando não | podemos recrutar com mais, ou aproveitar a ocazião de attacar à alguma | parte do Rio da Prata, em quanto ellas estiverem em S. Catharina”.⁸³³ Neste sentido, verifica-se que a precariedade da esquadra e a existência da possibilidade de retirada da ilha, sem confronto, para preservar as embarcações, não era novidade para D. Luís de Almeida, quanto às atitudes que o chefe podia tomar. Porém, com a perda da ilha, outras questões entraram em cena – a preservação da honra do vice-rei. E, sem jogos de palavras, MacDoaull encerrou suas considerações frente às últimas instruções da corte: “O Monarca, que tiver mayor força pelo mar, sempre | pode ser Senhor da Ilha de Santa Catharina”.⁸³⁴

Depois de tantas acusações, quais foram os desdobramentos das estratégias de D. Luís de Almeida?

Ao receber a ordem de se afastar do comando da esquadra, Roberto MacDouall, em maio de 1778, foi enviado para Lisboa, onde foi mantido preso, até que se concluísse o processo de defesa e acusação. Deste modo, em novembro de 1778 a rainha ordenou que fosse iniciado o conselho de guerra que julgaria o comandante e como redator do processo foi designado “o desembar | gador Guilherme Baptista Garra, Auditor Geral da Marinha, e nomeado por Sua

⁸³² Carta de Roberto MacDouall ao 2º marquês do Lavradio, 21 de novembro de 1776. Documento 29, Apenso BB, PT-ACL_C_630_f 185.

⁸³³ Carta de Roberto MacDouall ao 2º marquês do Lavradio, 21 de novembro de 1776. Documento 29, Apenso BB, PT-ACL_C_630_f 185.

⁸³⁴ Carta de Roberto MacDouall ao 2º marquês do Lavradio, 21 de novembro de 1776. Documento 29, Apenso BB, PT-ACL_C_630_f 185v.

Magestade para | presente Concelho de Guerra”.⁸³⁵ Ao iniciar a redação do processo, Garra descreveu que sua função seria “com | prir com a obrigacam de Rellator, Sem enter | petrar, fazendo distençam de todos os factos | pella mesma ôrdem que sam indicadas | no auto de Corpo de delicto extraidas dos Intto | rrogatorios deste Processo”.⁸³⁶ Assim, Garra iria se basear no *corpo de delicto* enviado do Brasil – o preparado por Miranda e Silva –, além de incluir o relato das testemunhas e as respostas de MacDouall às acusações recebidas.

Ao dar início ao processo, Garra descreveu a motivação do mesmo,

sendo presente a Sua Magestade, | que Cervindo por mais de tres annos, o Coro | nel de Mar Roberto Mac douall de xefe da | Esquadra, que Sua Magestade destinou | para defender os Portos da America, e constan | do que o dito xefe nam havia dezempe | nhado as obrigasoens do seu Cargo, faltan | do a dar a devida execosam as ordens de | que fora emcarregado.⁸³⁷

No entanto, a acusação direta contra MacDouall foi a desobediência às ordens recebidas, incluindo a não defesa da ilha de Santa Catarina. Deste modo, o decreto motivador do processo, ordenava

que o dito | Coronel de Mar Roberto Mac douall seja pro | cegado, e sentenciado em hum Concelho de | Guerra, servindo de Corpo de delicto, a Conta, | ôrdens, e instrossoens, que Emanaram des | ta Corte, e as que em comSuquencia dellas, deu | o referido Marques, Vice Rey ao dito Coronel, p.^a | os diferentes Cervisos de que foy imcombido, m.^{to} | particullarmente as que se lhe expediram, com | datas de nove, e vinte e nove de Setembro de mil | setesentos Setenta e seis, para a defesa da Ilha | de Santa Catrina.⁸³⁸

Assim, o processo se baseou no material enviado por D. Luís de Almeida – documentos, cartas, ordens, além das respostas das testemunhas a 62 perguntas. No total, o conselho de guerra efetivou 31 interrogatórios contra

⁸³⁵ PT-ACL_C_563_f 1.

⁸³⁶ PT-ACL_C_563_f 21.

⁸³⁷ PT-ACL_C_563_f 3v.

⁸³⁸ PT-ACL_C_563_f 4.

MacDouall, os quais ele respondeu e a cada um o conselho emitiu um parecer: culpado ou inocente.

O processo contra MacDouall trouxe objeções desde seu ingresso como comandante da esquadra, e para cada questão Garra foi citando várias cartas entre o chefe e o vice-rei, além das respostas das testemunhas. Em cada um destes interrogatórios o réu foi considerado inocente, mas, nos interessa as acusações referentes à ilha e sua perda. O vigésimo interrogatório tematizou as ordens para a defesa da ilha de Santa Catarina, enviadas de Lisboa em 09 e 29 de setembro de 1776. Neste ponto, Garra citou muitas contradições entre as ordens vindas de Lisboa e as que realmente se podiam praticar, já que MacDouall tinha enviado a Lavradio suas considerações em relação às instruções de defesa, apresentando as inúmeras desinformações da corte sobre a ilha. Assim, Garra relatou:

dis o Marques Vise Rey nas ul | timas ordens, e reflesoins de honze de Dezembro | que deu ao Reo dizendo no Parrofo quarto, "as | foras com que se dis virem os Castelhanos a || [f 85v] Attacarmos sam muito mayores, que | aquellas com que nos presentemente nos axa | mos" | Continuando a mesma ordem da Cor | te detrimina ao Marques Vise Rey que deve pre | venir ao Reo de ivitar o perigo de ser a nosa | Esquadra Supreendida na Baya de Santa | Cathrina, honde nam poderia evitar, nem | a surpresa nem o combate com foras diziguais |⁸³⁹

O vice-rei tinha noção que a esquadra portuguesa não poderia entrar em combate com a armada inimiga. Pois, além de conhecer pessoalmente as precariedades da esquadra lusa, na ordem recebida da corte, o marquês do Lavradio deveria prevenir MacDouall "de evitar este toda a ocaziam de comcorrer com | a Armada Castelhana, nem os combater com | foras diziguais".⁸⁴⁰ Neste sentido, depois de muitas citações de trechos de cartas trocadas entre a corte, Lavradio e o chefe, o processo concluiu que

⁸³⁹ PT-ACL_C_563_f 85 e 85v.

⁸⁴⁰ PT-ACL_C_563_f 85 e 86.

De tudo quanto fica esposto Se nam pro | va que o Reo
Resebese aquellas ultimas or | dens da Carta datadas em nove,
e vinte nove de se | tembro dirigidas ao Marques Vise Rey; o
qual | Leu sômente, e comfiou do Reo, o plano de Ins | trosoins
para Interpor o seu pareser por escrito | como fes, e aSim o
comfesa o Reo, e o mesmo | Marques declara haver Lido,
Comonicado, e | finalmente asentido em que o plano das Ins |
trusoins da Corte nam hera praticavel por | que este foy o
pareser do Reo nas Suas obgesoins | as quais nam heram
destituídas de verdade, | como afirmam as Testemunhas
daquelle | Sumario, e deste Proceso: |⁸⁴¹

Portanto, MacDouall não poderia ser acusado de retirar a esquadra da ilha, evitando o confronto que resultaria na destruição de toda a pequena esquadra portuguesa. Pois, o réu não tinha recebido todas as ordens vindas de Lisboa, não encaminhadas por Lavradio e apenas lidas e comunicadas ao chefe. Além do mais, as oposições de MacDouall às instruções da corte eram verdadeiras, o que favorecia a sua defesa no conselho de guerra.

A última acusação sofrida por MacDouall questionou sua limpeza de mãos, por estarem os livros da fazenda, pertencentes à esquadra, em desordem. Mas, segundo as testemunhas o réu caracterizava-se por “Ser Limpo de maos, mui | to activo, e zeloso da arecadasam da real | Fazenda”.⁸⁴² Portanto, dentre as 31 acusações administrativas e militares sofridas por MacDouall, ele passou por todas como sem culpa, diante das problemáticas da esquadra, que excediam às ações do comandante, e como inocente, por ter agido como devia. Assim, dentre os votos do conselho de guerra, o primeiro foi dado por Garra, o desembargador redator do processo. Segundo ele, MacDouall foi um hábil e experimentado comandante, incansável no real serviço, conservando sempre a esquadra em boa ordem e disciplina, e sendo respeitado por todos os oficiais. Além de ser zeloso com a arrecadação da real fazenda, impedindo os descaminhos da mesma, conforme argumentaram todas as testemunhas. E, com tais palavras, em 07 de maio de 1779, Garra concluiu seu parecer “portanto voto que || [f 122] Que o Reo seja solto da prizam em que | actualmente existe ficando por este mo | do

⁸⁴¹ PT-ACL_C_563_f 88.

⁸⁴² PT-ACL_C_563_f 118v.

habilitado para exercer todas aquellas fun | soins que pella sua Patente lhe Sam permiti | das”.⁸⁴³

Passados mais de oitocentos dias depois da invasão castelhana e já com a ilha restituída aos portugueses, em 14 de maio de 1779, o conselho de guerra anunciou a sentença final:

Portanto sendo tudo visto pellos vogais | deste Comselho de Guerra, e nam axando | ao Reo comprehendido em alguns dos Ar | tigos do regulamento Militar da Tropa ex | pecificadas no relatorio deste Processo / *Julgan | do ao Reo Sem Culpa* / pella pluridade de vo | tos se dicidio *fouse Solto da Prizam em que ac | tualmente existe*.⁸⁴⁴

Contudo, ao estudarmos o códice 563 do acervo da Academia de Ciência de Lisboa, no qual consta o processo de acusação de Roberto MacDouall, sabe-se que o mesmo se baseou no corpo delito mandado elaborar por D. Luís de Almeida e dentre as mais de 30 acusações, nenhuma delas foi considerada verdadeira, já que MacDouall saiu absolvido na sentença final. Como já dito, no segundo capítulo, a carta que D. Luís de Almeida enviou a Miranda e Silva, para a elaboração do processo, presente no códice 630 da ACL está incompleta, sendo possível lê-la na íntegra através da parte da carta localizada no Fundo Marquês do Lavradio. Assim, embora ambos os documentos estejam incompletos, a união dos dois permitiu que tivéssemos acesso à carta completa. Porém, na versão presente no Fundo Marquês do Lavradio consta uma frase que não aparece na versão da ACL, mas foi considerada, por ser a versão do FML a que contém a assinatura de D. Luís. Deste modo, quando D. Luís descreveu que MacDouall enviou ao Rio de Janeiro um mapa com informações erradas da ilha, escreveu “To | do o mais contexto da carta não serve q de huá prova evidente do | quanto a culpa, q o Chefe conhece em si, o está confundindo”.⁸⁴⁵ Portanto, a culpa que D. Luís de Almeida acreditava existir no chefe não foi atestada pelo conselho de guerra e todos os jogos e guerras de palavras que o vice-rei articulou contra MacDouall não deram resultado, já que o comandante foi libertado como

⁸⁴³ PT-ACL_C_563_f 121v e 122.

⁸⁴⁴ Sem grifo no original. PT-ACL_C_563_f 130v.

⁸⁴⁵ PT-ACL_C_630_f 13v.

inocente, em um processo que ainda ressaltou algumas falhas de D. Luís de Almeida como vice-rei ao não enviar as ordens recebidas da corte. Podemos concluir que o processo contra MacDouall baseado nas representações do vice-rei, com o objetivo de encontrar um culpado para a perda da ilha, não passou de um confronto de palavras, mesmo porque, quando estavam a processar o chefe a ilha já tinha sido restituída aos portugueses e D. Luís de Almeida pode voltar a Portugal, sem que nenhum território do rei tivesse sido perdido.

Nas investidas de D. Luís de Almeida para livrar sua imagem da perda do território, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, responsável pelo governo militar da ilha, também mereceu a atenção das articulações do vice-rei. Na carta de 18 de maio de 1778, acima referenciada, na qual D. Luís de Almeida avisou a Martinho de Melo e Castro que daria início ao corpo delito contra o comandante da esquadra, comentou,

Ordenei igualmente ao Ouvidor Geral do Crime, que | processasse, e Sentenciasse o Gov.^{or} que foi da Ilha de S.^{ta} Cathr.^a | Antonio Carlos Furtado, e os mais officiaes, que com elle se achavaõ | na infilis entrega da Ilha de Santa Catharina, e que a Senten | ca seja immediatamente remetida pela Secretaria de V.E.^a para | chegar a Real Presença da Raynha (...).⁸⁴⁶

O marquês do Lavradio avisou à corte que ordenou a Bernardo de Salazar Sarmiento Eça Alarcão para atuar como responsável por sentenciar a Furtado de Mendonça.⁸⁴⁷ Cabe lembrar que Bernardo de Salazar e Miranda e Silva foram os responsáveis pelas devassas do que tinha acontecido na ilha de Santa Catarina e Colônia do Sacramento.⁸⁴⁸ Assim, antes dos processos individuais, D. Luís de

⁸⁴⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

⁸⁴⁷ "Em off.º de 22 de Dezembro do anno passado do- | Secretr.º de Est.º Mart.º de Mello e Castro, me Ordena | a Raynha M.^a Snr.^a q.^e Sem alguá perda de tp.º man- | de eu Prosestrar, e Sentenciar o Gov.^{or} q.^e foi da Ilha de S.^{ta} | Cathar.^a, Antonio Carloz Furtado, e os maiz Off.^{ez} q. | com elle se acharaõ na infeliz entrega da mesma Ilha, | e q. a Sentença seja immediatam.^{te} remetida p.^{La} | Secretr.^a de Est.º daq.^{La} repartição, p.^a chegar a ReaL | Presença de Sua Mag.^e, (...). Carta do 2º marquês do Lavradio a Bernardo de Salazar Sarmiento Eça Alarcão, Rio de Janeiro, 09 de março de 1778, PT-BN_C_10631_f 166v.

⁸⁴⁸ "Em hum Caixote, que a VE.a será | entregue a que vay attado o Saco que Leva este Officio, remetto a | VE.^a as duas Devassas, ou Informaçõens pertencentes as entregas da | Ilha de Santa

Almeida ordenou a elaboração das devassas. Em carta a Martinho de Melo e Castro, no final de 1777, Lavradio apresentava um tom mais ameno em relação aos portugueses que tinham abandonado a ilha, argumentando que “por intender mal os Livros | fizeraõ inuteis os honrados, e valerosos sentimentos dos Seus subditos, | que eu julgo serem merecedores da Real Piedade da Raynha”.⁸⁴⁹ Para D. Luís de Almeida a vergonhosa ação dos militares não tinha sido por falta de fidelidade e valor, mas porque acreditavam que faziam maior serviço a Portugal, salvando “a vida dos seus subditos, suposta a gran || a grande superioridade com que elle julgava ser attacado; e que nenhuns | exforços, seriaõ bastantes para rezestir principalmente vendo-se desem | parado da Esquadra”.⁸⁵⁰ Além disso, Lavradio compartilhou com Martinho de Melo e Castro que quando os militares chegaram ao Rio de Janeiro se admiraram de serem encaminhados à prisão, pois “elles esperavaõ, que eu lhe agradecesse o prodente arbitrio | que tinhaõ tomado”.⁸⁵¹ Ainda nestes trechos podemos considerar que Lavradio não deixou, de certo modo, de defender os portugueses e mencionar que ao verem a ilha “desem | parado da Esquadra” não era possível empreender a defesa.

Quando D. Luís de Almeida ordenou que Bernardo de Salazar fosse o responsável pela devassa, o desembargador achou que não poderia desenvolvê-la. O argumento de Bernardo de Salazar era que a rainha tinha-lhe ordenado que conduzisse o processo e as sentenças, porém, sem contemplá-lo como juiz da diligência. Assim, o desembargador da relação do Rio de Janeiro viu-se sem jurisdição para tal procedimento, e escreveu, “Só a | Rainha N. Snr.^a póde conceder a jurisdicão; (...) Esta materia hé de grd.^e pezo, e digna das mais Se | rias refleçoins”.⁸⁵² Sendo que o questionamento de Bernardo de Salazar deixou o vice-rei irritado, já que a dúvida do desembargador atrasava as ordens da rainha em relação ao processo e impedia que Lavradio conseguisse se organizar mais

Catharina, e a Praça da Nova Colonia (...).Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 105, D. 8850.

⁸⁴⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 105, D. 8850.

⁸⁵⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 105, D. 8850.

⁸⁵¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1777, AHU_ACL_CU_017, Cx. 105, D. 8850.

⁸⁵² Carta de Bernardo de Salazar Sarmento Eça Alarcão ao 2º marquês do Lavradio, Rio de Janeiro, 28 de março de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

rapidamente para se livrar da imagem nefasta de fevereiro de 1777. Portanto, escreveu Lavradio “naõ lhe achando eu fundamento | q.^e Seja atendivel, deve V.m.^{ce} executar a Ordem q.^e lhe- | expedi com data de 9 do referido mez de Março, e ainda | q. eu naõ precisava dar a V.m.^{ce} oz fundam.^{toz} da m.^a resolução, | por q. só a Raynha M.^a Snr.^a sou responsavel por- | todas as q. tomar”.⁸⁵³ Na sequência da carta, D. Luís explicou a Bernardo de Salazar que ele tinha jurisdição para tal e deveria obedecer suas ordens. Deste modo, D. Luís de Almeida foi se articulando para dar início aos processos de devassa para que os mesmos chegassem à corte explicando tudo o que tinha acontecido na América meridional, sem que ele fosse culpado por nada do que tinha passado.

Em 17 de maio de 1778, D. Luís de Almeida escreveu a Bernardo de Salazar avisando que tinha recebido o auto de devassa elaborado pelo desembargador. O tom de Lavradio foi de bastante indignação, em relação aos comentários de Furtado de Mendonça, “O conteudo no Sobredito Autto, ou Depoim.^{to}, | naõ hé outra couza, q.^e hum Libello infamatorio, q. | p.^{La} Sua facild.^e fazia maiz contra aq:^{Le} Gen.^{al}, ainda | qd.^o elle o houvesse de fazer em tp.^o, e em Lugar compet.^{er}”.⁸⁵⁴ Ao analisarmos os procedimentos pós-invasão castelhana da ilha de Santa Catarina, constatamos que D. Luís de Almeida investiu em culpar MacDouall e Furtado de Mendonça, enquanto por outro lado, o general responsável pela ilha, investiu em culpar o vice-rei de impedi-lo de se defender, dentre outras acusações. No entanto, o acontecimento na ilha desdobrou-se em acusações pessoais e a relação amigável, testemunhada nas cartas de amizade entre Furtado e Lavradio, foi dissolvida. Por exemplo, a saudação que Lavradio declamava nas cartas ao amigo Furtado de Mendonça, “Meu Antonio Carlos, e Amigo e Senhor | de todo o meu Coração (...)”,⁸⁵⁵ não se repetiu depois de fevereiro de 1777.

Ainda na carta a Bernardo de Salazar, na qual Lavradio não compreendia as acusações de Furtado de Mendonça dirigidas a ele, o vice-rei disse que o

⁸⁵³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Bernardo de Salazar Sarmiento Eça Alarcão, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 173v.

⁸⁵⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Bernardo de Salazar Sarmiento Eça Alarcão, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 185.

⁸⁵⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1775, BR-AN-C_1096_f 121v.

general tinha “a liber- | dade de poder fazer chegar ao Real Trono, (...) as Suas representa- | ções sobre a incompetencia de Juizes por q.^e foi julgado, | e fazerme a mim, e aos mais Ministros todas as recri- || [f 186v] as recriações q. elle julgar competentes”.⁸⁵⁶ Portanto, parte da defesa elaborada por Furtado de Mendonça, consistiu em acusar o vice-rei, conseguindo desta forma que seu processo fosse julgado por um conselho de guerra e não como um caso de lesa majestade.⁸⁵⁷ Além disso, Furtado de Mendonça escreveu um longo depoimento em sua defesa, enviado à rainha. Tal documento consta do acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, em duas versões, as quais estão idênticas, apenas com alterações quanto à ortografia e à gramática e sem datação.⁸⁵⁸ Porém, antes da defesa, vamos analisar outros documentos.

Quando D. Luís de Almeida enviou os responsáveis pela devassa à prisão onde estava Furtado de Mendonça para iniciar as perguntas e diligências, ele mostrou-se bastante revoltado, pois alegou que enquanto o marquês do Lavradio estivesse como vice-rei e presidente da relação do Rio de Janeiro, sua defesa seria prejudicada. Para Furtado de Mendonça as testemunhas militares e civis, não podiam responder livremente, já que sabiam “q tudo isto vai dar na pessoa do | Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Marquez Vice Rey, q os domina, e em hum sugeito da sua mais intima a | feição, qd.^o os Militares só delle Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Marquez Vice Rey esperaõ o seo augmento, | os Paizanos o seo socego”;⁸⁵⁹ e tinham jurado, diante da devassa, com medo, pois sabiam que a intenção do vice-rei era culpá-lo e eximir da culpa o amigo do vice-rei, Pedro Antônio da Gama e Freitas, que

⁸⁵⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Bernardo de Salazar Sarmiento Eça Alarcão, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1778, PT-BN_C_10631_f 186-186v.

⁸⁵⁷ BR_BN_I-31, 26, 1 – Documento relacionado às sentenças dos envolvidos com a invasão espanhola. Manuscritos avulsos. I-31, 26, 1 - Nº1: “[f 5v] P^r que nestes termos conforme os de dir.^{to} ha de decla | rar-se q o cazo de que se trata não pode entrar na clase de | Crime de Leza Mag.^e, he cazo puram.^{te} militar q deve ser | remetido ao Cons.^o de Guerra p.^a onde o Excip.^{te} declina, como | assim se espera recebendo-se, e julgando-se por provados esta Excepção; de cuja materia”.

⁸⁵⁸ A defesa de Antônio Carlos Furtado de Mendonça consta no acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, no grupo documental I-31, 26, 1 (Documento relacionado às sentenças dos envolvidos com a invasão espanhola. Manuscritos avulsos) e no I-03, 15, 002 (“Collecção Benedicto Ottoni” - Defesa d’Antonio Carlos Furtado de | Mendonsa, respeito á entrega da Ilha de S. Catarina). Acreditamos que o documento da coleção Benedicto Ottoni é uma cópia do presente no grupo I-31, 26, 1. Além disso, a revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro editou o documento no século XIX (Defesa de Antonio Carlos de Furtado Mendonça. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 28 e 29, tomo 27, 1864.), com base na cópia de “Benedicto Ottoni”, que na época ainda pertencia a hoje inexistente Biblioteca Fluminense.

⁸⁵⁹ BR_BN_I-31, 26, 1, n. 09.

ocupava o cargo de governador da ilha. Além disso, Furtado de Mendonça, na prisão, disse que também não podia confiar nos oficiais da Relação do Rio de Janeiro, como no caso de Pedro Correia Lima, que segundo ele, era “sugeito da intima familiarid.^e do d.^o Ill.^{mo} Ex.^{mo} Mar | quez Vice Rey, q quase todos os dias, ou noites vai a sua caza donde gasta m.^{tas} horas, na mesma | caza do ditto Lima”.⁸⁶⁰ Certamente, Furtado de Mendonça contava com parceiros, já que sabia o que se passava no Rio de Janeiro mesmo estando confinado.

Depois que o desembargador Bernardo de Salazar deixou a prisão onde estava Furtado de Mendonça e leu ao vice-rei as apavorantes acusações do general, D. Luís de Almeida se mostrou bastante consternado, mas pediu que Bernardo de Salazar voltasse a interrogá-lo e declarasse que ele podia enviar todas as suas considerações à rainha e que suas acusações eram sem fundamento. Porém, quando Bernardo de Salazar leu as considerações de Lavradio ao general, o militar continuou sem se rebaixar ao vice-rei, pedindo que fosse julgado em lugar onde Lavradio não estivesse governando. Assim, Bernardo de Salazar e seu escrivão registraram,

Respondeo q’ se remettia a tudo, quanto tinha ditto, e q’ de S. Mag.^e fosse servi | da, ouvido em Juizo livre, e não suspeito diria elle Respondente tudo q.^{to} se lhe offere |cer, e se for servida não ouvir, faça-se a sua R.^L vont.^e, e q’ protestava pelos privilegios | de Cavalleiro da ordem de Christo.⁸⁶¹

Verificarmos as amarrações do general para se isentar da culpa, enfrentando sem medo o vice-rei, além de acusá-lo de articular contra ele. Porém, como Lavradio reagiu às declarações de Antônio Carlos Furtado de Mendonça? Como representou à corte tais questões?

Na importante carta, já citada, enviada em maio de 1778, Lavradio compartilhou com Martinho de Melo e Castro o que estava acontecendo no vice-reino em torno das averiguações sobre a investigação da perda da ilha. Segundo D. Luís de Almeida, todos os réus e outros oficiais que tinham sido interrogados pelos responsáveis da devassa, ofereceram respostas cheias de respeito,

⁸⁶⁰ BR_BN_I-31, 26, 1, n. 09.

⁸⁶¹ BR_BN_I-31, 26, 1, n. 09.

obediência e sinceridade, enquanto Furtado de Mendonça fez uso de termos descomedidos e se negou a responder a algumas questões. O general argumentava que apenas iria responder à rainha diante da suspeição, embora Bernardo de Salazar afirmasse que aquela etapa do processo não dava lugar à suspeição e que ele teria espaço para isso no devido momento. Mas, segundo Bernardo de Salazar o general “alterou-se em gritos, e transportes me | nos comedidos, de sorte que o Ministro vendo-se perturbado, mandou | escrever tudo, o que elle foi dizendo”;⁸⁶² além disso, o general exigia que fosse acrescentado ao processo alguns apontamentos que ele tinha feito, elaborados “por hum Letrado, ho | mem muito orgulhozo, e maô, que a 10 para 11 annos se acha | prezo nas Cadeyas desta Cidade”.⁸⁶³ Com tais palavras, D. Luís de Almeida demonstrou as apelações de Antônio Carlos Furtado de Mendonça.

Na continuação da carta, o marquês do Lavradio escreveu a Martinho de Melo e Castro,

Toda a sua alegação, hera | hum Libello infamatorio contra mim; isto hé repetindo desacertos, | e violencia, que elle julgava, eu tinha feito no tempo do meo gover || governo: E ainda que o respeito, e obediencia, que eu tenho as Leys; e o mo | do porque me tenho conduzido, hé publico, e notorio, com tudo, quando seja | preciso, eu justificarme de huma acuzação semelhante, o poderá fazer por | mim o Conde de Villa Verde, a quem remetto os Documentos autenticos, | que faraõ a minha justificação. |⁸⁶⁴

Embora Lavradio tenha declarado que não precisava se defender, elaborou sua defesa, encaminhando-a ao conde de Vila Verde, seu genro e constante correspondente. Sabiamente, D. Luís de Almeida não partiu para o ataque do general, como ele estava fazendo, mantendo uma posição de governador compreensivo diante dos problemas dos seus subordinados. Para isso, argumentou acreditar que o desconcerto do general, diante da situação, era

⁸⁶² Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

⁸⁶³ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

⁸⁶⁴ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

proveniente das repetidas moléstias de que sofria, concluindo: “Há annos que padece huãs dores de En | chaqueca, taõ extraordinarias, que chega a perder o sentido, e quando | say destes ataques, ouço que fica insoportavel, partindo com todos sem | nenhuma prudencia”.⁸⁶⁵ E, para confirmar suas conclusões – “a certeza deste meo discurso” –, Lavradio ainda acrescentou que dois dias depois de atacá-lo, o general teria mandado um filho natural procurá-lo, para saber como passava, com lisonjeiros cumprimentos. Acrescentando, “Esta grandissima desordem de cabeça creyo | ter sido a cauza principal do que elle praticou, e fes praticar na | Ilha, porque por falta de valor, e fidelidade, posso segurar a V.E.^a q | nem elle nem nenhum dos outros, na exucção de algum, não tem a | mais Leve culpa”.⁸⁶⁶ Neste sentido, percebemos que a estratégia de D. Luís de Almeida foi defender-se das acusações de Furtado de Mendonça, sem afrontá-lo e sendo complacente, considerando que era um português de valor. Uma atitude que não tomou diante de MacDouall, ao acusá-lo de modo veemente, sobretudo, por não ter em suas veias o honrado sangue luso.

No acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, consta um extenso documento, formado por 220 parágrafos, em defesa de Furtado de Mendonça, que embora não registre a data e nem quem o escreveu, seguramente foi elaborado pelo advogado do general. No início do documento, o autor da defesa argumentou que sua função seria debater a perda da ilha, acontecimento em que houve culpados, “culpa em q elle [o general] devia ser o accuzador; mas nunca o accuzado”.⁸⁶⁷ A defesa começou declarando as péssimas condições da ilha de Santa Catarina, encontradas quando o general chegou para prepará-la militarmente, ou seja, sem nenhuma condição de defesa. Portanto, para o defensor “Se a Ilha não podia defender-se a menos, q não fosse na espe | rança, q D.^s mandasse do Ceo o Anjo Exterminador, q tirasse de | hu, só golpe a todos os invazores a vida: fica mais q evid.^{te} a in | nocencia do R., e a injust.^a da sua accuzação por evacuar a | Ilha sem proceder combate”.⁸⁶⁸ O defensor ainda

⁸⁶⁵ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

⁸⁶⁶ Carta do 2º marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1778, AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.

⁸⁶⁷ BR_BN_I-31, 26, 1, n. 02.

⁸⁶⁸ BR_BN_I-31, 26, 1, n. 02.

afirmou que Furtado de Mendonça não poderia ser acusado de se retirar da ilha, sem disparar um tiro em sua defesa, pois, isto era “hua refle | xão superficial, q apparece a pr.^a vista, e os inim.^{os} do R. | aproveitando-se della, trabalhaõ p.^a engrossa-la, e forcejaõ a dar-lhe grd.^e corpo. A sombra desta fantasma querem, q fi | que incoberta a sua propria culpa, e se salve o verdadeiro | culpado”.⁸⁶⁹ Quem era o verdadeiro culpado? Ao olhar de Antônio Carlos era o vice-rei, D. Luís de Almeida, pois tinha sido falho no envio dos apetrechos que a ilha necessitava e por não enviar de modo correto as instruções vindas da corte.

Por fim, chegamos a “Defeza d’Antonio Carlos Furtado de | Mendonsa, respeito á entrega da Ilha de S. Catarina”.⁸⁷⁰ O documento não possui datação e é formado por uma narração em defesa de Furtado de Mendonça apresentando, primeiramente, um histórico da vida do militar ao serviço da coroa portuguesa. A narrativa da defesa foi construída com a citação de algumas correspondências entre o general e o vice-rei, com o objetivo de enfatizar as contradições entre a escrita e o que realmente se passava na ilha. Segundo o narrador, raramente chegava à ilha o que era pedido e quando chegava nunca era de modo completo, embora se dissesse ao suplicante que seguia tudo o que pedia. “A primeira vez que elle experimentou esta contradição en | tre a escripta e a remessa, escreveo ao Marquez Vice Rei com assas des | embaraço, por politica lançava a culpa sobre outrem, mas ao m.^{mo} || [f 3v] tempo falava com expreções fortes e pedia sem melindre o que | lhe era indispensavel”.⁸⁷¹ Para o narrador, Furtado de Mendonça teve que mudar de estratégia ao se comunicar com o vice-rei, portanto, “adoçou os termos com que escrevia e pintava-se na mais umil | de postura para ver se asim alcançava melhor e como se fose | graça em beneficio pessoal o soccorro que pedia só para a defe | sa da Ilha”.⁸⁷² Cabe ressaltar que D. Luís de Almeida enviou inúmeras cartas à corte solicitando materiais bélicos e nada recebia, levando em torno de quatro anos para receber pela primeira vez parte do que necessitava, conforme já argumentamos neste capítulo. Por conseguinte, a mesma argumentação do general foi muitas vezes a do vice-rei, o

⁸⁶⁹ BR_BN_I-31, 26, 1, n. 02.

⁸⁷⁰ BR_BN_I-03, 15, 002: “Collecção Benedicto Ottoni” - Defeza d’Antonio Carlos Furtado de | Mendonsa, respeito á entrega da Ilha de S. Catarina.

⁸⁷¹ BR_BN_I-03, 15, 002_f 3-3v.

⁸⁷² BR_BN_I-03, 15, 002_f 4v.

que revela a má condição da colônia, não sendo atendida pelo reino e também indicando que Portugal já não era a mesma potência dos séculos anteriores.

Outro argumento muito utilizado por Furtado de Mendonça foi a má escolha do governador da ilha de Santa Catarina, Pedro Antônio da Gama e Freitas. Segundo o suplicante, Gama e Freitas não passava de um protegido de Lavradio, sem possuir condições para assumir o cargo recebido. Deste modo, afirmou que as perguntas elaboradas no interrogatório da devassa estavam “concebidos em termos de criminares ao Sup.^e e ficar o Go | vernador canonizado”.⁸⁷³ O mesmo argumento declarado por MacDouall, ao anunciar abertamente o desconhecimento da corte sobre a real situação da ilha, foi utilizado pelo general, e ao comentar em relação à carta que transmitiu as últimas instruções para a defesa da ilha, declarou

Estas palavras em lugar de mitigarem, exacerbarão mais a | dôr e aflição do Sup.^e ele via por esta carta huma pintura horro | roza da penuria da Capital, donde ele esperava que com eficacia e | prontidão fosse socorrido poderozam.^{te}: via hum poder formidavel | expedido na Europa sobre esta Ilha, via que a Corte supunha | a Ilha na maior segurança, e que entretanto os fundamentos desta | segurança todos erão falços.⁸⁷⁴

Da corte chegaram instruções que não condiziam com a realidade da ilha e que Lavradio, embora também não conhecesse a capitania de Santa Catarina pessoalmente, sabia das contradições. Questões pertinentes a um governo que funcionou a distância e com base em representações escritas que na maioria das vezes misturavam preocupações pessoais e públicas, em uma mesma engrenagem administrativa. Eis o que consta na descrição dos momentos da invasão “O Sup.^e de huma parte olhava para a sua onra adquerida | com imensas fadigas e risco em 3 das 4 p.^{tes} do Mundo aonde tinha mi | litado, no ponto de perder-se agora sim ele dar ocazião, e por culpa de | quem tinha faltado o plano de instrução que a Corte deu para a de | feza”.⁸⁷⁵ Acrescentando, que o general viu-se consternado diante da decisão que precisou tomar, tendo que decidir se

⁸⁷³ BR_BN_I-03, 15, 002_f 7v.

⁸⁷⁴ BR_BN_I-03, 15, 002_f 7v.

⁸⁷⁵ BR_BN_I-03, 15, 002_f 14v.

defendia a ilha, mesmo sabendo que não possuía forças para tal, ou preservava a vida de tantos “innocentes sem esperan | ca de utilidade, só por capricho e por obstinação”.⁸⁷⁶ Deste modo, Furtado de Mendonça precisou decidir entre a honra pessoal e a da corte, optando, segundo ele, por salvar os inocentes vassalos, comprometendo sua imagem.

A defesa terminou com o suplicante lamentando, por “não ter perdido esta vida no leito | da honra, como tantos dos seus gloriosos maiores pelo servisso de V. | Mag.^e”.⁸⁷⁷ Mas, esperava que a rainha pudesse julgá-lo considerando tudo que tinha feito em nome da nação portuguesa, embora os resultados não tivessem sido os mais felizes. O comandante MacDouall esperou pouco mais de dois anos para ser libertado, talvez por ser estrangeiro e Portugal temer qualquer problema com os ingleses. Porém, Antônio Carlos Furtado de Mendonça esperou mais de seis anos para que a rainha sentenciasse o processo dos acusados. Segunda a sentença, Furtado de Mendonça, ao tomar posse do governo militar da ilha, “naõ omittia dilig.^{ca} alguma | necessr.^a p.^a a pôr em estado da possível defeza, mandando cons | truir as fortificaçoens, q.’ lhe pareceraõ precisas conforme a sua in | telig.^{ca}”.⁸⁷⁸ Portanto, não podia ser culpado pela invasão e para a sentença os militares foram verdadeiros em seus anseios de almejem oferecer até a última gota de sangue, em nome de Portugal, porém as condições não foram favoráveis, assim, os militares, incluindo o general, eram declarados isentos de culpa e deveriam “melhorar de Póstos, como | merecem pelos seus procedim.^{tos}”.⁸⁷⁹ Passados três anos da sentença, a rainha publicou um decreto que libertava os militares e ordenava que todo o assunto referente à invasão fosse esquecido e que a família dos militares que morreram na prisão recebessem os soldos atrasados e honrarias. A esta altura, D. Luís de Almeida já estava em Portugal havia seis anos e talvez tenha comemorado a atitude da rainha em ordenar o esquecimento dos acontecimentos de fevereiro de 1777.

⁸⁷⁶ BR_BN_I-03, 15, 002_f 14v.

⁸⁷⁷ BR_BN_I-03, 15, 002_f 16v.

⁸⁷⁸ “Cópia da Sn.^{ca} do Conc.^o de Justi.^a respectiva | aos reos da Ilha de S.^{ta} Catharina, 01 de julho de 1783”. BR-BN_I-31, 26, 1, n. 12_f 1v.

⁸⁷⁹ BR-BN_I-31, 26, 1, n. 12_f 2v.

Por fim, quem foi o culpado pela invasão castelhana na ilha de Santa Catarina? Para D. Luís de Almeida o principal culpado foi o comandante Roberto MacDouall. Para Antônio Carlos Furtado de Mendonça, foi o vice-rei, 2º marquês do Lavradio. Para alguns estudos do início do século passado, foi José Custódio de Sá e Faria, um importante engenheiro militar português que durante a invasão desertou e seguiu viagem com os espanhóis para Buenos Aires. Para esta pesquisa, não existiu um culpado, mas uma série de fatores decorrentes do fraco poder bélico de Portugal. Entretanto, nosso objetivo não foi identificar um novo culpado ou reafirmar os velhos, nos já passados quase dois séculos e meio de história. As considerações aqui desenvolvidas caminharam no sentido de apresentar as argumentações de D. Luís e seus *culpados* ao buscarem afastar a imagem da perda da ilha de suas carreiras, já que tão importante quanto a preservação do território, era a conservação de uma boa imagem como governador, especialmente, no regresso a Lisboa. Assim, os envolvidos fizeram uso de muitas palavras e transmitiram ao papel sentimentos e considerações em torno do fato, sobretudo, D. Luís de Almeida, que viu na invasão um grande problema para sua imagem. Porém, das poucas informações que possuímos referentes a sua vida após deixar o Rio de Janeiro, a invasão não deixou grande marcas, já que continuou sendo atuante na administração portuguesa. Talvez, a grande marca tenha permanecido apenas no coração de D. Luís, ao sofrer no corpo as dores do território, temendo a honra de sua casa. Além disso, cabe lembrar que a ocupação castelhana durou apenas um ano, mas repercutiu nos conselhos de guerra por quase uma década, terminando com a soltura dos condenados, mas não alcançando o objetivo final da rainha ao ordenar que o ocorrido fosse esquecido, pois as sensações de fala presentes na correspondência, junto a outros documentos, continuam murmurando o que o tempo deixou para trás e a História retoma a cada incursão aos arquivos e bibliotecas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marquês de Pombal, em abril de 1774, escreveu a D. Luís de Almeida e com as seguintes palavras iniciou sua carta,

O meu esteril tinteiro he hum falso testimu | nho do meu immutavel affecto, e da minha cons | tantissima veneração e amizade. Ambas tem | sempre assistido a V.Ex.^a com os possiveis affec | tos, ainda que não fossem acompanhados com pala | vras, pela Secretaria de Estado competente | Por ella terá visto, e verá agora V.Ex.^a o muito | que me interesse na reputação do seu Governo, | e o muito que dezejo concorrer para que V.Ex.^a | se livre nelle de cuidado.⁸⁸⁰

Neste trecho, o conhecido como poderoso secretário de governo, do ministério de D. José I, confirma sua relação de proteção e interesse pelo governo de D. Luís de Almeida, sendo que esta relação de apadrinhamento e proteção foi tantas vezes aclamada pelo vice-rei em sua correspondência. Porém, diferente do tinteiro de Pombal, como ele o representou, o do 2º marquês do Lavradio não foi estéril, mas, altamente produtivo, tamanha a quantidade de cartas que produziu durante o seu governo, o que se comprova no *corpus* desta tese.

Um dos objetivos deste trabalho foi alcançado ao conseguir reunir grande parte desta correspondência ainda existente, pois sabemos que o *corpus* não representa toda a escrita de D. Luís de Almeida, durante sua permanência no Brasil. Algumas cartas não foram preservadas na época e outras foram sumindo com o passar do tempo, ou ainda não foram localizadas. Esta pesquisa conseguiu reunir cartas ainda não conhecidas pela historiografia colonial e possibilitou o conhecimento de cartas com o conteúdo já analisado, mas em materialidades diferentes. Pois, uma das investidas de análise deste trabalho foi procurar reunir a escrita de D. Luís de Almeida em suas materialidades diversas: avulsos e códices, cópias e originais – reunidas em coleções, livros e fundos. Ao

⁸⁸⁰ Carta do marquês de Pombal ao 2º marquês do Lavradio, Nossa Senhora da Ajuda, 22 de abril de 1774, AHU_Cod_1787_f 97v (Códice 1787 – Coleções de Registos de ofícios e minutas remetidos para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande e Nova Colónia do Sacramento. 1 vol.).

estudarmos estas cartas, percebemos que apenas se conhece a vida de Lavradio na sua relação com a América portuguesa, pois encontramos pouquíssimas informações sobre D. Luís depois de seu retorno a Lisboa. Talvez, para a geração que o seguiu apenas importou preservar a memória do vice-rei, do homem de governo ultramarino e não as cotidianidades de sua vida. Embora, através de sua correspondência foi possível esboçar alguns traços deste setecentista que tanto se dedicou a escrever e ditar cartas enquanto viveu longe da quinta da Conceição.

Da curta vida de D. Luís, que contou com seis décadas, aproximadamente 11 anos receberam muitas representações escritas. Período marcado pelo dia que deixou Lisboa, 24 de fevereiro de 1768, para desembarcar na capitania da Bahia, regressando, partindo do Rio de Janeiro, em junho de 1779, avistando o Tejo por volta de 60 dias depois. Certamente, a distância e a peculiaridade dos governos ultramarinos foram os motores de tanta escrita, além das obrigações administrativas. Nas cartas os muitos personagens ocupados por D. Luís de Almeida precisaram representar-se: o pai ausente, o sobrinho assustado, o marido preocupado, o irmão atencioso, o avô melancólico, o amigo aflito por companhia, notícias e conversações. Mas, também o chefe da casa Lavradio foi um personagem atuante, tantas vezes cuidadoso com a reputação e honra da casa. Por fim, ainda o personagem vice-rei seguiu sua trajetória, chegando à corte, frequentemente, solicitando ajuda, instrução, notícias, o seu regresso a Lisboa, e manifestando as problemáticas do governo colonial intrinsecamente ligadas às indeterminações do poder vice-reinal e oferecendo fortes indícios do desmantelamento do sistema colonial – ao tio escreveu: “finalm.^e parece couza | vergonhaza q hum VRey do Brazil viva em tanta mize | ria Como os trez ultimos q tem havido, tem Sucedido, e a mim | mais q a todos eles”.⁸⁸¹

Esta tese buscou apresentar D. Luís de Almeida não somente na forma pela qual foi, muitas vezes, lembrado pela historiografia: como o vice-rei que incentivou mudanças na capital do vice-reino, dedicou-se aos diferentes cultivos e governou em época de intenso conflito nas fronteiras da América meridional.

⁸⁸¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1771, BR-AN_C_1095_f 295. Esta citação também foi utilizada no capítulo 3.

Buscou-se, também, oferecer sentido à trajetória do homem D. Luís de Almeida, que sofreu, se divertiu, empreendeu, foi curioso, preocupou-se, enfim, sentiu, e para manifestar seus diferentes sentimentos compôs muitas cartas. Sendo que não só as produziu como cuidou delas, já que muitas estão preservadas porque D. Luís iniciou o processo de conservação com a formação dos livros de copiadores. Assim, podemos dizer que D. Luís de Almeida foi um astuto conhecedor da prática epistolar, sabendo posicionar-se, de acordo com seus diferentes personagens, diante de cada um dos seus destinatários.

Outra iniciativa desta tese foi estudar a carta e suas sensibilidades, considerando as sensações que brotavam no ato da escrita setecentista. Estas sensibilidades foram chamadas de *sensação de fala* e *sensação de escuta*, para, então, expressarmos a hipótese de que a carta moderna carregava a voz do remetente ao destinatário, permitindo-lhe entrecruzar sentidos, – ouvir através dos olhos. Sendo que esta análise nos levou a considerar que o modo de expressar intimidades a distância também passou pela forma como o indivíduo se relacionava com a prática epistolar. Pois, para uma sociedade baseada na contenção dos sentimentos, já que as sociabilidades se expressavam com sentimentos medidos e não afluídos, ao se ouvir o outro, na percepção da sensação de fala e escuta, não existia espaço para a exposição da intimidade, como a conhecemos nas manifestações empreendidas a partir do século XIX. Deste modo, o estudo dos manuais de escrita e de prática epistolar moderno foram fontes especiais para dar sentido a estas constatações. Assim, nos dedicamos com mais afinco ao manual de secretário de Francisco José Freire, *O secretario Portuguez*.

O estudo quantitativo e qualitativo do *corpus* da tese foi um empreendimento trabalhoso ao reunir tantas cartas em diferentes materialidades e instituições de guarda. Porém, objetivou adentrar na História da Cultura Escrita considerando que o documento possui história e trajetória, já que não foram e ainda estão preservados de modo fortuito. Pois, diferentes intenções se interligaram para que a correspondência de D. Luís de Almeida, este riquíssimo acervo, ainda existisse no nosso século. Além disso, nos mostrou as várias faces

da escrita de D. Luís, das minutas às edições, as quais abrigam características particulares de suas etapas.

A escrita de D. Luís de Almeida ainda nos permite acompanhar o sentido do governo a distância, imbricado aos sentidos da escrita de cartas e suas implicações, considerando-se a demora do circuito epistolar, em função: da distância, dos possíveis problemas materiais com as embarcações e que ainda podiam ser apreendidas por estrangeiras e as intempéries. Portanto, o governo a distância foi pautado pelo tempo da carta. O não atracamento de naus no porto do Rio de Janeiro gerou fortes consequências para a administração colonial, o que D. Luís manifestou em suas cartas e, em uma delas, escreveu: "Eu continuo a não receber respostas dos meus Off.^{os}, e por com || consequencia hir Governando as Segas, no risco de fazer repetidos | desáSertos; confeço a VEx.^a q esta Situação hé q ingraveçe mais as | minhas queixas, e me faz todo aborrecim.^{to} deste Emprego".⁸⁸²

Um aspecto bastante característico do governo de D. Luís de Almeida foi governar a colônia olhando para a corte. Pois, preocupou-se constantemente com o modo como suas ações eram recebidas pelo rei, depois rainha, e seus secretários de governo. Por isso, a invasão da ilha de Santa Catarina, tematizada no terceiro capítulo, foi um tema tão melindroso para D. Luís de Almeida, carregado de inquietações e articulações. Mas, sabemos que o governo do 2º marquês do Lavradio foi bem recebido pela corte. José d'Almeida Correia de Sá, o 6º marquês do Lavradio, na obra dedicada a D. Luís de Almeida,⁸⁸³ fez várias citações de um dito relatório encaminhado por Lavradio ao secretário, Visconde de Vila Nova da Cerveira,⁸⁸⁴ que passou a atuar depois da saída do marquês do Pombal, com a morte de D. José I. Infelizmente, não localizamos em nenhum dos acervos pesquisados este documento, que na verdade foi uma carta de Lavradio, na qual relatou o seu governo, como se pode constatar na carta do marquês de Angeja a D. Luís, "Meu Primo meu Amigo e meu Snr já respondi a Carta de | V. Ex.^a de vinte de Julho deste anno, agora faço resposta a outra osten | siva

⁸⁸² Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1771, BR-AN_C_1095_f 310-310v.

⁸⁸³ Conferir bibliografia.

⁸⁸⁴ Visconde de Vila Nova da Cerveira, secretário de Estado do Reino, Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles.

dirigida ao Visconde de Villa nova da Cerveira, em que V. Ex.^a narra | a historia do Seu Governo nessa Capitania".⁸⁸⁵ Além disso, nesta carta de Angeja, um dos novos membros da administração ultramarina, no reinado de D. Maria, ele representou como visualizava as ações de D. Luís, enfatizando suas qualidades,

A dexteridade em governar Povos, a politica em trazer | satisfeitos ainda aquelles que não podiam accommodar-se a Sua au | toridade, a dissimulação em disfarçar indiscretas sem razoes, a | moderação no uso do poder, que se lhe havia confiado, e emfim os talen | tos militares, de que sempre V. Ex.^a deo as infelices admiraveis provas, todas | estas circunstancias são irrefragaveis testemunhos da consumada | prudencia com que V. Ex.^a se dirigio no seu Governo, e outras tantos | elogios do grande zelo, com que se dedicava ao Real Serviço.⁸⁸⁶

Para a corte o governo do 2º marquês do Lavradio se consagrou com zelo e prudência, atributos inerentes ao bom governador setecentista. Portanto, D. Luís de Almeida alcançou o objetivo de não fazer do seu governo a ruína de sua reputação, mesmo diante de tantos problemas.

Todas as cartas de D. Luís citadas nesta tese demonstraram suas representações, assim, não objetivaram indicar a verdade, mas a verdade que Lavradio escolheu expressar, considerando-se o vasto conhecimento que possuía do poder da palavra escrita. Por exemplo, ao tio Tomás de Almeida, as palavras foram sempre de sacrifício, cansaço, temeridades e poucas vezes de alento. Já o trato com Antônio Carlos Furtado de Mendonça foi um pouco mais ameno, no qual a realidade de Lavradio não pareceu tão penosa, embora, com o episódio da invasão castelhana tenham se desentendido. Em novembro de 1775, D. Luís escreveu a Furtado de Mendonça, manifestando que reconhecia os problemas da velhice do amigo, porém, "o seu espirito nunca deixará de ser m.^{to} superior a sua id.^e, e a todos os mais acontecimentos do tempo". Na sequência, desabafou com liberdade, livre das amarras da aparência,

⁸⁸⁵ Carta do marquês de Angeja ao 2º marquês do Lavradio, Vila Viçosa, 19 de novembro de 1777, PT-BN_Col_Brasil_nº 98.

⁸⁸⁶ Carta do marquês de Angeja ao 2º marquês do Lavradio, Vila Viçosa, 19 de novembro de 1777, PT-BN_Col_Brasil_nº 98. No verso do documento consta a seguinte anotação: "Respondida a 28 de Fev^r de 1778". O que marca o cuidado organizacional de Lavradio e seus secretários junto às cartas.

Eu vou passando cada vez mais moso, em hua vida vadia rodiada de devertimentos, de sorte q por não ter q fazer athé estou vivendo no Campo, e todo este descanso, e bom temperamento me esperancya, q' poderei conservar a mais perfeita saude athe p.^a tratar a V. Ex.^a. com o mayor carinho na Sua rabugenta velhise. Pareceme q por hora basta de Marques do Lavradio, e hé tempo de falar com V. Ex.^a. o V. Rey de Est^o.⁸⁸⁷

No mesmo dia, Lavradio escreveu ao governador da ilha de Santa Catarina, dizendo: "A grandissima lida em q^e tenho estado | como V. Ex.^a. será julgado pelas diferentes no | ticias q sairão desta Capital, não me pre | mitem q lhe possa escrever tantas vezes, | e tanto por extenço como o desejava".⁸⁸⁸ Ao governador de Minas Gerais, o estimado amigo D. Antônio de Noronha, escreveu um dia depois, "Eu continuó a não té poder escrever mais largamente; (...). Fique voce embora com os seó Sigarro, enquanto eu cá | vou usando da minha agoá fria".⁸⁸⁹

Estas foram as representações de Lavradio manifestadas aos companheiros que residiam na colônia. Na mesma época das cartas acima citadas, escreveu ao amigo Manuel Francisco da Silva Veiga, desembargador que tinha servido no Brasil, mas já estava no reino:

Passando agora a tratar da minha Saude, devo dizer | a vm, que neste anno, com os nunca visto Calores que tem fei | to, tenho passado taõ incomodado, que me foi preciso vir pa | ssar algum tempo para este Citio da Gloria, aonde me acho | a tres mezes, e Creyo me-conservarei nelle athé o fim de Fevereiro, |

⁸⁸⁷ Carta (minuta) do 2º marquês do Lavradio a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1775, PT-BN_Col_Brasil_nº 30. Nesta transcrição não consta a indicação das quebras de linha, já que quando foi realizada ainda não tínhamos definido as regras de transcrição. Entretanto, mantém a ortografia e a gramática do original.

⁸⁸⁸ Continuação: "prin | cipal m^{te} q^{do} eu na Carta do General dessa | repartição me alargo tanto premetindolhe | comonique a V. S.^a. o q he mais importante | do meu Officio, o q suposto serve só esta | para segurar a V. S.^a. a m^a amiz^e e estima | (...) As novidades do Pais darlheyão os outros | q tem mais tempo do q eu, e para mim Só rezer | vo o Concervarem com ~~mais vontade a dar a~~ *mayor vont.^e para em tudo dar gosto* | a VS.^a D.^s g.^e a VS. muitos annos Rio a 24 de | Novembro de 1775. | S.^r Coronel Pedro Ant.^o |". Os trechos rasurados estão conforme a minuta e os em itálico indicam que foram escritos na entrelinha. Carta (minuta) do 2º marquês do Lavradio a Pedro Antônio da Gama e Freitas, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1775, PT-BN_Col_Brasil_nº 29.

⁸⁸⁹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Antônio de Noronha, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1775, BR-AN_C_1096_f 136.

tempo em que se poderá passar, dentro da Cidade com menoz
| incomodo. |⁸⁹⁰

Com estes trechos vemos D. Luís de Almeida sobre diferentes perspectivas – variando de acordo com o remetente e espaço de intimidade existente entre eles. Assim, o que para Gama e Freitas e Antônio de Noronha foi retratado como período de muito trabalho, para Furtado de Mendonça foi uma época de profundo descanso. Já a Silva Veiga o motivo de não estar na capital, foi o calor. Entretanto, a Furtado foi uma opção pela “vida vadia rodiada de divertimentos, de sorte q por não ter q fazer athé estou vivendo no Campo”. Mas, a livre *sensação de fala* pertencia ao marquês do Lavradio, enquanto os temas do restante da carta incumbiam ao vice-rei – “Pareceme q por hora basta de Marques do Lavradio, e hé tempo de falar com V. Ex.^a. o V. Rey de Est^o”. No entanto, D. Luís de Almeida, como um homem de corte, cuidadosamente, ponderou suas sensações de fala, pois, como consta na epígrafe desta tese, “o cazo não está em ser Gentil Homem, o ponto está q’ | a todos asim o pareçaõ”.⁸⁹¹ Encerramos assim esta pesquisa que através das cartas de D. Luís de Almeida, analisou as práticas de escrita e alguns dos meandros do governo colonial com foco no século XVIII.

⁸⁹⁰ Carta do 2º marquês do Lavradio a Manuel Francisco da Silva Veiga, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1776, BR-AN_C_1096_f 139.

⁸⁹¹ Carta do 2º marquês do Lavradio a Tomás de Almeida, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1770, BR-AN_C_1095_f 266.

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA

D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguilar Fiel de Lugo
Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre
4º conde de Avintes
2º marquês do Lavradio

1729	Nascimento: 27/06. Local: quinta da Conceição, em Lisboa.
1729	Batizado: 27/07. Local: Ermida de Nossa Senhora da Conceição (edificada pelo bisavô, 2º conde de Avintes, na quinta da Conceição). Padrinhos: avôs paternos, D. Luís de Almeida (3º conde de Avintes) e Joana Antônia de Lima. Chefe de cerimônia: D. Tomás de Almeida, 1º Patriarca de Lisboa.
1739	Com dez anos assentou praça no regimento de infantaria de Elvas, onde o pai era coronel.
1741	15/12: assentou praça em outro regimento. 25/11: foi promovido a capitão. Tornou-se o 4º conde de Avintes.
1746	Recebeu a dedicatória da segunda edição da obra: <i>O Secretario Portuguez Compendiosamente Instruido no modo de Escrever Cartas</i> , de Francisco José Freire. Foi armado cavaleiro.
1749	Viajou para Madri e Paris com o objetivo de estudar arte militar. Em Madri, tinha parentes próximos, por ser neto (lado materno) da condessa de Santa Cruz, D. Teresa de Moscovo, filha do marquês de Almazan.

Na França fez alguns contatos e conseguiu que vários militares franceses fossem servir em Portugal.

1752	Casou-se com D. Mariana Teresa Rita de Távora.
1761	14/03: foi promovido a coronel e, como tal, comandou o regimento de Cascais, e pela forma como o disciplinou recebeu em sua bandeira a palavra <i>Exemplo</i> , através de carta régia. 06/07: foi elevado a 2º marquês do Lavradio, por carta régia de D. José I.
1763	10/06: foi promovido a brigadeiro, após participar das campanhas da sucessão da Espanha, onde também conseguiu prestígio junto ao conde de Lippe que o indicou a brigadeiro.
1767	26/08: foi nomeado governador da capitania da Bahia. No dia 25 de setembro, prestou homenagem ao rei pela nomeação.
1768	24/02: deixou o porto de Lisboa. 07/04: pisou pela primeira vez na América, em Pernambuco, para desembarcar o conde de Povolide. 18/04: chegou à Bahia. 19/04: tomou posse do governo da capitania da Bahia. 21/04: assumiu a Relação da Bahia.
1769	08/04: foi nomeado vice-rei do Brasil. 17/07: chegada da nau de guerra Nossa Senhora dos Prazeres, comandada por Manuel de Mendonça e Silva, ao porto da Bahia, trazendo a carta régia com a nomeação de D. Luís de Almeida ao cargo de vice-rei. 10/10: entregou o governo da Bahia ao conde de Povolide. 14/10: embarcou, na nau de guerra Nossa Senhora dos Prazeres, rumo ao Rio de Janeiro. 31/10: chegou à capital do vice-reino. 04/11: assumiu o cargo de vice-rei. 07/11: D. Luís de Almeida assumiu a Relação, como fez na Bahia.
1772	Criou a Academia Científica do Rio de Janeiro com interesses em história natural.
1774	22/07: foi promovido a tenente-general.
1777	Foi nomeado conselheiro de guerra, nos meandros das demarcações instituídas pelo tratado de Santo Idelfonso – assinado em

	01/10/1777.
1778	30/04: Luís de Vasconcelos e Souza foi nomeado vice-rei do Brasil 25/09: a coroa enviou carta a D. Luís comunicando o seu sucessor e, em dezembro, foi recebida a notícia.
1779	05/04: transferiu a Luís de Vasconcelos e Souza o cargo de vice-rei. 12/06: partiu do Rio de Janeiro, rumo ao reino na fragata Nossa Senhora de Nazaré, comandada pelo capitão Antônio Januário do Valle. Pelas condições do mau tempo a embarcação só seguiu viagem no dia 19. 20/08: D. Luís de Almeida chegou a Lisboa, depois de onze anos na América. Depois de 1779, quando regressou ao reino, foi designado: inspetor-geral das tropas do Alentejo e Algarve, veador da rainha e condecorado com a grã-cruz da Ordem de Cristo.
1786	Tornou-se presidente do desembargo do Paço.
1788	23/07: D. Luís de Almeida foi nomeado governador da Torre de São Julião da Barra, com o posto de tenente-general.
1790	02/05: faleceu em Lisboa. 18/08: D. Luís de Almeida foi homenageado no Rio de Janeiro com a leitura da oração fúnebre.

DADOS BIOGRÁFICOS DOS FAMILIARES DE D. LUÍS DE ALMEIDA

	<p>D. Luís de Almeida - 3º Conde de Avintes. ★ 1669 † 04/1730.</p>
AVÓS PATERNOS	<p>Foi comendador de Santa Maria de Lamas e de São Martinho de Lardosa na Ordem de Cristo, Gentil-homem da Câmara do infante D. Francisco e estribeiro-mor. Joana Antônia de Lima - † 17/04/1730</p>
PAI	<p>D. Antônio de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo. ★ 01/05/1701 (Lisboa) † 04/06/1760 (Bahia). 1725: elevado a 1º conde de Lavradio [entre os Almeida] (Carta Régia de D. João V – 17/06/1725). 1748: tomou posse como capitão e governador-geral de Angola, até 31/07/1753. 1753: elevado a 1º marquês do Lavradio - carta régia de D. José I – 18/10. 1754: nomeado coronel do regimento de infantaria da corte. 1757: promovido sargento-mor-de-batalha. 1760: posse do governo da Bahia como vice-rei, em 09/01/1760.</p>
MÃE	<p>D. Francisca das Chagas Mascarenhas ★ 1707 † 03/1733. Casamento: 09/10/1726.</p>
IRMÃOS	<p>D. Joana de Almeida. ★ 30/08/1730. Freira do Mosteiro da Luz. D. Martinho de Almeida. ★ 01/10/1731. Cónego na Santa Igreja Patriarcal.</p>
Tio-Avô	<p>D. Tomás de Almeida - irmão de D. Luís de Almeida (avô do 2º marquês do Lavradio). ★ 09/1670 † 02/1754. Era tio-avô do 2º marquês do Lavradio. 1716: designado Patriarca de Lisboa. Foi porcionista do colégio Real de São Paulo de Coimbra, prior e desembargador e conselho de estado do rei D. João V.</p>
Tio	<p>D. Tomás de Almeida (homônimo do Patriarca de Lisboa). ★ 20/09/1706. 1738: ingressou como Principal da Santa Igreja de Lisboa, conhecido como principal Almeida.</p>

Foi porcionista do colégio Real de São Paulo de Coimbra, doutor em Teologia, abade de Santa Comba de Chacim e deputado do Santo Ofício.

ESPOSA	<p>D. Mariana Teresa Rita de Távora – filha dos 5º condes de São Vicente (Miguel Carlos da Cunha e Rosa Leonor de Ataíde). ★ 1732. 1752: casamento.</p>
PRIMOGENITO	<p>D. Antônio Máximo de Almeida Portugal Soares Alarção Melo Ataíde Eça Mascarenhas Silva e Lancastre. ★ 01/10/1756 (Lisboa) † 04/05/1833 (Paris). Casou com D. Ana Teles da Silva, filha do 2º marquês de Penalva, em 16/07/1783. 1791: recebeu o título de 3º marquês do Lavradio, carta régia de D. Maria I. 1776-1793: próspera carreira militar: praça de infantaria, cadete, tenente, capitão, tenente-coronel. Passou ao regimento de infantaria de Lippe. 1793: abandonou a carreira militar e tornou-se deputado da junta dos Três Estados.</p>
FILHAS	<p><i>Maria Rosa de Almeida</i> (casada com Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses). ★27/08/1753 <i>Joana de Almeida</i> (com a morte de Maria Rosa, casou-se com Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses). <i>Ana Maria de Almeida</i> (casada com Francisco de Meneses). <i>Francisca Teresa de Almeida</i> (casada com José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz).</p>
FILHOS	<p>Miguel e Tomás* * Não foram encontradas informações referentes a estes filhos, além das comentadas na primeira sessão do terceiro capítulo.</p>
6º MARQUÊS DO LAVRADIO	<p>D. José Maria do Espírito Santo de Almeida Carreira de Sá. ★ 25/05/1884 † 06/07/1945. 6º marquês do Lavradio, bisneto do 5º marquês do Lavradio. Além da biografia de D. Luís de Almeida, escreveu vários livros, entre eles: Memórias do conde do Lavradio (1932), A abolição da escravidão e a ocupação do Ambriz (1934), A diplomacia e o Império (1939).</p>

APÊNDICE

Lista das Matérias

Apêndice 01 – Tabelas, p. 336

Apêndice 02 – Figuras, p. 352

Apêndice 03 – Normas para a transcrição da correspondência do 2º marquês do Lavradio, p. 354

Apêndice 04 – Transcrição, p. 355

Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida) ao marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo).

Local: Rio de Janeiro.

Data: 14 de abril de 1772.

Carta de amizade de D. Luís de Almeida ao marquês de Pombal declarando que gostaria de chegar ao secretário não apenas através das cartas de ofício, mas também por amizade. Envio de amostras de plantas, as quais D. Luís gostaria de incentivar o cultivo no Brasil. D. Luís manifestou ter completado quatro anos na América, indicando seu anseio por regressar ao reino.

Referência: PT-BN_C_PSS_cx_3_f 251-251v.

Apêndice 05 – Lista de Correspondentes – Banco de Dados: *Correspondência do 2º marquês do Lavradio*, p. 357

Apêndice 01
Tabelas

Tabela 01	Edições da obra: " <i>O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas</i> " (1745-1823).
Tabela 02	Gêneros e tipos epistolares. Conforme " <i>O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas</i> ".
Tabela 03	Cartas – Parte I: tipo de carta e suas especificações. Conforme " <i>O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas</i> ".
Tabela 04	Cartas – Parte II: tipo de carta e suas especificações. Conforme " <i>O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas</i> ".
Tabela 05	Tradição Documental. De acordo com, Heloísa Liberalli Bellotto " <i>Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo</i> " (São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002).
Tabela 06	Relação quantidade de cartas por ano. Códice 1095 – BR-AN.
Tabela 07	Relação quantidade de cartas por ano. Códice 1096 – BR-AN.
Tabela 08	Lista dos destinatários com a quantidade de cartas enviadas: códices 1095 e 1096 – BR-AN.
Tabela 09	Relação quantidade de cartas por ano, escritas no Rio de Janeiro. Códices 1095 e 1096 – BR-AN.
Tabela 10	Lista das cartas de amizade presentes no código PSS_cx_3 – PT-BN.
Tabela 11	Relação quantidade de cartas por ano. Código PSS_cx_3 – PT-BN.
Tabela 12	Lista dos destinatários com a quantidade de cartas enviadas: código PSS_cx_3 – PT-BN.
Tabela 13	Relação entre as cartas de ofício e de amizade dos códices 1095 (BR-AN) e PSS_cx_3 (PT-BN).
Tabela 14	Relação quantidade de cartas por ano. Código 10624 – PT-BN.
Tabela 15	Relação quantidade de cartas por ano. Código 10631 – PT-BN.
Tabela 16	Lista dos destinatários com a quantidade de cartas enviadas: código 10631 – PT-BN.

Tabela 01: Edições da obra: “*O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*” (1745-1823).

Edições da obra <i>O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas</i>		
ANO	LOCAL DE IMPRESSÃO	DEDICATÓRIA
1745	Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca.	Escrito e consagrado ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor CARDEAL PATRIARCA. Primeiro de Lisboa, Do Conselho de Estado, e Capellaõ Mor.
1746	Oficina de Miguel Rodrigues. (Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca - 2º edição).	D. Luiz de Almeida. Conde de Avintes - Do conselho de sua Magestade &c.
1746	Oficina de Domingos Gonsalves.	Escrito e consagrado ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor CARDEAL PATRIARCA. Primeiro de Lisboa, Do Conselho de Estado, e Capellaõ Mor.
1746	Oficina de Domingos Gonsalves.	Sem dedicatória.
1759	Oficina de Ignacio Nogueira Xisto (Listo).	Escrito e consagrado ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor CARDEAL PATRIARCA. Primeiro de Lisboa, Do Conselho de Estado, e Capellaõ Mor.
1777	Tipografia Rollandiana.	Sem dedicatória.*
1786	Antonio Gomes.	Sem dedicatória.**
1787	Tipografia Rollandiana.	Sem dedicatória.
1797	Tipografia Rollandiana.	Sem dedicatória.
1801	Tipografia Rollandiana.	Sem dedicatória.
1815	Tipografia Rollandiana.	Sem dedicatória.
1815	Tipografia Régia.	Sem dedicatória.
1823	João Nunes Esteves.	Sem dedicatória.

* Esta edição não foi localizada junto ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, mas, foi citada pela pesquisadora Ana Cristina Araújo.

** Esta edição, na capa, adicionou a informação de ser a 5ª edição.

Tabela 02: Gêneros e tipos epistolares. Conforme “*O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*”.

Gênero	Tipo de carta	Quantidade de exemplos oferecidos	Total
DEMONSTRATIVO	Cartas de Parabéns	85	287
	Cartas de Oferecimento	48	
	Cartas de Agradecimento	74	
	Cartas de Aviso	51	
	Cartas de Louvor	29	
JUDICIAL	Cartas de Desculpa e de Justificação	35	64
	Cartas de Queixas	29	
DELIBERATIVO	Cartas de Pêsames	31	150
	Cartas de Recomendações	36	
	Cartas de Boas Festas	43	
	Cartas de Consolação	20	
	Cartas de Exortação e Conselho	20	

Tabela 03: Cartas – Parte I: tipo de carta e suas especificações. Conforme “O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas”.

PARTE I	
TIPO DE CARTA	ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE EXEMPLOS
PÊSAMES	Morte de cardeais: 06
	Morte de cavaleiros beneméritos nas armas e mais virtudes: 03
	Morte de senhoras ilustres: 04
	Morte de outras pessoas: 18
	Total: 31
RECOMENDAÇÃO	Recomendação: 21
	Respostas às cartas de recomendação: 15
	Total: 36
PARABÉNS	Pela promoção de cardeais e de bispos: 16
	Para fidalgos: 06
	Para pessoas particulares: 04
	Respostas a estas cartas: 03
	De bispos: 03
	De fidalgos: 03
	De pessoas particulares: 06
	Outras cartas de parabéns por ocasião de algum matrimônio de fidalgos: 09
	Para pessoas particulares: 04
	Parabéns pelo nascimento de filhos de fidalgo: 08
	Para pessoas particulares: 04
	Parabéns a cavaleiros por vinda de embaixadas e governos: 16
	Para pessoas particulares: 03
	Total: 85
BOAS FESTAS	Para bispos e cardeais: 24
	Para pessoas particulares: 03
	Resposta às cartas de Boas Festas de cardeais: 04
	Resposta às cartas de Boas Festas de bispos: 04
	Para cavaleiros: 04
	Para pessoas particulares: 04
	Total: 43
OFERECIMENTO	Oferecimento: 18
	Oferecimento de amizade, servidão e proteção: 11
	Para pessoas particulares e para amigos: 13
	Oferecimento de amizade e proteção: 06
	Total: 48

Tabela 04: Cartas – Parte II: tipo de carta e suas especificações. Conforme “O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas”.

PARTE II	
TIPO DE CARTA	ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE EXEMPLOS
AGRADECIMENTO	Agradecimentos: 66
	Para pessoas particulares: 08
	Total: 74
DESCULPA E JUSTIFICAÇÃO	Desculpa e Justificação: 35
	Total: 35
QUEIXAS	Queixas: 23
	Respostas às cartas de queixas: 06
	Total: 29
CONSOLAÇÃO	Consolação: 20
	Total: 20
AVISO	Por alguma mercê feita para cardeais: 03
	Para cavaleiros: 06
	Para pessoas particulares: 03
	Por ocasião de nascimentos, mortes e convidando também nelas para alguma coisa: 06
	Sobre diversas coisas: 17
	Respostas às cartas de aviso: 16
	Total: 51
LOUVOR	Louvor: 29
	Total: 29
EXORTAÇÃO E CONSELHO	Exaltação e Conselho: 20
	Total: 20
GÊNERO MISTO	Gênero misto: 30
	Total: 30
DISCURSIVAS	Discursivas: 11
	Total: 11
SATÍRICA E DESPREZO	Satírica e desprezo: 03
	Total: 03

Tabela 05: Tradição Documental. De acordo com: Heloísa Liberalli Bellotto “*Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*”. (São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002).

TRADIÇÃO DOCUMENTAL	
PRÉ-ORIGINAL	Rascunho: sujeito a alteração.
	Minuta: forma diminuta, abreviada do original. Original sem os sinais de validação (assinatura, selos, carimbos).
ORIGINAL	Autógrafo: com assinatura do emitente. Procede intelectualmente.
	Heterógrafo: sem assinatura. Com procedência intelectual, mas não material.
	Múltiplos: enviados ao mesmo destinatário, em datas e veículos distintos; "como aconteceu frequentemente na nossa história colonial, dada a precariedade das embarcações que transportavam os documentos" pp. 107.
	Inserção: documento dentro do outro (<i>in extenso, verbum ad verbum</i>). "Há a inclusão do texto completo de um ato em outro, já possuidor de individualidade e essência próprias" pp. 107.
PÓS-ORIGINAIS – CÓPIAS –	Autógrafas: mesmo autor do original.
	Heterógrafas: outra autoridade validou o documento.
	Simples: livre, sem controle, prevalece o texto.
	Autorizada: possui o mesmo efeito do original.
	Registros: "São livros copiadores, originariamente em branco, e que recebem a cópia de documentos expedidos por uma autoridade ou entidade. Os documentos podem ser copiados na íntegra ou abreviados. Estão corretamente organizados em ordem cronológica sequencial" pp. 108.
	Cartulários: São "livros copiadores de correspondência recebida, não obedecem à estrita ordem cronológica. Muitos estão organizados em datas e, outros, em ordem alfabética, temática ou topográfica" pp. 108.

Tabela 06: Relação quantidade de cartas por ano. Códice 1095 – BR-AN.

Relação cartas/ano: código 1095.	
Ano	Quantidade de Cartas
1768	036
1769	124
1770	127
1771	058
1772	034
Total: 379	
Datação do código: 05/05/1768 a 05/07/1772	

Tabela 07: Relação quantidade de cartas por ano. Códice 1096 – BR-AN.

Relação cartas/ano: código 1096.	
Ano	Quantidade de Cartas
1772	028
1773	065
1774	040
1775	034
1776	011
Total: 178	
Datação do código: 21/07/1772 a 12/05/1776	

Tabela 08: Lista dos destinatários com a quantidade de cartas enviadas. Códices 1095 e 1096 – BR-AN.

Lista dos Destinatários códigos 1095 e 1096	Quantidade de Cartas	
	Enviadas da Bahia	Enviadas do Rio de Janeiro
Afonso Furtado de Mendonça, monsenhor da Patriarcal	00	01
Alexandre Mazuni	00	01
Antão de Almada	02	03
Antônio Alvares da Cunha, conde da Cunha (1º)	01	02
Antônio Cardoso Pizarro de Vargas	00	01
Antônio Carlos Furtado de Mendonça	00	32
Antônio de Alencastre	00	06
Antônio de Matos Silva	00	01
Antônio de Melo	00	01
Antônio de Noronha, governador da capitania de Minas Gerais	00	18
Antônio dos Santos Barbosa, vigário da vara da vila de Cascais	02	01
Antônio Gomes Ribeiro, juiz de fora da Bahia	00	02
Antônio José Cabral de Almeida	00	01
Antônio José de Castro, conde de Resende (1º)	01	01
Antônio José de Miranda, intendente de fundição da vila São Félix	00	01
Antônio José de São Paio Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignano, conde de São Paio (1º)	03	02
Antônio José de Sousa Portugal, sargento-mor	00	01
Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja (1º)	08	03
Arcebispo Regedor, tio (provavelmente, João de Almeida)	01	00
Baltasar Manuel	00	01
Bernardino Marques	00	01
Bernardino Falcão de Gouveia	00	01
Bernardo Ramires Esquivel, capitão de mar e guerra	00	01
Caetano José de Sousa	00	06
Cardeal da Cunha	00	01
Cardeal Inquisidor Geral	00	01
Clemente José da Costa	00	04
Conde de Bobadela	00	01
Cristóvão Alves Osório, desembargador	00	01
Feliciano Joaquim de Sousa, administrador da aldeia de São Barnabé	00	01
Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses [(7º conde de Tarouca) (3º marquês de Penalva)]	02	29
Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara	00	01
Francisco Brunete, sargento-mor	02	00
Francisco de Meneses	00	01

Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão-general de Angola	05	13
Francisco José da Rocha, sargento-mor	00	03
Francisco José de Matos Ferreira	00	01
Francisco Xavier da Rua, governador interino do bispado da cidade de Mariana	00	01
Francisco Xavier de Mendonça Furtado	04	00
Francisco Xavier Rafael de Meneses, marquês de Lourical (2º) [conde de Ericeira (6º)]	01	00
Governador e Capitão-General da Ilha de São Tomé e Príncipe	01	00
Isabel Narcisa, madre soror, religiosa do convento da Soledade da cidade da Bahia	00	01
Jerônimo da Cunha	01	00
Joana, (irmã de D. Luís de Almeida)	01	00
João Antônio de Sá Pereira	01	00
João Batista da Sies, ouvidor da comarca de Sergipe de El-Rei	01	00
João Batista de Araújo, padre, reverendo beneficiado	01	01
João Caetano Soares, provedor da fazenda real	00	02
João Carlos Correia Lemos, escrivão da junta da fazenda real	00	01
João da Rocha Dantas de Mendonça, intendente do Serro do Frio	00	01
João Fernandes de Oliveira, desembargador	00	01
João Ferreira Bitencourt, desembargador intendente	00	01
João Gomes de Araújo, oficial maior da secretária	06	06
João Henrique Böhm, chefe do exército do sul	01	00
João Henrique de Sousa	00	01
João José de Melo	00	01
João José Teixeira, intendente da Vila Rica	00	01
João Pereira Caldas	01	00
João Pinto de Velasco, tenente-coronel	00	01
Joaquim Inácio da Cruz	03	07
Joaquim José Freire de Andrade, intendente da Real Casa da fundição da capitania de Goiás	00	01
José Antônio da Silva, tenente	01	00
José Antônio Seixas	00	01
José Botelho Boerges, vigário geral de Minas Gerais	00	01
José Carvalho de Andrade, desembargador	01	00
José César de Meneses	00	02
José Clarque Lobo, sargento-mor	00	01
José da Cunha Grã Ataíde e Melo, conde de Povolide (3º)	11	17
José de Almeida de Vasconcelos	00	06
José de Meneses da Silveira e Castro	02	01
José de Seabra e Silva, secretário de Estado	00	04
José de Sousa e Abreu	03	02
José de Sousa e Abreu e Manuel Inácio Ferreira	01	02

José Ferreira Cardoso, desembargador	00	01
José Ferreira Gil, desembargador	00	01
José Gomes Ribeiro, desembargador e ouvidor do crime	00	03
José Joaquim Borges, arcebispo da Bahia	00	01
José Joaquim de Miranda Henriques	01	00
José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranges, conde de Valadares (6º)	04	26
José Mauricio da Gama e Freitas, desembargador	01	01
José Pedro da Câmara, governador da Índia	00	01
José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário do estado	00	01
José Ribeiro Guimarães de Ataíde, ouvidor da capitania do Espírito Santo	01	00
José Vieira de Araújo, capitão-mor do presídio de Benguela	00	01
José Vieira Torres	00	01
José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, conde de Vila Verde (5º), marquês de Angeja (4º), filho de Pedro José de Noronha, marquês de Angeja (3º)	01	32
José Xavier, ouvidor de Porto Seguro	00	01
Lourenço José de Brotas de Lancastre e Noronha, conde de Prado (8º) [5º marquês das Minas]	08	06
Lourenço Lobo de Almeida Garcez Palha	01	00
Luís da Silva Pinto	00	03
Luís José de Brito	00	01
Manuel Bernardo de Melo e Castro	00	01
Manuel Caetano Monteiro Guedes, intendente de São João del Rei	00	01
Manuel Carlos da Cunha e Távora, conde de São Vicente (6º)	08	09
Manuel da Cunha de Meneses	01	18
Manuel da Epifania, padre provincial do convento de São Francisco da Bahia	00	01
Manuel da Ressurreição, bispo de São Paulo	00	01
Manuel de Saldanha	01	00
Manuel de Santa Inês, arcebispo da Bahia	00	01
Manuel Francisco da Silva Veiga, desembargador	00	01
Manuel Francisco Machado de Mendonça	01	01
Manuel Gomes dos Santos, tenente-coronel de auxiliares da capitania de Pernambuco	00	01
Manuel José Soares, desembargador	00	01
Manuel Sarmento, desembargador	00	02
Manuel Teles da Silva [(6º conde de Vilar Maior) (6º conde de Tarouca) (2º marquês de Penalva)]	06	05
Manuel Xavier Alá, coronel	00	02
Marçal Rodrigues, capitão	01	00
Marcos da Cunha, cunhado	01	00
Maria Madalena	01	00

Marquesa de Pombal	00	01
Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo	00	03
Martinho [de Melo] Lourenço de Almeida, (irmão de D. Luís de Almeida)	08	02
Miguel Serrão Diniz	00	13
Ouvidor da capitania do Espírito Santo	00	01
Paulo de Carvalho e Mendonça	05	00
Pedro Antônio da Gama e Freitas	00	04
Pedro José de Noronha, marquês de Angeja (3º)	02	09
Principal Alarcão	01	00
Rodrigo Coelho Machado Torres, desembargador	00	05
Rodrigo da Costa, provedor da alfândega da Bahia	00	01
Rosa Leonor de Ataíde, condessa de São Vicente	01	07
Sebastião Alves da Fonseca, juiz de órfãos	00	01
Sebastião da Veiga Cabral da Câmara	01	00
Sebastião Francisco Betâmio	00	01
Sebastião José de Carvalho e Melo	05	00
Teixeira de Carvalho, capitão-mor da vila de São José Pedro	00	01
Tenente-coronel de auxiliares da capitania de Pernambuco [Manuel Gomes dos Santos (?)]	00	01
Tomás da Silveira Albuquerque	01	00
Tomás de Almeida, Principal Almeida	10	32
Tomás José de Melo	00	01
Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, visconde de Vila Nova da Cerveira	01	00
Vicente José Velasco Molina, sargento-mor	00	01

Tabela 09: Relação quantidade de cartas por ano, escritas no Rio de Janeiro. Códices 1095 e 1096 – BR-AN.

Códices 1095 e 1096 Cartas escritas no Rio de Janeiro	
Ano	Quantidade de Cartas
1769	021
1770	127
1771	058
1772	062
1773	065
1774	040
1775	034
1776	011
Total: 418	

Tabela 10: Lista das cartas de amizade presentes no código PSS_cx_3 – PT-BN.

Lista das cartas de amizade presentes no código PSS_cx_3			
Destinatários	Data	Fólio	Cabeçalho
Francisco Xavier de Mendonça Furtado	05/05/1768	f 3	Carta de Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	12/09/1768	f 56	Carta de Amizade e Ofício
Sebastião José de Carvalho e Melo	29/01/1769	f 73	Carta de Ofício e Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	22/02/1770	f 142	Carta de Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	22/02/1770	f 143	Carta de Ofício e Amizade
Martinho de Melo e Castro	23/06/1770	f 146	Carta de Ofício e Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	16/05/1770	f 152v	Carta de Ofício e Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	10/05/1771	f 213	Carta de Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	26/03/1773	f 272	Carta de Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	11/06/1773	f 282	Carta de Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	02/08/1773	f 293	Carta de Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	14/12/1773	f 312v	Carta de Amizade
Sebastião José de Carvalho e Melo	06/05/1774	f 335v	Carta de Amizade

Tabela 11: Relação quantidade de cartas por ano. Códice PSS_cx_3 – PT-BN.

Relação cartas/ano: códice Pss_cx_3	
Ano	Quantidade de Cartas
1768	026
1769	029
1770	050
1771	026
1772	028
1773	043
1774	032
Total: 234	
Datação: 05/05/1768 a 22/06/1774.	

Tabela 12: Lista dos destinatários com a quantidade de cartas enviadas: códice PSS_cx_3 – PT-BN.

Lista dos destinatários códice PSS_cx_3.	
Destinatários	Quantidade de Cartas
Abade do Mosteiro de São Bento	001
D. José I, rei	001
Francisco José da Rocha, sargento-mor do Rio Grande	001
Francisco Xavier de Mendonça Furtado	045
João Henrique Böhm, chefe do exército do sul	001
José dos Anjos Passos, frei, visitador dos Capuchos	001
José Seabra e Silva, secretário de Estado	004
Luis Antônio de Souza, governador de São Paulo	001
Martinho de Melo e Castro	102
Sebastião José de Carvalho e Melo	077

Tabela 13: Relação entre as cartas de ofício e de amizade dos códigos 1095 (BR-AN) e PSS_cx_3 (PT-BN).

Relação entre as cartas de ofício e amizade dos códigos 1095 e PSS_cx_3			
	Data	Código 1095	Código PSS_cx_3
<i>Francisco Xavier de Mendonça Furtado</i>	15/12/1768	01 carta de amizade	02 cartas de ofício
	01/05/1769	01 carta de amizade	03 cartas de ofício
	29/07/1769	01 carta de amizade	05 cartas de ofício
	31/08/1769	01 carta de amizade	03 cartas de ofício
<i>Sebastião José de Carvalho e Melo</i>	15/12/1768	01 carta de amizade	01 carta de ofício
	01/05/1769	01 carta de amizade	01 carta de ofício
	29/05/1769	01 carta de amizade	01 carta de ofício
	29/07/1769	01 carta de amizade	02 cartas de ofício

Tabela 14: Relação quantidade de cartas por ano. Código 10624 – PT-BN.

Relação cartas/ano: código 10624	
Ano	Quantidade de Cartas
1774	21
1775	67
1776	65
1777	10
Total: 163	
Datação do código: 20/07/1774 a 10/03/1777.	

Tabela 15: Relação quantidade de cartas por ano. Código 10631 – PT-BN.

Relação cartas/ano: código 10631	
Ano	Quantidade de Cartas
1776	036
1777	071
1778	058
1779	006
Total: 171*	
Datação do código: 23/10/1776 a 19/02/1779.	

* Neste total estão incluídas as cartas ativas e circulares.

Tabela 16: Lista dos destinatários com a quantidade de cartas enviadas: códice 10631 – PT-BN.

Lista dos destinatários códice 10631.	
Destinatários	Quantidade de Cartas
Anastácio Joaquim Mouta Furtado, governador do Espírito Santo	02
Antônio Barbosa de Mattos Coutinho, ouvidor de Paranaguá	01
Antônio Carlos Furtado de Mendonça	10
Antônio da Rosa, tenente de mar, comandante da corveta Nossa Senhora da Conceição	01
Antônio da Veiga de Andrade, tenente-coronel	01
Antônio de Noronha, governador da capitania de Minas Gerais	04
Antônio Jacinto da Costa Freire, capitão-de-mar-e-guerra, fragata Príncipe do Brasil	02
Antônio Tavares de Miranda, capitão-mor da vila de São Francisco	02
Arthur Felipe, comandante de mar e guerra	01
Bernardo Salazar Sarmento Eça Alarcão, desembargador ouvidor geral do crime	04
Cipriano Cardoso de Barros Leme	01
Cristovão de Almeida, capitão	02
Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, governador de Santa Catarina (pós-invasão castelhana)	09
Francisco Aranha Barreto, sargento maior comandante da vila de Santos	02
Francisco João Rocio, tenente-coronel engenheiro	01
Francisco José da Rocha, governador da praça da Colônia	04
Francisco Teixeira de Carvalho	01
Guilherme Roberts, capitão-de-mar-e-guerra, comandante da fragata São João Batista	01
Guilherme Vaughan, marechal de campo espanhol que governou a ilha de Santa Catarina	01
João Antônio Salter de Mendonça, desembargador provedor da fazenda real	01
João Favilla Bitencourt	01
João Henrique Böhm, chefe do exército do sul	18
João José de Vertiz, vice-rei de Buenos Aires	05
João José Salterdo e Mendonça, desembargador provedor da fazenda real	01
Joaquim José Freire de Andrade, desembargador	01
Jorge Hardcastle, capitão-de-mar-e-guerra, comandante da fragata Graça Divina	02
José Cesar de Menezes, governador de Pernambuco	01
José de Mello, capitão-de-mar-e-guerra, comandante da nau Nossa Senhora dos Prazeres	02
José dos Santos Ferreira, capitão-de-mar-e-guerra, comandante da nau Nossa Senhora da Ajuda	01
José Fechain, capitão de mar e guerra Espanhol, comandante do navio Santo Agostinho	05

José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	04
Roberto MacDouall, comandante da esquadra portuguesa	17
Manuel da Costa da Silveira, ajudante	02
Manuel da Cunha e Menezes, governador da Bahia	14
Manuel Joaquim de Azevedo, tesoureiro geral das tropas	01
Manuel Pinto da Cunha e Souza, desembargador intendente geral do ouro	03
Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo	21
Miguel de Ayêdo	01
Nicolao Joaquim de Miranda Silva de Alarcão, desembargador	01
Pedro de Cevallos, general espanhol	06
Rafael Pinto Bandeira, coronel	01
Thomas Stivens, capitão-de-mar-e-guerra, comandante da fragata Princesa do Brasil	02
Tristão da Cunha Menezes, capitão-de-mar-e-guerra, comandante da fragata Nossa Senhora. de Nazaré	02
Vicente José de Vellasco Molina, comissário, tenente-coronel inspector dos terços auxiliares	04

Apêndice 02

Figuras

Figura 01: Folha de rosto da primeira edição da obra "*O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*" - Francisco José Freire, 1745.

Figura 02: Folha de rosto da segunda edição da obra "*O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*" - Francisco José Freire, 1746.

O secretario portuguez compendiosamente instruido no
modo de escrever cartas.

Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de
Secretaria, Formulario de tratamentos, e hum grande
numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso.

SEGUNDA EDIÇÃO

Novamente acrescentada com varias cartas Discursivas
sobre as obrigaçoens, virtudes, e vicios do novo Secretario:

Escrito, e dedicado ao

ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO SENHOR

D. Luiz de Almeida

Conde de Avintes - Do conselho de sua Magestade &c.

Por Francisco Joze Freire

Lisboa

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES

Impressor do Eminent. Senhor Cardeal Patriarca

MDCCXLVI

Com todas as licenças necessarias

Vende-se na logea de Manoel da Conceição na rua direita do

Loreto, junto ao Excellentissimo Conde de Saõ Tiago.

Apêndice 03

As Normas para a transcrição da correspondência do 2º marquês do Lavradio foram elaboradas com base nas *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil*.⁸⁹² Sendo que as adaptações estabelecidas objetivaram atender as necessidades de leitura e compreensão das cartas, conforme as intenções desta tese.

NORMAS PARA A TRANSCRIÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DO 2º MARQUÊS DO LAVRADIO

- I. A transcrição é conservadora.
- II. As abreviaturas, alfabéticas ou não, *não* serão desenvolvidas. Entretanto, quando for extremamente necessário para a compreensão do texto, a abreviatura será desenvolvida marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura.
- III. Será estabelecida fronteira vocabular entre palavras que venham escritas juntas. Entretanto, não serão unidos segmentos, através da junção de letras ou introdução de hífen ou apóstrofo onde não houver.
- IV. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo copista, será marcado [espaço].
- V. Os acentos gráficos, os diacríticos e sinais de separação de sílaba ou linha serão mantidos exatamente como no original.
- VI. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original.
- VII. Todas as variantes alográficas do grafema <s> serão transcritas como "s".
- VIII. Eventuais erros do copista serão remetidos para nota de rodapé.
- IX. As letras ou palavras não legíveis por deterioração, seja ela qual for, será indicada entre colchetes: [ilegível]. Quando o trecho ilegível for de grande extensão será registrado a informação entre colchetes.
- X. A divisão das linhas do documento original será preservada e indicada pela marca de uma barra vertical [|]. A mudança de fôlio será marcada por duas barras verticais [||], e a indicação do fôlio aparecerá entre colchetes. Exemplo: [f 34v].

⁸⁹² As *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil* foram estabelecidas no II Seminário para a História do Português Brasileiro, ocorrido em maio de 1998. Conferir: FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008. pp. 39.

Apêndice 04

Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida) ao marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), Rio de Janeiro, 14 de abril de 1772.
Referência: PT-BN_C_PSS_cx_3_f 251-251v.

Carta de amizade de D. Luís de Almeida ao marquês de Pombal declarando que gostaria de chegar ao secretário não apenas através das cartas de ofício, mas também por amizade. Envio de amostras de plantas, as quais D. Luís gostaria de incentivar o cultivo no Brasil. D. Luís manifestou ter completado quatro anos na América, indicando seu anseio por regressar ao reino.

Esta carta é um excelente exemplo das trocas epistolares de D. Luís de Almeida por via de amizade com homens públicos. Nela D. Luís manifestou sentimentos pessoais junto às questões de governo. Na tese fizemos referência a outras missivas que nos oferecem este tipo de análise, a imbricação entre os espaços públicos e particulares (como dizia Lavradio), por isso, para constar em apêndice na íntegra, escolhemos uma carta que não foi citada.

Transcrição Diplomática

Carta de Amiz.^e Escrita ao Ill.^{mo} Ex.^{mo} S.^r | Marquez do Pombal em 14 de Abril de 1772 | p.^{Lo} Navio S Fran.^{co} X.^{er} Cap.^m Felix de Oliv.^a |

Ill.^{mo} Ex.^{mo} S.^{or} |

Meu Protector meu Am.^o e meu S.^{or}, Saõ tantaz vezez que | a V Ex.^a mortefico, escrevendolhe de Off.^o, q p.^a dar a V Ex.^a algum descanso, | o quero poupar destaz Cartaz tanto da m.^a obrigação, q.^L a tenho de portestar | a V Ex.^a o meu agradecim.^{to} e profundo respeito, porem não hé justo que | eu deixe ao menos alguá vez de chegar a prez.^a de V Ex.^a com as m.^{as} | fracas vozes a repetir e confeçar os continuoz beneficios com q V Ex.^a me | favorece, Sofra V Ex.^a maiz esta morteficação aseitandome na Sua | presença cheyo de todas aq.^{Las} expreçoénz q comrespondem a m.^a in | comparavel obrigação. |

Nesta || [f 251v] Nesta⁸⁹³ ocaziaõ ofereço a V Ex.^a os papeiz incluzoz q
acompanhaõ os | Caixotez de Plantaz q V Ex.^a seraõ entreguez, eu promovi esta
Curioso | d.^e por me doer o Coraçãõ ver tantaz e excelentez produçoéns da
nature | za neste Paiz, Sem aver q.^m Se empregace em fazelaz publicaz, estan |
do nõs perdendo as utilid.^{es} q daqui nõs podem rezultar: | Animei o Medico q
truce commigo, Seu Pay e Irmaõ, todos m.^{to} | abeiz como V Ex.^a verá dos Seuz
papeiz, p.^a q desemoz algum principio | a este trabalho, e juntacem asi algumaz
outraz pesoaz, q ainda que | maiz por Lizonja, q por vont.^e trabalhacem com ellez
nesta util obra, | tenho os animado quanto me hé posivel, porem como as m.^{as}
forçaz | Saõ mui curtaz, os progrecos vaõ Sendo mui vagarozos, ellez deze | jáõ
merecer a Proteçaõ de V Ex.^a, e hé Serto q Só com ella poderaõ | Ser maiz felicez
estez uteiz trabalhoz; Eu dezejaria merecer a V Ex.^a | quizesse honrar aq.^{La}
Socied.^e com a Sua proteçaõ, q Será o meyo maiz | eficas de ellez trabalharem
com o zello e cuid.^o q pede huá obra que | pode ser de tanta utilid.^e |

V Ex.^a perdoi e desculpe estaz m.^{as} impertenenciaz, | e a indiscriçaõ de
enteromper-lhe o tempo q a V Ex.^a hé tam perciozos |

V Ex.^a meu respeitavel Protector naõ se esque | ça de mim e de já
completei quatro annoz da America, e | todo este tempo distante dos pez de V
Ex.^a de donde dezejo Ser inse | paravel; Deos permita q qd.^o chegar o tempo do
meu regreço, | eu tenho a fortuna de ver a V Ex.^a, e a toda a Sua Ex.^{ma} Familia |
continuando a posuir a boa Saude, e todas as maiz felcid.^{es} que | eu dezejo
[espaço] Deos Guarde a V Ex.^a m.^s an.^s Rio |

III.^{mo} Ex.^{mo} S.^{or} Marquez do Pombal |

Marquez do Lavradio ||

⁸⁹³ No código PSS_cx_3 a maior parte dos fólhos apresenta o *reclame*, ou seja, palavra, completa ou não, que no final do fólho aparece duplicada no início do seguinte, conforme explicado no 2º capítulo.

Apêndice 05

Lista de Correspondentes: referentes ao *corpus* desta pesquisa.

Banco de Dados: *Correspondência do 2º marquês do Lavradio.*

ÍNDICE DOS CORRESPONDENTES DO 2º MARQUÊS DO LAVRADIO - CORRESPONDÊNCIA ATIVA E PASSIVA -

Abade do mosteiro de São Bento
Afonso Furtado de Mendonça, monsenhor da Patriarcal
Alexandre Mazuni
Anastácio Joaquim Mouta Furtado, governador do Espírito Santo
André Martins Brito
Antão de Almada
Antônio Alvares da Cunha, conde da Cunha
Antônio Barbosa de Mattos Coutinho, ouvidor de Paranaguá
Antônio Cardoso Pizarro de Vargas
Antônio Carlos Furtado de Mendonça
Antônio da Rosa, tenente de mar, comandante da corveta Nossa Senhora da Conceição
Antônio da Veiga de Andrade, tenente coronel
Antônio de Alencastre
Antônio de Matos Silva
Antônio de Melo
Antônio de Noronha, governador da capitania de Minas Gerais
Antônio dos Santos Barbosa, vigário da vara da vila de Cascais
Antônio Gomes Ribeiro, juiz de fora da Bahia
Antônio Jacinto da Costa Freire, capitão de mar e guerra, fragata Príncipe do Brasil
Antônio Januário do Valle
Antônio José Cabral de Almeida
Antônio José de Castro, conde de Resende
Antônio José de Miranda, intendente de fundição da vila São Félix
Antônio José de São Paio Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignano, conde de São Paio
Antônio José de Sousa Portugal, sargento-mor
Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja
Antônio Tavares de Miranda, capitão-mor da vila de São Francisco
Arthur Felipe, comandante de mar e guerra
Baltasar Manuel
Bermardino Marques
Bernardino Falcão de Gouveia
Bernardo Ramires Esquivel, capitão de mar e guerra
Bernardo Salazar Sarmento Eça Alarcão, desembargador ouvidor geral do crime
Caetano José de Sousa
Cardeal da Cunha
Cipriano Cardoso de Barros Leme
Clemente José da Costa
Conde de Bobadela
Cristóvão Alves Osório, desembargador
Cristovão de Almeida, capitão
Dionísio Ferreira Portugal

Feliciano Joaquim de Sousa, administrador da aldeia de São Barnabé
Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, 7º conde de Tarouca, 3º marquês de Penalva
Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara
Francisco Aranha Barreto, sargento maior comandante da vila de Santos
Francisco Brunete, sargento-mor
Francisco de Almeida e Figueiredo
Francisco de Sousa e Meneses, governador de Santa Catarina
Francisco Dias Carneiro
Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão-general de Angola
Francisco João Rocio, tenente coronel engenheiro
Francisco José da Rocha, governador da praça da Colônia do Sacramento e sargento-mor do Rio Grande
Francisco José de Matos Ferreira
Francisco Teixeira de Carvalho
Francisco Xavier da Rua, governador interino do bispado da cidade de Mariana
Francisco Xavier de Mendonça Furtado
Francisco Xavier Rafael de Meneses, conde de Ericeira, marquês de Lourical
Francisco Xavier Telles
Guilherme Roberts, capitão de mar e guerra, comandante da fragata São João Batista
Guilherme Vaughan
Isabel Narcisa, madre soror, religiosa do convento da Soledade da cidade da Bahia
Jerônimo da Cunha
Joana, irmã de D. Luís de Almeida
João Antônio de Sá Pereira
João Antônio Salter de Mendonça, desembargador provedor da fazenda real
João Batista da Sies, ouvidor da comarca de Sergipe de El-Rei
João Batista de Araújo, padre
João Caetano Soares, provedor da fazenda real
João Carlos Correia Lemos, escrivão da junta da fazenda real
João da Rocha Dantas de Mendonça, intendente do Serro do Frio
João Favella Bittencourt
João Fernandes de Oliveira, desembargador
João Ferreira Bitencourt, desembargador intendente
João Gomes de Araújo, oficial maior da secretaria
João Henrique Böhm, chefe do exército do sul
João Henrique de Sousa
João José de Melo
João José de Vertiz, vice-rei de Buenos Aires
João José Salterdo e Mendonça, desembargador provedor da fazenda real
João José Teixeira, intendente da vila Rica
João Pereira Caldas
João Pinto de Velasco, tenente-coronel
Joaquim Inácio da Cruz
Joaquim José Freire de Andrade, intendente da Real Casa da fundição da capitania de Goiás
Jorge Hardcastle, capitão de mar e guerra, comandante da fragata Graça Divina
José Antônio da Silva, tenente
José Antônio Seixas
José Botelho Borges, vigário geral de Minas Gerais
José Carvalho de Andrade, desembargador
José César de Menezes, governador de Pernambuco

José Clarque Lobo, sargento-mor
José Custódio de Sá e Faria
José da Cunha Grã Ataíde e Melo, conde de Povolide
José de Almeida de Vasconcelos, governador e capitão-general de Goiás
José de Mello, capitão de mar e guerra, comandante da nau Nossa Senhora dos Prazeres
José de Melo
José de Meneses da Silveira e Castro
José de Seabra e Silva, secretário de Estado
José de Sousa e Abreu
José dos Anjos Passos, frei, visitador dos Capuchos
José dos Santos Ferreira, capitão de mar e guerra, comandante da nau Nossa Senhora da Ajuda
José Fechain, capitão de mar e guerra Espanhol, comandante do navio Santo Agostinho
José Ferreira Cardoso, desembargador
José Ferreira Gil, desembargador
José Gomes Ribeiro, desembargador e ouvidor do crime
José I, rei
José Joaquim Borges, arcebispo da Bahia
José Joaquim de Miranda Henriques
José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranges, conde de Valadares
José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro
José Maurício da Gama e Freitas, desembargador
José Pedro da Câmara, governador da Índia
José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário do estado
José Ribeiro Guimarães de Ataíde, ouvidor da capitania do Espírito Santo
José Vieira de Araújo, capitão-mor do presídio de Benguela
José Vieira Torres
José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, conde de Vila Verde (5º), marquês de Angeja (4º) (filho de Pedro José de Noronha, marquês de Angeja)
José Xavier, ouvidor de Porto Seguro
Juan Josef de Vertiz
Lourenço José de Brotas de Lancastre e Noronha, conde de Prado, 5º marquês das Minas
Lourenço Lobo de Almeida Garcez Palha
Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão
Luís Antônio Roberto Correa da Silva Garção
Luís da Silva Pinto
Luís de Vasconcelos e Sousa
Luís José de Brito
Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador e capitão general de Mato Grosso
Manuel Bernardo de Melo e Castro
Manuel Caetano Monteiro Guedes, intendente de São João del Rei
Manuel Carlos da Cunha e Távora, conde de São Vicente
Manuel da Costa da Silveira, ajudante
Manuel da Cunha e Meneses, governador da Bahia
Manuel da Epifania, padre provincial do convento de São Francisco da Bahia
Manuel da Ressurreição, bispo de São Paulo
Manuel de Saldanha
Manuel de Santa Inês, arcebispo da Bahia
Manuel Francisco da Silva Veiga, desembargador

Manuel Francisco Machado de Mendonça
Manuel Gomes dos Santos, tenente-coronel de auxiliares da capitania de Pernambuco
Manuel Inácio Ferreira
Manuel Joaquim de Azevedo, tesoureiro geral das tropas
Manuel José Soares, desembargador
Manuel Luís Vieira
Manuel Pinto da Cunha e Souza, desembargador intendente geral do ouro
Manuel Sarmento, desembargador
Manuel Teles da Silva, 6º conde de Vilar Maior, 6º conde de Tarouca, 2º marquês de Penalva
Manuel Xavier Alá, coronel
Marçal Rodrigues, capitão
Marcos da Cunha
Maria I, rainha
Maria Madalena
Marquês de Casa Cagigal
Marquesa de Pombal
Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo
Martinho de Melo e Castro
Martinho Lourenço de Almeida, irmão de D. Luís de Almeida
Miguel de Ayêdo
Miguel Serrão Diniz
Nicolau Joaquim de Miranda Silva de Alarcão, desembargador
Paulo de Carvalho e Mendonça
Pedro Antônio da Gama e Freitas
Pedro de Cevallos
Pedro José de Noronha, 3º marquês de Angeja
Principal Alarcão
Rafael Pinto Bandeira, coronel
Roberto MacDouall, comandante da esquadra portuguesa
Rodrigo Coelho Machado Torres, desembargador
Rodrigo da Costa, provedor da alfândega da Bahia
Rosa Leonor de Ataíde, condessa de São Vicente
Sebastião Alves da Fonseca, juiz de órfãos
Sebastião da Veiga Cabral da Câmara
Sebastião Francisco Betâmio
Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal
Simão Rodrigues
Teixeira de Carvalho, capitão-mor da vila de São José Pedro
Thomas Stivens, capitão de mar e guerra, comandante da fragata Princesa do Brasil
Tomás da Silveira Albuquerque
Tomás de Almeida, Principal Almeida
Tomás José de Melo
Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, visconde de Vila Nova da Cerveira
Tristão da Cunha Menezes, capitão de mar e guerra, comandante da fragata Nossa Senhora de Nazaré
Vicente José de Vellasco Molina, comissário, tenente coronel inspetor dos terços auxiliares

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – LISBOA, PORTUGAL

Documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia - Projeto Resgate de documentação histórica.⁸⁹⁴

Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio de Janeiro - Projeto Resgate de documentação histórica.

Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Santa Catarina - Projeto Resgate de documentação histórica.

Núcleos Documentais. Manuscritos. Pastas: Brasil Geral, Brasil Limites, Buenos Aires, Reino e Sacramento.

Códice 1787 – Coleções de Registos de ofícios e minutas remetidos para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande e Nova Colônia do Sacramento. 1 vol.

ARQUIVO NACIONAL – RIO DE JANEIRO, BRASIL (BR-AN)

Fundo Vice-Reinado: caixa 744 – pacote 01; caixa 746 – pacote 01; caixa 745 – pacote 02; caixa 490 (Correspondência Diversas); caixa 491 (Correspondência Diversas); caixa 491 – pacote 3 e caixa 745 – pacote 2.

Fundo Secretaria de Estado do Brasil: códice 67, v. 4.

Fundo Marquês do Lavradio – descrição conforme o inventário: Livros de registro de correspondência, patentes, provisões, numbramentos, cartas de sesmarias; correspondência de Jacques Funck, Jean Henri Böhm, marquês de Pombal entre outros com o marquês do Lavradio; relatórios sobre o uso da cochonilha, anil, linho guaxima etc. Os documentos referem-se basicamente ao período em que o marquês do Lavradio atuou como governador da Bahia e vice-rei do Brasil. (microfilmes 024-97 a 026-97).

Códice 1095 - Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772.

Códice 1096 - Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes em Portugal, Brasil, etc. 1772-1776.

⁸⁹⁴ Os documentos citados do AHU e que fazem parte do Projeto Resgate constam na tese com as referências específicas do arquivo e não somente a indicação do projeto.

ACADEMIA DE CIÊNCIA DE LISBOA – LISBOA, PORTUGAL (PT-ACL)

563 - Processo Verbal de que é reu Roberto Macdonall. Proceso verbal de que hê Rêo Roberto Macdonall / [S.a.]. - Lisboa, 1778.

630 - Colecção das ordens e instruções dadas a Roberto MacDonall, encarregado da defesa do porto de Santa Catarina que à R. Presença da Raynha fes subir o Marquez de Lavradio Vice-Rey no Rio de Janeiro, por Ordem da mesma Senhora / [por] Roberto Mak Donall- Rio de Janeiro, 1775-1777 - 282 fls.

BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO, BRASIL (BR-AN)

3, 4, 6 – Colesão | Das Ordens mais necessarias, | e curiosas, que se achavaõ dispersas e em con | fuzaõ na Secretaria do Governo do Rio de | Janeiro reduzidas a sua ordem natural | Vol VI | Que comesa no anno de | 1769 | e acaba no de | 1774.

3, 4, 7 - Colesão | Das Ordens mais necessarias, | e curiosas, que se achavaõ dispersas e em con | fuzaõ na Secretaria do Governo do Rio de | Janeiro reduzidas a Sua ordem natural. | Vol VII | Que comesa no anno de | 1775 | e acaba no de | 1779.

13, 4, 2 – Códice com correspondência do 2º marquês do Lavradio a João Henrique Böhm, chefe do exército do Sul, 1774 a 1775.

13, 4, 3 – Códice com correspondência do 2º marquês do Lavradio a João Henrique Böhm, chefe do exército do Sul, 1776 a 1778.

I-03, 15, 002 - "Collecção Benedicto Ottoni" - Defeza d'Antonio Carlos Furtado de | Mendonsa, respeito á entrega da Ilha de S. Catarina.

I-28, 26, 3 - Cópia. Instrução para a Ilha de Santa Catarina, setembro de 1776.

I-28, 26, 8 – Coleção Martins - "Rellaçaõ Planta sobre a Cituacaõ da Villa Capital | da Ilha de Santa Catharina e Sua defença em | Dezembro de 1774 |".

I-31, 26, 1 – Manuscritos avulsos. Documento relacionado às sentenças dos envolvidos com a invasão espanhola.

I-31, 31, 1 – Manuscritos avulsos. *Despachos do Marquês de Pombal ao Marquês do Lavradio*, com despachos enviados por Martinho de Melo e Castro.

BIBLIOTECA NACIONAL – LISBOA, PORTUGAL (PT-BN)

Códice 10631 - Cartas do Marquês de Lavradio, 11º Vice-Rei do Brasil dirigidas aos Governadores de várias capitánias do Brasil sobre assuntos respeitantes ao Governo e defesa das mesmas [Manuscrito] / 2º Marquês de Lavradio, Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas, 5º Conde de Avintes. Publicação: 1776-1778. Descr. Física: 1 volume. Notas: cópia.

Código PSS_cx_3 - Ofícios do 2º Marquês do Lavradio. Descrição documental: Ofícios (cópias). Documentação adquirida por compra. Datas extremas: 1768/1774. 2º Marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas (1727-1790), desempenhou o cargo de 11º vice-rei do Brasil de 1769 a 1779.

Código 10624 - Cartas do Vice-Rei do Brasil, Marquês de Lavradio, dirigidas ao Marquês de Pombal e a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado acerca de assuntos de Governo e marinha do Brasil [Manuscrito. - 1774-1777].

Coleção Brasil – caixa 1 e 2 - Cartas de ofício, ordens, mapas, etc. relativos ao Brasil. Grande parte desta documentação é relativa ao 2º Marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas, foi 11º vice-rei do Brasil, de 1769 a 1779; existe também um copiadador de cartas de ofício compreendidas entre 1768-1774.

Código 10614 - Cartas do expediente do governo do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Luiz de Almeida Soares Portugal Eça Alarcão Silva Mascarenhas, Marquez do Lavradio, Vice Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil. Anno de MDCC [Manuscrito]. 1772-1775.

Código PBA 638 - Cartas oficiais e particulares, memórias, leis, processos, etc. [Manuscrito]. - 1705-1711. - 709 f. In fol.. - Miscelânea. - Originais, alguns autógr. e cópias. - Aires de Sá e Mello em Madrid; Limites: Carta do Marquês do Lavradio no Brasil; Contrabando, leis, processos; Ingleses no Brasil e na América do Sul; António G. Silva Sotto Maior, preso no Brasil. - Encadernação moderna sob a designação: "Ofícios diplomáticos de Londres - 29".

FONTES IMPRESSAS

AFRICANO, António de Freitas. *Primores políticos e regalias do nosso rei* (1641). Estudo introdutório de José Adelmo Maltez. Lisboa: Instituto de História do Direito e do Pensamento Político/Principia, 2005.

ALCOFORADO, Soror Mariana. *Cartas Portuguesas*. Trad. Nuno Figueiredo. Europa-América, 1974.

Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador, para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962.

Bicentenário da transferência da capital do Brasil, da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 256, julho-setembro, 1962.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues (documentos). A devolução pelos espanhóis da Ilha de Santa Catarina em 1778 – Cartas do Vice-rei Marquês do Lavradio, dirigidas ao Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara, governador. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 317, out.-dez., 1977.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Defesa de Antonio Carlos de Furtado Mendonça. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 28 e 29, tomo 27, 1864.

DELLA CASA, G. *Il Galeteo (dos Costumes)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro português. Tomo segundo, que comprehende a fortificação regular, e irregular; o ataque e defesa das praças; e no Appendice o uso das Armas de guerra*. Lisboa, 1728.

_____. *Tratado do modo mais fácil e mais exacto de fazer Cartas geográficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edifícios com instrumentos e sem instrumentos*. Lisboa, 1722.

GOMES, Freire de Andrade. Instrução e norma que deu Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Bobadella a seu irmão (...) José Antonio Freire de Andrade para o governo de Minas (...) 1752. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. IV, 1899. p. 727-735.

GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência* (1647). Trad. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LAVRADIO, Marquês do. Relatório do Marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que sucedeu no vice-reinado. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 16, janeiro de 1843, p. 409 - 486. (Relatório republicado na segunda edição da RIHGB – Tomo quarto, de 1863).

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*. Introdução, Notas e Fixação de texto de José Adriano de Carvalho. Lisboa: Presença, 1992.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Marquês do Lavradio. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972. (Série Publicações n.º 68)

Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. v. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. (Série Publicações n.º 79)

Marquês do Lavradio. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. Rio de Janeiro: Secretaria de estado de Educação e Cultura; Instituto estadual do Livro, 1978.

MATOS, Libanio Augusto da Cunha. Quadro das forças de mar e terra: existentes nas capitanias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande. Minas Gerais, e a na Praça da Colônia, disponível para a defesa da fronteira do Sul em 1776. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 230, p. 85-88, jan.-março, 1956.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilegios da nobreza, e fidalguia de Portugal*. Lisboa, 1806.

Para a história do Rio de Janeiro (vice-reinado) século XVIII, correspondência do Conde da Cunha. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 254, jan.-março, 1962.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Júlia ou a nova Heloísa: cartas de dois amantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes*. 2ª edição. Trad.: Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. *Cartas Escritas da montanha*. Trad. e notas: Maria Constança Peres Pissarra et. al. São Paulo: EDUC e UNESP, 2006.

SOUZA, Feliciano Joaquim de. *Demonstração do maior jubilo, que no fausto dia 12 de Março de 1769, em que se celebravam os felicissimos annos do Ill.mo, e Ex.mo Senhor Senhor Conde de Azambuja &c. &c. &c. sendo Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil* / expoz e offereceu Feliciano Joaquim de Souza. Lisboa: Na Offc. de Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. S. Card. Patriarca, MDCCLXXI. Com licença da Real Mesa Censoria. Biblioteca Nacional, Lisboa-Portugal.

_____. *Venturosos Annuncios na Chegada do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Marquez do Lavradio. &c. &c. &c. A' Cidade do Rio de Janeiro por Vice-Rei, e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil. Espostos, e offerecidos ao mesmo Excellentissimo Senhor*. Por Feliciano Joaquim de Souza. Lisboa. Na Offc. de Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. S. Card. Patriarca. MDCCLXXI. Com licença da Real Mesa Censoria. Biblioteca Nacional, Lisboa-Portugal.

_____. *Oração no Fausto dia, em que celebrava annoos a Ill.ma, e Ex.ma Senhora Marqueza do Lavradio: exposta ao Ill.mo, e Ex.mo Senhor Marquez do mesmo titulo. &c. &c. &c. Vice-Rei, e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil*, Por Feliciano Joaquim de Souza. Lisboa. Na Offc. de Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. S. Card. Patriarca. MDCCLXXI. Com licença da Real Mesa Censoria. Biblioteca Nacional, Lisboa-Portugal.

VEIGA, Manoel Francisco da Silva e. *Falla que no feliz, e sempre fausto dia de 7 de Novembro de 1769 repetio na Relação do Rio de Janeiro tomando posse de governador da mesma o Ill.mo e Exc. mo Senhor D. Luis de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Mello Silva e Mascarenhas Marquez de Lavradio, do Conselho de SUA Magestade FIDELISSIMA, Marichal de Campo dos seus Exercitos, Vice-Rei, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brasil*. O doutor Manoel Francisco da Silva e Veiga Desembargador de Aggravos, e Juiz Intendente do Real Confisco. Lisboa, Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXX. Com licença da Real Meza Censoria. Biblioteca Nacional, Lisboa-Portugal.

Oração Funebre, a memoria do Illustrissimo, e Excellentissimo Marquez do Lavradio, recitada na Cathedral do Rio de Janeiro, nas exéquias, que lhe consagrarão os cidadãos da mesma cidade. Pelo R. P. M. Fr. Antonio de Santa Ursula Redovalho, Religioso da Provincia da Conceição dos Reformados. Lisboa na Typografia Nunesiana. Anno de 1791. Com licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros. Biblioteca Nacional, Lisboa-Portugal.

TOLOZANO, Antonio de Ville. *O governador de praças, obra muyto útil, e necessária não só para os governadores de praças, mas também para todos os officiais de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presidios*. Lisboa. Traduzido na lingua Portuguesa por Ordem de Sua Magestade – Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram. Com todas as licenças necessarias. MDCCVIII. Biblioteca Nacional, Lisboa-Portugal.

Juan Chrysostomo de Oloriz. *Molestias de el Trato Humano. Declaradas con reflexiones politicas, y Morales, sobre la sociedad del Hombre*. Madrid: Por Antonio Marin, 1745. [Obra Pesquisada na biblioteca da Fundación Universitaria Española – Madri-Espanha]

MANUAIS DE ESCRITA DE CARTAS: BIBLIOTECA NACIONAL, LISBOA-PORTUGAL.

FREIRE, Francisco José. *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso*. Escrito e consagrado ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor CARDEAL PATRIARCA, Primeiro de Lisboa, Do Conselho de Estado, e Capellaõ Mor. Por seu Criado Francisco Joze Freire. Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. Anno MDCCXLV. Com todas as licenças necessarias. Vende-se na logea de Manoel da Conceição na rua direita do Loreto, junto ao Excellentissimo Conde de Saõ Tiago.

_____. *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso. SEGUNDA EDIÇAM Novamente acrescentada com varias cartas Discursivas sobre as obrigaçoens, virtudes, e vícios do novo Secretario: Escrito, e dedicado ao ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO SENHOR D. Luiz de Almeida Conde de Avintes - Do conselho de sua Magestade &c. Por Francisco Joze Freire. Lisboa. Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. Impressor do Eminent. Senhor Cardel Patriarca. MDCCXLVI. Com todas as licenças necessarias. Vende-se na logea de Manoel da Conceição na rua direita do lor[segue parte ilegível] junto ao Excellentissimo Conde de São Tiago.*

NOVO SECRETARIO Universal Commercial Portuguez Ou methodo d'escrever Toda a especie de cartas Seguido de um formulario de requerimentos, memoriaes e cartas de commercio Sexta edição Augmentada com as regras de etiqueta, calligraphia e muitas cartas no estylo moderno, e a redução das medias antigas ás do novo systema métrico decimal, e uma tabella das actuaes moedas de ouro e prata com o seu competente pezo legal, etc. Compilado por M. A. S. Lisboa. Typographia de Souza & Filho. Rua do Ferregial de Baixo, 26. 1860.

DIAS, Albino. *SECRETARIO de Cartas familiares Sobre diversos assumptos, que comprehende maximas, e conselhos, que divertem, e instruem, ajuntam-se as regras do estilo epistolar*. Albino Dias, Lisboa. Na Typog. Lacerdina Anno 1826. Com licença da Meza do Desembargo do Paço.

SILVA, Sebastião Meirelles da. *SECRETARIO POPULAR PORTUGUEZ De Cartas Familiares ou Verdadeiro methodo de escrever toda a especie de cartas sobre diversos assumptos, e seguidos das regras do ESTYLO EPISTOLAR, ortographia portugueza, pausas ou pontuação e principaes defeitos que se notam na leitura*. Por Sebastião Meirelles da Silva, Professor Particular. Porto. Livraria Portugueza, editora, de Joaquim Maria da Costa. 55, Largo dos Loyos, 56. 1888.

PEDRAZA, Francisco Bermudez. *El secretario del Rey* - Edição fac-símile. Francisco Bermudez de Pedraza (1585-1655). Invitacion a una lectura politica (Manuel Carrión Gútiez).

FOPPENS, Francisco. *Secretario Español Enseñando la manera de escribir cartas españolas Según el estilo moderno, espicadas en Francés* Por Francisco Sobrino, Maestro de la lengua Española en la Corte de Brusselas. En Brusselas. Por Francisco Foppens. MDCCXXXII.

Secretario de señores, y las materias, cuidados, e obligaciones que le tocan, estilo y exercicio dèl. Con seiscientas y setenta cartas curiosas para todos Estados, billetes entre amigos, y otras cosas sustanciales, que las primeras hojas declaran. Por Gabriel Perez del Barrio Angulo, Alcaide de Librilla, e Secretario que fue del Marques de los Velez, y Condes de Oropesa, don Ivan [Juan] y don Fernando. Al Licenciado Sebastian de Huerta, Secretario del Rey nuestro Señor, y del Consejo de su Magestad de la santa general Inquisicion, y protonotario Apostolico. Año 1635. Con licencia En Madrid. Por Maria de Quiñones A costa de Pedro Coello, y Manuel Lopez mercadores de Libros.

BUSTAMANTE, Corona P. *Guias Políglotas Manual de la conversacion y del estilo epistolar Para el uso de los viajeros e de la juventud de las escuelas Español – Francés.* Por P. Corona Bustamante. París. Garnier Hermanos, Libreros Editores. 6, Calle de Saints-Pères, 6.

ALBURQUERQUE, An. J. de. *Manual da escripta* Coordinado por N. J. de Albuquerque Segunda edição – revista e augmentada. Lisboa. Tipografia portuguesa. 35, Travessa da Queimanda, 35. 1869.

BARBADINHO, Frei (Francisco José Freire). *Conversação familiar E Exame critico, Em que se mostra reprovado o Methodo de estudar, que com o titulo de Verdadeiro, e additamento de util á Republica, e á Igreja, e proporcionado ao estylo, e necessidade de Portugal.* Expoz em dezeseis Cartas. O R. P. Frey **** Barbadinho. Da Congregação de Italia: E tambem frívola a Resposta do mesmo Reverendo ás solidas Reflexoens Do P. Frey Arsenio da Piedade, Religioso Capucho. Author O P. Severino de S. Modesto, Presbytero. Cõmunica-o a seus amigos Rezendo Eleutherio de Noronha, Particular amigo do Author Valensa Na Officina de Antonio Balle. Anno MDCCL. Com todas as licenças necessarias.

PREVOST. *ARTE DE AGRADAR NA CONVERSAÇÃO.* Por Mr. Prevost. Traduzida do Francez. Por Joze Vicente Rodrigues, da Cidade do Porto. Porto: Na Officina, que foi de Antonio Alvarez Ribeiro Guimaraens. Anno de 1783. Com Licença da Real Meza Censoria.

Novo Manual Epistolar Ou Arte de escrever todo o genero de cartas. Lisboa. MDCCCXXXIX. Na typographia Rollandiana. Vende-se em casa de Rolland, Rua Nova dos Martyres, N.º 10.

MANUAIS DE ESCRITA DE CARTAS: BIBLIOTECA NACIONAL, MADRI-ESPANHA.

LUCAS, Francisco. *Arte de escrever... Diuidida en quatro partes / Va en esta ultima impression ciertas tablas que no estauan impressas, corregido y emendado por el mismo Autor.* Madrid : En casa de Francisco Sanchez, 1580 .

Anduaga y Garimberti, Joseph. *Arte de escribir por reglas y sin muestras:* establecido de órden superior en los Reales sitios de San Ildefonso y Valsain. Madrid, 1781. (Outras edições: 1793 e 1795).

Tejeda, Gaspar de. *Cosa nueva : estilo de escreuir cartas mensageras cortesaneamente, a diuersos fines y conceptos con los titulos y cortesias que se vsan* / compuesto por Gaspar de Texeda. Valladolid: a costa y en casa de Sebastia Martinez: 1549. (Título da edição de 1553: Cosa nveva Primero libro de cartas mensageras, en estilo Cortesano, pa diuersos fines propositos con los titulos y cortesias q vsan en todos los estados).

Sarmiento, Martín. *El porque sí y porque nó*, del P. Martín Sarmiento [Texto impreso]: satisfacción crítico-apologética de su conducta. Madrid, 1758.

Juan Luis Vives (1492-1540). *Epistolario*. Edição preparada por Jose Jimenez Delgado. Madrid: Editora Nacional, 1978.

Juan Luis Vives (1492-1540). *Introduccion a la sabiduria*. Añadese el dialogo de Plutarcho sobre la ira y la carta a Poliano del modo de proceder en el matrimonio. Traducido por Diego de Astudillo. Valencia: 1779.

Juan Luis Vives (1492-1540). *La pedagogía científica y la instrucción de la mujer*. Madrid: Libreria y Casa Editorial de Hernado, 1935.

Pineda, Pedro. *Corta y compendiosa Arte para aprender à hablar, leer, y escribir la lengua española: en que Se trata de cada parte de Oracion separadamente, y un Nuevo Methodo. Con las reglas de una Syntaxis, La qual jamas à sido publicada tal, en ninguna de las Gramaticas de Lengua Moderna*. Londres: T. Woodward, MDCCCCVI.

Pedro de Navarra. *Dialogos dela differecia del hablar al escrevir*. Materia harto sutil y notable dictados por el Illustrissimo y Reverendissimo Señor Don Pedro de Navarra, Obispo 9e de Comenge, y del consejo del rey Christianissimo: Dirigidos al Illustrissimo Señor Don Luis de Beaumont, Condestable de Navarra, Conde de Lerin, etc. Tolosa, en casa de Iacobo Colomerio, Impressor dela Vniuersidad, 1560.

Gabiel Joseph de la Gasca y Espinosa. *Manual de avisos para el perfecto cortesano*: reducido a un politico Secretario de principes, Embaxadores, ú de grandes Ministros, à cuyo cargo es el despacho de las cartas missivas, y dilatacion de sus Decretos; (...). Madrid, por Roque Rico de Miranda, 1681.

Antonio de Torquemada. *Manual de Escribientes* (Edición de Maria Josefa C. de Zamora e A. Zamora Vicente). Anejos del Boletin de la Real Academia Española. Madrid: Aguirre, 1970.

Ronnaldo Paronce. *Manual del Escribiente*. Barcelona: Imprenta de José Rubió, 1831.

[s. a.]. *Manual epistolar*. Contiene la norma y metodo para escribir cartas en general, noticias referentes al estilo epistolar, el papel, la escritura, membretes, tratamientos, encabezamientos, principio, cuerpo y finales de las cartas, postdatas, sobres, abreviaturas, con abundantes ejemplos de cartas (...). Madrid: J. Jagues, (sem ano).

Juan de Iciar. *Nuevo estilo de escrevir cartas mensageras sobre diversas materias*. Miguel de Çapila mercader de libros, 1552.

D. J. Antonio D. Y Begas. *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas misivas y responder á ellas en todos generos de especies de correspondencia*: Reformado segun los progresos de la civilizacion actual por D. J. Antonio D. Y Begas. Zaragoza: reimpresso por Ramon Leon, 1847.

Nuevo Estilo y formulario de escribir cartas misivas y responder a ellas [Texto impreso]: Antes impreso en la ciudad de Orihuela, y añadida nuevamente la Guia de Caminos... de España, y para ir a Roma. Madrid: D.A. Perez de Soto, S.A, 1756 (La censura y la licencia).

Nuevo estilo y formulario de escribir cartas misivas y responder a ellas [Manuscrito]: añadida la noticia para escribir desde Madrid a los lugares más señalados de comercio de España, por los días de la semana. 1747.

Pérez de Valenzuela y Castillejo, Juan. *Nuevo estilo, y formulario de escribir cartas missivas, conforme al vso que oy se practica: las cortesias que se han de guardar... en el principio, medio, y fin de las cartas, y antes de la firma.* Madrid: Imp. Real, 1668.

Pérez de Valenzuela y Castillejo, Juan. *Nuevo estilo y formulario de escribir cartas misivas, y responder a ellas en todos géneros (...).* Pamplona: Francisco Picart, 1728.

Gabriel Perez del Barrio Angulo. *Secretario y consejero de señores y ministros [Texto impreso] : cargos, materias, cuidados, obligaciones y curioso agricultor de quanto el gobierno y la pluma piden para cumplir con ellas, el indice las toca y están ilustradas con sentencias, conceptos y curiosidades no tocadas.* Madrid: por Mateo Espinosa, 1667.

Frei Luis Olod, *Tratado del Origen y arte de escribir bien: ilustrado con veinte y cinco láminas.* 1766. Ed. facsimil de 1982.

Frei Luis Olod, *Tratado del Origen y arte de escribir bien: ilustrado con veinte y cinco láminas.* Gerona : en la imprenta de Narciso Oliva: a costa de Francisco Basóls y Bastóns, [ca1766].

BIBLIOGRAFIA

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: U. California Press, 1968.

ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (org.). *O império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009.

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. In: *Revista de História das Ideias – O livro e a leitura*. Vol. 20. Coimbra, 1999.

_____. A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita. In: NETO, Margarida Sobral (coord.). *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

_____. Cultivar enigmas e espalhar prodígios: traços da cultura escrita no Antigo Regime em Portugal. In: GÓMEZ, Antonio Castillo (dir.). *Senderos de ilusión: lecturas populares en Europa y América latina (del siglo XVI a nuestros días)*. Madrid: Ed. Trea Gijón, 2007.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (orgs.). *História da vida privada, 3 – da Renascença ao Século da Luzes*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

AZEVEDO, J. Lucio de. Política de Pombal em relação ao Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo especial do Congresso Internacional de Historia da América, 1922.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Trad. (versão francesa) Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA FILHO, Rubens. *Tradição e artifício. Iberismo e Barroco na formação americana*. Rio de Janeiro – Belo Horizonte: IUPERJ – Ed. Da UFMg, 2000.

BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

BELLOD LÓPEZ, Miguel. La correspondencia diplomatic del Conde de Fuentes en torno al conflicto jesuítico. *Revista de Historia Moderna: Anales de la Universidad de Alicante*. Dedicado a Epistolários: Correspondencia. Ano: 1999-2000, Número: 18. Universidad de Alicante.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

_____. *Nem o tempo, nem a distância: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia, 2007.

BELO, Conde de Campo. (D. Henrique). *Governadores gerais e vice-reis do Brasil*. Divisão de Publicações e Biblioteca – Agência Geral das Colônias, 1935.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. *A escritura do intervalo. A poética epistolar de Antônio Vieira*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI e XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: *Almanack Braziliense*, nº. 03, maio de 2006.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Publicações Europa, 1974.

BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Revista Tempo*: Universidade Federal Fluminense - Departamento de História. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002, vol. 7, número 13, julho.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, M. de M., AMADO, J. (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: E, FGV, 1996.

BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Editorial Síntesis, 1992 (?).

_____. *Corre Manuscrito: Uma historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid, Marcial Pons, 2001.

_____. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura* (14). Lisboa: CHAM/Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

_____. *Palabra e imagen en la corte: cultura oral y visual de la nobleza en el siglo de oro*. Madrid: Abada editores, 2003.

_____. (cord.) Cultura epistolar en alta Edad Moderna: usos de la carta y de la correspondência entre el manuscrito y el impreso. *Cuadernos de Historia Moderna*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005.

_____. (org. do dossier: El escrito en la corte de los Austrias). *Cultura Escrita & Sociedad*. Nº. 03, 2006. Astúrias: Ediciones Trea, 2006.

_____. "*Sin armas de noticias*" *Medios de cultura escrita, público y poder monárquico a comienzos del siglo XVIII*. Madrid: (?).

BOXER, C. R. *O império colonial português (1415 – 1825)*. Lisboa, Ed. 70, 1969.

_____. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (2º edição).

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972.

Camões. Revista de letras e culturas lusófonas. Lisboa, jan./junho, número 15 e 16. Edição especial: Marquês de Pombal.

CARDIM, Pedro. La presencia de la escritura (siglos XVI-XVIII). In: GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita. *Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

CARJAVAL, Rafael Cala. Escritura y oralidad en el Discurso epistolary. *Tonos Digital (Revista Eletrotrónica de studios filológicos)*. n.º16. 2008. Universidad de Murcia.

CARVALHO, José Adriano de Freitas. ¿El club de los señores de las bibliotecas muertas? Nota a propósito de la librería del primer Marqués de Niza en el Portugal de mediados del siglo XVII. In: GÓMEZ, Antonio Castillo (org.). *Libro y lectura en la Península Iberica y America. (siglos XIII A XVIII)*. Junta de Castilla y Leon, 2003.

CARVALHO, Maria Elisabeth Cadete C. *Verney e o Verdadeiro Método de Estudar*. Cornélio Procópio: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, Dep. de Pedagogia, 1970.

CASTELLANO, Juan Luis Castellano; DEDIEU, Jean Pierre e CORTEZO, María Victoria López-Cordón (eds). *La pluma, la mitra y la espada. Estudios de Historia Institucional en la Edad Moderna*. Madrid/Barcelona: Marcial Pons e Universidad de Burdeos, 2000.

CHARTIER, Roger; DUBY, George; FEBVRE, Lucien; FRANCASTEL, Pierre; MANDROU, Robert. *La sensibilité dans l'histoire*. Paris: Gérard Monfort, 1987.

CHARTIER, Roger. *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Arthème Fayard, 1991.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte. Lisboa, Porto: Brotéria, 1993.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *No vai e vem das cartas: a arte de governar da política colonial setecentista através da epistolografia lusa*. Florianópolis, 2006. Dissertação de Mestrado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

_____. "Aqui se abre hum largo theatro ao engenho do Secretário principiante". A escrita de cartas segundo Francisco José Freire (Portugal – séc. XVIII). *História Revista*. (Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás). Goiânia: Programa de Pós-graduação em História volume 15, nº. 1, jan-jun. 2010.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad.: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CURTO, Diogo Ramada. Cultura escrita e práticas de identidade. In: SERRÃO, Joel (dir.). *História da expansão portuguesa*. Volume 2.

DEL PRIORE, Mary. No Brasil colonial, "um é o outro" etnocentrismo e relativismo no olhar do Marquês de Lavradio. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza (Orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DIAZ, Brigitte. *L'epistolaire ou la pensée nomade*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

DIAZ, Brigitte et SIESS, Jürgen. *L'épistolaire au féminin. Correspondances de femmes XVIII^e-XX^e siècle*. Université de Caen Basse-Normandie, 2006.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Houaiss. Editora Objetiva Ltda. Novembro de 2009.

EGIDO, Aurora. Los manuales de escribientes desde el siglo de oro. Apuntes para la Teoría de la escritura. *Bulletin Hispanique*. Vol. 97, No 1. 1995. Exemplar dedicado a: La Culture des Elites Espagnoles à l'Epoque Moderne.

_____. *La voz de las letras en el "Siglo de Oro"*. Madrid: Abada Editores, 2003.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução: Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (orgs). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, n.º 23, 2000. pp. 67-88.

FALCON, Francisco José Calazanas. *A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. vol. 1. 5ª ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História I*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

_____. La sensibilité el l'histoire: comment reconstituer la vie affective d'autrefois? In: CHARTIER, Roger; DUBY, George; FEBVRE, Lucien; FRANCASTEL, Pierre; MANDROU, Robert. *La sensibilité dans l'histoire*. Paris: Gérard Monfort, 1987. FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Nas franjas do texto e do tempo: sensibilidades no espaço das experiências reducionistas. *Revista de História*. São Paulo, n. 156, 2007.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Os espanhóis conquistam a ilha de Santa Catarina – 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

FONSECA, Márcia Alves da. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, Margareth; NETO, Alfredo Veiga. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Trad.: de Maria Thereza da Costa Albuquerque Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A escrita de si. In: *Ditos e Escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957. 3º ed.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAIO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (orgs.) *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. (Coleção Documentos Brasileiros).

GARCÍA, Soledad Manzano. *La comunicacion epistolar. Analisis semiotico de las cartas de Frank Kafka a Felice Bauer*. Tese. Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Ciencias de la Información. Departamento de Periodismo III. Madrid, 1992.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GODINHO, Vitorino. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975.

GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca. Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: DIFEL, 1995.

GÓMEZ, Antonio Castillo; SÁEZ, Carlos (dirs). *La correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de escritura – Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Madrid: Calambur, 2002. 2 vol.

GÓMEZ, Antonio Castillo (dir.), SIERRA BLAS, Verónica (ed.). *El legado de Mnemosyne: las escrituras del yo a través del tiempo*. Gijón: TREA, 2007.

GÓMEZ, Antonio Castillo. "Hablen cartas y callen barbas". *Escritura y sociedad en el siglo de oro. Historiar: Revista Cuadrimestral de Historia*. Alcalá de Henares, n. 4, 2000.

_____. *Historia de la cultura escrita. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

_____. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. "El mejor retrato de cada uno". La materialidad de la escritura epistolar en la sociedad hispanica de los siglos XVI y XVII. *Hispania* - Revista Española de Historia, LXV/3, número 221. 2005.

_____. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los siglos de oro*. Madrid: Akal, 2006.

_____. (dir.) *Cultura Escrita & Sociedad, revista semestral de Historia Social de la Cultura Escrita*. Madrid, nº 3, 2006.

_____. Escribir las emociones. Calas en las cartas privadas de la emigración a Indias (siglos XVI-XVII). *Páginas de Guarda*. Revista de lenguaje, edición y cultura escrita, n.º 8, primavera de 2009. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1998, vol.18, nº. 36.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida e SANTOS, Marília Nogueira dos. *Redes de poder e conhecimento na governação do império Português, 1688-1735*. Topoi, n. 8, UFRJ, junho 2004.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Volume XIV. Lisboa/Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia Ltda.

GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Armand Colin, 1998.

GUYAUX, André (dir.) ABEELE-MARCHAL, Sophie Vanden (ed.). *Échanges épistolaires franco-belges*. Paris: PUPS, 2007.

HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoia e Jacy Seixas. São Paulo: Papirus, 1998.

HAVELOCK, Eric A. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Estadual Paulista/Paz e Terra, 1996.

HESPANHA, Antonio Manoel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. vol. IV.

História Naval Brasileira. Primeiro Volume, Tomo I. Ministério da Marinha – Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *A época colonial. Administração, Economia, Sociedade* (Tomo I, volume II). São Paulo: Difusão européia do Livro, 1973. (3ª edição).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC – FAPESP, 2005. (Estudos históricos)

KANTOR, Íris. Os Ramires de outras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa. *Almanack Braziliense*, nº. 02, novembro de 2005.

KANTOROWICZ, Ernst. H. *Os dois corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. Trad. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: editora da UNICAMP, 1990.

LLEDÓ, Emilio. *El silencio de la escritura*. 2ª edição. Madrid: Espasa, 1998.

LOCKHART, James e Stuart B. SCHWARTZ. *America latina en la Edad Moderna. Una historia de la America Española y el Brasil Coloniales*. (Early Latin America). Trad. J. G. Pérez Martín. AKAL: Madrid, 1992.

MANCADA, Luis Cabral. *Um "iluminista" português do século XVIII: Luis Antonio Verney*. São Paulo: Saraiva & C., 1941.

MARCELINO, Maria da Graça dos Santos. *O esclarecido vice-reinado de D. Luís de Almeida Portugal 2º marquês do Lavradio – Rio de Janeiro 1769-1779*. Dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *A estrutura familiar e a interação social no condicionamento das formas de tratamento: textos epistolares escritos no Rio de Janeiro do século XVIII*. Trabalho apresentado na XXVII Jornada de Iniciação Científica da UFRJ, 2005.

_____. *Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 25, p. 39-57, 2005.

MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, Rocha. *O marquês de Pombal desterrado (1777-1782)*. Lisboa: Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1939.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MELLO, Christiane. Guerra e sociedade: a situação militar do Rio de Janeiro no vice-reinado do Conde da Cunha, 1763-1767. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, 2004, vol. 5, número 9, jul-dez.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Documentos do arquivo do 2º marquês do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1952.

_____. O marquês de Pombal e a unidade brasileira. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 219, 1953.

_____. A primeira mudança da capital do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 224, 1960.

_____. *O Erário Régio no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça – Serviço de Documentação, 1968.

_____. A rendição da Ilha de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, volume 321, out.-dez., 1978.

_____. *D. João VI e o Império no Brasil: a independência e a missão Rio Maior*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos. Arquivos Pessoais* - nº 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998/1.

MESTRE SANCHIS, Antonio. La carta, fuente de conocimiento historico. *Revista de Historia Moderna: Anales de la Universidad de Alicante*. Dedicado a Epistolários: Correspondencia. Ano: 1999-2000, Número: 18. Universidad de Alicante.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Souza da (orgs.). *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa, vol. 27, n.º 116-117, 1992.

_____. Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa, vol. 28, n.º 123-124, 1993.

_____. Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa, vol. 35, n.º 157, 2001.

_____. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

_____. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

_____. O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense*, n.º. 02, novembro de 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ALMEIDA, Teresa Sousa de; ANASTÁCIO, Vanda. *Correspondências – Usos da carta no século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri e Fundação das casas de Fronteira e Alorna, 2005.

NETO, Margarida Sobral (coord.). *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

NIGRO, Salvatore S. El hombre Barroco. In: Villari, Rosario. *El secretario*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

NOVAIS, Fernando (coord. Coleção); SOUZA, Laura de Mello e (org. do vol.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: EPUCA, 2003.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Ed. Estar, 2001.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. O estudo das idéias políticas lusobrasileiras no setecentos: condição atual e perspectivas metodológicas da historiografia brasileira. *História*: São Paulo, v.24, n.º .2, p.129-158, 2005.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Trad. Campinas: Papirus, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PARRA, Elena del Rio (Brown University). *La figura del secretario en la obra dramática de Lope de Vega*. Disponível em: www.ucm.es/info/especulo/numero13/secreto. Acesso em: março de 2008.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da USP, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*. Disponível em: nuevomundo.revues.org/229. Acesso em: março de 2004.

PETRUCCI, Armando. Cultura escrita e sociedade. In: GÓMEZ, Antonio Castillo (dir.) *Cultura Escrita & Sociedad, revista semestral de Historia Social de la Cultura Escrita*. Madrid, nº 2, 2006.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina*. Brasília, 1978. Dissertação de mestrado em História na área de Política Externa. Universidade de Brasília.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano*. In: *Almanack Braziliense*, nº. 03, maio de 2006.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Os Últimos Vice-reis do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 28 (2), 1865. (Referência do texto do Fabiano, p. 3 – Probos).

POCOCK, J. G. A. *Linguagem do ideário político*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.

POMBAL, Sebastião José de Carvalho e Mello, marquês de. *Aula do Commercio*. Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do Arquivo Cosme Velho, anotado e comentado por Marcos Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

PRADELLS NADAL, Jesús. Política, libros y polémicas culturales en la correspondencia extraoficial de Ignacio de Heredia con Manuel de Roda (1773-1781). *Revista de Historia Moderna: Anales de la Universidad de Alicante*. Dedicado a Epistolários: Correspondencia. Ano: 1999-2000, Número: 18. Universidad de Alicante.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANCIERE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Memórias de si, ou... *Revista Estudos Históricos. Arquivos Pessoais* - nº 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1998/1.

RICUPERO, Rodrigo. *Honras e Mercês. Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo, 2005. Tese de doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Trad.: Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

_____. *Tempo e Narrativa*. Tomo II. Trad.: Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1995.

_____. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: editorial Estampa, 1998.

ROCHA, Andrée Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.

ROSA, Vieira. A vergonha de 1777. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, vol. XIII, 2º sem., 1944.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. (Tradução: Maria de Fátima Silva Gouvêa).

SÁ, José d'Almeida Correia de. *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal, 2º marquês do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Publicações Históricas).

SALOMON, Marlon. *As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

_____. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

_____. *Arquivologia das correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

SALINAS, Pedro. *El defensor*. Madrid: Alianza Tres, 1983.

SÁNCHEZ, Carlos A. González. *Homo viator, homo scriberis. Cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII)*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *Trajetória Política e Ação Colonizadora: a revitalização do império colonial português na administração do marquês do Lavradio*. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2002.

_____. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 24, n.º 48, jul-dez, 2004.

SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBO, Manuel. *O domínio da distância. Comunicação e Cartografia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o Império: a correspondência de Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História.

SENEILLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. vol. III e VI. Porto: Livraria Figueirinhas.

SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre o Brasil e Portugal. In: *Almanack Braziliense*, n.º. 03, maio de 2006.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. A formação do homem-público no Portugal setecentista (1750-1777). *Revista Intellectus / Ano 02 Vol. II* – 2003.

_____. *Inventando a nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 2006.

SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo, 2008. Tese de doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História.

SILVA, Maria Beatriz Nissa da (coord.). *Dicionário da História da Colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Ed. Verbo, 1994.

SOTO, Ucy. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: Editora da UFF, 2007.

SOUBEYROUX, Jacques. El real seminario de nobles de Madrid y la formación de las elites en el siglo XVIII. *Bulletin Hispanique*. Vol. 97, No 1. 1995. Exemplar dedicado a: La Culture des Elites Espagnoles à l'Epoque Moderne.

SOUZA, António Caetano de. *Memórias Históricas e Genealogias dos grandes de Portugal*. 4º ed. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933.

SOUZA, Laura de Mello. O público e o privado no Império português de meados do século XVIII: uma carta de D. João de Almeida, conde de Assumar, a D. Pedro de Almeida, marquês de Alorna e vice-rei da Índia, 1749. *Revista Tempo: Universidade Federal Fluminense* - Departamento de História. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002, vol. 7, número 13, julho.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lipseio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às Plantas e aos animais (1500-1800)*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (coord.). Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX) / *Nonas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Colibri: Inst. de Cultura Ibero-Americana, 2004.

VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Trad. Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 2003.

VIDAL, Laurent. Alain Corbin: o prazer do historiador. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 25, n. 49, 2005.

WARNKE, Martin. *O artista da Corte: os antecedentes dos artistas modernos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

WINTERMEYER, Rolf (dir.), BOUILLLOT, Corinne (ed.). *Moi public et moi privé: dans les memoires et les écrits autobiographiques du XVII^e siècle à nos jours*. Universités de Rouen et du Havre: 2008.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A leitura medieval*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. (1960/1980). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Representações Zairol.